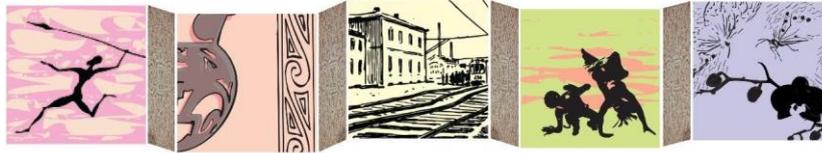


II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS
Cultura, Identidades e Turismo

ANAIS

**II SIMPÓSIO
INTERNACIONAL
PATRIMÔNIOS**

TEMA CENTRAL
“Cultura, Identidades e Turismo”

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

S6131a Simpósio Internacional Patrimônios : cultura, identidades e turismo (2. : 2019 : Ourinhos, SP)
 Anais do II Simpósio Internacional Patrimônios, de 22 a 26 de abril de 2019 [recurso eletrônico] / organização de Fabiana Lopes da Cunha ... [et al.]. – Ourinhos : Unesp, 2019.

Modo de acesso: Internet.

Tema central: Cultura, identidades e turismo

ISSN: 2447-1720

1. Patrimônio cultural material. 2. Patrimônio cultural imaterial. 3. Turismo. I. Título. II. Universidade Estadual Paulista. Campus de Ourinhos. III. Cunha, Fabiana Lopes da.

CDD 363.69

Elaborada por Karin Leonardo – CRB-8/9378

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
Campus Experimental de Ourinhos
Curso de Geografia

Av. Renato da Costa Lima, 451 - Ville de France - Ourinhos/SP - CEP 19903-302
Telefone: (14) 3302-9500

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Sergio Roberto Nobre

Chefe de Gabinete

Carlos Eduardo Vergani

Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão - PROPEG

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG

Telma Teresinha Berchielli

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE

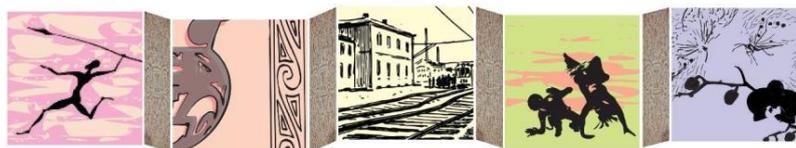
Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

Gladis Massini-Cagliari

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Coordenador Executivo

Edson Luís Piroli

Vice- Coordenador Executivo

Marcelo Dornelis Carvalhal

Coordenadora do Curso de Geografia

Luciene Cristina Risso

Vice-Coordenadora do Curso de Geografia

Fabiana Lopes da Cunha

Editora Unesp- Campus Experimental de Ourinhos

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha (Presidente)

Profa. Dra. Luciene Risso (Vice-Presidente)

Profa. Dra. Andrea Aparecida Zacharias

Prof. Dr. Édson Luis Pirolli

Profa. Dra. Maria Cristina Perusi

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Conselho Editorial

Profa. Dra. Zeni Rosendhal (UERJ-RJ)

Prof. Dr. João Lima San'tanna Neto (UNESP- Presidente Prudente)

Prof. Dr. David Treece (Kings College London- Inglaterra)

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins (Museu Paulista- USP-SP)

Prof. Dr. Marcello Martinelli (USP-SP)

Profa. Dra. Bernadete Castro Oliveira (UNESP- Rio Claro)

Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP- Presidente Prudente)

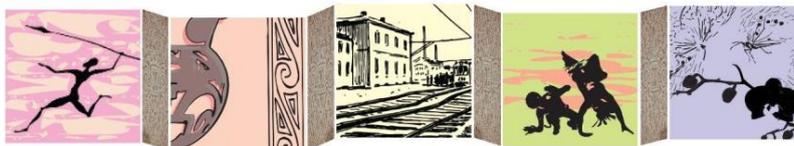
Prof. Dr. Rafael Straforini (UFRJ-RJ)

Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos (UEM – Maringá)

Prof. Dr. Antonio Cezar Leal (FCT/Unesp – Presidente Prudente)

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

Comissão Organizadora

Presidente

Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha

Vice-Presidente

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Colaboradores - professores, pós-graduandos e funcionários

Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

Prof. Dr. Edson Luís Piroli

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Profa. Dra. Andréa Aparecida Zacharias

Profa. Dra. Daniela Fuzzo

Profa. Dra. Kátia Kodama

Ma. Milena Santos Mayer

Ma. Rafaela Sales Goulart

Me. Felipe Yera Barchi

Adriana Midori Hara

Alexandre Rogério Trindade

Camile Bermejo Andreo Abimussi

Cleiton da Silva Antônio

Fábio Domingues

Glaucia Marques da Rocha Coelho Garcia

Julio Cesar Demarchi

Leandro Santamburlo

Leonardo Hiroshi Horie

Marcio Ribeiro Lopes

Mariana Paula Umino

Paulo Alberto Augusto

Rafael Augusto Godoy da Rocha

Reinaldo Bezerra Alves

Rodrigo Fantinatti Carvalho

Colaboradores – Alunos

Ana Luisa de Melo Antunes de Avila

Edmilson Ferreira da Silva

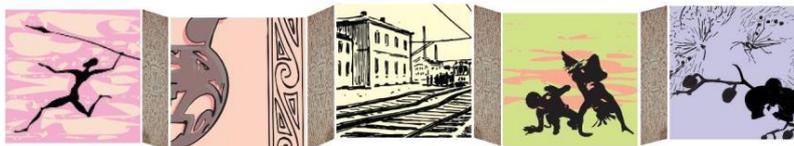
Gabriela Botoni Vieira

Geyce Iris Goering Maia

Juliana Moreira

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

Jullio Cezar B. Gomes
 Lucas Bitencourt
 Maria Sarah Conca Parede
 Marília Lopes
 Nathalia Gomes
 Rogério Borges
 Vanessa Gomes
 Weber Carvalho

Comissão Científica

Prof. Dr. Andrés Zarankin (FAFICH/UFMG);
 Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha (UNESP-Ourinhos-Assis);
 Prof. Dr. Jorge Rabassa (CONICET/CADIC-Argentina);
 Profa. Dra. Luciene C. Risso (UNESP-Ourinhos-Rio Claro);
 Prof. Dr. Nilson Ghirardello (FAAC/UNESP-Bauru);
 Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (Unesp Assis)
 Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (IFCH/UNICAMP);
 Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti (RESJE-USP/UniSantos);
 Profa. Dra. Rosio Fernández Baca Salcedo (FAAC/UNESP-Bauru);
 Dr. Ulisses Correa Duarte (UFRGS);
 Dr. Yago Quiñones Triana UnB).

Organização dos ANAIS

Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha
 Profa. Dra. Luciene Cristina Risso
 Me. Felipe Yera Barchi
 Ma. Milena Santos Mayer
 Ma. Rafaela Sales Goulart

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

PATROCÍNIO



APOIO



unicamp
nepam



SISEM SP
sistema estadual de museus
de são paulo



II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

CONTATO

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos
Telefone: (14) 3302-9504
www.ourinhos.unesp.br

URL DO II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PATRIMÔNIOS:
www.simp2patrimonios.wixsite.com/capa

E-mail:
simpsoiointpatrimonios@gmail.com



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Ourinhos, promoveu o “II Simpósio Internacional Patrimônios: Cultura, Identidades e Turismo”, entre os dias 22 a 26 de abril de 2019, no município de Ourinhos-SP. O evento procurou reunir estudantes, professores, pesquisadores, profissionais da área e afins, visando a troca de experiências e o fortalecimento da discussão da importância do patrimônio através de suas múltiplas temáticas.

O simpósio teve como objetivo discutir temas na área de Patrimônio Cultural Material e Imaterial, buscando contribuir para a compreensão, de forma plural, e valorização do universo científico-acadêmico e social dessa temática. Para tal finalidade, o evento busca possibilitar um diálogo multidisciplinar e interdisciplinar, mostrando a riqueza da diversidade de olhares e sentidos sobre as diferentes formas de patrimônio e a importância da construção identitária das comunidades e população mediante o patrimônio em suas mais diferentes expressões: tais como as festas e as potencialidades turísticas. Para isso, o evento foi estruturado em duas sessões temáticas que contemplaram temas mais específicos: Patrimônio Cultura Imaterial e Patrimônio Cultural Material. Tais sessões foram divididas nos seguintes eixos temáticos: Festas, Patrimônio e Turismo; Paisagem Cultural e Turismo; Patrimônio Ferroviário e Museus e, Patrimônio Arqueológico e Turismo. Esses temas foram discutidos em mesas redondas, sessões orais, minicursos, além de uma conferência de abertura e atividades culturais. Nesta segunda edição, buscamos enriquecer o diálogo entre a comunidade e as universidades pública e privada, os museus, as instituições/organizações públicas ligadas ao tema, representantes e profissionais da educação em todos os níveis com interesse e/ou atuação no tema e, membros da sociedade em geral.

O evento contou com atividades diversas tais como: palestras, mesas redondas, minicursos, apresentações de trabalhos orais e em pôsteres, além de atividades culturais, tendo

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

como foco o tema patrimônio. Os trabalhos foram submetidos para apreciação da comissão científica, ficando, a critério do participante, a forma de apresentação.

PALESTRAS

Conferência de abertura

Prof. Dr. Luiz Felipe Ferreira (UERJ)

Paisagem Cultural e Turismo

Prof. Dr. Jorge Rabassa (CONICET)

Profa Dra. Luciene Risso (Unesp Ourinhos/Rio Claro)

Profa. Dra. Rosio Fernández Baca Salcedo (Unesp Bauru)

Prof Dr. Paulo Henrique Martinez (Unesp Assis)

Patrimônio Ferroviário e Museus

Prof. Dr. Eduardo Romero De Oliveira (Unesp Rosana/Assis/ Bauru)

Prof. Dr. Nilson Ghirardello (Unesp Bauru)

Msc. Davidson Panis Kaseker (SISEM)

Mirian Midori Peres Yagui (SISEM, UPPM)

Patrimônio Arqueológico, cultural material e turismo

Prof. Dr. Andres Zarankin (UFMG)

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti (UFJF)

Festas e Patrimônio Cultural

Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha (Unesp Ourinhos/ Assis)

Dr. Ulisses Correa Duarte (UFRGS)

Dr. Yago Quiñones Triana (UnB)

Igor Sorriso (Intérprete de samba - Mocidade Alegre)

MINICURSOS

Festas Populares e Identidade Cultural

Profª Dra. Katia Kodama
(UNESP/Presidente Prudente)

Celebrações de Natureza Religiosa e Políticas Públicas de Salvaguarda: direções

Ma. Rafaela Sales Goulart (doutoranda do Programa de Pós-graduação de História - UNESP/Assis)

Cultura Caiçara: Identidade e Turismo

Larissa Gândara Simão (mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia -UNESP/Rio Claro)

Mapeamento de patrimônios naturais e culturais

Profª Dra. Daniela Fernanda da Silva Fuzzo (UNESP/Ourinhos)



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

AGRADECIMENTOS

A Comissão Organizadora do II Simpósio Internacional Patrimônios: “Cultura e Identidades e Turismo agradece às associações, aos órgãos do Governo Federal, do Estado de São Paulo, do município de Ourinhos, entidades e pessoas abaixo, que deram inestimáveis colaborações, apoio e patrocínio para que fosse possível a realização deste encontro científico.

- À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP;
- À UNESP / Campus de Ourinhos;
- À PROEX-UNESP;
- Aos grupos de pesquisa da UNESP/ Campus de Ourinhos: CEDOM, CENPEA, GEOCART, CEDIAPGEO;
- À Prefeitura Municipal de Ourinhos
- À Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos;
- Ao Sistema Estadual de Museus- SISEM-SP;
- Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais- Nepam/UNICAMP;
- Ao CADIC/CONICET;
- Ao Cicop Brasil
- Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)
- A todos os membros do Comitê Científico;
- A todos os membros do Corpo de Pareceristas Ad Hoc;
- A todos os estudantes de Graduação, Pós-graduação, pesquisadores e profissionais em geral que participaram do evento;
- A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste evento.
- Dedicamos agradecimento especial aos conferencistas, palestrantes e mediadores pela significativa contribuição e dedicação, sem qual não seria possível a realização do evento.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

SUMÁRIO

1. **PAC CIDADES HISTÓRICAS SOB A ÓTICA DO CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS** (Alexandre Augusto da Costa)
2. **A “ÁGUA” COMO ELEMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS FAMILIARES NO OESTE PAULISTA** (Aline Alves Anhesim; Bruno Franko; Huberto Yamaki)
3. **CERCAMENTO E SINALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MASSAMBABA I, II E III EM ARRAIAL DO CABO / RJ** (Ana Maria Nunes Batista; Ellen Jumara Barbosa de Souza; Rita De Cássia Souza)
4. **A FERROVIA DESENHA CIDADES: O PROJETO URBANO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL PARA TRÊS LAGOAS (MS)** (Ananda Soares Rosa; Nilson Ghirardello)
5. **PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL (2009-2017)** (Bruna Gomes dos Reis; Paulo Henrique Martinez)
6. **ARQUITETURA DA PAISAGEM: ROBERTO BURLE MARX** (Camila Almeida Gonçalves de Moraes; Gustavo Ferreira Martins Gomes)
7. **IDENTIDADE DE AVARÉ ATRAVES DA FERROVIA** (Carla Cristina; Lucas Albuquerque; Mariana Patty Guilger Primos; Karla Garcia Biernath)
8. **PAISAGEM FERROVIÁRIA AO LONGO DOS TRILHOS DA COMPANHIA PAULISTA – A MORFOLOGIA DE MARÍLIA SP NAS DÉCADAS DE 1920-30** (Cássia Regina Dias Ribeiro; Humberto Yamaki)
9. **UMA MULHER, UM PATRIMÔNIO E MUITA FÉ: A ORIGEM DA PROCISSÃO E ROMARIA DO SENHOR BOM JESUS DA LAPA DE JARDINÓPOLIS – SP** (Clarice Alves Carneiro; Marta Enokibara)
10. **O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE LADÁRIO-MS** (Daiane Lima dos Santos)
11. **SABORES DO NORTE PIONEIRO** (Danusa Freire Costa Diniz; Nathália Elias Borges)
12. **OLÚBÁJE: A COMUNHÃO COM O SENHOR DA TERRA** (Diego Fernando Rodrigues Azorli; Fabiana Lopes da Cunha)
13. **A TRAJETÓRIA TURÍSTICA DO MUSEU EVA HILDÉN EM PENEDO - RJ: O PATRIMÔNIO QUE DESEJA VOLTAR A SER ATRATIVO** (Diego Uliano Rocha)

14. **PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA A SALVAGUARDA DA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA** (Edgar Mauricio Bárcenas; Rosio Fernández Baca Salcedo)
15. **NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS** (Elio Moroni Filho)
16. **DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A PAISAGEM TURÍSTICA: DESCOBRINDO AS POTENCIALIDADES DO TURISMO HISTÓRICO EM IPAUSSU- SP** (Emanuele Ruyz Pedraci; Augusto Ruyz Pedraci)
17. **A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL IDENTITÁRIO ACERCA DA FIGURA DO PALHAÇO PRESENTE NAS FOLIAS DE REIS DE CARMO DO RIO CLARO, SUL DE MINAS GERAIS DE 2004 A 2018** (Fábio Martins; Ana Helena da Silva Delfino Duarte)
18. **MÚSICA POPULAR, IDENTIDADE NACIONAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVA COMPARADA DO TANGO, FADO E SAMBA** (Felipe Yera Barch; Fabiana Lopes da Cunha)
19. **IDENTIDADES VISUAIS: AÇÕES PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA E PRESERVAÇÃO DE OFÍCIOS TRADICIONAIS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ** (Fernanda Rodrigues da Costa; Carlos Daniel Dutra; Camila Pereira de Souza; Juliana Carolina da Silva; Luciana Brito)
20. **RIO TIETÊ COMO PAISAGEM CULTURAL DE PORTO FELIZ** (Giovana Lamarca do Carmo; Norma Regina Truppel Constantino)
21. **A MICARETA 1997-2019: SUA PRODUÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DE MIRACEMA, TOCANTINS** (João Paulo Carneiro dos Reis; Nayanny Bruno Oliveira; Rosane Balsan)
22. **O DISCURSO DE PROGRESSO NO JORNAL “A VOZ DO POVO” ENTRE 1927 E 1937** (Johnny Lucas Borges Araujo; Diego Fernando Rodrigues Azorli)
23. **INTEGRIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM HISTÓRICA NO ESTADO DO NORTE DO PARANÁ NO BRASIL** (Joseane Pivetta; Humberto Tetsuya Yamaki)
24. **REPRESENTAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ: JACAREZINHO/PR ENTRE O PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO** (Juliana Carolina da Silva; Luciana Brito; Camila Pereira de Souza)
25. **COMUNIDADE TRADICIONAL E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO DE CASO NA PRAIA DO SONO – PARATY (RJ)** (Larissa Gândara Simão; Luciene Cristina Risso)
26. **FESTA DE SANTA TERESINHA EM VICENTINA: UA POSSIBILIDADE PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL** (Maqueline Arguêlo de Souza; Camila de Brito Quadros Lara)
27. **MUSEU DO TROPEIRO: TROPEIRISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARANÁ** (Milena Santos Mayer; Fabiana Lopes da Cunha)
28. **TRADIÇÃO, FRONTEIRA E MASCULINIDADE: A ELABORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL GAÚCHO NO FESTIVAL DA BARRANCA (DESDE 1972), SÃO BORJA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL** (Natali Braga Spohr)

- 29. MODOS DE VIVER NO CONJUNTO CULTURAL TOMBADO DO ILSL - INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA** (Olga Susana Costa Coito e Araujo; Noemi Galan)
- 30. AS FOLIAS DE REIS EM OURINHOS E SALTO GRANDE (SP): POR QUE E COMO ESTUDAR?** (Rafaela Sales Goulart; Fabiana Lopes da Cunha)
- 31. A COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO E OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO** (Rafael Henrique de Moura)
- 32. A CONFIGURAÇÃO DA CASA NA PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE COLONIAL NORDESTINA** (Renan Teixeira; Rosio Salcedo)
- 33. MUSEU DE ARTES DA FIO: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA CRIAÇÃO PLÁSTICA DE UM LUGAR DAS ARTES PLÁSTICAS** (Rogério Borges; Juan Lourenço)
- 34. AS IDENTIDADES TERRITORIAIS E O USO TURÍSTICO: O CASO DA FESTA DO TROPEIRO NO DISTRITO DE GARDÊNIA/MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP** (Sueli Aparecida de Souza; Clediane Nascimento Santos)

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

PAC CIDADES HISTÓRICAS SOB A ÓTICA DO CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS

PAC HISTORICAL CITIES GOVERNMENT PROGRAM FROM THE POINT OF VIEW OF THE MODERN CULT OF MONUMENTS

Alexandre Augusto da Costa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFJF e bolsista CAPES

llexxander@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe um debate entre as ações do programa PAC Cidades Históricas do Governo Federal em investimentos e requalificação dos sítios históricos e do entorno urbano a partir da experiência nos últimos anos da cidade de Congonhas – MG a partir das conceituações do historiador austríaco Alois Riegl (2014) sobre o culto moderno aos monumentos. Congonhas guarda o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, reconhecida pela Unesco em 1985 como Patrimônio Mundial onde se encontra a obra-prima do mestre barroco Antonio Francisco Lisboa – Aleijadinho, com os 12 profetas em pedrasabão e as 66 esculturas dos passos da paixão de Cristo no conjunto da Basílica e é um importante pólo de mineração no Brasil, localizada no perímetro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, uma das regiões de maior extração do minério de ferro. Na segunda década do presente século a Prefeitura Municipal criou uma equipe de trabalho permanente para elaboração, captação, gerenciamento e execução das obras do programa do Governo Federal que envolvem, os principais prédios do período colonial e de forma mais abrangente o entorno da região da Basílica em intervenções de restauro e requalificação urbana. Neste sentido este trabalho busca pensar as categorias de Riegl (2014) sobre o “querer da arte” na modernidade como ponto central e, de forma preliminar, suscitar algumas discussões sobre o conceito de reflexividade de Henri-Pierre Jeudy (2005). A metodologia abordada dispõe de uma discussão teórica amparada em documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Congonhas e matérias divulgadas nos portais do governo local e do Jornal Correio de Minas.

Palavras-Chave: Monumento. Patrimônio. Restauração. Preservação. Políticas de salvaguarda.

ABSTRACT

This article proposes a debate between the actions of the PAC Federal Cities Historical Program in investments and requalification of historic sites and urban surroundings from the

experience in the last years of the city of Congonhas - MG from the conceptualizations of the Austrian historian Alois Riegl (2014) on the modern cult of monuments. Congonhas holds the Sanctuary of Senhor Bom Jesus de Matozinhos, recognized by Unesco in 1985 as World Heritage site where the masterpiece of the baroque master Antonio Francisco Lisboa - Aleijadinho, with 12 prophets carved in soapstone and the 66 sculptures of wood of the steps of Christ's passion in the whole of the Basilica and is an important mining pole in Brazil, located in the perimeter of the Quadrilátero Ferrífero of Minas Gerais, one of the regions of greatest extraction of iron ore. In the second decade of the present century, the City Hall has created a permanent work team for the elaboration, capture, management and execution of Federal Government program works involving the principal buildings of the colonial period and in a more comprehensive way the surroundings of the region of the Basilica in restoration and urban regeneration interventions. In this sense, this work tries to think about the categories of Riegl (2014) about the "art's will" in modernity as a central point and, in a preliminary way, to raise some discussions about Henri-Pierre Jeudy's (2005) concept of reflexivity. The methodology covered has a theoretical discussion based on documents provided by the Municipal Government of Congonhas and matters disclosed in the portals of the local government and the Correio de Minas Newspaper.

Keywords: Monument. Patrimony. Restoration. Preservation. Safeguard policies.

INTRODUÇÃO

Quando o historiador Alois Riegl foi contratado pelo governo da Áustria em 1902 para fazer um inventário e construir um conjunto de reflexões que sustentaria tomadas de decisão e nas políticas públicas daquele país, talvez não imaginasse que no decorrer de sua investigação construiria categorias de análise que inspirariam a proteção e salvaguarda do patrimônio, sobretudo nos países da Europa e da América Latina nos séculos seguintes. As elaborações teóricas dedicadas à evolução histórica, dos valores de rememoração e o culto moderno aos monumentos fornecem aos campos da pesquisa e da gestão pública um mapa precioso com indicações iconográficas e rotas que podem ser tomadas para a compreensão e gestão dos legados patrimoniais que são fruto das manifestações artístico-culturais de determinada época. Antes de deter no detalhamento destas categorias conceituais de Alois Riegl este artigo fará o percurso histórico das mudanças da compreensão dos monumentos.

Como acentua Carlos Ferreira de Almeida, ao longo dos séculos a palavra monumento sofreu metamorfoses. Derivada do verbo latino *monere*, de advertir', lembrar'. Este sentido do termo, como obra que lembra, mantéve-se durante a Idade Média, quando a "palavra 'moimenta' significava, sobretudo, uma construção tumular" (ALMEIDA, 1993, p.411). Para Alois Riegl (2014, p.31) o que é central nas sociedades na constituição de um monumento é a busca pela imortalidade que se materializa por meio da arte ou da escrita. Riegl reforça que a criação e conservação dos monumentos volúveis (aqueles feitos com a

intenção de atravessar outras temporalidades) se encontram nas mais remotas épocas da cultura humana e continuam nos dias de hoje. O monumento atua como âncora onde se firmam a memória das pessoas, das sociedades ou de um povo, como indicador de identidade e de classificação – lugar de memória.

Mas o teórico reforça que a preocupação principal do seu trabalho não é abordar a conservação e o culto moderno dos monumentos volúveis, mas sim aos monumentos históricos e artísticos. Aqui se encontra outro nó que Riegl (2014, p.32) destaca: afinal, o que é artístico e o que é histórico? Com a intenção de esclarecer estas questões pontua que a “[...] obra de arte é toda criação humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor de arte; sendo monumento histórico toda obra de constituição análoga que possui valor histórico”.

De forma a desatar estes nós conceituais, o teórico (RIEGL, 2014, p.33) esclarece que todo monumento de arte, sem exceção, é ao mesmo tempo também uma construção histórica, já que em determinada escala na evolução das artes plásticas, a rigor não encontra um substituto equivalente. Inversamente proporcional, podemos considerar que “todo monumento histórico é também um monumento de arte”, pois mesmo um escrito banal – um pedaço de papel com uma curta nota sem muita importância contém um valor histórico no que diz respeito à evolução técnica da fabricação do papel, do desenvolvimento da escrita, dos materiais e recursos usados para a execução da escrita etc. Este clareamento veio a partir do século XV na Itália, quando as obras da Antiguidade começaram a ser reconhecidas pelas características artísticas e históricas e, não mais apenas por representarem símbolos dos feitos da Grécia ou de Roma. Françoise Choay (2001) recorda que nesta época o homem ainda não tinha descoberto as grandes navegações, então não tinha uma relação com o futuro, com o novo e nem com o passado. Essa percepção veio muito depois, após inaugurada esta etapa geográfica e mercadológica.

Nestas novas vertentes é que surge o valor de rememoração, que deixa no caminho (sem abandonar totalmente) aquela ligação à memória coletiva e segue nutrindo o leito de um terreno histórico-artístico. Ao resolver este enlace, Riegl (2014, p.33) propõe uma nova reflexão, ao indicar que estes conceitos não são dicotômicos, mas se entrelaçam em uma perspectiva que antes inclui, não exclui. Pensando desta forma, o monumento possui além do valor artístico, uma qualidade histórica, tornando-se histórico-artístico.

A modernidade teria inaugurado, nesta perspectiva, um novo tipo de culto aos monumentos, mais ligado ao valor que lhe é atribuído. Esta veneração está diretamente relacionada à compreensão do *Kunstwollen* – querer da arte ou vontade artística de cada época.

O CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS

O historiador austríaco estabelece em “O Culto Moderno aos Monumentos” alguns dos preceitos para a compreensão e desenvolvimento do olhar contemporâneo para os valores de memória: A) valor de antiguidade; B) valor histórico e; C) valor volitivo da memória.

O primeiro pressuposto é o fruto das transformações do “valor histórico” (que se transferiu do individual, insolúvel) ao coletivo e modificou-se em “valor evolutivo”. “Esse valor evolutivo é o valor de antiguidade, que conhecemos há pouco e que pode ser definido como o produto lógico do valor histórico que o precedeu quatro séculos atrás” (RIEGL, 2014, p.44). Esta correlação demonstra que a existência do valor de antiguidade é uma consequência do valor histórico. Se o segundo foi predominante no pensamento europeu do século XIX, o primeiro despontou como a principal preocupação do século XX.

No valor de antiguidade o monumento é interpretado como um objeto dinâmico (orgânico), que traz em si o desgaste natural das marcas do tempo e das forças da natureza. Este valor reforça os contrastes, as diferenças que podem ser percebidas não apenas pelos estudiosos ou de pessoas de classes mais instruídas, mas também pelas massas. Faz ainda uma contraposição com o tempo presente e se mostra como algo incompleto, talvez, por certa inclinação à dissolução da forma e da cor. Rejeita toda e qualquer ação interventora na conservação, restauração que tente ir contra o desenrolar das leis naturais da natureza. Essa posição de não-intervenção, porém, se excetua em casos de ameaças de uma destruição violenta (seja pela ação do homem ou da natureza). Este posicionamento “maduro” da relação com o monumento é considerado por Riegl (2014, p.45) um traço da modernidade, um ícone da emancipação do indivíduo.

Porém, o historiador reconhece que no século XIX, a apreciação ao máximo do valor histórico se constituiu como uma proteção legal aos monumentos. No segundo pressuposto teórico (valor histórico) “, expande-se o círculo com a inclusão das obras que indicam um determinado momento, mas cuja escolha foi resultado da nossa vontade subjetiva” (RIEGL, 2014, p.39). Este saber, porém, dificilmente alcança as massas, limitando-se aos especialistas, conhecedores da história da arte. O monumento é percebido neste conceito como testemunho de uma determinada época, de um certo estágio da evolução humana pertencente ao passado. Por possuir esta dimensão documental, deve ser o mais fiel possível, ou o mais aproximado do

momento da sua criação. Deve, portanto, ser preservado, de forma preventiva ao desgaste das forças naturais.

No centro da questão está a indicação de que o monumento deve ser intocável, mantendo os aspectos de autenticidade, para que eventualmente, abra a possibilidade de ser fazer uma restituição histórico-artística. Esta cópia porém, é permitida, desde que sirva para auxiliar a pesquisa científica, e não se propor como um substituto do original com vistas à mera apreciação estética. Riegl acredita que, no futuro, devido às possibilidades de técnicas de reprodução, as exigências da pesquisa histórica impulsionadas pelas possam ser satisfeitas pelo uso de "substitutos perfeitos dos originais" (RIEGL, 2014, p.62).

Já nos momentos volúveis, são reconhecidas aquelas obras em que seus criadores manifestaram desejo de lembrar um determinado momento do passado, buscando a eternidade. Em outras palavras a premissa fundamental dos monumentos comemorativos volúveis é a restauração – valor de atualidade. Riegl lembra que estes anseios geralmente são amparados pela legislação que fornece os instrumentos legais para as intervenções. Para esclarecer estas distinções o historiador austríaco faz uma acareação entre o valor volitivo de memória e o de antiguidade:

O conflito dessa classe de monumentos com o culto de antiguidade está dado a priori e de forma ininterrupta. Sem restauração, tais monumentos deixariam logo de ser volúveis e de existir. O culto de antiguidade é, portanto, desde o início, o inimigo mortal do valor comemorativo volúvel (RIEGL, 2014, p.64).

Este valor, na visão de Riegl, visa sempre a integralidade das obras, de maneira que possa atenuar ou eliminar as marcas do desgaste natural do tempo. Porém, cedo ou tarde, pode-se alcançar os limites intransponíveis das interferências.

Os componentes valorativos da contemporaneidade estariam diretamente relacionados com dois tipos de necessidades do homem na visão de Riegl (2014, p.66): 1) sensíveis: abarca os valores práticos ou utilitários e, 2) especiais: atende às demandas sensíveis ou espirituais. Este último se divide ainda em: a) valor elementar ou de novidade – depende do estado de integralidade de uma obra recentemente concluída e; b) valor relativo: alicerçado na aceitação do *Kunstwollen* (querer da arte) moderno.

Nos aspectos sensíveis, compreende-se por valores utilitários, aqueles que são de aspecto funcional destinados a fins pragmáticos sejam eles religiosos ou profanos. Em outras palavras, são constituídos por uma determinação de uso, que não poderia encontrar um

substituto para a mesma utilização. Estes valores estão em permanente conflito com o de antiguidade. Nesta visão, somente as obras sem utilidade poderiam ser apreciadas segundo o valor de antiguidade. A degradação ou desgaste natural do tempo, poderiam ser vistas pela ótica contemporânea como algo que poderia incomodar o olhar, ao não apresentar o valor atual esperado (RIEGL, 2014, p.68). Já o valor utilitário poderia colocar em colisão mesmo os argumentos dos defensores do valor utilitário quando a não-interferência no desgaste natural de um monumento colocaria em risco iminente a vida das pessoas. Neste caso, o bem-estar físico e a segurança devem estar em primeiro plano.

Quanto aos valores especiais do homem, o valor de arte pressupõe que todo monumento tem um valor estético que seja capaz de atender às exigências do *Kunstwollen* moderno. Em outras palavras, deve-se assumir o compromisso de que os traços de degradação sejam eliminados, dando fora aos aspectos originais da obra em forma e cor. (RIEGL, 2014, p.70). Este valor é mais perceptível ao olhar do cidadão comum, componente das massas, pois traz em si a simbologia do vencedor, da superioridade do novo sobre o velho. Por outro lado, haveria uma necessidade contemporânea segundo Riegl de se afirmar o presente sobre o passado. A visão moderna pressupõe não apenas que se mantenha a integralidade perfeita das formas e das cores das obras de outrora, mas também que se estabeleça uma distinção do estilo quanto às obras do presente em relação ao passado. Os monumentos contemporâneos devem ser o mais disparez possíveis no detalhamento e nas formas: o presente deve se sobrepor ao passado (RIEGL, 2014, p.73).

A RELAÇÃO DOS MONUMENTOS COM A MEMÓRIA

O trabalho de Alois Riegl forneceu um importante norte na construção de uma certa consciência patrimonial nas sociedades ocidentais. Cabe lembrar que durante mais de dois milênios – desde a Antiguidade até quase nossos dias – a palavra patrimônio preconizava um conjunto de bens materiais, ou pertença de uma pessoa jurídica, indivíduo, casa ou instituição.

O sentido contemporâneo da palavra patrimônio tem sua origem na Revolução Francesa. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1993) lembra que em meio à destruição, às pilhagens e deterioração dos bens da igreja e da monarquia, alguns políticos daquele tempo começaram a falar metaforicamente em proteger o “patrimônio artístico e monumental da nação” (ALMEIDA, 1993).

A partir do século XIX esse sentido foi perdido. Pensava-se muito em “monumentos históricos”, em “monumento histórico” e pouco depois, em “monumentos nacionais” (ALMEIDA, 1993). Françoise Choay recorda que até a primeira década do século XX, patrimônio e monumento eram quase sinônimos, com uma maior predominância da ideia de pedra e cal (edificações). Essa percepção se modificou na década de 1960, mais precisamente a partir da Recomendação de Paris 1962 que ampliou o conceito de patrimônio cultural, estendendo-se à beleza das paisagens e sítios, rurais ou urbanos (IPHAN – Recomendação Paris, 1962). Este conceito passou a ser compreendido como uma “[...] herança que não para de aumentar, por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens.” (CHOAY, 2001, p.12). Esta ótica foi ampliada pela atuação da Unesco na centralização das políticas internacionais de identificação e salvaguarda, sobretudo a partir da Conferência de Nairóbi em 1976 que ressaltou a preocupação da função dos conjuntos históricos e sua ambiência na vida contemporânea e estabeleceu diretrizes para se pensar o turismo (IPHAN – Recomendações de Nairóbi, 1976).

É sempre importante salientar que a construção da identidade possui uma estreita ligação com a memória. Toda comunidade humana busca esta referência, substância fundamental da constituição do Patrimônio Cultural. Os monumentos assim servem como ancoras onde se acorrenta o barco da memória. São eles que proporcionam segurança às comunidades e as permite a tranquilidade de se verem no presente e projetarem o futuro. O patrimônio nesta perspectiva, não deve ser observado apenas como uma reserva, nostalgia ou recordação do passado, mas também servir como um meio para compreender o presente – e integrar a vida contemporânea. A declaração de Québec¹ (1984) também reconhece a importância da memória e chama a atenção dos governos locais para que coloquem à disposição e convoquem equipes de pesquisa multidisciplinar para melhor compreender e transmitir a alma do lugar. Este ponto fornece elementos para pensarmos nas políticas públicas desenvolvidas na cidade de Congonhas –MG no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas que será detalhado adiante.

Mas o zelo e o entusiasmo, muitas vezes podem fazer saltar notas desagradáveis da tessitura de memórias e provocar impasses ou certos tipos de violência que se estabelecem na imposição de uma qualidade sobre outra. Os conceitos de Alois Riegl neste sentido sobre o

¹ Cf. ICOMOS, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em 04 de abr. 2019.

culto moderno aos monumentos são essenciais no entendimento da relação moderna da memória e da estética.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida faz uma dura crítica ao excesso de patrimonialização das gestões, sobretudo nacionais, que também chama de “Complexo de Arca de Noé”, pois esta tendência contemporânea pode provocar impasses, provocar estagnações, já que não se pode conservar tudo o que se tem interesse.

Esta certa imposição de olhar para o passado com o apagamento do presente também é denunciada por Henry-Pierre Jeudy em “Espelhos da Cidade”. Neste trabalho o historiador condena nas gestões urbanas o que chama de “reflexividade” – a tentativa de criar uma equivalência geral com certas singularidades culturais. Isso acaba criando simulacros, espelhamentos que miram, sobretudo, o passado, com olhos negligentes para o que é o hoje, provocando certa mortificação do que está vivo.

É como se a única saída para a afirmação cultural de uma cidade ou comunidade fosse a iniciativa de olhar-se no espelho, replicando enquadramentos de um mesmo objeto. O perigo maior nesta tendência contemporânea das sociedades ocidentais é a cidade tornar-se um museu de si mesma na busca obsessiva por uma eterna identidade mantida por retoques de cirurgia plástica ou liftings.

A noção de reflexividade é, para o autor, um modo determinante de preservação da ordem simbólica de uma sociedade. Mas essa preservação se tornou mundial, “globalizada”. O que interessa é a forma pela qual um certo enquadramento simbólico assegura a transmissão de sentido. A questão patrimonial se torna cada vez mais um problema de transmissão de sentido. O enquadramento simbólico supõe uma determinada gestão das representações comuns de uma sociedade ou de uma cultura.

Outro alerta importante de Jeudy (2005, p.74) diz respeito à gentrificação, que consiste na espetacularização dos espaços por meio da estandardização e a consequente expulsão (mesmo que indireta como consequência das intervenções da especulação imobiliária gerada por este processo) dos moradores nativos dos locais por outros de classes elitizadas. A nova paisagem urbana é composta por um apelo turístico das cidades que faz novas interpretações dos espaços criando equipamentos sociais que se associam ao patrimônio local. Novos layouts são justapostos ao tecido urbano já presente, criando sobreposições em desenhos, estilos e técnicas de representar a identidade que padroniza as representações e por conseguinte, causam a gentrificação.

Ao trabalhar o contexto português de preservação Almeida (1993) acredita que uma das saídas para uma melhor preservação é a tomada de consciência por meio do poder público e da comunidade local a respeito do patrimônio que possuem. Somente o entendimento do patrimônio como substância primária permitirá que se desdobrem em cores secundárias que olhadas em conjunto podem formar o mosaico da memória coletiva ou a alma do lugar.

A gestão pública local possui neste sentido um papel central na classificação e gerenciamento dos patrimônios. Nessa perspectiva este artigo propõe fazer um debate sobre a atuação da Prefeitura de Congonhas – MG na captação, gerenciamento e implementação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas do governo federal nos últimos anos. A cidade da região central do Estado de Minas Gerais é pólo econômico do Quadrilátero Ferrífero, detém as maiores empresas de mineração do país como a Vale, CSN e Gerdau² e abriga na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos a obra-prima do artista barroco brasileiro, Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) com os 12 profetas em pedra sabão e as 66 esculturas em cedro da *Via Crucis*. Em 1985, a Unesco concedeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade ao santuário.

A Prefeitura de Congonhas criou em 2013 uma equipe de trabalho³ permanente composta por técnicos em diversas áreas da administração pública⁴ para elaborar, submeter, captar e executar obras de restauração e de requalificação dos monumentos e sítios históricos. Os recursos adquiridos no programa PAC Cidades Históricas do Governo Federal são da ordem de R\$25 milhões⁵. Os detalhes dos recursos adquiridos e a atuação do grupo de trabalho de gestão do programa federal serão detalhados nos parágrafos seguintes.

O PAC CIDADES HISTÓRICAS

² Além do ICMS das mineradoras é cobrado a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - uma das principais fontes de arrecadação do município de Congonhas. Após 10 anos de uma batalha que envolveu empresas mineradoras e governos municipais, foi sancionada em 19 de dezembro de 2017 e publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 13.540/2017, que altera alíquotas da CFEM. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/19/sancionada-lei-que-altera-royalties-pagos-por-mineradoras>>. Acesso em 05 de abr. 2019.

⁴ A equipe é composta pelo secretário de Planejamento e coordenador, Antônio Odaque da Silva, a secretária de Obras da cidade, Rosemary Aparecida Benedito, o diretor de Patrimônio Histórico, Luciomar Sebastião de Jesus – que é também escultor e pintor – além de dois arquitetos, três engenheiros civis, uma advogada, dois economistas, um urbanista.

⁵ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/noticias/detalhes/3769/pac-cidades-historicas-e-tema-de-reuniao-do-iphan-em-congonhas-mg>>. Acesso em 05 de abr. 2019.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi lançado em 2007 pelo Governo Federal e coordenado pelo Ministério do Planejamento com foco na elaboração e execução de obras de infraestrutura social, urbana e logística. Em 2011 entrou na segunda fase e ampliou a parceria com estados e municípios. No ano de 2013 o Ministério do Planejamento em parceria com universidades, governos municipais e a Caixa criou uma linha específica de atuação centrada aos sítios históricos protegidos pelo Iphan: PAC Cidades Históricas. Os recursos do programa são liberados pelo Iphan à medida que os projetos são aprovados e as obras executadas pelas gestões municipais.

O PAC Cidades Históricas está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. Ao todo foram selecionadas 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos com um investimento de R\$ 1,6 bilhão⁶. Em Minas Gerais foram aprovados investimentos nas cidades de Belo Horizonte, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei e Serro e Congonhas. Na Cidade dos Profetas de Aleijadinho foram selecionados 10 projetos de intervenção no restauro de bens históricos com um total de R\$25,08 milhões como detalharei adiante. A chancela porém, não significa a efetiva implementação das obras. Os recursos somente são liberados após a aprovação dos projetos e de acordo com o andamento da execução das obras⁷.

Antes adentrar na análise da captação e efetivação dos recursos do PAC Cidades Históricas em Congonhas-MG, cabe ressaltar que a cidade recebeu outros investimentos importantes em projetos de requalificação urbana que buscaram estabelecer um diálogo entre os sítios históricos e o centro do município como: a reforma e modernização da Praça JK, que interliga as igrejas da Matriz e do Senhor Bom Jesus; e a construção do moderno Museu de Congonhas (centro de referência em educação patrimonial) que fica localizado entre a Basílica e a Romaria. O Museu é de iniciativa da Prefeitura de Congonhas que utilizou recursos próprios e outros captados pela Lei Rouanet, em diálogo com o programa Monumenta do IPHAN e buscou o patrocínio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Vale, Gerdau e o Banco Santander.

⁶ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em 05 de abr. 2019.

⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>>. Acesso em 05 de abr. 2019.

O espaço⁸ funciona como “museu de sítio”, espécie de mediação entre o Santuário e o público e busca qualificar a experiência de visitação ao intensificar os sentidos e a percepção, seja por meio de descrições, interpretações ou da criação de condições favoráveis à fruição. O museu ainda guarda a maior coleção de ex-votos do Brasil. O acervo que pertencera à colecionadora Márcia de Moura Castro e foi doado ao IPHAN em 2011 é composto por 342 peças de devotos que manifestaram a fé na entrega de objetos como lembrança de uma graça alcançada. O espaço ainda abriga cópias em gesso de dois profetas (Joel e Daniel) – a partir de cópias em 3D⁹ destas e das demais esculturas em pedra sabão feitas a partir de um projeto de iniciativa da UNESCO que mapeou digitalmente as obras para garantir réplicas perfeitas caso as mesmas sofressem alguma deterioração grave.

Após a descrição das intervenções recentes da Prefeitura Municipal na malha urbana, adentremos na atuação da equipe de trabalho criada pelo governo local em 2013 para a captação, gerenciamento e execução das obras do PAC Cidades Históricas. Logo quando foi criado o grupo apresentou ao Iphan 27 projetos de intervenções que incluíam o restauro de elementos artísticos de igrejas coloniais, a construção e a requalificação dos espaços públicos no entorno dos sítios históricos, em especial os pertencentes à área reconhecida pela Unesco como patrimônio mundial. No processo seletivo do Iphan participaram 44 municípios brasileiros com bens reconhecidos nacionalmente e mundialmente. Congonhas teve 10 projetos aprovados através da portaria do Iphan nº 383 de 20 de agosto de 2013 (ver tabela 1).

TABELA 1 - PROJETOS SELECIONADOS - PORTARIA DO IPHAN Nº 383, 20/08/2013
Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
Restauração do prédio da antiga Câmara de Vereadores
Restauração do Cine Teatro Leon
Restauração do Museu da Imagem e Memória
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal
Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
Restauração da Igreja do Rosário
Implantação do Parque Natural Municipal da Romaria
Requalificação e reforma do Centro Cultural Romaria e Teatro
Requalificação do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

⁸ Inaugurado oficialmente em 15 de dezembro de 2015, o Museu de Congonhas está instalado em um edifício de 3.452,30 m² e foi construído ao lado do Santuário, a partir de um projeto do arquiteto Gustavo Penna, vencedor de um concurso nacional. O edifício contempla em três pavimentos: sala de exposições, reserva técnica, biblioteca, auditório, ateliê, espaço educativo, cafeteria, anfiteatro ao ar livre e áreas administrativas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3440/museu-de-congonhas-sera-inaugurado-em-sitio-do-patrimonio-mundial>>. Acesso em 05 de abr. 2019.

⁹ Na proposta original do museu de Congonhas, cogitou-se a transferência completa dos 12 profetas em pedra sabão de Aleijadinho (em processo de degradação, com marcas de vandalismo e desgaste do tempo) e a substituição por cópias perfeitas. Porém, com o amadurecimento da discussão, optou-se por realizar as cópias para fins de pesquisas e estudos histórico-artísticos. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/26/interna_gerais,919624/congonhas-busca-recursos-para-bancas-replicas-dos-profetas.shtml>. Acesso em 05 de abr. 2019.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas. Referência: ago. 2018.

Dos recursos garantidos do PAC das Cidades Históricas, foram concluídas (ver tabela 2) e entregues em 2017 as obras de: requalificação da Alameda Cidade Matosinhos de Portugal (R\$ 2,3 milhões); restauração da Matriz Nossa Senhora da Conceição (R\$ 1.398.370,69) – com o apoio da Igreja católica e do MPF; e a reconstituição dos elementos artísticos da igreja de Nossa Senhora do Rosário, datada do século XVII no valor de R\$904.933,96 pelo Iphan.

Em 2018 foram entregues as obras de restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos com o aporte de R\$2,7 milhões do governo federal (que transferiu a ordem dos recursos para o programa Agora é Avançar) e outros R\$492.931,42 para o projeto da obra, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público Federal. Todas as obras contaram com a colaboração da Igreja Católica e equipe técnica da Prefeitura Municipal que acompanhou e orientou os trabalhos.

TABELA 2 - OBRAS E AÇÕES CONCLUÍDAS	VALOR UTILIZADO (IPHAN)	APORTE (complemento) MUNICÍPIO	VALOR TOTAL
Elaboração de projetos restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos	56.712,89		56.712,89
Elaboração de projetos restauração do prédio da antiga Câmara de Vereadores	94.254,48		94.254,48
Elaboração de projetos restauração do Cine Teatro Leon	116.458,85		116.458,85
Elaboração de projetos restauração do Museu da Imagem e Memória	128.305,08		128.305,08
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal - obra	1.984.847,50	20.326,21	2.005.173,71
<i>Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos* - obra</i>	<i>2.277.338,61</i>		<i>2.277.338,61</i>
<i>Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição* - obra</i>	<i>1.378.718,67</i>		<i>1.378.718,67</i>
<i>Restauração da Igreja do Rosário* - obra</i>	<i>899.465,36</i>		<i>899.465,36</i>

** Foi executada a restauração dos elementos artísticos integrados. Em elaboração projetos para utilização do saldo de recursos.*

Valor pactuado: valor previsto no termo de compromisso. Valor IPHAN utilizado: valor efetivamente gasto ou utilizado até julho de 2018.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas. Referência: ago. 2018.

Estão ainda em execução com obras iniciadas no fim de 2018 a construção do Parque Natural Municipal da Romaria da Romaria e um teatro municipal (que será construído ao lado do mesmo espaço). Já o projeto do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos o Iphan assumiu a execução da obra que ainda está em fase de estudos devido aos problemas estruturais de declividade onde estão situados os profetas de Aleijadinho.

Há outras frentes importantes sendo lideradas pelo Ministério Público Federal. Além do Termo de Ajustamento de Conduta no valor de R\$492.931,42 destinado ao projeto de intervenção e execução na obra de restauro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos,

o MPF está custeando o projeto de intervenção e execução de serviço de desinfestação e imunização das esculturas de madeira da *Via Crucis*, como indica o quadro 1.

QUADRO 1 - FRENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA CAPITAÇÃO E DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO PATRIMÔNIO DE CONGONHAS
<p>Demais Informações: Existe um TAC PRMG/GB/MML nº 07/2017, firmado com o Ministério Público Federal e a empresa AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A, para desenvolvimento das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - projeto de intervenção e execução de obra de restauração do telhado da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (executada - valor R\$492.931,42). - projeto de intervenção e execução de serviço de desinfestação e imunização das esculturas de madeira dos Passos da Ceia, do Horto, da Prisão, da Flagelação e Coroação de Espinhos, da Subida ao Calvário e da Crucificação de Cristo, localizadas nas seis capelas que compõem o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Escultório do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. <p>O valor é R\$1.000.000,00, depositado em conta específica para o TAC, junto ao Fundo Profeta. Já foi transferido R\$600.000,00.</p>

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas. Referência: ago. 2018.

É importante ainda sublinhar a parceria do governo municipal na complementação de recursos do PAC das Cidades Históricas como indica a tabela 3.

TABELA 3 - PROJETOS ELABORADOS E OBRAS COMPLEMENTADAS COM RECURSOS DO MUNICÍPIO	
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal (Projeto)	80.389,93
Implantação do Parque Natural Municipal da Romaria (Projeto)	96.371,30
Requalificação e reforma do Centro Cultural Romaria e Teatro (Projeto)	345.108,50
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal - (Obra)	20.326,21
Implantação do Parque Natural Municipal da Romaria - (Obra)	308.390,14

Na continuidade das obras de requalificação urbana, como a realizada na Alameda Cidade de Matozinhos, teremos outra intervenção, que será realizada com recursos do município e passará pelas Ruas da Recordação e Alípio Barbosa, as quais tornarão os principais acessos ao Teatro da Romaria e ao Parque Natural Municipal da Romaria.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas. Referência: ago. 2018.

Como já destacado por Almeida (1993) os municípios possuem um papel central na classificação e gestão dos assuntos patrimoniais. Os contingentes destinados à elaboração e execução dos projetos e obras, fornecem subsídios que permitem apontar que há um grande interesse da cidade na restauração e requalificação dos bens patrimoniais e espaços públicos, que não fica a depender apenas dos recursos garantidos pelo programa do Governo Federal.

Isso também pode revelar outras intenções como a inserção do turismo como alternativa econômica nas próximas décadas da cidade ainda muito refém da matriz mineradora. Contudo é preciso um olhar mais distanciado para poder ver com mais clareza como se foram os contornos e contrastes da paisagem patrimonial. Neste sentido, algumas

perguntas saltam no horizonte: Como se estabelecem as relações com a memória? Quais valores do culto moderno aos monumentos são mais proeminentes? Estas são algumas das questões que tentarei esclarecer nos próximos parágrafos à luz das categorias de Alois Riegl (2014).

METODOLOGIA

Como proposta metodológica este artigo optou fazer uma discussão acionando as categorias de Alois Riegl, a partir dos subsídios fornecidos pelos documentos levantados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas e em matérias veiculadas no site oficial do governo local, no portal da Câmara Municipal e o no portal virtual do Jornal Correio de Minas (de abrangência na Cidade dos Profetas), acerca da gestão municipal do PAC Cidades Históricas das obras já entregues e as que estão em execução no ano de 2018. Mais precisamente, este artigo fará uma comparação das obras já concluídas (Alameda Cidade Matosinhos de Portugal; Igreja do Rosário – ambas finalizadas em 2016 –; Matriz de Nossa Senhora da Conceição – 2017; elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos – 2018); e das intervenções que estão em andamento no ano de 2018 (Teatro Municipal e o Centro Cultural da Romaria) à luz deste teórico. Alguns aspectos sobre a reflexividade destacada Henri-Pierre Jeudy (2005) serão suscitados nas reflexões finais deste artigo.

CORPUS DE ANÁLISE: O PAC CIDADES HISTÓRICAS SOB A ÓTICA DO CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS

A Alameda Cidade Matosinhos de Portugal que liga a Romaria o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos onde estão os 12 profetas em pedra sabão e as 66 esculturas em cedro do mestre do barroco Aleijadinho recebeu recursos na ordem de R\$2 milhões. A prefeitura entrou com um aporte de R\$ 20.326,21 nas obras. A arquitetura se difere bem da colonial e

[...] contempla calçadas largas em quartzito e sem obstáculos que atrapalhem a caminhada; passarelas elevadas para travessia de pedestres; sinalização tátil auxiliando deficientes visuais; mobiliário urbano planejado e posicionado de forma adequada no ambiente; espaços de permanência;

luminárias padrão; guarda-corpo em aço corten¹⁰; estreitamento de pista de carros, com objetivo de diminuir o tráfego de veículos devido à proximidade com o Santuário (Jornal Correio de Minas, 19 de dezembro de 2016)¹¹.

Foram realizadas ainda obras do projeto luminotécnico, do sistema de irrigação, do paisagismo e da recomposição do muro da Romaria que havia cedido em uma tempestade há alguns anos atrás. Nas conceituações de Riegl (2014) encontramos o valor volitivo de memória na ligação evidente do monumento com o presente, apresentando adequações que se encaixam no tecido urbano dinâmico. A recuperação do muro que sustenta parte da Alameda também indica caminhos neste sentido, já que os adeptos deste valor combatem a degradação trazida pela natureza e das forças destrutivas da ação humana. É possível também identificar o valor histórico (evolutivo) já que a arquitetura contemporânea busca criar um elo entre dois sítios históricos (Basílica – patrimônio mundial) e a Romaria. Por fim, o valor de arte é expresso na utilidade pública do espaço, ao privilegiar o pedestre em detrimento dos carros e proporcionar novos lugares de convivência.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário é outra obra atendida pelos projetos municipais para o PAC Cidades Históricas. Datada do final do século 17 é considerada pela Arquidiocese de Mariana o templo mais antigo de Congonhas. Foi erguida graças aos esforços das irmandades de N. Sra. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. As obras de restauração custaram com recursos do PAC R\$ 904.933,96 pelo Iphan. A descoberta de uma verruma (instrumento de furação que lembra a pua) e dois malhos (ou macetes) foram atribuídas ao entalhador português Francisco Vieira Servas (1720/1811) pelo restaurador Geraldo Eustáquio Mendes de Araújo, que atua pela empresa Cantaria Conservação e Restauro, responsável pelas obras da igreja do Rosário. As ferramentas estavam localizadas pouco acima do entablamento, dentro do Arco do Cruzeiro, que é atribuído ao artista do século 18¹².

As intervenções do Iphan por intermédio da Prefeitura Municipal se destacam pelo valor volitivo de memória com a preservação integral do monumento, visando a uma imortalidade do tempo em que foi erguida. O valor histórico também está presente já as restaurações buscaram mirar na autenticidade do lugar como um documento-monumento. A

¹⁰ Corten é um tipo de aço que possui em sua composição elementos que melhoram as propriedades anticorrosivas. Este tipo de aço é muito utilizado na construção civil e apresenta, em média, três vezes mais resistência à corrosão que o aço comum. Disponível em: <<http://www.metallica.com.br/o-que-e-aco-corten>>. Acesso em 06 de abr. 2019.

¹¹ Disponível em: <<http://www.correiodeminas.com.br/site/congonhenses-e-turistas-ja-podem-usufruir-de-uma-nova-alameda/>>. Acesso em: 06 de abr. 2019.

¹² Disponível em: <<http://www.correiodeminas.com.br/site/matriz-teria-funcionado-como-capsula-do-tempo-para-ferramentas-do-seculo-18/>>. Acesso em 06 de abr. 2019.

leitura dos elementos artísticos feita de maneira técnica pelo diretor de Patrimônio converge neste sentido.

Na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição as obras foram na ordem de R\$ 1.398.370,69. Além do valor empregado, a prefeitura disponibilizou mão de obra especializada com equipes técnicas da Diretoria de Patrimônio Histórico, ligada à Secretaria de Gestão Urbana, da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Obras. As intervenções almejavam recuperar o suporte da Igreja de dos elementos artísticos. Podemos observar nas obras de restauração da Matriz de maneira bem clara à luz conceitual de Alois Riegl (2014) o valor volitivo de memória, que reage a qualquer degradação das forças da natureza e da ação do próprio homem. O *Kunstwollen* moderno está presente na recuperação e na perenidade estética do valor de novidade com vistas, não somente à apreciação da igreja e ao congelamento das forças destruidoras da ação do tempo¹³, mas à utilidade do espaço (que recebe regularmente missas e cerimônias).

A restauração dos elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Patrimônio Mundial) custou cerca de R\$ 2,270 milhões. A obra durou dois anos e meio e foi entregue dia 28 de junho de 2018. As intervenções se concentraram no restauro dos elementos artísticos da Basílica, pintura externa, recuperação de relicários e imagens, como a do Bom Jesus crucificado, localizado no altar-mor. Detalhadamente matéria do portal da prefeitura descreve as obras:

Entre as ações realizadas, destaca-se a recuperação de uma pintura do século XVIII nas laterais do camarim do retábulo-mor e simbologia do martírio de Cristo; os quadros da sacristia, nártex, coro e da nave; balaustradas; cimbalhas; forros; retábulos laterais e da sacristia; arco do cruzeiro; púlpitos; pias; lavabo de pedra sabão da sacristia; e a cruz de Feliciano Mendes. Durante a obra, foram encontradas pinturas expressivas, como o fundo da pintura do forro da nave que era cinza liso e escondia um céu com nuvens e tonalidades do azul ao rosado e ainda uma pintura sobre tela na parte superior da Cruz, com a representação do Crucificado¹⁴.

¹³ No início desta década, a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição apresentava problemas arquitetônicos e também no telhado, forro e outras partes do prédio. O Ministério Público, por meio do promotor de justiça, Dr. Vinícius Alcântara Galvão, conseguiu uma verba indenizatória de R\$ 76 mil, oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que, somado à contrapartida da Igreja, possibilitou a elaborar o projeto estrutural. A Igreja custeou a pintura, a recolocação dos bancos (R\$ 120 mil), a sonorização (R\$ 80 mil) e outras ações de melhorias que foram concluídas em 2014. Disponível em: <<http://www.camaracongonhas.mg.gov.br/pagina.asp?area=4&secao=37&site=1&tp=18&id=2971>>. Acesso em 06 de abr. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/sob-as-bencao-do-bom-jesus-congonhas-celebra-com-arte-e-fe-a-reabertura-da-basilica/>>. Acesso em 06 de abr. 2019.

É possível inferir, diante destas informações, que as obras de restauração se coadunam com o conceito de valor histórico de Alois Riegl (2014), já que o monumento e seus elementos artísticos foram resgatados no aspecto original, como um vestígio intocável do passado, visando permanecer o mais fiel possível ao aspecto original que foi manifestado no momento da criação. A identificação de um céu com nuvens que estava debaixo de uma camada cinza, reforçam esta argumentação. Também é possível reconhecer o valor de novidade, já que a restauração privilegiou o resgate da forma inalterada ou policromia pura dos elementos artísticos.

As obras que estão em andamento desde julho de 2018 da requalificação do Centro Cultural da Romaria e a construção do Teatro Municipal tem um aporte de R\$19.330.610,38 com recursos do PAC Cidades Históricas. O prédio da Romaria está localizado na Alameda Cidade Matozinhos de Portugal, área tombada pelo IPHAN. A Romaria era utilizada como pouso para os romeiros que vinham à Congonhas nas festividades do Jubileu – festa religiosa de devoção ao Senhor Bom Jesus que possui mais de 250 de história. Foi construída no início do século XX e nos anos 1960 foi vendida pela administração do Santuário a um grupo empresarial do Rio de Janeiro que pretendia construir um hotel. Da cúpula que formava o conjunto, após demolida, restaram apenas as duas torres principais. A Prefeitura adquiriu o espaço em 1993 e contratou o arquiteto Sylvio de Podestá para a restauração do pórtico. Inaugurado em 1995, o prédio tornou-se um ponto de encontro e palco de realização de shows e eventos culturais, além de abrigar os museus de mineralogia e arte sacra, a sede administrativa da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (FUMCULT) e uma rádio FM educativa.

Em dezembro de 2017 a Prefeitura de Congonhas e o Iphan firmaram o Termo de Compromisso PAC N°148 no valor de R\$19.330.610,38 para a restauração e construção do Teatro Municipal (que inicialmente estava previsto no projeto original dos anos 1990 que não pôde ser construído). O arquiteto que reformulou o projeto é o mesmo que fez a primeira intervenção: Sylvio de Podestá. No espaço que se encontra em obras está previsto: a construção do gabinete do prefeito, sala de reunião, sala multimeio, estúdio de rádio e TV educativa, administração da FUMCULT, além de um bar-café, loja, museu de mineralogia e o memorial Matozinhos. O teatro Municipal está sendo erguido no paço que se encontra do lado de fora da cúpula.

A relação moderna com o valor de arte utilitário é talvez a mais evidente nas obras de restauração e construção do Teatro Municipal, já que as intervenções buscam, além de

integrar os novos espaços de convivência ao sítio histórico, proporcionar uma nova dimensão de uso, que talvez possa potencializar o turismo da cidade ainda dependente na sua matriz econômica da arrecadação do ICMS e da CFEM das empresas mineradoras.

RESULTADOS

A vanguarda da administração municipal de Congonhas nos projetos do PAC Cidades Históricas tem sido reconhecida pelo Iphan. Durante a assinatura da ordem de serviço em 11 de junho de 2018 das obras de reconfiguração do Centro Cultural da Romaria e do Teatro Municipal a presidente do Iphan, Kátia Bogéa destacou:

Toda vez que venho aqui é um prazer e uma emoção. Congonhas, dentro do PAC Cidades Históricas, tem um diferencial em relação às outras 43 cidades que se inscreveram no programa. O prefeito e sua equipe, de forma diferenciada, contratou todos os projetos e isso fez com que a cidade saísse à frente das outras. Por isso, temos os resultados”, reforçou (Portal da Prefeitura de Congonhas, 11 de junho de 2018)¹⁵.

Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que há investimentos para o reconhecimento e identificação de valores históricos para se manter a integralidade dos monumentos (valor volitivo), ou mesmo a tendência ao se proporcionar o valor de uso visando o turismo, há uma total ausência da consciência do valor de Antiguidade e ainda um espaço reduzido de reflexões acerca dos impactos destas intervenções no entorno dos sítios históricos. Tem ocorrido um processo de gentrificação? Caso afirmativo, em qual medida? Como a comunidade local tem se apropriado do debate? – são possíveis perguntas que saltam aqui, mas que podem ser objeto de futuras reflexões em outras perspectivas teóricas e de campo.

Por outro lado, é possível inferir que há uma certa ambiguidade, acerca da reflexividade na relação com a memória (JEUDY, 2005). A busca frenética por projetos de restauração pode talvez apagar a percepção do valor de Antiguidade, à medida que não compreende o patrimônio como um mecanismo orgânico, sensível às alterações no tempo. Porém como lado positivo destes esforços do governo municipal nos últimos anos está a expertise na captação e gerência da coisa pública, ao propiciar, nesta medida, novas oportunidades de negócios, e, ao mesmo tempo, fomentar a identidade cultural em torno do culto ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos e do selo de Congonhas como Patrimônio Mundial.

¹⁵ Disponível em: <http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/governo-municipal-e-iphan-assinam-ordem-de-servico-para-requalificacao-da-romaria/>. Acesso em 06 de abr. 2019.

Quanto à reflexividade das cidades contemporâneas, bastante criticada por Jeudy (2005), observa-se neste artigo uma dupla dimensão: por um lado, há uma tendência latente em enaltecer o passado colonial e a genialidade do mestre barroco Aleijadinho. Na ponta inversa é bastante clara a postura contemporânea dos projetos de integração e construção de novos espaços públicos construindo pontes com o passado, mas em novas perspectivas que demarcam uma distinção evidente da arquitetura colonial. Isso mostra, ao menos em certa ótica, que é possível olhar para o espelho da memória e criar novas projeções, que vão se enquadrando em novas perspectivas da sociedade: nesta perspectiva o tempo presente também se afirmaria com uma nova estética. Estas tensões sobre a disputa da “alma do lugar” são descritas por Maria Lucia Bressan Pinheiro em “Trajetória das Ideias Preservacionistas no Brasil: As décadas de 1920 e 1930”:

De resto, nada há de surpreendente na constatação de que a preservação do patrimônio é por excelência um campo de tensões, as quais, porém, se procura ignorar ou subestimar, a partir de conceitos naturalizados de memória, identidade e pertencimento (Revista do Iphan, 2017, p.30).

Com o intuito de problematizar estas relações que este artigo elegeu como ponto central as categorias dos esforços teóricos de Alois Riegl pensadas nas políticas públicas contemporâneas como ancoradouros ou plataformas para novos lugares de memória. Ao articular estes conceitos com a experiência do PAC Cidades Históricas em Congonhas-MG, averiguou-se uma expertise que foi desenvolvida nos últimos anos para a captação, administração de recursos e a construção de políticas públicas voltadas à preservação dos monumentos reconhecidos pela Unesco e no entorno histórico. A tentativa de construir uma plataforma econômica mais voltada ao turismo e diversa à mineração também se mostra como um caminho inescapável, diante dos grandes investimentos que estão sendo realizados no entorno dos sítios históricos. A dependência atual da mineração que gera empregos, arrecadação e move o caixa do município, reforça este direcionamento, já que por outro lado a atividade minerária usa recursos não-renováveis, ameaça a paisagem natural e causa problemas ambientais, sobretudo quanto à poluição¹⁶ e às barragens¹⁷.

¹⁶ Os níveis de poluição do ar provocados pela atividade das empresas mineradoras preocupam moradores de toda a cidade. Com o objetivo de punir as indústrias que ultrapassarem os limites de emissão de poluentes recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Congonhas por meio de uma parceria com recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) instalaram em 2017 a primeira de dez estações de monitoramento do ar na cidade. As empresas que infringirem os níveis de poluentes estabelecidos pela OMS serão penalizadas e pagarão multas de acordo com a legislação local.

As políticas públicas neste sentido cumprem um importante papel em promover a cidade e potencializar o turismo, e traçar alternativas de desenvolvimento sustentável. Porém, o poder público municipal e a comunidade de Congonhas precisam estar sempre atentos às consequências das interferências destas obras do PAC no espaço urbano, como foi ressaltado neste estudo. Mais precisamente, é necessário indagar a qualidade do diálogo do poder público local com os moradores nativos destas localidades e questionar se há, ou não, uma narrativa em torno da construção de uma identidade soberana que pode apagar as memórias coletivas do *almus loci*.

As temáticas enfrentadas neste artigo envolvendo turismo, desenvolvimento local, preservação do patrimônio, memória, identidade e gestão são desafios imprescindíveis ao campo da academia e da administração pública. Propôs-se aqui adubar o solo destas discussões com a intenção de contribuir, de alguma forma, para as práticas da boa gestão pública de projetos e recursos e ainda para o fortalecimento do debate em torno das pesquisas da história do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Patrimônio: Riegl e Hoje. **Revista da Faculdade de Letras**, série II, vol. X. Porto, p.407-416, 1993.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. Ed. Unesp, 2001.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- PAES, **Maria Tereza Duarte**. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.

Disponível em: <<http://fatoreal.com.br/site/comeca-a-operar-a-primeira-estacao-de-monitoramento-do-ar-de-congonhas/>>. Acesso em 07 de abr. 2019.

¹⁷ A tragédias recentes em Mariana –MG (2015) e Brumadinho – MG (2019) causadas pelo rompimento de barragens de rejeitos de mineração mataram mais de uma centena de pessoas, milhares de espécies de peixes e aves e chamaram a atenção e preocuparam as comunidades locais, poderes públicos e pesquisadores do Brasil e do mundo todo. Em Congonhas a barragem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está localizada próximo ao bairro Residencial Gualter Monteiro e ameaça diretamente 1500 pessoas caso seja rompida. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/10/interna_gerais,915656/oficial-admite-risco-de-rompimento-na-barragem-casa-de-pedra.shtml. Acesso em: 07 de abr. 2019.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das Ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 13-31, 2017.

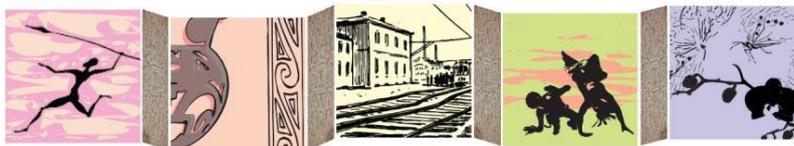
RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

IPHAN. **Recomendações de Paris**. 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

_____. **Recomendações de Nairóbi**. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A “ÁGUA” COMO ELEMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS FAMILIARES NO OESTE PAULISTA

THE WATER BASIN AS A LANDSCAPE STRUCTURE OF RURAL SETTLEMENTS IN THE WEST REGION OF SÃO PAULO

Aline Alves Anhesim

Doutoranda Geo UEL - aanhesim@yahoo.com

Bruno Frank

Doutorando Geo UEL - bruno.j.frank@gmail.com

Humberto Yamaki

UEL – Laboratório de Paisagem - yamaki@ymail.com

RESUMO

O estudo trata de comunidades rurais familiares tendo como elemento central os ribeirões denominados “águas”. É uma paisagem tradicional no Oeste Paulista. Neste estudo de caso trataremos da comunidade Água Funda, implantada num dos afluentes do ribeirão Pirapitinga em Assis SP. A continuidade de uso e de morada e as transformações lentas resultam no que denominamos paisagem vernacular. A aplicação de metodologia de reconhecimento e identificação permite avaliar as permanências da Água Funda. Conclui acerca da formação das Águas e as relações familiares presentes nesta comunidade

Palavras-Chaves: Paisagem histórica, Paisagem Vernacular, Água Funda.

ABSTRACT

This paper focuses on the watershed defined landscape called “águas” and the rural familiar communities. Águas is a landscape type, traditional in the west region of São Paulo State. The Agua Funda community is located closed to River ribeirão Pirapitinga in Assis SP. Continuity of original activities and population, and the slow transformation, results in the enhancement of qualities in the vernacular landscape. The recognition and identification of its main components allows for posterior evaluation of their permanencies. The paper concludes by interpreting the Family and comunal relationships in the formation of águas landscape-type.

Keywords: Historic Landscape, Vernacular Landscape, Água Funda

INTRODUÇÃO

Dentro do sistema de *aguadas*, forma de parcelamento de terras muito utilizadas no oeste paulista surgem diversos bairros chamados de *Águas* e de nomes variados. Ora associados às pessoas ou famílias ora com características fisionômicas, como no caso de *Água Funda*. Primeiramente, as águas foram importantes pontos de referência para reconhecimento e apropriação do território e depois, foram definidoras de subdivisões nas áreas rurais e originaram comunidades.

Estas comunidades constituem importante parte de nosso patrimônio cultural e vão além das representações muito apreciadas pelas atividades turísticas como *comer na roça*, *andar a cavalo e passar o dia no sítio*. Mesmo com o aumento no número de terras arrendadas para monoculturas muitas destas comunidades permanecem.

A presente pesquisa trata da paisagem resultante da ocupação do oeste paulista por meio de pesquisa bibliográfica, análise da cartografia histórica e trabalho de campo. Trata também da definição de paisagem e discute aspectos metodológicos para identificação de paisagens históricas. Encerra com uma breve reflexão acerca da importância do reconhecimento de comunidades rurais como paisagem históricas.

A identificação de características e elementos presentes na paisagem da *Água Funda* foi realizado com base no documento *Guidelines for Evaluating and Documenting Rural Historic Landscapes*¹⁸ (MCCLELLAND, 1999) e no *General Guidelines for Identifying Historic Landscapes*¹⁹ (CLEMENT, 1999).

Com base em Clement (1999), a metodologia proposta se desenvolve através da pesquisa em campo, dos diálogos, entrevistas e investigações arqueológicas e depois recomenda-se a pesquisa documental. A partir daí, é possível classificar o tipo de paisagem, se vernacular, projetada, etnográfica. E então, a desenvolve-se descrição da paisagem.

Em Clement (1999), descrever paisagem está relacionado a observar, em grande escala, organização espacial e padrões de solo. Em menor escala, é tratar do relevo, vegetação, dos canais de circulação, dos cursos d'água, das construções, estruturas e equipamentos funcionais e decorativos do sítio e objetos.

Primeiramente, a *Água Funda* foi identificada como um afluente do Ribeirão Pirapitinga. A partir daí, foi observado o contexto histórico da ocupação do Oeste Paulista por

¹⁸ Guia Geral para Avaliação e Documentação de Paisagens Históricas Rurais.

¹⁹ Guia Geral para Identificação de Paisagens Históricas.

meio de pesquisa bibliográfica. A Água Funda tem sua formação intimamente relacionada ao processo de ocupação das terras do Oeste Paulista. A área é constituída pelo perímetro da microbacia da Água Funda, que foi parcelada entre filhos de meu bisavô²⁰.

Foram pesquisados os processos de divisão de terras presentes nos arquivos do Fórum da Comarca de Assis (SP)²¹, a partir dos quais foi possível perceber que inicialmente as terras de José Teodoro de Souza foram parceladas em grandes fazendas que coincidiam com vales inteiros de rios e ribeirões, e que foram sendo subdivididas pelos seus afluentes.

Essas microbacias foram divididas em frações menores, com aproximadamente 25 alqueires, formando comunidades rurais chamadas de Águas. Esse parcelamento permitia o acesso aos benefícios do governo.

Esta pesquisa se baseou em visitas de campo, pesquisas sobre a genealogia de família e em entrevistas levantando dados sobre a ocupação original da Água Funda e a divisão entre os herdeiros. Por fim, Água Funda foi mapeada e foram identificados elementos e características.

POSSES COMO PRIMEIRAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS - A POSSE DE JOSÉ TEODORO DE SOUZA

Em 31 de maio de 1856, José Teodoro de Souza registrou sua posse do Rio Turvo à barra do Tibagi com o Paranapanema dizendo ser o senhor deste imenso latifúndio desde 1847 (GIOVANETTI, 1943). Após registro o desbravador fundou São Pedro do Turvo, Campos Novos do Paranapanema, e Conceição do Monte Alegre, como atrativos para o povoamento (COBRA, 1923).

Na figura 1, há a indicação de localidades como Campos Novos, São Pedro do Turvo e Campo Alegre, conectadas por uma linha sinuosa. Essa linha representa o caminho percorrido, que segue acompanhando a topografia, contornando as nascentes dos afluentes do Paranapanema. Esse caminho, na região mais alta, é o percurso dos pioneiros, as áreas de cerrado com índios menos bravos.

Ainda de acordo com a figura 1, é possível identificar a imensidão das terras de José Teodoro de Souza e “teve ele o cuidado de reconhecer os demais córregos, e ribeirões e rios para além, até atingir o ponto extremo que havia recuado e fixado frente a barra do Tibagy”:

²⁰ Este trabalho foi escrito por três autores. A autora principal é descendente dos primeiros moradores da Água Funda.

²¹ Arquivo Fórum da Comarca de Assis, disponível no CEDAP – UNESP/Assis.

Turvo, Alambary, São João, Capim, Jacutinga, Barraca, Rio Novo, Veado e Taquaral, Pary, Ribeirão dos Bugres, Três Ilhas, Vermelho, Palmital, Macuco, Barranco, Vermelho, Queixadas, Taquarussu, Dourados, Bugios, Anhumas, Capivara e Figueira. (COBRA, 1923).

Na margem direita do Paranapanema, são comuns as posses legitimadas que compreendem um vale inteiro de um rio, com um perímetro de mais de 12 léguas. Nestes sertões a venda de terras foi um negócio lucrativo (SAMPAIO, 1890). Algumas fazendas apresentam o nome dos ribeirões: Fazenda Jacutinga, Fazenda Três Ilhas, Fazenda Queixadas, Fazenda Palmital, entre outras.

Os vales desses rios e ribeirões, na margem direita do Paranapanema foram sendo vendidos por José Teodoro de Souza para seus conterrâneos de Pouso Alegre no fim do século XIX. Essas fazendas foram sendo parceladas em quinhões, coincidentes com afluentes menores dos rios e ribeirões. Com a chegada da ferrovia, esses quinhões foram subdivididos em lotes de aproximadamente 25 alqueires, comprados por grupos familiares, dando origem às Águas.

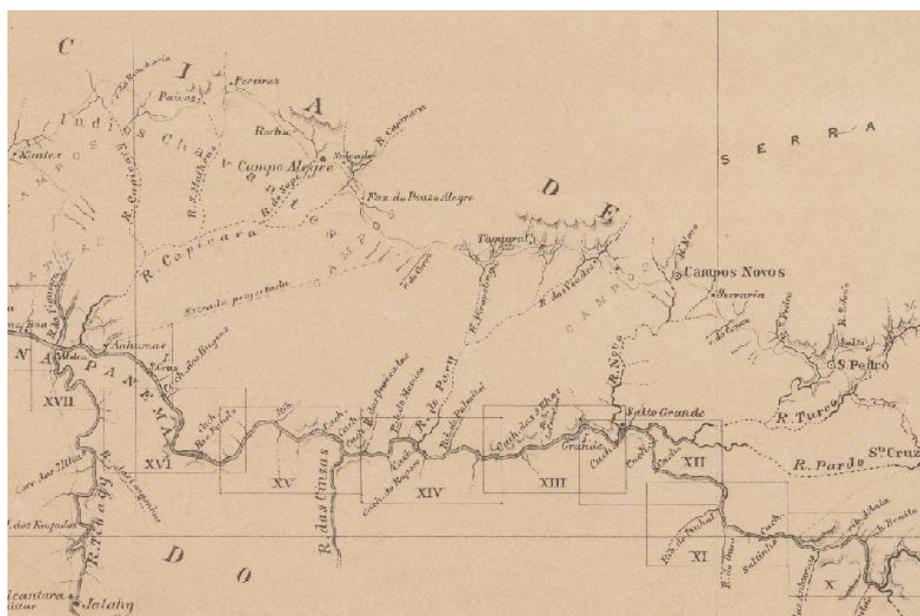


Figura 1 - Rio Paranapanema. A figura mostra aproximadamente a área de posse de José Teodoro de Souza, compreendida entre o Rio Turvo e o Rio Capivara. Fonte: SAMPAIO, 1886.

EXPLORAÇÃO DE RIOS E RIBEIRÕES – O LEVANTAMENTO DE TEODORO SAMPAIO EM 1886

Em 1886, Theodoro F. Sampaio, faz a exploração dos Rios Paranapanema e Itapetininga pela Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. No relatório,

ele levanta características gerais do rio e das terras e ocupação do vale, dessa região que começava a despertar o interesse geral. Levantou também aspectos da capacidade agrícola, seu povoamento, a ocupação, atividades comerciais, condição das vias e a presença de tribos. Sobre o Rio Pary, destaca seus afluentes: Pirapitinga, Taquaral, Ceremonia e dos Veados (SAMPAIO, 1889).

LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO E LEI DAS ÁGUAS

A Lei de Terras de 1850 impôs uma nova orientação sobre a forma de se adquirir terras no país. De acordo com esta lei não foram mais permitidas doações de terras, prática até então comum o que fez com as terras só pudessem ser adquiridas mediante herança e compra (GIAVARA, 2016). A promulgação da Lei, justifica o fato de José Teodoro ter usado como base o ano de 1847 sendo que percorreu a região em 1856 para reconhecer as terras que tomaria posse.

Embora pareça espontânea, a organização espacial de Água Funda assim de outras águas estão relacionadas com as definições da Lei 1045-c de 27/12/1906/SP, que define tamanho dos lotes (até 50 alqueires pois está na área de influência da Sorocabana), necessidade de estradas, construção de casa e preparação de pastagem.

O Decreto 6455 de 19/04/1907/BR aponta que as companhias ou associações particulares que possuem terras em circunstâncias próprias à colonização, poderão receber auxílio do governo (YAMAKI, 2017). Esses auxílios ficavam condicionados aos seguintes aspectos: 1) ausência de ônus, litígios, hipotecas; 2) área necessária para a colocação de 50 famílias, contíguos ou disseminados em uma região cujo raio máximo não exceda 12 quilômetros; 3) Áreas férteis e salubres, com distância conveniente de centros comerciais, ligados por estradas de ferro ou rodagem, existência de mananciais.

O Código das Águas, de 1934, define como 1) “águas comuns – as correntes não navegáveis ou fluviáveis” e 2) “águas particulares – as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou águas comuns.” A Água Funda era considerada uma água particular, por estar na posse de uma família.

ESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM NO SISTEMA DE AGUADAS: ÁGUA FUNDA



Figura 2 - Vista da Água da Pirapitinga do espigão que determina a aguada.
Fonte: ANHESIM, 2018.

Toda a bacia do Pary, incluindo as vertentes do Veado e Pirapitinga, apresentam comunidades rurais chamadas de Águas, conforme pode ser observado em alguns exemplos na figura 3.

O sistema de aguadas é composto por “terras compreendidas entre linhas de crista e correspondem a uma pequena bacia hidrográfica” (MONBEIG, 1984). Tendo a posse da aguada os limites ficariam demarcados a partir das bacias hidrográficas.

As aguadas foram subdividas em sítios por processos de herança ou venda e acabavam por gerar agrupamentos familiares ou comunitários²². Os sítios tinham acesso à água e ao espigão, seus limites laterais não eram tão geométricos quanto aqueles projetados por geodestas das companhias colonizadoras.

²² Havia a necessidade de vida comunitária para realizar trabalhos com a terra. Também havia escolas, festas, quermesses, igrejas e escola.



Figura 3 - Esquema de localização das Águas e suas respectivas, águas. Cada microbacia é uma comunidade.

PAISAGEM HISTÓRICA

Como transmitiríamos aos nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existissem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora [...] as lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso, esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência (BOSI, 1994).

Paisagem rural histórica é uma área geográfica que tem sido usada pelas pessoas, ou modificada, modelada pela ação humana, ocupação ou intervenção que possua uma concentração significativa, conexão ou continuidade em áreas rurais (MCCLELLAND, 1999). Também pode ser considerada vernacular, quando está relacionada ao uso e quando sua concepção não obedece a planos e projetos (CLEMENT, 1999).

Sendo uma resultante direta das necessidades, a paisagem histórica, é uma construção dos grupos humanos que a habitam, expressam seus costumes, sua forma de se relacionar com a natureza e seus modos de vida.

ÁGUA FUNDA: CARACTERÍSTICAS E PAISAGEM

Paisagem é aquilo que se vê, e que demonstra as relações existentes entre o meio natural e cultural. As Águas representam unidades menores da paisagem que vão se repetindo a cada afluente, e que formam um padrão.

O retalhamento da Fazenda Taquaral em propriedades menores obedeceu ao sistema de aguadas. Normalmente, esse retalhamento é feito na bacia de pequenas vertentes do Ribeirão Pirapitinga e em tantos outros formando comunidades como Água do Prato, Água do Café, Água do Matão e Água do Pavão.



Figura 4 - Estrada de servidão. A estrada separa a parte baixa do lote para o pomar, a casa, e as outras edificações. A parte alta, outrora, ficava para o plantio de café.
Fonte: ANHESIM, 2019.

Os lotes resultantes possuem forma alongada, com acesso a água e cortados pela estrada de servidão. A estrada segue paralela ao curso d'água como um divisor da propriedade, acima fica a área de cultivo e abaixo fica a área da moradia e seus complementos. Essa divisão gera um alinhamento entre as moradas.



Figura 5 - Água Funda. Vista da estrada de servidão para a água. Cercas delimitam lotes alongados.

Fonte: ANHESIM, 2019.

Os lotes se organizam de forma a manter as casas, mangueiras, estábulos e outras edificações próximos ao curso de água para abastecimento. Nessa fração do lote, chamada de parte baixa, também ficam os pomares e árvores de grande porte. Portanto, as casas das propriedades ficam alinhadas. Na parte alta, protegida das geadas, fica a plantação. No início do século XX, essas áreas destinavam-se ao cultivo de café. O limite entre as propriedades foi feito inicialmente por marcos, depois por cercas e mourões. Hoje, há mata-burros e cercas.

Conforme pode ser observado na figura 8, são determinantes dos limites da comunidade: 1. o curso da Água Funda, bem como sua nascente envolvida na mata e a barra que deságua no Ribeirão Pirapitinga e 2. o espigão.

Com caminhos de terra, áreas uniformes de plantio pontuadas por árvores isoladas e conjuntos de moradias e anexos voltados ao cotidiano da lavoura. Pequenos elementos tais como as cercas de paus fincados, o mata-burros, porteiras e bebedouros dão sentido e familiaridade ao lugar.



Figura 6 - Córrego Água Funda. Delimitação remanescente de limites de lotes e edificações remanescentes.

O elemento de coesão da Água Funda é o curso d'água e a identidade existente entre os moradores é a de relações familiares. Atualmente moram pessoas de sobrenome Lino, Machado, Lima, Onório, todos descendentes da mesma família, porém com sobrenomes diferentes²³.

A paisagem se constituiu através das águas desde a primeira ocupação do oeste paulista, da legitimação das posses e da divisão das glebas: antecederam a chegada dos trilhos da Sorocabana.

Assim, compreende-se que na Água Funda a continuidade histórica é evidente. Há marcas da ocupação e influências de processos legais e sociais da ocupação e apresenta

²³ Os filhos eram registrados com sobrenomes diferentes.

remanescentes que permitem a leitura de conjunto de características que se repetiu na região: formação de comunidades a partir de laços familiares.

A identidade com a paisagem natural se manifesta no discurso de seus moradores, que usam elementos da geografia para se orientar e se expressar. Nas conversas, é sempre comum ouvir termos como água, espigão, perímetro, mata.



Figura 7 - Vista de uma propriedade rural. A foto mostra os bebedouros dos animais improvisados em banheiras esmaltadas, a mangueira, e ao fundo a Água Funda.
Fonte: ANHESIM, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização de comunidades rurais em forma de aguadas, formando as “Águas” resulta numa paisagem de continuidade. Paisagem histórica com fortes características tradicionais, a paisagem vernacular do Oeste Paulista.

O levantamento de lotes contíguos e de reconhecidos laços familiares, permite identificar as permanências e usos dos componentes da paisagem. A Água Funda como estruturador e abastecimento da comunidade, a topografia atendendo as necessidades do cultivo de café e criação de animais, as relações familiares e a divisão de trabalho, o padrão que se repete na organização e forma dos lotes são características da paisagem vernacular.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Lei 601 de 18 de Setembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 14/04/2019
- BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 – Decreta o Código de Águas**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em 14/04/2019
- COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1923.
- CLEMENT, D. **General Guidelines for Identifying and Evaluating Historic Landscapes**. Califórnia 1999.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Nº 1.045-C, de 27 de dezembro de 1906**. Dispõe sobre a imigração e colonização no território do estado. 27/01/1907. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/157133> . Acesso em 14/04/2019.
- GIAVARA, E. **As fronteiras do desconhecido: civilização e barbárie no Oeste Paulista**. Revista de História, V.8, n. 16, 2016. Disponível em www.seer.ufms.br/index.php/AlBRHis/article/view/2177, acessado dia 09/10/2017.
- GIOVANETTI, Bruno. **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, s.d. 1943
- McClelland, Linda Flint et ali. **Guidelines for evaluating and Documenting Rural Historic Landscapes**. US Department of the interior, National Park Service, Cultural resources, 1999.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- SAMPAIO, Theodoro. **Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889
- SAMPAIO, Theodoro. **Considerações geográficas e econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema**. Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo.4. São Paulo: Typographia King. 1890. Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/biblio:sampaio-1890-consideracoes>
- YAMAKI, Humberto. **Terras do Norte: Paisagem e Morfologia**. Londrina: Editora H.Yamaki, 2017.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

CERCAMENTO E SINALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MASSAMBABA I, II E III EM ARRAIAL DO CABO / RJ

FENCING AND SIGNALING OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE MASSABABA I, II AND III IN ARRAIAL DO CABO / RJ

Ana Maria Nunes Batista

Msc. Em Geociências (UFPA) E Gestora Ambiental/UNESA-Cabo Frio

anabju913@gmail.com

Ellen Jumara Barbosa de Souza

Analista Ambiental/UFRJ E Fiscal Do Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente do Arraial do Cabo-RJ

(Ellenjbs10@Gmail.Com)

Rita De Cássia Souza

Gestora Ambiental/UNESA-Cabo Frio e Gestora Ambiental da Fundação Municipal de Meio

Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Arraial do Cabo-RJ

ritt_ac@hotmail.com

RESUMO

O Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III, localiza-se na Praia Grande em Arraial do Cabo-RJ, configurando importante patrimônio material e ambiental cabista. Sua área está inserida no Parque Natural da Restinga da Massambaba, é caracterizada como área de preservação permanente (APP) e composta por dunas, vegetação de restinga fixadora de dunas e três sambaquis. Atualmente encontra-se superposta pela área do núcleo Atalaia-Dama Branca do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), criado em 2011. Este trabalho objetiva relatar a ação para cercamento e sinalização do referido sítio, visando atender prioritariamente determinação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) movido pelo Ministério Público Federal (MPF) em 1996, devido ao despejo de resíduos sólidos e a instalação de estacionamento, ambas as irregularidades cometidas tanto pela Companhia Nacional de Álcalis (CNA), quanto pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo (PMAC) e a degradação de parte da sua área, devido a terraplanagem em suas dunas para campeonato regional de Motocross, objeto de infração ambiental pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, em 2000. Além do atendimento ao TAC as ações desenvolvidas pretenderam a proteção do sítio para garantir à população tradicional cabista a preservação da sua história e a divulgação do sítio arqueológico aos públicos turístico e moradores. A metodologia incluiu planejamento e ações de demarcação, cercamento e sinalização realizadas pela Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA), CNA e, empreendedores com processos de licenciamento. Em vistoria ao local

observou-se ameaças, como, trânsito de veículos, presença de equinos, etc. Estas informações foram relatadas no Formulário de Identificação de Problemas e Soluções Ambientais (FIPSA), enviado ao IPHAN que aprovou o projeto de cercamento da poligonal do sítio e sua sinalização. Os resultados obtidos foram: o cercamento parcial da poligonal, sinalização, recuperação da área degradada com revegetação de espécies nativas e trabalhos de educação ambiental apresentando a biodiversidade da restinga da Massambaba, a geodiversidade (dunas) e a importância do Sítio arqueológico. Hoje, o cercamento e a vegetação, encontram-se em parte bem recuperados melhorando a paisagem local, e ampliou o pertencimento da comunidade próxima ao sítio, respeitando o seu limite, mesmo em períodos de grandes eventos. Entretanto, muito há de ser realizado para atender o TAC, e devido às mudanças de gestões políticas os trabalhos desenvolvidos encontram-se ignorados e alguns até perdidos, a exemplo da sinalização.

Palavras-Chave: Sítio Arqueológico. Sambaqui. Área de preservação. Patrimônio. Massambaba.

ABSTRACT

The Massambaba Archaeological Site I, II and III, is located in Praia Grande in Arraial do Cabo-RJ, forming important material and environmental patrimony. Its area is inserted in the Restinga Natural Park of Massambaba, it is characterized as a permanent preservation area (APP) and composed of dunes, dune-fixing restinga vegetation and three sambaquis. Currently, it's superimposed on the Atalaia-Dama Branca core area of the Costa do Sol State Park (PECS), created in 2011. This work aims to report the action for enclosure and signaling of the site, aiming at meeting the determination of the Term of Adjustment (MPC) in 1996, due to the disposal of solid waste and the parking facility, both irregularities committed by both the National Company of Alkalies (CNA) and the Municipal Government of Arraial do Cabo (PMAC) and the degradation of part of its area, due to earthworks in its dunes for the regional championship of Motocross, subject to environmental infraction by IBAMA - Brazilian Institute of the Environment, in 2000. Besides the TAC service, the actions developed aimed at protection of the site to ensure the traditional population of the preservation of its history and the dissemination of the archaeological site tourism and residents. The methodology included planning and demarcation, fencing and signaling actions carried out by the Municipal Environmental Department (SEMA), CNA and, entrepreneurs with licensing processes. On site inspection, threats were observed, such as vehicle traffic, presence of horses, etc. This information was reported in the Environmental Problems and Solutions Identification Form (FIPSA), sent to IPHAN, which approved the project of enclosure of the polygon of the site and its signaling. The results obtained were: partial encircling of the polygonal, signaling, recovery of the degraded area with revegetation of native species and environmental education works presenting the biodiversity of the Massambaba restinga, the geodiversity (dunes) and the importance of the archaeological site. Nowadays, the enclosure and the vegetation are partly recovered, improving the local landscape and increasing the community's proximity to the site, respecting its limits, even during periods of major events. However, much has to be done to meet the TAC, and due to changes in political management the work developed is ignored and some even lost, such as signaling.

Keywords: Archaeological Site. Sambaqui. Preservation area. Patrimony. Massambaba.

INTRODUÇÃO

Segundo a pesquisa pela empresa norte-americana Expedia Brasil, o município de Arraial do Cabo, está entre os dez melhores destinos turísticos do Brasil, destacando a Praia Grande com grande potencial turístico (FOLHA DOS LAGOS, 2019). Em termos de potencial arqueológico, de acordo com as divulgações turísticas oficiais da Prefeitura, Arraial do Cabo “*está assentado sobre sítios arqueológicos valiosos para o estudo da história da região*”. Opinião reforçada por Tenório et. al (2008), que apresenta Arraial do Cabo como “*um conjunto arqueológico notável por sua concentração no espaço e pela diversidade dos locais escolhidos para os assentamentos*”. O Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico/cultural, proposto em 2010 pela Companhia Municipal de Administração Portuária (COMAP) em função do licenciamento ambiental do Porto do Forno, identifica 26 sítios pré-cerâmicos e dois sítios cerâmicos, no município e inclui o Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III, objeto principal deste artigo, em conjunto com os Sítios Ponta da Cabeça (destruído) e Colônia de Pescadores (destruído), como os localizados sobre dunas em praias de mar aberto. Dias Jr. (1969c) apud Souza e Souza 1981 relata que nos sítios de Arraial do Cabo foram localizados “sepultamentos em posição fetal, sentados em pequenas covas cônicas, fortemente tingidas de ocre, com acompanhamento funerário de artefatos líticos e objetos de adorno feitos sobre ossos ou dentes”.

O Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III, está localizado na Praia Grande em Arraial do Cabo, e possui grande potencial arqueológico pré-colonial, configurando patrimônio material e ambiental cabista. Sua área está inserida no Parque Natural da Restinga da Massambaba (Decreto nº 1.815 DE 29 de março de 2010) anteriormente denominado Parque Municipal Natural do Combro Grande (Lei nº602-A de 23 de abril de 1992) (art 21, inciso 14, alínea) e caracterizada como área de preservação permanente (APP). Atualmente encontra-se superposta pela área do núcleo Atalaia-Dama Branca do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), criado pelo Decreto Estadual nº 42.929 de 18 de abril de 2010. (Figura 1).



Figura 1 - Localização geográfica do Sítio Massambaba I, II e III

Fonte: Imagem Google 2019.

A área que contém o sítio, denominado “Massambaba RJ-JC-56” pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), com aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é composta por dunas, vegetação de restinga fixadora de dunas (Figura 2) e três sambaquis.

Figura 2: Vista panorâmica do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III.



Fonte: Autoria própria

As ações para o cercamento e sinalização do Sítio Massambaba I, II e III foram motivadas por um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), movido pelo Ministério Público Federal (MPF) em 1996, em decorrência da omissão da prefeitura Municipal na delimitação das unidades de conservação, e a colocação juntamente com a Companhia Nacional de Álcalis (CNA) de resíduos líquidos ou sólidos e outras formas de lixo e rejeitos nas Reservas Biológicas das Orquídeas e Brejo do Jardim, criadas expressamente pelos incisos II e V do artigo 186 da lei orgânica do município e no Parque Municipal Natural do Combo Grande, além das denúncias da instalação de estacionamento rotativos em áreas de praias, instituídos pela Lei Municipal nº 1.120 de 08 de Janeiro de 1999, impactando o aspecto do sítio protegido por lei. A motivação supracitada foi potencializada pela ameaça ao sítio, devido a terraplanagem em suas dunas para construção de montes com “saibros” e entulhos durante a instalação de evento para campeonato regional de Motocross, denunciada pelo IBAMA, em 2000, que resultou na degradação de parte da área do sítio arqueológico.

A atividade industrial da Companhia Nacional de Álcalis foi desativada em 2003, deixando seu passivo ambiental. O setor do turismo, por sua vez, continua investindo no turismo de massa, desconsiderando as normas de preservação ambiental dos espaços protegidos municipais. Desta forma, o potencial turístico e o potencial arqueológico em Arraial são conflitantes com relação aos seus objetivos e fatores de equilíbrio ambiental. A cidade de Arraial do Cabo, até o momento, não possui um planejamento turístico estabelecido e com foco na sustentabilidade. O turismo local tem se desenvolvido como uma atividade mecânica, ao longo dos anos, ignorando as diferentes demandas alusivas a conservação e valorização das áreas de especiais interesses ecológico-histórico e cultural do município, definidas em seu Plano Diretor (Lei municipal nº 1496 de 30 de outubro de 2006).

Mediante a exposição dos fatos, este trabalho objetiva relatar a ação metodológica para cercamento e sinalização do sítio arqueológico Massambaba I, II e III, visando atender prioritariamente determinação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), através de um modelo conciliatório de soluções entre a Secretaria Municipal do Ambiente e o IPHAN. E através dos resultados desta ação garantir à população tradicional cabista, a preservação da sua história e a divulgação do sítio arqueológico aos públicos turístico e moradores.

METODOLOGIA

A metodologia para implantação da ação foi desenvolvida inicialmente da integração das exigências e particularidades, relacionadas a seguir:

- (a) condicionantes impostas no TAC-MPE 2002;
- (b) solicitação do IPHAN/MPF 2006 para elaboração de um plano de ações de demarcação, cercamento e sinalização das áreas degradadas;
- (c) definição de medidas compensatórias pelo Departamento de Licenciamento Ambiental em processos de licenças ambientais para novos empreendimentos imobiliários, no entorno do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III e;
- (d) priorização de ordenamento pela fiscalização ambiental às atividades de estacionamentos irregulares na praia Grande, sobre a vegetação fixadora das dunas do sítio Colônia dos Pescadores.

Importante ressaltar que uma das determinações do TAC em 2002 foi a elaboração do estudo “Definição das Unidades de Conservação e Proposta do Plano de Manejo da Praia Grande” (PM-PG), em uma área “abrangendo 498,3 ha de terreno pertencente, na sua maior parte, à Companhia Nacional de Álcalis, contendo três unidades de conservação: Reservas Biológicas Municipais das Orquídeas e Brejo do Jardim, e Parque Arqueológico do Combro Grande.” (Dorothy et. al. 2004, referenciado pela Ação Civil Pública, Processo 3.425/96), que deveria indicar as áreas degradadas para atendimento às condicionantes de ajustes do TAC.

O estudo em sua proposta de zoneamento ambiental apontou a criação do Parque natural Municipal da Praia Grande e inclui a área do Parque Municipal Natural do Combro Grande em sua Zona de Uso Histórico Cultural (ZCULT), com a seguinte definição: “áreas onde são encontradas manifestações históricas, culturais ou arqueológicas, com objetivos de preservar estas áreas para fins de interpretação para o público”. Recomendando as seguintes ações prioritárias: (a) demarcar e cercar a área; (b) instalar placas de sinalização com informações sobre o sambaqui interpretadas para o público leigo; (c) restaurar o sítio e recuperar a vegetação do entorno; (d) estabelecer normas para visitação pública e (e) implementação de Educação Ambiental.

A primeira etapa para integração das ações foi a realização de uma vistoria na área da ZCULT (que contém o Sítio Arqueológico I, II e III) e nas areias e dunas da Praia Grande, a fim de identificar os problemas. O trabalho foi realizado pela Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA), CNA e representantes legais dos empreendimentos que apontou outras ameaças, tais como, trânsito de veículos (bugres e quadriciclos), presença de equinos em livre pastagem, posteamento de energia desativado da CNA e poço artesiano. Estas informações foram relatadas no Formulário de Identificação de Problemas e Soluções Ambientais (FIPSA) criado pela SEMA.

Concomitantemente, na segunda etapa, a SEMA iniciou o processo de repressão através da fiscalização ambiental ao estacionamento irregular e trânsito de veículos nas áreas e enviou oficialmente o formulário FIPSA para requerer orientações ao IPHAN.

A terceira etapa foi composta de várias reuniões com as partes interessadas, tendo como base a análise das condicionantes do TAC, das cobranças do IBAMA e o retorno técnico do IPHAN que aprovou o Projeto de Cercamento para toda poligonal do sítio e sua sinalização, considerando algumas recomendações.

Ainda nesta etapa, a SEMA recebeu do IPHAN a fotocópia da planta com a delimitação da poligonal original da área do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III, de autoria da Companhia Nacional de Álcalis, elaborada em 1983.

As reuniões realizadas entre a SEMA e o IPHAN nesta etapa foram de grande importância visto que derão a direção para determinação das metas prioritárias na preparação do plano de ação para o cercamento e sinalização, o dimensionamento e custos para operar o plano, e auxílio na definição das medidas compensatórias a serem impostas aos empreendedores no processo de licenciamento ambiental. Estas medidas foram esclarecidas e aprovadas em completa concordância entre os órgãos licenciadores (SEMA, IPHAN) e licenciados.

Finalizadas as etapas de construção metodológica e após recomendações técnicas do IPHAN e MPF as seguintes ações foram adotadas: (1) retirada do posteamento; (2) levantamento e coleta manual dos resíduos sólidos existentes; (3) atualizar planta de delimitação do sítio; (4) recuperar área impactada promovendo revegetação com espécies nativas; (5) executar o cercamento e sinalização observando as recomendações do IPHAN e (6) implantar educação ambiental.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Antes de detalhar as ações adotadas é importante retratar o principal objeto deste relato, o “Sítio Arqueológico da Massambaba I, II e III” ou Massambaba RJ-JC-56 quanto a sua importância patrimonial no município de Arraial do Cabo e no Estado do Rio de Janeiro.

Sítio Massambaba I, II E III

O Sítio Massambaba, localiza-se em plena Praia Grande (Lat. 22° 57.8' S e Long. 042° 02.1' W) e está em propriedade da Fábrica Nacional de Álcalis (Machado et. al. 1989) (Figura 3)

Figura 03: Mapa detalhe da localização dos Sambaquis Massambaba I, II e III



Fonte: Imagem Google 2019

De acordo com Tenório et. al. 2010, a área do Sítio Massambaba I, II e III adicionada a do Sítio Colônia dos Pescadores e de ocupação do Sítio da Ponta da Cabeça, perfazem 500 metros de linha de praia, constituindo uma área que em determinadas épocas teria sido densamente ocupada e hoje representa um conjunto de sítios mais extensos do litoral do Rio de Janeiro (Figura 4)

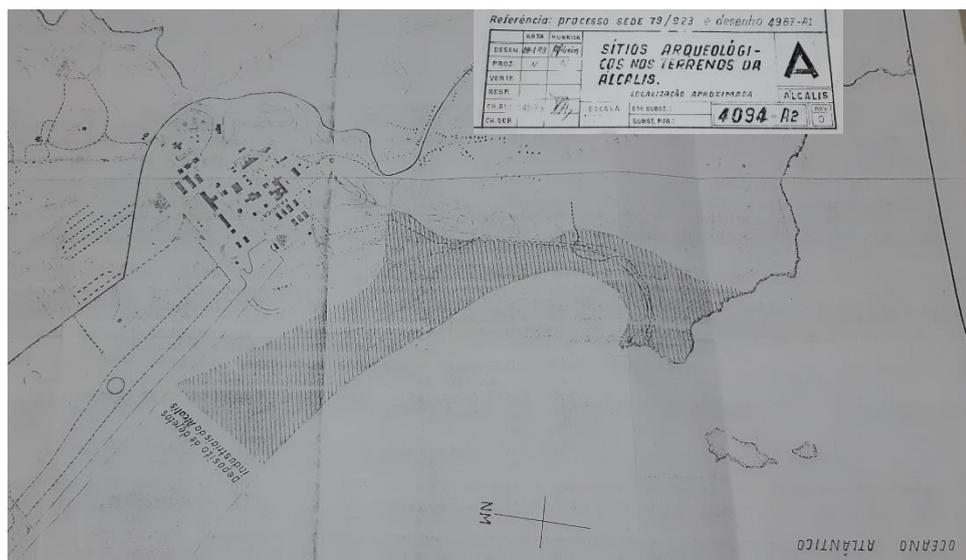


Figura 04: Mapa do conjunto de sítios arqueológico na Praia Grande.

Fonte: Adaptação do mapa Álcalis, 1983.

Em 1973 durante a prospecção arqueológica do Litoral Fluminense realizada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), foram retirados do Sítio Massambaba I, II e III “dez enterramentos simples e um duplo, que tinham por acompanhamento funerário artefatos líticos, ósseos e adornos de pedra e concha”. Provavelmente, por Dias Jr. (1977a) apud Souza e Souza (1981), o sítio Massambaba I, II e III estaria incluído nos sítios que testemunham a primeira ocupação do litoral fluminense, na tradição Itaipu, Sub-fase Itaipu B. Sobre esta Sub-fase Dias Jr. (1977a) comenta:

Quanto à subfase Itaipu B, [...], localiza-se em praias de mar aberto, situando-se os sítios sobre dunas estáveis de razoáveis dimensões. É provável que esta subfase decorra das modificações climáticas ocorridas c. 4.000 anos atrás, época do máximo alcance das águas no estágio transgressivo Younger Peron, ou logo após.

Tenório et. al em 2010, indica como uma das principais características do Sítio Massambaba I, II e III, “o local de assentamento sobre dunas de 10 m em praia céu aberto; placas malacológicas trapezoidal com perfurações e pingentes de gnaiss polido com artefatos diagnósticos e (c) sepultamento característico primário, estendido, em decúbito ventral, face voltada para o chão”. Ainda de acordo com os autores, o sítio “apresenta Cerâmica Tupi e

também uma cerâmica escura sem decoração em sua superfície. A camada arqueológica, de coloração amarelada, composta por restos orgânicos, tem 60 cm de espessura média”

Souza e Souza (1981) descrevem sobre os pescadores-coletores nos sítios da subfase Itaipu B, o seguinte texto:

comprova-se que estes macrobandos seriam, provavelmente, sedentários ou semi-sedentários, com economia centrada na pesca e subsidiada pela coleta de moluscos. Informações indiretas sobre a coleta de sementes, talvez até de uma agricultura incipiente, são fornecidas pela presença abundante de mós, mãos-de-mó, moinhos planos e outros artefatos similares, e a ocorrência de lâminas-de-machado e de outros artefatos para a exploração de recursos florestais. A subfase Itaipu B perdurou, seguramente, até o advento da tradição Una, mas pode ter perdurado até a chegada dos europeus.

Legislação Sobre Sítio Arqueológico

A Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, conhecida como a Lei dos Sambaquis dispõe que em seu artigo 2º que “as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente” podem ser referidas como monumentos arqueológicos e pré-históricos e mesmo se não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta lei, são consideradas, para todos os efeitos bens patrimoniais da União (Art. 7º). Esta também estabelece a proibição em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas. Assim, qualquer ato que importe na destruição ou mutilação de monumentos do patrimônio cultural brasileiro, será punido com multas, de acordo com o art. 4º da Lei 3.924/61 e considerado crime contra o Patrimônio Nacional, sendo punido de acordo com as leis penais, conforme institui o art. 5º da referida lei.

O Decreto-Lei Estadual nº 2, de 11 de abril de 1969, em seu artigo 1º, constitui como patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado da Guanabara, os Sítios arqueológicos.

A educação sobre os sítios arqueológicos advém desde 1981 quando a Lei Estadual nº 509, definiu a articulação entre o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Tombamento, o estudo sobre a conveniência e a oportunidade de incluir, nos currículos escolares, noções da obrigação cívica e cultural de preservar os valores artísticos e históricos do Estado, bem como suas reservas biológicas, jazidas arqueológicas, monumentos e paisagens naturais.

Posteriormente, o parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 definiu que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Determinando de modo complementar em seu § 1º que, “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Em 1989, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, determina em seu artigo 261 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público, o dever de defendê-lo, zelar por sua recuperação e proteção, em benefício das gerações atuais e futuras.”. E, também estabelece ser áreas de preservação permanente: “[...] as áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural”. Em seu artigo 322, o Estado deve garantir, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, através dos seguinte incisos: [...] VIII - proteção dos documentos, das obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e científico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos e ecológicos. E, finalmente compete aos Municípios o exercício de “ [...] VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; e IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual e apoiar a atividade cultural (Artigo 358).

O Decreto nº 23.055/1997, instituiu no Artigo 1º que a Secretaria de Estado de Cultura e Esporte, com a assessoria do Conselho Estadual de Tombamento e apoio técnico imediato do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, exercerá, na forma da lei, o poder de

polícia de competência do Estado, relativo à prevenção, controle e repressão de atividades que ponham em risco ou causem dano aos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, públicos ou privados, naturais ou produto de ação humana. Para tanto, ficando definido no parágrafo 1º deste artigo que o exercício do poder de polícia implica; “I - na vigilância e tutela dos bens do patrimônio cultural; II - na fiscalização do cumprimento das normas legais referentes a sua proteção e promoção e III - na imposição de penalidades aos infratores”.

Em 2000 a Lei Estadual nº 3467 instrui sanções pecuniárias a quem:

Art. 69 - Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, em ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 70 - Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

A Lei Federal nº 9.985/2000 ou Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), do mesmo modo, prevendo a proteção de sítios paleontológicos e arqueológicos e, através da cultura material deixada por povos que ocupavam essas áreas, reconhece a ampliação da importância dos sambaquis e de seus registros, possibilitando o estudo do cotidiano social pré-histórico.

O Novo Código Florestal ou Lei nº 12.651/2012 considera, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a finalidade de proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico (Art. 6º, inciso V).

A Lei Orgânica de Arraial do Cabo considera as áreas de interesse arqueológico, histórico, científico paisagístico e cultural como áreas de preservação permanente (Art. 184, inciso V), atribuindo ao município “promover a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e municipal (Art. 16), cuja proteção deverá ser efetuada pela a Guarda Municipal” (Art. 18, inciso I). Adicionalmente o Art. 240 estabelece que o município, com a colaboração da comunidade, deverá promover e proteger o Patrimônio Cultural do Município de Arraial do Cabo, por meio de tombamento, inventários, registros, vigilância, desapropriação e de outras formas de acautelamento e

preservação. Assim como, assegurar a preservação dos documentos de valor histórico-cultural inclusive mediante recolhimento a arquivo público municipal (parágrafo 1º). Em 2007 a Lei 1.512 do uso e ocupação de solo reforça como diretriz para a ordenação do território municipal “a “preservação, recuperação e valorização de imóveis, conjuntos arquitetônicos, históricos e sítios arqueológicos (Art. 2º, Inciso III).

Não serão permitidas atividades que contribuam para descaracterizar ou prejudicar seus atributos e funções essenciais excetuadas a atividade de pesca artesanal e aquelas destinadas a recuperá-las e assegurar sua proteção, mediante prévia autorização dos órgãos municipais competentes” (Parágrafo Único do Art. 184). Danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei. (Art. 240, Parágrafo 2º).

A Lei Municipal nº 1.496 de 30 de setembro de 2007 ou Lei do Plano Diretor do município de Arraial do Cabo direciona em seu Art. 1º, § 2º os seguintes objetivos para a execução da política urbana e de controle do uso do solo:

A reorganização e a alteração da intensidade da ocupação no núcleo urbano, têm por fundamento, possibilitar o surgimento de melhores condições nas vias de circulação da cidade, de forma mais imediata possível, na medida em que a motivação econômica desperte o interesse privado, que buscando atividade produtiva, promoverá investimentos em vista do potencial turístico oferecido pelo conjunto de atributos da cidade, com destaque para as suas paisagens, belezas naturais, praias e outros destaques, considerando que esses bens inerentes, são um patrimônio de todos e portanto deve ser zelado e protegido pelos que nasceram aqui, pelos que escolheram esse lugar para viver e por todos aqueles que gostam dessa cidade, visitando de forma frequente ou na medida do possível, tendo muitos deles feito investimentos em imóveis, contribuindo para o desenvolvimento.

Já o seu Art. 6º, inciso IX determina “a proteção do patrimônio construído em particular das construções de valor histórico e arquitetônico, bem como dos bens culturais e arqueológicos” e reconhece no Art. 16, como áreas tombadas municipais “os sítios arqueológicos reconhecidos pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, as dunas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo Frio, pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro e as Zonas Históricas identificadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo” ou Lei nº 602A/92 alterada pelas Lei nº 1512/07 e 1715/11.

O Art. 18 desta mesma lei define que a política municipal de recursos do mar e pesca, tem por objetivo “orientar a utilização racional da Zona Costeira do mar territorial

(patrimônio nacional, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, §4º), principalmente na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - RESEXMAR-AC, criado pelo Decreto Federal s/nº, de 3 de Janeiro de 1997, contribuindo assim para elevar a qualidade de vida da população e proteger o patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”.

A política Municipal de educação a ser instituída pelo Executivo buscará principalmente a elevação da qualidade do ensino básico no Município, considerando seguintes preceitos: VI - Incluir nos currículos, noções de pesca, meio ambiente, história, Cultura, Folclore, tradições e preservação do Patrimônio Histórico material e imaterial.(Art. 40)

As Ações

A. Retirada Do Posteamto

Após o levantamento do IPHAN na área do sítio arqueológico, este solicitou junto ao Ministério Público Federal a remoção dos postes desativados (Figura 5) que existiam no local a concessionária fornecedora de energia (Ampla). A concessionária acatou a solicitação, porém, após a retirada dos postes na via pública, sob sua competência, restaram alguns postes no interior do sítio arqueológico de propriedade da Álcalis. Desta forma o IPHAN, em resposta a proposta de cercamento anexo ao documento a FIPSA nº 0001/09 recomendou a retirada do posteamto pela Companhia Nacional de Álcalis, antes do cercamento, pois o mesmo poderia comprometer a ação de retirada do posteamto devido ao uso de maquinário específico.

Figura 5: Avenida Rebeche com o posteamento desativado.



Fonte: A autoria própria.

A retirada do posteamento foi realizado pela CNA que arcou com mão de obra e equipamentos.

B. Levantamento E Coleta Manual Dos Resíduos Sólidos Existentes

A presença de resíduos sólidos pontuada no TAC-RJ em 1996 refere-se aos resíduos líquidos e sólidos e outras formas de lixo e rejeitos cuja disposição promoveu danos ambientais nas Reservas Biológica das Orquídeas e Brejo do Jardim e no Parque Municipal Natural da Restinga da Massambaba. Outra ocorrência de resíduos teve sua origem na formação de montes de entulhos, de restos de alvenaria de obras e saibro de origem desconhecida, sem autorização para movimentação de terra, para campeonato de motocross, objeto de Infração pelo IBAMA em 2000. Outras formas de lixo e rejeitos (Figura 6) também foram identificadas pela fiscalização municipal de meio ambiente, como provenientes do despejo de entulhos de obras pelos carroceiros contratados pela prefeitura, que também ocorriam principalmente no interior da poligonal do sítio arqueológico, vestígios estes que se encontravam concentrados principalmente no local do sítio Massambaba II, situado no início do Parque Municipal Natural da Restinga da Massambaba, na Praia Grande. Dada a esta localização que inclui a parte do perímetro onde foi proposto a implantação do cercamento, o IPHAN recomendou que fosse realizada concomitantemente à implantação do cercamento a

coleta manual de lixo e entulhos despejados no interior de toda a poligonal do sítio arqueológico Massambaba I, II e III.



Figura 6 - Área interior do sítio com entulhos e lixo.

Fonte: Autoria própria

A coleta manual de resíduos foi executada e foi mais complexa e trabalhosa, devido o predomínio de resíduos de construção civil (RCC), demandando apoio de operários e transporte da Secretaria de Serviços Públicos e da CNA. Todo o material coletado foi destinado a Usina Municipal de Triagem e Reciclagem.

C. Atualizar Planta De Delimitação Do Sítio

A revisão da planta foi a terceira ação antes do cercamento. Para tanto, foi realizada planialtimetria para definir nova delimitação da poligonal, visto que, a planta de topografia original do levantamento dos sítios arqueológicos nos terrenos nos terrenos da Cia Nacional de Álcalis, enviada pelo IPHAN, apresentava parte do sítio atravessado pela via pública (Av. Rebeche) e inclusões parcial de lotes urbanos. Ressalta-se que a planialtimetria fora realizada pelos engenheiros dos empreendimentos envolvidos e sobre supervisão do IPHAN, fator fundamental para posterior efetivação de regularização e tombamento do sítio por este órgão. (Figura 7).

Figura 7 - Poligonal georreferenciada em imagem Satélite Google Earth - mapa base Álcalis (CNA).



Fonte: Autoria própria

D. Recuperar Área Impactada Promovendo Revegetação Com Espécies Nativas

Para a recuperação da área degradada no Sítio arqueológico (Figura 08) foram consideradas as orientações do IPHAN que indicaram a necessidade de revegetação, no intuito de se evitar o descobrimento do sítio sobre duna pela ação dos ventos que assolam a região.

Figura 8 - Ação de cercamento pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.



Fonte: Autoria própria.

Com base nesta orientação, durante a ação foram adotadas algumas espécies para a recuperação da vegetação e fixação das dunas, escolhidas na listagem de espécies apropriadas à recuperação dos cordões de dunas segundo Parecer IPHAN nº 01/09. Nesta listagem são definidas espécies para guarnecimento da cerca da poligonal e para as três fases de cobertura e revegetação dos cordões de duna, de forma a não comprometer o material arqueológico. A espécie escolhida para recobrimento arbustivo e ao mesmo tempo atuar como futura “cerca-viva” ao lado do cercamento de moirões, para o trecho entre a via pública e o sítio arqueológico foi a *Schinus terebinthifollius*, popularmente conhecida como Aroeira.

O motivo para a escolha foi devido a apreensão pela Secretaria do Ambiente de Arraial do Cabo de grande quantidade de mudas e sementes desta espécie. Este material serviu para abastecimento do Horto municipal. Além da aroeira foram plantadas mudas de espécies de cactáceas e bromeliáceas provenientes do horto municipal e de doações dos empreendimentos.

E. Executar O Cercamento E Sinalização Observando As Recomendações Do Iphan

Apesar da recomendação do IPHAN para o cercamento de toda a poligonal, somente foi possível o cercamento parcial, ficando a vertente da poligonal defronte ao mar sem o mesmo. Tal decisão tomada foi justificada porque, além da questão financeira, ocorre a dinâmica das marés que provocaria o desfazimento da colocação dos mourões. Para o cercamento foram utilizados moirões de eucalipto (2,50m) sem uso de alicerce em concreto e tela galvanizada (68 x 102 mm) conforme recomendado pelo IPHAN. A mão de obra foi

cedida pela PMAC e o material foi arcado como contrapartida pelos empreendedores licenciados.

O processo de cercamento foi concluído em 2011 com divulgação em mídia local (Figura 9).

Secretaria do Ambiente de Arraial do Cabo cerca Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III

O Globo, , e
21/01/2011 - 00:00 / Atualizado em 04/11/2011 - 05:08



Figura 9 - Produto final do cercamento da Poligonal do Sítio Massambaba I, II e III.

Fonte: Jornal O Globo

A sinalização foi feita com placa de aço, pintada, com dimensão 2,0m x 2,0m e sustentada por estacas de eucalipto, demonstrando todas as proibições e sanções, contato para denúncia e parcerias envolvidas e estabelecendo a informação sobre normas para visitação pública (Figura 10). Muito embora a elaboração da placa não tenha seguido as informações institucionais, técnicas e legais do IPHAN, durante o processo chegou-se ao consenso para o uso do formato acima implantado dada à questões burocráticas, financeiras e emergenciais. Geralmente não é possível delimitar os locais de interesse arqueológico com precisão.



Figura 10 - Placa de Sinalização do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e II elaborada pela Prefeitura.

Fonte: Autoria própria.

F. Implantar educação ambiental. As quais serão melhor detalhadas no tópico seguinte

A última ação para atendimento ao MPF foi a questão da educação ambiental que culminou com as atividades em comemoração a Semana Municipal de Meio Ambiente em 2009 (Figura 11) quando foi desenvolvida caminhada ecológica com alunos da rede de ensino pública e privada, que realizaram plantio de mudas nativas e colocação de placas de sinalização. Durante este evento também foi realizado debate com o tema “Categorias de Sítios Arqueológicos” conduzido por técnico do IPHAN, com o objetivo de mostrar o valor do Sítio arqueológico Massambaba I, II e II, sua proteção e conservação ao público assistente. No momento, também foi apresentada à importância da biodiversidade da Restinga da Massambaba e da geodiversidade (dunas) pertencentes ao Parque Natural Municipal da Praia Grande onde está contido o Sítio Arqueológico.

Figura 11 - Folder da Semana Municipal de Meio Ambiente para divulgação e trabalho de Educação Ambiental do Sítio Arqueológico Massamababa I, II e III.

SESSÃO II DEBATE (16:00 às 22:30 hs)
ÁREAS PROTEGIDAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 LOCAL: Sala de Exibição 1 (Nota)

Composição da Mesa de Debate / Temas:

Categorias de Sítios Arqueológicos
Manoel Vieira Gomes Júnior
 - Chefe do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Cabo Frio - IPHAN

O espaço físico e proposta do Plano de Manejo da RESEXMAR-AC
Alvaro Luis Albrechts Braga
 -Chefe da RESEXMAR-AC

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Desenvolvimento x Preservação Ambiental
Solange Britson
 -Msc. Ciências Biológicas, Movimento Ressurgência

Unidades de Conservação do Município de Anápolis do Cabo
David Barreto de Aguiar
 - Secretário Municipal do Ambiente SEMA.

CIRCUITO TELA VERDE (18:00 às 22:00 hs)
 02 a 0506 - Educação Ambiental por meio da linguagem audiovisual
 LOCAL: Sala de Exibição 1 (Nota)



DIA 06/06 SÁBADO (09:00)
PASSEIO CICLISTICO ECOLÓGICO
 ROTEIRO:
 Início Praça do Guarani, Getúlio Vargas, Vila Boa, Luiz Correa, Leonel Britzia e Rabeche com término na Praia Grande.

CAMINHADA ECOLÓGICA
 SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA MASSAMBABA I, II E III
 E PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA PRAIA GRANDE
 (após chegada da a Praia Grande) com atividades de Educação Ambiental e Cultural, plantio de mudas nativas, colheita de placas de Sinalização Ecológica.

REALIZAÇÃO E COMISSÃO ORGANIZADORA



APOIO



SEMANA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



01 A 06 DE JUNHO 2009
 Local: CERAM MUNICIPAL DE ANÁPOLIS DO CABO

"Só se pode vencer a natureza obedecendo-lhe".
 Francis Bacon



PROGRAMAÇÃO

FASE 1

CERIMÔNIA DE ABERTURA
 OFICINAS DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL
 PALESTRAS E DEBATES

FASE 2

PASSEIO CICLISTICO
 ATIVIDADE DE CAMPO
 TEATRO DE RUA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 RESÍDUOS
 SAÚDE AMBIENTAL
 ÁREAS PROTEGIDAS
 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS

O cercamento e todas as ações desenvolvidas foram possíveis devido às medidas de compensação de licenças ambientais para instalação de edificações na zona de amortecimento

do sítio juntamente com a ação do Departamento de Licenciamento e de Unidades de Conservação e Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Arraial do Cabo, Técnicos do IPHAN-RJ da Companhia Nacional de Álcalis (CNA) o que resultou em boa parte do atendimento a ação civil pública dos Ministérios Públicos Federal e das condicionantes do Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público Estadual.

Após a instalação do cercamento foi determinado pelo IPHAN a responsabilidade de manutenção da cerca e placas com os empreendedores das edificações participantes e recomendado a produção 10.000 folders sobre o patrimônio arqueológico do município, a ser distribuído nas redes públicas e privadas de ensino.

Muito embora tenham havido boas intenções para o cumprimento das responsabilidades, tanto a fiscalização dos gestores públicos (IPHAN, IBAMA/RESEX/PREFEITURA) e CNA quanto a manutenção da cerca e da sinalização pelos empreendedores não têm sido contempladas, devido a mudança de gestores que não mantém continuidade do projeto. Exemplos destes casos podem ser citados a presença de equinos, rompimentos da cerca para passagem de banhistas para a praia e vandalismo dos equipamentos de sinalização (Figura 12). Com a criação do Parque Estadual da Costa do Sol, aumentou o reforço na Fiscalização do Sítio Arqueológico, mas que também não atende demanda. Na educação Ambiental, já há esforço por parte da Secretaria de Meio Ambiente através da implantação de limpeza da área, instalação de guarita, plantio de mudas e atividades de trilhas interpretativas, atendendo principalmente a rede pública e privada do município. Porém, a contrapartida dos empreendedores até o presente momento com a produção dos folders não foi realizada.

Oito anos após a ação pode-se constatar a evolução da “cerca-viva” de Aroeiras plantadas e a manutenção dos moirões instalados (Figura 13). O cercamento cumpriu a função de coibir o avanço de estacionamentos irregulares sobre o Sítio Arqueológico bem como, alcançou o objetivo de limitar a área urbana de uma unidade de conservação e de conservar o espaço interno, entre a cerca e a áreas degradada que vem se recuperando gradativamente. Entretanto, muito há de ser realizado para atender o TAC e decisão judicial.

Figura 12 - Imagens atuais dos impactos na área do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III.



Fonte: Autoria Própria

Figura 13 - Imagens atuais da Cerca do Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III



Fonte: Autoria Própria

REFERÊNCIAS

- Arraial do Cabo está entre os dez melhores destinos do país em 2019. **Folha dos Lagos**, Cabo Frio, 31 de Maio de 2019. Disponível em: <<http://www.folhadoslago.com/geral/cidade/>>.
- ARRAIAL DO CABO, Prefeitura Municipal de. Secretaria do Ambiente. **Formulário de Identificação de Problemas e Soluções Ambientais**. Arraial do Cabo, 2009.
- ARRAIAL DO CABO, Prefeitura Municipal de. Secretaria do Ambiente. **Relatório Dano ao Patrimônio Público / Cercamento Sítio Arqueológico**. Arraial do Cabo, 2009.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BRASIL. Dec s/nº de 03 de janeiro de 1997. ICMBio. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/>>.
- BRASIL. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.985, De 18 De Julho De 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>.
- BRASIL. Lei Ordinária nº 3.924, DE 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/>.
- BRASIL. Procedimento MPF/PRM/SPA 1.30.009.000131/2006-16. Ministério Público Federal de São Pedro da Aldeia.
- BRASIL. Processo: 02022.006971/2000-49. IBAMA.
- CNA. Sítios Arqueológicos nos terrenos da Álcalis. 4094-A2. Arraial do Cabo.1983.
- COMAP, Anexo 1 - Medidas Emergenciais Para Prevenção E Controle Da Influenza A (H1n1) - Programa de Prospecção e Resgate Do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico e Histórico/Cultural. Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, Brasil. Julho/2010 Disponível em: <licenciamento.ibama.gov.br/Porto/Porto20do20Forno/.../Programas20d20Pero>.
- DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça; DE SOUZA, Alfredo AC Mendonça. Pescadores e recoletores do litoral do Rio de Janeiro. **Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte**, v. 6, p. 109-152, 1981.
- DOROTHY et. al. 2004, referenciado pela Ação Civil Pública, Processo 3.425/96.
- PLANTA de Levantamento dos Sítios Arqueológicos nos terrenos da CIA. Nacional de Álcalis. Praia Grande, Arraial do Cabo, RJ. 1992.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-Lei Estadual nº 2, de 11 de abril de 1969. INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/>>.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ação Civil Pública, Processo nº 3.425/1996 - Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Arraial do Cabo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/>>.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/149271/decreto-23055-97>>.

RIO DE JANEIRO (Estado). LEI nº 509, de 03 de Dezembro de 1981. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/0/35>>.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 1.496 de 30 de outubro de 2006. Disponível em: <<https://www.arraial.rj.gov.br/>>.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 1.512 de 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://www.arraial.rj.gov.br/>>.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 1.715 de 04 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www.arraial.rj.gov.br/>>.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 602-A de 23 de abril de 1992. Disponível em: <<https://www.arraial.rj.gov.br/>>.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Orgânica de Arraial do Cabo. Disponível em: <<https://www.arraial.rj.gov.br/>>.

Secretaria do Ambiente de Arraial do Cabo cerca Sítio Arqueológico Massambaba I, II e III. **O Globo**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/05>>.

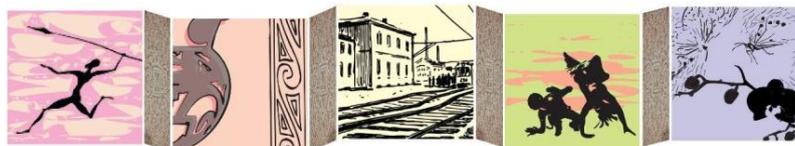
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM ARRAIAL DO CABO. **Brasil, Arraial do Cabo-RJ**. Disponível em: <<http://www.arraialdocabo.com.br>>.

TENÓRIO, Maria Cristina; AFONSO, Marisa Coutinho; DE CERQUEIRA PINTO, Diogo. Arqueologia do Arraial do Cabo-com foco nos sítios da Ilha do Cabo Frio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 20, p. 127-145, 2010.

TENÓRIO, Maria Cristina; PINTO, Diogo de Cerqueira; AFONSO, Marisa Coutinho. Dinâmica de ocupação, contatos e trocas no litoral do Rio de Janeiro no período de 4000 a 2000 anos antes do presente. **Arq Mus Nac**, v. 66, n. 2, p. 311-321, 2008.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A FERROVIA DESENHA CIDADES: O PROJETO URBANO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL PARA TRÊS LAGOAS (MS)

THE RAILWAY DRAWS CITIES: ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL'S URBAN PLAN FOR TRÊS LAGOAS (MS)

Ananda Soares Rosa

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAAC - UNESP Bauru
anandasrosa@hotmail.com

Nilson Ghirardello

Professor Assistente Doutor na FAAC -UNESP Bauru
nghir@faac.unesp.br

RESUMO

A partir da segunda metade do século XIX, a elite cafeeira em comunhão de interesses com o governo e com as companhias ferroviárias passaram a empreender, em maior grau, a urbanização das cidades alterando a fisionomia urbana do país e desenvolvendo regiões. Nesse sentido a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) lançou-se rumo a Oeste almejando o povoamento e assegurando a colonização territorial. Inserida nesse íterim que visava o estratégico avanço da ferrovia em direção ao então “Estado de Matto Grosso”, Três Lagoas (MS) surgia premeditada pela Noroeste do Brasil, pois foi, ao que parece, a única localidade planejada pela Companhia no Estado de Mato Grosso do Sul. Diferentemente das ocupações do Oeste Paulista, as quais alvoreciam a partir da instalação da Estação, Três Lagoas foi desenhada pela ferrovia: o Projeto Urbano, inovador, constituído de malha viária e edificações, era inspirado nos modelos “ideais” das cidades capitais haussmannianas. Este artigo, enquadrado no contexto do desenrolar das cidades ao longo dos séculos XIX e XX, apresenta o desenho urbano projetado pela CEFNOB no ano de 1911 para Três Lagoas. Através da revisão de literatura e da análise de documentos primários, especialmente da “Planta para a Futura Cidade de Trez Lagôas” – elemento basilar no qual se assenta este estudo – a abordagem visa a compreensão do Projeto Urbano e de que maneira ele reflete os interesses da ferrovia e dos engenheiros planejadores na criação de uma cidade moderna.

Palavras-chave: urbanização; projeto urbano; ferrovia; Três Lagoas (MS); Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB);

ABSTRACT

From the second half of the nineteenth century, the coffee elite in common interests with the government and with the railway companies had began undertaking, to a greater degree, the cities's urbanization, changing the country's urban physiomy and developing regions. In this sense, the Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) launched towards the West aiming the settlement and ensuring the territorial colonization. Inserted in the context that craved at the strategic railway advance to the State of "Matto Grosso", Três Lagoas (MS) was premeditated by Noroeste do Brasil, because it was, as it seems, the only locality planned by the Company in the State of Mato Grosso do Sul. In contrast to the occupations of the West of São Paulo's State, which used to emerge from the Station, Três Lagoas was designed by the railroad: the Urban Project, innovative, consisting of road networks and buildings, was inspired by Haussmann's "ideal" city models. This article, is structured in the context of the cities' evolution throughout the XIX and XX centuries, presents the urban design that had been drawn by CEFNOB in 1911 for Três Lagoas. Through the literature review and the primary documents analysis, especially the Plan for the Future City of "Trez Lagôas" – a basic element on which this study is based – the approach aims at understanding the Urban Project and in how way it reflects the railway and the planning engineers interests in a creation of a modern city.

Keywords: urbanization; urban project; railway; Três Lagoas (MS); Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB);

INTRODUÇÃO

O trem, fruto da Revolução Industrial, surgiu como agente da civilização ao carregar o mastro da modernidade. Atuando diretamente na organização do território foi o responsável pelas transformações urbanas que acometeram o Brasil a partir da segunda metade do século XIX. A princípio, as ferrovias, incumbidas da absorção de produtos, partiram do litoral e, acompanhando o curso dos cafezais, trilharam por onde havia vilas e cidades já constituídas. Nesse momento, os núcleos de povoamento se fixavam contíguos às estradas, à medida que novas áreas de produção iam sendo abertas ou conforme o interesse dos produtores de café em dispersar o produto (SCHIAVON, 2017).

Na virada do século XIX para o XX, em contrapartida, a expansão do cultivo de café refletiu no alastramento da malha ferroviária ao interior do país, inaugurando um novo tempo no desenvolvimento das cidades paulistas. Foi a "marcha do café" a responsável por alicerçar as novas fundações e mudar o panorama urbano vigente até então. Nesse ambiente, o território das matas virgens foi cedendo espaço a fazendas e povoados que posteriormente se desenvolveriam tendo a estação como encetativo aos seus arruamentos. À vista disso, a ferrovia da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) surgia para avançar na dianteira rumo ao Oeste com o objetivo de abrir o território à ocupação, o que consequentemente forjou uma fisionomia urbana e, mais tarde, desenvolveu a região. Se a função da Noroeste do Brasil era promover o povoamento e assegurar a colonização de áreas

selvagens, ela, partindo de Bauru no ano de 1905, atingiu o território mato-grossense em 1910, onde no ano seguinte elaboraria um Projeto Urbano para a localidade. Trata-se do Plano para a “Futura Cidade de Três Lagoas”.

É sempre bom lembrar que o período era o da incipiente República e os engenheiros que estavam à frente da Construtora e da ferrovia, bem como técnicos e outros empreendedores ativos nas classes dominantes brasileiras, visavam conectar-se com uma paisagem cosmopolita (SILVA, 2010) e empreender o progresso e a modernidade. Imbuídos dessas premissas, esses profissionais, em sua maioria formados em instituições europeias, elaboraram inúmeros planos – os quais tinham em Haussmann e nas grandes reformas urbanísticas parisienses, o ideal de cidades capitais. Nesses modelos urbanos, transferidos para o mundo inteiro, implicava-se a implantação de uma cidade que deveria se revelar como polo político, econômico, mercadológico e sociocultural (SALGUEIRO, 2001).

Acreditamos ser esse o caso do plano desenhado pela CEFNOB para Três Lagoas (MS): um projeto urbano para a implantação estratégica de uma cidade capital moderna que se desenvolvesse juntamente com a ferrovia. Projeto esse que traz características extremamente semelhantes ao desenho urbano da cidade de Belo Horizonte, similitude sobre a qual falaremos brevemente neste trabalho. Estabelecida ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Três Lagoas debutaria o então estado de “Matto Grosso”, hoje Mato Grosso do Sul²⁴, ao fazer fronteira com São Paulo, trespassado o rio Paraná. Seria o cartão de “boas-vindas” à agora colonizada região Oeste do país.

Dessa maneira, o intento desse artigo é apresentar o Projeto Urbano desenhado pela ferrovia para Três Lagoas e examinar quando, como e por que foi desenhado. Ademais, a pesquisa que aqui se desenvolve tem a finalidade de preencher lacunas quanto a esse Projeto Urbano, levando em conta o período histórico, econômico e político e tentando lançar mão da perspectiva de que estamos abordando um Plano para uma “Futura” cidade, que não veio a ser implantado, dando lugar a um simples arruamento. Frisa-se que a pretensão é analisá-lo meramente pela interpretação do desenho urbano que se tem em mãos e não enquanto espacialidade física e concretizada. Para atingir tais objetivos utilizar-se-á da revisão de literatura, bem como da busca por documentos primários e secundários, sendo a principal fonte primária a “Planta para a Futura Cidade de Três Lagoas”. A forma de análise das fontes se dará por meio da leitura do projeto e da interpretação dos documentos e informações

²⁴ Lembrar que foi apenas em Outubro de 1977 que houve a divisão do Estado de Mato Grosso. A parte Norte manteve sua nomenclatura, enquanto a parte Sul, por razões óbvias, passou a ser denominado Estado de Mato Grosso do Sul.

recolhidos, além do confrontamento dos mesmos de forma a alcançar uma narrativa completa e verdadeira que responda aos objetivos desse artigo.

OBJETIVOS

A pesquisa tem a finalidade de apresentar o Projeto Urbano para a “Futura Cidade de Três Lagoas”, no então “Estado de Matto Grosso”, executada a mando da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no ano de 1911, pela “Empreza Constructora Machado de Mello”. Dissertar-se-á sobre o processo de constituição da rede urbana paulista e a maneira como a CEFNOB, ao estender-se ao Oeste, deu nova feição ao território ao principiar vilarejos e povoados a partir da fixação de estações ferroviárias. Em contrapartida, discursaremos acerca do Plano Urbanístico arquitetado pela própria ferrovia para a implantação da cidade de Três Lagoas, na tentativa de apreender como se deu seu feitio no contexto histórico, político e econômico no qual se insere. Pretende-se analisar os aspectos do Projeto Urbano que refletiram os interesses da ferrovia em sua elaboração ao explorar seu desenho e previsão de edificações. Faz parte, também, do escopo de objetivos desse artigo analisar o Plano proposto elencando suas principais características ao atinar acerca da visão dos engenheiros planejadores e de suas ambições ao projetarem uma cidade moderna e estrategicamente localizada. Almejamos, por fim, apresentar brevemente em que medida o Plano para Três Lagoas se assemelha às experiências urbanas de meados e final do século XIX, ou melhor, aos projetos de Cidades Capitais como, por exemplo, Belo Horizonte.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se a metodologia exposta por Groat; Wang (2002) no livro *Architectural Research Methods*. Dentre as propostas metodológicas apresentadas por tais autores, foi adotada a que melhor qualifica o estudo em questão: a proposição acerca de uma pesquisa histórico-interpretativa. Eles definem a pesquisa histórico-interpretativa “(...) *specifically as investigations into social-physical phenomena within complex contexts, with a view toward explaining those phenomena in a narrative form and a holistic fashion*”²⁵ (GROAT; WANG, 2002, p. 136).

Dessa maneira, para a produção de um estudo focado na história, são prescritas quatro etapas fundamentais que, de acordo com Groat; Wang (2002) não se sucedem, mantendo-se

²⁵ “(...) especificamente como investigações de fenômenos sócio-físicos em contextos complexos, com vistas a explicar esses fenômenos na forma narrativa e holística” (GROAT; WANG, 2002, p. 136, tradução dos autores).

ativas durante todo o processo: a busca por evidências; a identificação e organização das mesmas; sua avaliação; e a construção de uma narrativa a partir desses indícios que deverão ser verossímeis. Segundo os autores, a interpretação deve mediar todas as etapas do processo, se tornando a “chave” da pesquisa (GROAT; WANG, 2002, p. 137).

A princípio sucedeu-se a revisão de literatura para responder, ou de alguma outra forma, contribuir para o conhecimento sobre o assunto tratado (GROAT; WANG, 2002). Realizaram-se leituras sistemáticas e fichamentos acerca da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de formações urbanas do interior paulista, da história do sul de Mato Grosso, de projetos urbanos realizados na virada do século XIX para o XX, da formação nas escolas de Engenharia na época, além de demais bibliografias pertinentes ao artigo.

Compõem-se de “*data/evidence*”, ou melhor, evidências, além da revisão de literatura, a busca por documentos primários e secundários, cujas informações, após coletadas, recebem um tratamento que, orientado pelo problema proposto, estabeleçam táticas avaliativas na pesquisa histórico-interpretativa. Assim, os pesquisadores tentam coletar o máximo possível de dados a respeito do objeto de estudo em questão (GROAT; WANG, 2002), o Projeto Urbano para a “Futura Cidade de Trez Lagôas”. No entanto, o enfoque se detém em informações que fornecem uma explicação sobre a problemática na qual ele está inserido: como e por qual razão foi elaborado, através da visão dos Planejadores e da ferrovia.

Isto posto, efetuou-se a organização do material, quando foi indispensável olhar para o conjunto de registros coletados de forma crítica. A forma de análise das fontes se deu por meio da interpretação dos documentos e informações recolhidos, em especial o Projeto Urbano desenhado pela Noroeste do Brasil, e do confronto dos mesmos de forma a alcançar uma narrativa holística e crível que respondesse aos objetivos do artigo no sentido de que uma pesquisa bem investigada e um diagnóstico bem documentado, podem servir de prova para descrever acontecimentos históricos sob o viés da Arquitetura e do Urbanismo.

A Via Férrea E A Metamorfose Urbana No Século XIX

A virada do século XIX para o XX inaugurou um novo tempo no desenvolvimento das cidades paulistas, visto que a ferrovia, ao encetar uma dispersão de sua malha ao interior do país, “misterioso e desafiante” (MARX, 1980, p. 15), avançou em direção ao Oeste.

Na “pré-história” dos municípios da ainda Província de São Paulo, os trilhos da ferrovia ensejaram a marcha para o poente: fora a estrada de ferro que, correndo pelo litoral e avançando pelo Vale do Paraíba, possibilitara a introdução do café na província e o transporte

do produto até o porto de exportação (GHIRARDELLO, 2010). Nessa fase, o povoamento do território nacional, num contexto caracterizado pelo “baixo potencial econômico e de desenvolvimento marcado pelo domínio da atividade extrativista e agroexportadora”, tinha a particularidade de estabelecer pequenos núcleos dispostos de forma isolada ao longo da costa (SCHIAVON, 2017, p. 7).

Na segunda metade do século XIX, o governo do Brasil, em razão de sua vastidão territorial, visava facilitar o acesso à parte central do país por caminhos terrestres, já que até então as ligações eram especialmente feitas por vias fluviais (NEVES, 1958). Por conta disso, províncias distantes como a de “Matto Grosso” preocupavam o poder central, pois tinham dificuldades em conectar-se com a capital do país mediante terra firme e conseqüentemente estabeleciam estreitas relações com as nações cisplatinas através dos rios navegáveis (GHIRARDELLO, 2002). Além disso, por Mato Grosso ser um território limítrofe entre colônias distintas, suas áreas eram frequentemente ameaçadas de perda para o Paraguai, fato que culminou no confronto conhecido como a Guerra do Paraguai, travado entre os anos de 1864 e 1870, no qual as fronteiras brasileiras mostraram-se imprecisas e a fragilidade das defesas emergiu (GHIRARDELLO, 2007).

Assim, na província de São Paulo, à medida que as plantações iam se afastando do litoral e o volume da produção de café crescia, urgia a construção de estradas de ferro que alcançassem a região centro-oeste do Estado (MONBEIG, 1984). Logo, ao passo que produções eram incipientes, companhias ferroviárias iam sendo criadas para dispersar o café e, desse modo, comungar interesses com os grandes latifundiários. Nesse momento, o Brasil buscava a hegemonia política e a efetivação de trajetos dispostos horizontalmente no território para não apenas solucionar o problema da carência de transportes e a dificuldade das comunicações nacionais, como também possibilitar “uma nova saída para o Atlântico aos nossos vizinhos sul-americanos, dependentes de acordos alfandegários existentes na navegação da Bacia Cisplatina” (SCHIAVON, 2017, p. 10).

Rebento da cultura cafeeira, o curso das aglomerações urbanas a princípio concentradas ao longo da costa adentrou as terras paulistas expandindo-se para o ocidente, num “esforço lento e diversificado de interiorização ou, quando menos de ocupação” (MARX, 1980, p. 16). Nesse período de meados do século XIX, intensificado pela Lei de Terras de 1850, o processo de urbanização do interior cresceu como projeto de ocupação territorial e, atravessando o Império e avançando durante a República Velha, refletiu na

expansão do cultivo do café, no povoamento, na multiplicação da formação de cidades e no alastramento da malha ferroviária (GHIRARDELLO, 2010).

Com o intuito de soldar províncias e garantir a posse, a colonização e a ocupação econômica do extenso solo nacional, acaloradas discussões passaram a ser levantadas entre os meios políticos e militares do governo (GHIRARDELLO, 2002) culminando na elaboração de inúmeros Planos de Viação Nacional que ficaram restritos ao planejamento. Tratava-se de um período de intensa urbanização por meio de ocupação física, motivado pela necessidade de manutenção e/ou expansão das áreas da antiga colônia (GHIRARDELLO, 2010). Acrescenta-se a isso a Guerra do Paraguai, elemento crucial no incentivo à elaboração de tais Planos, “especialmente aqueles de sentido estratégico” (GHIRARDELLO, 2002, p. 20).

No Brasil, poucas foram as ferrovias de cunho estratégico com fins de povoamento ou de garantia de ocupação territorial (GHIRARDELLO, 2002). Nesse aspecto, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi a precursora. Tendo sido criada em 1904 com fundo estratégico de penetração, deveria avançar por “terras desconhecidas habitadas por índios” (MATOS, 1990, p. 50) para unir estados do país e garantir fronteiras remotas ameaçadas de perda para os países vizinhos. Partindo de Bauru (SP) e tendo como objetivo, a princípio, a cidade de Corumbá, no sul de Mato Grosso, a função da Noroeste do Brasil era assegurar a colonização territorial ao “criar cidades”, atitude até então desconhecida no Brasil pelo viés das ferrovias que, em um primeiro momento, partiam do litoral e, acompanhando o curso dos cafezais, trilhavam por onde havia vilas e cidades.

Portanto, foi através da “Marcha para o Oeste” sobre a qual nos fala Monbeig (1984), que as vias férreas da Paulista, Sorocabana, Mogiana, e, enfim, da Noroeste do Brasil, ao promoverem o transporte de produtos e acesso fácil dos moradores a diversas partes do país (GHIRARDELLO, 2010), metamorfosearam a antiga paisagem dos sertões transformando-as em territórios pulverizados de cidades modernas, “como que brotadas do chão” (AZEVEDO, 1950, p. 121).

O Panorama Urbano Do Século Xx: A Noroeste Do Brasil Dá Nova Feição Ao Território

No último decênio do século XIX, período fértil em planos viários, as ferrovias ficaram incumbidas da tarefa tão almejada pelo governo de atingir as regiões inóspitas e selvagens do Oeste do país e vincular São Paulo e Mato Grosso, especialmente tendo em vista

que as estradas de ferro que partiram da Capital em meados do século já haviam atingido a porção central do Estado (MATOS, 1990).

Foi a já citada “marcha do café” a responsável por alicerçar centenas de novas fundações no Paraná, em Minas Gerais e também em São Paulo (MARX, 1980), onde a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi agente pragmático nessa ação de gerar um novo panorama urbano no qual as matas virgens foram cedendo espaço à fazendas e povoados. Por um longo tempo ela foi a única ferrovia a ligar diretamente o território do antigo Mato Grosso ao sudeste brasileiro e assim concretizar seu sentido “estratégico” ligado à sua tarefa de promoção do desenvolvimento econômico e ocupação dos vazios interiores (QUEIROZ, 2004, p. 30).

Em vez de unir centros fabris e agrícolas, de vida já intensa, e muito próximos uns dos outros, como na Europa, *o caminho de ferro foi, entre nós, um criador de cidades*; e, até que estas se desenvolvessem pela força de expansão das propriedades agrícolas, tiveram os trens de correr, para buscarem o café no interior, através de pequenos núcleos urbanos e de grandes extensões, inexploradas e solitárias (AZEVEDO, 1950, p. 255-256, *grifo nosso*).

Importante frisar que entre os séculos XIX e XX a “Franja Pioneira” retratada por Monbeig (1984) em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, foi determinante no processo de urbanização do Estado de São Paulo, processo esse resultado do interesse comum entre os latifundiários do café e empresas ferroviárias em dispersar a malha. Ainda segundo esse autor (1984), os instrumentos necessários à aceleração da dita marcha ao ocidente foram proporcionados aos fazendeiros pelas transformações técnicas e socioeconômicas que então se produziram. Sendo assim, “a expansão territorial paulista liderada por uma burguesia de mentalidade capitalista que buscou infraestruturar e interligar o território do Estado”, (GHIRARDELLO, 2010, p. 12) gerou uma nova cena urbana onde os povoados repetiam, a grosso modo, processos de formação e regularidades de desenho (MARX, 1980).

Nessa nova ocasião, no ano de 1906 zarpu o trem da Noroeste do Brasil do centro-oeste do estado para atender ao interesse econômico da elite agrária cafeeira de São Paulo, para quem a criação de cidades significava a valorização das áreas apossadas, a oportunidade de exercício do coronelismo e a viabilização de parcelamentos rurais. Trata-se, antes de tudo, de uma estrada pioneira: diferentemente de suas predecessoras, a CEFNOB não pretendia acompanhar a produção cafeeira, e sim “abrir” territórios (GHIRARDELLO, 2002, p. 11). Com efeito, ali, a ferrovia precedeu o povoamento (MATOS, 1990).

Rompeu-se o mato, as terras devolutas foram ocupadas, o gentio dizimado e as precárias estações da CEFNOB foram cedendo lugar a vilarejos e povoados, liberando todo um mercado de terras rurais e urbanas cujas ocupações se efetivaram, nos anos 1920, com o plantio de café (GHIRARDELLO, 2002). Foram 1273 quilômetros percorridos durante os 9 anos de conclusão da ferrovia, finda em 1914 (QUEIROZ, 2004). Nesse espaço de tempo formou-se uma importante linha de povoados, depois opulentas cidades, as quais tiveram início praticamente com a estação, marco inicial de um povoamento que as originou e desenvolveu, “ou até antes, com os barracões dos trabalhadores da estrada” (MATOS, 1990, p. 128).

A Pré-Ocupação De Três Lagoas E O Ideário De Uma Cidade Portal

Foi, no entanto, discrepante a circunstância de concepção urbana entre as cidades do interior paulista abordadas até então, e Três Lagoas, cidade objeto de estudo deste trabalho. Estabelecida ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ela seria uma abertura para o então estado de “Matto Grosso”, hoje Mato Grosso do Sul: efetivamente uma “cidade portal” (GHIRARDELLO, 2007, s.p.) ao fazer fronteira com São Paulo, às margens do rio Paraná. Localizada em posição estratégica, inaugurando o solo mato-grossense pela ferrovia, seu processo de concepção urbana foi antecedido – se comparado ao decurso das demais paulistas – visto a existência de um Projeto Urbano para a “Futura Cidade de Trez Lagôas”.

Destaca-se que a linha férrea que seguia para Oeste intentando o “Estado de Matto Grosso” grafada na Planta, embora parte de um projeto único, dividia-se em duas: a primeira, *Estrada de Ferro Bauru-Itapura*, sob a administração da CEFNOB e a segunda, de Itapura a Corumbá, sob a incumbência da *Estrada de Ferro Itapura-Corumbá*. Somente após a encampação da CEFNOB, em 1917, os trechos se uniram sob a mesma denominação: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, designação por nós adotada, sendo a mais usual (GHIRARDELLO, 2002).

Contudo, a origem do município não se deve apenas à ferrovia da CEFNOB: Três Lagoas guarda em seus primórdios relação com a primeira ocupação das terras a leste do estado de Mato Grosso. Com a expansão do café em Minas Gerais, no cenário de posses livres entre a Lei de Sesmarias (1822) e a Lei de Terras (1850), entrantes vieram ocupar as extensas áreas devolutas do território mato-grossense, em especial da região de Sant’Anna do

Paranahyba²⁶, em virtude de sua proximidade com a Província mineira (CAMARGO, 2011). Ao longo do século XIX esses posseiros afazendaram-se em terras nas quais a topografia plana, a dificuldade de entrada e transporte, pouca mata nativa, vegetação rala, além da abundância de água e dos campos a rigor (SILVA, 2010), conduziu-os ao desenvolvimento, sobretudo, da atividade pecuária (BRAZIL; CAMARGO, 2009).

Formando uma corrente migratória que descia o rio Paranaíba em direção ao rio Paraná, na tentativa de conseguir comércio com a Colônia Militar de Itapura e com Piracicaba, esses fazendeiros seguiram margeando o rio até atingirem a região das três lagoas, terras que, posteriormente, o mineiro Antônio Trajano dos Santos se apropriaria para a criação de gado denominando-as “Fazenda das Alagoas” (SÁ CARVALHO, 2005, p.55-57). Levorato (1999) alega que, mais tarde, já no início do século XX, parte dessa propriedade seria doada pelo próprio Trajano dos Santos para a formação de um patrimônio em honra a Santo Antônio.

Dessa maneira, quando uma Comissão expedicionária de engenheiros responsáveis pelo estudo de viabilização topográfica e reconhecimento da seção Itapura-Corumbá, chefiada pelo Engenheiro Emílio Schnoor (LEVORATO, 1999), cruzou o rio Paraná em 1908 no rebojo do Jupuíá, diferentemente dos sítios anteriores por onde a ferrovia havia passado, toparam já com uma povoação proveniente de um Patrimônio Religioso²⁷. É significativo ressaltar que, segundo Neves (1958) ainda em 1903, Emílio Schnoor foi quem, a pedido do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, publicou o *Memorial do Projeto de Estrada de Ferro a Matto Grosso e fronteira da Bolívia*, documento onde recomendava que o traçado a seguir para o Mato Grosso rumasse por Jupuíá, enaltecendo o potencial das quedas d’água de Itapura e Urubupugá, que poderiam ser utilizadas futuramente.

Junto com trabalhadores deslocados para a tarefa de construção da estrada de ferro, a Comissão adentrou, em 1910, o solo do cerrado tirando todo o sul do Mato Grosso do isolamento secular que tanto incomodava os dirigentes da época. Assim, os antigos projetos de ligação viária que vinham dos meados do século XIX foram concretizados (GHIRARDELLO, 2007). De acordo com Castro (1993, p. 152), “O engenheiro aparecia

²⁶ Santanna do Paranahyba ou Santana do Paranaíba, hoje denominada apenas Paranaíba. São diversas as denominações que os mapas dos séculos XVIII, XIX e XX trazem.

²⁷ De acordo com GHIRARDELLO (2010, p. 16), “a expressão patrimônio religioso ou mais comumente “patrimônio” foi bastante usual até meados do século XX para designar povoados cujas origens vieram de terras aforadas pela Igreja Católica. De certa forma, a denominação tornou-se sinônimo de povoado, vila ou pequeno aglomerado urbano (...)”.

substituindo o bandeirante, como o desbravador de áreas desconhecidas e aquele que permitia a ocupação e incorporação destes lugares ao corpo da nação”.

Afinal, o povoado à beira das três lagoas, além de portal de ocupação do estado pela CEFNOB, das capacidades elétricas que Schnoor preconizara, das facilidades de comunicação com a Colônia Militar de Itapura e desta com o ramal de Araçatuba, era a paragem certa para a implantação de uma cidade que se desenvolvesse ao toque da ferrovia. O potencial espaço-territorial, aliado às ambições de engenheiros, governantes e da própria ferrovia de trazer o desenvolvimento, a colonização e o progresso a paragens tão longínquas resultou, em 1911, no Projeto Urbano para Três Lagoas. Irrompia uma “metrópole” estratégica e inovadoramente implantada e projetada.

Três Lagoas: Uma Cidade Capital Que Não Saiu Do Papel

Três Lagoas fora, dessa maneira, premeditada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tal qual essa fora traçada pelos engenheiros, pela elite latifundiária e pelo aparelho estatal: com o objetivo estratégico de se lançar rumo ao sertão mato-grossense trazendo progresso, civilização e desenvolvimento a um estado tão acometido por atrasos. Prima povoação instalada no Mato Grosso, era uma promessa em termos de localização, com perspectivas a um futuro grandioso, uma vez que se apresentaria a quem ali se dirigisse como um núcleo intelectual e político que expressaria modernidade científica e progresso tecnológico (SILVA, 2010).

Por esse motivo considera-se que havia no meio atuante uma consciência da importância estratégica daquele vilarejo em tal grau que em 1911, a mando da CEFNOB, ficou a encargo da “Empresa Constructora Machado de Mello” a elaboração de um Plano Urbanístico para a “Futura Cidade de Trez Lagôas”. Salienta-se a magnitude da elaboração de um Projeto Urbano, tridimensional, constituído de malha viária e edificações ao invés dos arruamentos que caracterizavam as ocupações do Oeste Paulista, compostos unicamente de um traçado bidimensional, como vinha sendo implantado até então por onde a ferrovia avançava.

Deve-se ter em mente que, nesse período, a República já engatinhava pelas linhas da História e o ideário progressista era a bandeira levantada pelos republicanos desde quando ascenderam ao poder em 1889. Impunha-se imprimir uma nova direção e um ritmo mais ágil às mudanças, resolvendo os problemas do antigo sistema de governo que impediam o Brasil

de seguir os passos dos países mais desenvolvidos para que se construísse “uma sociedade burguesa, contemporânea (...) e plenamente integrada ao mercado capitalista mundial”. Esse “era o objetivo a ser atingido e percebia-se a urgência em criar as condições concretas para a efetivação do progresso que se desejava alcançar” (CASTRO, 1993, p. 85-86).

As elites políticas e intelectuais do país almejavam acompanhar o movimento geral da sociedade ocidental. Eram ardentes defensoras da introdução de novas técnicas e das inovações europeias e norte-americanas as quais, desde o século XIX, passavam por um período de transformações aceleradas (CASTRO, 1993). Comungavam desse pensamento os engenheiros, técnicos e construtores atuantes na elite brasileira. “Entusiastas do desenvolvimento industrial e científico europeu” (SILVA, 2010, p. 573), muitas vezes formados em instituições europeias, tinham em Haussmann e nas grandes reformas urbanísticas parisienses, o arquétipo urbano para a época.

O Engenheiro Joaquim Machado de Mello, acionista e empreiteiro-geral da ferrovia (MORATELLI, 2013), à frente da Construtora citada, na data de 5 de Dezembro 1914, ano em que aconteceu a ligação da Estrada de Ferro Bauru-Itapura com a Itapura-Corumbá, ministrou uma conferência no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, onde reverenciou a imagem de progresso e civilização pela qual a sociedade deveria avançar pelo século XX, deixando para trás o período retrógrado do Império (SILVA, 2010, p. 573). A seguir o trecho final do discurso de Machado de Mello no Clube clarifica a tarefa dos republicanos e a importância da construção da NOB, agora concluída:

Assim, pois, meus senhores, concluindo, faço ardentes votos para que a Noroeste preencha os seus grandes destinos. (...) Desde 1870, ao terminar a campanha do Paraguai nos Governos monárquicos, os nossos estadistas pensavam na realização deste problema que julgavam sem solução, e que, apesar da clara evidência da execução deste trabalho patriótico, não tiveram a necessária coragem de abordá-lo, dando o exemplo de que devemos marchar para a frente na senda do progresso.

Todos aqueles que se interessam pelo progresso da Pátria e conhecem as dificuldades que assoberbaram a execução desta grande obra, farão a devida justiça dando a glória dela, não aos seus executores, não àqueles que nela empregaram os seus capitais, mas sim à República, aos seus governantes que, a par dos motivos tropeços e dificuldades, e assoberbados por lutas sucessivas, têm, não obstante, sabido compreender o progresso e a felicidade da Pátria. E, meus senhores, não há negá-lo, a Noroeste é um exemplo frisante do que afirmo. Tenho concluído.²⁸

²⁸ Trecho retirado do discurso do Engenheiro Joaquim Machado de Mello transcrito pelo Sr. Gabriel Ruiz Pelegrina, antigo morador de Três Lagoas, no “Jornal da Cidade” de Bauru de 15 de Abril de 1990.

Na perspectiva dos engenheiros, vistos pela sociedade como “donos do saber” (SILVA, 2010, p. 579), o Brasil só se aproximaria dos grandes centros da economia mundial pela mediação da técnica. Juntamente com médicos, sanitaristas e higienistas, visavam a valorização do saber técnico e científico através dos quais acreditavam poder organizar e regular a sociedade (CASTRO, 1993).

À vista disso, foram criados inúmeros planos os quais, adotando a França como expoente, apropriaram-se de modelos urbanos “ideais” que foram transferidos para o mundo inteiro. Tais modelos, importados para além das fronteiras dos mais diversos países, embora apresentem características semelhantes como a quadrícula cortada por diagonais, foram feitos cada qual a sua maneira, visto se diferirem no período de elaboração, na posição geográfica, na topografia e na origem (SALGUEIRO, 2001). É o caso dos projetos urbanos para as cidades de Belo Horizonte e Três Lagoas – planos com características extremamente semelhantes entre si com relação “às aceções de racionalidade e racionalismo”, à “história da profissão de engenheiros”, à “epistemologia dos saberes técnicos e às formas de organização e planificação do território e das cidades pelas infra-estruturas de transporte e implantação de outros equipamentos” (SALGUEIRO, 2001, p. 27, *grifo nosso*).

De acordo com Silva (2010), somente os detentores do saber técnico, ao fazer uso da prática e do discurso poderiam aplicar uma mudança estrutural na sociedade. As possibilidades que o contexto histórico do momento lhes garantiu abriram oportunidades políticas para a implantação de um projeto de sociedade. Assim foi que, cobertos pelas vestes do progresso e do desenvolvimento, os engenheiros à frente da CEFNOB, em comunhão com a Construtora Machado de Mello, formularam o projeto para a “Futura Cidade de Três Lagoas”.

Pontos comuns podem ser levantados entre os engenheiros de estado francês e a trajetória e o pensamento urbanístico dos engenheiros brasileiros importadores de modelos urbanos (SALGUEIRO, 2001). Destaca-se, nesse momento, a formação profissional do engenheiro à frente do empreendimento para a cidade das três lagoas: Joaquim Machado de Mello. Formado na Escola de Gand, em Bruxelas, Bélgica, onde era evidente a influência francesa na educação, ao regressar ao Brasil atuou em diversos serviços de engenharia dentre os quais as demolições para a remodelação da cidade do Rio de Janeiro quando da administração de Pereira Passos (NEVES, 1958). Outro engenheiro importador do modelo francês foi o politécnico Aarão Reis, figura central da gênese do pensamento urbanístico

brasileiro e quem aplicou a sistemática da racionalidade ao projeto de Belo Horizonte (SALGUEIRO, 1997).

Impulsionados pelo mito do progresso, esses engenheiros partilham, de modo geral, o desejo de modernizar cidades. A atuação desses profissionais deve ser levada em consideração ao se abordar a história cultural do urbano, na qual se insere o ideário de Cidade Capital, a busca de racionalidade técnica e a difusão de modelos urbanísticos e arquiteturais (SALGUEIRO, 2001). Para Salgueiro (2001, p. 21) a Cidade Capital “pode ser tomada, incontestavelmente, como a capital do mundo”. Seria, na realidade, uma capital no sentido de área que exerce uma influência política, econômica e mercadológica sobre outras e que importou modelos urbanos. Segundo a autora, “planejar a cidade (especialmente a cidade capital), assim, é tanto planejar o território, quanto *planejar a sociedade*” (SALGUEIRO, 2001, p. 10, *grifo nosso*).

Dessa maneira, os engenheiros planejadores, ao tomarem para si o discurso progressista e de desenvolvimento e aplicarem ao Plano Urbano para Três Lagoas, explicitaram a conjuntura da concepção técnica e racionalizante relacionada a uma mudança estrutural da sociedade (SILVA, 2010). Eles materializaram o discurso veiculado pelo governo desde a Proclamação da República no modo como formularam o projeto da “Planta para a Futura Cidade de Três Lagoas”, ou melhor, o projeto de uma Cidade Capital que acabou não sendo executado, ficando restrito ao papel.

O projeto urbano para a “futura cidade de Três Lagoas”

Antes de adentrar a caracterização do plano urbanístico para a futura cidade fazemos uma analogia ao livro *As Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino. Nesta obra o viajante veneziano Marco Polo narra para o Imperador Kublai Kahn as cidades que visitou quando de suas andanças pelo Império Mongol. Polo descreve detalhadamente as 55 cidades que percorreu – as Cidades Invisíveis. Aqui, ao descrevermos o Projeto Urbano para Três Lagoas, que não veio a ser implantado, também narramos uma cidade invisível, que cabe ao leitor imaginar. Ela existe sim, enquanto plano, no entanto, é uma cidade invisível enquanto projeto que não saiu do papel.

Devemos, pois, concordar com o personagem viajante quando ele diz: “Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” (CALVINO, 2003, p. 27). Assim, não se deve confundir o discurso de elaboração de uma cidade capital – discurso esse que elaboramos neste artigo –, o mesmo

que coabita com o de uma cidade progressista como foi o de quando formularam o Projeto Urbano para Três Lagoas, com o discurso de uma cidade real. A cidade real nem chegou a existir, já que o projeto proposto não foi executado. Desta maneira, sejam quais fossem as ambições que os engenheiros planejadores tinham para aquela “futura cidade”, e que tentamos esmiuçar neste trabalho, falharam.

Independentemente de quem foi o planejador/projetista que estava à frente da CEFNOB e da Empresa Construtora contratada para a execução da Planta, ele, ao formular o projeto tomando para si a sentença republicana de avanço e o desejo de criar uma cidade contemporânea deixou-nos um desenho urbano a ser lido cujo discurso é elaborado sob o viés da Arquitetura e do Urbanismo. Salienta-se o fato de que não se localizou nos arquivos pesquisados um memorial descritivo do projeto que pudesse narrar maiores informações a respeito do plano, no entanto, conforme já explicitado, pretende-se descrevê-lo de acordo com a interpretação dos autores e não enquanto espacialidade concretizada.

Não está claro no exemplar o nome de seu idealizador, no entanto, é recorrente nos livros de historiadores e memorialistas o nome do Engenheiro Oscar Teixeira Guimarães em colaboração com Justino Rangel França e Antônio Molina de Queiroz (NEVES, 1958). Acredita-se, em contrapartida, que o Engenheiro Joaquim Machado de Mello, de onde vem o nome da construtora anteriormente citada, tenha tido uma relevância senão primordial, de grande mérito para o feito, já que estava à frente do empreendimento. Anunciamos, desse modo, nossa tendência a adotá-lo como o responsável pelo Plano.

Desta maneira, o documento é composto pela “Planta da Futura Cidade de Trez Lagôas” no “Estado de Matto Grosso”, executada pela “Empreza Constructora Machado de Mello” no ano de 1911. Na escala 1:4000, compõe-se pelo traçado urbano formado por uma malha viária e pela previsão de edificações.

Essa planta assume muito bem a caracterização de Salgueiro (2001, p. 152-153) quando a autora apresenta a racionalidade do Projeto de Aarão Reis para Belo Horizonte: ambas, “de caráter rígido”, exibem o “peso dos códigos modernos defendidos por engenheiros brasileiros para a construção das cidades”; por se tratarem de cidades novas, foram resultado “de uma proposta deliberada, cuja pretensão de racionalidade” visava engrandecer “uma cidade construída com método”. Assim, ainda em consonância com o projeto para a capital mineira, a malha urbana desenhada para a “Futura cidade de Trez Lagôas” refletia o trânsito de ideários políticos da história intelectual de quem a concebeu.

Regular e simétrico, o plano urbano foi concebido pelo engenheiro geômetra como uma rede quadriculada, tal qual um “tabuleiro de xadrez”, interceptada por um grande “X” de avenidas largas ao centro, ordenadas perfeitamente aos pontos cardeais nas direções Norte/Sul e Leste/Oeste. A racionalidade da malha refletia na estruturação dos quarteirões, os quais dão a sensação de terem sido localizados geograficamente a partir de dois elementos voluptuosos ao desenho onde a simplicidade gráfica é notória: a lagoa maior, uma das três; e o traçado da ferrovia E.F. Itapura a Corumbá²⁹, “perpendicular” àquela na parte inferior do documento.

Nessa espacialidade foi elaborado o quadriculado composto de 10 quadras (à frente da lagoa) por 12 quadras (à frente da linha férrea), totalizando 120 quarteirões de 98x98 metros, nem todos íntegros em virtude das avenidas na diagonal deixarem “resquícios” de quadras que, grandes, seriam loteados, e pequenos, formariam canteiros de área verde. Ademais, o ponto de encontro de tais avenidas transversais seria composto pela união de quatro quadras e comporia a praça principal da cidade que deveria portar a Igreja Matriz, embora não especificada no plano. Outras praças secundárias se localizariam ao final dos grandes *boulevards* que partiam dessa praça mãe e eram compostas pela junção de dois quarteirões.

O projeto previa grandes avenidas de 42 e 40 metros de largura e alamedas de 22 metros. Não se pode dizer que essas eram as medidas do leito carroçável, contudo, supõe-se que nessas dimensões estão incluídas as calçadas que deveriam ser largas³⁰ na tentativa de remeter àquela sensação parisiense do flunar pela cidade – o que trazia uma contemporaneidade ainda maior ao plano para Três Lagoas. Era uma nítida tentativa de adequar o desenho às preocupações da época e revelar uma cidade cuja circulação viária e salubridade, efetivada através das vias largas, áreas verdes e da proximidade de água, eram bem resolvidas.

Essa ordenação racional pode ser percebida, também, na setorização dos equipamentos urbanos e sua distribuição no espaço, num ensaio evidente de implantar o Zoneamento. Em raios concêntricos a partir da praça principal, o Zoneamento aparece na relação de distribuição dos edifícios. Como já mencionado, o único desenho edilício não discriminado é o que se acredita, até pelo próprio formato em abside da planta, ser a Igreja Matriz (1) da cidade, bem ao centro – fato interessante pois, mesmo em uma cidade republicana a Igreja viria como elemento central da trama urbana. A partir dela o primeiro e menor círculo seria composto pelo centro cívico, destinado à Câmara Municipal (2), Teatro (3), Fórum (4) e Hotel

²⁹ Vide acima o trecho sobre a alteração de administrações e denominações das linhas.

³⁰ Imagina-se calçadas largas de 8 ou 10 metros de largura.

(5). O segundo círculo do Zoneamento seria composto pela Escola Pública (6). O terceiro raio de circunferência a partir da praça abarcaria o Hospital (7), a Cadeia (8) e o Quartel (9). Próximo à lagoa estaria o Restaurante (10) inserido em um Parque (11), o que deixa claro o intento de associar a lagoa ao lazer para a população. Bem afastado do centro urbano, no último círculo concêntrico a partir da Praça Matriz o engenheiro planejador locou o Matadouro (12), como que excluindo o que é insalubre para fora dos domínios urbanos. Por fim e não menos importante, o complexo ferroviário (13) composto pela Estação, Administração, Oficinas e Depósitos de Carros, junto aos trilhos da então E.F. Itapura-Corumbá, limite do desenho a noroeste.



Figura 1: “Planta da Futura Cidade de Trez Lagôas, Estado de Matto Grosso, Executada pela Empresa Constructora Machado de Mello, 1911, Escala 1:4000”. Fonte: Arquivo Histórico e Jornalístico Gabriel Ruiz Pelegrina, NUPHIS-USC – Bauru. Foto: ROSA, Ananda Soares, 2018.

Com relação ao Projeto Urbano, ou seja, ao conjunto do desenho viário e das edificações, são perceptíveis as preocupações contemporâneas do século XIX e início do XX como a circulação de veículos, o provimento de infraestrutura urbana e o Zoneamento. A tradição francesa é evidente na hierarquização do espaço e na localização dos edifícios: inscritos numa regularidade generalista visavam a união de técnica e da arte sem perder de vista os três elementos fundamentais do Urbanismo clássico nascente: salubridade, comodidade e embelezamento. Tratava-se, portanto, de um Plano Urbanístico para uma cidade capital moderna no sertão mato-grossense: a “Futura Cidade de Três Lagoas”.

CONCLUSÃO

Com o advento das ferrovias, as cidades, a princípio e em grande medida aglomeradas na costa, vão se desenvolver e tomar conta do território, desfazendo-se dos aspectos rurais que antes as caracterizavam. Com o trem, não somente as particularidades da urbanização e a formação de redes urbanas vão se modificar e evoluir, mas a relação tempo/deslocamento, e junto com isso os pormenores da sociedade por completo. Desde o discurso relativo à construção de uma linha que partisse do interior de São Paulo e avançasse ao Oeste na intenção de possibilitar a comunicação entre as vastas regiões do país e o povoamento do sertão brasileiro, a classe exportadora, a elite cafeeira e os engenheiros ferroviários, munidos de interesses comuns, apresentaram o “projeto para o progresso e a modernização do país”, representado não só pelo traçado e construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, mas pelo Plano urbano para Três Lagoas (MS).

No que tange à urbanização e à arquitetura, essa ação de modernização realizada com empenho e diligência articulou-se na elaboração de Planos Urbanísticos, mas também de arquitetura, inscritos numa história sociocultural e urbana sobre a importação de modelos ideais franceses. Os desenhos dessas cidades capitais, importados para a construção de cidades novas, como era o caso da “Futura Cidade de Três Lagoas”, surgiam para polarizar uma região e servir como nó de comunicação com outras cidades, regiões e até mesmo nações. Ao ser estrategicamente localizada e desenhada, Três Lagoas deveria ter sido gloriosa: não fosse a não-implantação do plano, consagrar-se-ia uma cidade capital no sentido de que atuaria como articuladora política, cultural, social, econômica e mercadológica sobre as outras, um verdadeiro “cérebro desse corpo que é o território” (SALGUEIRO, 2001, p. 26).

Ao trazer à luz o exemplar do Projeto Urbano desenhado pela CEFNOB para Três Lagoas, tentou-se compreendê-lo na perspectiva de avaliar de que maneira ele representa os interesses da ferrovia e dos engenheiros planejadores na criação de uma cidade moderna – com claras preocupações estéticas, funcionais e formais – interesses que refletem algumas propostas para cidades novas as quais estavam à face das discussões da virada do século.

Para finalizar, evoca-se novamente o livro de Calvino (2003, p. 9-10), desta vez, quando o viajante Marco Polo descreve a cidade de Zora em *As cidades e a memória*:

Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor. Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.

O comparativo de Zora e de Três Lagoas se toca no ponto em que imutáveis e imóveis, definham, desfazem-se e somem, esquecidas pelo mundo. Zora, na sua existência de cidade imutável, definhou e morreu. Três Lagoas, na sua existência como futura cidade, ao não sair do papel ficando restrita ao Projeto Urbano, também morre e é esquecida pelo mundo, desfazendo-se todos os ideais que existiriam para o futuro para aquela localidade. Espera-se, em contrapartida, que nossa viagem discursiva para visitá-la não tenha sido inútil.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste**: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BRAZIL, Maria do Carmo; CAMARGO, Isabel Camilo de. “Sant’Ana de Paranaíba no século XIX: aportes para o debate sobre latifúndio e escravidão”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009, pp. 1-6.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de S. Paulo, 2003.
- CAMARGO, Isabel Camilo de. “A ocupação de Paranaíba no século XIX e a gênese do latifúndio na região”. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas: UFMS, Vol.1, N.1, jun-nov 2011, pp.52-63.
- CASTRO, Maria I. M. **O preço do progresso**: A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: IFCH-UNICAMP, 1993.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha:** formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. A cidade de Três Lagoas (MS) num conceito estratégico de ocupação. Apresentado no **XII SOL- seminário de Arquitetura Latino-Americana- Chile,** 2007.

GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural Research Methods.** New York: John Wiley & Sons, 2002.

LEVORATO, Adão Valdemir. **Três Lagoas:** dama em preto e branco (1918-1964). Três Lagoas: Graf.Set. LTDA., 1999.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** 1ª Edição. São Paulo. Editora HUCITEC. 1984.

MORATELLI, Thiago. **Operários da empreitada:** os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas: Ed. UNICAMP, 2013. 267p.

NEVES, Correia das. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.** Bauru: tip. Brasil, 1958.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. Machado de Mello e a construção da NOB (III). **Jornal da Cidade,** Bauru, 25 de março de 1990, p. 41.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos:** a E. F Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Edusc: Bauru, 2004.

SÁ CARVALHO, José Roberto de. “Como era lindo o meu sertão!”. **Revista da Academia Sul-Matogrossense de Letras.** Campo Grande: N.9, set. 2005, pp.49-58.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX.** São Paulo: Edusp, 2001.

SCHIAVON, Taís. Modernidade e Comunicações: Meios de Transporte e o Território Urbano. **Anais do XVII ENANPUR,** XVII ENANPUR. São Paulo: FAU/USP, 2017.

SILVA, Fernanda Aparecida Henrique da. “Discursos de colonização: os engenheiros e a promoção do progresso”. **ANAIS eletrônicos do X Encontro de História de Mato Grosso**

do Sul, I Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História. Três Lagoas: UFMS/CPTL, 2010.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL (2009-2017)

CULTURAL LANDSCAPE IN BRAZIL (2009-2017)

Bruna Gomes dos Reis

brunareisunesp@outlook.com

Faculdade de Ciências de Letras de Assis – UNESP

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (Orientador)

martinez@assis.unesp.br

Faculdade de Ciências de Letras de Assis – UNESP

RESUMO

Em 2009 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconhecia a Paisagem Cultural e seus elementos como um patrimônio cultural no Brasil, preconizando assim, sua proteção. A ação trata de uma resposta às novas conformações da sociedade contemporânea e sua interação com o meio, uma relação com variadas interfaces, não apenas entre os homens e o meio, mas entre os próprios elementos que compõem uma paisagem, mesclando as diferentes formas de construção e ocupação dos espaços pelo homem e pela natureza. O presente trabalho é resultado do projeto de iniciação científica em desenvolvimento, que tem como objetivo compreender como se deu a assimilação e o debate sobre a categoria de Paisagem Cultural no Brasil por meio das pesquisas científicas divulgadas no país. Para contemplar esse objetivo utilizamos a revista Pesquisa FAPESP, uma ferramenta de divulgação científica que circula impressa desde outubro de 1999. A revista é reconhecida pelo compromisso com a difusão e valorização das produções científicas e tecnológicas que são realizadas em território nacional e alguns pontos específicos da produção internacional. A obra de Ulisses Araújo, “Temas transversais e estratégias de projeto”, é utilizada como base de metodologia para a pesquisa realizada, buscando não cometer erros comuns como a superespecialização, resultando num distanciamento entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica.

Palavras-Chave: Paisagem cultural. Patrimônio. Meio ambiente. Pesquisa FAPESP. UNESCO.

ABSTRACT

In 2009 the National Artistic and Historic Heritage Institute (IPHAN) recognized the Cultural Landscape and its elements as a Brazilian cultural heritage, and therefore advocating its protection. The action concerns an answer to the new conformations of the contemporary society and its interactivity with the environment, a relation with many interfaces, not only between the men and environment, but also about elements themselves that compound a landscape, connecting the different ways of construction and occupation of the spaces by the man and the nature. The present work is the result of the undergraduate scientific research project that has been developing, which objectives to understanding how the assimilation and the debate involving a cultural landscape category in Brazil through the scientific researches published in the country. To join in this point, we used *Pesquisa Fapesp* magazine, a science outreach tool who has been printing since October 1999. The magazine is recognized by the commitment with the diffusion and valued of the scientific and technological productions which have been accomplished in national territory and some specific points of the international production. The Ulisses Araújo's book "Temas transversais e estratégias de projeto" has been used as a methodological basis to the completed research, searching to avoid the usual mistakes as super-specialization, resulting in estrangement between the scientific knowledge and the philosophy reflection.

Keywords: Cultural Landscape. Heritage. Environmental. Pesquisa FAPESP. UNESCO.

INTRODUÇÃO

O projeto de Iniciação Científica Paisagem Cultural no Brasil (2009-2017) teve início em agosto de 2018 e tem como objetivo compreender como se deu a assimilação e o debate sobre a categoria de Paisagem Cultural no Brasil, a partir de uma investigação realizada nos números da revista *Pesquisa FAPESP* entre 2009 e 2017. O primeiro semestre de pesquisa nos possibilitou analisar resultados dentro da revista *Pesquisa FAPESP*, tais como a incidência dos conceitos de Patrimônio, Paisagem, Território e Paisagem Cultural.

O período de trabalhos permitiu também a aplicação da metodologia de análise transversal, que corresponde às exigências do tema e da própria fonte. Pudemos perceber que questões pertinentes ao patrimônio cultural e natural estão presentes em diferentes seções da revista e são trabalhadas em diferentes áreas do conhecimento. Através dessa ferramenta também pudemos encontrar um maior número de dados para análise, tendo em vista que o conceito "Paisagem Cultural" aparece apenas em duas reportagens, em uma delas de forma secundária, ao longo do todo período da pesquisa.

A construção de uma Rede do conceito de Paisagem Cultural, além de uma aplicação prática da metodologia transversal, foi também a saída encontrada para analisar a ausência de nossa temática na revista. Nos permitiu ainda concluir que um dos maiores desafios do processo de assimilação do conceito de Paisagem Cultural é justamente a insistente

dificuldade no Brasil de desenvolver pesquisas que alinham o patrimônio cultural e patrimônio natural.

O primeiro contato com a revista se deu a partir da análise de sua estrutura e o conhecimento de quais partes poderiam nos proporcionar uma leitura ampla do que seria trabalhado em todo o número a ser estudado. Entendemos que as Cartas da Editora seriam adequadas para esse objetivo.

CARTA DA EDITORA

Uma das primeiras páginas da revista, a Carta da Editora é geralmente escrita pela diretora de redação, salvo exceções, e apresenta os maiores destaques da revista em suas principais seções e na capa. Trata-se de um texto curto, não ultrapassando o espaço de uma página. A Carta da Editora traz também as entrevistas que ganharam destaque na edição, justifica a escolha da capa, faz um balanço da importância científica do conteúdo nela apresentado e de sua sintonia com o restante das reportagens contidas na edição.

Ao longo da pesquisa, foi realizada a leitura e o fichamento de todas as Cartas da Editora entre os meses de janeiro de 2009 e dezembro de 2017, no entanto, não pudemos encontrar nenhuma menção à temática de Paisagem Cultural, decorrente da ausência do tema em outras áreas da revista.

A pesquisa realizada na Carta da Editora nos proporcionou uma visão geral de todos os números que estudamos. Apesar disso, consideramos que não dispúnhamos de uma quantidade de dados satisfatória para que pudéssemos responder à questão norteadora de nossa pesquisa: como o conceito de Paisagem Cultural tem sido assimilado e debatido nas universidades brasileiras e dentro da revista de divulgação científica Pesquisa FAPESP.

METODOLOGIA

A metodologia transversal utilizada foi uma saída necessária para a continuidade do projeto. Ao depararmos com a ausência do conceito de Paisagem Cultural nos números da revista e os escassos dados possíveis a partir da Carta da Editora sobre esse tema, o caminho encontrado foi o desdobramento do conceito de Paisagem Cultural.

Se permanecêssemos apenas nas áreas de História Ambiental e Patrimônio, nossos resultados seriam ínfimos e seríamos vítimas de uma das consequências do método

cartesiano: a superespecialização. Tal reducionismo nos conduziria a uma cegueira intelectual, a ponto de não compreender a complexidade da temática que estudamos. A fim de evitar tais equívocos, empreendemos em uma leitura transversal da fonte que contribuiu para novos resultados.

Segundo Ulisses Araújo, a transversalidade relaciona-se com temáticas que atravessam diferentes campos do conhecimento. Trata-se de romper com a superespecialização, a fragmentação radical dos conhecimentos e reconhecer a limitação desses campos. A Paisagem Cultural é, por si só, um conceito transversal. No projeto apresentado à FAPESP, consideramos a Paisagem cultural como sendo “a ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente”. (RIBEIRO, 2007, p.7).



Figura 1: Rede Transversal: Paisagem Cultural

No livro “Temas transversais e estratégias de projeto”, Ulisses Araújo propõe a montagem de uma “rede” transversal. Segundo ele, a transversalidade aponta para uma perspectiva epistemológica e metodológica que liga diferentes temas. Essa ligação é possível quando assumimos que o avanço na compreensão da natureza, da cultura e da vida humana

está nas conexões que podemos estabelecer entre os mais diversos tipos de conhecimento. “O segredo está nas relações, nos infinitos caminhos que permitem ligar os conhecimentos uns nos outros”. (ARAÚJO, 2013, p. 75).

Seguimos essa metodologia para o alargamento da concepção de Paisagem Cultural e construímos uma rede transversal para esse conceito. No centro, temos a palavra “Paisagem Cultural” e ligada a ela, uma ramificação de outros conceitos que perpassam a Paisagem Cultural e encontram correspondências entre si. Na pluralidade de caminhos, não existe hierarquia ou relação de privilégio entre um ponto da rede ou outro, isso porque ela se contrapõe diretamente à ideia de encadeamento lógico de ordenação necessária ou linearidade na construção do conhecimento (ARAÚJO, 2003, p. 78) no nosso caso, na análise dos dados.

RESULTADOS DA REDE TRANSVERSAL

Na primeira etapa de nossas pesquisas entre reportagens, entrevistas, resenhas e seções especiais, foram encontradas 11 ocorrências de temas que dialogam com a Paisagem Cultural. Em números específicos, são 4 ocorrências sobre patrimônio; 4 ocorrências sobre paisagem; 3 ocorrências sobre território. As ocorrências sobre sociedade, modos de produção e produção cultural foram analisadas dentro desses três temas. Para nossa comunicação e exemplo de como foi realizada a pesquisa, separamos os resultados obtidos na categoria de “Patrimônio”.

A busca pelo conceito de Patrimônio na revista *Pesquisa FAPESP* em seus números consultados de 2009 a 2017 nos levou a um resultado de quatro ocorrências, as quais trataremos a seguir. A priori, é importante dizer esses dados não correspondem ao número de reportagens que tratam sobre patrimônio de modo geral. Nossa pesquisa se concentrou em ocorrências que pudessem apresentar alguma interação com a temática da Paisagem Cultural.

O critério de seleção consiste na própria definição de Paisagem Cultural, ou seja, a ocorrência do convívio singular entre natureza e cultura, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não seria possível com qualquer um desses elementos de forma isolada.

No ano de 2009 encontramos uma reportagem que correspondesse aos interesses de nossa pesquisa. Publicada em dezembro, em “Memória” (página 08), a matéria “Reserva biológica completa 100 anos e ganha livro com resumo de pesquisas realizadas no local” apresenta um memorando da primeira estação biológica de Mata Atlântica do Brasil. Pela

comemoração de seus 100 anos de existência, a Reserva Biológica do Alto da Serra do Paranapiacaba ganhou um livro que traz as principais pesquisas desenvolvidas nesse local.

A reportagem também apresenta as principais dificuldades que a reserva enfrentou ao longo de seus 100 anos de existência, em especial, a poluição ambiental oriunda de indústrias petroquímicas que estão em seu entorno. A reserva está localizada próximo a Cubatão. Selecionamos essa reportagem pois consideramos que esse foi um importante destaque da revista para a temática de história ambiental e da natureza como um patrimônio, demonstrando a existência de um diálogo entre essa edição, a memória e a preservação ambiental.

No ano de 2010, a reportagem publicada na seção de Humanidades, na área de Ecologia “Dilema entre preservação e desenvolvimento é constante na história brasileira” (página 86) foi selecionada pois também apresenta um diálogo entre a edição, a memória e a preservação ambiental.

A reportagem traz uma discussão sobre o código florestal de 2010 e um embate recorrente na história do Brasil: os contrapontos entre desenvolvimento e preservação. A fim de contextualizar o que se passa em 2010, a reportagem resgata a história da preservação ambiental desde 1934 quando, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o primeiro Código Florestal. As decisões eram tomadas, em sua maioria, por importantes intelectuais da época, já que esses compunham o governo.

Em 1965 o Código Florestal passou por algumas reavaliações e foi instituído como lei. Os debates nessa época passaram ao largo da comunidade, posto a condição não democrática do país. As discussões realizadas em 2010, portanto, são históricas pois é a primeira vez que o Código Florestal foi discutido em um período democrático da história brasileira.

Em novembro de 2012, temos uma reportagem publicada na seção Ciência, na área de Ambiente (página 25). “A saúde da Baía: Projeto mapeia fontes de poluentes e correntes marinhas da baía de Todos os Santos” é um projeto que estuda o alto nível de contaminação por metais pesados nos pescados dessa região.

Os mais prejudicados por essa exposição são os moradores da região que se alimentam diariamente de pescados contaminados, estando assim, vulneráveis a infecções. Os pesquisadores buscam compreender as características biológicas, culturais e históricas da região a fim de encontrar uma gestão sustentável da baía. Para nossos estudos, a reportagem chama atenção pois apresenta um diálogo entre modo de vida e a necessidade da preservação

ambiental. Alguns projetos como a etnografia da pesca desenvolvido pela professora Gal Meirelles na mesma região apontam para a importância da baía na formação do estado da Bahia.

Em junho de 2015, na seção de Humanidades e na área de patrimônio, foi publicada a reportagem “Com os pés fincados na história: Pesquisadores acompanham as lutas das comunidades remanescentes dos quilombos do Vale do Ribeira por seus territórios e tradições” (página 74). A reportagem apresenta alguns elementos da vida no quilombo, bem como as formas de apropriação e uso do território que define as relações sociais dos quilombos do Vale do Ribeira.

Além dos embates entre preservação ambiental e modo de vida, os assuntos abordados na reportagem lançam luz sobre temas como o direito à terra das comunidades quilombolas, garantido pela Constituição de 1988. Um verdadeiro inventário cultural dos quilombos é construído com os dados das pesquisas, que concorrem para o diálogo entre natureza e cultura. Os estudos também contribuem para o debate sobre a preservação ambiental, que está diretamente relacionada com a forma que as comunidades remanescentes dos quilombos enxergam a função social do patrimônio natural e cultural, ocupados e compostos por elas.

Podemos definir patrimônio como elementos materiais, imateriais, naturais ou culturais herdados do passado ou criados no presente que um grupo ou indivíduo reconhece sua identidade (CASTILLO RUIZ, 1996, p.22 apud ZANIRATO, 2009, p.01). Segundo a professora Silvia Helena Zanirato, o ritmo de desenvolvimento urbano, a mercantilização da cultura e da natureza são grandes ameaças à sobrevivência do patrimônio cultural e natural.

Os primeiros passos para proteção do patrimônio natural no Brasil se encontram na constituição de 1934. As ações de proteção estatal têm como marcos o “Código de Minas” e o “Código de águas”. Em 1972, na Convenção do Patrimônio Cultural e Natural, foi considerado um bem natural aquele que fosse dotado de um valor excepcional do ponto de vista estético e científico. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente alargou a concepção de “monumentos naturais” para ar, água, terra, flora, fauna e amostras representativas de ecossistemas naturais. Esses deveriam ter sua salvaguarda garantida.

A fim de cumprir as orientações internacionais, foram criadas no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1986 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 1989 o

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

No Brasil, o debate acerca da preservação dos patrimônios naturais ainda enfrenta dificuldades, pois há um arcaico pensamento de que a conservação é o oposto do progresso e um obstáculo para esse. Seguimos alinhados ao pensamento de que a natureza representa o oposto da civilização, portanto, deve ser explorada para que possamos progredir enquanto nação.

As reportagens selecionadas para compor o item “Patrimônio” são exemplos de uma importante transformação no modo de compreender a natureza e a cultura, onde ambos podem ser vistos como aliados e juntos formam uma só categoria de preservação, a Paisagem Cultural. Apenas disso, não encontramos nenhuma menção ao conceito de Paisagem Cultural e, ainda que as leituras possibilitem uma análise que suscite tal categoria, ela não foi trabalhada de forma direta nas reportagens analisadas.

PAISAGEM CULTURAL

Os debates sobre Paisagem Cultural no Brasil e no mundo não resultaram em um olhar homogêneo para essa categoria, antes, ocorrem em diferentes campos dos saberes, especialmente na geografia e nos trabalhos patrimoniais da UNESCO. Nosso enfoque, como apresentado no projeto inicial e ao longo da comunicação, parte dos debates realizados pelo IPHAN e da compreensão desse órgão do que seria a Paisagem Cultural.

Compreendemos que a Paisagem Cultural não é apenas em uma fração territorial que soma elementos naturais e humanos acumulados ao longo do tempo, mas implica também em relações estabelecidas historicamente entre comunidades locais e a natureza, sendo essa a matéria-prima para uma apropriação social. Além do aspecto material (cidades, edificações, campos de cultivo) essa relação explica a produção da vida imaterial desses espaços, como festividades, tradições e outros elementos da memória coletiva (SCIFONI E NASCIMENTO, 2010, p.32).

Foram encontradas duas ocorrências na revista Pesquisa FAPESP que faziam referência ao tema Paisagem Cultural, ambas no ano de 2014. Em fevereiro, na seção de humanidades, a reportagem “Outros sertões: estudo revela a arquitetura rural do século XIX no interior do Nordeste” nos narra a trajetória científica de Nathália Montenegro e os resultados do Projeto “Paisagem cultural sertaneja: as fazendas de gado do sertão nordestino”

(página 85), desenvolvido pelas pesquisadoras Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (responsável) e Nathália Maria Montenegro (bolsista), financiado pela FAPESP.

Nathália Montenegro buscou explorar os sertões do Rio Grande do Norte que, segundo ela, foram esquecidos no século XIX, mais especificamente no Seridó, uma microrregião do semiárido que ocupa 25% do território do estado. No doutorado, a arquiteta expandiu horizontes territoriais e teóricos. Por um lado, debruçou-se sobre a arquitetura rural vinculada às fazendas de gado do sertão Norte.

A pesquisadora mapeou um acervo de 116 casas-sede do Piauí, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. A fim de melhor compreender o patrimônio material e imaterial das casas rurais dessa região, passou a estudar os campos da história social e da história econômica. As investigações foram feitas a partir de tijolos, pedra e barro. Segundo Montenegro, a arquitetura do sertão mostra a formação de uma sociedade a partir da interiorização dos sertões do Norte, e de uma economia marcada pelo gado.

Nas palavras da Montenegro, “procuro o que buscava desde o início: quero mostrar o que eram esses outros sertões. Nós conhecemos a riqueza da arquitetura litorânea, a arquitetura do açúcar e do café. Falta a arquitetura sertaneja”. Seu projeto atual é aprofundar a análise das casas-sedes afim de preencher algumas lacunas da história brasileira sobre as relações sociais e suas consequências materiais no sertão.

A segunda ocorrência com o conceito de Paisagem Cultural é da edição de dezembro de 2017, na entrevista com Nestor Goulart Reis Filho (página 26) “Do prédio à cidade para interpretar a evolução urbana”. Arquitero-sociólogo, Goulart Filho é responsável pelas novas interpretações da evolução urbana, ancoradas em outros processos sociais mais amplos e profundos. O pesquisador lida com empreendimentos em campos aparentemente distantes da arquitetura e do urbanismo, como o mapeamento exaustivo das áreas históricas de mineração de ouro no Sul do Brasil que, entre outros produtos, rendeu livros, mapas e álbuns.

O tema de paisagem cultural aparece em seu livro mais recente “As minas de ouro e a formação das capitânicas do Sul”. Segundo o pesquisador, o conceito de paisagem cultural passou a ser discutido em decorrência da destruição de certos lugares e de formas de organização de produção que começaram a ser destruídos no Sudeste Asiático e no Peri. Havia uma preocupação de estender a produção cultural a partir da perspectiva que unisse o patrimônio cultural e a paisagem.

Essa não é uma preocupação recente. Desde os anos 1990, segundo Nestor Filho, o conceito de patrimônio cultural começou a se estender de obras isoladas para conjuntos

urbanísticos, compreendendo o urbano. No final do século XX percebeu-se que eram importantes aldeias e cidades históricas que se esvaziaram com a urbanização da população europeia e então iniciou-se a discussão do conceito de paisagem cultural, que o IPHAN adotou na passagem do século.

RESULTADOS

As duas ocorrências relacionadas à Paisagem Cultural são da área de arquitetura, mas ambos os casos demonstram claramente o contato que o tema tem com a história, a sociologia, a antropologia, a ocupação do território, as formas organização social e do trabalho. Desse modo, não podemos dizer que o tema foi tratado de forma isolada, pelo contrário, reflete em muitos aspectos os itens sinalizados na Rede Transversal de Paisagem Cultural desenvolvida para analisarmos as ocorrências da revista.

Nas reportagens em que aparecem referência à Paisagem Cultural, não são mencionadas questões que dizem respeito a salvaguarda de patrimônios que poderiam ser encaixados nessa categoria, nem mesmo sobre ações governamentais para salvaguarda dos mesmos. Essa pode ser uma consequência direta do fato de a Paisagem Cultural, na revista *Pesquisa FAPESP*, estar sendo tratada como um patrimônio arquitetônico e não cultural ou ambiental.

À questão norteadora de nossa pesquisa “como o conceito de paisagem cultural tem sido debatido e assimilado no Brasil” temos a resposta de que esse não foi um debate que ganhou espaço dentro da revista *Pesquisa FAPESP* enquanto categoria de proteção ambiental e cultural. Também podemos afirmar que o pouco que encontramos desse tema é fruto de um trabalho realizado por profissionais da área de Arquitetura, sem nenhuma menção a profissionais da área de história ou membros de órgãos de preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS

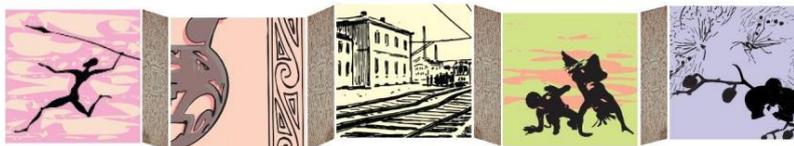
ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Temas transversais e estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 23, 1994.

- CHAGAS, Mário. “A poética das casas-museus de heróis populares”. IN BARRIO, Ángel. *et alli* (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2010, p. 275-283.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. “A descoberta do museu pelos índios”, IN ABREU, Regina & 16 CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2º edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 217-253.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: Yázigi, Eduardo (org.) Turismo e Paisagem. Campinas, Contexto, 2002: 29-64.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Museu na cidade x A cidade no Museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5 n° 8/9, PP. 197-205, set. 1984/ abr.1985.
- NASCIMENTO F. B; SCIFONI, S. (2010) **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP**. Revista CPC, 10:29-48
- REIS, B. G. **Paisagem Cultural no Brasil (2009-2017)**. Relatório de Iniciação Científica, FAPESP, 2019.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação, 1ª ed. Brasília: IPHAN, 2007.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- ZANIRATO, S. H.. **Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível?** Revista Confluências Culturais, v. 5, p. 201-2011, 2016.
- ZANIRATO, S. H.. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 5, p. 1-16, 2009.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

ARQUITETURA DA PAISAGEM: ROBERTO BURLE MARX

LANDSCAPE ARCHITECTURE: ROBERTO BURLE MARX

Camila Almeida Gonçalves de Moraes
 Centro Universitário de Ourinhos UNI/FIO
 cagoncalves_@hotmail.com

Orientador: Ms. Gustavo Ferreira Martins Gomes

RESUMO

O presente artigo concentra-se na discussão conceitual/teórica sobre patrimônio cultural, com o intuito de compreender como se estabelecem as relações entre paisagem e aplicabilidade atuais. Analisar o conceito de paisagem oferece complexas e múltiplas reflexões, pois esta premissa se altera a partir do contexto histórico e campo teórico que se observa. O patrimônio cultural tem características peculiares, decorrentes do seu processo de construção, o qual o presente trabalho partirá, em sua análise, sobre a reflexões realizadas no campo da geografia, com referências literárias, abordando o desenvolvimento do conceito de paisagem e patrimônio cultural, considerando também os movimentos arquitetônicas/urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Conceito, Patrimônio Cultural, Natural, Arquitetura e Paisagismo.

ABSTRACT

This article concentrates on the conceptual theoretical discussion about cultural heritage, with the purpose of understanding how the relationships between landscape and applicability are established. Analyzing the concept of landscape offers complex and multiple reflections, as this premise changes from the historical context and theoretical field that is observed. The cultural heritage has peculiar characteristics, resulting from its construction process, which the present work will start, in its analysis, on the reflections carried out in the field of geography, with literary references, addressing the development of the concept of landscape and cultural heritage, considering also the architectural urban movements in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Concept, Cultural Heritage, Natural, Architecture and Landscaping.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar as discussões desenvolvidas no processo de conceituação de patrimônio cultural natural bem como, sua aplicabilidade nos projetos arquitetônicos/paisagísticos na cidade do Rio de Janeiro, pelo arquiteto Roberto Burle Marx.

A partir da década de 1970 em suas vertentes, inicia a proposta de incorporar a dimensão cultural no processo da política de preservação, a qual proporcionou a adoção da ideia de paisagem cultural pela Unesco em 1990. Ocorre, assim, as primeiras conversas sobre o patrimônio natural e cultural, estes se mantinham distintos, sem articulação e envolvimento como visto na Convenção para a “Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da Unesco 1972.

Segundo Ribeiro (2007) os motivos para tal antagonismo ocorriam por pensadores conservacionistas da natureza, os quais acreditavam que quanto menor fosse a ação do homem sobre determinada área, melhor qualificada ela seria; já profissionais como historiadores e arquitetos direcionaram sua atenção aos monumentos, ruínas e construções. Sendo assim, a justificativa para o isolamento entre patrimônio natural e cultural ocorre na própria origem bipartite do patrimônio mundial, em que se mantinha atenção em sítios culturais e outro na conservação da natureza.

De acordo com Ribeiro (2007) após várias discussões no campo da interdisciplinaridade, o diálogo com a ecologia política e a sustentabilidade proporcionaram “uma valorização no campo internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente”. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela Unesco.

A paisagem Cultural como um bem patrimonial, sofreu uma ampla discussão no âmbito internacional antes de se consolidar no campo da política de preservação do patrimônio, definida pela Unesco como Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial de 1999.

Atualmente, o Brasil possui duas paisagens que se enquadram como culturais, conforme a portaria nº 127 do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), são elas os “itens relacionados à imigração em Santa Catarina” e a cidade do Rio de Janeiro que foi incluída na lista de Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, pelo comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, com o tema “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”.

O bem “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” enquadra-se na tipologia de Paisagem Cultural e é integrado por 4 (quatro) componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro ao ponto oeste de Niterói, no Grande Rio, englobando o Maciço da Tijuca, caracterizado por encostas íngremes, grandes afloramentos rochosos, como o Corcovado, o Pão de Açúcar e o Morro do Pico, em grande parte cobertos por vegetação tropical, ora nativa ora proveniente de reflorestamento ou agenciamento, como no Jardim Botânico e nos parques públicos. Inclui ainda as áreas onde a paisagem da orla tem sido agenciada ao longo dos séculos, seja para erigir fortificações para a defesa da cidade, como na entrada da Baía de Guanabara com seus fortes históricos, seja para propiciar instalações de lazer para os residentes, como o Passeio Público, o Parque do Flamengo e a Praia de Copacabana. (IPHAN, Dossiê RJ, 2012 apud MAGALHÃES, 2013, p.9)

Algumas das paisagens culturais urbanas citadas acima foram criadas intencionalmente pelo homem, no final do século XVIII (passeio públicos) e durante os séculos XIX e XX que seriam realizadas as revitalizações de espaços como jardins, praças e parques públicos, como a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico, o aterro do Flamengo e a orla de Copacabana.

Muitos destes espaços contaram com a elaboração de um dos principais arquitetos paisagistas do século XX, Roberto Burle Marx, o seu trabalho propôs uma nova visão do papel do paisagismo, sob aspectos sociais, botânicos e estéticos. Burle Marx era um profissional completo, pois se envolveu nas diferentes áreas que compõem a arte, como cerâmica, tapeçaria, cenografia, painéis de telas. Deste modo, seu processo criativo era riquíssimo, havia domínio, técnica e experimentação, qualidades que compõem o desenvolvimento de seus projetos paisagísticos. Outra face do arquiteto paisagista foi sua intensa pesquisa pelas espécies de vegetação brasileiras, em que realizava expedições para pesquisa e descobertas de vegetações nas diferentes regiões do país. Estas pesquisas resultaram em grande acervo catalogado e experiências em viveiro e a reprodução da vegetação em seus projetos, e contribuição para os estudos botânicos com suas pesquisas.

Assim, ele se apropriou da topografia natural como espaço compositivo e traves de elementos vegetais e materiais, organizou de forma que houvesse harmonia entre desenho e escala humana.

Entre os principais projetos encontram os realizados na cidade do Rio de Janeiro, como Calçadão de Copacabana, projeto de 1970 contendo área de 4,6 km; MAM – Museu de Arte Moderna, projeto 1954, com área 99.000m²; Aterro do Flamengo, de 1954 com área de 1200.000m², a qual tem como características do projeto, a reprodução da paisagem do

calçadão de Copacabana, sua ondulação característica, é usada em duas espécies diferentes de gramíneas.

Os projetos elaborados por Roberto Burle Marx podem ser definidos como paisagens culturais, pois enquadram-se como bens culturais e representam as obras conjugadas entre homem e natureza, já que demonstra o desenvolvimento da sociedade sob influência das condicionantes físicas do ambiente natural.

Portanto, o arquiteto contribuiu com seus projetos paisagísticos para enaltecer e revelar o que a Cidade do Rio de Janeiro tem entre o Mar e a Montanha, ao desenvolver seus projetos, recebe o reconhecimento de seu trabalho com o título recebido pela cidade do Rio de Janeiro, de Patrimônio da Humanidade pelo Unesco em 2012, e o título de primeira Capital Mundial da Arquitetura pela Unesco, em cerimônia na sede do organização internacional em Paris, em 18 de janeiro de 2019, pois seus projetos compunham as propostas apresentadas para tais reconhecimentos.

OBJETIVO

Objetivo Geral: Compreender os aspectos norteadores criados na elaboração conceitual de paisagem nas ciências humanas e sua aplicabilidade atuais referente ao patrimônio material e imaterial.

Objetivo Específico:

- Analisar o conceito de paisagem oferecerá complexas e múltiplas reflexões, pois esta premissa se altera a partir do contexto histórico e campo teórico que se observa.
- Demonstrar as escolhas realizadas por órgãos como UNESCO e IPHAN para compor e classificar patrimônio histórico,
- Verificar a importância do paisagista brasileiro Roberto Burle Marx na construção de espaços jardim/paisagem na cidade do Rio de Janeiro.
- Ressaltar o reconhecimento da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade (2012), e Capital Mundial da Arquitetura (2019) ambas pela UNESCO.

METODOLOGIA

O presente trabalho se utilizará de análise fotográfica e pesquisa bibliográfica, com a pretensão de observar os procedimentos que supõem necessários para a execução da pesquisa, que se debruçará sobre o contexto histórico, que se deterá no método descritivo.

As leituras de livros, artigos e revistas científicas proporcionarão a identificação da relação do homem com o seu meio a partir dos diferentes aspectos que norteiam o conceito de paisagem e patrimônio histórico.

O artigo se detém no método descritivo, pois terá a pesquisa como meio de estabelecer resultados quantitativos a partir das análises bibliográficas como, RIBEIRO, Paisagem Cultural e Patrimônio; LEENHARDT, Nos Jardins de Burle Marx, entre outros.

Portanto, o presente trabalho concentra-se na observação da relação entre paisagem e patrimônio, a partir de uma discussão conceitual e teórica.

DESENVOLVIMENTO

A paisagem cultural é definida pela portaria 127 de 30 de Abril de 2009, pelo “art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”(D.O.U.2009,p.17) (Diário Oficial da União – Sessão I nº. 83, 5 de maio de 2009 pág. 17 apud WEISSHEIMER, 2012). Deste modo o presente artigo pretende demonstrar a trajetória de estudos realizado sob a temática da relação entre paisagem cultural, natural e patrimônio.

No campo da geografia é possível analisar as principais discussões realizadas pelos diferentes autores, e suas vertentes, em relação ao conceito de paisagem. Na obra “*A Morfologia da Paisagem*” 1925 de Carl O. Sauer, ele aponta que paisagem é o elemento comparativo ao conceito de tempo histórico, enquanto em 1960 a corrente humanista como os autores David Lowenthal e Yu-Fu Tuan, prioriza o conceito de lugar em detrimento de paisagem. Em *The City* (1990) James Duncan afirma que a paisagem seja interpretada de forma particular por cada indivíduo que se relaciona.

Na geografia francesa Paul Vidal de La Blache (1845-1918) através do *Tableau de la géographie de la France* (1903) se tornou o principal autor a trabalhar com o conceito de paisagem, em que aborda a relação do homem com o meio, sendo este responsável por criar distintas paisagens a partir do substrato natural fornecido pelo meio.

O termo paisagem como conceito cultural surge no século XIX com diários de viagens do alemão Alexander Von Humboldt (1769-1859), a qual expressa a utilização do conceito de paisagem de forma ampla (Capel,Horácio.1981), porém é na passagem do século XIX para o XX, que a concepção de paisagem passa a ser entendida como um conceito, com a formação

do campo da geografia, neste período que a paisagem é objeto central de debate em ciências humanas, sobretudo entre a História, a Geografia e a Antropologia.

A partir da década de 1970, inicia a proposta de incorporar a dimensão cultural no processo da política de preservação, a qual proporcionou a adoção da ideia de paisagem cultural pela Unesco em 1990. Ocorre as primeiras conversas sobre o patrimônio natural e cultural, estes se mantinham distintos, sem articulação e envolvimento como visto na Convenção para a “Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da Unesco 1972.

Ribeiro (2007) observa que os motivos para tal antagonismo ocorriam por pensadores conservacionistas da natureza, os quais acreditavam que quanto menor fosse a ação do homem sobre determinada área, melhor qualificada ela seria; já profissionais como historiadores e arquitetos direcionaram sua atenção aos monumentos, ruínas e construções. Sendo assim, a justificativa para o isolamento entre patrimônio natural e cultural, que ocorre na própria origem bipartite do patrimônio mundial, em que se mantinha atenção em sítios culturais e outro na conservação da natureza.

A ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica, datada no final do século XIX. Ela também passou a ser utilizada por diversos campos do saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem – logo, ao eleger certa concepção da paisagem e uma metodologia para analisá-la influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo diferentes conclusões num mesmo objeto investigado (RIBEIRO, 2007).

A UNESCO reconhece a paisagem cultural, desde 1992, como uma categoria de inclusão na lista do Patrimônio Mundial, e desenvolveu subdivisões para melhor analisar os diferentes tipos de paisagem, as categorias são, “paisagem claramente definida”, “paisagem essencialmente evolutiva” e “paisagem cultural associativa”. Essas categorias foram estabelecidas por um grupo de especialistas de oito países, que reunidos em Paris entre os dias 24 e 26 de outubro de 1992, se concentraram em caracterizar os elementos de composição de cada subdivisão.

No âmbito mundial entendia-se o “patrimônio cultural como sinônimo de monumentos históricos e obras de arte”, essa noção que privilegiava o patrimônio material perdurou até a década de 1970; um exemplo é “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da Unesco (1972) que define, em seu artigo primeiro, como patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse, prendendo-se somente no edificado.(BELAS,2006 apud RODRIGUES,2015,p.50)

O termo patrimônio surge do embate entre a necessidade de conservar a cidade existente – os monumentos e bens culturais que compõem à história e à memória

social/coletiva, numa tentativa de interligar o tempo passado e futuro, que se revela juntos com o tempo presente da cidade e pela sempre necessidade de salvar o desaparecimento.

É importante esclarecer que embora a França tenha iniciado o processo de proteção patrimonial “a legislação protetora do patrimônio nacional francês tardaria ainda muitas décadas, pois a primeira lei é de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906, já em pleno século XX”(FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 19).

Martins (2014) afirma que nas primeiras décadas do século XX, ocorreram diversas reuniões entre países, interessados pela questão da preservação do patrimônio. Destes encontros surge a Carta de Atenas – documento que sugere estabelecer uma política de preservação ao tombamento de bens isolados. Após a confecção do documento dirigido a área de conservação patrimonial, aconteceram diversos encontros internacionais, mediado muitas vezes pela Organização das Nações Unidas (ONU), que proporcionaram aprofundar a discussão a nível mundial e alargar o entendimento conceitual.

Embora o conceito de patrimônio se limitasse inicialmente em preservar bens isolados, correspondente ao seu valor arquitetônico e/ou histórico, em que proporciona a conservação de conjuntos arquitetônicos, e posteriormente, sobre a influência do conceito antropológico de cultura, passa a incluir a ideia de um conjunto de bens materiais e imateriais, com critérios de: estilismo histórico e arquitetônico, meio ambiente e cultural.

De acordo com Ribeiro (2007) após várias discussões no campo da interdisciplinaridade, o diálogo com a ecologia política e a sustentabilidade proporcionaram “uma valorização no campo internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela Unesco.

A paisagem Cultural como um bem patrimonial, sofreu uma ampla discussão no âmbito internacional antes de se consolidar no campo da política de preservação do patrimônio, definida pela Unesco como “Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial de 1999.

Atualmente, o Brasil possui duas paisagens que se enquadram como culturais, conforme a portaria no. 127 do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), são elas os “itens relacionados à imigração em Santa Catarina” e a cidade do Rio de Janeiro que foi incluída na lista de Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, pelo comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, com o tema “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”.

O bem “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” enquadra-se na tipologia de Paisagem Cultural e é integrado por 4 (quatro) componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro ao ponto oeste de Niterói, no Grande Rio, englobando o Maciço da Tijuca, caracterizado por encostas íngremes, grandes afloramentos rochosos, como o Corcovado, o Pão de Açúcar e o Morro do Pico, em grande parte cobertos por vegetação tropical, ora nativa ora proveniente de reflorestamento ou agenciamento, como no Jardim Botânico e nos parques públicos. Inclui ainda as áreas onde a paisagem da orla tem sido agenciada ao longo dos séculos, seja para erigir fortificações para a defesa da cidade, como na entrada da Baía de Guanabara com seus fortes históricos, seja para propiciar instalações de lazer para os residentes, como o Passeio Público, o Parque do Flamengo e a Praia de Copacabana. (IPHAN, Dossiê RJ, 2012 apud MAGALHÃES, 2013, p.9)

Algumas das paisagens culturais urbanas citadas acima foram criadas intencionalmente pelo homem, no final do século XVIII (passeio Públicos) e durante os séculos XIX e XX que seriam realizadas as revitalizações de espaços como jardins, praças e parques públicos, como a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico, o aterro do Flamengo e a orla de Copacabana.

Muitos destes espaços contaram com a elaboração de um dos principais arquitetos paisagistas do século XX, Roberto Burle Marx, o seu trabalho propôs uma nova visão do papel do paisagismo, sob aspectos sociais, botânicos e estéticos. Burle Marx era um profissional completo, pois se envolveu nos diferentes ares que compõem a arte, como cerâmica, tapeçaria, cenografia, painéis de telas. Deste modo, seu processo criativo era riquíssimo, havia domínio, técnica e experimentação, qualidades que compõem o desenvolvimento de seus projetos paisagísticos. Outra face do arquiteto paisagista foi sua intensa pesquisa pelas espécies de vegetação brasileiras, em que realizava expedições para pesquisa e descobertas de vegetações nas diferentes regiões do país. Estas pesquisas resultaram em grande acervo catalogado e experiências em viveiro e a reprodução da vegetação em seus projetos, e contribuição para os estudos botânicos com suas pesquisas.

O paisagista, no Brasil, goza da liberdade de construir jardins baseados numa realidade florística de riqueza transbordante. Respeitando as exigências da compatibilidade ecológica e estética, ele pode criar associações artificiais de uma expressividade enorme. Fazer paisagem artificial não é negar nem imitar servilmente a natureza. É saber transpor e saber associar, com base num critério seletivo, pessoal, os resultados de uma observação morosa, intensa e prolongada. De minha experiência pessoal posso lembrar agora todo o aprendizado por meio do convívio com botânicos cuja colaboração reputo indispensável aquele que queira se dedicar ao mister de fazer paisagismo consciente e aprofundado, aproveitando esse imenso patrimônio, tão mal compreendido pelos paisagistas e pelos amantes de jardins, que é a exuberante flora brasileira (BURLE MARX 1967 apud SIQUEIRA 2009)

Assim, Burle Marx se apropriou da topografia natural como espaço compositivo através de elementos vegetais e materiais, organizou de forma que houvesse harmonia entre desenho e escala humana.



Figura 1- Fazenda Marambaia, Rio de Janeiro, 1948
Fonte: Pereira, 2017.

Entre os principais projetos paisagísticos encontram os realizados na cidade do Rio de Janeiro, como Calçadão de Copacabana, projeto de 1970 contendo área de 4,6 km; MAM – Museu de Arte Moderna, projeto 1954, com área 99.000m²; Aterro do Flamengo, de 1954 com área de 1200.000m², a qual tem como características do projeto, a reprodução da paginação do calçadão de Copacabana, e sua ondulação característica, e o uso em duas espécies diferentes de gramíneas.

Sobre o aterro do Flamengo ocorreu sucessivos aterros que modificaram de forma descontínua, a orla do Rio de Janeiro, pela decorrência de necessidades viárias, faixas de terrenos acrescentados ao mar, ocorreram em diferentes épocas e com diferentes soluções. As propostas iniciadas para o aterro finalizado em 1965, ocorreram por mediação de Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, que convenceu o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda em desenvolver um parque no aterrado da Glória-Flamengo.

O projeto do aterro do Flamengo contou com Roberto Burle Marx, na execução dos projetos paisagísticos, na Praça Salgado Filho projeto arquitetônico de Marcelo e Milton Roberto (1938), que reuniu vários exemplares vegetais da flora nativa, em frente ao Aeroporto

Santos Dumont, cujo traçado opôs à forma europeia de compor jardins, até então em prática no Brasil, elaborou também o jardim ao redor do Museu de Arte Moderna, projeto de Affonso Eduardo Reidy, a qual é composto pelo emprego de linhas retas e canteiros ortogonais, composição que fez alguns críticos a afirmar o início de uma nova fase em sua arte paisagística, de característica construtivista.

No Parque Brigadeiro Eduardo Gomes projeto de Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Werneck de Carvalho, Hélio Mamede, Burle Marx demonstra sua habilidade em lidar com escala urbana, criando o jardim que articulam as experiências do particular e do todo, projetou recantos de repouso e contemplação, principalmente pelos moradores dos edifícios.

O aterro do Flamengo (1957) se prolonga ao contorno do Morro da Viúva (1965), composto por parque urbano, embora espaço tivesse sido realizado para resolver problemas de trânsito de veículos. Segue pela Praia de Botafogo (1954), cujos jardins situam-se entre pistas de grande volume de trânsito, para concluir na Praia de Copacabana (1970), que teve um tratamento mais voltado para uso dos moradores do bairro, caracterizado pelo calçadão da orla de Copacabana, com desenho das ondas em pedras portuguesa preta e branca e o uso de desenhos gráficos nas calçadas da avenida atlântica.



Figura 2- Calçadão de Copacabana e Avenida Atlântica, Rio de Janeiro, 1970. Fonte: Coimbra, 2018.

A elaboração do aterro do Flamengo resultou no plantio de 11.600 árvores de 190 espécies da flora brasileira e de outras regiões tropicais. Sendo considerada a maior área de lazer ao ar livre da cidade, o Parque do Flamengo ainda disponibiliza equipamentos variados para a prática de esportes, recreação, cultura, gastronomia e entretenimento, o responsável pela obra foi SURSAN – Superintendência de Urbanização e Saneamento.



Figura 3 - Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, 2016

Fonte: Pessoa e Neves, 2012.

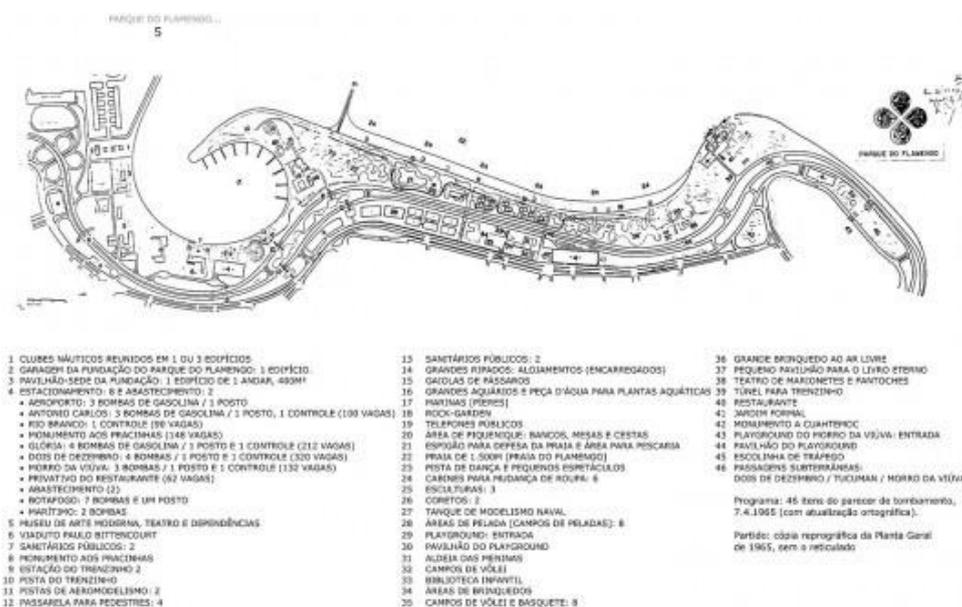


Figura 4 - Projeto Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, 1965. Fonte: Oliveira, 2006.

Os projetos de Burle Marx devem ser considerados como paisagens culturais, pois correspondem a bens culturais e representam as obras conjugadas entre homem e natureza, visto que demonstra o desenvolvimento da sociedade sob influência das condicionantes físicas do ambiente natural.

Portanto, tais projetos paisagísticos revelam o que a Cidade do Rio de Janeiro possui entre o Mar e a Montanha, deste modo o reconhecimento de seu trabalho ocorre com o título recebido pela cidade do Rio de Janeiro, de Patrimônio da Humanidade pelo Unesco em 2012, e o título de primeira Capital Mundial da Arquitetura pela Unesco, em cerimônia na sede da organização internacional em Paris, em 18 de janeiro de 2019, pois seus projetos compõem as propostas apresentadas para tais reconhecimentos.

REFERÊNCIAS

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle MARX**. São Paulo. Cosac Naify, 2009.

COIMBRA, Custódio. Um roteiro para apreciar o trabalho de Burle Marx no Rio. 2018. Disponível em: <<https://fundacaoschmidt.org.br/um-roteiro-para-apreciar-o-trabalho-de-burle-marx-no-rio/>> Acesso em 15 mar. 2019.

FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica; TARDIM, Raquel; (orgs). **Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil**. São Paulo. Senac, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEENHARDT, Jacques (org). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo. Perspectiva, 2006.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Patrimônio e Paisagem Cultural**: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas.

Revista CPC, São Paulo, n.15, p. 007-026, nov. 2012/abr. 2013. Disponível em :<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/61287>> Acesso em 01 mar. 2019.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. **Parque do Flamengo: Instrumento de planificação e resistência (1)**. 2006. Disponível em :<

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288>> Acesso em 15 mar. 2019.

PEREIRA, Matheus. **Burle Marx e o passeio entre as escalas**, 2017. Disponível em :<

<https://www.archdaily.com.br/br/877099/burle-marx-e-o-passeio-entre-as-escalas-matheus-pereira> > Acesso em 15 mar. 2019.

PESSOA, Daniela; NEVES, Ernesto. **O Rio de Burle Marx**. 2012. Disponível em :<

<https://vejario.abril.com.br/cidades/rio-burle-marx/> > Acesso em 15 mar. 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro. IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, Laércio Gomes. **Paisagem Cultural**: nova expansão conceitual do patrimônio. (Periódicos Unifap). Universidade Federal de Amapá. Macapá, v. 5, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2015. Disponível em :<

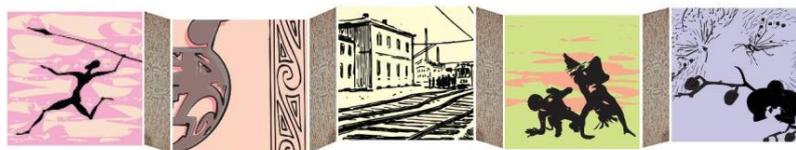
<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/viewFile/1880/laerciov5n1.pdf> > Acesso em 01 mar. 2019.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural Brasileira**: Do conceito a Prática. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v5., nº2, julho/dezembro 2012. Disponível em :<

[https://www.academia.edu/20043033/Paisagem Cultural Brasileira Do conceito %C3%A0_pr%C3%A1tica](https://www.academia.edu/20043033/Paisagem_Cultural_Brasileira_Do_conceito_%C3%A0_pr%C3%A1tica) Acesso em 06 mar. 2019.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

IDENTIDADE DE AVARÉ ATRAVES DA FERROVIA

THE IDENTITY OF AVARÉ THROUGH THE RAILWAY

Carla Cristina

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Eduvale de Avaré
carla_google@hotmail.com

Lucas Albuquerque

Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Eduvale de Avaré
lucas.rodox@gmail.com

Mariana Patty Guilger Primos

Professora Especialista Faculdade Eduvale de Avaré
mahguilger@gmail.com

Karla Garcia Biernath

Professora Mestre Faculdade Eduvale de Avaré
karlabiernath@hotmail.com

RESUMO

O patrimônio ferroviário representa uma parte importante da história e desenvolvimento das cidades. Em Avaré, apesar de projetos de preservação e políticas de defesa ao patrimônio, hoje as edificações e toda a infraestrutura construída pela ferrovia bem como o seu entorno encontram-se, em sua maioria, em estado de abandono. O presente trabalho aborda as estações ferroviárias construídas pela Estrada de Ferro Sorocabana na cidade de Avaré: uma no século XIX e outra no século XX e tem como objetivo analisar a relação da população com o patrimônio ferroviário da cidade na figura da estação. Realizado a partir de levantamento bibliográfico, pesquisas públicas e documentos, o trabalho indica a relação entre os habitantes e o patrimônio. Em sua maioria, foi possível verificar que a população preza pelo restauro e requalificação do espaço em busca da preservação da história local.

Palavras-Chave: Patrimônio ferroviário, Avaré, estações ferroviárias.

ABSTRACT

The railway heritage represents an important part of the history and development of the cities. In Avaré, despite preservation projects and patrimony defense policies, today the buildings and all the infrastructure built by the railroad as well as its surroundings are mostly in a state of abandonment. The present work deals with the railway stations built by the Sorocabana

Railway in the city of Avaré: one in the 19th and the other in the 20th century and has the objective of analyzing the relationship of the population with the city's railway heritage in the figure of the station. Based on a bibliographical survey, public research and documents, the work indicates the relation between the inhabitants and the patrimony. For the most part, it was possible to verify that the population values by the restoration and requalification of the space in search of the preservation of the local history.

Keywords: Railway heritage, Avaré, railways stations.

INTRODUÇÃO

Com a expansão do café e a busca por terras férteis, houve a necessidade da criação de um transporte que fosse rápido e fizesse o escoamento destes produtos. A E.F.S.1 foi fundada em 1872, o primeiro trecho da linha foi aberto em 1875, ligando São Paulo à Sorocaba. A linha- tronco se expandiu até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, nas margens do rio Paraná.

No dia 31 de março de 1896, chega o primeiro trem no município de Avaré, sendo a estação de número 62 construída na linha tronco (PIRES, 1952; SILVA JUNIOR, 2011; NEGRAO, 2018, FRANZOLIN, 2001).

A ferrovia em Avaré foi o marco para o crescimento e desenvolvimento econômico da cidade. A primeira estação construída em 1896 em estilo eclético, serviu para o escoamento do algodão e café, neste período, em consequência a grande produção de algodão, Avaré recebeu o título de capital nacional do ouro branco, o que acarretou na necessidade de ampliar a ferrovia e a construção de mais estações, como Ouro Branco, Barra Grande e Andrade Silva. Em 1939 o antigo prédio foi reformado onde é possível observar alterações em sua fachada. (BOCCI, 1983, 2018, FRANZOLIN, 2001).

No ano de 1953 a E.F.S. realizou uma retificação dos trilhos na região de Avaré, assim houve a necessidade de desativar a antiga estação, e acompanhando o novo percurso, construiu-se uma nova estação, localizada ao sul da cidade. A estação nova caracterizada com o estilo modernista, em ascensão na época, foi construída de forma provisória, pois seria reconstruída com maior infraestrutura e capacidade de escoamento e para abrigar um maior número de passageiros (BOCCI, 1983, FRANZOLIN, 2001; SILVA JUNIOR, 2011; PIRES, 1952;).

Atualmente, e com o declínio do transporte ferroviário, os edifícios que abrigaram ambas as estações de Avaré encontram -se em estado de abandono, restando apenas as lembranças daquela época em que os trens imperavam sobre a paisagem das cidades e eram primordiais para a economia.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados levantamentos bibliográficos a partir de livros e artigos que contam a história do município de Avaré. Também foram utilizadas documentações primárias levantadas a partir de pesquisas documentais tais como: mapas, fotos históricas, projeto arquitetônico da estação ferroviária e levantamentos fotográficos no local, o que permitiu a comparação entre os diversos momentos da estação. Além disso, foi feita aplicação de questionário público à população com a finalidade de investigar se existe o interesse em preservar sua história e o quanto se importam com o espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado no período de 01 a 18 de setembro de 2018 um questionário com a população através de redes sociais e assim, obtivemos a participação de 27 pessoas. O questionário apresentava perguntas referente a primeira estação (edificada em 1914). Como resultado, 25 participantes responderam ser a favor da conservação do patrimônio, e 02 são contra intervenções do espaço, conforme tabela comparativa abaixo.

Figura 2 Resultado comparativo da pesquisa



Fonte: Autores, 2018

Ainda, no questionário, foi inserido um campo para que os entrevistados pudessem expressar suas opiniões a respeito da preservação (ou não) da estação. Na figura 2, apresentamos algumas das opiniões dadas pelos entrevistados.

Figura 3 Opiniões dos entrevistados



Fonte: Autores, 2018

A primeira estação passou por uma grande reforma e atualmente encontra-se em total estado de abandono. As imagens abaixo mostram as fases da primeira estação.

Figura 4 Primeira Estação de Avaré em 1914



Fonte: Giesbreschit, 2017

Figura 5 Primeira Estação de Avaré após a reforma de 1939 (foto de 1941).



Fonte: Cavalcanti, 2018

Figura 6 Primeira Estação de Avaré - situação atual



Fonte: Silva Junior, 2018.

A figura 3 apresenta a formatação original da edificação de 1896, após um incidente em que o espaço foi incendiado, a estação precisou passar por reformas, modificando a característica da edificação, conforme figura 4 que apresenta a fachada em 1939. Após a transferência dos trilhos, a edificação passou a não possuir um uso definido, caindo em abandono, atualmente a edificação foi invadida e não recebe cuidados ou manutenção do meio público, conforme vemos na figura 5.

Individualmente, a identidade é percebida pelo sentimento de pertença, através de uma coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual ou social) do lugar (BRANDÃO, 2007, p. 14).

Traçando um comparativo entre o conceito de identidade estabelecido por grupos sociais, através de sentimentos de pertencimento e pelas opiniões dadas pelos entrevistados que responderam ao questionário sobre o patrimônio ferroviário de Avaré, podemos perceber que a ferrovia evoca não somente a memória da população como atua como agente promotor de uma identidade comum da população.

Assim, este conjunto ferroviário deve ser preservado por seu alto valor patrimônio, uma vez que atua como guardião da memória da população e permite sua transmissão às futuras gerações, sendo um organismo vivo dentro da cidade à medida em que ainda prevalece como um ponto de grande importância histórica na paisagem urbana e na cultura e identidade dos cidadãos que ali residem, conforme explica Rufinoni (2013):

“A preservação urbana objetiva a harmoniosa relação entre o patrimônio construído e o conjunto de especificidades materiais e imateriais que configuram a cidade contemporânea. Garantir a transmissão desse patrimônio ao futuro, a partir do respeito pelas estratificações históricas e da relação cotidiana com as linguagens construtivas moldadas ao longo do tempo, significa, portanto, buscar uma nova forma de compreender e respeitar a própria cidade, suas preexistências, coexistências e transformações.” (RUFINONI, 2013, p. 323).

CONCLUSÃO

Com base nas respostas dos entrevistados, a grande maioria é a favor da preservação, do restauro do edifício e a revitalização do local. A população tem não só uma identidade com o local mas também várias lembranças tendo como a conscientização que a estação e o seu entorno representam muito a memória do município de Avaré e reconhecem que se fosse utilizado como foi no passado a probabilidade de ter um patrimônio cultural conservado e

vivo seria além de um ótimo ponto turístico no município e poderia até mesmo ser utilizado como local de uso para vários departamentos municipais, assim desonerando o município dos alugueis de prédios utilizados para estes departamentos. A população acredita que deveria ter um esforço conjunto entre o poder público e a população para a preservação, concluindo que seria um ótimo investimento para o município.

REFERÊNCIAS

- BRANDAO, P. **A identificação dos lugares e a sua representação coletiva, bases de orientação e concepção, qualificação e gestão do espaço urbano**. Série política de cidades 3. Políticas de cidade. Lisboa: DGOTDU POLIS XXI, 2007.
- FRANZOLIN, José Leandro. **Avaré referencial na conquista e povoamento do oeste paulista**. Ed. Especial, Editora Incubadora Cultural Botucatu, Botucatu, 2001.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci, **Estações Ferroviárias do Brasil: E.F. Sorocabana (1953 – 1971)**, 2017. Disponível em , acesso em 24 set. 2018.
- NEGRÃO, Joaquim. **História da Fundação de Avaré – Fatos, Ficção e Causos 2**. Avaré, 2008. PIRES, João Baptista do Amaral Pires. Um pouco da História do Avaré - “Outr’ora Rio Novo”. 3ª Ed. Gráfica Editora, Taquarituba, 1952.
- RUFINONI, M. R. **Preservação e restauro urbano** — São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.
- SILVA JUNIOR, Gesiel Theodoro. **Avaré em Memória Vida II**. Editora Gráfica Editora, Avaré, 2011.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

PAISAGEM FERROVIÁRIA AO LONGO DOS TRILHOS DA COMPANHIA PAULISTA – A MORFOLOGIA DE MARÍLIA SP NAS DÉCADAS DE 1920-30

RAILSCAPE OF PAULISTA RAILWAY COMPANY – THE MORPHOLOGY OF MARILIA SP IN THE DECADES OF 1920-30

Cássia Regina Dias Ribeiro

Universidade Estadual de Londrina. Doutoranda em Geografia. Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445 km 380 - Cx. Postal 10.011 - Londrina - PR, 86057-970

cassia@diasribeiroarq.com.br

Humberto Yamaki

Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Laboratório de Paisagem. Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445 km 380 - Cx. Postal 10.011 - Londrina - PR, 86057-970

yamaki@ymal.com

RESUMO

O estudo trata da morfologia de Marília, implantada às margens dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Cidades novas ou cidades projetadas em frentes pioneiras de colonização apresentavam várias tipologias de acordo com os proprietários de terras e formas e ideais de colonização. Pierre Monbeig, geógrafo francês visitou Marília nas primeiras décadas. Comparando com cidades em outras frentes relatou como exemplo de cidade que nasce da junção de vários patrimônios adjacentes em terras de fazendeiros. Apesar de considerados planos “pouco venturosos” em que se percebem “traços de heterogeneidade original”, a pesquisa tem como foco a análise do Plano de Marília através do estudo do Patrimônio Alto Cafezal (1924) e Vila Barbosa (1926), Loteamento Marília (1927). Considera o decreto de colonização e a concessão de ferrovia como condicionantes à implantação e projeto, conforme tese de Yamaki (2017) aplicado em outras linhas. A implantação no espigão, onde mais tarde seria implantada a ferrovia, os limites da fazenda, a incorporação de estradas antigas e picadões, os corpos d’água definiram os traçados de limites pouco regulares. Assim, a heterogeneidade ou não regularidade integral do plano passa a ser uma qualidade, ao resultar em planos não repetitivos e comuns. Interpretar cada módulo, e a estratégia a cada momento permitirá reconhecer o caráter da paisagem urbana.

Palavras-Chave: Morfologia Urbana; Ferrovia Paulista; Paisagem Ferroviária.

ABSTRACT

The study deals with the morphology of Marília, settlement along the tracks of the railroad Company of Paulista. New cities or towns projected on pioneering fronts of colonization presented various typologies according to landowners and forms and ideals of colonization. Pierre Monbeig, a French geographer visited Marília in the first decades. Comparing with cities on other fronts he reported as an example of a city that is born from the junction of several adjacent estates on farmers' land. Although considered as "less fortunate" plans in which "traces of original heterogeneity" are perceived. The research focuses on the analysis of the Plan of Marília through the study of the Alto Cafezal (1924), Vila Barbosa (1926), Marília (1927) settlements. It considers the decree laws of colonization and the concession of railroad as conditioners to the settlement and project, according to Yamaki (2017). The settlement in on the ridge, where later the railroad would be implanted, the limits of the farm, the incorporation of old paths, the bodies of water defined the tracings of irregular limits. Thus, the heterogeneity or non-regularity of the plan becomes a quality, resulting in non-repetitive and common plans. Interpreting each module, and the strategy at every moment will allow to recognize the character of the urban landscape.

Keywords: Urban morphology, Paulista Railway, Railscape.

INTRODUÇÃO

Os primeiros núcleos da região da Alta Paulista, que inclui as cidades de Garça, Marília e Pompéia, surgiram antes da chegada da Ferrovia. Entretanto, a expectativa de sua implantação, com a autorização da construção do Ramal Agudos, partindo de Piratininga até as cabeceiras do Rio Tibiriça (atual cidade de Garça) através do decreto 3102/1919 e com a perspectiva de prolongamento deste ramal até o município de Marília, que seria consolidado com a aprovação do decreto 3967/1925, tornou-se um fator preponderante na escolha e formação dos novos agrupamentos.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a morfologia desses agrupamentos iniciais que constituíram o conjunto urbano de Marília, nas décadas de 1920 a 30, com o intuito de identificar os componentes indicadores de características da paisagem. O papel desempenhado pelos aspectos naturais e principalmente pela instalação da ferrovia.

A metodologia adotada foi a interpretação de cada módulo separadamente, investigando a estratégia utilizada pelos colonizadores para o plano de loteamento e o reconhecimento dos componentes que fizeram parte desse processo. Posterior a essa análise, avaliou-se o conjunto urbano formado pelos diversos núcleos, procurando reconhecer o caráter da paisagem urbana.

Sobre As Cidades Da Franja Pioneira No Estado De São Paulo

No final do século XIX a marcha pioneira do café estava em franca expansão, porém a região da Alta Paulista ainda faz parte de um grande sertão desconhecido. As plantações de café só chegariam no século XX, após a aprovação do decreto 1278/1905, que autorizou o levantamento geográfico do extremo sertão do Estado, pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, que mapeou e preparou a região.

O avanço para o “Novo Oeste” intensificou-se com a Lei 1045/1906, que possibilitou a entrada dos imigrantes para colonização do Estado e do Decreto 6455/1907 que aprovou as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional, especificando as diretrizes que deveriam ser preferidas na escolha dos locais dos novos núcleos urbanos e estabelecendo que estes poderiam ser formados por empresas de viação férrea ou fluvial, Companhias ou Associações e por particulares, com o auxílio ou não da União e dos Estados. Segundo Matos (1981, p. 166), a colonização, por meio da chegada desses imigrantes europeus e a estrada de ferro estão intimamente vinculados a expansão cafeeira.

A marcha pioneira do café instalou-se nos espigões, em faixas estreitas de terras boas e envolvidas por solos inertes, adequados somente a criação de gado. Esses extensos espigões e a distância dos eixos de circulação traça a rede de aglomerações urbanas nos planaltos ocidentais de São Paulo e no norte do Paraná e influenciam de maneira decisiva o povoamento. Nas regiões com desenvolvimento cafeeiro mais expressivo instalaram-se as fundações urbanas mais importantes. (MONBEIG, 1984, p. 338)

As frentes pioneiras, que correspondem ao avanço das plantações de café no novo oeste do Estado de São Paulo, só chegariam a Marília a partir de 1913, com a abertura do picadão, pelo Coronel Carlos Ferraz de Sales. Com 147 quilômetros esse caminho ligava as linhas ferroviárias da Noroeste, em Presidente Pena (atual Cafelândia) até a altura de Platina, estrada de ferro Sorocabana.

Segundo Monbeig (1984, p. 341), dificilmente seria possível classificar as cidades pioneiras conforme suas características topográficas, pois os planaltos ocidentais de São Paulo apresentam uma uniformidade das condições naturais, com uma variedade insignificante dos sítios. Entre as cidades da franja pioneira, as diferenças de forma são mínimas, propiciando uma repetição no traçado do plano geométrico dos núcleos urbanos. As tipologias que fogem, em parte, do desenho quadriculado ocorrem em função do loteamento por companhias de colonização distintas.

Cada cidade é, portanto, uma réplica da sua vizinha. As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os homens, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas. (MONBEIG, 1984, p. 346)

No plano de Marília, a localização do núcleo urbano inicial é determinado pela previsão da passagem da linha férrea. O conjunto urbano é constituído pela junção de três patrimônios (figura1): Alto Cafezal (1924), Vila Barbosa (1926) e Marília (1927). Segundo Monbeig (1984, p. 344), as diversas células não são derivadas da compartimentação do relevo, mas sim das divergências e rivalidade dos proprietários de terra. Embora unidos, ainda “se percebem traços da heterogeneidade original.”

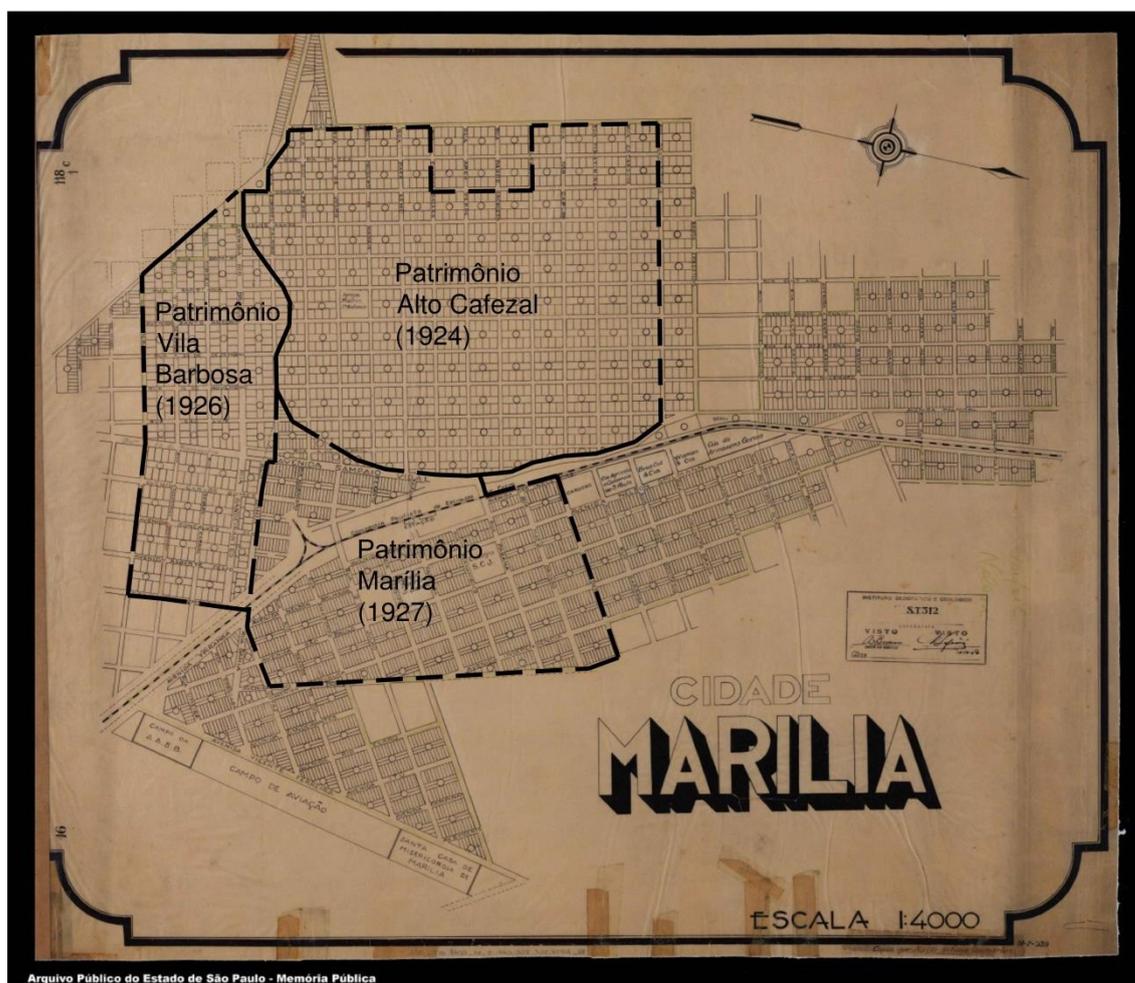


Figura 1 – PLANTA COM OS PATRIMÔNIOS INICIAIS QUE FORMARAM MARÍLIA. Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: C. D. Ribeiro. Ano 2019. Mapa base: Cidade de Marília. Escala 1:4000. Ano: 1939. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A Morfologia Dos Patrimônios Formadores De Marília

ALTO CAFEZAL (1924)

Breve histórico

O patrimônio Alto Cafezal, fundado em 1924 por Antônio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva (O “Pereirinha”). Surgiu da aquisição de 53 alqueires de terras loteadas pela Companhia Agrícola e Pecuária de Campos Novos, localizadas na vertente do Rio do Peixe, cabeceira do Pombo. Segundo relatos de Moreira (1936, p. 27), José Pereira da Silva enviou seu filho para examinar às terras. Percorrendo a nascente do Pombo encontrou um marco com os dizeres: “C. P. Exploração da Cia. Paulista em 1916”, sinalizando que nessa área passaria os trilhos de suas composições ferroviárias. Com a perspectiva da passagem da ferrovia consolidou-se a fundação do patrimônio.

Localização

Essas terras delimitavam-se a leste pelo espigão do Rio Peixe/Feio e pelo antigo picadão, aberto em 1913 pelo Coronel Carlos Ferraz de Sales, ao sul pela antiga estrada de acesso a Assis, Campos Novos e Palmital e a oeste pelo Ribeirão do Pombo. O trecho do picadão que passa pela cidade de Marília coincide com o traçado da atual Avenida Sampaio Vidal.

Implantação

Para abertura do patrimônio Alto Cafezal, contrataram o engenheiro Frederico Schmidt, que definiu o plano do loteamento (figura 2). A futura linha ferroviária, que percorrerá o espigão, assinala o limite das propriedades. Dessa forma, o patrimônio projetado localiza-se em apenas uma das margens do traçado da futura ferrovia.

O traçado adotado constitui-se de uma malha regular, com arruamentos em “tabuleiro de xadrez”, no sentido noroeste-sudeste, com ruas de 12m de largura e 113 quarteirões de 88 x 88m, dividido em 10 datas (lotes), sendo 8 de 22 por 33 metros e, 2 de 22 por 44 metros. Na região do ribeirão as quadras são suprimidas. Segundo Monbeig (1984, p. 344), esse plano geométrico é favorecido pela uniformidade do sítio, que se alonga em um planalto, facilitando o prolongamento das ruas retas e satisfazendo as exigências do loteador.

A implantação no sentido noroeste-sudeste permite algumas hipóteses, visto que o decreto 343/1896³¹, que regulamenta a medição, demarcação e aquisição de terras devolutas, previa o traçado dos lotes, sempre que possível, acompanhando a orientação norte-sul, leste-oeste: “as linhas lateraes serão orientadas sempre que for possível pelos azimuths verdadeiros N-S, e as do fundo e frente pelos azimuths L-O, igualmente verdadeiros.”



Figura 2 – PLANTA ORIGINAL DO LOTEAMENTO DO PATRIMÔNIO DO “ALTO CAFEZAL”. Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: C. D. Ribeiro, H. Yamaki. Ano 2019. Mapa base: Planta do Patrimônio Alto Cafezal. Autor: Engenheiro Frederico Schmidt. Escala: 1:2.000 Ano: 1929. Acervo: Comissão de Registro Histórico de Marília.

³¹ Decreto n. 343, de 10 de março de 1896, parágrafo 2º artigo 195º

Ao analisar a planta original, projetada pelo engenheiro Frederico Schmidt em 1924, observa-se que a malha xadrez proposta no patrimônio segue paralela ao ramal em Construção da Estrada de Ferro Paulista. Essa forma de traçado pode ser percebida nos núcleos fundadores das cidades ao longo da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste. Segundo Guirardello (2002, p. 170), o traçado inicial de todos os arruamentos desses povoados tomou por base “a longa reta originada pela linha da ferrovia, ou mesmo os limites de divisa da esplanada”.

O núcleo do Alto Cafezal surgiu em 1924 e nesse momento, havia apenas uma previsão da implantação dos trilhos, que passaria pelo espigão dos Rios Peixe/Feio. Todavia, no momento de implantação da ferrovia, esse trajeto foi alterado, provavelmente para desviar de cursos d'água. No mapa de 1939 (figura 1) a malha xadrez paralela a linha ferroviária não pode ser percebida.

A malha ortogonal adotada caracteriza-se pela formação de quarteirões e espaços livres com contornos irregulares próximo ao espigão, ao pátio ferroviário e as antigas estradas. Pequenas praças triangulares permitem ajustar a estrada e o plano xadrez. Entretanto, com a abertura do patrimônio de Vila Barbosa, em 1926, o projeto dos quarteirões foi contínuo ao Alto Cafezal e esses espaços livres triangulares adquiriram a configuração quadrangular e as dimensões de 88 x 88 metros.

Projetado em duas fases (figura 3), o módulo 1 tem como limite a estrada de acesso a Assis e o Ribeirão. A numeração inicia-se no canto inferior direito, formado pela ferrovia e pela estrada antiga. As praças da Estação e da Matriz estão localizadas no centro de cada face do módulo e não possuem numeração. Pequenas praças triangulares são formadas pelo contorno irregular da antiga estrada e não possuem numeração ou parcelamento. Essas praças e da Matriz são voltadas para estrada. O módulo 2 começa junto à ferrovia e ao limite do módulo 1. A numeração a partir do ramal em construção da ferrovia e da antiga estrada de acesso a Assis contribui na certificação dos seus limites.

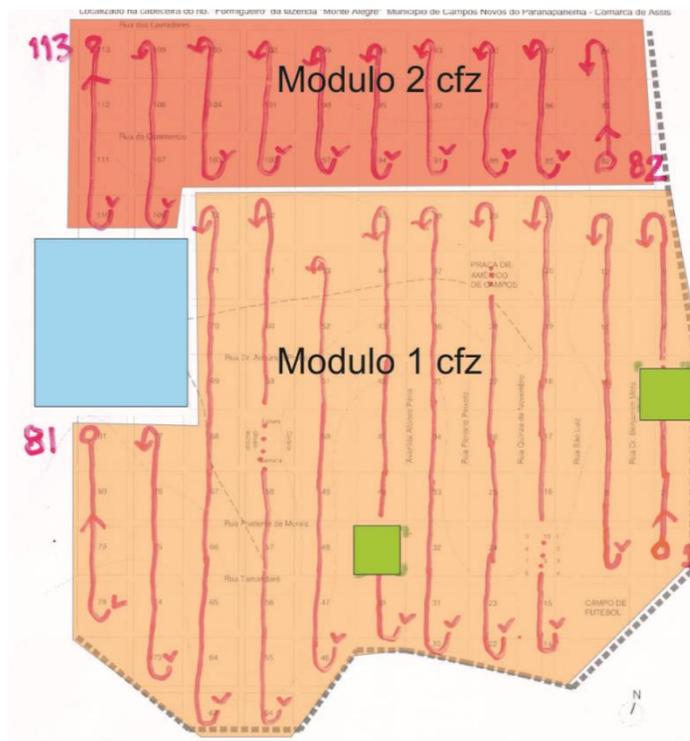


Figura 3 –PATRIMÔNIO DO “ALTO CAFEZAL” – NUMERAÇÃO DAS QUADRAS . Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: H. Yamaki. Ano 2019. Mapa base: Planta do Patrimônio Alto Cafezal. Autor: Engenheiros agrimensores Francisco e Fred Schmidt. Escala: 1:2.000 Ano: 1929. Acervo: Comissão de Registro Histórico de Marília.

Estradas antigas como definidoras do contorno do plano

Caracterizando-se como fronteira entre as fazendas do Rio do Peixe e Barbosa, a antiga estrada de Assis definiu os limites entre os dois patrimônios iniciais da cidade de Marília. Seu traçado foi responsável pelos contornos irregulares resultantes e pela formação de pequenas praças triangulares, voltadas para estrada.

Os espaços livres

Quando se analisa o projeto original do Alto Cafezal observa-se que os espaços livres públicos localizam-se no lado direito do módulo, próximos a linha ferroviária e estão dispostos ao redor de um quadrilátero de 5 x 5 quarteirões, a partir da igreja. Examinando a numeração das quadras tem-se a impressão que essa área será a primeira a ser loteada,. Portanto, os espaços livres constituídos pela praça da igreja, largo da estação, campo de futebol e praça Dr. Américo de Campos são considerados elementos essenciais na configuração do núcleo inicial.

A praça da igreja

A quadra reservada para a construção da igreja ocupa o platô mais elevado do sítio, a uma altitude de aproximadamente 660m. Localiza-se ao sul, próxima da antiga estrada de acesso a Assis, principal rota de entrada ao patrimônio. Na planta original, o engenheiro Frederico Schmitd posiciona a entrada da igreja para essa estrada Cafelândia-Marília-Assis.

Dezembro de 1924 ocorreu a inauguração da primeira capela de Santo Antônio e em 1958 a construção da atual igreja Matriz, com uma praça na frente do edifício. A entrada principal da nova Matriz está voltada para os trilhos da Companhia Paulista, ao invés de voltar-se para o sul conforme posicionamento estabelecido no projeto inicial. Na estrutura interna do patrimônio, a igreja exerce um papel de centralidade e os edifícios institucionais: grupo escolar, Fórum, Câmara e a Cadeia estão próximos.

O largo da estação

O Largo da Estação está localizado no módulo 1, no centro da face margeando os trilhos e junto ao final indicado no ramal em Construção da Estrada de Ferro Paulista. A quadra destinada localiza-se no mesmo platô elevado do quarteirão destinado a Igreja.

VILA BARBOSA (1926)

Breve histórico

A Vila Barbosa foi projetado como um prolongamento do Alto Cafezal, localizado na Fazenda Bonfim, na mesma vertente do Rio do Peixe. Implantado em 1926 pelo Sr. Antônio Vasques Carrion e posteriormente pela firma Almeida & Nogueira. Existe uma divergência entre os autores sobre a data exata de sua implantação. Monbeig (1984) considera a data de 1927, Lara (1991) e Povoas (1947) consideram a data de 1926. De qualquer forma, os três autores afirmam que o terceiro patrimônio “Marília”, de propriedade de Bento de Abreu Sampaio Vidal foi lançado no mesmo período, entre o final de 1926 e início de 1927.

Implantação

Possuía o mesmo plano proposto no primeiro patrimônio, com quarteirões de 88 x 88 metros e lotes de 22 x 33 metros (figura 4). A numeração do módulo 1 inicia-se na fronteira do patrimônio Alto Cafezal com o antigo picadão e no módulo 2, no trecho leste do antigo picadão (atual Avenida Sampaio Vidal), a numeração começa no limte do patrimônio Marília e os quarteirões adquiraram um novo dimensionamento para se adequarem a malha ortogonal proposta de 100 x 100 metros.

No mapa de 1939 (figura 1) percebe-se a continuidade das ruas do patrimônio Marília para o de Vila Barbosa e as quadras com dimensões maiores que as quadras contínuas ao patrimônio Alto Cafezal.



Figura 4 – PLANTA INICIAL DO VILA BARBOSA. Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: C. D. Ribeiro, H. Yamaki. Ano 2019. Mapa base: Planta Planimétrica de Marília, 1950.. Escala: 1:2.000 Ano: 1950. Acervo: Comissão de Registro Histórico de Marília.

MARÍLIA (1927)

Breve histórico

Bento de Abreu Sampaio Vidal, um rico fazendeiro, adquiriu do Dr. Cincinato César da Silva Braga a totalidade das terras da Fazenda Cincinatina, abrangendo 21 quilômetros pelo espigão dos Rios Peixe-Feio e imediatamente tratou da abertura do seu patrimônio, em frente ao patrimônio Alto Cafezal. Denominado Marília, posteriormente daria origem ao nome da cidade.

Localização

A gleba designada à instalação do novo loteamento delimitava-se a sudoeste pelo espigão do Rio Peixe/Feio e a nordeste pelo Córrego Palmital. A avenida Sampaio Vidal (antigo picadão aberto em 1913), mais larga que as demais ruas, estabelece a fronteira entre os patrimônios Alto Cafezal e Marília.

Implantação

O engenheiro Dr. Durval de Menezes foi encarregado de desenvolver o plano do loteamento (figura 5). No patrimônio Alto Cafezal o plano transcorre antevendo a passagem da ferrovia e reservando uma quadra para o largo da estação. No patrimônio Marília inicia-se a partir da reserva da faixa de terras no espigão para passagem da linha férrea. O planejamento inicia-se pela configuração do pátio ferroviário e da Estação Ferroviária, que definirá uma área plana e reta. Os trilhos da ferrovia são deslocados no sentido leste-oeste em relação ao traçado indicado no plano original proposto no Alto Cafezal, que seguia a orientação noroeste-sudeste. Provalvemente, uma estratégia da Companhia Paulista para desviar dos cursos d'água, evitando a necessidade de construções de pontes.

O plano de loteamento foi projetado no sistema xadrez e segue o alinhamento da curva de nível, porém o dimensionamento das ruas e quarteirões são diferentes: as ruas possuem 16 metros de largura e as quadras 100 por 100 metros, divididos em lotes de 10 por 40 metros, em duas frentes justapostas, tendo nas laterais, ao centro, dois lotes em cada lado, de 10 por 50 metros. Contudo, assim como observado no primeiro patrimônio implantado, a malha ortogonal próximo ao pátio ferroviário e ao córrego Palmital, gera quarteirões com dimensionamento de lotes diferenciados e quadras com formas irregulares.



Figura 5 – PLANTA INICIAL DO PATRIMÔNIO MARÍLIA. Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: C. D. Ribeiro. Ano 2019. Mapa base: Terras de Bento de Abreu Sampaio Vidal – Planta Planimetrica - 1938. Escala: 1:2.000 Ano: 1938. Acervo: Comissão de Registro Histórico de Marília.

Analisando o projeto (figura 6), o módulo 1 começa no limite do Alto Cafezal, reforçando a demarcação das fronteiras dos patrimônios. As quadras numeradas de um a três seguem o traçado e as dimensões estabelecidas no Alto Cafezal. No módulo 2 a sequência numérica inicia-se próximo ao Pátio Ferroviário, seguindo paralelo a Estação. O quarteirão destinado a igreja não possui numeração.

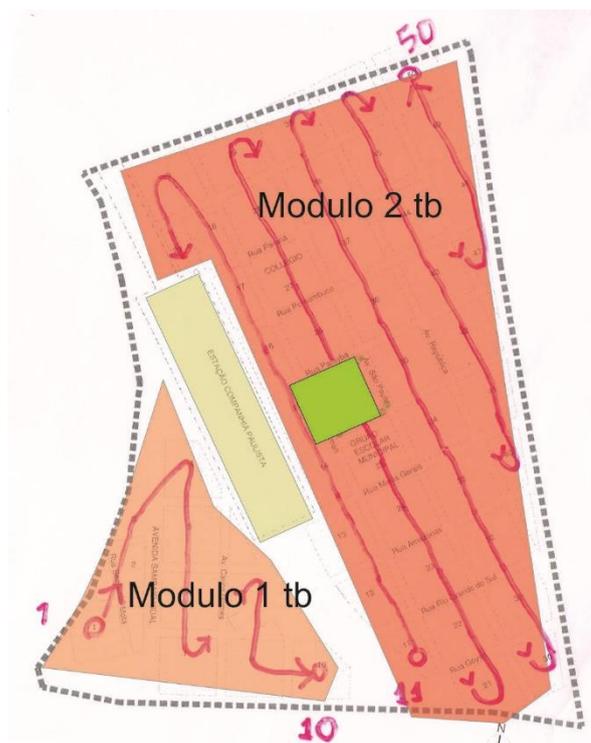


Figura 6 –PATRIMÔNIO MARÍLIA – NUMERAÇÃO DAS QUADRAS . Pesquisa: C. D. Ribeiro – Arte: H. Yamaki. Ano 2019. Mapa base: Terras de Bento de Abreu Sampaio Vidal – Planta Planimetrica - 1938. Escala: 1:2.000 Ano: 1938. Acervo: Comissão de Registro Histórico de Marília.

Espaços livres e a praça da igreja

A Praça da Matriz foi projetada como um único quarteirão não parcelado, na parte central do loteamento de Marília, nas proximidades da Estação e do Pátio Ferroviário. Estação e Igreja Matriz definiam assim o centro do loteamento. Alinhado com a Praça Matriz e em um quarteirão imediato ficava o Grupo Escolar. Do outro lado da Matriz, em um quarteirão intercalado ficava o Colégio. Os quarteirões da Matriz e Grupo Escolar foram unificados, formando uma proeminente praça. Esse espaço livre durante anos abrigou as quermesses e feiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, a análise dos três patrimônios individualmente permitiu compreender que na junção desses módulos, o pátio ferroviário define a conformação do conjunto e espaços livres. A futura ferrovia, projetada no ramo central, divisor das águas do Rio Peixe/Feio e a distância estabelecida de dez a quinze quilômetros entre estações conduziram a localização

dos núcleos urbanos e as antigas estradas de rodagem, picadões e cursos d'água contribuíram na demarcação das fronteiras.

A malha xadrez repete-se nos três núcleos, característica das cidades da franja pioneira, frequentemente implantadas em uma faixa estreita do espigão. Embora a malha proposta seja ortogonal, são inevitáveis os formatos irregulares junto aos limites do patrimônio. A incorporação das estradas antigas, picadões, rios e córregos, que auxiliaram na delimitação desses limites, foram os responsáveis por esses contornos irregulares. Portanto, observa-se que os componentes definidores da paisagem se repetem nos módulos.

Posterior a investigação dos núcleos separadamente, a visão do núcleo urbano, constituído pela junção dos três patrimônios, permitiu identificar uma área central configurada com características singulares, estipuladas principalmente pela demarcação do pátio ferroviário. Alto Cafezal e Vila Barbosa apresentam um conjunto homogêneo enquanto o patrimônio Marília possui um padrão diferente do restante.

Provavelmente, os núcleos urbanos formados por um único módulo, com padrão de malha ortogonal, apresentem configurações semelhantes em lugares diversos e possam gerar uma monotonia na paisagem. Entretanto, em Marília, as estratégias adotadas pelos colonizadores, principalmente em relação aos aspectos naturais e a instalação da ferrovia e o fato do núcleo urbano ser formado por diversas células propiciem características singulares na paisagem.

Portanto, o final da ferrovia onde em Alto Cafezal é projetado o Largo da estação e o Pátio ferroviário no patrimônio fundado por Bento de Abreu definem as características de Marília. O espigão, o pátio e a estrada antiga são os elementos geradores da forma.

REFERÊNCIAS

- GUIARDELLO, Nilson. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo, Editora UNESP, 2002
- LARA, Paulo Corrêa de. Marília, Sua Terra, Sua Gente. Marília. Editora Iguatemy de Comunicações Ltda, 1991.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 3ª Ed. São Paulo. Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1981.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984.

MOREIRA, Balthazar de Gody. Marília, Cidade Nova e Bonita. Marília, Magalhães, 1936.

PÓVOAS, Glycério. Marília. Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília. Marília, 1947.

YAMAKI, Humberto. Terras do Norte: paisagem e morfologia. Londrina: Ed. H. Yamaki e UEL, 2017.

LEIS E DECRETOS

DECRETO nº 1278, de 23 de março de 1905. Approva as instrucções para o levantamento geographico do extremo sertão do Estado.

LEI de Imigração e Colonização, lei nº 1045, de 27 de setembro de 1906. Dispõe sobre a Imigração e Colonização no Território do Estado De São Paulo.

DECRETO nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional.

DECRETO nº 3102, de 16 de outubro de 1919. Concede á Campanhia Paulista de Estradas de Ferro, licença para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo da cidade de Piratininga, ponto terminal do ramal de Agudos, pertencente á mesma Companhia, se dirija ás cabeceiras do rio Tibiriçá.

DECRETO nº 3967, de 24 de dezembro de 1925. Concede licença á Companhia Paulista de Estradas de Ferro para construção do prolongamento, a partir da estaca 4050 dos estudos definitivos da linha ferrea a que se refere o decreto n 3102, de 16 de Outubro de 1919, e dá outras providências.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Laboratório de Paisagem UEL, à Pos Graduação em Geografia UEL e ao CNPq/CAPES pelo apoio a projetos de pesquisa.



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

UMA MULHER, UM PATRIMÔNIO E MUITA FÉ: A ORIGEM DA PROCISSÃO E ROMARIA DO SENHOR BOM JESUS DA LAPA DE JARDINÓPOLIS – SP

A WOMAN, HER LEGACY AND LOT OF FAITH: THE ORIGIN OF THE PROCESSION AND PILGRIMAGE FOR BOM JESUS OF THE LAPA FROM JARDINÓPOLIS (SP)

Clarice Alves Carneiro
Graduanda, UNESP, Brasil
clarice.carneiro@outlook.com.br

Marta Enokibara
Professora Doutora, UNESP, Brasil
marta.enokibara@unesp.br

RESUMO

O município de Jardinópolis – SP tornou-se popularmente conhecido por promover uma tradicional festividade relacionada à Igreja Católica que anualmente reúne milhares de fiéis das cidades da região ao longo de nove dias. Durante o período de 28 de julho a 6 de agosto, peregrinos realizam a Procissão e a Romaria em homenagem ao “Senhor Bom Jesus da Lapa”. Entretanto, poucos sabem que a origem dessa celebração está associada a uma prática religiosa que teve início na Bahia, com o monge português Francisco de Mendonça Mar. A tradição descreve que o monge, no final do século XVII, descobriu o “Morro da Lapa” e na gruta existente em seu interior depositou um crucifixo que trouxera de Portugal dando origem à devoção ao Cristo Crucificado, na configuração de Senhor Bom Jesus da Lapa. O Morro da Lapa, com a gruta que abriga a imagem milagrosa, transformou-se em santuário, atraindo inúmeros romeiros do sertão baiano e estados limítrofes. Com o tempo, essa tradição propagou-se intensamente pelo resto do país. Em Jardinópolis, essa celebração manifesta-se a partir de 1913, sendo introduzida por uma personagem considerada controversa para a sociedade da época, a baiana “Pequena do Nascimento”, como era popularmente conhecida. O objetivo da presente pesquisa é reavivar a narrativa desta personagem extremamente relevante para a história, a memória e a identidade cultural da população jardinopolense. O trabalho utiliza-se de pesquisa bibliográfica, cartográfica, iconográfica e de campo para resgatar historicamente os primórdios dessa sacralização no município paulista; o local onde originou-se a festividade e sua relação com a expansão urbana; as transformações ocorridas na festividade ao longo do tempo; os percursos da Procissão e da Romaria; bem como as tensões e conflitos que ocorreram entre as autoridades eclesiásticas e a introdutora do culto, Pequena do Nascimento. A pesquisa permitiu concluir que a história da festividade é parte indissociável da história da cidade.

Palavras-chave: Romaria e Procissão do Bom Jesus da Lapa. Jardinópolis. Identidade Cultural. Tradição religiosa.

ABSTRACT

The municipality of Jardinópolis - SP became popularly known for promoting a traditional festival related to the Catholic Church, which annually gathers thousands of credents from the nearby cities during the period from July 28th to August 6th, pilgrims perform the procession and pilgrimage in honor of "Senhor Bom Jesus da Lapa". However, few know that the origin of this celebration is associated with a religious practice that began in Bahia, with the Portuguese monk Francisco de Mendonca Mar. Tradition describes that the monk, at the end of the 17th century discovered the "Morro da Lapa" and in the cave that existed in its interior deposited a crucifix brought from Portugal, giving rise to the devotion to crucified Christ in the figure of "Senhor Bom Jesus da Lapa". The Morro da Lapa, with the grotto that houses the miraculous image, has become a shrine, attracting countless pilgrims from all over the hinterland of Bahia and bordering states. Over time, this tradition has spread intensely across the rest of the country.

In Jardinópolis, this celebration manifests itself from 1913 onwards, being introduced by a character considered controversial for the Society of the time, the Bahian Pequena do Nascimento, as it was popularly known. The aim of this research is to revive the narrative of this character that is extremely relevant to the history, memory, and cultural identity of the population from Jardinópolis. The paper uses bibliographic, cartographic, iconographic, and field research to recover historically the beginnings of this sacralization in the city; the place where festivity originated and its relationship with the urban sprawl; the transformations that occurred in the festivity over time; the paths of the procession and pilgrimage; as well as the tensions and conflicts that occurred between the ecclesiastical authorities and the introducer of the cult, Pequena do Nascimento. The research allowed us to conclude that the history of festivity is an indissociable part of the history of the city.

Keywords: Procession and Pilgrimage to Bom Jesus da Lapa. Jardinópolis. Cultural Identity. Religious traditions.

INTRODUÇÃO

A devoção ao Senhor Bom Jesus atualmente integra o patrimônio cultural de diversas localidades em vários estados brasileiros, como Bahia, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Trata-se de uma prática religiosa trazida para o Brasil durante o processo de colonização portuguesa que propagou-se intensamente no decorrer do século XVII adquirindo inúmeras configurações. Os primeiros vestígios do culto em homenagem ao Senhor Bom Jesus organizavam-se próximo aos primeiros lugarejos, com pequenas capelas, que posteriormente tornaram-se grandes cidades. O Santuário do Senhor Bom Jesus de Pirapora, no município de Pirapora do Bom Jesus (SP); do Senhor Bom Jesus de Tremembé, na cidade de Tremembé (SP); além do Senhor Bom Jesus da Lapa, na Bahia, são exemplos desses centros devocionais que ainda reúnem milhares de fieis. Entretanto, essa tradição também encontra-se presente em pequenas cidades, como por exemplo Jardinópolis (SP), São Joaquim da Barra (SP) e Sertãozinho (SP).

Em Jardinópolis, esta festividade católica encontra-se na sua 105ª edição e ocorre no período de 28 de julho a 06 de agosto. A introdutora da Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis foi a baiana Juventina Maria do Nascimento, conhecida como Pequena do Nascimento. No entanto, esta personagem de suma relevância não é contextualizada ou é pouco representada no cenário histórico de formação do município paulista. E também são pouco abordadas as origens da festividade antes desta estar vinculada às celebrações da Igreja Católica. O resgate desta história é o objetivo do presente artigo³² e está estruturado em quatro partes. A primeira trata sobre a origem da festividade na Bahia; a segunda aborda o início da formação do município de Jardinópolis; a terceira, a origem da festividade em Jardinópolis, os vários locais onde ocorreu em função das alterações por onde Pequena do Nascimento residiu, e, por fim, a quarta parte, que trata do acordo de doação da capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus da Lapa construída por Pequena do Nascimento à Igreja Católica e a atual festividade.

OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo resgatar a história da introdutora da festividade do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis - Juventina Maria do Nascimento, popularmente conhecida como Pequena do Nascimento. O resgate justifica-se pois a origem da festividade é pouco conhecida pelos jardinopolenses e sua introdutora é igualmente pouco representada no contexto histórico de formação e desenvolvimento do município.

METODOLOGIA

A primeira etapa para a elaboração deste estudo consistiu na pesquisa bibliográfica visando a reunião de informações sobre a origem da cidade de Jardinópolis e da festividade do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis. Estas informações estão contidas principalmente nas obras dos seguintes autores: CASTRO, 2016; CORREIA, 2005; ELIAS, 1998; GAËTA, 1997 e SOBRINHO, 2007. Estes estarão referenciados ao longo do presente texto. A segunda etapa deste estudo pautou-se na pesquisa cartográfica, por meio do qual se obteve acesso ao Mapa da Cidade de Jardinópolis de 1910, considerado o primeiro mapa da cidade e disponível

³² Este artigo é parte integrante do Trabalho Final de Graduação (TFG) de Clarice Alves Carneiro, como um dos requisitos para a obtenção do título de Arquiteta e Urbanista junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Bauru. O trabalho é intitulado “Procissão e Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (SP)”, sob orientação da Profa. Dra. Marta Enokibara, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2019.

no Museu e Casa da Cultura Doutor Paulo Portugal. Outros mapas atuais foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Jardinópolis, que posteriormente serviram de base para demais mapas apresentados ao longo do texto. Ademais, para a terceira etapa, foi realizada a pesquisa iconográfica no acervo *on-line* da Prefeitura de Jardinópolis e no acervo *on-line* do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC). Na quarta etapa, foram realizadas as coletas de relatos orais com moradores antigos da cidade e a pesquisa de campo, com a participação nos percursos da Romaria³³ e Procissão³⁴ do Senhor Bom Jesus da Lapa, nos dias 05 e 06 de agosto 2018, respectivamente.

ORIGEM DA FESTIVIDADE NA BAHIA

Francisco de Mendonça Mar nasceu na cidade de Lisboa, capital portuguesa, no ano de 1657. De origem humilde e educado na fé católica, desde cedo aprendeu com o seu pai a arte de ourives e também a pictórica. Em 1679, com vinte e dois anos, Francisco de Mendonça Mar muda-se para o Brasil atraído pelas oportunidades ofertadas pela colônia portuguesa. Desembarcando em Salvador (BA), capital do Brasil colonial, Francisco de Mendonça Mar adquiriu alguns escravos e dedicou-se a profissão de ourives e pintor. Em poucos anos suas habilidades com o ouro, pedras preciosas e pintura o tornaram reconhecido, sendo o mesmo convidado pelo Governador Geral, Capitão General Mathias da Cunha, para realizar a pintura e fazer os acabamentos do recém-construído Palácio do Governo Geral do Brasil (CORREIA, 2005; MICEK, 2006).

Com a ajuda de seus escravos, Francisco de Mendonça Mar empenhou-se arduamente no projeto, investindo os próprios recursos para a conclusão da obra. Porém, ao concluir o trabalho, o mesmo não recebeu o pagamento referente a seus honorários e materiais investidos, pois o Governador Geral que havia solicitado seus serviços falecera e o Provedor-mor, responsável pelas finanças, alegava que o governo não dispunha do dinheiro em haver (CORREIA, 2005; FERREIRA, 1958; MICEK, 2006; MOTA, 2008; OLIVEIRA, 2008).

A solicitação constante de seus honorários à Coroa Portuguesa foi entendida como um desacato, acarretando em sua prisão juntamente com seus escravos, e na qual sofreu muitas

³³ Romaria é considerada uma peregrinação de cunho religioso e a mesma pode ser realizada por um conjunto de pessoas ou individualmente. O principal intuito desta peregrinação é a visita a uma igreja ou local considerado sacro, como forma de pagamento de promessa e devoção. Definição extraída do Dicionário Aurélio, disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/procissao>>. Acesso realizado 02 de fevereiro de 2019.

³⁴ Procissão é considerada uma forma de cortejo religioso realizado por um conjunto de pessoas, que em marcha solene normalmente pelas ruas de uma cidade, carregando imagens e entoando orações ou cânticos. Definição extraída do Dicionário Aurélio, disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/procissao>>. Acesso realizado 02 de fevereiro de 2019.

humilhações, insultos e lesões corporais, conforme a Primeira Carta³⁵ emitida por Francisco de Mendonça Mar ao El – Rei de Portugal.

Devido à lentidão das respostas, Francisco de Mendonça Mar ficou preso por um tempo, período que o fez recorrer à sua fé. Não se tem ao certo se esse acontecimento foi o motivo que o levou a peregrinar pelo sertão baiano, porém, ao deixar a prisão, o português concede a liberdade aos seus escravos, despoja-se de seus bens e põe-se a caminhar pelo sertão nordestino, sem rumo certo e acompanhado apenas das imagens do Cristo Crucificado – Bom Jesus e Nossa senhora da Soledade (CORREIA, 2005; MICEK, 2006; MOTA, 2008).

Em 1691, entregue a sua fé e enfrentando inúmeras dificuldades e privações, Francisco de Mendonça Mar percorreu aproximadamente 1.200 quilômetros, até que encontrou às margens do Rio São Francisco uma enorme formação rochosa. Por meio de uma fissura adentrou na gruta existente naquele morro e em seu interior encontrou uma cavidade proporcional ao pé da cruz que trazia consigo. Acreditando ser um sinal divino, ele encerra sua peregrinação e inicia sua vida como eremita em constante oração. Porém, logo compreende que o amor a Deus e ao Senhor Bom Jesus da Lapa não deviam ser isolados da vida das pessoas, mas sim, inseridos nela (CORREIA, 2005; MICEK, 2006; NOGUEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2014).

Com o tempo, a popularidade de Francisco Mendonça Mar e da “Gruta sagrada” (Figura 1) começam a disseminar-se pelo interior baiano, atraindo cada vez mais pessoas, ora para celebrações em louvor ao Senhor Bom Jesus da Lapa, ora em busca de ajuda humanitária. Esta notícia chega até o Arcebispo da Bahia, Dom Sebastiao Monteiro da Vide, que convoca Francisco Mendonça Mar para que o mesmo inicie sua preparação como padre. Em 1706 foi ordenado sacerdote com o nome Padre Francisco da Soledade. Após sua ordenação, Padre Francisco da Soledade retorna à gruta dando continuidade a celebração até o ano de sua morte, em 1717 (CORREIA, 2005; MICEK, 2006).

³⁵ Primeira Carta de Francisco de Mendonça Mar ao El – Rei de Portugal, onde o mesmo solicita sua liberdade. A referida Carta encontra-se na rede social Facebook no Grupo Santuário Bom Jesus da Lapa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/santuariolapa/photos/a.160378230709528/372257746188241/?type=1&theater>>. Acesso em: 16 maio 2018.



Figura 1: Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa e localização do município no estado da Bahia.
 Fonte da imagem: <http://www.centraldalapa.com/>. Acesso em: 08 de junho de 2018
 Fonte do mapa: <https://bdgex.eb.mil.br/mediador/acesso> em: 08 de junho de 2018. Realizado pela autora.

A CIDADE DE JARDINÓPOLIS – SP.

A celebração em louvor ao Senhor Bom Jesus da Lapa foi levada para Jardinópolis no ano de 1913. Entretanto, na primeira metade do século XX, tal celebração não era benquista, pois a mesma era realizada por uma mulher mal vista pelas autoridades civis e eclesiásticas da época, chamada Juventina Maria do Nascimento, popularmente conhecida como “Pequena do Nascimento”. Para entendê-la faz-se necessário percorrer o surgimento de tal personalidade no contexto histórico do município e assim entender a força da marca deixada por ela. Portanto, antes de nos debruçarmos sobre a narrativa da singela figura baiana, faremos um breve retorno às origens do município.

A origem mais remota da formação do município de Jardinópolis data de meados do século XIX (SOBRINHO, 2007). Durante este período existia um pequeno arraial, às margens do Rio Pardo que servia como centro de pouso para os tropeiros que realizavam a rota comercial entre São Paulo e Minas, denominado Pouso de Ilha Grande (CORREIA, 2015; SOBRINHO 2007). Em 1859, os fazendeiros Antônio Pereira da Silva e Joaquim José D’Araújo e suas respectivas esposas - Theodora Maria de Jesus e Maria Florência de Jesus, que eram irmãs, doam parte de suas terras para a construção do Patrimônio de Nossa Senhora

Aparecida da Ilha Grande, tornando o antigo pouso um povoado. A doação foi realizada no dia 18 de junho de 1859, como mostra o trecho da escritura transcrita a seguir:

[...] dezoito dias do mês de junho do dito ano em cartório de mim Tabelião ao diante nomeado e abaixo assinado e sendo ai, compareceram presentes como doadores Antônio Pereira da Silva e sua mulher dona Maria Florência de Jesus e Joaquim José D’Araújo e sua mulher dona Theodora Maria de Jesus [...] sendo que doavam em comum na mesma fazenda das terras que eles doadores tem e que são divisadas entre eles sócios, sendo que o sócio Antônio Pereira da Silva e sua mulher doavam em campos e matos, trinta alqueires, e Joaquim José d’Araújo, em campos e matos o número de dezoito alqueires, que faz (sic) o total da doação para o mesmo patrimônio em quarenta e oito alqueires, [...] (CORREIA, 2015, p.2) .

Entre os anos de 1850 a 1881, a história de Jardinópolis apresenta uma grande lacuna. Sabe-se que neste período chegaram ao povoado de Ilha Grande, José Ubelino, acompanhado por dois escravos de nomes Gaspar e Izabel; além de José Custódio de Carvalho e Domiciano Alves de Rezende. O fazendeiro Antônio Pereira veio a falecer, Joaquim José D’Araújo mudou-se do povoado e as terras pertencentes aos dois foram logo vendidas por seus herdeiros para Isaac Adolpho Ferreira.

No ano de 1881, o pequeno povoado de Ilha Grande apresenta uma situação de instabilidade, isso porque a documentação relativa às terras não estavam regularizadas. Associado a isso, o único comprovante de compra das terras que Isaac Adolpho Ferreira possuía era uma carta de doação, sem valor legal e que devido ao tempo, não apresentava claramente os limites de suas terras. Diante dessa situação instaurou-se uma disputa das “terras sem dono” entre Domiciano Alves de Rezende, Isaac Adolpho e José Ubelino, que perdurou até 1894 com a vitória de Domiciano Alves de Rezende, que conseguiu a escritura definitiva do patrimônio e acabou sendo considerado o fundador da cidade de Jardinópolis (ELIAS, 1998; FERREIRA, 2013, 2016; SOBRINHO, 2007). Com o tempo, o pequeno povoado torna-se mais populoso, sendo elevado a Distrito de Paz de Ilha Grande pela Lei nº 115, de 1º de outubro de 1892, pertencente à comarca de Batatais. Em 1896, os habitantes de Ilha Grande enviam uma petição ao Congresso alegando que havia confusão no despacho das correspondências e solicitando que seja alterado o nome do Distrito de Paz de Ilha Grande para Distrito de Paz de Jardinópolis como mostra o trecho transcrito a seguir:

A Câmara Municipal de Batatais, abaixo assignada, tendo resolvido em Sessão de hoje representar a esse Congresso no sentido de ser mudado o nome dos Districto de Paz de Ilha Grande, deste município, pois que grande

confusão se faz na remessa da correspondência para essa localidade, neste haver outras com igual nome, vem pedir-vos que façais o Congresso conhecedor daquela resolução, indicamos o nome de “Jardinópolis” para a referida substituição (FERREIRA, 2016, p.36).

Atendendo a petição dos habitantes foi sancionada a Lei Estadual nº 484, de 24 de dezembro de 1896, substituindo o nome para Distrito de Paz de Jardinópolis. Diante da progressiva expansão populacional, no dia 27 de julho de 1898, sob a Lei nº 544, é decretada a emancipação de Jardinópolis, sendo o mesmo elevado a município e desmembrando-o de Batatais – SP. Um ano após sua elevação a município, em 1899, Jardinópolis recebe os trilhos da Companhia Mogiana (Figura 2, 3), sendo este considerado o estopim para o desejo de progresso da elite jardinopolense da época (CORREIA, 2015; ELIAS, 1998; FERREIRA, 2013, 2016; SOBRINHO, 2007).

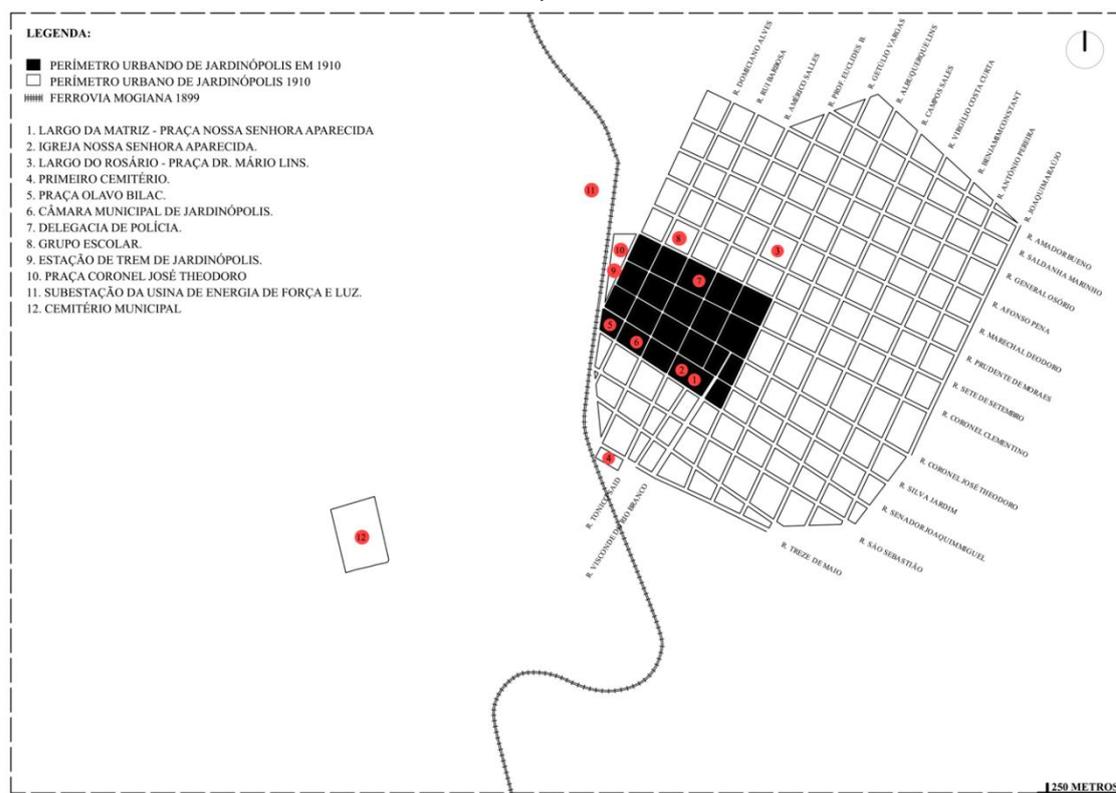


Figura 2: Planta da cidade de Jardinópolis em 1913 e demarcação dos principais edifícios da época.
Fonte mapa base (1910): SOBRINHO, 2007, p.538

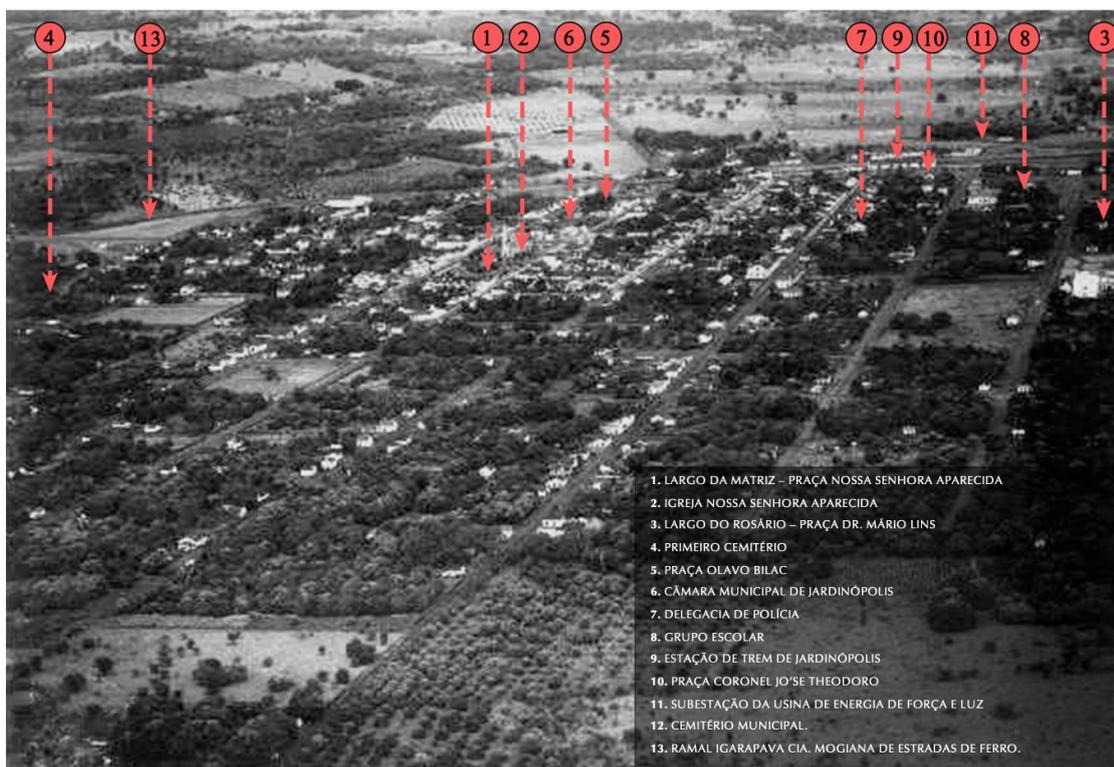


Figura3: Vista aérea da cidade de Jardínópolis em 1939 e identificação dos principais edifícios da época.
 Fonte: http://www.igc.gov.br/produtos/galeria_aerofotos.aspx. Acesso em: 08 de junho de 2018. Intervenções e legenda na imagem realizada pela autora.

A ORIGEM DA FESTIVIDADE EM JARDINÓPOLIS

Devido à alta produção cafeeira, o município de Jardínópolis, do mesmo modo que as demais cidades do seu entorno, passa a receber um grande contingente de migrantes. Os principais grupos eram oriundos do nordeste do Brasil, majoritariamente da Bahia, bem como do norte do estado de Minas Gerais. Decorrente deste fluxo migratório, em 1913, chega em Jardínópolis a baiana Juventina Maria do Nascimento (GAËTA, 1997).

Juventina Maria do Nascimento era popularmente conhecida por seu apelido “Pequena do Nascimento”, uma referência a sua Baixa estatura, aproximadamente 1,45m. Filha de Manoel Conceição Vieira e Anna Maria de Jesus, nasceu no dia 15 de maio de 1885 em Condeúba, cidade do sudeste baiano a aproximadamente 660 quilômetros da capital Salvador (CASTRO, 2016; CORREIA, 2005; TORNATORE, 2015).

Devido à escassez de registros, sua história é permeada de dúvidas e lacunas. Pequena do Nascimento é descrita como um misto de despudor e respeito, sua caracterização varia, segundo Correia (2005, p.27), conforme “o contexto econômico social da pessoa que a faz”. Para entender melhor a trajetória de Pequena do Nascimento e o conseqüente início da Festa

do Bom Jesus da Lapa, temos que compreender o surgimento dessa figura marcante no contexto do desenvolvimento da cidade de Jardinópolis e suas transformações urbanas.

Em 1913, aos 28 anos, Pequena do Nascimento muda-se com sua mãe dona Anna, popularmente chamada de dona “Iaiá”, para trabalhar nas fazendas de café de Jardinópolis - SP. Na época era comum a migração do povo baiano para trabalhar nas grandes lavouras de café da região de Ribeirão Preto – SP. Em Jardinópolis a mesma recusa-se a trabalhar na roça e acaba por fundar uma pensão para acolher seus conterrâneos e os trabalhadores das lavouras. Entretanto, como a pousada de Pequena do Nascimento era famosa por abrigar algumas prostitutas, passou a ser conhecido como “bordel”, passando a mesma a ser julgada como uma “meretriz” (CORREIA, 2005; JORNAL MÍDIA, 2015). No mesmo ano de sua chegada a Jardinópolis, Pequena do Nascimento inicia a Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa. A história oral arrisca que a devoção de Pequena do Nascimento ao Senhor Bom Jesus da Lapa iniciou-se muito cedo, ainda em sua infância (JORNAL MÍDIA, 2016).

Pequena do Nascimento visita o Santuário de Bom Jesus da Lapa da Bahia, trazendo consigo a devoção e um quadro com a estampa do Senhor Bom Jesus na gruta descoberta por Francisco de Mendonça Mar. Em sua digressão ao Santuário, fizera a promessa de anualmente organizar uma novena do dia 28 de julho a 6 de agosto. O motivo da promessa feita por Pequena do Nascimento é desconhecido, alguns atribuem este fato a perda parcial de sua visão, segundo por ela contada, devido a um tiro que recebeu na testa, que também não se sabe se acidental (CASTRO, 2016; CORREIA, 2005; TORNATORE, 2015).

As primeiras celebrações ocorreram em sua própria casa, “vulgo bordel”, de frente ao Largo da Santa Cruz, atual Praça Dr. Mário Lins, onde hoje funciona o asilo “Lar São Vicente de Paulo”. A princípio a novena consistia na realização da oração do rosário, dando graças ou realizando promessas ao Senhor Bom Jesus da Lapa. Após os terços iniciavam-se os festejos com leilões e jogos de azar, tudo sempre banhado a comidas e bebidas. No último dia, 6 de agosto, a celebração ainda contava com o baile e a queima de fogos de artifício. Neste período a festa era considerada uma prática religiosa devocional, comumente realizada em ambientes rurais (CORREIA, 2005).

A pousada de Pequena do Nascimento localizava-se próxima ao perímetro urbano (Figura 4 – item 14: Primeira residência de Pequena do Nascimento). O interior deste perímetro era a área mais nobre do município, suprida de equipamentos urbanos como iluminação e água encanada.

A crença ao Senhor bom Jesus da Lapa foi progredindo em ritmo acelerado, expandindo para além das fronteiras do município de Jardinópolis. Os romeiros chegavam, instalavam-se na cidade e ali permaneciam durante os nove dias de festa. A partir de 1914 as comemorações começaram a causar certo desconforto para os vizinhos de Pequena do Nascimento. Os mesmos alegavam que não havia espaço para tanta gente, além da desordem ocasionada pelo festejo (CORREIA, 2005; SOBRINHO, 2007).

Outro fator determinante para oposição à festa foi que grande parte dos devotos era composta pelos trabalhadores das fazendas de café, e os mesmos se ausentavam de seus afazeres durante a novena. Isto causou a insatisfação dos fazendeiros, pois estes precisavam de seus colonos para realizar suas colheitas de café (CORREIA, 2005; GAËTA, 1997).

Ao lado das reclamações dos vizinhos, a elite e as “autoridades” da cidade começaram a se preocupar com a liderança da Pequena do Nascimento, face à sua facilidade em reunir a população em torno da devoção ao Senhor bom Jesus da Lapa em tão pouco tempo. A festa acabara se tornando mais prestigiada do que a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora Aparecida, sendo este o estopim para a Igreja se opor a realização do festejo (CORREIA, 2005; GAËTA, 1997).

A partir desse conflito a cidade se dividiu, tendo durante dois anos duas festas da lapa. Uma, dita oficial perante a legislação eclesiástica, e a outra a festa do povo. Diante de tal situação, Pequena do Nascimento acaba saindo de onde ficava sua pensão e as festividades foram transferidas para uma singelo local próxima a “Curva da Morte³⁶” (Figura 4 – item 15: Segunda Residência de Pequena do Nascimento) e fora do denominado perímetro urbano de Jardinópolis de 1913 (CORREIA, 2005).

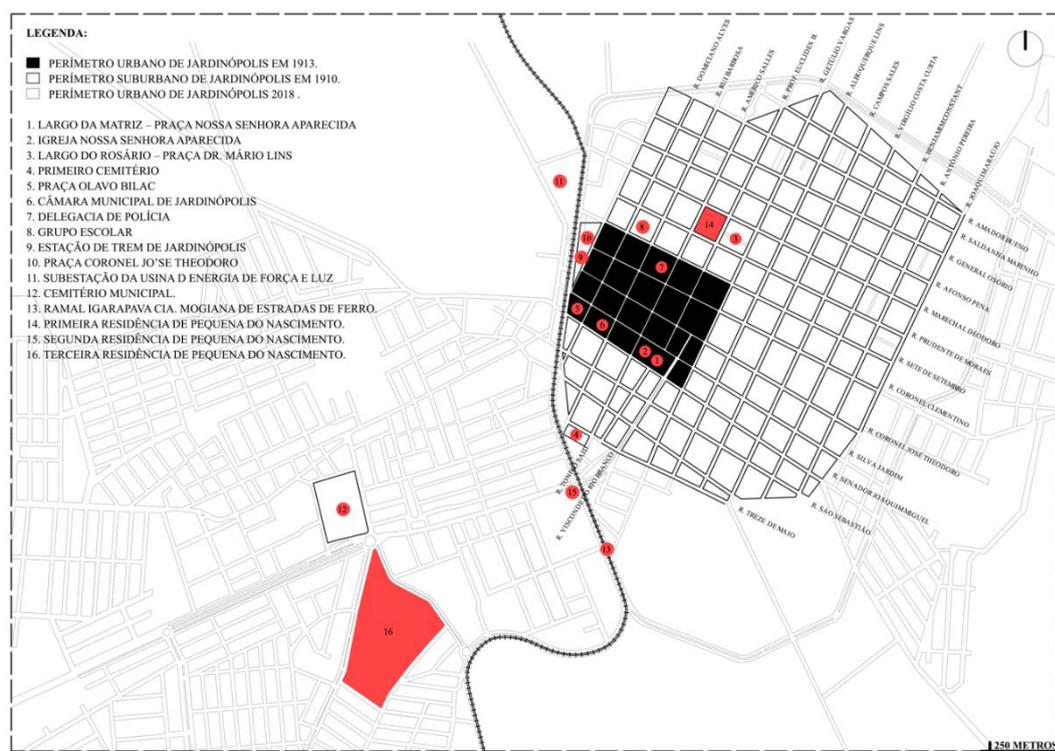
Em 1919, sua filha Adélia do Nascimento adquire um pequeno terreno do casal Benedicto Bernardes da Silva e dona Bernarda da Silva e ali, no dia 23 de junho de 1919, é fundada a Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa, atualmente presente e erigida como Santuário (Figura 4 – item 16: Terceira Residência de Pequena do Nascimento).

Ao que consta, de 1913 a 1926 houve por parte da Igreja tolerância à Festa da Lapa de Jardinópolis (CORREIA, 2005, p.36). Durante todo este período, o Pe. Dr. João Lauriano, tentava constantemente persuadir Pequena do Nascimento, alegando que a festa do Bom Jesus da Lapa deveria ser dirigida por um vigário, porém nunca obteve sucesso em suas tentativas.

³⁶ Segundo Ferreira P. (2016, p. 59), de acordo com o conhecimento popular, o local chamado “Curva da Morte”, era palco de drogados, mendigos, suicidas etc., além de ser fruto para criação de historias mal-assombradas, fazendo parte disso também os prédios que circundavam o local. A “Curva da Morte” fazia parte do trecho da linha férrea do Ramal Igarapava que passava dentro da cidade de Jardinópolis, sendo considerado o limite, que separava “a cidade” de Jardinópolis, e, portanto, era evitado pelas “pessoas de boa índole”.

Perante a recusa de sua proposta, no ano de 1926, o Pe. Dr. João Lauriano recorre a Diocese de Ribeirão Preto, à qual a paróquia de Jardinópolis pertence.

Figura 4: Planta da cidade de Jardinópolis em 1913 com a demarcação dos principais edifícios da época e 1ª, 2ª e 3ª residência de Pequena do Nascimento.



Fonte mapa base (1910): SOBRINHO, 2007, p.538.

Fonte mapa base (2018): <https://www.jardinopolis.sp.gov.br/>. Acesso em: 08 de junho de 2018. Produzido pela autora.

Com o proposito de trazer a festa para as mãos da Igreja, Pe. Dr. João Laureano, aconselhado pela Diocese ribeirã pretana, aplica sobre a festa realizada por Pequena do Nascimento o Regulamento para Festas, elaborado pela Igreja Católica. O Regulamento prevê que qualquer festa de cunho religioso deve ser administrada pela Igreja, visto que, algumas festividades estavam sendo desvirtuadas e em nada honravam a Deus (CORREIA, 2015).

Segundo Correia (2005, 2015), o Bispo Diocesano de Ribeirão Preto na época, Dom Alberto José Gonçalves, chegou a ameaçar Pequena do Nascimento de excomunhão caso a mesma realizasse a festa. Porém, nem a ameaça de excomunhão a impediu de dar continuidade às festividades.

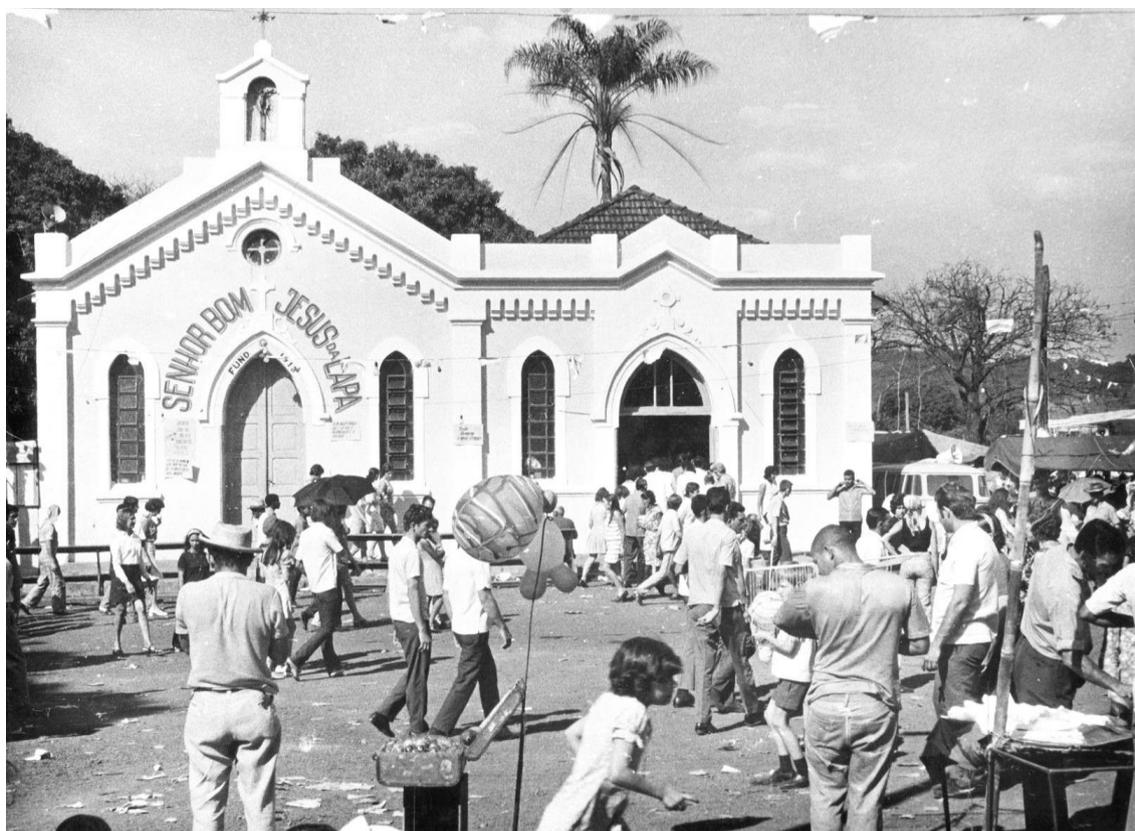
No ano seguinte, em 1927, Pe. Dr. João Lauriano deixa de ser o Vigário da Paroquia de Nossa Senhora Aparecida, sendo sucedido pelo Pe. Jayme Noguera. Este foi o Vigário que mais se opôs a Pequena do Nascimento e sua festa, chegando a celebrar durante o mesmo

período a Festa do Bom Jesus da Lapa da Igreja Matriz. Buscando contrapor-se e superar a festa realizada por Pequena do Nascimento, Pe. Jayme Noguera forma uma Comissão para auxiliá-lo na realização da festa. A Comissão era composta pelos elementos mais representativos da agricultura, comércio e indústria da época, a elite jardinopolense (CORREIA, 2005).

A Festa do Bom Jesus da Lapa da Igreja Matriz apresenta uma programação muito semelhante à outra festa, com exceção de seus frequentadores. Do lado da Igreja da Matriz a elite e do lado de Pequena do Nascimento os trabalhadores, o povo (Figura 5). Com intuito de enaltecer sua festa, Pe. Jayme Noguera consegue por meio de doação a imagem do Senhor Bom Jesus da Lapa, tornando-se um diferencial entre as festas, visto que a de Pequena do Nascimento só contava com um quadro, com a estampa do Senhor Bom Jesus. Além disso, o Vigário organizava durante sua novena algumas procissões, onde algumas famílias enfeitavam os andores dos santos (CORREIA, 2005; GAÊTA, 1997).

O Vigário realizou a festa durante os anos de 1927 e 1928, porém o povo continuou preferindo a festa de Pequena do Nascimento (CORREIA, 2005, 2015; JORNAL MÍDIA, 2016).

Figura 5: Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa S/D.



Fonte: <https://www.facebook.com/jornalmidiadejardinopolis/photos>. Acesso em: 08 de junho de 2018

ACORDO DE DOAÇÃO DA CAPELA ENTRE PEQUENA DO NASCIMENTO E A IGREJA CATÓLICA

Desde o início da festividade, Pequena do Nascimento sofreu perseguição por parte da Igreja, mas manteve-se sempre à frente da celebração. Porém, em 31 de julho de 1935, após vinte e um anos de festa, a devota Pequena do Nascimento (Figura 6) assinou um acordo, através do qual transmitia a Capela e a organização da festa à uma Comissão, composta por membros da comunidade religiosa local (Figura 7). A partir desta data, o Vigário de Jardinópolis ficou incumbido da parte religiosa e uma Comissão formada por membros da sociedade jardinopolense, ficou encarregada da administração dos bens da Capela (CORREIA, 2005).

Com isso, Pequena do Nascimento passou a ter uma menor participação na organização da Festa do Bom Jesus da Lapa. Neste mesmo ano sabe-se que Pequena do Nascimento continuou morando no local e exercendo a função de zeladora da Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa. A partir deste acordo, tem início a primeira Procissão³⁷ do Senhor Bom Jesus da Lapa, onde a imagem do Cristo Crucificado sai da Igreja de Nossa Senhora Aparecida e em cortejo segue para a Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa. Este percurso (Figura 8) ocorre até os dias atuais sendo comumente realizado no dia 06 de agosto (CORREIA, 2005, 2015; JORNAL MÍDIA, 2016).

Figura 6: Pintura de Pequena do Nascimento com quadro do Senhor Bom Jesus da Lapa



Figura 7: Vigário de Jardinópolis e a Comissão Organizadora



Fonte figuras 6 e 7: <https://www.facebook.com/jornalmidiadejardinopolis/photos>. Acesso em: 08 de junho de 2018

³⁷ O percurso da Procissão do Senhor Bom Jesus da Lapa passa pela R. Silva Jardim, R. Américo Salles, Av. Belarmino Pereira de Oliveira e Av. Pequena do Nascimento até a Igreja do Bom Jesus da Lapa. O mesmo conta com aproximadamente 1,7 quilômetros, dentro do perímetro urbano de Jardinópolis.

Figura 8: Planta da cidade de Jardinópolis (2018) com a demarcação do percurso da Procissão do S. Bom Jesus da Lapa.



Fonte Mapa Base (2018): <https://www.jardinopolis.sp.gov.br/> Acesso em: 08 de junho de 2018. Elaborado pela autora.

Ademais, a igreja, que durante anos rivalizou e foi contrária aos festejos da baiana Pequena do Nascimento, como uma forma de redenção com a mesma e com o Senhor Bom Jesus da Lapa, passa a promover a Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa.

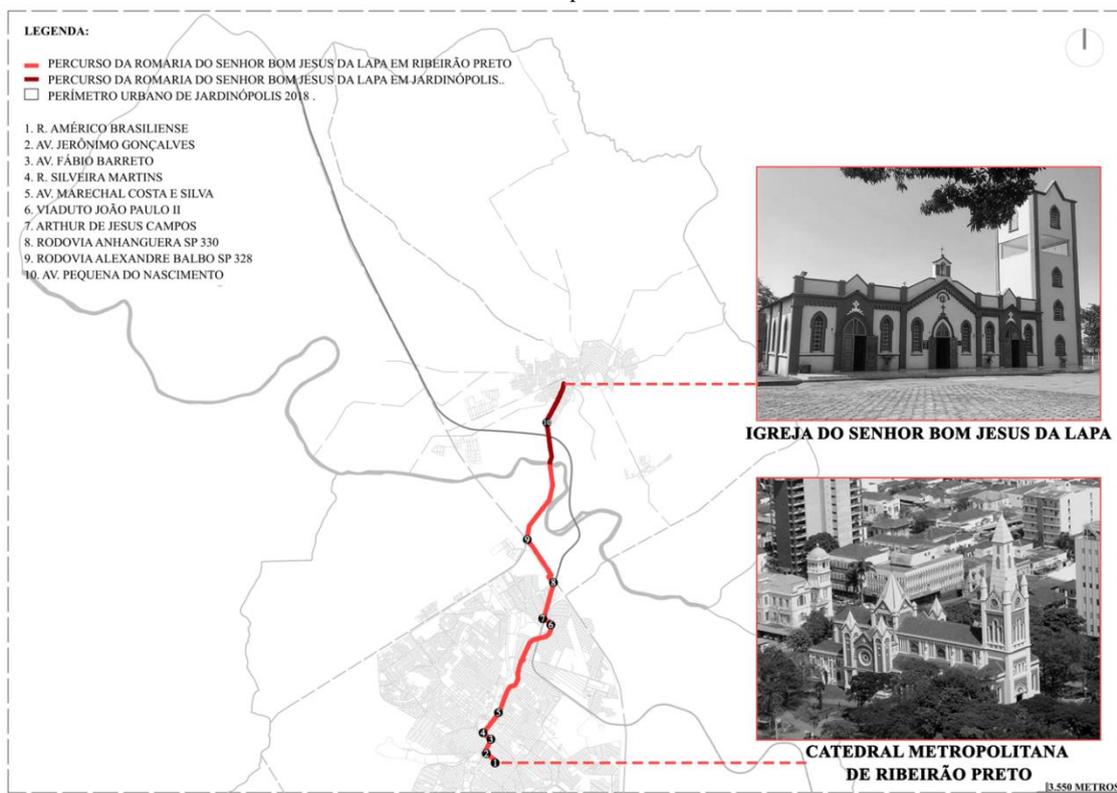
O primeiro percurso³⁸ (Figura 9) saía da Catedral de Ribeirão Preto³⁹ e seguia para a Igreja do Senhor Bom Jesus da Lapa.

Atualmente o percurso da Romaria (Figura 10) não é mais o mesmo. Embora a romaria seja realizada ao longo da novena, vários devotos optam por realiza-la na madrugada do dia 5 para 6 de agosto. Nesta data os romeiros reúnem-se na Igreja Santo Antônio, localizada no bairro Campos Elísios em Ribeirão Preto onde são recepcionados por um padre que os abençoa antes de partirem para esta caminhada considerada de autoflagelação.

³⁸ O primeiro percurso da Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa passa pelas Américo Brasiliense, Av. Jerônimo Gonçalves, Av. Fábio Barreto, Silveira Martins, Av. Marechal Costa e Silva, Viaduto João Paulo II, Arthur de Jesus Campos, Rodovia Anhanguera SP 330, este trecho ocorre no município de Ribeirão Preto a partir deste ponto ele continua no em Jardinópolis a partir da Rodovia Alexandre Balbo SP 328 e Av. Pequena do Nascimento, o mesmo conta com aproximadamente 19,5 quilômetros.

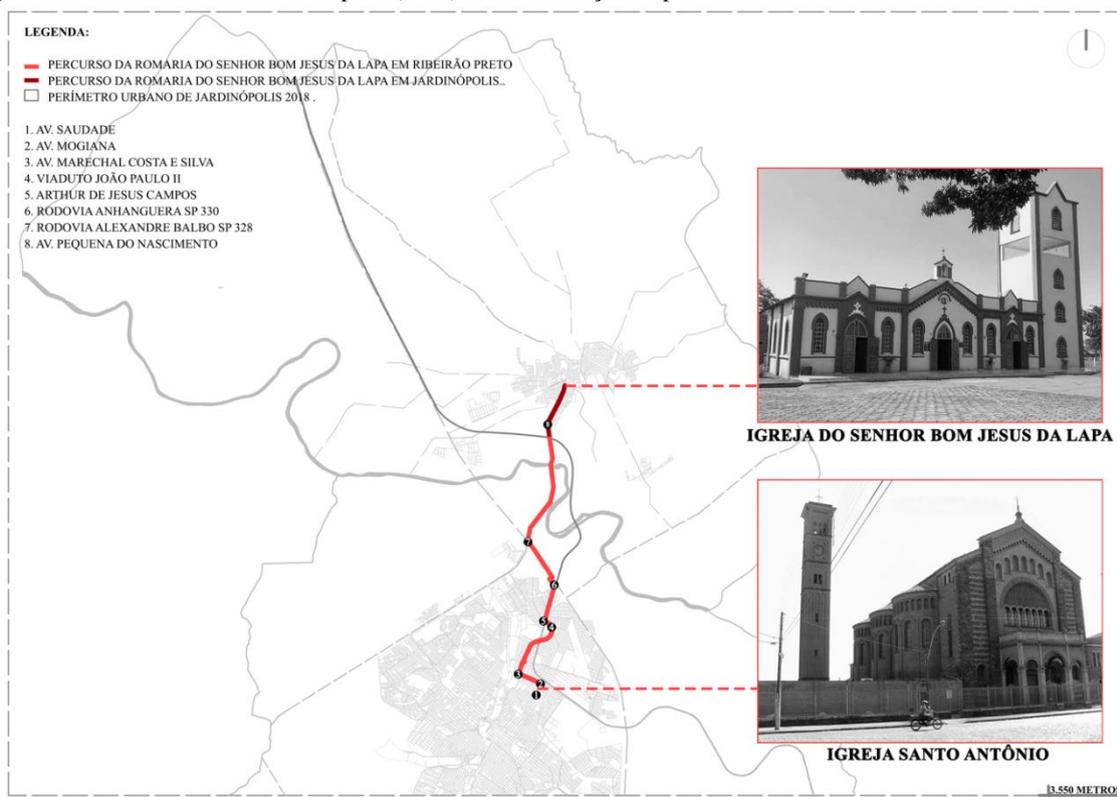
³⁹ Arquidiocese a qual a Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa passa a pertencer após o acordo de doação.

Figura 9: Planta da cidade de Jardinópolis (2018) com demarcação do primeiro percurso da Romaria do S. Bom Jesus da Lapa.



Fonte Mapa Base (2018): <https://www.jardinopolis.sp.gov.br> e <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>
 Acesso em: 08 de junho de 2018. Elaborado pela autora.

Figura 10: Planta da cidade de Jardinópolis (2018) com demarcação do percurso atual da Romaria do S. Bom Jesus da Lapa.



Fonte Mapa Base (2018): <https://www.jardinopolis.sp.gov.br> e <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>.

Acesso em: 08 de junho de 2018. Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se a resgatar e evidenciar a narrativa de uma importante personagem, a baiana Juventina Maria do Nascimento - Pequena do Nascimento, que é pouco representada no contexto histórico da formação e desenvolvimento da cidade de Jardinópolis. Devido a essa escassez de registros referentes à Pequena do Nascimento e até mesmo as origens da festividade antes desta estar vinculada às celebrações da Igreja Católica, a preocupação foi resgatar a narrativa desta personagem que vem desvanecendo-se ao longo do tempo.

Ao identificar na cartografia o percurso do início da festividade e seu deslocamento face às mudanças de residência de Pequena do Nascimento; o perímetro urbano; e os principais edifícios públicos da cidade; foi possível detectar o contínuo processo de exclusão da festividade do perímetro urbano central. Mesmo assim, a festividade continuou sendo preferida àquela promovida pela Igreja Católica, até o ponto em que Pequena do Nascimento fez um acordo com a Igreja Católica, cedendo a Capela e a organização da festividade.

Pequena do Nascimento não foi apenas a introdutora da Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa, ela foi o símbolo de uma classe marginalizada pela população elitista da época e este fator pode ser considerado um dos motivos de tal figura desaparecer ou ser pouco representada pelos livros. Ademais, a igreja que durante anos rivalizou e foi contrária aos festejos da baiana, perpetua anualmente sua festividade no período de 28 de julho a 6 de agosto (Figura 11). Neste interim devotos realizam a Procissão e a Romaria em homenagem ao Cristo Crucificado, onde a celebração encontra-se na 105ª edição, graças a “uma mulher, um patrimônio e muita fé”.

Figura 11: Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa 2017



Fonte: <https://www.facebook.com/e3drones/>. Acesso em: 08 de junho de 20184

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Absay de. **Álbum de Jardinópolis: d' "os Estados do Brasil" das "Monografias Paulistas"**. São Paulo: Escriptorio Jurídico Technico Commercia, 1920. 24 págs.

ANAIS DO I SIMPÓSIO INTERNACIONAL E. P. THOMPSON: HISTORIA & PERSPECTIVAS. ISSN 2358-8438, 2014, Uberlândia - Mg. **Experiências de Modernidade, Urbanização e Exclusão em Jardinópolis - SP: Notas sobre ss Interfaces entre Pesquisa Acadêmica e Formação Básica no Ensino de História**. Uberlândia - MG: Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Historia, 2014. 10 p.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2016, Goiás - GO. **As práticas sociais em Jardinópolis (SP) através de jornais (1926 - 1961)**. Goiás - GO: Universidade Federal de Goiás, 2016. 17 p.

CORREIA, Francisco de Assis. **A História da Cidade de Jardinópolis (Série 70, 98º)**. 2015. Disponível em: <<http://franciscodeassiscorreia.blogspot.com/2015/07/a-historia-da-cidade-de-jardinopolis.html>>. Acesso em: 28 março 2018.

_____. **A Festa da Lapa**. Disponível: <<http://franciscodeassiscorreiablogspot.com.br/2015/07/a-festa-da-lapa-serie-70-97.html>>. Acesso em: 04/04/2018.

_____. **A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (1913 - 1950)**. 2005. Brodowski: GRAFCOLOR, 2005. 149 p.

ELIAS, Roberto. **Jardinópolis 100 anos: Viajando na História**. Jardinópolis: Gráfica Lima Ltda., 1998. 132 págs.

FERREIRA, Priscila Fernanda. **A cidade em discussão: dinâmica urbana e redes sociais em Jardinópolis - SP (1926 - 1987)**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2017.

_____. **O Fantasma da Modernidade: Considerações acerca Jardinópolis**. Dialogus, Ribeirão Preto - SP, v. 9, n. 1, p.175-188, 2013.

_____. **As Vilas de Jardinópolis (SP): modernidade, urbanização e exclusão numa localidade paulista**. 2012. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto - SP, 2012.

FERREIRA, Jurandyr Pires et al. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. Volume XX, 398 p. (Municípios do Estado da Bahia)**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. Volume XXIX, 398 p. (Municípios do Estado de São Paulo)**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A Criação da Diocese de Ribeirão Preto e o Governo do Primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves**. Tese de Pós-Graduação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Franca, 2006. 256 p.

Disponível: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/nainora.pdf>>. Acesso em: 06/04/2018.

JARDINÓPOLIS. **Prefeitura Municipal de Jardinópolis: Plano Municipal de Saneamento Básico**, 2017. 307 págs.

_____. **Prefeitura Municipal de Jardinópolis: Plano Diretor de Jardinópolis**, 2006. 63 págs.

JORNAL MÍDIA: " **Baiana devota de Bom Jesus da Lapa enfrentou a Igreja Católica**". Jardinópolis - SP, 7 ago. 201. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalmidiadejardinopolis/posts/1045004662214262>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. "**Pequena do Nascimento, a devota do Senhor Bom Jesus da Lapa**". Jardinópolis - SP, 11 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalmidiadejardinopolis/posts/1045004662214262>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LLOYD, Reginald et al. **Impressões do Brazil no Século Vinte: sua história, seu povo, seu comércio, suas indústrias e recursos**. Inglaterra: Loyd Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913., 1913. 1079 p. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

MARCONDES, Renato Leite. **O Café em Ribeirão Preto**. 2001. 15 f. Curso de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP, 2001. Disponível em: <https://www.fearp.usp.br/images/pesquisa/Anexos/Publicações/Textos_discussão/REC/2002/wpe30.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

NASSER, Sérgio Daniel. "**Saí do Céu e entrei no Inferno**": **Migrações e Transformações no Interior de São Paulo - Jardinópolis (1990 - 2005)**. 2005. 59 f. Tese (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Disponível: <<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>>. Acesso em: 16/04/2018.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. "**Viver por Si**", **Viver Pelos Seus: Famílias e Comunidades de Escravos e Forros no "Certam de Sima do Sam Francisco" (1730-1790)**. 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2011. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/_dissertacoes/gabriela_amorim_nogueira.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **Bom Jesus da Lapa: Três romarias, um patrimônio e muita fé.** Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Bahia - Ba, v. 2, n. 1, p.1-23, 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/03Claudio.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, Leila Miria de. **Sarandy - Jurucê: Origens.** Ribeirão Preto: Complexo Gráfico Villimpress, 2002. 144 págs.

SANTOS, Silvano Messias dos; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Bom Jesus da Lapa (BA), “**A Capital Baiana da Fé**”: **Contextualização Geográfico-Histórica Da Dinâmica Territorial e Reflexões sobre o Turismo Religioso.** In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 5., 2016, Ilhéus - Ba. Anais. Ilhéus - Ba: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), 2016. p. 1 - 18. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascpa/index>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SOBRINHO, Jorge Saquy. **Jardinópolis: das Origens ao Centenário 1859 -1998.** Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora, 2007. 674 pág

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE LADÁRIO-MS

THE RAILWAY PATRIMONY OF LADÁRIO-MS

Daiane Lima dos Santos
Doutoranda em História - FCH/UFGD
daiane.amillima@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a simbologia que os trilhos carregam e significam para os moradores do município de Ladário-MS numa perspectiva de Patrimônio Cultural. Nesse sentido, a problemática diz respeito a políticas para a gestão dessa tipologia de patrimônio considerando a memória dos ex-trabalhadores da Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro Boliviana (C.M.F.B.B.) que foi instalada na região da fronteira oeste com a finalidade de construir a estrada de ferro que ligou o Brasil até a Bolívia. Para tanto, aplicou-se a metodologia de História oral em que, por meio das narrativas, é possível perceber a existência de uma memória ferroviária construída em torno ao local. Os resultados indicaram a inexistência de políticas públicas – nos três níveis da esfera, municipal, estadual, federal – para a ferrovia na fronteira oeste.

Palavras-chave: Comixta. Patrimônio ferroviário. Patrimônio cultural. Preservação. Ladário.

ABSTRACT

The present work analyzes the symbology that the tracks carry and mean for the residents of the municipality of Ladário-MS in a perspective of Cultural Heritage. In this sense, the issue concerns policies for the management of this heritage typology, considering the memory of former workers of the Bolivian Brazilian Mixed Railway Commission (CMFBB), which was set up in the western border region with the purpose of building the railroad that linked Brazil to Bolivia. For that, the methodology of oral history was applied in which, through the narratives, it is possible to perceive the existence of a railway memory built around the place. The results indicated the absence of public policies - at the three levels of the sphere, municipal, state, federal - for the railroad in the western border.

Keywords: Comixta. Railway patrimony. Cultural heritage. Preservation. Ladário

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir o valor e a simbologia de que os trilhos carregam e significam para os moradores do município de Ladário numa perspectiva de Patrimônio Cultural. Para tanto, utilizará a metodologia de História Oral preocupando-se em abordar a memória ferroviária local a partir de questionamentos e de reflexões.

Sendo o objeto desta pesquisa as representações em torno da ferrovia do município de Ladário construída no contexto da Comissão Mixta⁴⁰ Ferroviária Brasileiro Boliviana, é importante, antes de iniciar as análises, abordar as características do município de Ladário cuja localização é na fronteira oeste do Brasil, à margem direita do Rio Paraguai, no Pantanal Sul-mato-grossense. É um município que possui Patrimônio Cultural e Artístico riquíssimo e bastante significativo considerando sua história que começou com as frentes de expansão empreendidas pela coroa portuguesa.

Considerado município pantaneiro, Ladário recebe o título de Pérola do Pantanal e conta com pouco mais de 20 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2018). Suas riquezas naturais são representadas pela fauna e flora composta por uma infinidade de espécies de aves e animais terrestres. Além disso, apresenta riquezas minerais como, por exemplo, o minério de ferro e manganês, uma vez que é detentora de uma parte da mina do Urucum, possuindo também um porto de cargas multimodal. Diante disso, é importante destacar a área da pesquisa que corresponde ao município de Ladário.

Ladário possui, na forma de Patrimônio, não só os casarões e prédios antigos – como, por exemplo, o único cinema que a cidade abrigou – mas, bens de natureza imaterial que são as celebrações, as festas como a de São João que se comemora a 24 de junho e de Nossa Senhora dos Remédios a 24 de outubro.

No Brasil, a primeira ação normativa em favor da preservação do patrimônio aconteceu em 12 de julho de 1933 por meio do decreto nº 22.928 que erige a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Já em 30 de novembro de 1937 por meio da edição do decreto-lei nº 25, o patrimônio histórico e artístico foi definido como “Conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, quer por

⁴⁰ Cumpre destacar que, existem duas grafias para a palavra Mixta, uma com “x” outra com “s”, no entanto, foi adotada a de origem espanhola (já que era um acordo com a Bolívia) porque é dessa forma que está grafada nos documentos aqui utilizados como fontes.

sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

A respeito do patrimônio cultural sua compreensão foi ampliada pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 215 e 216 e, no ano 2000 com o decreto de número 3551 foi possível notar a importância dada ao registro de bens culturais de origem imaterial. Em virtude disso, o Iphan estabelece regras para o registro de um bem cultural imaterial, que envolve fases (BRASIL, 2000). A fase inicial, consiste na seleção e levantamento preliminar e, em seguida é feita a identificação e documentação do bem a ser tombado para a respectiva montagem do dossiê.

Desta maneira, a problemática deste artigo é: Quais são as políticas públicas culturais voltadas para a preservação do Patrimônio Ferroviário? Qual é a simbologia do patrimônio ferroviário para a localidade?

OBJETIVOS

Analisar a dimensão simbólica e política como forma de pensar estratégias para a preservação e valorização patrimonial, de modo que, sejam evidenciadas e garantam, a preservação da memória e da história local por meio de ações de educação patrimonial.

METODOLOGIA

Os debates em torno à ferrovia - A questão ferroviária no Brasil

Quando o assunto diz respeito às ferrovias no Brasil, é possível observar que a sua implantação data do período Imperial, momento em que os meios de navegação, embora tivessem um papel principal, já não supriam as necessidades logísticas de transporte, uma vez que era preciso pensar em formas de comunicação e transportes terrestres.

A respeito da construção das estradas de ferro no Brasil é possível verificar em Freire e Lacerda (2017, p. 564) que:

Estabeleceram-se no território brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, sob a influência do modelo inglês e seguindo o padrão de concessões para sua construção. Ora seguiam caminhos históricos, construídos no período colonial, acompanhando a costa litorânea do Brasil, ora desbravavam o interior.

A primeira linha de estrada de ferro inaugurada por Dom Pedro II no Brasil, data de 1854, ligava o Porto de Mauá a Fragoso, no Rio de Janeiro com 14km conforme destaca Ghirardello (2002, p.18) “[...] mas apenas em 1854 é aberto o primeiro trecho ferroviário

brasileiro, inaugurado por Mauá. O pequeno percurso, de 14 quilômetros, ligava a atual cidade de Mauá à Estação de Fragoso e teria limitado relevo econômico”.

Dessa forma, o governo imperial buscou atrair investidores para as estradas ferroviárias e um dos principais investimentos nesse quesito foram os de origem britânica. Assim o objetivo era expandir as estradas de ferro no país fazendo estabelecer comunicação com as áreas mais remotas com a finalidade de comercializar e exportar.

Embora fossem criados planos e projetos de viação não foi possível construir uma linha férrea integrada num primeiro momento. Entretanto, em meados do século XX foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) – da qual a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) fez parte – em 1957, por meio da Lei 3.115, com o objetivo de administrar as estradas de ferro de propriedade do Governo Federal. Apesar da integração das linhas férreas, a RFFSA foi dissolvida em 1999 e extinta no ano de 2007.

É possível notar que a década de 1960 no país é marcada por um panorama de mudanças, em especial porque a indústria ferroviária ficou estagnada em razão da valorização do transporte rodoviário tendo em vista que as ferrovias não priorizavam o transporte de passageiros.

DESENVOLVIMENTO

A Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro Boliviana (COMIXTA)

As relações diplomáticas do Brasil com a Bolívia foram marcadas pela questão da disputa do território do Acre que, deu início à Revolução Acreana e, teve seu fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Firmado entre os países do Brasil e da Bolívia no dia 17 novembro de 1903 em Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Tratado de Petrópolis acabou se tornando exemplo circunstancial de relação internacional que, além de estabelecer o fim do confronto, tinha como objetivo ser uma política de comunicação continental com vistas ao desenvolvimento do comércio.

Passando por algumas alterações ao longo do tempo, o Tratado foi modificado no que diz respeito aos traçados iniciais como em seu artigo III que, por exemplo, obrigou o Brasil a ligar Santo Antônio do Madeira à Guajará-Mirim, no Mamoré, por uma estrada de ferro, com um ramal de vila Murinho a vila Bella, na Bolívia (BRASIL, 1904). Modificado pelo Protocolo de novembro de 1910, aprovado e sancionado pelo Brasil em 1912 que alterou, por proposta da Bolívia, este traçado que deveria ser o ramal partir da cachoeira do pau grande, no Mamoré, a montante de Villa Murinho, e atravessar esse rio em demanda da margem direita

do Beni, acima da cachoeira-esperança. (BRASIL, 1910). O Brasil, por sua vez, comprometeu-se a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré e mais tarde a Bolívia pagaria a despesa.

O interesse na efetivação da ligação ferroviária internacional também estava relacionado aos potenciais econômicos da Bolívia, conforme o documento “Realidades de uma política continental de comunicações ferroviárias” produzido pelo engenheiro-chefe Whately:

Este sistema ferroviário sub-andino pode dizer-se que surgiu de um apelo das riquezas potenciais do oriente boliviano. [...] O futuro econômico da Bolívia está no oriente: centro, norte e sul. Todas as suas possibilidades econômicas estão ali, única região geográfica propícia a uma vida econômica fácil e normal. Ali se localizam as principais reservas da riqueza potencial boliviana: petróleo, minerais, planícies, rios, terras férteis para agricultura e pecuária. (WHATELY, 1952, p. 15).

Desse modo, a começar pela análise dos documentos das relações exteriores do Brasil ao longo do século XX nota-se um significativo e contínuo diálogo diplomático com a Bolívia a respeito da ligação ferroviária, entretanto é importante frisar que no ano de 1938 além do Tratado de Ligação Ferroviária foi firmado também o Tratado de Saída e Aproveitamento do Petróleo (assinado pelo Brasil e a Bolívia em 25 de fevereiro de 1938 foi ratificado em 05 de setembro e promulgado 5 de outubro do mesmo ano. Devido as notas reversais acrescentadas em 28 de março de 1958 recebeu o nome de Acordo de Roboré e o Tratado de Extradicação, assinado pelo Brasil e a Bolívia no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1938 foi aprovado pelo Decreto nº345 de 22 de março de 1938 (BRASIL, 1938).

Face ao exposto, foi no contexto de construção do prolongamento da NOB que o distrito do Ladário apareceu já que havia a preocupação de como o transporte do material seria feito. Os materiais e equipamentos necessários para a construção da estrada de ferro Brasil-Bolívia tinham de ser transportados por via fluvial e como não havia o prolongamento da estrada de ferro de Porto Esperança até Corumbá, Ladário foi o local escolhido para o estabelecimento dos trabalhos da Comixta. Quer dizer que antes do prolongamento da estrada de ferro Noroeste do Brasil, os materiais chegavam até Porto Esperança e de lá eram levados em embarcações para o Porto do distrito do Ladário.

Cumpre destacar, dessa maneira, a substantiva contribuição de Queiroz (2004) feita na sua tese de doutorado sobre a NOB “Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX”, que trata do processo de construção da referida

estrada e aponta as iniciativas, os estudos e a importância da ligação ferroviária do Brasil com a Bolívia:

A questão, de todo modo, reaparece em nosso período já no relatório de Arlindo Luz, segundo o qual “urge” levar as linhas da NOB até Corumbá e daí a Porto Suarez (Bolívia), visando a uma futura ligação transcontinental. Nos relatórios da NOB, todavia, esse tema voltaria a aparecer apenas em 1927, quando é informado que se haviam iniciado novos estudos para a construção dos trechos restantes (QUEIROZ, 2004, p. 61).

É possível perceber que havia certa urgência na construção e extensão dos trilhos da NOB até Corumbá para que estes chegassem à Bolívia, em outras palavras, a urgência em dar início aos trabalhos de construção do ramal que ligaria a cidade de Itapura em São Paulo até Corumbá e, em seguida poder facilitar o processo para que se construísse a estrada de ferro que até a Bolívia.

Nesse sentido, em 25 de fevereiro de 1938 na cidade do Rio de Janeiro foi assinado o Tratado de Ligação Ferroviária entre os governos do Brasil e da Bolívia com o objetivo de estabelecer as comunicações ferroviárias. Assim, foi criada a Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana, a Comixta. Ressalto que esta sigla é bastante utilizada na documentação do período para designar a Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro Boliviana ou Boliviana Brasileira como consta nos documentos diplomáticos da Bolívia. Por isso, utilizarei da mesma sigla para me referir a Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Ora, a Comixta foi criada no período em que estava em construção o trecho final da Noroeste do Brasil, isto é, do prolongamento de Porto Esperança até Corumbá. O objetivo da Comixta era, portanto, construir a estrada de ferro de Corumbá, no Brasil, até a cidade de Santa Cruz de la Sierra na Bolívia.

Ademais, as funções da Comissão Mixta Boliviana Brasileira de Estudos do Ferrocarril Corumbá-Santa Cruz foram regulamentadas em 24 de maio de 1938.

O Patrimônio e a memória ferroviária

Conforme Pollak (1992, p. 5) a identidade tem como elemento constituinte a memória “[...]tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”

Nesse sentido, a História Oral é utilizada como instrumento de pesquisa considerando o que Pollak (1992, p. 8) ressalta “agora, é óbvio que a coleta de representações por meio da

história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa”.

Por esse motivo que a presente pesquisa se fundamenta na metodologia histórica da História Oral, em que, por meio de entrevistas, foi possível entender a memória ferroviária local. Desse modo, foram feitas três entrevistas e tratamento de transcrição a fim de compreender a simbologia carregada pelos trilhos.

A busca e o interesse pela história local são formas de preservar e reconhecer. Nesse aspecto, Tomaz (2010, p. 2) enfatiza que:

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.

Logo, o conhecimento do patrimônio cultural local por meio da educação patrimonial dá a possibilidade de enxergar e manter viva a memória que, por sua vez, é socialmente construída. A importância do reconhecimento permite à memória coletiva a comemoração, a celebração por meio de um monumento ou de elemento intangível. Por meio desse reconhecimento, é possível salvaguardar, preservar e dar continuidade, no entanto, antes é importante haver uma mobilização para que esses bens sejam ao menos tombados a nível municipal.

Por isso, a metodologia adotada consistiu na pesquisa histórica em fontes documentais, visita aos locais e entrevistas com as pessoas que trabalharam na construção da estrada de ferro, com a finalidade de apresentar e analisar o patrimônio ferroviário que a cidade possui.

As entrevistas foram realizadas na própria casa do entrevistado, em que o primeiro contato foi feito via ligação telefônica. Depois de feitas e transcritas, as entrevistas foram devolvidas ao entrevistado, uma questão de ética em História Oral.

Após essa fase, foram selecionados trechos de cada relato com a finalidade de compor esta abordagem numa perspectiva histórica considerando a formação do patrimônio local que faz parte da memória não só dos entrevistados, mas dos demais moradores.

A partir disso, é preciso pensar estratégias que visem o estímulo a políticas de preservação e valorização, possibilitando, desta forma, que as presentes e futuras gerações

conheçam a própria história e, sobretudo, tenham orgulho dela, despertando assim, o sentimento de pertença e identidade, em especial relativo à memória ferroviária local.

A memória ferroviária em Ladário

No que diz respeito às representações construídas pelas pessoas com relação aos lugares de memória da ferrovia, que é objeto desta pesquisa, é possível notar que o lugar onde foi instalada a Comissão Mixta Ferroviária Brasileira Boliviana pode ser nomeado como um patrimônio ferroviário a ser preservado.

É importante enfatizar que, o projeto da Comixta surgiu em decorrência do Tratado de Petrópolis assinado em 1903 e aos demais acordos firmados entre o Brasil e a Bolívia. Desse modo, foi definida anos mais tarde, meados do século XX, a construção da estrada de ferro que ligaria o Brasil, em Corumbá-MS – município do qual Ladário era distrito – até a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra.

Nesse sentido, a área portuária do distrito do Ladário funcionou sede das oficinas de construção de vagões e gôndolas da Comixta. Por isso, este artigo realiza uma análise da atual situação ferroviária no Ladário, em especial, referente aos resquícios históricos daquele período.

A dimensão simbólica e política, além de se constituírem formas de pensar e elaborar estratégias no âmbito do Patrimônio e Cultura, são, sobretudo, elementos de análise do contexto que dão alicerce para propor ações permanentes de preservação e continuidade, de modo que, faz perceber que a cultura é dinâmica e reflexiva, envolta a um sistema de significados. Tal proposição, remete a uma ligação do tradicional com o moderno, na medida em que, a invenção/reinvenção (HOBBSAWN, 1984) das tradições são abraçadas pelo surgimento de novas tecnologias que provocam mudanças e transformações, mas, que ao mesmo tempo, suscitam resistência por meio das permanências.

O valor cultural diz respeito ao valor atribuído a determinado bem ou conjunto de bens de sociedades ou grupos. Quem atribui o valor cultural são as pessoas. Nessa perspectiva, alguns elementos devem ser considerados para que sejam estimados quando se diz respeito aos lugares e eventos de memória. O reconhecimento dos lugares de memória se dá à medida que recebe visitas e em que há uma relação de pertencimento.

No que diz respeito ao levantamento bibliográfico é oportuno destacar que foi feito na internet por meio dos sites oficiais e na busca em banco de dados de dissertações e teses das universidades elencadas abaixo. Cita-se apenas as referências bibliográficas abaixo porque

são as que mais se aproximam desta pesquisa no sentido de refletir acerca da história ferroviária e do patrimônio ferroviário.

Agora, no que tange às fontes pesquisadas, a coleta foi feita por meio da pesquisa pessoalmente nos arquivos e consultas aos documentos escritos oriundos da Câmara Municipal de Corumbá. Esses documentos são atas, ofícios, relatórios tanto do legislativo quanto do executivo. Além disso, os jornais disponíveis online no site da Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Logo, a reunião dessas fontes e leitura desses documentos e relatórios proporcionaram a reflexão histórica sob a ótica da preservação do patrimônio ferroviário.

Diante do exposto, cabe enfatizar que existe um número significativo de produções acadêmicas – dissertações e teses – que tratam do assunto sob a ótica do patrimônio, como é o caso da tese em História de Lucina Ferreira Matos “Memória Ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio”, defendida pelo CPDOC/RJ em 2015, que trabalha a importância da valorização do passado ferroviário e a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos aspectos de preservação da ferrovia.

A autora, ao fazer a análise das revistas ferroviárias, que possuíam edições por temas, explicita que “a introdução do passado ferroviário como elemento de atenção social e política de fato produziu, como observado pela leitura das revistas, a interpretação da memória ferroviária como um ‘pacote de recordações’ acionado pelo conjunto de bens materiais[...]” (MATOS, 2015, p. 69). Essa afirmação leva à compreensão de como se dá a interpretação do passado ferroviário associando-o aos bens materiais.

Já a tese de Rodrigo Modesto Nascimento, defendida pela PUC/SP, cujo título é “O patrimônio cultural na cidade de Marília: entre a preservação e o ‘progresso’, 1985-2012” trata das concepções locais ao analisar a atuação dos agentes sociais e políticos da cidade de Marília considerando os discursos de progresso e preservação do patrimônio.

Pelo Programa de Mestrado Profissional do Iphan foram desenvolvidos trabalhos que auxiliaram esta pesquisa, como é o caso da dissertação “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da estrada de ferro Madeira-Mamoré”, defendida em 2012, na qual é feita uma abordagem voltada para a memória e o cotidiano dos trabalhadores bem como das práticas de preservação da estrada de ferro Madeira-Mamoré versando ainda acerca do processo de patrimonialização.

Um bem tem valor quando remete significados para a sociedade, nesse sentido, o patrimônio tem um significado coletivo para a comunidade ladarense, pois é possível observar

a diversidade de lembranças por intermédio da memória dos moradores como forma de evocar um tempo que já se foi, mas ao mesmo tempo, um espaço que ficou e que deve ser preservado para a construção da história local, em especial no que diz respeito à ferrovia.

Um passo fundamental e relevante não é somente desenvolver um discurso ético, social e político sobre memória e preservação do patrimônio, mas buscar a implantação ou inserção de uma aula dentro da disciplina de História para o ensino da história local que garanta o reconhecimento, a preservação e valorização do Patrimônio em Ladário com foco para o ferroviário.

É imprescindível interpretar a carga de historicidade que o patrimônio de Ladário possui para que aja o aprofundamento dos estudos com relação a eles. Identificar os atores envolvidos no projeto (trabalhadores da ferrovia) e observar como se dá a relação dos ladarenses e, acima de tudo, apreender os sentidos atribuídos a determinada identidade pois é a partir da construção da identidade histórica e da memória local que surge a ideia de pertencimento.

Partindo dessa premissa, é preciso demonstrar como se deu o processo de entrevista e coleta de dados que compõem este trabalho. As entrevistas foram realizadas no ano de 2015 num momento em que entrevistava moradores para a dissertação de mestrado a respeito da emancipação político-administrativa de Ladário/MS.

Na dissertação de mestrado da autora deste artigo foram realizadas 10 entrevistas, no entanto, dessas 10, havia três entrevistas ex-ferroviários da Comixta e, diante desse cenário, as entrevistas foram conduzidas para a ferrovia no intuito de usá-las futuramente para um processo de doutorado.

Tais entrevistas, num total de três, foram feitas na própria casa do entrevistado com utilização de um gravador digital cuja duração foi de aproximadamente uma hora cada e, posteriormente, foram feitas as transcrições.

Havia um roteiro preparado, entretanto, o entrevistado ficou à vontade para falar a respeito das lembranças e, assim, a entrevista fluiu sem interrupções. É importante destacar, que, no roteiro de perguntas, uma das questões dizia respeito à ferrovia uma vez que o fato da estação internacional não ter sido construída em Ladário provocou os líderes ladarenses a lutar pela emancipação do distrito conforme está destacado na produção de João Lisbôa de Macedo, escritor memorialista local.

De acordo com o relato de Vianna (2015), filho de Tancredo Gomes de Campos Vianna que foi o primeiro chefe de estação da Comixta na região da fronteira oeste brasileira

e que trabalhou na construção da estrada de ferro que ligou o Brasil à Bolívia, a contribuição da Comixta diz respeito ao surgimento de algumas cidades bolivianas:

O Brasil fez a estrada para Bolívia tirando a Bolívia do isolamento como já disse e, por onde ele passou fez uma cidade: fez Porto Suarez, fez Carmen que fica ali ao lado de Águas Calientes, fez a estrada de Roboré - estou falando as cidades maiores né-, a cidade de São José, a cidade de Bailon e até Guaracache que fica perto de Santa Cruz. Nessa área toda a gente conhece trecho por trecho porque a gente trabalhou nessa estrada (VIANNA, 2015, s.p.)⁴¹

Ao ser instalada na região, ao que os documentos apontam, a Comixta proporcionou àquela localidade um certo crescimento, pois conforme o relato de Macedo (2015), ex-torneiro mecânico da Marinha, a chegada da estrada de ferro foi significativa:

Há um tempo atrás veio a Comissão Mixta para fazer a estrada de ferro Brasil-Bolívia que foi determinada pelo presidente Getúlio Vargas. Isso já foi no começo do ano de 39/40 por aí. Isso eu me lembro. Justamente na mesma época vieram inaugurar o Dique Seco na Marinha. O dique já foi outra Companhia que veio fazer o dique, foi a Raja Gabaglia. Então dessa Comissão Mixta trouxe a Companhia de São Paulo, Sotema (Sociedade Técnica de Materiais) que vieram para montar os vagões aqui em Ladário. Aí veio Getúlio Vargas para inaugurar um trecho da Brasil-Bolívia em 1941 (MACEDO, 2015, p. 7).

Considerando ainda os relatos, a significativa chegada de migrantes na região deu-se em decorrência das notícias de oferta de emprego que circulavam no Brasil. Caracterizada como promissora, a oferta de empregos em jornais atraía os olhares de muitas pessoas segundo destaca o senhor Vianna (2015):

Os jornais da época faziam muita propaganda de uma estrada de ferro que estava nascendo na região e que precisava de centenas de funcionários. A essa procura meu pai veio. Meu pai foi chefe de estação no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, era ferroviário. Chegamos aqui em 1942. Uma viagem de quatorze dias e quatorze noites. Hoje em dia se faz bem mais rápido, mas na época para começar a estrada, cada cidade que se baldeava demorava pra caramba. Chegando em Porto Esperança - porque a Noroeste não chegava aqui - então baldeava no Cidade Branca ou Fernandes Vieira. Eram dois navios a vapor que faziam Porto Esperança-Corumbá (VIANNA, 2015, s.p.).

Dessa maneira, parece que o movimento migrante foi acarretado pela oferta de emprego na construção da estrada de ferro e, por isso, Vianna (2015) descreveu ainda as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e as péssimas condições de abrigo:

⁴¹ Todas as entrevistas contidas neste artigo foram concedidas à autora.

Essa estrada foi muito sofrida porque morreu muito nordestino e muito mineiro. Os jornais da época notificavam que estava aqui uma grande empresa e que era bom, mas quando chegava aqui, a maioria morria de maleita, de paludismo. Era bem insalubre o lugar e não tinham casas para a pessoa morar. Morava dentro de vagão como nós moramos também dentro de vagão durante um bom período até que as casas fossem feitas (VIANNA, 2015, s.p.).

Num outro relato, Carvalho (2015) que atuou como artífice de mecânica afirma que trabalhou na Comixta até o ano de 1962 e descreve como conheceu Vianna: “Quando eu tinha 18 anos conheci Edelberto lá na Bolívia porque o pai dele era da Comissão Mixta e ele trabalhava nas estradas. Tinham muitos brasileiros lá na Bolívia. Foi em São José que conheci ele [...]” (CARVALHO, 2015, s.p.).

Inicialmente, Carvalho (2015) começou como ajudante de mecânica quando tinha seus 15 anos de idade. Logo trabalhou como artífice de mecânica (manutenção de máquinas). Ao todo, trabalhou na Comixta sete anos e oito meses. O pai era encarregado de restaurante e chefe de cozinha. Depois do encerramento dos trabalhos da Comixta, no dia primeiro de novembro de 1963, foi transferido para a Marinha devido ao aproveitamento dos funcionários.

No que tange à questão de boa moradia e qualidade de vida, Carvalho (2015) assinala que em 1956 quando foi para Ladário ficou morando na Comixta “Quando vim em 1956, fiquei em Ladário, morando na Comissão Mixta. Mesmo depois que parei de trabalhar na Comissão e fui trabalhar na Marinha, fiquei morando na Mixta até 1975. O pessoal da Noroeste também tinha direito de morar na Comissão Mixta”.

Em razão da instalação da Comixta, originou-se o bairro hoje popularmente conhecido como Mixta e oficialmente Boa Esperança. Desse modo, a Comixta configurou-se como uma minicidade:

Essa Comissão Mixta era uma minicidade, tinha cinema, luz elétrica e restaurante que fornecia a comida para os trabalhadores. Tinha as casas que a Comissão Mixta fez. O cinema acontecia uma vez por semana no restaurante. Coisa que Ladário não existia na época. Ladário não tinha cinema nem luz, só no lampião (CARVALHO, 2015, s.p.).

A partir do relato do senhor Carvalho observa-se os elementos que caracterizavam o que os trabalhadores da época chamavam de minicidade.

Parece que, com o fim dos trabalhos da Comixta, a área da minicidade não foi devolvida ao município num primeiro momento e entre os anos de 1963 e 1964 que voltou a integrá-lo. Com isso, os ex-ferroviários tiveram de ser reaproveitados sendo que significativa

parte deles foram para a Marinha, alguns foram para a Noroeste, para a Bacia do Prata, para o IBGE em Cuiabá e outras repartições federais.

O aproveitamento dos funcionários foi respaldado pela lei federal nº 1.998 de 01 de outubro de 1953 que dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana da União, como extranumerários (BRASIL, 1953).

Em vista disso, da mesma forma como a minicidade surgiu, com a instalação da Comixta, foi com ela encerrada. A minicidade durou o tempo que a Comixta realizou seus trabalhos, pois após esse período ficou fadada ao abandono de modo que gerou o sentimento de revolta daqueles que lá moravam. Hoje, segundo os relatos, o que restam são os resquícios do que foi considerado um dos “melhores” bairros da região em meados do século XX.

Contemporâneo daquele contexto, Macedo (1999, p. 7) afirmou que existia a esperança na construção de uma estação internacional ferroviária no porto Malheiros em Ladário, já que foi no referido local que a Comissão Mixta Ferroviária Brasileira-Boliviana havia instalado suas oficinas.

Escritor e poeta ladarense, Macedo ao longo de sua vida escreveu algumas obras entre textos e poemas sobre a região pantaneira, dentre elas é possível citar “Fagulhas de sol”, “Sopa Paraguaia”, “Monografia Ladarense”, “Maria Fulgência”, “Cristo Filho de Deus” e “Jesus Filho do Homem”. Os trabalhos do poeta e escritor Macedo tornam-se significativos porque era um militante ladarense que, além de ocupar a cadeira na Academia Corumbaense de Letras, foi um dos vereadores na primeira administração após a emancipação político-administrativa. Como escritor de textos, fundou ainda o jornal *O Ladarense* com o slogan “O jornal é a ata da sessão permanente da vida de um povo”.

Segundo Macedo (1997) livro *Monografia Ladarense*, o principal motivo dos representantes lutarem pela autonomia do distrito do Ladário estaria ligado à esperança de que a estação internacional da ferrovia fosse construída no Ladário, o que não aconteceu:

[...] nela seria construída a estação internacional de estrada de ferro, fazendo a interligação com os navios, o que infelizmente não aconteceu, em face da hegemonia de Corumbá sobre Ladário e por motivo de receber pouca assistência que a prefeitura de Corumbá proporcionava a Ladário, partiu-se para autonomia e começou como subprefeitura e depois como município. (MACEDO, 1997, p. 7).

O autor, que é um memorialista, justifica a busca pela autonomia político-administrativa do Ladário considerando a manobra engenhosa dos líderes de Corumbá ao

fazer com que a estação internacional não fosse construída no distrito, o que consequentemente acarretou a inutilidade da área.

Cabe-se questionar até que ponto realmente existiu essa esperança, pois nos documentos relativos à estrada de ferro, parece que não houve a intenção de se construir o mencionado empreendimento no porto do Ladário, local que serviu como suporte – sede das oficinas – para a construção dos trilhos.

Os resquícios da ferrovia na fronteira oeste

No que concerne aos resquícios da ferrovia na fronteira oeste e ao que consta no Manual do Patrimônio Ferroviário (BRASIL, 2013, p. 32) a respeito da proteção dessa espécie de bem é possível perceber que os bens móveis podem ser “Material Rodante – Locomotivas, carros de passageiro, carro, restaurante, vagões de carga, autos de linha, guindastes etc”. Nesse sentido, as locomotivas 01 e 02 que faziam o transporte das pessoas, todavia, após o encerramento dos trabalhos da Comixta a primeira ficou na praça central e a outra foi devolvida para a Bolívia como é possível perceber no relato de Vianna (2015):

Então foi as locomotivas grandes que vieram porque antes da locomotiva vir em Ladário, já tinha duas locomotivas perto de Corumbá. O morro do Urucum tinha duas locomotivas, 01 e 02. A 01 é a que está ali em frente ao Correio né, a 02 nós entregamos na Bolívia no término da estrada. Então essa locomotiva 01 que tem ali, ela que fazia o passageiro Corumbá e Ladário. Funcionário da marinha, funcionário que trabalhavam aqui tudo pegavam carona nela. Ela tem um vagão anexo a ela e ela saía pela manhã cedo de Corumbá, trazendo os funcionários e não ia meio dia por que meio dia tinha o almoço, a empresa Comissão Mixta dava o almoço. Então, quando era quatro e meia cinco horas ela regressava a Corumbá e aquele vagão ia cheio, funcionário da marinha, funcionário da Mixta né. (VIANNA, 2015, s.p.).

A partir dos relatos dos ex-ferroviários foi possível perceber que não existe uma memória ferroviária por parte dos demais moradores que desconhecem a história do local, este que, por sua vez, foi um dos pontos mais importantes para a construção de vagões e gôndolas da estrada de ferro que ligou o Brasil à Bolívia em cumprimento aos acordos firmados entre os dois países no início do século XX.

Convém destacar que o trem de transporte de passageiros era a locomotiva 01 que pertenceu à empresa inglesa e foi aproveitado pela Comissão Mixta Ferroviária Brasil-Bolívia conforme afirma “Que antigamente tinha até trem de passageiro aqui, Corumbá e Ladário. O

trem de passageiro da Comissão Mixta não tinha um nome específico e inclusive vinha com os vagões tudinho e passageiros para levar em Ladário” (CARVALHO, 2015, s.p.).

O referido trem fazia o transporte tanto dos trabalhadores ferroviários quanto dos trabalhadores civis como, por exemplo, os militares da marinha. Foi o meio de transporte utilizado até a finalização da estrada, pois após a finalização da estrada de ferro o trem de passageiro foi entregue para a marinha e, posteriormente, devolvido ao município segundo Vianna (2015): “A locomotiva um foi entregue para marinha e o guindaste elétrico também. A área o prefeito sem saber o que fazer, a marinha provisoriamente ficou ali, dando guarda, depois a marinha desmanchou um galpão e fizeram a parte de estrutura do Clube da Camala” (VIANNA, 2015 s.p.).

Após a entrega da estrada de ferro, a locomotiva 01 foi entregue para a Marinha e, tempos depois foi devolvida para o município. Hoje a locomotiva integra um dos pontos turísticos do município sendo conhecida como Maria Fumaça, exposta na praça de Nossa Senhora dos Remédios, conforme a figura 2.

Figura 2 - Locomotiva 01 conhecida como Maria Fumaça

Fonte: Internet – Pérola News, 2016.

Considerando ainda alguns relatos a respeito das locomotivas, Macedo (2015) também enfatiza que:

Tinha aqui em Ladário que tá até hoje em dia pode ver aqui perto da igreja tem uma locomotivazinha, tinha duas. Essa empresa, não é do meu tempo, é uma empresa inglesa. Veio pra cá pra explorar o minério, entendido. Então veio pra cá, aí trouxeram essas locomotivas, aí estenderam a estrada férrea. Aí subiu por aqui, chegou por aqui assim e subia. Encontrava por aqui e ia sair lá. Bom, agora depois quando veio a essa Brasil- Bolívia aí que estendeu, foi pra Bolívia aí que subiu os trilhos. (MACEDO, 2015, s.p.).

Nesse sentido, é importante destacar que a locomotiva foi alvo de depredação no ano de 2016. Embora a Marinha tenha doado a locomotiva ao município, ela, em parceria, fez o processo de revitalização da locomotiva assim como da praça na qual está localizada.

RESULTADOS

Considerando a área atual, da antiga Comixta, onde funcionava a minicidade e o porto onde funciona um terminal multimodal, o presente artigo defende a ideia de que a área, hoje sob concessão da Granel Química, deveria ser reconhecida como patrimônio cultural ferroviário, uma vez que, na Lista do Patrimônio Ferroviário, consta somente a Estação

Ferrovária de Corumbá registrada em 26/05/2009. Além disso, há a defesa de valorização cultural e tombamento da locomotiva 01 conhecida como trem Maria Fumaça.

A partir do trabalho com as fontes orais, tornou-se perceptível que, histórica e economicamente, a Comissão Mixta Ferrovária Brasil-Bolívia foi um fator de desenvolvimento para o distrito do Ladário. Foi ela a responsável por fornecer a energia elétrica, por exemplo. Contribuiu com mecanismos estruturais e avançados do qual o distrito não dispunha. O fato de o entorno da oficina ter uma estrutura adequada, era considerada pelos ex-trabalhadores uma minicidade dentro do distrito que seria capaz de atender as demandas da modernidade.

Ao discutir o valor e a simbologia de que os trilhos carregam e significam para os moradores do município de Ladário numa perspectiva de Patrimônio Cultural, buscou-se entender se haviam políticas públicas culturais voltadas para a preservação do patrimônio ferroviário para a localidade. Desse modo, conclui-se pela inexistência de políticas públicas – nos três níveis da esfera, municipal, estadual, federal – para a ferrovia na fronteira oeste.

Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que objetivo desse estudo foi atingido e sugere-se para pesquisas futuras que seja elaborado um dossiê, com o intuito de compor material visando uma reivindicação de que a área da minicidade bem como a locomotiva 01, vagões e trilhos não só façam parte da lista do Patrimônio Ferroviário Nacional de responsabilidade do Iphan, mas que, contudo, tenham políticas públicas de preservação.

O que, portanto, permitirá ainda a elaboração de material didático com a finalidade de trabalhar a educação patrimonial ferroviária nas escolas do município fazendo com que sejam despertados os sentimentos de pertença e, ressaltados, os de identidade, o que, por sua vez, faz fortalecer a memória coletiva local da presente e futura geração.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carolina Pena de. **Trilhando memórias**: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado)- Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A marcha para o oeste e o estado novo**: A conquista dos sertões. 2016. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Estado). Aprovar a criação do município de Ladário desmembrando-o do município de Corumbá. **Criação do Município de Ladário**: Lei Estadual. 1. ed. Corumbá, MT, 14 dez. 1953. v. 1, n. 155, Seção 1, p. 1-25.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 1179, de 18 de abril de 1904. Aprova o tratado de permuta de territórios e outras compensações celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia. **Tratado de Petrópolis**: legislação federal. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 18 fev. 1904.

_____. Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Os bens da RFFSA ficam sob a responsabilidade do Iphan. 1.ed. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 12 jul.1933.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 30 nov. 1937.

_____. Decreto-lei nº 345, de 22 de março de 1938. Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938: legislação federal. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 28 mar. 1938.

_____. Decreto nº 3130, de 05 de outubro de 1938. Promulga o Tratado sobre ligação ferroviária, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938: legislação federal. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 08 out. 1938.

_____. Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Legislação federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 04 ago. 2000.

_____. Decreto-lei nº 6018, de 22 de janeiro de 2007. Regulamenta a Medida Provisória no 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Legislação federal. 1. ed. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 22 jan. 2007.

_____. Lei nº 11483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. legislação federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 31 mai.2007.

_____. Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural

Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Iphan, 21 dez. 2010.

_____. **Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário**. Rio de Janeiro: Iphan, 2010. 88 p.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Ladário - Mato Grosso do Sul**. 2018.

CARVALHO, Marcionílio de. 2015. Entrevista concedida a Daiane Lima dos Santos, em 23 de julho de 2015, na cidade de Ladário-MS.

FREIRE, Maria Emília Lopes; LACERDA, Norma. Patrimônio ferroviário: em busca de seus lugares centrais. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 set./dez., 9(3), 559-572.

GHIRARDELLO, Nilson. A companhia estrada de ferro Noroeste do Brasil. In: **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2002, 235p.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István; KANTOR, Íris. **Festa, Cultura e Sociabilidades na América Portuguesa**. São Paulo: Edusp, 2001.

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

O ESTADO DE MATO GROSSO: Inaugurado festivamente o ramal de Ladário da estrada de ferro Brasil Bolívia. Cuiabá, 07 set. 1939.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

MACEDO, João Lisbôa de. **Sopa Paraguaia**: Miscelânea. Ladário: Ladário, 1983.173p.

_____. **Monografia ladarense-I**. Núcleo Cultural de Ladário: Ladário, 1997.

MACEDO, Eury Lisbôa de. 2015. Entrevista concedida a Daiane Lima dos Santos, em 15 de julho de 2015, na cidade de Ladário-MS.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In.: SALETE, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. **O patrimônio cultural na cidade de Marília**: entre a preservação e o “progresso”, 1985-2012. 2014. 249f. Tese (Doutorado). PUC, São Paulo, 2014.

PELEGRINI, Sandra Cássia Araújo. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. In: **HISTÓRIA**, São Paulo, 27 (2): pp. 145-173, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX**. Bauru: Edusc: Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso**. 1999. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

REDAÇÃO. Locomotiva Pérola do Pantanal é revitalizada pela marinha. **Pérola News**. Ladário, p. 1-1. 05 set. 2014. Disponível em: <<http://perolanews.com.br/ladario/locomotiva-perola-do-pantanal-e-revitalizada-pela-marinha-apos-atos-de-vandalismo-em-ladario>>. Acesso em: 05 set. 2014.

SANTOS, Daiane Lima dos. **Apologia à inconstitucionalidade: os desdobramentos em torno à criação e formação do Ladário-MS (1948-1955)**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

_____. O São João nos relatos dos festeiros tradicionais do município de Ladário-MS. In: CASTRO, Fábio Fonseca de et al (Org.). **Políticas culturais para as cidades: Coleção Cultura e Pensamento**. Salvador: UFBA, 2018. Cap. 7. p. 143-162.

SARAHYBA, Gastón. **Prolongamento da Noroeste do Brasil**. São Paulo: Comissão da NOB, 1928. 1 p.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**. Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Patrimônio cultural imaterial: conceito e instrumentos legais de tutela na atual ordem jurídica brasileira**. Universidade Federal de Uberlândia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

TOMAZ, Paulo Cezar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, Maringá, vol. 7, ano VII, nº 2, p. 1-12, 2010.

VIANNA, Edelberto Gomes Campos. 2015. Entrevista concedida a Daiane Lima dos Santos, em 15 de julho de 2015, na cidade de Ladário-MS.

WHATELY, Luís Alberto. **Realidades de uma política continental de comunicações ferroviárias**. São Paulo: Companhia, 1952. 38 p.

____; TORRES, Juan Rivero. **Relatório da Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana referente aos exercícios de 1938 e 1939**. Rio de Janeiro: Companhia Carioca, 1940. 146 p.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

SABORES DO NORTE PIONEIRO

FLAVORS OF THE NORTH PIONEER

Danusa Freire Costa Diniz

Instituto Federal do Paraná – Campus Jacarezinho

E-mail: danusa.diniz@ifpr.edu.br

Nathália Elias Borges

Instituto Federal do Paraná- Campus Jacarezinho

E-mail: natty_tmz@hotmail.com

RESUMO

A cultura de um povo é representada por vários aspectos tais como a dança, a língua, os credos, os vestuários, as expressões artísticas, a culinária, além de outros fatores que são responsáveis pela formação da identidade do povo. Na região do Norte Pioneiro do Paraná a identidade cultural tem um traço muito forte ligado a agricultura, uma vez que a produção de café foi o ponto chave no processo de colonização da região. Contudo, a medida que os anos se passaram e os municípios foram se desenvolvendo com muitas mudanças ocorrendo, houve um descuido com a preservação dos equipamentos culturais e muitos registros históricos foram se perdendo em termos de cultura e de identidade. Para resgatar estas informações foi criado o projeto de extensão “Sabores do Norte Pioneiro”, que teve início no ano de 2015 com o objetivo de resgatar, catalogar e reafirmar todos os fatores relacionados as paisagens naturais, festas tradicionais, pratos típicos e suas histórias que contribuíram diretamente na formação da identidade cultural da região do Norte Pioneiro do Paraná. Para tanto foi realizado um estudo exploratório, com levantamento de registros e documentos, aplicando entrevistas e questionários aos representantes dos municípios que atuam nos departamento de Cultura e Educação para compreender os hábitos de consumo conhecer e divulgar os pontos turísticos e paisagens naturais catalogando e posteriormente organizando todas as informações em um livro. Para realização da pesquisa também foi necessário interagir formando parcerias com grupos culturais, associações de mulheres e de produtores rurais, igrejas, escolas, grupos de terceira idade, associação de municípios, faculdades, universidades, rádios comunitárias e tribos indígenas. Num primeiro momento a pesquisa foi divulgada através das mídias e do contato direto com os parceiros, apresentando a proposta do trabalho e a metodologia da pesquisa. No segundo momento os pesquisadores foram a campo levantando os dados, registros e documentos diretamente nos municípios. O terceiro passo foi especificamente a

análise e a tabulação dos dados, que posteriormente foi usado como ponto de referência para elaboração de novas pesquisas, tanto pelo Instituto Federal do Paraná- Campus Jacarezinho, como para contribuir para que toda comunidade se volte para preservação da sua identidade cultural. Entretanto, nem todos os município colaboraram com a pesquisa e algumas informações ainda precisam levantadas e catalogadas, com o corte de recursos e das bolsas de pesquisa após o golpe de 2016, o projeto teve que ser suspenso temporariamente, contudo a equipe de pesquisadores segue trabalhando com os recursos disponíveis e buscando parcerias para que então seja possível a publicação do livro. Para dar visibilidade ao trabalho e continuar o processo de pesquisa buscando novas descobertas que possam ser mais abrangentes, foi criado uma página no Facebook chamada “Sabores do Norte Pioneiro” onde estão concentradas as informações e curiosidades, permitindo também interagir com outros pesquisadores e projetos e também com toda a comunidade do Norte Pioneiro.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Norte pioneiro; Identidade; Preservação.

ABSTRACT

The culture of a people is represented by some films, such as dance, language, creed, clothing, artistic expression and cooking, which are responsible for forming the identity of the people. The region is a guidance agency is a very strong trait, since coffee production was the main responsible for the colonization process. However, as the years were meeting and occurrences occurred, there was a decline with the presence of individuals and many things were lost in terms of culture and identity. This project aims to rescue and reaffirm the identity of the people, and for both, aims to make a field research to raise the main components of the region, their stories and consumption habits, to catalog the results of a book with the results obtained. For research this work will be needed with cultural groups groups, association of women and rural associations, churches, schools, old age groups, association of municipalities, colleges, universities, community radios. The first moment was divulged through the media and contacts with the project proposal and the methodology of the research that was based on a structured process and in strategic interviews. At the moment, the researchers were submitted to a data field. The third role was to tabulation of the date, where public was used by the point of reference to making the new products, both ist.

Keywords: Cultural heritage; Pioneer Northen; Identity; Preservation.

INTRODUÇÃO

O Norte Pioneiro do Paraná é uma região com dificuldade no seu processo de desenvolvimento e com baixos índices de desenvolvimento humano mas que possui uma riqueza natural e cultural muito grande. Buscando contribuir com resgate histórico e de identidade da região, trabalhando na busca por alternativas para promoção do emprego, das atividades turísticas como alternativa de renda.

O presente estudo buscou levantar traços da identidade cultural da região no que se refere à cultura, para através dela, criar um material para divulgação do patrimônio cultural local. É certo que somente este trabalho não será capaz de reverter tais índices, nem tão pouco

de trazer a identidade Norte Pioneira, porém estará contribuindo em dois aspectos muito importantes, o econômico e o cultural.

Na região de Jacarezinho, onde se encontra o IFPR, a identidade cultural é subentendida, não existem registros, museus, livros, tão pouco estudos que levem a população a compreender essa identidade efetivamente. O que se tem é um conhecimento empírico e informal. Torna-se primordial para a construção do desenvolvimento a reafirmação desses traços socioculturais de modo que eles sejam também utilizados como potencialidades locais.

O Norte Pioneiro do Paraná pode se valer destas informações geradas com o presente estudo para trabalhar suas estratégias de desenvolvimento local, otimizando a gastronomia e o turismo a partir de sua identidade, como está previsto no Plano Territorial de Desenvolvimento Regional (MDA-BRASIL-2011).

A existência de uma identidade regional é muito importante para consolidar as atividades culturais e sociais de um povo, preservar esta identidade pode estruturar ações de desenvolvimento que vão além do sociocultural, chegando ao desenvolvimento econômico.

Esta pesquisa se justifica principalmente no que se refere à recuperação destes fatores históricos e culturais a serem investigados e catalogados transformando essas informações em referência para agregação de valor a produtos e serviços. A ideia central, sob essa ótica, é justamente de agregar valor e gerar competitividade pela associação de produtos tradicionais a componentes culturais, históricos.

O trabalho foi dividido em três etapas: levantamento de dados, processamento de dados e apresentação do estudo. Na etapa levantamento de dados, as atividades foram: estabelecer contato com os municípios através da AMUNORPI para que cada município aponte seus pratos típicos; estabelecer contato com o Território da Cidadania Integração Norte Pioneiro através da Câmara de Cultura para juntar componentes históricos referentes à região; estabelecer contato com a Universidade Estadual do Norte Pioneiro através do Núcleo de Estudos Agroecológicos e Territoriais para levantar possíveis pesquisas e estudos referentes ao tema, realizados na UENP. Na etapa “processamento dos dados” as atividades foram: reunir todos os dados levantados; organizar as informações e catalogá-las; realizar estudos e testes com os pratos; levantar a composição nutricional e formatar um catálogo para publicação.

A grande riqueza deste projeto está na ampliação dos horizontes e possibilidades de atuação dos estudantes do IFPR - Jacarezinho, que poderão conhecer e compreender melhor a realidade onde estão inseridos, permitindo aos professores relacionar as teorias e práticas ao

cotidiano do aluno, motivando sua fixação na região após formado e contribuindo diretamente no processo de desenvolvimento regional trocando conhecimento e experiências com a população local cumprindo a missão e a visão estratégicas do IFPR.

OBJETIVOS

A pesquisa surgiu com o intuito de melhorar a qualidade do ensino aliando as atividades de pesquisa e extensão tais como: levantar os pratos típicos regionais que fazem parte da identidade cultural do povo do Norte Pioneiro do Paraná; bem como os principais pontos turísticos e patrimônio natural da região para, a partir destas informações, criar, ampliar e aumentar a atuação do estudante do Campus Jacarezinho no desenvolvimento de novos projetos, produtos, pesquisas.

Para tanto foram definidos os seguintes objetivos para as ações do trabalho: levantar os aspectos da identidade cultural do Norte Pioneiro do Paraná através de seu patrimônio cultural, riquezas naturais e pratos típicos regionais que fazem parte da identidade cultural do povo para, a partir destas informações, criar e implementar o desenvolvimento de novos projetos e produtos que envolvam os cursos ofertados pelo IFPR - Campus Jacarezinho.

Os objetivos específicos são: realizar uma pesquisa de campo para levantar o patrimônio cultural, os pontos turísticos, os pratos típicos e suas histórias; catalogar todos os pratos com suas receitas, imagens, componentes nutricionais e um breve histórico; formatar um catálogo para publicação e distribuição; e proporcionar aos estudantes do Instituto Federal do Paraná, Campus Jacarezinho, uma troca de experiências direta com a comunidade regional.

METODOLOGIA

O presente estudo apresenta sua metodologia baseada na pesquisa de campo onde foram delimitados os municípios de Abatiá, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina e São José da Boa Vista.

Nestes municípios foram contactados as secretarias de Educação, Cultura, Esportes, Associações e Organizações de Grupos, o levantamento de dados primários se deu por meio

da aplicação de pesquisas, inicialmente por meio de formulários digitais utilizando um formulário digital na página do Google Docs, seguidos de ligação telefônica e posteriormente pela aplicação de entrevistas presenciais com questionários semi-estruturados.

Com isso foi possível a obtenção de dados sobre os equipamentos culturais, patrimônio cultural, pontos turísticos e pratos típicos e um pouco da história de alguns municípios. Para receber contribuições da comunidade em geral foi criada uma página no Facebook onde foram divulgados os achados do trabalho e os dados relevantes sobre as pesquisas. Essa página facilitou a comunicação com a população, que pode ajudar com dados importantes sobre os municípios.

A busca pelos dados secundários começou pelo levantamento de publicações acerca do assunto, fato que frustrou os pesquisadores, uma vez que não foram encontradas muitas publicações. Apenas um livro, uma dissertação e alguns artigos estavam diretamente relacionados ao assunto. Também foram levantados dados dos municípios através de seus sites, lá foi possível encontrar dados da história de cada cidade, bandeiras, brasões e pontos turísticos.

DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

Para iniciar a pesquisa foram procurados órgãos regionais da Administração Pública, mais especificamente a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro do Paraná. Nesta ocasião o projeto foi apresentado e discutido com representantes dos Municípios que num primeiro momento não tiveram informações precisas, mas que fizeram observações quanto ao projeto, ampliando sua abrangência uma vez que inicialmente a ideia era simplesmente levantar os pratos típicos. Através deste contato foi possível catalogar dados de telefone e endereço representantes dos municípios, para que assim os dados primários fossem levantados inicialmente através da aplicação de questionários que foram enviados aos municípios foco do estudo através destes e-mails.

Como a resposta não alcançou as metas propostas, foi utilizado uma nova estratégia, as pesquisadoras passaram a fazer ligações para as prefeituras dos municípios buscando encontrar o responsável pelos departamentos de Cultura e Educação. Estabelecido este contato, as pesquisadoras explicaram a importância do estudo e solicitaram os dados dos municípios pelo telefone, em seguida enviaram um e-mail. O resultado foi melhor que da primeira iniciativa, porém ainda não suficiente. Sendo assim foi necessários fazer visitas in

loco para coletar dados em alguns municípios. Aproveitando a oportunidade foram visitados pontos turísticos, santuários e museus, onde foram levantados dados muito importantes que ainda não foram publicados.

A partir dos dados levantados foi criada uma base para estudos e pesquisas nas mais diversas áreas, motivando novos projetos e a criação de grupos de pesquisa voltados a Cultura e identidade regional.

Especificamente quanto a contribuição da atividade de extensão na formação acadêmica dos estudantes do IFPR - Campus Jacarezinho, foi possível divulgar pontos turísticos, seus acessos e pratos típicos. Com o maior conhecimento e envolvimento dos docentes e estudantes, foi possível formar parcerias com produtores para realizar pesquisas na produção e industrialização de frutas e café voltando a atuação principalmente do curso técnico em alimentos. Além do envolvimento cultural do curso técnico em Arte Dramática.

RESULTADOS

Ao longo da pesquisa foi possível registrar vários locais com patrimônio natural maravilhoso, com um potencial turístico muito grande, porém com dificuldade de acesso, falta de estradas, trilhas, fato que precisa ser estruturado pelos órgãos públicos competentes:

Figura 01: Patrimônio Natural e Cultural do Norte Pioneiro do Paraná



Fonte: Da Pesquisa (2019)

Os pratos típicos obtidos com o relatório de pesquisa no Google Docs foram cruciais, pois eles formaram a base do projeto. Com os pratos típicos encontrados, foi criado um e-book chamado “Sabores do Norte Pioneiro” que tem o principal objetivo do projeto, pois com ele foi divulgado a cultura alimentar do Norte Pioneiro e também os resultados das pesquisas.

Figura 02: Pratos Típicos do Norte Pioneiro do Paraná



Fonte: Da Pesquisa (2019)

Todos os resultados encontrados com a aplicação da pesquisa foram reunidos em um documento digital é possível conhecer um pouco mais profundamente e de acordo com cada cidade pesquisada.

Figura 03: Organização do resultado da pesquisa.



Fonte: Da pesquisa (2019)

Apesar de todos os esforços da equipe infelizmente não foi possível realizar a publicação do livro por falta de recursos e também por não contar com dados de todos os municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um povo não existe sem sua identidade cultural, pois ela explica seu passado e também orienta o seu futuro. Assim através das pesquisas foi possível identificar boa parte da cultura do Norte Pioneiro e o que contribui para o desenvolvimento das cidades, pois se uma cidade tem suas riquezas naturais, seu patrimônio cultural e um prato típico bem reconhecido, atrai também outras formas de enriquecimento da cidade, como por exemplo, turismo, desenvolvimento urbano e rural, entre outros.

Para a sociedade esse projeto mostrou-se importante já que ajudou na transmissão de valores culturais, que ao longo do tempo foram sendo esquecidos. Além dos pratos típicos o estudo também identificou outros diversos aspectos relevantes para questão social e econômica, com o levantamento histórico dos municípios e das mais variadas características de cada um, valorizando a identidade cultural de um povo, que aliás, não existe sem ela, pois ela é capaz de explicar o passado e orientar o futuro.

A principal mudança promovida a partir do projeto foi poder disponibilizar informações sobre a região do Norte Pioneiro do Paraná que antes não podiam ser encontradas, nem em livros, nem na própria internet. Sendo assim foi criado e disponibilizado

um site com objetivo de divulgar as ações do projeto, os dados do Norte Pioneiro e outras informações que surgem ao longo do avanço da pesquisa.

A relevância da iniciativa dos pesquisadores, está em promover um melhor intercâmbio entre a comunidade acadêmica e o restante da população do Norte Pioneiro, fazendo com que os estudantes do Instituto Federal do Paraná- Campus Jacarezinho, conheçam um pouco mais sobre a identidade cultural de seu próprio povo, e simultaneamente contribuam com os conhecimentos adquiridos durante sua formação.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 8ª Edição. Editora Brasiliense, 2010.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro; Garamond, 2006.
- COSTA-DINIZ. Danusa F., **Consórcio Intermunicipal: Estratégias Competitivas e Colaborativas do CIVARC no Norte Pioneiro do Paraná**, UFPR – Curitiba, 2009
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao PRONAF**. <http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap/PesquisaMunicipio.aspx> 2011
- ROTA DO CAFÉ. **Dados Gerais**. <http://www.rotadocafe.tur.br/pt/rota.php> 2018
- ROTA DO ROSÁRIO. **Dados Gerais**. <http://www.rotadoagronegocio.tur.br/pt/rota.php> 2018.
- SCHUTLER, Regina G. . **Gastronomia e Turismo**. Coleção ABC do Turismo. Editora Aleph. São Paulo,2003.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

OLÚBÁJẸ: A COMUNHÃO COM O SENHOR DA TERRA

OLÚBÁJẸ: COMMUNION WITH THE LORD OF THE EARTH

Me. Diego Fernando Rodrigues Azorli

Professor de Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

diegoazorli@yahoo.com.br.

Fabiana Lopes da Cunha

Professora Doutora - UNESP/Ourinhos

fabiana.cunha@unesp.br

RESUMO

Analizamos nesse artigo a festa familiar do deus da terra e senhor das moléstias contagiosas, Omulu, de sua mãe Nanã e de seus irmãos Oxumarê e Euá, rememorada nos candomblés brasileiros. Essa celebração reconta a história do grupo de deuses vindos do Daomé e agregados ao panteão ioruba, ainda na África. Os conflitos com o deus da guerra, Ogun, são rememorados e evidenciam essa assimilação cultural. As cantigas de abertura da festa giram em torno da exaltação dos feitos mitológicos de Omulu. Durante a festa, come-se num repasto comunitário, fortalecendo a comunhão do grupo e dos visitantes. A alimentação não é um ato trivial: os restos dos alimentos são despachados como método para afastar enfermidades e “coisas ruins”, sendo, portanto, um ritual de purificação benfazejo da saúde comunitária. Omulu porta o Şàşàrà (cetro feito de palha de dendezeiro trançada, enfeitado com búzios e cabaças) com o qual varre as moléstias para longe e traz o antídoto para diversas doenças em suas pequenas cabaças. A festa de candomblé é o lugar privilegiado para o historiador, que analisa esse tema, pois é “na festa de candomblé [que] acontece o transe dos deuses em relação aos quais se constrói o pensamento religioso; na festa, a identidade do grupo se manifesta (canta-se na ‘língua da nação’, veste-se de cor ou jeito tal, dança-se de dada maneira porque se é do ketu, do angola, do jeje, do fon, etc.); é na festa que toda a organização hierárquica do candomblé se apresenta; enfim, é o momento em que tudo aquilo que o grupo é e acredita, em termos de valores religiosos e estéticos, se apresentam com força total” (AMARAL, 1998, p. 96)⁴². Nessa dinâmica cultural, as mitologias passam então a ser alteradas cada vez que são contadas e comparadas com os hábitos sociais do momento. Aquilo que não faz sentido acaba desaparecendo e sendo substituído pelos costumes mais atuais. São, desse modo, resultado de uma memória coletiva que inconscientemente decide o que será lembrado e o que será esquecido. Desse modo, o método antropológico da história tem rigor

⁴² AMARAL, 1998.

próprio, como nos assevera Darnton⁴³, se se entende que um “idioma geral” é o modo como classificamos e entendemos as estruturas de nossa cultura. Ao historiador deve ser possível desvendar a dimensão social do pensamento e retirar dela a significação através dos documentos e depoimentos de que tem acesso. Para realizar tal observação, fazemos, desde 2011, trabalhos em campo no *Ile Ase Omi Oju Aro*, um terreiro de candomblé dirigido por *Sidney de Logum-edé*, que foi fundado em outro município e está em Ourinhos há mais de 30 anos. Nosso objetivo, nesse artigo, é analisar como ocorreu a incorporação desses deuses, ora perseguidos, ora cultuados no Daomé, ao panteão brasileiro dos orixás, uma vez que eles possuem conflitos evidentes com os demais deuses. Para isso, utilizamos com o metodologia a análise de mitos, cantigas e filmagens que fazemos quando da visita ao terreiro. Pretendemos, com isso, enriquecer o debate sobre as metamorfoses das religiões afro-brasileiras, discutir uma bibliografia sobre memória e história oral e evidenciar a riqueza documental presente nas práticas atuais do candomblé paulista.

Palavras-chave: Candomblé, Omulu, História, Mitologia, Memória

ABSTRACT

We analyze in this article the family feast of the god of the earth and lord of contagious diseases, Omulu, of his mother Nanã and his brothers Oxumarê and Euá, recalled in Brazilian candomblés. This celebration recounts the history of the group of gods coming from Dahomey and attached to the Yoruba pantheon, still in Africa. Conflicts with the god of war, Ogun, are recalled and evidence of this cultural assimilation. The opening songs of the festival revolve around the exaltation of the mythological feats of Omulu. During the party, it is a community meal, strengthening the communion of the group and the visitors. Food is not a trivial act: the remains of food are dispatched as a method to ward off diseases and "bad things", and thus a ritual of beneficial purification of community health. Omulu carries the *Șàșàrà* (scepter made of woven palm oil, adorned with shells and gourds) with which it sweeps the diseases away and brings the antidote for various diseases in its small gourds. The feast of candomblé is the privileged place for the historian, who analyzes this theme, because it is "in the feast of candomblé [that] happens the trance of the gods in relation to which religious thought is constructed; in the party, the identity of the group manifests itself (it is sung in the 'language of the nation', it is dressed in color or in such a way, it is danced in a certain way because it is ketu, angola, jeje, fon, etc.); it is at the feast that the entire hierarchical organization of candomble presents itself; in short, it is the moment when everything that the group is and believes, in terms of religious and aesthetic values, presents itself with full force" (AMARAL, 1998, p.96). In this cultural dynamic, mythologies are then altered each time they are counted and compared to the social habits of the moment. What does not make sense disappears and is replaced by the most current customs. They are thus the result of a collective memory that unconsciously decides what will be remembered and what will be forgotten. In this way the anthropological method of history has its own rigor, as Darnton asserts, if one understands that a "general language" is the way we classify and understand the structures of our culture. It must be possible for the historian to unravel the social dimension of thought and to derive meaning from it through the documents and statements which he has access to. In order to make such an observation, we have been doing fieldwork in the *Ile Ase Omi Oju Aro* since 2011, a candomblé terreiro run by *Sidney de Logum-edé*, which was founded in another municipality and has been in Ourinhos for more than 30 years. Our objective in this article is to analyze how the incorporation of these gods, sometimes persecuted, sometimes worshiped in the Dahomey, occurred to the Brazilian

⁴³ DARNTON, 2011.

pantheon of the orixás, since they have evident conflicts with the other gods. For this, we use as methodology the analysis of myths, songs and filming that we do when visiting the terreiro. We intend to enrich the debate about the metamorphoses of the Afro-Brazilian religions, to discuss a bibliography about memory and oral history and to highlight the documentary richness present in the current practices of candomblé in São Paulo.

Keywords: Candomblé, Omulu, History, Mythology, Memory

O SENHOR DA TERRA

Entre os iorubas, a divindade a quem pertence a terra e que controla as doenças e pestilências infecciosas, principalmente a varíola, pois conhece sua cura, recebe os nomes de: Omulu, Obaluaê, Xapanã e Sapatá. Esses atributos renderam-lhe um grande temor e respeito, não só a ele, mas principalmente a seus sacerdotes.

Omulu/Obaluaê, como é mais conhecido nos terreiros, é cultuado pelo Brasil todo, principalmente nas regiões nordeste e sudeste. No terreiro em que pesquisamos, há cerca de dez anos, o *Ile Ase Omi Oju Aro*, há uma festa específica para essa divindade, envolvendo sua família: sua mãe Nanã, seu irmão Oxumarê e, mais remotamente Euá.

Nanã é, geralmente, conhecida como uma divindade bem antiga⁴⁴ e que causa grande temor e respeito. Foi com a lama do pântano, do qual ela é dona, que o ser humano foi formado, depois de diversas tentativas do deus Oxalá⁴⁵, com outros materiais⁴⁶. Oxumarê é uma divindade dual. Atribui-se a ele o controle da chuva e da fertilidade da terra e é simbolizado por uma cobra e pelo arco íris. Euá é a divindade feminina das fontes de água e dona do local onde repousam os mortos.

O Daomé⁴⁷, área estudada por Claude Lépine, onde a presença do deus da varíola parece mais marcante, teria surgido por volta do século XVII, segundo o autor e, se expandido rapidamente, englobando Allada, Ouidah e Porto Novo. No século, XIX, quando é tomado pelos franceses, já se expandia em direção ao rio Níger. É do grande pânico que a varíola causava que surgiu o poder e o respeito a esse deus e seus sacerdotes:

a varíola é tida pela medicina como a doença contagiosa que mais matou e mais contribuiu para a redução das populações. [...] ela matou no século XVIII uns 60 milhões de pessoas, duas vezes mais que a peste no século

⁴⁴ “É considerada o orixá mais velho do panteão na América” (PRANDI, 2009, p. 21).

⁴⁵ Orixá responsável por criar o ser humano.

⁴⁶ “Oxalá [...] tentou fazer o homem de ar, como ele. Não deu certo, pois o homem logo se desvaneceu. Tentou fazer de pau, mas a criatura ficou dura. De pedra ainda a tentativa foi pior. Fez de fogo e o homem se consumiu. Tentou azeite, água e até vinho-de palma, e nada. Foi então que Nanã Burucu veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu ibiri, seu cetro e arma, e de lá retirou uma porção de lama.” (idem, p. 196).

⁴⁷ O império do Daomé se localizava no território do atual Benin.

anterior. Com efeito a peste ceifava de 4 a 5% das populações, enquanto que a varíola matava de 8 a 10%. Seus efeitos eram tanto mais perniciosos e duradouros que ela matava de preferência as crianças: 95% de suas vítimas tinham menos de 10 anos de idade (LÉPINE, 1996, p. 6)⁴⁸.

A análise dos relatos mitológicos de Omulu deixa pistas da difícil inserção de novos deuses em uma mitologia, embora dinâmica, já um tanto sedimentada⁴⁹:

a origem da divindade da varíola no Golfo do Benin constitui uma questão bastante complexa. No que diz respeito mais precisamente a Sakpata, acredita-se que teria vindo do país yorubá. Seus adeptos são chamados até hoje Anagonu, isto é, nagô (yorùbá) e sua língua ritual é o yorùbá arcaico. Segundo Verger, dizem em Savalou que Sakpata Agbossou foi trazido no tempo da fundação da cidade, por uma caravana de Kadjanou (nagô de Badagry) vinda do norte. Realmente sua origem yorùbá parece bem estabelecida. Teria sido introduzido pelo rei Agaja que reinou entre 1716 e 1740. Após uma terrível epidemia de varíola que havia dizimado seu exército. Agaja resolveu enviar uma embaixada junto aos Yorùbá de Dassa, a uns 100 Km de Abomey, os quais sabiam, segundo se dizia, como cultuar e propiciar o deus da varíola. O fato deve situar-se por volta de 1716 ou 1720, época na qual, segundo Alden e Miller, uma epidemia de varíola fustigava a região de Ouidah (Idem, p. 5).

Os deuses dos povos conquistados eram tolerados e incorporados ao panteão dos povos dominadores, porém, de forma subalterna ou, como demonstra Luis Nicolau Parés⁵⁰, assimilados com alianças matrimoniais. Contudo, “outros cultos sofreram repressão intermitente, como os do vodum Sakpatá, ora perseguido, ora tolerado” (PARÉS, 2016, p. 163). Os sacerdotes de Sakpatá eram ao mesmo tempo, os únicos capazes de curar a varíola e acusados de disseminá-la. Essa divindade chegaria mesmo a ameaçar os europeus pois “o vodum teria, aos poucos, sido percebido como o verdadeiro ‘rei da terra’” (Idem, p. 164).

No relato de Pierre Verger, Xapanã surge no território Nupê⁵¹, é um “guerreiro terrível, que, seguido de suas tropas, percorria o céu e os quatro cantos do mundo. Ele massacrava sem piedade aqueles que se opunham à sua passagem. Seus inimigos saíam dos combates mutilados ou morriam de peste” (VERGER, 1997, p. 59). A notícia de seus feitos

⁴⁸ “A varíola fez tantos estragos no Danxome que quando este pequeno reino africano foi conquistado pelos franceses no final do século XIX (1894), ela foi considerada pelos colonizadores como um dos principais fatores que comprometiam seu repovoamento. Empreenderam ativamente campanhas regulares de vacinação que, aliás, nem sempre eram bem sucedidas porque a vacina não suportava o calor e perdia boa parte de sua eficácia”. (LÉPINE, 1996, p. 7).

⁴⁹ “[...] o culto do deus da varíola apresenta características que fazem pensar que se trata de um elemento mal integrado ao sistema dos demais vodun e orixá: seus templos costumam ficar fora das aldeias, em lugares isolados; seus mitos relatam constantes brigas com os outros deuses” (idem, p. 5).

⁵⁰ Cf. Parés, 2016, pp. 162-180.

⁵¹ O território Nupê pertencia ao Reino de Oyo, localizado na África Ocidental, nos atuais sudoeste da Nigéria e sudeste do Benin.

terríveis chega até o Daomé e a população assombrada revolve se submeter ao deus. Porém a permanência de Xapanã não é de todo pacífica: alguns reis o expulsam de tempos em tempos e são punidos com a varíola⁵².

Omulu, na coletânea de Reginaldo Prandi, é louvado e engrandecido em diversos relatos mitológicos⁵³. Contudo, é alvo de contendas, desprezo⁵⁴ e, por isso, tem sua ira acendida e demonstra seu poder. Nas cantigas entoadas nos xirês⁵⁵, cerca de vinte e seis são dirigidas à divindade da terra no compêndio de Altair Oliveira. Nelas podemos delinear um deus que proporciona boa sorte⁵⁶, traz⁵⁷ e livra da doença⁵⁸, tem temperamento forte⁵⁹, concede inteligência e boa memória⁶⁰, mas que também castiga⁶¹. Nos orikis⁶² recolhidos por Pierre Verger, na África, Omulu é um deus rico⁶³ e poderoso⁶⁴ que mata⁶⁵.

Com o passar do tempo, e o surgimento da vacina da varíola, restou o respeito a esta divindade mas, também um certo afastamento e receio: “mudanças recentes nas condições de vida, inclusive em termos de saúde pública, fizeram de Omulu o médico dos pobres brasileiros, mas hoje ele está longe de ser cultuado por causa da varíola, seu domínio original, praticamente eliminada em nossa sociedade” (PRANDI, 2005, p. 108).

UMA HISTÓRIA FAMILIAR COMPLICADA

⁵² Verger, 1997.

⁵³ Cf. Mitos - Omulu cura todos da peste e é chamado Obaluaê (Prandi, 2009, pp. 204-206); Obaluaê conquista o Daomé (idem, pp. 207-8); Xapanã é proclamado o Senhor da Terra (idem, pp. 216-8).

⁵⁴ “Obaluaê não podia entrar na festa, devido à sua medonha aparência” (idem, p. 206). Ver mitos: Xapanã ganha o segredo da peste na partilha dos poderes (idem, p. 209-10); Sapatá é proibido de viver junto com os outros orixás (idem, p. 212-5).

⁵⁵ Quando os filhos-de-santo cantam e dançam numa roda para os Orixás.

⁵⁶ “Omólú pè olóre a àwùre ẹ kú àbò [...] Omulu te pedimos Senhor da sorte, que use o teu feitiço para nos trazer boa sorte, e sejas bem-vindo”. (OLIVEIRA, 2009, p. 77). Ver também p. 78.

⁵⁷ “ómólú sólójú uá ô nan uá lẹjé ni fojúri [...] ele é forte e pode causar-nos doenças e tornar-nos miseráveis” (idem, p. 77). Ver também p. 83.

⁵⁸ “E kòlòbó sín sín, sín sín kòlòbó [...] Para livrar-nos das doenças” (idem, p. 76-7).

⁵⁹ “Aé lóòde bá iwà ó bò-m-bàtà [...] Ele caminha ao redor, com temperamento e personalidade fortes. (idem, 76).

⁶⁰ Idem, pp. 78-9.

⁶¹ Idem, pp. 79, 80, 82

⁶² Frase que louva os feitos do orixá.

⁶³ “Baba mi má jò lori owo / O má sùn lori owo (Meu pai, que dança em cima do dinheiro / Ele dorme em cima do dinheiro)” (VERGER, 2000, p. 267).

⁶⁴ “Edogbo wele yeloo so wan do so bo dja (ninguém pode guerrear com você)” (idem, p. 262); “Agbagba graun graun (poderoso vivo, vivo) (idem, p. 268).

⁶⁵ “Awa kò fọ (ẹ)ni ki o mọ pa (ẹ)ni jẹ (não falamos de alguém que mata e come as pessoas)” (idem, p. 265); “a (wa) ẹru ẹ (sentimos medo dele)” (idem, p. 266).

São diversas as mitologias sobre Omulu. Prandi reuniu cerca de doze em seu compêndio. Em suma, ora essa divindade é desprezada pelos outros orixás e ora, após a realização de algum feito louvável, é aclamado como rei ou soberano local.

“Conta-se que Nanã teve dois filhos. Omulu era o filho feio e Oxumarê, o belo. Nanã tinha pena do filho feio e cobriu Omulu com palhas, para que ninguém o visse e para que ninguém zombasse dele” (PRANDI, 2009, p. 197). Em outra versão do mesmo mito Nanã ao ver o filho doente, coberto de chagas e purulento abandona-o numa gruta perto da praia (idem, p. 2015). Na versão de Monique Augras os filhos de Nanã são gêmeos⁶⁶ e nascem com lepra. Ela joga as crianças na lagoa⁶⁷ e um caranguejo⁶⁸ começa a comer a pele delas. Então é Iemanjá⁶⁹ quem salva e trata das crianças. Silva (2011) nos conta que era comum encontrar

os recém-nascidos que as mães lançavam fora por motivos religiosos, ou porque fossem gêmeos (como os ibos da Nigéria e os querebes da Tanzânia, que os tinha por impuros e nocivos), ou porque apresentassem defeito ou marca que os apontava como física e espiritualmente perigosos (Idem, p. 116).

O nascimento de seres monstruosos poderia abalar uma tênue linha que separa os seres humanos dos animais. Qualquer bebê “estranho” nascido entre os humanos deveria ser repostado em seu devido lugar, a natureza (Douglas, 2014).

Quanto ao segundo filho de Nanã, Oxumarê, “o deus do destino declarou que ela teria, em seguida, um filho belíssimo, tão bonito quanto o arco-íris, mas que jamais ficaria junto dela” (idem, p. 131). Oxumarê não conseguia ser feliz, pois por seis meses era uma linda mulher e pelos outros seis meses se transformava em cobra⁷⁰. Exu⁷¹ revela a Oxumarê que a culpada de sua desgraça era sua mãe. Oxumarê revoltado com a situação usurpa o trono dos jejes de Nanã em um plano arquitetado por Omulu. Nanã desolada refugia-se em seu pântano⁷².

Em outros mitos, Nanã, como mãe de Euá, deseja o melhor para sua filha, quer que ela se case com alguém que a ampare. A disputa pela mão de Euá acaba em lutas sangrentas, já que ela não quer nenhum dos pretendentes. Euá acaba se transformando em névoa para fugir

⁶⁶ São Omulu e Obaluaê.

⁶⁷ “Era costume no antigo reino de Benim, jogar na lagoa as crianças defeituosas, por acreditar-se que as mesmas nada mais eram do que encarnações dos espíritos das águas (tohosu) devolvidos assim ao seu elemento natural” (AUGRAS, 1983, p. 126).

⁶⁸ O caranguejo é tabu alimentar para todos os seguidores do candomblé em respeito a Obaluaê (idem).

⁶⁹ Orixá das águas salgadas.

⁷⁰ Já em Prandi (2009), ele se transforma em um monstro.

⁷¹ Orixá mensageiro, guardião das entradas das casas e da cidade.

⁷² Cf. Ogbeara, 2010, p. 168-180.

da situação⁷³. Em outra versão, a insistência de Nanã em casar a filha faz com que ela peça a ajuda do irmão Oxumarê que a esconde por trás do horizonte para sempre⁷⁴. Porém quando não é sua mãe que a obriga a casar, ela é vítima do pai que a repudia por engravidar sem se casar⁷⁵ ou do marido ciumento que, desconfiado da sua infidelidade, a deixa deformada após prendê-la em um formigueiro⁷⁶ ou de outro marido mulherengo que a desilude e a faz abandonar o mundo dos vivos⁷⁷.

Nanã é, por diversas vezes uma entidade confundida com seu filho⁷⁸. Há um mito em que Ogum e Nanã criam o mundo juntos em perfeita harmonia⁷⁹.

Olodumaré, quando criou o mundo, chamou os filhos dele para dividir os bens. Cada um pegou joias, dinheiro, coisas assim. Para Ogum sobrou uma espada e um saco de terra preta. Botou a espada na sacola, e foi andar. Andou, andou, sentou no pé do dendezeiro, aí resolveu dormir e subiu na copa do dendezeiro. Mas tinha um monte de bichinhos que não o deixavam dormir. Aí pegou umas tiras de mariuô para se vestir. É por isso que a gente canta: ‘Ogun ajó é mariuô, Ogun ajó é mariuô’. Começou a chover. Choveu choveu e nunca mais parou. Ogun abriu o saco, caiu o pozinho era a terra que foi se espalhando. Era Nanã, do laguinho saiu uma mulher, que Olodumaré mandou. Era a terra. Saíram por aí para criar o mundo (Nanã e Ogum) (AUGRAS, 1983, p. 107).

No entanto, Ogum é representado, na maioria das vezes, como o orixá que procura submeter às deusas pela sua força física ou pela violência sexual. Cléo Martins conta que Ogum, em viagem, decidiu entrar nos reinos de Nanã e pedir pouso e água.

O criado pediu-lhe que aguardasse do lado de fora. Ogum esperou um minuto, dois, dez... vinte... trinta e sete. Já estava começando a ver tudo vermelho na frente, sentia a garganta seca e os lábios ressequidos, quando o criado voltou. Disse-lhe que a senhora da casa iria recebê-lo, mediante uma condição: que ele se lavasse, trocasse de roupas e se comportasse direitinho em seus domínios. A fama de Ogum não era das melhores. O senhor da guerra, insultadíssimo, deu um empurrão no serviçal e, de espada em punho, invadiu os aposentos de Nanã, que estava conversando com Icu, a morte. Ao ver Ogum possesso daquele jeito, Icu deu um salto e pulou pela janela, deixando a senhora da lama entregue a própria sorte. (MARTINS, 2011, pp. 155-9).

⁷³ Prandi, 2009, pp. 233-4.

⁷⁴ Idem, pp. 238-9.

⁷⁵ Cf. Mito - Euá é expulsa de casa e vai viver no cemitério (idem, p. 237). Em outro mito muito semelhante, “Oíá nasce na casa de Oxum” (idem, p. 295), o pai tenta matar a neta por não ter nascido em um casamento, jogando-a num rio.

⁷⁶ Cf. Mito – Euá é presa no formigueiro por Omulu (idem, p. 239).

⁷⁷ Mito – Euá se desilude com Xangô e abandona o mundo dos vivos (idem, p. 241).

⁷⁸ Verger, 2000.

⁷⁹ Cf. Mito – Ogum cria a Terra (PRANDI, 2009, p. 108).

Ogum bate em Nanã com seu facão. Omulu, quando vê a cena, cobre Ogum com pestilências e doenças. Ogum, febril, recorre a diversos orixás que nada podem fazer por ele. Mais tarde, Omulu, convencido por Iansã, retira a doença de Ogum, que aprende a ser mais paciente.

Outro enigmático confronto entre Ogum e Nanã tem um efeito esclarecedor, no que diz respeito às migrações dos povos africanos da região iorubá e disputa entre soberania dos deuses.

A rivalidade entre Nanã Burucu e Ogum data de tempos. Ogum, o ferreiro guerreiro, era o proprietário de todos os metais. Eram de Ogum os instrumentos de ferro e aço. Por isso era tão considerado entre os orixás, pois dele todas as outras divindades dependiam. Sem a licença de Ogum não havia sacrifício; sem sacrifício não havia orixá. Ogum é o Oluobé, o Senhor da Faca. Todos os orixás o reverenciam. [...] Contrariadas com essa precedência dada a Ogum, Nanã disse que não precisava de Ogum para nada, pois se julgava mais importante do que ele. “Quero ver como vais comer, sem faca para matar os animais”, disse Ogum. Ela aceitou o desafio e nunca mais usou a faca. Foi sua decisão que, no futuro, nenhum de seus seguidores se utilizaria de objetos de metal para qualquer cerimônia em seu louvor (PRANDI, 2009, p. 200).

E um mito encontrado entre os *Gikuyu*⁸⁰ tem uma grande semelhança com o anterior:

Mogai (Deus) havia distribuído os animais entre os homens e as mulheres. Mas estas foram tão cruéis com seus animais que eles escaparam e tornaram-se selvagens. Os homens então intercederam junto a Mongai em favor de suas mulheres, dizendo. “Em tua honra, nós queremos sacrificar um carneiro; mas não pretendemos fazê-lo com uma faca de madeira, para não incorrer nos mesmos riscos que nossas mulheres”. Mongai felicitou-os por sua sabedoria e, para dotá-los de armas mais eficazes, ensinou-lhes a receita da fundição do ferro (KI-ZERBO; HAMA, 2010, p. 25).

Para sacrificar os animais a Nanã os devotos se utilizam ou de uma faca de madeira ou de cânticos que acabam por levar os animais à morte⁸¹. Isso nos leva a constatar que o culto à Nanã era mais antigo que a descoberta ou, pelo menos, manipulação do ferro. Embora seja também difícil datar quando teve início o uso do ferro pelos africanos, sabemos que eles já faziam largo uso dele, e com qualidade, antes da chegada dos europeus, por volta do século XVI⁸².

A descrição da peregrinação dos devotos de Nanã Buruku feita por Verger (2000) nos transmite o clima de respeito e seriedade em que o culto a esse orixá é realizado. Os devotos,

⁸⁰ Tribo dominante do Quênia.

⁸¹ Cf. Verger, 2000, p. 276.

⁸² Andah, 2010.

dentre diversas restrições, não devem ter relações sexuais e antes de partir precisam obrigatoriamente comer uma espécie de amendoim nativo que levará a morte qualquer possível assassino.

Ao regressarem, os peregrinos devem manter absoluto sigilo do que viram e ouviram e se algum deles morrer no caminho é um sinal de castigo da divindade e seu funeral não pode ser celebrado pela família. Os adeptos de Buku (como é também conhecida) em Savé têm a fama de poderem ressuscitar, após passarem sete dias como mortos⁸³. Diz-se também que quando o orixá está incorporado em um devoto, basta colocar sua cabeça com a do animal que será oferecido em sacrifício, para que ele morra imediatamente. Mulheres suspeitas de feitiçaria são enviadas ao seu templo e não mais regressam.

O nome de Nanã é um termo empregado pelos ashantis para demonstrar respeito com o que é muito antigo, e por isso, de grande sabedoria. “Buku mata quem quer que procure fazer mal a seu próximo, detecta os ladrões e torna as mulheres fecundas” (VERGER, 2000, p. 274). Em algumas de suas louvações, recolhidas por Verger (2000) lemos: “*Owo nlẹ pa lode*”, “*Sẹ iyewu*” e “*A(wa) mọ (o)na a(wa) kò mọ (i)nu ẹ*”⁸⁴. No Brasil, suas cantigas nos trazem também esse grande medo e respeito: “*E Nàná ní ẹwà, lẹwà lẹwá ẹ*”⁸⁵.

Finalmente, os sinais do conflito entre o espaço e importância de homens e mulheres iorubás na comunidade ficaram inscritos nas mitologias que demonstramos acima. Embora este não constitua nosso problema principal queremos tecer alguns comentários.

Não é difícil perceber que parece ter havido um tempo na mitologia dos orixás em que a mulher ocupou maior destaque na vida da comunidade. Mas, segundo demonstra essa mitologia, a ascensão de um novo poder (ou grupo dominante) encerrou esse período.

Nossa hipótese é de que os sacerdotes de Ifá⁸⁶, aqueles que eram consultados a todo o momento para conhecer o destino e o desejo dos deuses, seriam os responsáveis por essa mudança⁸⁷. De posse dos *Odu*s, e fornecendo-os aos poucos para os consulentes nas consultas

⁸³ Cf. Verger, 2000, p. 272.

⁸⁴ Idem, p. 290. “Ela arrasta pela casa e mata fora”, “Ela faz o que bem entende” e “Sabemos o que ela faz, não sabemos o porquê” (idem).

⁸⁵ OLIVEIRA, 2009, p. 146. “Naná, a Senhora da terra, a senhora da terra que mata” (idem).

⁸⁶ “Evidências da cultura material constata a prática do sistema de divinação de Fá (Ifá em iorubá), na corte de Aladá, antes de 1650. [...] Porém, se em meados do século XVII, em Aladá, o uso do Fá parece ter sido um privilégio da corte, algumas décadas depois, em Uidá, o seu uso parece ter sido democratizado.” (PARÉS, 2016, p. 114-5). “No que se refere ao reino do Daomé, pode-se admitir que Fá foi oficialmente introduzido em Abomé no reinado de Agadjá, nos primeiros anos do século XVIII, por uma caravana de comerciantes nagôs.” (MAUPOIL, 2017, p. 17).

⁸⁷ Parés, a partir do artigo de François Delbée, nos relata que existia uma rede de “conventos femininos” “espalhados por diversos vilarejos, sobre a supervisão de um grande marabu, onde eram recrutadas mulheres de várias famílias [...]. O ensino de danças e cantos litúrgicos através de cansativos ensaios, durante meses, é clara

divinatórias, os sacerdotes de *Fá*, como também são chamados, foram moldando a mentalidade dos africanos delineando gradativamente o lugar das mulheres nessa sociedade⁸⁸. É o caminho que também parece apontar Parés (2016), que chama o sacerdote de *Fá* de especialista religioso uma vez ele era ao mesmo tempo “adivinho, sacrificador, aquele que prescreve amuletos, médico e farmacêutico”⁸⁹. “Em termos de gênero, essa dicotomia talvez tenha implicado uma mudança ou competição entre o sistema de possessão em geral assumido por pitonisas mulheres (mas nem sempre) e os especialistas religiosos, homens, detentores do saber divinatório de *Fá*.” (Idem, p. 119).

Em diversos mitos a criação do mundo é atribuída a ela, e o temor a essa divindade é tamanho que juram em nome dela, lhe fazem sacrifícios para evitar epidemias e em períodos de guerra os reis da região⁹⁰ procuravam obter a sua proteção através de presentes. No Brasil, quando se pergunta ao povo de santo se conhecem algum mito de *Nanã*, o primeiro sinal é de extrema reverência⁹¹.

Além do conflituoso mito que apresentamos anteriormente, *Nanã* é diversas vezes lembrada pela criação do mundo. Ela cede a terra para modelar o homem primordial, já que com outros materiais *Oxalá* não conseguia fazê-lo com eficiência: “foi então que *Nanã Burucu* veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu *ibiri*, seu *cetru* e arma, e de lá retirou uma porção de lama [...] Mas tem um dia que o homem morre e seu corpo tem que retornar à terra, voltar à natureza de *Nanã Burucu*.” (PRANDI, 2009, p. 196-7).

Em outra versão do mito, coletada na África por Herskovits (1938), *Nanã* seria a própria criadora do mundo: “o mundo foi criado por um deus que era ao mesmo tempo macho e fêmea. O criador não era nem *Mawu* nem *Lisa*, mas é denominado *Nana Buluku*. Em seu tempo *Nana Buluku* deu luz a dois gêmeos, que receberam o nome de *Mawu* e *Lisa* e aos

referência ao processo de iniciação das *vodúnsi*, devotas ou ‘esposas’ (asi) do *vodum* [...]. O caráter exclusivamente feminino desses centros, com as velhas sacerdotisas como mestras, se contrapõem a predominância dos homens na liderança religiosa na esfera pública, ou seja, a visibilidade masculina no exercício do poder religioso tinha a contrapartida da invisibilidade feminina no interior do convento.” (PARÉS, 2016, p. 98).

⁸⁸ “O adivinho, tendo em vista as perigosas honrarias de uma corte, sabia ler e até subordinar sua força religiosa aos interesses temporais da monarquia e do povo. Era um papel sempre delicado de confidente e conselheiro – ora protegido, ora desservido por suas funções sagradas e pelo passado -, um conselheiro é ouvido, mas sempre controlado.” (MAUPOIL, 2017, p. 19).

⁸⁹ PARÉS, 2016, p. 117. “O termo *Fá* é empregado pelos fons. Os habitantes de *Ifé*, os *iorubas*, dizem *Ifá* e os *minas* do *Togo*, *Afan*” (Idem, p. 26).

⁹⁰ “[...] os reis do *Dagoma*, do *Ashanti*, de *Gonya*, de *Tschautcho* [...]” (VERGER, 1981, p. 237).

⁹¹ Em minhas pesquisas de campo em *Ourinhos* (S.P.) fui instruído pelo *babalorixá* (*Sidney de Logun-ede*) que não se devia pronunciar o nome todo, dizendo-se apenas a partícula “*Nã*”, tocando a terra em sinal de reverência. “Por ser considerado a própria doença, seu nome [dos deuses da terra] não é pronunciado em vão. Antigamente, à simples citação de seu nome, as pessoas tocavam os dedos no chão e os levava à cabeça, no mais profundo respeito” (BENISTE, 2009, p. 117).

quais, mais tarde, foi cedido o domínio sobre o reino.” (HERSKOVITS, 1938, p. 101 apud VERGER, 2000, p. 238).

Esta divergência parece ser proveniente das constantes migrações dos povos africanos, e não é exclusiva apenas desses orixás⁹². Nanã, possivelmente, foi incorporada ao panteão dos orixás de mitos já arraigados, tendo, por isso, mais tarde, um papel coadjuvante no mito da criação⁹³. Discussões sobre o papel das deusas orixás e das mulheres africanas do século XIX foram o tema da nossa dissertação de mestrado⁹⁴.

A CELEBRAÇÃO

Olubajé significa literalmente, comer na companhia do chefe da sociedade⁹⁵ é uma cerimônia de múltiplos significados: serve para não deixar os feitos de Omulu e de sua família caírem no esquecimento, para afastar doenças e má sorte do grupo, manifestar o apreço e fazer pedidos para a divindade, dentre outros. Essa manutenção é necessária, pois como lembra Prandi:

essa memória, contudo, ao se transferir da cultura africana para o candomblé, no Brasil passou evidentemente por um processo de cristalização, pois o candomblé, como religião, perdeu sua base étnica efetiva. Assim, a memória africana não é mais a memória de uma coletividade de seguidores brasileiros dos orixás, pois esta é formada de gente de todas as origens, que nunca teve necessariamente antepassados africanos. A memória é, portanto, cada vez mais memória mítica elaborada como fundamento religioso, como verdade religiosa, que inclusive, se aprende nos livros [...] (PRANDI, 2005, p. 33-4).

A ausência de facas para matar os animais que serão oferecidos aos deuses⁹⁶ desse grupo familiar e depois servirão de alimento para a assistência nos lembra um dos conflitos centrais de Omulu com Ogun, o senhor da metalurgia. Esse conflito entrou para a mitologia

⁹² Na cidade de Oyo a criação do mundo é feita por Oraniyan e em Ifé por Odudua. Isso se deve, segundo Verger (2000), a rivalidade existente entre as duas cidades.” Mavu recebe também o nome de Na (‘princípio feminino’) ou Nanabluku (ioruba). Mavu é o nome pelo qual os missionários cristãos designaram o seu deus. Por que teriam eles escolhido Mavu, que no par criador é mulher? Os negros ignoram, mas algumas vezes se espantam ao constatar que o homem ocidental distinguiu, no seu panteão, Mavu, princípio feminino, para materializá-lo nos catecismos sob a aparência de um velho barbudo” (MAUPOIL, 2017, p. 90).

⁹³ “Entre os ewe e os fon da República do Benin (Daomé) Deus é conhecido como Nanã Buluku. Adotada pelos egba sob o nome Buruku, veio a ser cultuada entre os iorubas como divindade e não como Ser Supremo” (IYAKEMI, 1996, p. 79).

⁹⁴ Cf. Azorli, 2016.

⁹⁵ Olú (alto chefe de uma sociedade) + bá (com, em companhia de) + jẹ (comer, consumir alimento) (Beniste, 2011).

⁹⁶ “É essa a simples razão do sacrifício: alimentar a família toda, inclusive os mais ilustres e mais distantes ancestrais, alimentar os pais e mães que estão na origem de tudo, os deuses, numa reafirmação permanente de que nada se acaba e que nos laços comunitários estão amarrados, sem solução de continuidade, o presente da vida cotidiana e o passado relatado nos mitos, do qual o presente é reiteração” (PRANDI, 2005, p. 73).

como uma guerra de egos. Mas, para o olhar mais detido do historiador, é evidência das disputas territoriais, por supremacia dos sacerdotes e dissonância da incorporação de deuses ao panteão ioruba.

Durante os sacrifícios animais se entoa:

O fara l'opa ma'be rùn're
L'opa ma'be rùn're
L'opa ma'be rùn're
L'opa ma'be rùn're
O fara olóri pa ké'rùn awo
Pani ké ju wa
Olóri pa ké'rùn awo
Pani ké ju wa⁹⁷ (BENISTE, 2009, p. 150)

Logo depois, o xirê é iniciado. As primeiras cantigas para Omulu procuram pedir licença e bênçãos:

Mo dá ago l'ona(n)
Ke wá sáworo
Àgo lé'lé
Àgo l'ona(n)
Ke wá sáworo
Ago lé'lé⁹⁸ (Idem, p. 151).

Onílè wá lésè Òrìsà
Opé ire
Onílè wá lésè Òrìsà
Opé ire⁹⁹ (Idem, p 151).

A cerimonia deveria ser feita ao ar livre, na terra, para lembrar a origem e a posse do deus:

a comida é servida em porções individuais embrulhadas em folha de mamona [...] todos comem num repasto comunitário ao som de cantigas [...] Depois de todos servidos, tudo é recolhido com os restos das comidas dentro da folha de mamona, para ser despachado, pois possui o ranço das doenças e coisas ruins. (Idem, p. 151).

Quando o alimento é distribuído entoa-se:

A' é a je mbó
Olúbájẹ
A je mbó¹⁰⁰ (Idem, p. 151)

⁹⁷ “Ele rala o pescoço dele / para não usar a faca / essa forma de cortar / ele guarda segredo” (BENISTE, 2009, p. 150).

⁹⁸ “Com licença no caminho / Estou vindo com o meu sáworo / Licença na casa / Licença no caminho / Estou vindo com o meu sáworo / Licença na casa” (Idem, p. 151).

⁹⁹ “O Senhor da Terra veio à nossa casa / Agradecemos essa bênção / O Senhor da Terra veio à nossa casa / Agradecemos essa bênção” (Idem, p. 151).

Enquanto Omulu está incorporado em seus adeptos, nas danças rituais do xirê, aponta para baixo, para o solo, para reafirmar sua propriedade. É possível notar também que, além de extremamente séria, quase em tom fúnebre, sua dança é lenta, como que para indicar sua grande idade e respeito. Também se canta para sua mãe e irmãos. Os cânticos versam sobre os feitos mitológicos de Nanã, Oxumarê, Euá e do próprio Omulu.

Ele surge durante as cerimônias vestido de palha, com a cabeça coberta para dissimular seu rosto desfigurado pela lepra. Leva na mão um *şaşara*, espécie de bastão feito com nervuras de palmeira, decorado com búzios. Dança encurvado, como que acometido pela dor; imita o sofrimento, as convulsões, a coceira, os tremores provocados pela febre. (VERGER, 2000, p. 252).

Depois de todos satisfeitos, tudo o que sobrou da comida é recolhido dentro das folhas de mamona, para ser despachado, pois ali ficaram aprisionadas as “coisas ruins”, doenças e etc. (Beniste, 2009).

CONCLUSÃO

Embora o Olubajé pareça ser apenas um momento de comunhão, onde fiéis e convidados compartilham do repasto dos deuses do panteão ioruba, simboliza muito mais que isso. É o momento privilegiado para observação das diversas metamorfoses da dinâmica religião do candomblé e também de recordar das orixás femininas Nanã e Euá, tão esquecidas no candomblé dos dias de hoje. Os orixás são ao mesmo tempo parceiros e rivais, compartilhando dores, glórias e sofrimentos e isso os aproxima mais e mais dos seus fiéis humanos. Essa aproximação se faz necessária para que a religião, recebendo mais adeptos, continue a existir, como forma de resistência, no passado negro africano e na atualidade onde a fé cristã ainda insiste em atacar as religiões de origem africana.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Rita de Cássia. A festa de candomblé como elemento estruturante da religião. In: Moura, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Leopardo dos olhos de fogo**. Cotia: Ateliê Editorial, 1998. pp. 85-118.

ANDAH, Basse W. A zona guineana: os povos entre o Monte Camarões e a Costa do Marfim. In: **História Geral da África, III. A África do Século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 569-617.

¹⁰⁰ “Vamos todos comer e reverenciar / O Senhor come conosco / Nós comemos e o reverenciamos” (Idem, p. 151).

AUGRAS, Monique. **O duplo e a metamorfose**: a identidade mítica em comunidades nagô. Petrópolis, Vozes, 1983.

AZORLI, Diego Fernando Rodrigues. Ecos da África Ocidental: o que a mitologia dos orixás nos diz sobre as mulheres africanas do século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Assis, 2016.

BENISTE, José. **As águas de Oxalá: àwon omi Ósàlá**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Dicionário yorubá-português**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinhos. São Paulo: Graal, 2011.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspetiva, 2014.

IYAKEMI, Ronilda Ribeiro. **Alma Africana no Brasil. Os iorubas**. São Paulo: Editora Oduduwa, 1996.

KI-ZERBO, J.; HAMA, Boubou. Lugar da história na sociedade africana. In: **História Geral da África, I**. Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 23-35.

LÉPINE, Claude. **Os dois reis do Danxome**: varíola e monarquia na África Ocidental, 1650 – 1800. Tese de livre-docência. Marília, 1996.

MARTINS, Cléo. **Nanã**: a senhora dos primórdios. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

MAUPOIL, Bernard. **A Adivinhação na Antiga Costa dos Escravos**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

OGBEBARA, Awofa. **Igbadu, a cabaça da existência**: mitos nagôs revelados. 2ª. ed. 3ª. rei. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

OLIVEIRA, Altair B. **Cantando para os orixás**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte**: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 11ª. reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Segredos Guardados: Orixás de alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão de 1500 a 1700. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

VERGER, Pierre. **Lendas Africanas dos Orixás**. Tradução de Maria Aparecida da Nóbrega. Salvador: Corrupio, 1997.

_____. **Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Orixás: Deuses iorubás na África e no Novo Mundo.** Tradução de Maria Aparecida da Nóbrega. São Paulo: Corrupio, 1981.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A TRAJETÓRIA TURÍSTICA DO MUSEU EVA HILDÉN EM PENEDO - RJ: O PATRIMÔNIO QUE DESEJA VOLTAR A SER ATRATIVO

THE TOURIST TRAJECTORY OF THE EVA HILDÉN MUSEUM IN PENEDO - RJ: THE HERITAGE THAT WISHES TO RETURN TO BE ATTRACTIVE

Diego Uliano Rocha
FGV/CPDOC¹⁰¹
diego.uliano@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre o fenômeno do turismo por meio do estudo de caso da trajetória do museu Eva Hildén no cenário turístico de Penedo - RJ. O referido lugar ganhou notoriedade como destinação turística por ser considerada a única colônia finlandesa do Brasil. A expressividade do tema está na relevância deste museu, tanto para a atividade turística no município, quanto pela sua função institucional de preservação da memória e identidade da imigração finlandesa na localidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória feita a partir de bibliografias científicas, livros memórias escritos por imigrantes finlandeses e seus descendentes junto a pesquisa de campo. A partir da reflexão sobre patrimônio, paralelo ao desdobramento do turismo no lugar, ao longo da história, analisa-se o desenvolvimento e atual situação do Bem Cultural.

Palavras-chave: museu Eva Hildén; Penedo – RJ; patrimônio; atrativo turístico

ABSTRACT

The present article seeks to reflect on the phenomenon of tourism through the case study of the trajectory of the Eva Hildén museum in the tourist scene of Penedo - RJ. The mentioned place gained notoriety like tourist destination by being considered the unique Finnish colony of Brazil. The expressivity of the theme lies in the relevance of this museum, both for the tourist activity in the municipality, and for its institutional function of preserving the memory and identity of the Finnish immigration in the locality. It is an exploratory research made from scientific bibliographies, books memoirs written by Finnish immigrants and their descendants together with field research. From the reflection on patrimony, parallel to the unfolding of tourism in place, throughout history, the development and current situation of the Cultural Good is analyzed.

Keywords: Eva Hildén museum; Penedo - RJ; patrimony; tourist attraction

¹⁰¹ Mestre em Projetos Sociais e Bens Culturais pela FGV – RJ.

INÍCIO DE CONVERSA: PATRIMÔNIO, MUSEU E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

O que se entende por patrimônio? Qual sua ligação com os museus e a atividade turística? Este vocábulo, segundo Reginaldo Gonçalves (2009) é um dos mais empregados no cotidiano para se referir a uma série de elementos que possuem naturezas distintas. Podemos utilizar a palavra no seu sentido econômico, financeiro, artístico, histórico, cultural, ecológico, genético dentre outros. Pode estar associado aos bens de um indivíduo ou coletividade. Ser tangível ou intangível (material ou imaterial).

De acordo com o mesmo autor esta é uma categoria de pensamento universal presente na vida social e mental de qualquer sociedade humana, não se restringindo a sociedades ocidentais. Porém, nem todos os grupos humanos tem no propósito patrimonial a acumulação de bens, como no ocidente. Algumas sociedades, por exemplo, terão por finalidade a sua distribuição. É o caso do ritual Kula, nas ilhas Trobiand – Nova Guiné e do Potlatch, no noroeste americano, nos Estados Unidos e Canadá.

Na sociedade ocidental o conceito teve seu sentido advindo inicialmente da sociedade romana, onde seu significado está relacionado a bens e posses derivados da herança familiar. Na Idade Média, passou a ser associado a algo que se respeita, de valor sagrado (DIAS, 2006). No período histórico conhecido como Renascimento “pela primeira vez, uma cultura distante mais de um milênio no tempo é considerada ancestral da presente” (FONSECA, 2005, P.55). A autora aponta que é neste momento histórico que surge o caráter artístico histórico do termo. A partir de então, procurou-se preservar e recuperar os bens culturais do passado com destaque para as civilizações gregas, romanas e egípcias.

Na época moderna, durante o processo de formação dos Estados Nacionais, o patrimônio passa a ter agregado a si um valor político. Houve uma apropriação pelo Estado de parte das obras e bens culturais da igreja católica, da nobreza e monarquia. Este acervo tornou-se parte dos símbolos dos novos Estado Nação que precisavam ser fortalecidos diante do Antigo Regime (CHOAY, 2006).

Foi também uma estratégia de eliminação das diversidades identitárias existentes a fim de fortalecer por meio da cultura a invenção da nação (HOBBSAWM, 1984). Desta forma, o patrimônio transformou-se em um símbolo de unidade nacional, com o papel educativo na criação de uma identidade única e responsável pela difusão dos valores burgueses ascendentes (FONSCECA,2005)

A partir do início do século XIX, a concepção de patrimônio passou a ser ditada pelo fenômeno da revolução industrial, assim como as manifestações artístico-culturais. É neste período que nasce a atividade turística (BARRETTO, 2011). As viagens ainda eram restritas a um público com poder aquisitivo econômico alto. O interesse destes deslocamentos temporários eram predominantemente relacionados ao conhecimento dos vestígios das civilizações que contribuíram para a formação do mundo ocidental e de monumentos de representação política dos recém-formados Estado Nação (REJOWSKI et al., 2002)

No início do XX o turismo de massas¹⁰² se desenvolvia na Europa por motivação de distinção social, mas com turistas sem muito conhecimento sobre museologia e seu respectivo acervo. Milhares de pessoas passaram a frequentar estes espaços, porém muitas vezes sem entender o sentido do que era exposto.

Os museus surgiram neste período como espaços destinados a guardar objetos antigos, na qual se concebiam como “patrimônios”. O termo é entendido no início do século XX como algo encerrado em si mesmo pela importância que teve no passado, sem a possibilidade de ressignificação no presente e futuro (CHOAY, 2006).

O patrimônio era considerado algo único e insubstituível, onde os possíveis danos sofríveis poderiam ser irreparáveis, com possibilidade de perda inestimável. Esta visão fortaleceu a imagem colecionista dos museus, tornando-os como depositários de um passado anterior a produção em massa industrial (CHOAY, 2006).

Ao mesmo tempo, a raridade evocada nos discursos dos museus sobre seus acervos motivou o deslocamento de visitantes para apreciá-los. Isto contribuiu para o desenvolvimento do turismo como um todo. As pessoas com um background¹⁰³ educacional, conforme aponta Pierre Bourdieu (2003) tinham interesse de ver o passado idealizado e apreciar, como forma de distinção social, os objetos expostos.

A ideia de patrimônio após o período da Segunda Guerra Mundial é revista. Ele passa a ser entendido por suas dimensões sociais, incorporando representações de outros povos. Ele transforma-se em um instrumento simbólico de identidades construídas

¹⁰² Termo inicialmente utilizado para classificar o grande número de viajantes europeus, de classe média que viajavam para destinos considerados nobres com intuito de criação de um status social (URRY, 2001). Cabe ressaltar que estes fluxos foram interrompidos na Europa nos anos decorrentes da Primeira e Segunda Guerra mundial

¹⁰³ O termo é usado na obra de Pierre Bourdieu para designar os indivíduos que possuíram desta a sua infância acesso aos principais produtos da cultura erudita humana, resultado de uma educação de qualidade e condições socioeconômicas favoráveis.

coletivamente no interior da vida social a partir de conflitos, consensos, contradições disputas e hierarquias.

O turismo após uma breve interrupção por conta dos conflitos da Segunda Guerra Mundial torna-se, conforme coloca Reinaldo Dias (2005), um fenômeno gerador de múltiplos deslocamentos sem precedentes na história da humanidade. As motivações para viajar se diversificaram. Mas as viagens realizadas para deleite do patrimônio e dos museus continuaram a crescer, tornando-se um nicho específico de turismo: o turismo cultural. Paralelo a este processo os espaços dos museus, assim como seu patrimônio tornam-se campo de batalha dos diversos grupos sociais em sua auto apresentação. Eles reivindicam a exposição de suas narrativas, identidades e memórias (CHAGAS, 2002).

Apesar de patrimônio, museus e turismo serem áreas distintas e independentes, recorrentemente na contemporaneidade percebe-se um entrelaçamento, principalmente nos lugares classificados como turísticos. Acredita-se que são campos tensionados. Há uma relação de apropriação, cooperação e disputa política sob diversos aspectos entre eles. E nem sempre os resultados desta combinação são positivos a todo o momento para as partes envolvidas.

A presente pesquisa parte desta hipótese, na intenção de analisar com maior profundidade, por meio de um estudo de caso, as relações entre patrimônio, museu e turismo no destino turístico Penedo-RJ. O estudo será feito em uma perspectiva histórica narrativa da imigração finlandesa local a fim de evidenciar as mudanças e as relações dos atores sociais envolvidos entre a trama patrimônio, museu e atividade turística.

O CONTEXTO: A CONSTRUÇÃO DE PENEDO - RJ COMO DESTINO TURÍSTICO POR MEIO DA IMIGRAÇÃO FINLANDESA

Penedo localiza-se no sul fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no município de Itatiaia. A ocupação desta região remete aos índios Puris, tribo indígena caçadora e coletora. Eram considerados nômades na região do Vale do Paraíba (DIAS et al., 2015). A pequena tribo foi extinta após a chegada dos bandeirantes. Estes resolveram permanecer motivados pelo acesso a rotas na região que poderiam levar às minas de ouro e pela qualidade da terra, margeada pelo rio Paraíba do Sul (DIAS et al., 2015)

No século XIX, por conta do clima e qualidade da terra, além da proximidade dos principais eixos econômicos do país, a região do Vale do Paraíba tornou-se uma grande

produtora cafeeira com uma tímida criação de gado. O uso insustentável do solo para a produção cafeeira levou ao esgotamento e abandono por parte de seus cultivadores, que migraram para o oeste paulista. Elas perderam valor de mercado e passaram a ser vendidas a preços baixos. O barateamento estimulou o aumento do cultivo de gado, tornando a região uma das maiores produtoras de leite e manteiga do início do século XX (DIAS et al., 2015).

Neste contexto, em 1929, numa antiga fazenda de café, um grupo de jovens imigrantes finlandeses, diante dos conflitos civis existentes em seu país, vê no Brasil a possibilidade de um novo começo (FAGERLANDE, 2007). Liderados por Toivo Uuskallio¹⁰⁴, decidem fundar uma comunidade, baseada na igualdade entre os membros, em busca de um estilo de vida harmônico com a natureza (HILDÉN, 1989).

A colônia teve seu início em uma fazenda financiada a partir de contribuições dos voluntários que decidiram participar do projeto de imigração. Com isso, surge o primeiro núcleo urbano de Penedo, sob a direção dos planos urbanísticos¹⁰⁵ e sociais¹⁰⁶ de Uuskallio (FAGERLANDE, 2007).

O projeto termina em 1942 devido a problemas financeiros. O que ocasionou a venda do imóvel pela impossibilidade de pagamento da hipoteca. Entretanto, antes do término do projeto, Uuskallio trouxe diversas famílias da alta sociedade carioca para se hospedarem, no casarão onde habitavam os moradores da colônia, com finalidade recreativa (PRAÇA, 2016).

Este foi um caminho, alternativo à agricultura, de angariar fundos. Pode-se dizer que esta iniciativa foi o primeiro passo para divulgação de Penedo como destino turístico e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de ganho econômico para os imigrantes, diante da escassez de empregos e meios para sobrevivência (PRAÇA, 2016)

Na década seguinte, a região começa a receber um fluxo turístico de maior intensidade motivado, principalmente, pelo conhecimento dos modos de vida e cultura dos imigrantes finlandeses. Os principais fatores que ocasionaram este aumento estão relacionados à disponibilidade e hospitalidade dos colonos de receber turistas em suas casas, além de um aumento progressivo na busca dos cariocas pelas férias de veraneio no sul fluminense (CRUZ, 2014).

¹⁰⁴ Técnico agrícola que lidera e planeja o projeto de fundação de uma colônia finlandesa no Brasil.

¹⁰⁵ Uuskallio fez um planejamento para divisão urbanística da Fazenda. Dividiu-a em lotes, ruas e áreas de convívio comum (FAGERLANDE, 2007)

¹⁰⁶ Uuskallio pretendia fundar uma sociedade com restrições alimentares, de cunho religioso protestante, baseada em uma filosofia de vida criada por ele mesmo. Acreditava que havia recebido um chamado divino para fundar a colônia no Brasil. Impôs regras severas de comportamento e organização do trabalho na colônia (FAGERLANDE, 2007).

Desde então, a localidade tem o turismo como a principal atividade de desenvolvimento econômico e social, sendo responsável pela maior parte dos empregos diretos e indiretos como também a principal fonte de arrecadação de impostos do município (JESUS, 2005; MARCÃO 2009; CRUZ, 2014). O lugar possui atualmente uma população residente estimada em 5 mil habitantes. Este número chega a triplicar nos finais de semana por conta da população flutuante resultante da atividade turística da localidade (ZOBEL, 2016, s/p)¹⁰⁷.

A VINDA DA FAMÍLIA HILDÉN

A trajetória do objeto de estudo está intimamente ligada tanto a imigração finlandesa local quanto a história da família Hildén, especificamente a figura de Eva, a responsável por fundar o referido museu sobre o grupo. Ela veio ao Brasil pela primeira vez, aos seis anos de idade, junto a sua família, na primeira leva de imigrantes finlandeses selecionados por David Pennanen¹⁰⁸, a pedido de Toivo Uuskallio.

A família de Eva era vizinha de Uuskallio na Finlândia. O pai de Eva -Toivo Suni - era amigo de longa data do idealizador da colônia finlandesa em Penedo; ambos agricultores na Finlândia. Suni, junto a Uuskallio fez a primeira viagem ao Brasil na busca pelo lugar ideal para a fundação do empreendimento colonial.

Os pais de Eva possuíam uma divergência quanto a participação no projeto de imigrar para o Brasil. Laura Suni, mãe de Eva e professora, não tinha interesse em sair da Finlândia. Após imigrarem, não conseguiu se adaptar ao afastamento dos entes queridos e as dificuldades da vida nova em terras brasileiras.

A localização da fazenda era geograficamente isolada de outros povoados, contando apenas com uma estação de trem nas proximidades. A linha férrea era a única ligação entre Penedo e a cidade do Rio de Janeiro. Não havia comércio, nem hospitais próximos a fazenda. Existia muito trabalho braçal a ser feito diante das condições da terra e da ausência de infraestrutura regional.

Esses fatores levaram a uma briga constante entre o casal e muitas idas e vindas do Brasil para Finlândia e vice-versa. A filha de Eva - Helena Hildén - em depoimento à cientista

¹⁰⁷ Trecho retirado de vídeo-reportagem feito pela BBC como parte da série *Hidden Rio – Rio Escondido*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-36948159>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2018.

¹⁰⁸ David Pennanen era um pastor luterano amigo de Toivo Uuskallio. Ele o ajudou na divulgação das ideias da imigração para o Brasil, na seleção de pessoas para imigrar e na arrecadação de fundos para ajudar manter o projeto.

social Lila de Carvalho (2014) conta que ao todo, foram sete idas e vindas até a decisão em definitivo de se estabelecer em Penedo. É um número expressivo diante das dificuldades de locomoção tanto de Penedo para a cidade do Rio de Janeiro como do Brasil para Finlândia. Segundo as memórias de Eva Hildén as viagens duravam em média de duas a três semanas, podendo em casos extremos durar até um mês (HILDÉN,1989).

Numa dentre as sete idas e vindas, Toivo Suni, decide em 1934, ficar definitivamente em Penedo junto a Uuskallio, na construção da colônia. Laura e seus filhos, Eva e Paavo (irmão de Eva) retornaram a Finlândia. Com a iminência da Segunda Guerra Mundial, Laura e Eva decidem voltar para o Brasil em 1941, sem Paavo, que iria posteriormente, assim que terminasse o colegial. A Segunda Guerra Mundial e a morte de Paavo na Finlândia fez com que a família Hildén decidisse por definitivo fixar-se em Penedo.

A TRAJETÓRIA TURÍSTICA DO MUSEU

O museu Eva Hildén é um espaço que surge diante do interesse individual de manifestação e salvaguarda de uma memória e identidade coletiva, estimulada a partir da visita turística. O que é um caso peculiar, pois conforme aponta Barretto (2011) o que é mais comum é a apropriação, por parte da atividade turística, do patrimônio.

Na década de 50, o projeto de Toivo Uuskallio havia fracassado. A fazenda Penedo foi loteada mas os imigrantes permaneceram. Uma parte considerável deles passaram a viver economicamente da recepção de visitantes em suas residências. Paralelo a isso, surgiram outras atividades ligadas a esta visitação como a venda de trabalhos manuais, fabricação de doces e tapeçaria. Uma alternativa de sobrevivência frente a carência de empregos e modos de subsistência na região.

A família Hildén conseguiu no desmembramento da antiga fazenda da colônia finlandesa seu próprio terreno e nele, construir sua casa. Assim como os outros descendentes, viram no artesanato para visitantes uma possibilidade. Em seu pequeno comércio, junto a sua casa, eles percebem o grande interesse e curiosidade dos visitantes pela imigração finlandesa que lá houvera. Lila Carvalho (2014) afirma que Eva Hildén tinha o maior prazer de contar sobre sua história e a do grupo imigrante.

Com o passar do tempo Eva Hildén passou a aumentar seu acervo de peças; sejam elas de origem familiar ou de outros membros que participaram do processo migratório. Foram levados para sua pequena loja álbuns de família, alguns artefatos pessoais de origem finlandesa e do que restou em sua posse do projeto de Uuskallio. Segundo a própria Eva em

seu livro de memórias, além de sentir enorme prazer no contar destas histórias isso se tornou um diferencial para os seus produtos comercializados, atraindo a cada vez mais visitantes para seu ponto comercial.

Em 1982, Dona Hildén funda, de maneira simplória, sem apoio governamental, um museu, no lugar da loja, sobre a história de sua própria família. O acervo deste espaço contou inicialmente com seus objetos pessoais e com alguns itens trazidos das diversas viagens que fez de volta a sua terra natal: a Finlândia.

Com o passar dos anos, o espaço tornou-se um dos principais atrativos turísticos da região por apresentar a história e cultura dos imigrantes finlandeses. O acervo do museu ganhava tamanho frente a doações da comunidade local de descendência finlandesa e de turistas de mesma origem, ou que, de alguma forma, possuíam (ou no qual acreditavam possuir) algum tipo de vínculo com esta cultura (SOUSA, 2018). Este processo transformou o lugar, que antes era responsável por guardar uma história individual, em um espaço salvaguardador da memória coletiva e dos respectivos objetos que contam esta narrativa.

Sem sombra de dúvida, a peça mais valiosa deste acervo era a própria Eva Hildén. Ela era uma anfitriã impecável, sempre muito atenciosa com todos os visitantes (PRAÇA, 2016). Hildén dava testemunhos sobre todo o passado de aventuras e dramas daquele distante povo desconhecido por nós brasileiros, cercado de mitos em nosso imaginário (CARVALHO, 2014).

Em 1993 após seu falecimento, os herdeiros do museu decidiram doar para o Clube Finlandês todo o acervo. O referido clube destinou um prédio anexo a sua sede para abrigo e exposição. Atualmente o museu conta com mais de mil objetos. Dentre eles, encontramos pertences pessoais da Dona Eva Hildén; peças doadas por famílias de imigrantes finlandeses; algumas vestimentas da Finlândia do início do século XX que ainda são usadas no baile finlandês¹⁰⁹; os artesanatos produzidos e obras de arte de colonos e seus descendentes.

Em parceria com o Clube Finlandês, o museu promove exposições de arte dos colonos descendentes e de temática finlandesa. É também a instituição guardiã dos documentos relativos a imigração desta etnia na região. Além disso, na parte superior do museu, existe uma biblioteca especializada na cultura finlandesa com obras raras. A biblioteca conta atualmente com um acervo de aproximadamente 8 mil livros. A atual responsável pela curadoria do museu é a filha de Eva: Helena Sousa.

¹⁰⁹ O baile acontece no primeiro e último sábado do mês em Penedo – RJ, no Clube Finlandês, desde a década de 1950. Trata-se de uma festa com danças e comidas típicas da Finlândia do início do século XX.

QUESTÕES DO PRESENTE: DISPUTAS EM TORNO DA REPRESENTATIVIDADE FINLANDESA NA ARENA TURÍSTICA

Na atualidade há em Penedo uma diversidade de lugares que usam como apelo para frequência e consumo de seus pontos ideia de pertencimento a cultura finlandesa. Poucos são os estabelecimentos que efetivamente têm alguma ligação com os imigrantes finlandeses que se estabeleceram em Penedo, ou que de fato trabalham alguns de suas práticas culturais. Dentre eles está o Museu Eva Hildén.

Segundo Helena Sousa (2018), diante da falta de apoio público e privado, o museu, que junto ao clube é o principal salvaguardor não apenas do patrimônio, mas da memória e identidade finlandesa, encontra-se em risco de ter as portas fechadas. Para ela a cidade que utiliza em sua divulgação a memória da imigração finlandesa para a atração de turistas. No entanto, não contribui para a manutenção e continuação desta identidade. A preservação identitária é entendida principalmente como a conservação do Museu.

Para ela, esta questão é um reflexo do perfil de visitantes. A cada dia mais o interesse dos turistas se modifica. Os visitantes têm se preocupado mais em fazer compras e consumir do que efetivamente conhecer a cultura finlandesa e/ou a história da imigração na localidade:

[...]Depois que começaram a construir os *shoppings* lá em baixo piorou a frequência no Museu. O tipo de público que frequenta Penedo mudou. Começaram a vir pessoas que não se interessam por cultura, que só querem passear nas lojinhas (HILDÉN,2014 APUD CRUZ,2014)

Helena Sousa ressalta que a construção dos shoppings fez com que o museu tivesse uma queda brusca de visitação, aproximadamente cinquenta por cento (CRUZ, 2014). No entanto, a filha de Eva e atual gestora do museu afirma que a localização também contribui para a baixa procura do espaço. Existe um projeto para a construção de um novo museu mais próximo da entrada da cidade, em um terreno do Clube Finlandês. A proximidade maior com o centro comercial possibilitaria o aumento de turistas, segundo Helena (CRUZ, 2014). Porém, trata-se apenas de planos, pois no momento, não existem recursos.

Vale lembrar que antes da construção do Shopping do Papai Noel, a centralidade de visitação de Penedo estava na área no qual se encontra o museu atualmente. Os shoppings, conforme aponta Sérgio Fagerlande (2015) mudaram a espacialidade turística do local, assim como a visão de centralidade turística dos espaços. Com estes empreendimentos o que era

central passou a ser periferia. O novo centro passou a ser concentrado em torno dos shoppings, agora distante do museu. Estas áreas onde estão localizados estes empreendimentos, até o início da década de 1990, eram de visitação remota (FAGERLANDE, 2015)

Sobre a questão da mudança do perfil de turistas Renata Marcão (2009) confirma a tese de Helena Sousa e explica a questão. Tal acontecimento deve-se principalmente ao crescente número de fabricas em Itatiaia e no município vizinho de Resende (MARCÃO, 2009). As indústrias trouxeram um grande contingente de mão de obra qualificada externa a região. Estas pessoas são classificadas na ótica da OMT¹¹⁰ no segmento do turismo de negócios.

Armele Cruz (2014) complementa a questão explicando que este tipo de visitante está preocupado em instalar-se em um local com infraestrutura urbana de serviços e lazer, bem característico das regiões turísticas. Isso tem movimentado a região, o que não se faz perceber a queda de turistas nos pontos comerciais.

O museu assim como os demais lugares que trabalham as questões culturais promovidos pela imigração finlandesa sentem-se relegados em segundo plano pelos turistas, que preferem visitar e consumir nos shoppings. Este é o caso do Museu Eva Hildén expresso na voz de sua curadora.

Por outro lado, os comerciantes de forma geral alegam em entrevistas obtidas em pesquisa de campo¹¹¹ que a comunidade ligada a imigração finlandesa mostra-se desinteressada em promover ações relacionadas a suas tradições. Isso fez com que os turistas procurassem os shoppings. Argumentam que ações culturais deste tipo poderiam ajudar na atração de visitantes para a localidade.

Afirmam não haver nenhum tipo de exclusão. Pelo contrário. O uso da marca “Finlândia” nos comércios é vista por eles como uma contribuição para a preservação da identidade finlandesa local. Alegam inclusive que o grupo ligado a imigração não é dono da ideia Finlândia. Portanto, não estão aptos a determinar quem deve usar ou não este conceito em seus negócios.

¹¹⁰ Organização Mundial do Turismo

¹¹¹ Os comerciantes entrevistados pediram para omitirem seus nomes no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do Museu Eva Hildén é uma das poucas exceções onde as discussões sobre identidade e patrimônio passam a ocorrer a partir do fenômeno do turismo. Em geral, na literatura corrente sobre o assunto, os bens culturais são apropriados pelo turismo. Neste raro caso, inicialmente ocorre o movimento inverso, o patrimônio se apropria de uma “construção alegórica turística de memória finlandesa” para a preservação e reforço desta identidade, a cada dia mais fragmentada pela globalização e esquecida pela comunidade local.

A utilização dos bens de memória individual de Eva Hildén por ela mesma, para agregar valor aos produtos de sua loja, instigou a participação de outros atores sociais na seleção, apropriação de práticas e objetos que remetem a uma memória dos imigrantes finlandeses que lá estiveram, reforçando assim, ao mesmo tempo, os laços do passado histórico e um sentimento de identidade comum a todos que de alguma forma conseguem estabelecer algum tipo de vínculo, seja familiar, patriótico e de vivência turística ou ordinária.

Porém, a falta de planejamento da atividade turística e a sua desvinculação com os laços culturais desencadeadores da atratividade na atualidade, têm transformado o lugar e patrimônio étnico destes imigrantes em um não lugar, voltado para o consumismo desenfreado, de significado ordinário. O que além de contribuir para a perversão da memória e patrimônio, torna a atividade turística local fetichizada e insustentável a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9 edição, São Paulo: Papirus, 1994
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SEPÚLVEDA, Myrian dos Santos (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc/IPHAN/DEMU, 2007.
- BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 10. ed. Campinas. São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

- CARVALHO, Lila Almendra Praça de. *Os finlandeses de Penedo: Uma viagem utópica em direção aos trópicos*. 2014. 113p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – RJ. Disponível em: < r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/UFRRJ_FINAL_LILA_opt.pdf>. Acesso em: 04 out.2016
- CHAGAS, Mário. *Educação museu e patrimônio: tensão devoração e adjetivação*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Traduzido por Luciano Vieira Machado. 3ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CRUZ, Armele Moura. *A influência da etnicidade finlandesa no desenvolvimento do Turismo de Penedo*. 2014. 96p. Monografia (Bacharel em Turismo). Universidade Federal Fluminense-UFF. Disponível em: < <http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/1060/1/309%2020Armele%20Cruz.pdf>>. Acesso em: 5 de out. 2016.
- DIAS, Mario José; et al. *Resende - Passado e Presente*. 1. ed. Arujá (SP): Espaço Idea, 2015.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- _____. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. *A utopia e a formação urbana de Penedo: A criação, em 1929, e o desenvolvimento de uma colônia utópica finlandesa no Estado do Rio de Janeiro*. 2007. 228p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp066484.pdf> > . Acesso em: 6 de out.2016.
- _____. *A construção das imagens turísticas. Tematização e cenarização em colônias estrangeiras no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015a.
- FONSCECA, Maria Cecília London. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. – 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/Iphan, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- HILDÉN, Eva. *A saga de Penedo: a história da Colônia Finlandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira Ed, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *Introdução: a invenção das tradições*. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Urbanização turística e a produção do lugar em Penedo. In: BARTHOLO, Roberto; Delamaro, Maurício; Badin, Luciana. *Turismo e Sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MAIA. João Carneiro Azevedo. *Do descobrimento do campo alegre até a criação da vila de Resende*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura municipal de Resende, 1986.

MARCÃO. Renata Teodoro Lima dos Santos. *A influência da globalização na formação da identidade cultural de localidades turísticas: um estudo de caso da colônia finlandesa de Penedo*. Monografia (Bacharel em Turismo). Universidade Federal Fluminense-UFF. Disponível em: <
<http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/1060/1/309%2020Renata%20Marcao.pdf>>. Acesso em: 5 de out. 2016.

OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: Fetichismo e dependência*. Campinas, alínea, 2005.

PRAÇA, G. *O sonho do agricultor filósofo. História e estórias de Penedo*. Penedo, Itatiaia: Edição independente. 2016.

REJOWSKI, Mirian et al. Desenvolvimento do Turismo. In: REJOWSKI, Mirian (org.). *Turismo no percurso do tempo*. Aleph 2005.

SEPÚLVEDA. Myrian dos Santos. Museu Imperial: A construção do império pela república. In: CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SOUSA, Helena Hildén de. O museu Eva Hildén, a memória dos finlandeses em Penedo. In: FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego; AALTONEN, Timo. *Penedo 90 anos. Histórias da colônia finlandesa*. Rio de Janeiro: Edicon, 2018.

URRY, John. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

ZOBEL, Gibby. *Penedo: a colônia vegana que virou a “cidade do Papai Noel”*. [Vídeo-reportagem]. Hidden Rio – Rio Escondido. *BBC News Brasil*. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-36948159>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2018.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA A SALVAGUARDA DA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA.

SOCIAL HOUSING PROJECTS AS AN INSTRUMENT FOR THE PRESERVATION OF THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE.

Edgar Mauricio Bárcenas Sánchez

mb.arq2@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Rosio Fernández Baca Salcedo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FAAC Bauru.

rosio.fb.salcedo@unesp.br

RESUMO

A Paisagem Urbana Histórica é um conceito atual que abrange vários propósitos, entre eles a salvaguarda do patrimônio das cidades. Dentro dessa paisagem os projetos de intervenção para habitação social podem ser harmoniosos com seu contexto e preservar o patrimônio, ou conflitantes podendo levar a descaracterizá-lo. O objetivo deste trabalho é avaliar se os projetos de habitação social: o edifício Brasil 44 na cidade de México, o Edifício Abate Molina na cidade de Santiago do Chile e o Casarão do Carmo na cidade de São Paulo são harmoniosos ou conflitantes com a Paisagem Urbana Histórica através do método dialógico. O método tem como fundamentação teórica e filosófica Bakhtin, Ricoeur e Muntañola que nos permitem relacionar o texto com o contexto, neste caso os projetos de intervenção para habitação social com a Paisagem Urbana Histórica. Foram analisadas as categorias dialógicas da configuração: Síntese do Heterogêneo (relação com as formas e materiais existentes), Inteligibilidade (relação com a tipologia dos edifícios), Intertextualidade (relação dos gabaritos de altura e a relação entre o contexto e o projeto) e Historicidade (relação entre o novo e o velho do projeto). Os resultados comprovam que os projetos são dialógicos com a Paisagem Urbana Histórica.

Palavras-chave: Paisagem Urbana Histórica, Habitação Social, Métodos de Intervenção.

ABSTRACT

The Historic Urban Landscape is a current concept that embraces several purposes, including safeguarding the heritage of cities. Within this landscape, intervention projects for social housing can be harmonious with their context and preserve the heritage, or conflicting leading to decharacterize it. The objective of this article is evaluate if the social housing projects: Brasil 44 building in Mexico City, Abate Molina building in Santiago, Chile and Casarão do Carmo building in São Paulo are harmonious or conflicting with the Historic Urban Landscape through the dialogic method. The method has theoretical and philosophical fundamentation by Bakhtin, Ricoeur and Muntañola that allow us to relate the text with the context, in this case the social housing projects with the Historic Urban Landscape. The dialogic categories of configuration were analyzed: Synthesis of the Heterogeneous (relationship with the forms and existing materials), Intelligibility (relationship with the typology of the buildings), Intertextuality (relationship of the building heights and the relationship between the context and the project) and Historicity (relationship between the new and the old of the project). The results prove that the projects are dialogic with the Historic Urban Landscape.

Carmo building in São Paulo are harmonious or conflicting with the Historical Urban Landscape through the dialogical method. The method has as theoretical and philosophical foundation Bakhtin, Ricoeur and Muntañola that allow us to relate the text with the context, in this case the intervention projects for social housing with the Historical Urban Landscape. The dialogical categories of the configuration were analyzed: Heterogeneous Synthesis (relationship with existing forms and materials), Intelligibility (relationship with building typology), Intertextuality (height template relationship and the relationship between context and the project design) and Historicity (relationship between new and old from the project). The results prove that these projects are dialogic with the Historical Urban Landscape.

Keywords: Historical Urban Landscape, Social Housing, Intervention Methods.

INTRODUÇÃO

Devido aos câmbios das cidades como as alterações demográficas, o crescimento urbano, a globalização, o turismo de massas, a exploração comercial do patrimônio, as alterações climáticas e a evolução dos conceitos de cultura e patrimônio e a sua gestão, a UNESCO desde 2005, através de vários fóruns que foram traduzidos em cartas, convenções e recomendações em nível internacional, surgiu com uma nova proposta para conservar e administrar o patrimônio mundial. O conceito da Paisagem Histórica Urbana (PHU) - traduzido do inglês “*Historic Urban Landscape*”, *HUL* - foi reconhecido após a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, aprovada no dia 10 de novembro de 2011 pela Conferência Geral da UNESCO em Paris, França. O conceito da PHU é entendido como "a área urbana resultante de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de ‘conjunto’ ou ‘centro histórico’ para abranger o contexto urbano geral e seu ambiente geográfico" (UNESCO, 2011, p.4). Dentro deste contexto, temos os seguintes elementos a serem considerados:

A topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, as suas infraestruturas à superfície ou subterrâneas, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos da estrutura urbana. Igualmente inclui as práticas e os valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões imateriais do patrimônio, enquanto vetores de diversidade e identidade (UNESCO, 2011, p.4).

Dentro de seus propósitos estão: preservar a qualidade do ambiente humano; melhorar os espaços urbanos de uma forma sustentável, promovendo o desenvolvimento social e econômico; e a salvaguarda do patrimônio urbano das cidades para que as gerações futuras possam desfrutá-las. Para que isso aconteça, devemos administrar adequadamente o patrimônio urbano para permitir o desenvolvimento socioeconômico por meio do turismo, do

comércio e manter a função residencial que é o foco do estudo. Quando corretamente geridas no espaço urbano, estas especificações constituem iniciativas econômicas relevantes que podem contribuir para o bem-estar das comunidades e para a conservação das áreas históricas urbanas.

A função residencial é importante para recuperar os centros urbanos das cidades Maricato (2011, p.141) menciona que “é altamente interessante promover o uso residencial no centro, as experiências provam que a melhor alavanca para a recuperação de áreas centrais são os programas de moradia”.

Existem vários autores que mencionam a importância de projetos habitacionais nos centros urbanos (SALCEDO 2007, BONDUKI 2000, MARICATO 2011, DELGADILLO 2013), isto poderia ser resolvido usando os prédios vazios que existem nas centralidades que poderiam ser usados para gerar opções de moradia. Desta forma resolveríamos vários problemas das grandes cidades, a revitalização do centro, a conservação do patrimônio e a demanda por moradia. Muitos desses prédios formam parte do patrimônio da cidade e para salvaguardá-los são necessárias intervenções como a reabilitação e o projeto novo. A reabilitação é a recuperação do edifício para melhorar as condições de habitabilidade fazendo intervenções mínimas, conservando o mesmo uso ou atribuindo outro, sempre procurando beneficiar a sociedade. O projeto novo dentro dos centros históricos deve respeitar o contexto onde vai ser inserido para gerar um diálogo e ser harmonioso.

No presente artigo, aborda-se a importância dos projetos de habitação inseridos no patrimônio arquitetônico das cidades e como eles apresentam uma harmonia com seu contexto, verificado através do método dialógico que procura essa relação com a paisagem.

OBJETIVO

Avaliar se os projetos para habitação social: Edifício Brasil 44 na cidade de México, Edifício Abate Molina na cidade de Santiago do Chile e Casarão do Carmo na cidade de São Paulo são harmoniosos ou conflitantes com a Paisagem Urbana Histórica.

MÉTODO

O método dialógico na arquitetura tem como fundamentação teórica e filosófica Bakhtin (1997), Ricoeur (1989) e Muntañola (2006,2011), que nos permite relacionar os projetos de intervenção para habitação social com seu contexto ou paisagem urbana histórica. Para saber se os projetos de intervenção na paisagem urbana histórica são conflitivos ou harmoniosos serão avaliados segundo as categorias dialógicas da configuração: Síntese do

Heterogêneo (relação com as formas e materiais existentes), Inteligibilidade (relação com a tipologia dos edifícios), Intertextualidade (relação dos gabaritos de altura e a relação entre o contexto e o projeto) e Historicidade (relação entre o novo e o velho do projeto).

PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: MÉXICO, CHILE E BRASIL.

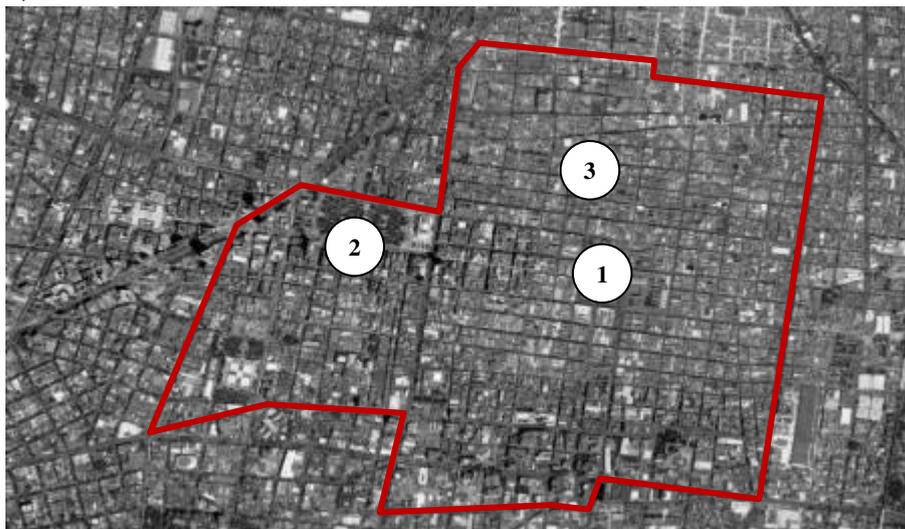
Em vários países latino-americanos, foram desenvolvidos projetos de habitação social que buscam preservar o patrimônio arquitetônico e preservar a memória das cidades. É o caso do México, Chile e Brasil, onde por meio de projetos habitacionais, conseguiram salvaguardar prédios antigos ou construíram novos, resgatando a paisagem urbana do local.

BRASIL 44 / CIDADE DO MÉXICO

Na Cidade do México em 2006, a Prefeitura da Cidade do México em parceria com a Junta de Andaluzia, desenvolveu um projeto de reabilitação chamado Brasil 44, desenhado pelo escritório Jsa arquitetos. Localizado no centro histórico da Cidade do México, na Rua República de Brasil N°44, atrás da igreja de Santo Domingo (antigo convento da ordem de são domingos), ver figura 1, é um prédio com valor histórico e urbano arquitetônico o qual dava abrigo a 5 famílias de baixa renda .

Figura 1: a) Centro Histórico da Cidade do México, b) Localização do Prédio Brasil 44.

a)



1).Zócalo. 2) Alameda Central. 3) Edifício Brasil 44.

b)



Fonte: Google Maps e adaptação pelo próprio autor, 2019.

Segundo um vídeo publicado pelo próprio escritório se obteve as seguintes informações: o projeto consistiu na liberação do pátio central para deixar uma entrada de luz natural dentro do edifício e liberar a circulação, do mesmo modo a escada foi realocada na parte de trás do prédio para uma melhor utilização dos espaços. Cada apartamento ganhou um segundo nível devido a altura interior que já se tinha, o que permitiu aproveitar melhor os espaços e gerar uma ótima distribuição, o que fez parecer uma casa e não um apartamento. Para melhorar as condições internas de iluminação e ventilação dos apartamentos, as dimensões das janelas foram aumentadas; as áreas de serviço localizadas no piso térreo foram realocadas para a parte superior do prédio, ganhando uma melhor ventilação e um pequeno

pátio para recreação das famílias; e nas fachadas se teve um cuidado de preservar o mais possível do imóvel, não fazendo grandes alterações, ver figura 2. A participação das famílias foi importante para a tomada de decisões, os moradores participaram junto com o arquiteto para saber as necessidades deles e poder gerar um melhor projeto. Graças à esta alteração, as famílias puderam ter uma habitação decente e de qualidade e também incentivaram a recuperação da área.



Fonte: a) Plataforma arquitectura.
b) Escritório Jsa architectos.

ABATE MOLINA / SANTIAGO

Antes.

Depois.

b)



O Edifício Abate Molina, na cidade de Santiago no Chile, é outro exemplo de reabilitação do patrimônio, localizado no sudoeste do centro histórico de Santiago. O edifício ocupa um quarteirão inteiro entre a Rua Claudio Gay ao norte, Rua Union Latinoamericana, a oeste e Rua Abate Molina a leste, com número 601 ver figura 3. O prédio foi construído no começo do século XX e é catalogado como um imóvel de conservação histórica pelo seu valor urbano, arquitetônico, histórico e econômico-social. A área onde se localiza o prédio se encontra entre os bairros da República e San Alfonso que formam parte do agora conhecido

Bairro Universitário, por ter uma grande concentração de universidades assim como outros equipamentos perto, como por exemplo o Clube Hípico. O bairro da República é um dos mais tradicionais da comuna de Santiago possuindo um grande valor patrimonial, nas proximidades começou como um bairro de classe alta, mas com o passar do tempo foi adotado pela classe média baixa.

Figura 3: a) Centro Histórico de Santiago, b) Localização do Prédio Abate Molina.

a)



1).Centro Histórico. 2) Estação Central. 3) Edifício Abate Molina.

b)

Fonte: Google Maps e adaptação pelo próprio autor, 2019.



O prédio do início do século XX, expoente da Arquitetura popular, tem um estilo arquitetônico eclético, com elementos da corrente historicista, sua fachada trabalhada em dois planos é de forma simétrica e com uma regular acentuação de aberturas diferenciadas entre portas

e janelas. Conforma um conjunto habitacional de dois andares que é suportado num nível térreo. O segundo andar é coroado por uma cobertura inclinada que demarca os acessos das moradias e na proa do terreno se observa uma varanda com um bem alcançado trabalho em madeira, isso permite confirmar que é uma propriedade com uma boa qualidade estética e arquitetônica. *Ver figura 4.*

O projeto de reabilitação visa duas condições: conservar as fachadas do edifício por ser um imóvel tombado e no aumento da capacidade de uso de 11 para 21 apartamentos que serão alugados pelo município à famílias em situação de vulnerabilidade (sejam pessoas com alguma deficiência, idosos ou imigrantes que desejam resolver a situação dentro do país). Também se contempla a criação de dois locais comerciais que permitirão ter uma mistura de usos no prédio e darão benefícios ao bairro, com isso o governo poderá resolver dois problemas que existem no centro de Santiago e em muitas outras metrópoles: recuperar um espaço que foi abandonado estando em desuso e gerar opções de moradia para repovoar o centro da cidade. *Ver figura 5.*

Figura 4: Edifício Abate Molina em situação de deterioro.



Fonte: Munvi

Figura 5. Antes e depois da reabilitação do edifício Abate Molina



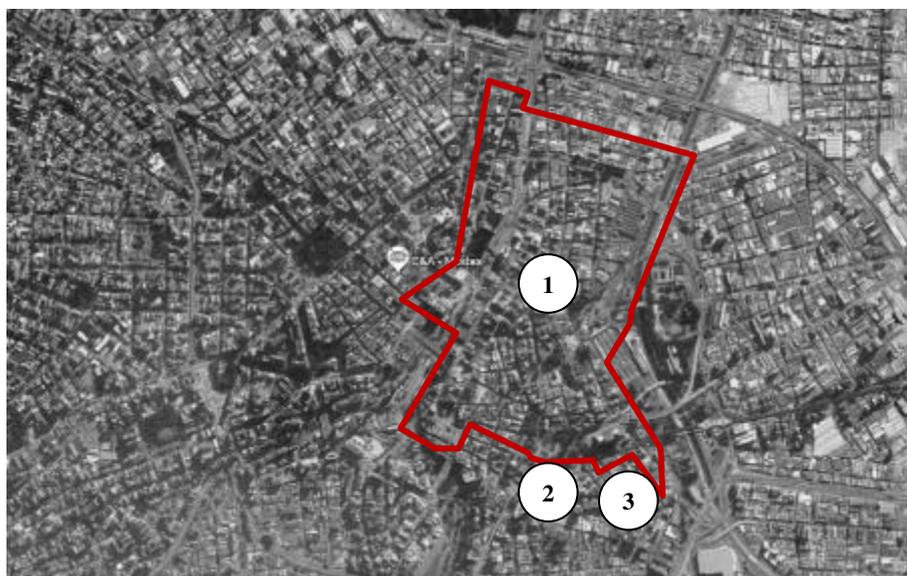
Fuente: Google Maps

CASARÃO DO CARMO / SÃO PAULO

O Projeto Casarão do Carmo, localizado no distrito da Sé, na Rua do Carmo no centro de São Paulo - Brasil, ver figura 6, concluído em 2017, é um projeto novo que conta com 21 apartamentos em 4 pavimentos, com unidades entre 41 m² e 52 m². Desenvolvido pelo escritório Vigliecca & Associados que já tinha participado anteriormente em outros projetos deste tipo; este prédio de apartamentos está localizado nos terrenos do antigo casarão do Carmo que está ao lado da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, bem tomado que faz parte do patrimônio da cidade e é um remanescente do barroco paulista, de construção modesta em taipa de pilão.

Figura 6: a) Centro Histórico de São Paulo, b) Localização do Prédio Casarão do Carmo.

a)



1) Centro Histórico. 2) Catedral da Sé. 3) Edifício Casarão do Carmo.

b)



Fonte: Google Maps e adaptação pelo próprio autor, 2019.

Em 1810 foi a inauguração da igreja que anunciava a chegada dos ilustres que vinham do Litoral para São Paulo. Construído nos primeiros anos do século 20, o casarão já aparece na paisagem urbana da cidade, foi projetado pelo arquiteto George Krug.



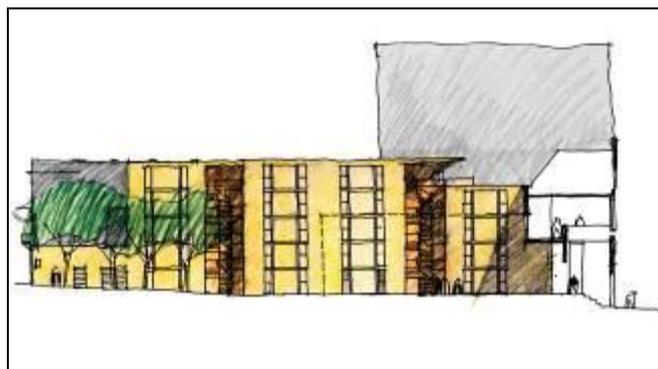
Figura 7. Foto do Casarão no começo do S. XX.

Fonte: Site São Paulo antiga.

Por estar do lado da igreja o casarão formou parte da paisagem, porém nunca foi ou teve qualquer função relacionada com a sua vizinhança, ver figura 7.

Apesar da igreja ter sido tombada no ano de 1974 e ter ganhado uma relevância para o local, o casarão permaneceu por anos vazio e somente na década dos anos 1990 que o local foi ocupado por um movimento social sem teto que procurava uma moradia decente; no entanto, algum tempo depois, e graças à pressão da população, a prefeitura conseguiu realizar o projeto e começou a desapropriação do cortiço para a construção de unidades habitacionais de interesse social. Foi no ano 2004 que se iniciaram as obras de construção, porém foram suspensas por mais de 13 anos, e somente no ano 2017 que a COHAB retomou o projeto e então pode entregar as unidades para as famílias que moravam no antigo cortiço em 2018.

Figura 8. Permeabilidade do projeto Casarão do Carmo.



Fonte: Vigliecca & Associados.

O projeto consistiu na realização de duas volumetrias que albergaram as unidades habitacionais, com cuidado na relação do gabarito com os prédios históricos existentes, entre eles uma praça pública foi inserida para servir de conexão com o casarão e dar continuidade franca e legível com a estrutura pública existente, ver figura 8.

De forma a dar um novo uso ao casarão, atendeu-se as necessidades da cidade e do local, ajudando a gerar novos moldes de usos e uma nova percepção do conjunto. O projeto, segundo os arquitetos do escritório Vigliecca & Associados visava reforçar a relação direta entre a residência individual e a cidade,

estabelecendo o compromisso individual e inequívoco com as áreas públicas e uma realidade urbana específica.

O projeto foi realizado, porém teve algumas modificações, e o que mais interfere é a falta da restauração do casarão, sendo ainda incerto quando que a prefeitura dará continuidade às obras.

ANÁLISE DIALÓGICA DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA.

Para analisar se os edifícios Brasil44, Abate Molina e Casarão do Carmo são harmoniosos ou conflitantes com a paisagem urbana histórica de suas respectivas cidades, os edifícios serão analisados através das seguintes categorias dialógicas da configuração: Síntese do Heterogêneo (relação com as formas e materiais existentes), Inteligibilidade (tipologia dos edifícios), Intertextualidade (relação dos gabaritos de altura e a relação entre o contexto e o projeto) e Historicidade (relação entre o novo e o velho do projeto). Ver tabela 1.

Tabela 1: Análise Dialógica para analisar projetos de intervenção na paisagem urbana histórica

ANÁLISE DIALÓGICA			
	Projeto de reabilitação		Projeto novo
	Brasil 44	Abate Molina	Casarão do Carmo
			
	<i>Fonte: JSa arquitectos.</i>	<i>Fonte: MUNVI.</i>	<i>Fonte: Próprio autor.</i>
SÍNTESE DO HETEROGENEO			
Relação com as formas	O projeto manteve a mesma configuração da fachada não alterando a volumetria do edifício dialogando com o seu contexto.	Por se tratar de um imóvel tombado não é possível alterar a volumetria mantendo uma relação com seu entorno.	Em questão de formas se manteve uma volumetria simples que ajuda a conservar a paisagem sem altera-la.
Materiais no edifício	Os arquitetos conservaram a fachada realçando-a com uma cor chamativa e mantendo os detalhes nas janelas com pedra vulcânica.	Utilizaram-se materiais simples sem alterar a configuração do edifício. As cores dão uma unidade ao projeto.	Manteve-se um dialogo com o edifício da igreja reinterpretando as cores da mesma para utiliza-los no projeto.
INTELIGIBILIDADE			

Tipologia dos edifícios	Observa-se que o projeto é de fácil leitura permitindo uma compreensão com o seu contexto.	Observa-se que o projeto é de fácil leitura permitindo uma compreensão com o seu contexto.	Observa-se que o projeto é de fácil leitura permitindo uma compreensão com o seu contexto.
INTERTEXTUALIDADE			
Gabaritos de altura	No projeto não se pensou em alterar a altura do edifício, isso com a finalidade de não alterar a paisagem	O projeto atende o gabarito de altura por ser um bem tombado pela prefeitura, não teve modificações.	O projeto atende com a altura do entorno. Atingindo uma relação com a torre da igreja.
Relação entre o contexto e o projeto	O projeto inserido no contexto continua mantendo um diálogo por não modificar as fachadas	Existe uma relação com o entorno mantendo um diálogo positivo nas 3 fachadas do prédio.	Existe um diálogo presente com o prédio novo e o casarão e a igreja existente.
HISTORICIDADE			
Relação entre o novo e o velho do projeto	Existe uma relação entre as modificações feitas no interior do edifício para atender as necessidades das pessoas preservando a fachada.	Existe uma preservação com as fachadas sem embargo no interior do edifício se precisam fazer as adequações necessárias para receber os novos moradores.	Por ser um projeto novo os arquitetos trataram de manter um diálogo com o entorno. No entanto o casarão continua sem a reabilitação.

Fonte: Realizado pelo próprio autor, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserir projetos de habitação social nos centros urbanos ajudam a salvaguardar o patrimônio arquitetônico das cidades. A habitação é a função principal de uma cidade, e devolver esse uso permite resolver duas questões: a primeira contribui para a diminuição do problema da falta de moradia mediante o aproveitamento de lotes ou prédios vazios, tendo certa relevância arquitetônica ou não, implementando projetos de reabilitação ou projeto novo, sempre assegurando um diálogo com os prédios históricos existentes; a segunda seria a salvaguarda do patrimônio arquitetônico ajudando na recuperação dos centros urbanos, sempre prezando para que todas as pessoas possam aproveitá-los.

Os projetos Edifício Brasil 44, Edifício Abate e Casarão do Carmo são harmoniosos com a paisagem devido a que cumprem com as categorias dialógicas aqui mostradas.

REFERÊNCIAS

AZKARATE, Agustín. **Memoria y re-significación. Apuntes desde la gestión del Patrimonio cultural.** Ponencia presentada en Fundación Fernando Buesa, Archivo digital de la FBB, 18 de julio 2007.

CONSEJO DE EUROPA. **Convenio Europeo del Paisaje.** 2000.

MADERUELO, Javier. **Paisaje y patrimonio Col. "Pensar el paisaje" – vol. 5.** ABADA editores, Madrid, 2010, 358 p.

- _____. **Paisaje y pensamiento**. ABADA editores, Madrid, 2006, 270 p.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. 4. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.
- MARTINS, Juliana Cavallini. **Habitação Social em centros urbanos consolidados: Análise dialógica desde o percurso do projeto ao uso social: São Paulo (Brasil) e Roma (Itália)**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2016.
- PÉREZ, Julia Rey et al. **La aplicación de la recomendación sobre el paisaje urbano histórico (puh) en Cuenca - ecuador. Una nueva aproximación al patrimonio cultural y natural**. Universidad de Cuenca, 2017.
- SALCEDO, Rosío Fernández Baca. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- SANTANDER, Arturo Azpeitia, **Patrimonio y cultura. El concepto de patrimonio Cultural en la normativa vasca**. Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de Elche Volumen I – Número 11 –Enero de 2016 – págs. 369-389, 2015.
- UNESCO. **Nueva vida para las ciudades históricas. El planteamiento de los paisajes urbanos históricos**. UNESCO, Francia, 2013.

DOCUMENTOS DIGITAIS

Prefeitura de Santiago de Chile.

http://www.minvu.gob.cl/opensite_det_201801114905.aspx. Acessado em 25/06/2018.

Prefeitura de São Paulo. <http://cohab.sp.gov.br/Noticia.aspx?Id=3386> Acessado em 25/06/2018.

HOME PAGE

<http://www.jsa.com.mx/proyectos#/pertenencia/> Acessado em 30/06/2018

IMAGEM E MOVIMENTO

Projeto Brasil 44. <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-103417/restauracion-de-vivienda-social-brasil-44-js-percent-c2-percent-aa> Acessado em 30/06/2018.

Brasil 44 1 parte subtulado. Acessado em 30/06/2018

https://www.youtube.com/watch?v=J8heo9_q8ns

Brasil 44 parte 2 (2012) Versión Extendida. Acessado em 30/06/2018

Fotos Edifício Abate Molina:

<http://www.plataformaurbana.cl/archive/2015/01/27/transformaran-edificio-patrimonial-en-viviendas-sociales/> Acessado em 30/06/2018.

Fotos Casarão do Carmo: <http://www.saopauloantiga.com.br/rua-do-carmo-198/> Acessado em 30/06/2018

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS

APPOINTMENTS ON THE STUDY OF CHAPELS FROM THE GOLD CYCLE IN MINAS GERAIS

Elio Moroni Filho

Universidade Federal de São Paulo. Departamento de História da Arte.

Pós-doutorado em História da Arte (em andamento)

moronifilho@hotmail.com.br

RESUMO

A literatura especializada reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao barroco tardio internacional. Este trabalho busca, ao contrário, ampliar o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descreve-se o partido arquitetônico de capelas construídas no município de Mariana, no período de 1700 a 1750. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. São resultados parciais desta pesquisa: predominância do modelo arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor; telhado duas-águas; frontão triangular de linhas retas; inexistência de torre sineira; sacristia lateral com entrada independente; decoração interna e externa escassas. Em relação às técnicas construtivas, foram identificadas edificações em pau a pique, adobe e alvenaria de pedra. Os resultados sugerem uma arquitetura religiosa que incorpora materiais construtivos extraídos de seu entorno imediato e que atendem necessidades locais, além de um modelo arquitetônico ajustado ao estilo designado por Maneirismo.

Palavras-Chaves: patrimônio cultural brasileiro; Minas Gerais; arquitetura religiosa colonial; capelas.

ABSTRACT

Specialized literature reserves little attention for the colonial period chapels in Brazil rather it concentrates on the manifestations of large-scale religious architecture which associates eighteenth century Brazilian churches with the late international Baroque. This work diminishes this lacuna by amplifying scientific knowledge about small-scale religious

architecture from the colonial period. Moreover, it specifically describes the architectonic model of chapels built in the municipality of Mariana from 1700 to 1750. The research methods are based on direct identification and observation of these chapels in conjunction with iconographic, oral and written sources. The partial results of this research are predominance of an architectonic model defined by a rectangular plant formed by a nave and sanctuary; gabled roof; straight-lined triangular façade (frontal exterior); nonexistent campanile (bell tower); lateral sacristy with an independent entrance; scarcity of internal and external decoration. These results suggest an architectural model adjusted to the designated Mannerist Style.

Keywords: Brazilian cultural heritage; Minas Gerais; colonial religious architecture; chapels.

INTRODUÇÃO

O Maneirismo é tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). O Maneirismo distingue-se pelo abandono dos princípios renascentistas de objetividade, razão, regularidade e ordem, tendo como “aspecto mais impressionante” o abandono “da ficção de que uma obra de arte seja um todo orgânico, indivisível e inalterável, feito de uma só peça [...] obra de arte anticlássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30). No que diz respeito à arquitetura religiosa portuguesa do final do século XVI a meados do século XVIII, Pais da Silva (1996, p. 154-155) assinala a estreita associação entre o Maneirismo e a atividade arquitetônica resultante da orientação dos padres jesuítas, tendo a Companhia de Jesus adotado e generalizado os padrões maneiristas nas zonas capitais do mundo português. Assim, não se contesta a designação arquitetura jesuítica ou estilo jesuítico, empregada por Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1916) e depois por Lúcio Costa (1941) e Robert Smith (1948) para o estudo da arquitetura religiosa quinhentista e da primeira metade do século XVIII, no Brasil. Argumenta-se, porém, que o conceito de Maneirismo é recurso teórico que confere ao investigador maior liberdade e amplitude de análise do objeto desta pesquisa, permitindo o entendimento de características que tipificam o Maneirismo como um todo, por meio da comparação (semelhanças, diferenças, relações), em nível de literatura especializada, de edifícios religiosos brasileiros do período colonial com edifícios maneiristas religiosos e civis de outros territórios do mundo português, e com edifícios, da mesma corrente artística, elaborados fora da influência direta da Companhia de Jesus e dos territórios do antigo império ultramarino português. Nessa direção, a literatura especializada nacional ainda reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da

arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as edificações religiosas de pequeno porte: as capelas. Os estudos de capelas do período colonial e de seus bens móveis e integrados são escassos e foram realizados, em sua maioria, na primeira metade do século XX. Este trabalho buscou, ao contrário, contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte.

Especificamente, descrevem-se elementos do partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação a corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial. Define-se capela como “construção religiosa de pequeno porte” (TIRAPELI, 2008, p. 300). Cragoe (2014, p. 247) define capela como “igreja não paroquial, normalmente de pequenas dimensões”. A ideia de construção religiosa de pequenas dimensões já aparece no dicionário de Raphael Bluteau (1728), que caracteriza capela como

Capella mór [...] o que tem alguma proporção com o que chamamos Capella mór, que he o lugar da Igreja mais proprio dos Sacerdotes [...] para o que vulgarmente fe entende por Capella de huma Igreja temos outras palavras Latinas mais proprias, v. g. AEdicula, como diminutivo de Aedes, q no fingular significava Templo [...] para mayor clareza fe poderá acrescentar a AEdicula o epitheto Sacra [...]. (BLUTEAU, 1728, p. 121).

Mourão (1986) denomina capela qualquer igreja que não seja matriz, incluindo edificações religiosas de grande porte como a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana. O Código de Direito Canônico (2018, p. 143-144), promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* de 25 de janeiro de 1983, no pontificado de João Paulo II, distingue igreja como edifício sagrado destinado ao culto divino, dando à capela a definição de capela particular, entendida como lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas. Essas duas últimas definições seriam inadequadas neste texto, por não expressarem o aspecto central do objeto de

pesquisa, que é a dimensão (tamanho) dos edifícios religiosos. O estágio rudimentar do conhecimento sobre as capelas mineiras do período colonial exigiu um delineamento de pesquisa flexível, que possibilitasse a consideração de aspectos variados relativos ao tema, contribuindo com a elaboração de hipóteses nas etapas ulteriores da investigação. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada na obtenção dos dados.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana possui tombamento federal desde 1938 (BRASIL... Programa Monumenta, 2005). Possuem tombamento municipal os núcleos históricos urbanos dos Distritos de Camargos (2004), Furquim (2005), Santa Rita Durão (2009), Monsenhor Horta (2010) e Padre Viegas (2010) (BRASIL... Patrimônio protegido..., 2018). Entretanto, a identificação de capelas setecentistas, construídas na área de investigação, não pode ser fundamentada exclusivamente na documentação oficial disponível no IPHAN e na prefeitura municipal de Mariana. Tome-se, como exemplo, as ruínas de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Bandeirantes. Essa edificação é desconhecida dos pesquisadores que se atêm exclusivamente aos documentos oficiais e à literatura especializada disponível no presente, pois não consta dos inventários federais e municipais referentes ao município de Mariana. Assim, considerou-se a pesquisa exploratória como o delineamento mais adequado para se preencher a lacuna das fontes documentais e bibliográficas, uma vez que esse tipo de pesquisa oferece visão geral a respeito de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27). Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de julho de 2015, julho de 2016 e setembro de 2016, tendo sido visitados a cidade de Mariana e seus Distritos Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta e Padre Viegas, além do extinto Subdistrito de Bento Rodrigues. As ruas dessas localidades foram percorridas a pé, sendo que a interação com os habitantes locais mostrou-se relevante para o trabalho de campo, pois eles indicaram a localização de capelas construídas no século XVIII. O registro fotográfico foi realizado com câmera digital reflex de objetiva simples, modelo NIKON D7100, do fabricante Nikon Corporation. A pesquisa exploratória, cujos resultados foram parcialmente utilizados na elaboração deste capítulo, deu origem ao total de 1.234 registros fotográficos digitais, cuja seleção obedeceu aos critérios de

definição, contraste e profundidade de campo (OLIVEIRA, 2008, p. 59). No município de Mariana, foram observadas as capelas de Santo Antônio, Distrito-sede; Santana, Distrito-sede; Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora do Rosário, em ruínas, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem; São Bento e Nossa Senhora das Mercês, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão. Elaborou-se o desenho arquitetônico da Capela de Santa Teresa D'Ávila, selecionada por sua antiguidade no contexto local – teria sido construída em 1703, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) – e por exemplificar características da arquitetura religiosa maneirista tratadas nas seções subsequentes deste texto. O desenho de arquitetura foi elaborado por profissional registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, resultando nas seguintes peças gráficas: duas plantas de edificação (térreo e coro); um corte longitudinal; três fachadas (Norte, Sul, Leste); um quadro geral de esquadrias. A flexibilidade da pesquisa exploratória (GIL, 2002, p. 41) ainda permitiu a incursão a dois exemplares da arquitetura religiosa de grande porte: as igrejas matrizes de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes) e Nossa Senhora do Rosário (Distrito de Padre Viegas), que parecem reforçar os traços maneiristas da arquitetura religiosa setecentista, em Mariana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem de Mariana está associada à exploração do ouro pela bandeira comandada pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se fixou à margem de um ribeirão onde fundou, em 1696, o Arraial do Ribeirão do Carmo, em homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo. O ouro, encontrado inicialmente no Ribeirão do Carmo, transformou o arraial em um dos principais fornecedores desse minério para Portugal (BRASIL... Mariana..., 2018). Em 1711, o arraial foi elevado à vila e, em 23 de abril de 1745, Dom João V elevou a vila à categoria de cidade, dando-lhe o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, Maria Ana d'Áustria (JORGE, 2006, p. 162). Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final daquele século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído (BRASIL... Mariana... 2018). Na história da América Portuguesa, Mariana inscreve-se no processo de povoamento urbano desencadeado pela exploração das jazidas auríferas, que provocou o deslocamento do eixo econômico-administrativo da Colônia para o Centro-Sul, bem como o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007,

p. 65). No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas. Nesta seção, organizam-se as notas de pesquisa das capelas, considerando-se determinantes do partido arquitetônico definidos por Lemos (2003, p. 40-41): técnica construtiva, conforme recursos locais, humanos e materiais, incluindo a intenção plástica subordinada, às vezes, aos estilos arquitetônicos; condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém; programa de necessidades, consoante usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; condições financeiras do empreendedor no quadro econômico da sociedade; legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou regras de funcionalidade.

Elementos Cronológicos

A dificuldade de se encontrarem fontes documentais torna fragmentada a cronologia da Capela de Santo Antônio, assim como a dos outros templos descritos nesta seção. O Arraial do Ribeirão do Carmo possuía, em 1703, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e pelo capelão da Bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes, e a Capela da Conceição, erguida pelo português Antônio Pereira Machado, que viria a se tornar a Matriz da Conceição da Vila do Carmo. Embora se desconheça a localização exata da Capela de Nossa Senhora do Carmo, essa capela bandeirante, erguida aproximadamente em 1700, que ficava no âmbito da praia de Mata-Cavalos, onde teve início a exploração do ouro, era a que mais tarde foi denominada Rosário Velho, por ter sido cedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que hoje está consagrada a Santo Antonio (VASCONCELLOS, 1938, p. 3-4). Em 1762, a Irmandade do Rosário vendeu à mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco, os retábulos, o arco-cruzeiro, as grades, os púlpitos, a porta principal, entre outros objetos da Capela do Rosário Velho, utilizados na construção da capela provisória da Ordem Terceira de São Francisco (TRINDADE, 1945, p. 195). Já no século XX, os muros de pedra, que cercavam a capela, e a escada do mesmo material, que nascia na Rua Direita e que dava acesso ao templo, foram dilapidados pelos moradores de Mariana, durante a década de 1940 (BORIM, 2009, p. 32-33). O edifício atual, que “talvez se restringisse aos dois lanços da parte de trás”

(VASCONCELLOS, 1938, prancha 33), é constituído de nave, capela-mor e sacristia. A fundação e a localização da Capela de Nossa Senhora do Carmo e da Capela da Conceição são motivos de discordância entre estudiosos, já que Santos (1951, p. 158) identifica a extinta ermida de Santo Antônio, outrora existente no Distrito de Passagem e documentada por Falcão (1946, p. 101), como a primitiva Capela da Conceição, atribuindo sua construção ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) estima 1703 o ano de construção da Capela de Santa Teresa D'Ávila, que teve seu patrimônio instituído pelo português Pedro Rosa de Abreu, um dos primeiros mineradores de Minas Gerais (FRANCO, 1954, p. 9). Em 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visita a Freguesia de São Sebastião, notando a “Capela de Santa Teresa”, “muito pobre” (TRINDADE, 1998, p. 153). O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 56) baseia-se num registro documental para estimar 1718 o ano de fundação da Capela de São Bento: nos “autos de uma justificação, requerida pelos moradores de Bento Rodrigues, em 1743, certa testemunha depôs: ‘vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capella com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva’”. Salomão de Vasconcellos (1938, p. 79) informa que não é “possível determinar nem a data da constituição da Irmandade, nem da construção do prédio” da Capela de Santana. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 158-160) baseia-se no testamento do Padre Matias Fernandes Afonso, datado de 7 de julho de 1744, para afirmar que a capela já existia, em 1720. A capela é mencionada, no termo de arrematação “da ponte do caminho da Capela de Santa Ana”, datado de 20 de julho de 1730, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (FIGUEIREDO, 2017, p. 7). A irmandade de Santa Ana é citada, em documento anterior a 1736. Trata-se do requerimento “de irmãos confrades de Santa Ana da Vila do Carmo das Minas Gerais, pedindo esmola para continuarem a obra de uma casa em que possam recolher e curar os enfermos pobres das Minas”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 513).

A provisão de ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Bandeirantes, foi encontrada, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, na folha n. 271, verso, linhas 12 a 46, do Tomo II, do livro de Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750, Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4. A provisão de ereção possui a data de 30 de maio de 1750, tendo sido registrada em favor dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santo Elesbão da Freguesia de São Sebastião, denominação do Distrito de Bandeirantes, no século XVIII. No Distrito de Passagem, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1999, tendo sido construída no terreno de uma capela do Senhor

dos Passos, outrora reservada a devoção aos Passos da Paixão, cujas ruínas foram aproveitadas para a capela-mor do templo atual (RODRIGUES; MOREIRA, 2013, p. 53-54). A Capela de São Sebastião foi ereta por Sebastião Fagundes Varela (VASCONCELOS, 1999, p. 407) e se tornou colativa, em 1724, conforme consta na folha 104, do Livro de Lotação das Freguesias do Bispado de Mariana e Lista com Nomes e Datas de apresentação e colação de Párocos segundo os Mapas Paroquiais de 1826, depositado no Armário 6, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese Mariana: a “freg.^a de S. Seb.^m fundada nas margens do Ribeirão do Carmo hé huã das mais antigas merecendo, por isso consideração em o numero das q. o Alvará de 16 d Fevereiro de 1724 elevou a Igr.^a den atureza Collativa” (sic). A Igreja de São Sebastião ainda é mencionada, em documento anterior a 1726. Trata-se do requerimento do “pe. José do Soveral de Miranda, vigário na Igreja do São Sebastião da Comarca do Ribeirão do Carmo, solicitando justiça contra as violências naquela zona com os pretos e os escravos praticadas por Maximiliano de Oliveira e outros”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 135). Em 1823, o corpo da igreja ainda se achava em telha vã e o adro, aberto (TRINDADE, 1998, p. 153). Já a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Padre Viegas, foi ereta a partir de 1740 (MOURÃO, 1986, p. 105). Deu-lhe a qualidade de colativa o alvará régio de 16 de janeiro de 1752 (TRINDADE, 1945, p. 308).

A Capela de Santa Teresa D’Ávila exemplifica a dificuldade de se encontrarem fontes documentais que auxiliem na composição da cronologia dos templos supracitados. Em História antiga das Minas Gerais, publicado pela primeira vez em 1901, Diogo de Vasconcelos cita o testamento de Pedro Rosa de Abreu, que instituiu o patrimônio da Capela de Santa Teresa D’Ávila e que faleceu, em Vila Rica, em 14 de maio de 1728 (VASCONCELOS, 1999, p. 151). Ainda não se conseguiu encontrar a certidão de óbito e o testamento de Pedro Rosa de Abreu, apesar da busca realizada na Casa do Pilar, no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Certamente, Diogo de Vasconcelos leu o testamento, mas não indicou sua localização. Acrescenta-se a dificuldade de não se ter tido acesso direto aos acervos documentais, em Ouro Preto, uma vez que a pesquisa documental foi realizada por funcionários daqueles três arquivos, mediante exigência de solicitação prévia do pesquisador.

Orientação Dos Templos

A orientação de alguns templos pode indicar a reprodução de normas da época romana na arquitetura religiosa setecentista, no município de Mariana. Vitruvius determina que, “se o templo sagrado tiver de ser construído junto a um rio, como no Egito ao longo do rio Nilo, será conveniente ficar de frente para as suas margens” (VITRÚVIO, 2007, p. 222). Em Mariana, a Capela de Santo Antônio (Distrito-sede), a Capela de Santa Teresa D’Ávila (Distrito de Bandeirantes), a Capela de Santana (Distrito-sede) e templos de maior porte, como a Igreja Matriz de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes), a Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte (Distrito de Furquim) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Camargos) ficam de frente para cursos d’água. Não há contradição na suposição da existência de elementos clássicos na obra anticlássica, pois é nos Dez livros sobre a arquitetura que se apoiam todas as teorias da arquitetura a partir do Renascimento, acrescentando-se que a competência de autores de tratados de arquitetura dos Tempos Modernos, no domínio teórico da arquitetura, foi apurada por investigações arqueológicas de monumentos antigos, a exemplo de Andrea Palladio (BIERMANN et al., 2015, p. 6, 96).

Materiais E Técnicas Construtivas

No Brasil, as construções em pedra datam do primeiro século da colonização, variando a técnica de aplicação das pedras conforme as argamassas em que são assentadas: pedra seca, que dispensa argamassa e se obtém a acomodação das pedras maiores pela interpolação de pedras menores; pedra e barro, em que as pedras são assentadas em argamassa de terra; pedra e cal, em que a alvenaria é erguida com argamassa de cal e areia (VASCONCELLOS, 1979, p. 23, 29-30; BRAGA, 2000, p. 8-9). Nas Minas setecentistas, a pedra das Lages (quartzito), a pedra do Itacolomí (quartzito), a pedra sabão e a canga (minério de ferro) eram de uso corrente na arquitetura religiosa, tendo sido aplicadas como alvenaria e na ornamentação de portadas, púlpitos, tarjas, entre outros, nas capelas e igrejas da região de Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 79-80). Adobes ou adobos são blocos de barro produzidos manualmente, em moldes preenchidos com barro compactado e secados ao ar livre, adquirindo maior resistência e permitindo que sejam assentados com argamassa de barro (MINKE, 2015, p. 72; WEIMER, 2012, p. 265). Em Minas Gerais, igrejas inteiras foram construídas de adobe, como a Matriz de Santa Rita Durão, no município de Mariana (BAZIN, 1983, v. 1, p. 58). Já o pau a pique é a técnica que consiste em tomar troncos e galhos de madeira retos, que nas extremidades inferiores são fincados no chão e nas extremidades superiores são fixados a

suportes horizontais – normalmente vigas que servem de suportes para a estrutura do telhado. Trata-se, por assim dizer, de uma grade de madeira cujas frestas são preenchidas por barro. Essa técnica pode apresentar uma variante na qual a madeira, em lugar de ser fincada no chão, apoia-se sobre um baldrame (WEIMER, 2012, p. 235, 236). Nas Minas setecentistas, o pau a pique foi empregado em edifícios religiosos diversos, como a Capela de Nossa Senhora do Ó (Sabará), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas) e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, em Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 86). A identificação dos materiais e técnicas construtivas empregados na construção dos templos de que trata este trabalho foi realizada por meio de observação direta e de informações verbais de zeladores das capelas e de moradores do município de Mariana. Foram identificadas duas construções em alvenaria de pedra seca e alvenaria de pedra com argamassa de barro – Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2) – e duas construções em terra, especificamente, pau a pique e adobe: Capela de São Bento (Figura 3) e Capela de Santa Teresa D’Ávila (Figuras 4, 5). A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi edificada no local das ruínas de uma ermida de pedra reconstruída e incorporada ao templo atual como capela-mor. Os materiais construtivos da capela-mor são a canga, indicada pelas setas vermelhas, o xisto, assinalado pelas setas amarelas e o quartzito, documentado pelas setas azuis (Figura 1). Observam-se as técnicas construtivas de alvenaria de pedra com argamassa de barro e alvenaria de pedra seca, nos vestígios da ermida, tal como se apresentam hoje. Pedras aparelhadas de maiores dimensões foram aplicadas nos cunhais, para reforçar a estabilidade das paredes (Figura 1, setas vermelhas). As paredes possuem faces exteriores planas, mas o tamanho e a forma da canga são irregulares, sendo que alguns blocos, exemplificados nas setas verdes, parecem ter sido utilizados em estado natural. O xisto e o quartzito possuem forma constante, mas suas dimensões variam de lascas a placas retangulares de maior espessura dos dois materiais, assinaladas pelas setas amarelas e azuis (Figura 1). As juntas foram preenchidas com terra e pedras menores que formam o entremeado ordinariamente designado por canjicado, exemplificado nas áreas tracejadas da Figura 1. A integridade da argamassa de barro insinua intervenção recente. A existência de degraus (Figura 1, setas laranjas) parece indicar a entrada da capela primitiva, assim como sugere que a alvenaria de pedra seca tenha sido erguida durante a construção do edifício que atualmente se encontra no local.

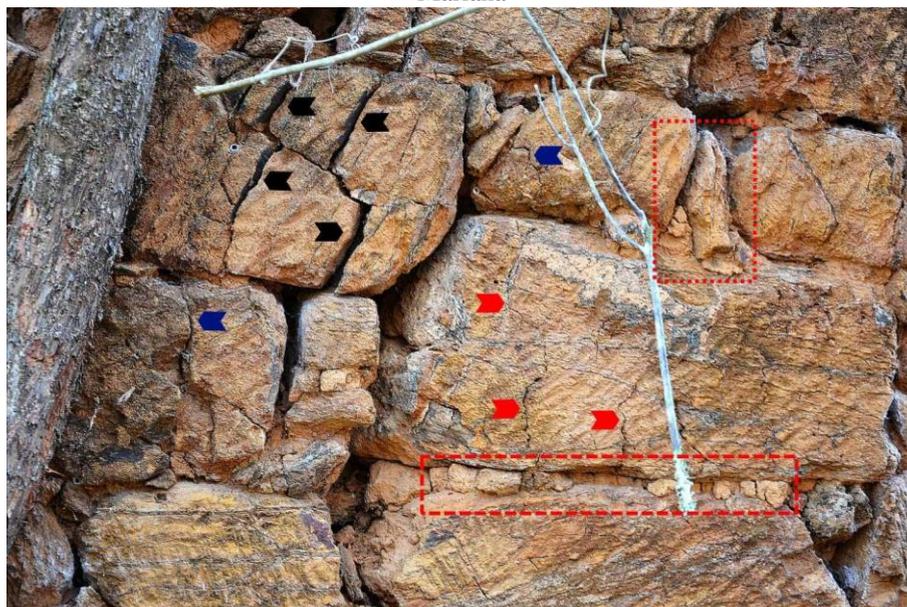
Figura 1 – Trecho de parede da capela-mor, Capela de Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Por meio do contato com moradores do Distrito de Bandeirantes, soube-se da existência de ruínas de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, localizadas no alto de um morro coberto por vegetação nativa. Uma moradora do Distrito conduziu o pesquisador ao local das ruínas, abrindo caminho no mato a golpes de facão e enxada. Nas ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário restam dois segmentos de paredes externas de alvenaria de pedra. Essas paredes resultam do assentamento de blocos de canga de forma e dimensões irregulares e de blocos do mesmo material com forma geométrica retangular mais ou menos definida (Figura 2). As juntas são preenchidas com argamassa de barro e pedras pequenas embutidas na argamassa, exemplificadas, respectivamente, nas áreas tracejadas e nas áreas pontilhadas (Figura 2). As paredes possuem fendas verticais e diagonais. A fendilhação também atinge os blocos de canga, sendo que as setas vermelhas, azuis e pretas indicam a evolução das fendas sem tendência para a estabilização (Figura 2). A desagregação da pintura e do reboco, dos quais restam resquícios, evoluiu para a desagregação da argamassa e da própria canga. A permanência das ruínas é ameaçada não apenas pelo abandono e pelas patologias do sistema construtivo, mas também pela inexistência de proteção municipal, estadual e federal.

Figura 2 – Trecho de parede das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário, Distrito de Bandeirantes, Mariana

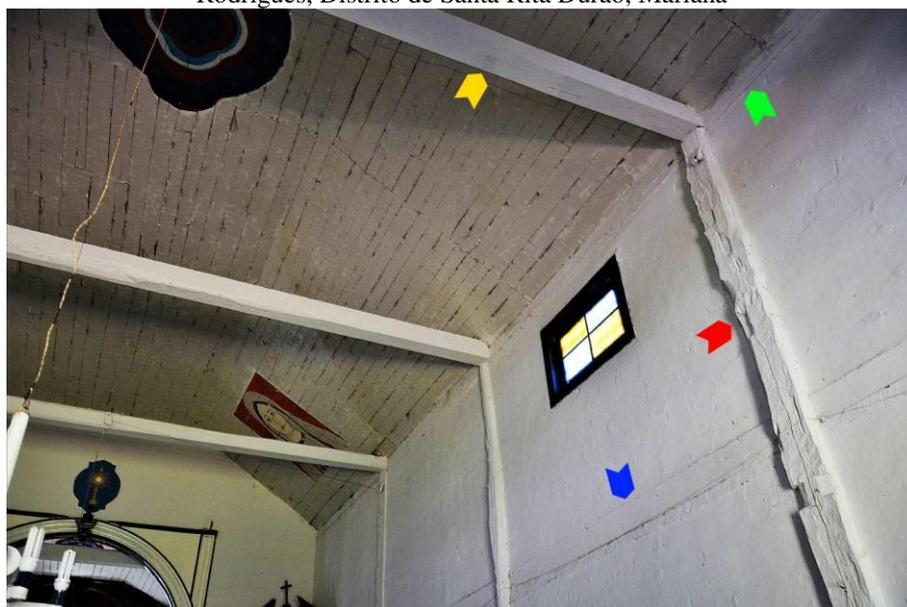


Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Em relação às capelas construídas em terra, obteve-se informações sobre elementos do sistema construtivo da Capela de Santa Teresa D'Ávila e da Capela de São Bento. A primeira tem paredes de adobe parcialmente substituídos por tijolos, em decorrência de uma reforma realizada pela população de Bandeirantes, na década de 1990, de acordo com informação verbal de morador daquele Distrito. A Capela de São Bento possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo. A Figura 3 documenta segmento do interior da nave da Capela de São Bento, sugerindo estrutura autônoma constituída por peças de madeira. Essa figura mostra parte da armação de madeira composta por esteios (seta vermelha), frechais (seta verde) e vigas (seta amarela) que suportam as cargas do forro e da cobertura distribuídas em apoios intervalados que as transmitem ao solo. Na mesma foto, a seta azul indica o que parece ser uma “madre”, denominação dada à viga horizontal colocada entre o frechal e o baldrame, tendo por função o alívio das cargas do segundo (VASCONCELLOS, 1979, p. 34). Esteios de seção cilíndrica e de seção quadrada parecem estar apoiados na parede de alvenaria de pedra mencionada pelo zelador da capela. A se considerar a estrutura autônoma de madeira, as paredes de pau a pique assumem a função de elementos de vedação dos vãos, sem função estrutural. Conjectura-se que a estrutura autônoma de madeira e a vedação de pau a pique estejam sobre paredes de alvenaria de pedra, conforme sugerem a observação e a informação verbal do zelador da

capela (“fundações de pedra”). Dificilmente, a ocorrência conjunta da estrutura maciça e da estrutura independente será comprovada, considerando que a Capela de São Bento foi destruída pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, pouco mais de três meses após a visita do pesquisador ao extinto Subdistrito de Bento Rodrigues.

Figura 3 – Segmento do interior da nave da extinta Capela de São Bento, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2015.

Partido Geral De Composição

O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave (Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); telhado de duas-águas (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D’Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D’Ávila – nesse caso, pé-direito mais baixo do que o da nave –, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de torre sineira (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D’Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); adro com cemitério desativado ou em funcionamento (Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia (Santo Antônio, Santana – exceto o forro da nave, em caixotões –, Santa Teresa D’Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); decoração externa escassa ou inexistente (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa

D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês). Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29).

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitânicas do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos.

O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, que “ergueu pela primeira vez sua bela cabeça em Roma por volta de 1520” (SHEARMAN, 1978, p. 22), quando Girolamo Francesco Mazzola – Il Parmigianino – postou-se diante de um espelho convexo e pintou o Auto-retrato num espelho convexo (HOCKE, 1974, p. 15; CHARLES et al., 2007, p. 132). Em Portugal, os arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres – conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo rectilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183).

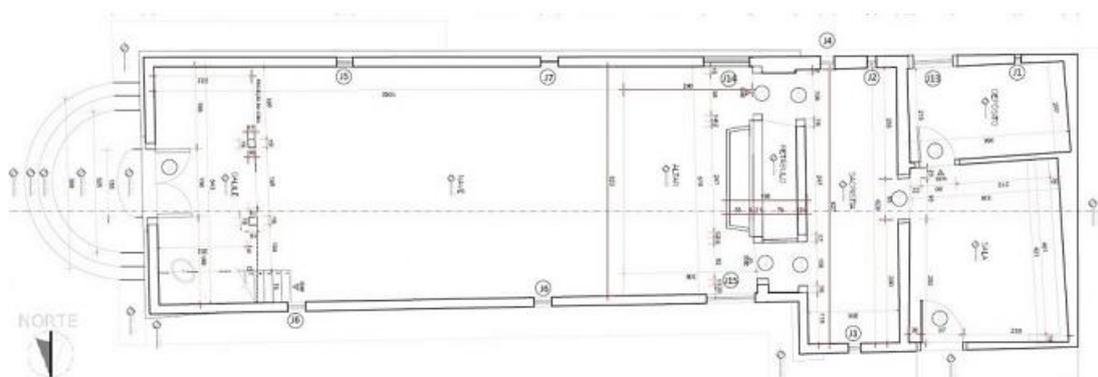
Acrescentem-se outros traços predominantes na arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44).

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro – especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana – mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A Capela de Santa Teresa D'Ávila parece ser precursora das igrejas setecentistas mineiras de planta retilínea e nave única. Com efeito, essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela, sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 4). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 4), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7. A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela. A largura irregular da nave, bem como as dimensões desiguais dos vãos da

Capela de Santa Teresa D'Ávila, parecem ser provas da imperícia técnica da mão-de-obra empregada na construção do edifício. A imperfeição técnica da capela suscita o problema, formulado por Günter Weimer (2012, p. 286), da fronteira entre manifestações populares, em que predominam questões funcionais imediatas, e manifestações eruditas, em que existem preocupações mais acuradas com características estéticas, na arquitetura luso-brasileira. A complexidade desse problema ultrapassa os limites desta pesquisa exploratória, não havendo intenção de solucioná-lo neste trabalho. Entretanto, observa-se, em favor da adoção de preceitos maneiristas na arquitetura religiosa colonial mineira de pequeno porte, que capelas supostamente mais sofisticadas, do ponto de vista técnico e estético, como a Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, na cidade vizinha de Ouro Preto, mantiveram o partido de composição descrito nesta seção. A Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral data de 1748 (MOURÃO, 1986, p. 79), “época de maior concentração de profissionais portugueses qualificados nos canteiros de obras das igrejas de Minas Gerais”, que “coincide [...] com o período áureo da atividade mineratória, entre 1730 e 1760, aproximadamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

Figura 4 – Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila em reprodução sem escala, Distrito de Bandeirantes, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e brancas que recebem e emitem a luz. A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos,

estes concentrados na zona superior da fachada e isolados por vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria. Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 4). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas sem esquadrias e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, sugerindo – talvez – o gosto maneirista pela contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares – o terceiro, com patamar – e o quarto degrau, reto. A escada semicircular destoa do templo de linhas retas e parece incomum na arquitetura religiosa das Minas setecentistas. Com efeito, a escada semicircular, que dá acesso ao adro dos profetas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (BAZIN, 1983, v. 2, prancha 85; BURY, 1991, p. 31), é a única referência a esse tipo de escada, encontrada em trabalhos sobre arquitetura religiosa mineira do período colonial (FALCÃO, 1946, p. 357; MOURÃO, 1986; CARVALHO, 2013). O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto), registrada por Santos (1951, p. 106). Admite-se a hipótese de que tanto a escada semicircular quanto a porta almofadada, que são os únicos elementos decorativos no exterior da Capela de Santa Teresa D'Ávila, sejam adições resultantes de intervenções realizadas no decorrer da existência do templo. O bem móvel mais importante da capela é o retábulo de Santa Teresa D'Ávila, descrito a seguir. A inexistência de capela-mor diferencia a Capela de Santa Teresa D'Ávila das Capelas de Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Apesar de possuírem características que os individualizam, todos esses templos possuem

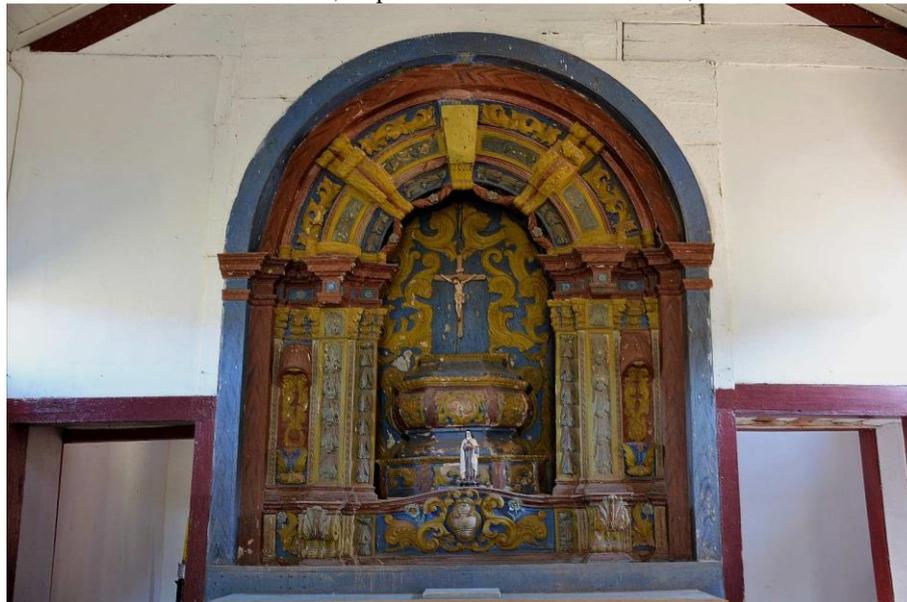
traços da arquitetura maneirista definidos por Bury (1991), Hauser (1993), Pais da Silva (1996) e Argan (1999), citados nas linhas precedentes. No município de Mariana, ainda merece atenção a localização dos sinos das capelas. As torres laterais estavam reservadas para as igrejas matrizes, que começaram a surgir depois de 1724 em Minas Gerais (SMITH, 1939, p. 120). Em Mariana, os construtores das capelas encontraram duas soluções para essa restrição: inserção dos sinos nos vãos superiores da fachada, que desempenham as funções duplas de janelas e sineiras, a exemplo da Capela de Santo Antônio, da Capela de Santa Teresa D'Ávila, da Capela de São Bento e da Capela de Nossa Senhora das Mercês; e sustentação dos sinos por estrutura autônoma de madeira recoberta de telhas, exemplificada na Capela de Santana. Essas duas soluções também foram adotadas em capelas setecentistas de outras cidades mineiras, como na Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Santa Luzia), na Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Itabirito) e na Capela de São Gonçalo (Minas Novas), que possuem sinos inseridos nas aberturas superiores da fachada. A estrutura autônoma de madeira, que sustenta um ou dois sinos, situada no adro, é usada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte. No município de Mariana – recorte geográfico desta investigação – a frontaria sem torre reforça o padrão maneirista das capelas setecentistas mineiras, “em voga desde que o Vignola e Giacomo Della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por ‘jesuítico’” (COSTA, 1941, p. 35).

Análise De Um Móvel Litúrgico

Considera-se o retábulo da Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figura 5) móvel de transição do Maneirismo para o Estilo Nacional Português, classificação estabelecida por Robert Smith (1962, p. 69) para retábulos caracterizados por dois elementos indispensáveis: a coluna de fuste em espiral – denominada “salomônica” – e o remate de arcos concêntricos, cuja combinação confere ao retábulo português sentido de movimento e efeito de unidade. Germain Bazin (1983, v. 1, p. 263) classifica de “portal-românico” aquele tipo de retábulo, situando sua produção entre o fim do século XVII e início do século XVIII, em Portugal. O mesmo autor distingue os principais elementos do retábulo portal-românico: coroamento em arco de volta redonda apoiado sobre dois pés-direitos, lembrando a forma da portada românica; espaço central ocupado por trono em degraus contendo a imagem de veneração; revestimento dourado; e colunas torsas recobertas por ornatos em espiral de folhas de acanto e

ramos de videira. O retábulo de Santa Teresa D'Ávila possui características do Estilo Nacional Português, evidenciando-se a forma de portada românica e o trono central destinado ao orago. Entretanto, ao invés das colunas de fuste em espiral, o coroamento em arcos concêntricos, divididos em cinco aduelas, é suportado pelo entablamento e por pilastras que se assemelham a pilastra renascentista descrita por Cragoe (2014, p. 85): fuste ornamentado com relevos; capitel baseado na ordem coríntia, mas com ornamentação de folhas de acanto limitada aos ângulos do capitel; desenho naturalista de uma rosa ao centro que, ao invés de ornamentar o capitel, foi, no retábulo de Santa Teresa D'Ávila, colocada no friso, justamente a faixa central decorativa do entablamento clássico. As extremidades das aduelas deixam pendente um tímido festão sobre o camarim, contendo quatro rosetas miúdas semelhantes àquelas que ornamentam os frisos. O posicionamento das pilastras interiores e seu entablamento podem ser comparados ao “modi D” de ligação entre “a meia-coluna e a parede”, de uma gravura sobre madeira de Sebastiano Serlio reproduzida por Biermann e seus colaboradores (2015, p. 70). Distingue-se, abaixo do camarim, na base do retábulo, uma cartela com motivos vegetalistas em relevo que, juntamente com o festão já mencionado neste parágrafo, pertence ao repertório decorativo da talha maneirista. A decoração em talha está contida na estrutura, remetendo o observador ao “tipo de retábulo maneirista, onde a montagem arquitectónica vence a dispersão plástica da escultura” (BAZIN, 1983, v. 1, p. 264; PAIS DA SILVA, 1996, p. 115). Supõe-se ainda que o contraste do retábulo, revestido integralmente de decoração em talha, com as paredes internas e externas do edifício que o abriga, desprovidas de qualquer tipo de ornamento, assinala duas qualidades da arte maneirista: a ênfase dada à parte em detrimento do todo (SHEARMAN, 1978, p. 152) e a sobrecarga com a decoração de áreas relativamente pequenas de superfícies (HAUSER, 1993, p. 376). O retábulo de Santa Teresa D'Ávila está arruinado por marcas de pregos, perda de policromia, fissuras, desaprumo vertical (trono), entre outras patologias. Parte de sua ornamentação em talha parece ter sido objeto de furto. A imagem de Santa Teresa D'Ávila – três vezes furtada e recuperada, segundo informações de morador do Distrito – foi retirada da capela, sendo que o pesquisador teve acesso àquela escultura somente após se comprometer, por escrito, a manter em segredo sua localização.

Figura 5 – Retábulo de Santa Teresa D'Ávila, Capela de Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2015.

Incursoão A Duas Igrejas Matrizes

Conjectura-se que a Igreja Matriz de São Sebastião e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário exemplifiquem a combinação e a subordinação ao Maneirismo de elementos das correntes artísticas do Renascimento, do Barroco e do Rococó, contemporâneos da construção dos dois edifícios ou elaborados no decorrer de suas existências. A planta retangular da Igreja Matriz de São Sebastião e a fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, são, sob o ponto de vista da estrutura da edificação, características da arquitetura religiosa maneirista portuguesa (PAIS DA SILVA, 1996, p. 183). A fachada do prostilo, segundo a concepção do pintor e arquiteto quinhentista Cesare Cesariano (BIERMANN et al, 2015, p. 57), pode ter sido modelo indireto para o frontispício da igreja, mas seu alongamento vertical sugere o emprego do recurso estético anticlássico de deformação da arquitetura (HOCKE, 1974, p. 140), estendendo-se esta observação para as capelas que possuem frontarias semelhantes à da Igreja Matriz de São Sebastião, como a Capela de Santo Antonio (Distrito-sede). No interior do templo, o arco-cruzeiro possui pilastras compósitas com pedestais, podendo ser alusão ao pórtico compósito com pedestal de Vignola (VIÑOLA, 19-?, p. 112-113). Já na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, situada no Distrito de Padre Viegas, o avanço da fachada em relação às torres torna-se perfeitamente visível na medida em que o observador aproxima-se do edifício, mas não é bastante para acentuar o sentido de profundidade característico do Barroco, como se o

construtor tivesse hesitado entre a parede plana maneirista, que “gera e emana luz branca em alta frequência de vibração” (ARGAN, 1999, p. 384), e o fator claro-escuro obtido por meio de reentrâncias e saliências que conferem volume e profundidade às superfícies barrocas (PAIS DA SILVA, 1996, p. 129). O frontão de curvas, contracurvas e volutas possui feição rococó (BAZIN, 1983, v. 1, p. 167), mas sua altura e suas volutas competem por espaço com as torres laterais, tornando-o parte de um frontispício característico da arquitetura religiosa maneirista portuguesa (PAIS DA SILVA, 1996, p. 182). Em Minas Gerais, a inflexão da cornija sobre o óculo central é elemento de transição do Maneirismo para o Rococó (BURY, 1991, p. 108). Porém, a observação sugere que aquele elemento é menos “uma expressão arquitetural do movimento” (BAZIN, 2010, p. 12) do que um semicírculo de forte contorno recoberto de telhas, que forma ângulo raso com as semirretas opostas, igualmente retelhadas e de contorno pesado, que constituem a cornija. O relevo acentuado da cornija, impedindo a comunicação do frontão e das torres com os outros componentes da fachada, obedece também às convenções da arquitetura religiosa maneirista em território português (PAIS DA SILVA, 1996, p. 182). Pilastras com pedestal dividem a fachada em três segmentos verticais, conferindo-lhe um sentido de alongamento que colide com a linha horizontal do entablamento e reaparece nos vãos das torres sineiras de conformação atarracada, suscitando a ênfase do Maneirismo na contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). As aberturas concentram-se no segmento central da fachada, sendo que a arquitrave isola o óculo das janelas e da porta, por baixo, e a cornija isola-o do frontão, por cima, tendo-se a impressão de que o entablamento abre-se ao meio para acomodar o óculo que invade seu espaço. Por sua vez, a cornija, que limita o óculo, por cima, entra no espaço do frontão. A divisão do frontispício em segmentos verticais, a luta pela conquista de espaço, na zona superior da fachada, e o rígido sublinhado das cornijas, que impede articulação do frontão e das torres com outros elementos da frontaria, são características da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, observadas por Pais da Silva (1996, p. 182) nas igrejas construídas pelos padres jesuítas, na Índia Portuguesa. As janelas da nave única são rasgadas, dispoendo de sacadas com balaústres torneados em que as partes superiores e inferiores são iguais e invertidas, sugerindo uma referência ao Renascimento (CRAGOE, 2014, p. 207) encontrada em tratados italianos de arquitetura do século XVIII (BIERMANN et al, 2015, p. 183). A porta e as janelas rasgadas possuem vergas de “arco de círculo [...] porém, não pleno, com centro mais baixo que seus limites” (VASCONCELLOS, 1979, p. 107), que são comuns na arquitetura colonial mineira, conforme se infere do exame da coleção de desenhos do documentário arquitetônico de

Rodrigues (1979). Por outro lado, as janelas das torres laterais são de arco pleno com aduelas em relevo, tema encontrado nos tratados de Serlio e Vignola (BIERMANN et al, 2015, p. 63; 81). A coletânea de contribuições de correntes artísticas diversas, de componentes eruditos e vulgares, que parece compor a frontaria da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, reforça a suposição do caráter maneirista daquele templo – ao menos, da fachada –, pois a “obra de arte anti-clássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe, no presente, base factual para se afirmar a existência de um programa arquitetônico – intencional e institucionalizado – baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove

peças no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo n. 149353/2018-9). Este artigo é versão revista do trabalho de mesmo título publicado na *Revista RestauRO: arte, museu, arquitetura, cidade* (v. 2, n. 4, 2018) e na coletânea *O essencial da arquitetura e urbanismo 2* (Atena Editora, 2019).

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Livro de Lotação das Freguesias do Bispado de Mariana e Lista com Nomes e Datas de apresentação e colação de Párocos segundo os Mapas Paroquiais de 1826**. Armário 6.
- ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750**. Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4, Tomo II.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – arquitetura**. Rio de Janeiro, 1995.
- BAZIN, Germain. **Barroco e rococó**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.
- BIERMANN, Veronica et al. **Teoria da arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias**. Köln: Taschen, 2015.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BORIM, Alexandre et al. **Inventário de proteção do acervo cultural**. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.

BRAGA, Sylvia Maria Nélo. (Coord.). **Manual de conservação de cantarias**. [s. l.: s. n.], 2000.

BRASIL. Minas Gerais (Estado). Mariana (município). Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – COMPAT. **Patrimônio protegido do município de Mariana/MG**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzWEne8NnkDqbUt6Y3hncC1KNW8/view>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Mariana (MG)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. **Lauda técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. **Denúncia**, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Márcio. **Ouro Preto**: uma viagem em pedra e ouro. Itaúna: Márcio de Lima Carvalho, 2013.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHARLES, Victoria et al. **1000 obras-primas da pintura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: <http://domtotal.com/direito//pagina/detalhe/31867/codigo>. Acesso em: 18 jul. 2018.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura**: um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da terra do ouro**. São Paulo: S. A. Indústrias Graphicars-F. Lanzara, 1946.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Inventário da série “Termos de arrematação e contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1954.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASSI, Emily. **Maneirismo**. Florença: SCALA, 2011.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOCKE, Gustav René. **Maneirismo**: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JORGE, Fernando. **O Aleijadinho**: sua vida, sua obra, sua época, seu gênio. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MINKE, Gernot. **Manual de construção com terra**: uma arquitetura sustentável. São Paulo: B4, 2015.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e rococó no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. **Estudos sobre o Maneirismo**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Flávio Carneiro; MOREIRA, Maria Ângela Assunção. **Notas históricas sobre Passagem de Mariana: Passagem até o século XXI**. Mariana: Dom Viçoso, 2013.
- RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SHEARMAN, John. **O Maneirismo**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SMITH, Robert Chester. **A talha em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 30, n. 3, p. 187-213, 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- TIRAPELI, Percival. **Igrejas barrocas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2008.
- TRINDADE, José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELLOS, Salomão de. **Mariana e seus templos: (era colonial) 1703-1797**. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 2, p. 505-608, 1916.

VIÑOLA, Jacopo Barozzi de. **Tratado practico elemental de arquitectura ó estudio de los cinco órdenes**. Buenos Aires: Construcciones Sudamericanas, [19-?].

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A PAISAGEM TURÍSTICA: DESCOBRINDO AS POTENCIALIDADES DO TURISMO HISTÓRICO EM IPAUSSU- SP

*FROM AGRICULTURAL PRODUCTION TO THE TOURIST LANDSCAPE:
DISCOVERING THE POTENTIAL OF HISTORICAL TOURISM IN IPAUSSU- SP*

Emanuele Ruyz Pedraci
 Universidade Estadual de Londrina
 manupedracci@gmail.com
 Augusto Ruyz Pedraci
 Universidade Estadual de Londrina
augusto.ruyz_95@hotmail.com

RESUMO

A cidade de Ipaussu esteve sempre relacionada à agricultura, entretanto, o município está cercado de belas paisagens naturais, heranças históricas que estão simbolizadas na paisagem urbana e rural. Por isso a necessidade de discutir o tema de turismo na região, tão pouco explorado, mas com muito a oferecer. Este trabalho tem por objetivo apontar o desenvolvimento do turismo na cidade, como a geração de oportunidade de emprego, incentivo às inovações e ao conhecimento, na melhoria das infraestruturas e na valorização do lugar. Com a organização do turismo em Ipaussu, pode-se pensar na promoção de mais oportunidades de emprego e trabalhar na base da valorização do lugar e da melhoria de infraestruturas. Para a produção deste trabalho, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, fichamentos, análises de dados e idas a campo.

Palavras-Chave: Paisagens; heranças Históricas; Turismo; Ipaussu.

ABSTRACT

The town of Ipaussu has been completely linked to agriculture, so the municipality is surrounded by snowy species of nature, historical heritages that are symbolized in the urban and rural landscape. So it is necessary to explore the theme of tourism in the region, so little explored, but with much to offer. This work aims to develop tourism in the city, as a generation of employment opportunities, encourage innovations and knowledge, improve infrastructure and enhance the place. With an organization of tourism in Ipaussu, one can improve the capacity of employment and work on the basis of the valorization of the place

and the improvement of infrastructures. For the production of this work, using bibliographical researches, records, data analysis and field trips.

Keywords: Sights; historical heritages; Tourism; Ipaussu.

INTRODUÇÃO

A cidade de Ipaussu se localiza na micro-região de Ourinhos e na meso-região de Assis, a 350 km da capital paulista, próximo dos municípios de Bernardino de Campos, Chavantes, Ourinhos, Timburi e Ribeirão Claro (PR), localizado próximo da divisa de São Paulo com Paraná (Ver figura 1).

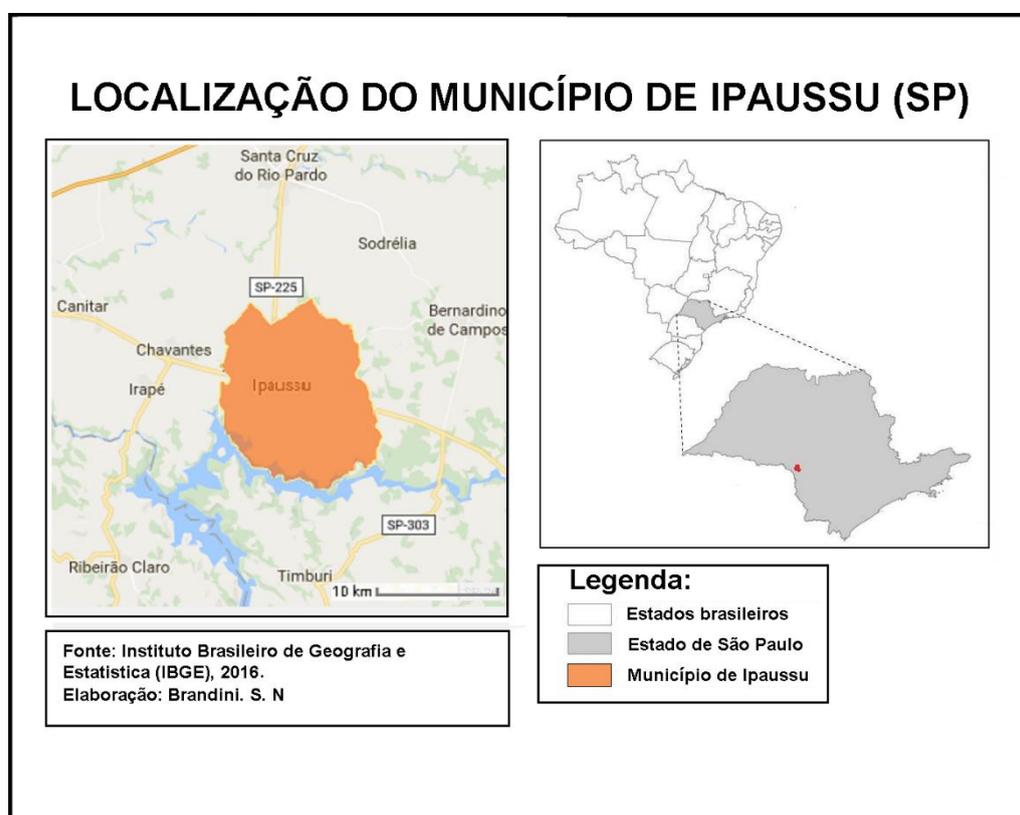


Figura 1 – Localização do Ipaussu (SP)
Fonte: Brandini. N, S, 2016.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2018, o município estava estimado em 14.869 mil habitantes, em uma área territorial de 209,554 km². Ainda de acordo com o IBGE, o PIB per capita do município em 2016 era de 25.058,43, podemos ressaltar aqui grande importância econômica da agricultura, fundamentalmente a produção de cana-de-açúcar, nos índices de Ipaussu.

O município de Ipaussu foi importante no período de expansão da cultura do café para o interior. Esse processo deixou marcas na paisagem da região, que são as estruturas que tiveram uma função para aquele período. Entretanto, muitas dessas estruturas históricas do município, com grande potencial turístico já foram derrubadas ou estão em processo de demolição. Estruturas estas que contam parte da origem e do percurso da cidade ao longo dos anos. Por isso a importância de conhecer estas estruturas e tentar, por meio da sua conservação na atividade turística, preservar um pouco da história de Ipaussu, presente na paisagem atual da cidade.

OBJETIVOS

Espera-se quem com este artigo, seja possível um maior aprofundamento sobre as questões turísticas e suas potencialidades para o município de Ipaussu, bem como a compreensão histórica da constituição do município, levando em consideração todos os interesses por de trás desta cidade. De forma que seja pensado e organizado um Plano Municipal de Turismo para Ipaussu, definindo as contribuições do turismo local para o desenvolvimento econômico e social do município.

Partindo de um diagnóstico municipal para adentrar nas diretrizes que tem por objetivo apontar o desenvolvimento do turismo na cidade, como a geração de oportunidade de emprego, incentivo às inovações e ao conhecimento, na melhoria das infraestruturas e na valorização do lugar. Com a organização do turismo em Ipaussu, pode-se pensar na promoção de mais oportunidades de emprego e trabalhar na base da valorização do lugar e da melhoria de infraestruturas.

METODOLOGIA

Para a produção deste trabalho, buscando um maior aprofundamento no tema, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, análise de obras selecionadas e fichamentos, para compreender a importância do turismo e como essa atividade pode contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural do local. Foram realizados também levantamentos de dados, para conhecimento da cidade trabalhada, bem como idas a campo e estudo de documentos. Esta é uma pesquisa de característica qualitativa.

DESENVOLVIMENTO

Para este artigo, se faz necessária compreensão dos conceitos de paisagem, espaço geográfico, lugar e turismo local. A paisagem para Santos (2008) é caracterizada pela transtemporalidade, ou seja, uma mistura de mosaicos de vários momentos da história. Segundo Santos (2008) a paisagem está para além dos aspectos visíveis, é um conjunto de percepções que chegam até os sentidos. Essas paisagens vão ser diferentes uma das outras devido ao conteúdo técnico específico, devido às novas necessidades para os objetos, mesmo que eles se mantenham no mesmo lugar. Os objetos de uma paisagem vão ganhar nova função para atender as necessidades daquele espaço no atual momento. A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as formas que realizam, no espaço, as funções sociais. (Santos, 2008)

Outro conceito fundamental para este trabalho é o conceito de espaço geográfico. Para Milton Santos (2008) o espaço geográfico é híbrido, pois está baseado na inter-relação entre sociedade e natureza, indissociável, solidário e contraditório, composto por um sistema de objetos e um sistema de ações. Esses sistemas possuem diferentes intencionalidades por parte dos atores que exercem influência das ações sobre os objetos, e dos objetos sobre as ações, caracterizando a dinâmica espacial.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não são considerados isoladamente, mas como quadro único na qual a história se dá (Santos, 2008, p. 63).

Santos (2008) utiliza ainda a classificação de formas e conteúdo, sendo que esses dois conceitos não podem ser trabalhados de maneira separada, pois são eles que vão caracterizar as dialéticas do espaço.

O espaço geográfico possui estrutura, processo, formas e função. A estrutura está relacionada com o capitalismo. Esse vai organizar o espaço de acordo com seus interesses. O processo são as ações para a produção do espaço. E a ação emanada da estrutura que faz a modificação sócio espacial. As formas são os aspectos visuais que servem para atender as necessidades humanas, forma é o objeto. A função é a atividade desempenhada pelo objeto, seu conteúdo.

Outro conceito importante para dar base a este trabalho é o conceito de lugar. Na geografia humanista, segundo Cavalcanti (1998) o lugar é o espaço vivido, são as relações de

afetividade com esse espaço. Ferreira (2000) trabalha o lugar na geografia humanista trazendo leituras de alguns autores, nessa corrente, as experiências humanas em um determinado lugar trazem um significado para o indivíduo, tem sentido de tempo, são lembranças dos indivíduos que participam de determinado lugar, parte das memórias individuais e coletivas. Sendo assim, um espaço dotado de lembranças individuais e coletivas, deveria ser preservado. Para a Geografia Humanista, é, portanto, o nosso sentido de tempo, de ritual, que em longo prazo cria nosso sentido de lugar e de comunidade (Ferreira, 2000)

Contrariando a geografia humanista, para a geografia crítica ou radical a globalização é um fator importante para analisar o lugar. Parte de escalas, questões do global afetam o local (Cavalcanti, 1998). Para o mundo contemporâneo, o conceito de lugar ganha mais importância, é uma construção social e parte das dinâmicas dos processos específicos que estão enraizados nos processos globais. Isto não implica na negação do mundo da experiência direta, mas aponta a necessidade de se compreender processos globais de trocas econômicas que interferem em nossa vida diária (Ferreira, 2000)

Segundo Santos (1998) o lugar tem sua importância a partir da formação de consciências, que estão presentes nos processos de globalização, no que o autor vai chamar de rugosidades. Os lugares devem ser concebidos como organizados em um contexto global. Diferem-se por aspectos físicos e pelas concepções da sociedade ante as situações presentes nos ambientes, cada lugar reagirá de maneiras diferentes.

O Lugar aparece em outras correntes, como a pós-moderna, que segundo Cavalcanti (1998) o lugar é analisado como fragmento e tem valorização do empírico-individual. Lugar passa a ser concebido como lugar de práticas e vivências, sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação. (Ferreira, 2000) Esse conceito passa a ser abordado segundo a realidade atual e a introdução de novas tecnologias de informação, é um espaço onde ocorrem práticas sociais. Lugar passa a ser interpretado através da dinamização do espaço.

O turismo local como afirma Rodrigues (2002) vive das especificidades dos lugares e em sua valorização, pensando em microescala. Nesse sentido, devem-se atender as necessidades locais, incentivando projetos alternativos de turismo, deixando um pouco de lado a ideia de apenas geração de renda, como também apoiando o mercado de trabalho. Pois, seguindo a linha de raciocínio da mesma autora, o turismo local seria também uma alternativa para os excluídos, tendo a potencialidade de absorver os desempregados em novos projetos e estratégias, por exemplo, a partir da formação de microempresas e cooperativas trabalhistas.

Da mesma maneira, Coriolano (2003) assevera que pautar no turismo interno além de valorizar o lugar, acaba por gerar renda, dar uma dinâmica na economia local, proteger o patrimônio natural e recuperar, ressaltar, e preservar o patrimônio histórico cultural.

Sendo assim, compreendendo esses conceitos, pode-se relacionar a perspectiva de transformação do espaço em Ipaussu. A paisagem está repleta de estruturas históricas inseridas no espaço geográfico do município de Ipaussu. Esses espaços se tornam lugares de memórias individuais e coletivas da população ipaussuense. Entretanto, esses lugares sofrem alterações do contexto atual e da globalização. Aos poucos, esses locais perdem interesse da população e são esquecidos, não tendo grande valor afetivo para as gerações mais novas. Mas é um recorte espacial que traz para o presente, uma parte da história do passado do município, e, portanto, devem ser preservados através da atividade turística, para que todas as pessoas possam ter contato com estruturas que simbolizam a origem e o desenvolvimento da cidade de Ipaussu.

Faz-se necessário para a compreensão da importância deste trabalho os processos históricos de Ipaussu. O desenvolvimento e organização da cidade estiveram sempre relacionados à agricultura, entretanto, o município está cercado de belas paisagens naturais, heranças históricas que estão simbolizadas na paisagem urbana e rural, a cultura da cidade, caracterizada por uma mistura de diferentes povos, entre outras potencialidades turísticas que são esquecidas ou desvalorizadas. Por isso a necessidade de discutir o tema de turismo na região, tão pouco explorado, mas com muito a oferecer.

A história de Ipaussu, começa no final do século XIX. As áreas da região desconhecida do interior do estado de São Paulo, próximas às margens do Rio Paranapanema e do Rio do Pardo, ficaram conhecidas como “Sertão de Avaré”. Dois desbravadores por nome de João Antônio Justino e João Correa de Miranda, vindos de Botucatu chegaram até onde hoje está a cidade de Ipaussu, onde havia um coqueiro que foi considerado o marco zero da cidade. Caminharam até encontrarem uma ilha próxima ao Paranapanema, onde mais adiante havia outros colonizadores. Nesta região havia forte presença indígena que foi se dissipando pela importunação do homem branco.

Segundo a Câmara Municipal de Ipaussu (2019), o município estava na condição de dependente de Santa Cruz do Rio Pardo até que, de acordo com a lei nº 550, de 13 de agosto de 1898 foi elevado distrito da Paz, passando a possuir registros civis de sua população. Ipaussu apresentava um crescimento natural, devido a isso, com a denominação de “Ilha Grande do Paranapanema”, através da lei estadual nº1038, de 19 de dezembro de 1906, por

grande pressão do Dr. Cleophano Pitaguari de Araújo, na época deputado estadual, o local é elevado a condição de Vila. Entretanto, apesar desses percursos terem sido importantes, ainda se via sob dependência de Santa Cruz Do Rio Pardo.

Passados alguns anos, Ilha Grande do Paranapanema já estava sendo reconhecida como grande produtora de café. A região que João Antônio Justino e João Correa de Miranda percorreram se desenvolveu de maneira mais intensa com a chegada da Sorocabana, importante ferrovia que conectava as regiões do interior do estado de São Paulo até a capital.

A chegada da Sorocabana no ano de 1908 à Ilha Grande do Paranapanema foi muito importante à prosperidade da vila, e o dinamismo desta experimentou uma nova dinâmica em seu modo de vida. Para se fazer uma ideia da Ipaussu daquela época, basta dizer que na fase inicial contávamos única e tão somente com 4 fazendas. A saber: São Luiz e Santa Hermínia; Santa Augusta e Bela Vista. (Câmara Municipal de Ipaussu, 2019).

Com uma economia importante na produção de café, mas com o favorecimento de outra cidade, pessoas sendo registradas como originadas naquele local, cresce um forte sentimento de autonomia na população de Ilha Grande.

Os moradores querem a emancipação. O anseio de liberdade foi, ao que tudo indica, um forte movimento comunitário que envolveu cada família aqui radicada. E não podemos nos furtar de reconhecer, em especial, o valor e a fibra dos líderes que conduziram e deram corpo a esse ideal. Nunca avaliaremos com exatas medidas o mérito dos condutores desse processo libertário. Esses líderes tiveram muitas qualidades ao mesmo tempo, ou muito bem distribuídas entre os próprios, pois lançaram a semente e ela germinou com tal força que ninguém conseguiu conter o ímpeto de separação de Santa Cruz do Rio Pardo e aqui traçar o próprio destino da população. (CÂMARA MUNICIPAL DE IPAUSSU, 2019).

Esse movimento de separação e autonomia movimentou a população de uma maneira geral no ano de 1914. Nos meses finais deste ano, a Câmara de Deputados aprova o projeto de elevação a categoria de município, mas somente no ano de 1915 é aprovada a autonomia do município pela Lei Estadual Nº 1465, de 20 de setembro de 1915, com a denominação de “Ipaçu”, tendo sua grafia modificada tempos depois para “Ipaussu”.

Em 15 de novembro de 1915, acontece em Ipaussu a primeira eleição de sua história, tendo o município como prefeito Coronel Henrique da Cunha Bueno, a religião predominante era o catolicismo e, para a formação da comunidade de Ipaussu contribuíram a imigração Italiana, Espanhola, Japonesa e Alemã, por volta de 1955 inicia-se um trabalho assistencial no

município, pela esposa do prefeito criando uma fundação, a Fundação Henrique Da Cunha Bueno em Ipaussu.

Ipaussu teve um grande crescimento, devido à produção de café, muito presente na região no início do século XX, levando-o a elevação de vila, conseqüentemente distrito e município de maneira muito rápida. Com seu processo de desenvolvimento, Ipaussu possui vários locais a serem explorados pelo turismo, este artigo apresentará alguns desses potenciais turísticos do município.

RESULTADOS

O município de Ipaussu está fortemente ligado à agropecuária, desde sua origem. Para tanto, a história da cidade está presente nas estruturas que restaram na paisagem, que contam a história local de Ipaussu. O turismo no município de Ipaussu proporcionaria mais um ramo no setor econômico do município, já que o mesmo depende sumariamente da geração de renda vinda do cultivo da cana-de-açúcar.

Sendo assim, o desenvolvimento do turismo em Ipaussu levaria a uma geração de empregos, a presença de inovações tecnológicas e suporte educacional e técnico, o aprimoramento das infraestruturas locais (estradas e saneamento básico, por exemplo) para que o acesso e a permanência sejam de qualidade e para suprir as necessidades geradas pelo turismo no município. Com o desenvolvimento da atividade turística no município, seria possível estimular a valorização do lugar, contando com a participação da população.

Ipaussu tem um grande potencial turístico muito pouco explorado. Um exemplo são as fazendas antigas, que contam um pouco da história da região, que teve sua origem e desenvolvimento fortemente baseada na agricultura.

Uma dessas fazendas que está estruturada até os dias atuais, é a Fazenda Palmeiras, que foi importante no período de produção do café, contanto inclusive com trilhos de trem cortando a fazenda (Ver figura 2). Parte do espaço desta propriedade poderia transformado e desenvolvido como atividade turística, pois nela existem estruturas antigas que trazem para o presente, um pouco da história da cidade.

Figura 2: Túnel para vagonetes na Fazenda Palmeiras



Fonte: Jornal Biz, 2018.

Neste local existem casas construídas para abrigar os antigos e novos trabalhadores da fazenda, casas estas que foram construídas quando a produção era majoritariamente de café, há também uma igreja que funcionava ali, um cinema dentro da propriedade, que mostra a imponência da fazenda naquele período, mas que hoje está abandonado, (Ver figura 3).

Essas são algumas das estruturas da propriedade que retratam a importância da produção de café no início do século XX, na região, período de origem do município de Ipaussu, bem como contam histórias e alguns cidadãos que por ali tiveram sua vivência e sem eles, a cidade de Ipaussu não teria seu desenvolvimento, da maneira como foi.

Figura 3: Estrutura onde funcionava o cinema da Fazenda Palmeiras



Fonte: Murilo Brustolin Belleza, 2018.

Como construção de acesso público da própria cidade, há uma antiga estrutura que antes era utilizada como estação ferroviária, construída em 1908, (ver figura 4) reformada em 1960, que foi fundamental para o escoamento da produção de café da região, bem como transporte principal de viajantes, que, em sua maioria, buscavam melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, atualmente esta estrutura está abandonada e degradada.

Foi o local onde muitas pessoas circulavam. Essa antiga estação conta à história de moradores que vieram para Ipaussu no período da grande expansão da cafeicultura, e que depois de sua queda, se viram obrigadas a sair da cidade para buscar trabalho em outros lugares, bem como residentes que nasceram no município, saíam de suas casas para estudar em outras cidades, muitos desses não voltaram a residir na cidade, mas possuem lembranças do local. Se transformado em local turístico, poderia trazer para visitação, esses cidadãos que saíram da cidade, mas que por ela nutrem um forte sentimento de afetividade. Próximo à estação está um grande armazém de café, também desgastado pelo tempo e a não preservação por parte do poder público.

Figura 4: Inauguração da estação de Ilha Grande em 1908



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2008.

Outra fazenda importante para desenvolver o turismo na cidade de Ipaussu, é a Fazenda Santa Hermínia, uma das primeiras propriedades rurais do município, presente nos dados históricos encontrados no site da Câmara Municipal de Vereadores. Na fazenda além de belas paisagens naturais, há também as ruínas de uma comunidade antes habitada por trabalhadores da fazenda, em seu período de produção de café. Esta comunidade contava com algumas residências, um grande caixa d'água, uma escola, que simbolizavam a importância da propriedade e de suas estruturas, e como o catolicismo era a religião principal na região naquela época, há também a presença de uma antiga igreja (Ver imagem 5).

As estruturas desta propriedade, apesar das ações naturais e do tempo em que existem, não sendo mais utilizadas por pessoas, não havendo então reformas e manutenção, estão de certa forma bem conservadas, facilitando sua transformação em paisagem turística.

Figura 5: Igreja da Fazenda Santa Hermínia



Fonte: Acervo pessoal

As propriedades aqui apresentadas são de poder privado, vale ressaltar que apenas com autorização dos proprietários as fazendas podem ser abertas ao público. O município de Ipaussu possui uma secretaria de turismo, agregada com esporte, entretanto, no próprio site da prefeitura não há uma transparência que mostre ao público, potencial interessado turista, os atrativos que a cidade possui, tendo apenas informativos da categoria do esporte. Sendo que Ipaussu é uma cidade com grande potencial para a atividade turística, não só do turismo histórico do qual este artigo se dedica, mas também ao cultural, de aventura, rural, entre outros.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano e conhecimento geográfico. In: **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Editora Papirus, Campinas, 1998. P. 121-136

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). **Turismo de Inclusão e Desenvolvimento Local**. EDUECE, 2003

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/ipaussu.htm> Acesso em março de 2019.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções Recentes do Conceito de Lugar e Sua Importância Para o Mundo Contemporâneo. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, 2000 p. 65-83

História de Ipaussu – Câmara Municipal de Vereadores. Disponível em: <<https://www.camaraipaussu.sp.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214>> Acesso em março de 2019.

Ipaussu- IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ipaussu/panorama>> Acesso em março de 2019.

Prefeitura Municipal de Ipaussu. Disponível em: <<https://www.ipaussu.sp.gov.br/>> Acesso em março de 2019.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo local: Oportunidades para a inserção. In. **Turismo: desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. O Espaço: Sistema de objetos, sistemas de ações. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora da Universidade de São Paulo (eduesp) Edição 4, São Paulo, 2008, p. 19-87

SANTOS, M. O espaço geográfico, um híbrido. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora da Universidade de São Paulo (eduesp) Edição 4, São Paulo, 2008, p. 89 - 110

SANTOS, Milton. Paisagem e espaço. IN: SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 6° edição. Editora EdUSP. São Paulo. 2014. p. 67-80.

SANTOS, M. Uma necessidade epistemológica: a distinção entre paisagem e espaço. In: SANTOS, M. O espaço geográfico, um híbrido. In: Santos, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 103-110.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL IDENTITÁRIO ACERCA DA FIGURA DO PALHAÇO PRESENTE NAS FOLIAS DE REIS DE CARMO DO RIO CLARO, SUL DE MINAS GERAIS DE 2004 A 2018

THE CONSTRUCTION OF AN IDENTITY PROFILE ABOUT THE FIGURE OF THE CLOWN PRESENT IN "FOLIA DE REIS DE CARMO DO RIO CLARO", SOUTH OF MINAS GERAIS STATE, FROM 2004 TO 2018

Fábio Martins

Mestrando em Gestão do Território pelo programa de pós-graduação em Geografia-UEPG/PR. Professor de Artes SEED/PR.
artefabio@yahoo.com.br

Ana Helena da Silva Delfino Duarte

Professora do Instituto de Artes - IARTE/UFU. Professora nos programas de pós-graduação IARTE/UFU e no Programa de pós-graduação em Museologia da UFBA. Pesquisadora dos núcleos de pesquisa - NUPPE (UFU - Lider), GREC (UFBA), NEHSC (PUC/SP).
anaduarte@ufu.br

RESUMO

Neste artigo apresentam-se elementos que configuram o perfil identitário acerca da figura dos Palhaços presentes nas manifestações de catolicismo popular das Folia de Reis da cidade do Carmo do Rio Claro, Sul de Minas Gerais - Brasil. Para tanto, foram utilizados métodos oriundos da História Cultural, tendo como foco a História oral; da antropologia por meio da descrição densa, cujo discurso aqui se estabelece na dialética da memória, entre o passado e o presente; mediante observações diretas, indiretas, registros fotográficos, audiovisuais de aspectos singulares relativos à iconografia, iconologia, ritos, performances, versos, falas, tradição, religiosidade e fundamentos constituintes de sua identidade cultural.

Palavras-Chaves: Palhaço, Folia de Reis, Cultura Popular, Tradição.

ABSTRACT

This article presents some elements that configure the identity profile about the figure of the Clowns present in the manifestations of popular Catholicism of "Folias de Reis" held in the city of Carmo do Rio Claro, South of Minas Gerais / Brazil. Therefore, different methods were used, from Cultural History, focusing on oral history; from anthropology through the thick description, which speech here is established in the dialectic of memory, between the past and the present; through direct and indirect observations, both photographic and audiovisual registries of singular aspects related to iconography, iconology, rites, performances, verses, speeches, tradition, religiosity and constituent foundations of his cultural identity.

Keywords: Clown, Kings' Folly, Popular Culture, Tradition.

INTRODUÇÃO

A cidade de Carmo do Rio Claro situa-se na Mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais com população estimada de 21.180 habitantes (IBGE, 2010). Possui em sua paisagem cultural um vasto patrimônio cultural, com traços que vão do período pré-histórico, pré-colonial ao colonial, além de uma diversidade de saberes e práticas populares.

De acordo com Porto (1982, p.9), essa região denominada de Sul Mineira após a segunda metade do século XVII teve na pecuária o primeiro fator econômico de ocupação de seu solo, no qual paulistas e fluminenses montaram fazendas de criação de gado em larga escala na região e logo após a descoberta do ouro no estado consagrou-se um forte desenvolvimento político-econômico. Posteriormente a região foi sendo ocupada por portugueses com o desejo de fazer fortunas nestas terras, e escravos eram usados como mão de obra nestas fazendas. Diante do encontro desses povos, originou-se o folclore regional, caracterizado pela ligação umbilical entre as manifestações folclóricas portuguesas e tradições de origem africana como o Congado¹¹² e as Folias de Reis.

As Folias de Reis têm como fundamento, a representação da passagem bíblica do Evangelho de São Matheus (2: 1-12), que narra a viagem dos Magos do Oriente guiados por uma estrela do oriente para adorar menino Jesus na cidade de Belém de Judá e ofertar-lhe presentes: ouro, incenso e mirra. Nesta passagem bíblica, os Magos em sua parada por Jerusalém são orientados pelo Rei Herodes a enviar-lhe informações exatas sobre o menino

¹¹² Congada ou Congado vem do termo congo, que significa congar, dançar, expressão própria dos festejos do Antigo Reino do Congo, na África Central, para comemorar nascimentos de príncipes e colheitas bem sucedidas. (ROVAL, 2015, p.4).

quando o encontrasse, mas estes são avisados em sonho sobre as más intenções do Rei, para que durante sua viagem de volta retornassem as suas regiões de origem por outro caminho¹¹³.

Os grupos de Foliões saem em suas jornadas entre o período de 25 de dezembro a 6 de janeiro e são compostos por embaixadores, mestres, contramestres, instrumentistas, bandeirista e palhaços (fotografias: 1,2).

Fotografia 1 - 2: Companhia de Reis Estela do Oriente, Local: Carmo do Rio Claro, 2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

Já a figura dos palhaços conforme aponta Porto (1982), têm obrigações e proibições específicas. Estes personagens recebem nomeações diferentes em diversas regiões do Brasil, tal como marungos, alferes e no Sul de Minas denomina-se “Bastião”, cuja nomenclatura está associada a “Corruptela de Bastão, objeto geralmente usado por eles para suas evoluções acrobáticas”. O autor afirma que existem variações quanto á simbologia e representações posta entorno deste personagem:

Confundindo e misturando os textos de Matheus II, 1 a 12, e Matheus II, 13 ss., não fazem distinção entre a visita dos Magos e perseguição que o Rei Herodes moveu contra o Menino, temendo haver nessa criança um futuro pretendente ao seu trono. Assim, às vezes os palhaços são interpretados como os Reis Magos (quando estão sem máscaras), às vezes como soldados de Herodes, enviados para matar o menino Jesus, e convertidos milagrosamente à passagem dos Reis. Existe também, embora menos frequente a interpretação de que os palhaços seriam pessoas que faziam micagens para retardar, com seu humorismo, as tropas de Herodes, envidadas para matar o menino (PORTO 1982, p.20).

Dado exposto, o recorte de pesquisa investigado refere-se à figura do palhaço presentes nas manifestações de catolicismo popular das Foliás de Reis de Carmo do Rio

¹¹³ Consultar livro Matheus (2: 1-12). In: SAGRADA, Bíblia. 184ª Edição Claretiana. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2009.

Claro-MG, na qual prevalecem discussões acerca de elementos que configuram um perfil identitário destes personagens.

Cabe ressaltar que a presente análise delineou-se a partir de observações vivenciadas em campo ente os anos de 2004 a 2018. Para tal, utilizam se aportes teórico-metodológicos propostos pela História Cultural e pela Antropologia, e traz como foco de análise as narrativas coletadas através de entrevistas semiestruturadas com palhaços e ex-palhaços das Folias de Reis de Carmo do Rio Claro-MG.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

De acordo com Meihy (1996), a História Oral mantém um vínculo significativo com a memória, pois “memória, imaginação e representação são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente”. (MEIHY, 1996, p.62).

Segundo o autor, ao se falar de memória, podemos refletir acerca de memórias individuais, ou seja, aquelas que dão sentido às situações sociais e as memórias grupais, que são filtradas de narrativas pessoais produzindo sentido às memórias culturais. Nesse viés, Meihy (1996, p.70) descreve a memória como dotada de alguns adjetivos, tais como: memória cultural, “social”, “política”, “coletiva”, na qual a memória de um conjunto de pessoas deve sempre evocar a identidade do grupo que a gerou, para que se possa deste modo, estabelecer diálogos entre o pessoal (indivíduo) e o geral (social).

A história oral pode ser feita a partir de uma pessoa ou um grupo de pessoas e de acordo com Meihy é sempre social, pois o indivíduo só se explica na vida comunitária. Nesse sentido, “a história oral é o resultado de experiências que vinculam algumas pessoas as outras, segundo pressupostos articuladores de identidades decorrentes de memórias culturais”. (MEIHY, 1996, p.79).

Em se tratando de método, Pesavento (2013) aponta a contribuição e aproximação da Antropologia com a História Cultural através do método de análise formulado pelo antropólogo Clifford Geertz denominado de descrição densa. Método este, que vai além da utilização de certos conceitos explicativos, relacionados ao domínio do simbólico e a representação.

Fornece ao Historiador um método altamente significativo para realizar a pesquisa intensa, descrevendo a realidade observada nos seus mínimos detalhes e correlação de significados possível, a descrição densa em

antropologia ensinou como explorar as fontes nas suas possibilidades mais profundas, fazendo-as falar e revelar significados. Não se trata como o nome pode sugerir, de descrever o objeto minuciosamente, mas sim de aprofundar a análise do mesmo, explorando todas as possibilidades interpretativas que ele oferece o que só poderá ser dado por meio de um intenso cruzamento com outros elementos, observáveis no contexto ou fora dele. (PESAVENTO, 2013, p.66).

A cultura de acordo com Pesavento (2013, é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, pois admite se que os sentidos conferidos as palavras, às coisas, às ações, e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa.

Para Geertz (2012) o conceito de cultura é defendido como essencialmente semiótico. Acredita-se, tal como Max Weber que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e cuja cultura é assumida como sendo estas teias de modo que sua análise ocorre “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, a procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais na sua superfície”. (GEERTZ, 2012, p.4).

O conceito de cultura denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. É fora de dúvida que termos como “significado”, “símbolo” e “concepção” exigem uma explicação. Mas é justamente aí que de ocorrer o alargamento, o aprofundamento e a expansão. (GEERTZ, 2012, p.66).

Dessa forma, o texto antropológico é apontado por Geertz (2012) como um empreendimento científico e do qual o objetivo da antropologia é visto como “alargamento do universo do discurso humano”, objetivo este na qual o conceito de cultura semiótico se adapta. “Como sistema entrelaçados de signos interpretáveis ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é descrito com densidade. As coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem”. (GEERTZ, 2012, p.10).

O autor apresenta ainda a discussão de análise da crença e prática religiosa enquanto sistema cultural, de modo que os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo. Além do que formulam uma congruência entre uma metafísica específica e um estilo de

vida particular, ou seja, “o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – quadro do que fazem, do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem”. (GEERTZ, 2012, p.67).

Dentro desta ótica, o presente trabalho, propõe tecer um diálogo em face das teias de significados construídas e reconstruídas por estes personagens e, através do método histórico-antropológico em diálogo com fontes de observações diretas e indiretas, tendo em vista o exame de suas narrativas postas por meio da oralidade, além de registros fotográficos e audiovisuais; dos quais possibilitaram à análise de elementos relativos à iconografia, iconologia, ritos, performances, versos, tradição, religiosidade popular, elementos estes passíveis de discussões acerca de suas funções e particularidades, fundamentos e alteridades constituintes de sua identidade cultural.

BASTIÃO: FUNDAMENTOS E RITOS

A partir das premissas conceituais, apresenta-se como destaque a ênfase dada às entrevistas orais, que resultaram na transcrição de 14 páginas em linguagem coloquial a respeito à fala dos entrevistados, sendo estas, concretizadas durante a segunda semana de janeiro de 2018, período subsequente ao encerramento das atividades dos foliões. Foram entrevistados quatro integrantes de três Folias de Reis diferentes, sendo que destes, dois palhaços ativos, um que hoje exerce outra função dentro do grupo e outro que já não participa mais das jornadas.

No que se refere à fala dos dois “ex-palhaços” com idade entre 42 e 45 anos, constatou-se um resgate constante de memórias, entre o que os palhaços representavam no passado, e o que representam no tempo presente. Vivências e sentimentos de pertencimento ligados a uma tradição que vem aos poucos se modificando e se readaptando em face dos desafios postos pelas dinâmicas da presente sociedade.

Cabe aqui ressaltar, que em decorrência de uma constância, similaridade e cruzamento de informações obtidas nas entrevistas orais, foi selecionada e dado maior enfoque a entrevista realizada com Edson Gonçalves de Souza¹¹⁴, 42 anos, filho de José Alvino, fundador e dono da Companhia Estrela da Guia, enfoque este devido sua vasta experiência e extensa caminhada como representante da figura do Palhaço, além de ocupar diversas funções enquanto folião ao longo de jornada na Companhia.

¹¹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 11 de janeiro de 2018.

Dessa forma, apresenta-se na sequência esse diálogo, desenvolvido a partir de narrativas que tecem relações constantes entre passado e presente, pelo intermédio de memórias. Entende-se que suas falas são de significativa importância na tentativa de se traçar um perfil indetentário acerca da figura do Palhaço em lócus.

Nesse sentido, é preciso sublinhar que, em Carmo do Rio Claro e região do Sul de Minas a figura do Palhaço é conhecida como “Bastião” e as Foliás de Reis são denominadas de “Companhias de Reis”. O Bastião, de acordo com Edson G. Souza (2018) seria uma representação do Guarda do Rei Herodes, cuja função se delimitaria em proteger, guiar e adiantar a viagem dos Foliões.

Na nossa região ele realmente é tido como um guarda, pra livrar a bandeira, pra livrar os Reis do perigo. O Bastião entra na caminhada dos Reis praticamente no último dia de viagem, quando os Reis passam por Jerusalém pelo palácio do Herodes. O Bastião seria um guarda do Herodes e veio pra guardar os Reis da viagem, a partir de Jerusalém até Belém. Daí um pouco aquelas vestimentas que eles usam, a coroa, a máscara, porque é um guarda mascarado pra ninguém o conhecer. Com a ordem e determinação de quando encontrasse o menino né, garantisse que os Reis fossem voltar até ele, e que ele matasse o menino também. Não existe uma quantidade certa de palhaço, se precisa de um pra poder tá dando início. Assim, não tem como você tá andando sem um palhaço, tem que ter um palhaço perto da bandeira, aonde à bandeira tiver, onde é que ela pisar, você tem que ter o palhaço junto. (Entrev. SOUZA, 2018).

Observa-se durante suas narrativas, que existe a busca em justificar as representações postas diante da figura do palhaço, estabelecendo relações de significado entre o imaginário popular e os fundamentos postos pelo evangelho de Matheus.

Faz se importante destacar que, o palhaço é cercado por limites postos diante da sacralidade de dois objetos: a bandeira (que carrega consigo a representação dos Três Reis Magos durante a viagem até Belém, ou adoração ao menino Jesus) e o presépio (que representa o nascimento e adoração do menino Jesus pelos Três Reis Magos). Sendo assim, os palhaços nos momentos de relação com esses dois objetos sagrados, se comportam com seriedade e respeito. Relações estas postas em meio a vários ritos, dos quais os foliões fazem alusões e representações referentes ao ponto chave que os movem: a adoração ao nascimento do menino Jesus.

Nesse sentido, essas representações referenciam passagens do evangelho que ocorrem antes e após o nascimento de Jesus, sendo estas, representadas por trajetos percorridos pelos Foliões na busca por encontrar o menino Jesus cujo momento auge

evidencia-se pela adoração e redenção dos palhaços em frente ao presépio, que pode ser encontrado nas casas de devotos e durante a festa de encerramento, como apresentado nas fotografias 3 e 4, respectivamente.

Fotografias 3 - 4: Palhaços, Companhia Estrela do Oriente: Louvor ao presépio. Local: Carmo do Rio Claro, 2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

Em Carmo do Rio Claro, a figura do Palhaço se faz presente o tempo todo junto a Bandeira, nunca podendo ultrapassá-la, salvo em caso de duas Folias se encontrarem para saudação da bandeira do outro grupo.

Mesmo nos momentos de cantoria, quando os Foliões adentram as casas, o palhaço acompanha a bandeira, fazendo a ponte entre o embaixador e o dono da residência, e nesse processo, assume papel importante de mediação. Com o uso de trovas (versos), tem por função encurtar o tempo das cantorias, já que os Foliões dispõem de pouco tempo para realizar suas apresentações, estas que só acontecem no final da tarde após o expediente de seus trabalhos, ressaltando que existe uma grande demanda de devotos em recebê-los durante suas curtas jornadas.

A respeito dessa função do palhaço Edson G. Souza (2018) descreve que:

É muito interessante a cultura do palhaço na folia porque ele adianta a jornada, por exemplo, a pessoa recebe a bandeira lá na porta e ele com versos saúda o dono da casa, e pede licença pra companhia entrar. A princípio o Bastião, era pra guardar os Reis e proporcionar que eles tivessem uma viagem segura até o menino. O papel do palhaço nisso tudo, além de distrair os inimigos pra que os Reis passassem, e garantir uma boa viagem dos Reis, seria pra adiantar a vigem dos Reis, porque Herodes tinha pressa de saber notícias e nisso na companhia também acontece. Um exemplo de Saudação na porta de casa, antes dele fazer qualquer saudação, ele tem que saudar o dono da casa: *Os três reis vem chegando nessa hora abençoada, Viva o dono da casa com sua família honrada*. Então no decorrer da caminhada da Companhia, ele adianta e muito, o trabalho dos foliões, ele chega numa casa e faz uma saudação falada em trova (versos), ai ele consegue colocar a companhia dentro de casa com mais facilidade, porque

do contrário a companhia teria que tocar pedindo licença para entrar na casa. Ele poupa nada, nada, dez minutos de cantoria. (Entrev. SOUZA, 2018).

Adentrando a casa, os palhaços mantêm uma postura mais serena e quando encontram se com o presépio em uma residência, eles retiram suas máscaras e ajoelham-se, como sinal de arrependimento ou redenção e, a partir daí, realizam saudações em versos diante do presépio. De acordo com Edson G. Souza (2018), nesse momento os palhaços também têm essa função de encurtar o tempo de apresentação musical, saudando o presépio em versos, como por exemplo:

Muitos anos antes de Cristo, um profeta anunciou,
 Que de uma virgem ia nascer, um grande Rei Salvador,
 Completando aquele tempo, um sinal apareceu,
 De uma divina luz, do céu um anjo desceu,
 Desceu na galileia, onde estava a Virgem Maria,
 Coberta com seu manto, que para ela assim dizia,
 Ó Maria concebida, iluminada de esplendor,
 Dará a luz a um filho, para ser o salvador,
 Maria muito simples, na hora se assustou,
 Pois era virgem e não podia ser a mãe do salvador,
 Mas o anjo do senhor deu a ela a explicação,
 Que ia ser mãe, pelo mistério da divina encarnação,
 Maria então respondeu, eis a serva do senhor,
 Segundo a sua palavra, e o anjo se retirou,
 Vinte e cinco de dezembro, um dia de alegria,
 Que nasceu o novo Rei para ser a nossa guia,
 Jesus Cristo foi nascido em Belém de Judá,
 E os reis do oriente, aos seus pés veio beijar.
 Ai nessa hora a companhia beija o menino Jesus e já sai cantando pro dono da casa, aí você encurta o trabalho dos Foliões um pouquinho. (Entrev. SOUZA, 2018).

Realizada a saudação do presépio, Edson G. Souza (2018) aponta que o Palhaço ainda assume o papel de mediador entre o Dono da casa e o embaixador:

Dentro da casa, a pessoa empunhando a bandeira, o Bastião que tem missão de perguntar pra pessoa: como é que você quer que cante? Você quer que cante em versos pra você, pra família, quer que canta verso separado? É fazer essa ponte, entre a pessoa que tá segurando a bandeira (dono da casa) e o capitão da folia, que é o repentista que vai criar os versos da forma que ele pedir. Quando se tem algum doente na casa, quem canta é o embaixador, o palhaço é o que recebe os pedidos e passa pro embaixador; exemplo: quero que cante um verso pro meu pai falecido e quando termina de cantar o palhaço pergunta ao dono da casa: Tá satisfeito? Daí se sim, encerra se a cantoria. (Entrev. SOUZA, 2018).

Como já relatado, dentro das casas, os palhaços permanecem ao lado da Bandeira durante todo o momento de cantoria dos Foliões, ali apresentam uma dança mais contida, acompanhada de um balanceio, com sussurros característicos monossílabos e com seu bastão vão marcando o ritmo da música, diante de seu pulsar ritmado a partir da musicalidade ali apresentada.

Assim, Edson G. Souza (2018) destaca que: “[...] dentro da casa a gente pede pra que ele dance, mas que mantenha a posição mais firme como sendo um guarda mesmo. Sabe ele até ajuda o ritmo da Folia, pra ficar mais como um maestro, ali como que valsando”. Finalizada as cantorias, o Palhaço tem que se atentar a mais uma de suas funções, pois caso o dono da casa coloque enfeites, dinheiro, esmola na bandeira, cabe ao palhaço agradecer versando e depois retirá-los.

Ainda dentro da casa, o Palhaço tem que ficar atento, principalmente quando a Folia se encontra na zona rural do município, pois nesses locais, em algumas ocasiões costumam prender o palhaço. Isso pode acontecer caso o dono da casa pegue sua espada e a coloque no quarto, onde também esconde dinheiro e, ele só solta o palhaço depois que este encontra o dinheiro ali escondido, tendo que versar incessantemente ao dono da residência, até que o convença em soltá-lo. Situação está, descrita por Edson G. Souza (2018) da seguinte forma: “Se o dono da casa conseguir passar a bandeira pra frente do palhaço, ele tá preso. Se o dono da casa conseguir colocar o palhaço entre ele e a bandeira, o palhaço tá preso”. (Entrev. SOUZA, 2018).

Como já mencionado, outro detalhe importante a se aprofundar refere-se às performances verbais e corporais dos palhaços expressas por meio de versos, diante dos mais variados ritos que compõe o ciclo do festejo e das variadas situações que lhes são postas.

Nesse sentido, as saudações em trova (versos) constituem uma de suas funções primordiais, exigindo alto grau de criatividade, já que grande parte delas é improvisada de acordo com as diferentes situações que lhes são impostas, em momentos distintos dos ritos.

Vários são as situações em que se abre espaço para essas declamações e elas acontecem tanto em momentos de descontração, como em ritos envolvendo fé e sacralidade. Nesse momento da entrevista, Edson G. Souza (2018) tenta explicar improvisando uma trova ao autor do trabalho enquanto pesquisador. “A trova é um improviso, é um repente, como que eu vou te explicar, quando a gente tá fora da farda assim é meio difícil, vamo lá, vamo tentar”:

Hoje eu tô com alegria, estou resplandecente de fé,
Eu tô com meu amigo Fábio, que é filho do Toim Nabé,

É grande minha satisfação, é grande minha alegria,
 Por isso esse trabalho, que ele tá fazendo,
 Vai espalhar a fama do palhaço, e também da companhia. (Entrev. SOUZA, 2018).

Em suas narrativas, Edson G. Souza (2018) faz menção a uma série de momentos em que as trovas eram e são frequentemente usadas para saudar os símbolos de flores apresentados durante os ritos, tal como os construídos pelos donos das casas, com flores colocadas no chão em frente as suas residências e, é nesse jogo entre criação e imaginação que as trovas ou versos vão se declamando.

Edson G. Souza (2018) esclarece que hoje os versos estão escassos, mas que antigamente eles chegavam às casas dos devotos e eram recebidos com flores.

“Jogava flor na bandeira ou fazia um trilho de flor pra você tá entrando dentro das casas, ou colocava as letras no chão pro palhaço decifrar e quando se tinha o presépio dentro da casa eles faziam um caminho com um punhadinho de flor, aí o palhaço chegava e saudava aquelas flores: Na chegada dos três Reis, seu terreiro floresceu, Caíram lindas flores, que o senhor lhe ofereceu”. (Entrev. SOUZA, 2018).

Outro símbolo descrito por Edson G. Souza (2018) construído com flores depositadas no chão, refere-se a Cruz, esta sinaliza que naquela residência não se tem o menino Jesus dentro da casa, e a sua simbologia neste contexto, de acordo com o ex-palhaço está associada à morte e ressurreição de Cristo. Assim, as saudações dos palhaços nesse momento são obrigatórias para que se tenha a autorização do dono da casa para desmanchar o símbolo da cruz e adentrarem na residência. Nesse contexto, os versos descrevem o sofrimento de Cristo, como por exemplo:

Quando eu vejo uma cruz, me dá uma dor no coração,
 Eu me lembro que Jesus, foi morto pra nos dar a salvação,
 Deus nos salve, cruz bendita,
 Aqui na terra ela foi feita, lá no céu foi escrita,
 Senhor dono da casa, nessa hora de emoção,
 Pra desmanchar essa cruz, eu peço sua permissão,
 Senhor dono da casa, nessa hora de alegria,
 Peço a permissão, pra chegar minha companhia (Entrev. SOUZA, 2018).

Outra saudação que era muito usada na região refere-se às letras VSR - Viva os Santos Reis, escritas com flores no chão, como também era comum em meio às brincadeiras,

os devotos escreverem o Alfabeto e os Palhaços terem que versar diante de todas as letras, eram versos de brincadeira explica o ex-palhaço.

Dessas vinte cinco letras eu vou dar explicação,
 cada uma com seu sentido, pra me dar mais emoção,
 Com A escrevo arroz que é uma comida tão gostosa,
 Com B escrevo bonito, bonito é recitar poesia pra quem tá com a barriga
 cheia e não com ela vazia [...]
 Então ele ia pegando essas letras e fazendo essas brincadeiras, até o final das
 letras era muito divertido, animava todo mundo. Ali tava todo mundo
 cansando, e se o palhaço fosse bom e tivesse gingado mesmo, ele fazia todo
 mundo animar (Entrev. SOUZA, 2018).

Os versos mais usados pelos palhaços durante suas jornadas estão relacionados à saudação diante de um presépio onde se encontra o menino Jesus. Edson G. Souza (2018) destaca que, alguns falam “um pouco da anunciação, outros falam como sendo o guarda mesmo, do Herodes, cada um usa aquilo que tem; aquilo que dá pra fazer, não existe um regulamento. Uma trova muito usada com os palhaços nossos, assim que ele chega ao presépio”:

Sou um guarda do Rei Herodes, cumpro meu dever com coragem,
 Vim acompanhá esses Reis, por essa viagem,
 Eu saí do meu castelo, sem ter destino certo,
 Vim acompanhá esses Reis por esse deserto,
 Na missão desses Reis guardar,
 E de todos os perigos eu tenho que livrar,
 Mas também tenho outra missão, que a mim foi confiada,
 Mas só quando encontrasse o menino, era pra ser revelada,
 Ao chegar nessa casa, encontramos o salvador,
 Minha missão é matá-lo, foi meu patão quem mandou,
 Vou pegar minha espada, cravá-la em seu coração,
 Depois mato também os reis, está cumprida a minha missão,
 Mas que coisa estranha, nunca vi menino assim,
 Ele está olhando, e sorrindo pra mim,
 Não acredito, meu corpo se arrepiou,
 Tô achando que esse menino, é mesmo o salvador,
 Ó Deus, nessa hora me arrependo,
 Jogo fora a minha espada, abandono meu capacete, tiro minha farda,
 Quero adorar a Virgem Maria e São José também,
 Quero beijar a Deus Menino, que nasceu pro nosso bem (Entrev. SOUZA, 2018).

Indo mais adiante, destaca-se outra característica marcante na figura do palhaço, à execução de performances lúdicas, com distrações, algazaras e danças guiadas pela sonoridade dos instrumentos musicais, o que gera grande encantamento por parte do público diante de suas habilidades acrobáticas. Em Carmo do Rio Claro, a única dança descrita pelos

entrevistados refere-se à “Dança da Jaca”, descrita como uma dança ágil e alegre, podendo ser usada em alguns momentos de sua jornada, ou seja, como forma de disputa entre palhaços ou a pedido de um devoto.

A dança do bastião, no deslocamento de uma casa para outra, às vezes o pessoal pede muito pra ele corta a jaca. Eu cortei muita jaca, até hoje eu não sei te falar pra você assim, você pega uma jaca e corta com uma faca, não tem nada a ver, com o que o Bastião faz. Mas era interessante, porque o pessoal fazia um circulo em volta do local, ali os foliões todos prontos pra tocar e tocavam. E era gostoso, principalmente quando se tinha dois palhaços, porque rege a tradição que só parava de tocar quando um caia. Você punha a espada deitada no chão e você tinha que dançar trançando os pés de um lado para o outro e geralmente só na ponta do pé, agachava, levantava, tudo, mas você só tocava o chão com a ponta do pé. De primeiro a dança de corta a jaca era mais uma disputa, depois eles começaram a pedir ela nas casas. Se você pusesse o pé inteiro no chão, já não era mais a jaca e você perdia. Em lugares mais animados, nas roças, o pessoal costumava fazer uma coleta de dinheiro entre eles lá, e punha no chão; e entre dois, três, quatro palhaços, o que ficava de pé por último ganhava aquele dinheiro em prendas. Era mais uma brincadeira. Ai eles pediam: corta uma jaca pra mim que te dou um ovo, ai você pulava quase dez minutos, quase morria por causa de um ovo. Mas é mais pra dar alegria pro pessoal. (Entrev. SOUZA, 2018).

Fotografia 5: Palhaço da Companhia Estrela Guia, cortando a Jaca. Local: Carmo do Rio Claro, 2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

Outro momento em que a dança da Jaca é recordada em suas memórias refere-se à disputa de quando duas Folias se encontravam:

Se falavam muito de primeira, que eles brigavam, que os palhaços brigavam até matar um ao outro, usava esse termo, a gente morria de medo quando pegava a farda. Mas, não quando se tem o encontro de duas folias, há se aquela disputa, uma folia canta saudando a outra e os palhaços. Vai ter

aquele povão todo lá, eles vão pra ver corta a jaca, aí quem é o palhaço que vence? O que dançou mais tempo no ritmo que eles tão tocando sem tocar o pé inteiro no chão, eles brincam, batem as espadas no ar, mas nada de violência como eles falavam que batiam um no outro. Eles brincavam, caso houvesse bom senso entre os dois, mas não tinha aquela obrigação de se fazer aquilo. Quando o pessoal pedia, eles faziam, mas em ritmo de brincadeira (Entrev. SOUZA, 2018).

Já no que diz respeito aos adereços e indumentárias pertencentes à figura dos Palhaços, elas se constituem de uma máscara, de vestimentas com cores fortes, do cajado (espada) e do embornal.

No que refere se às máscaras usadas pelos palhaços da região, nos últimos anos as tradicionais confeccionadas artesanalmente de couro curtido, vêm dividindo espaço com outros tipos de máscaras, construídas de distintos materiais. Algumas são comercializadas e adquiridas pela internet.

As máscaras agregam uma das principais características identitárias destes personagens, pois desperta a sensação de medo entre as crianças. Sentimento este, presente na memória daqueles que os vivenciaram durante suas infâncias. A respeito das características presentes nestas máscaras, Edson G. Souza (2018) descreve que:

As máscaras quando eu comecei a ajudar meu pai, as nossas eram tradicionais, da nossa região aqui. Cada região adota um tipo, as nossas eram de couro curtido, (couro de selaria) com crina de égua, ou cavalo, uma barba comprida que se fazia e presa num arco feito com alumínio, geralmente latinhas, ou alguma coisa assim pra poder ficar bem firme e muito enfeitada. Era bem confeccionada, tinha boca que a gente fazia dentes nela, geralmente se pegava dente de criação, porco, presas, hoje você quase não vê, fazia nariz, a gente caprichava no bigode, fazia bem o desenho da boca, sobrancelhas. A coroa é o capacete de guerra dos guardas, dos soldados da época.

E o palhaço tem esse significado forte, de primeiro, quando eu era criança, você temia o palhaço né, aquela máscara feia, aquele barbão. É, hoje em dia, as máscaras ficaram até bonitas né, não tem aquela caricatura feia mais, mas mesmo assim tem aquelas crianças que entram em pânico pavoroso. O fato dele tá mascarado é pra que ninguém o conheça, né. (Entrev. SOUZA, 2018).

Fotografia 6: Palhaços com Máscaras tradicionais de couro. Carmo do Rio Claro, 2004-2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

Fotografia 7: Palhaços com Máscaras de diversas materialidades. Carmo do Rio Claro, 2004-2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

Sendo assim, fica evidente que suas máscaras são constituídas com uma riqueza e diversidade de materiais, e que em conjunto com suas vestimentas, fitas e adereços coloridos, criam uma visualidade característica dotada de alto valor poético diante da musicalidade e dos múltiplos movimentos desenvolvidos em suas performances ao dançar.

Gostaria ainda de tecer alguns comentários acerca dos processos de transformações dessas diversas materialidades constituintes em suas máscaras como destacam as fotografias 6 e 7. Estas máscaras possuem em sua composição uma coroa, com dois arcos ricamente adornados com enfeites de plástico usados em árvores natalinas (bolas, sinos, estrelas, fitas) além de um número de fitas de cetim e grandes flores de plástico. Sua cabeça é envolta com um lenço colorido de onde se encaixa a máscara. As máscaras na região, que no passado eram feitas com couro e crinas de animais conforme a fotografia 6, hoje assumem formatos e materialidades diversas.

Composições estas, que de acordo com a crença popular estabelecem uma ligação com o “coisa ruim, ou seja, diabólicas”, e assim, em grande medida suas máscaras recebem configurações zoomórficas, compostas de diversos elementos extraídos de animais como o couro, chifres e presas. Diante disso, como podemos perceber na fotografia 7 existe uma liberdade no processo de criação destes adereços, dos quais fazem uso de suas criatividade, podendo utilizar materiais diversos como: madeiras, metais, plásticos, papéis e essas superfícies não podem ser pintadas com diversos padrões de cores e desenhos.

Já em relação às fardas (vestimentas), o entrevistado esclarece que: “Quanto mais colorida melhor, para dar a sensação de alegria, mais ele é bem recebido”. Na região as fardas tradicionais apresentada na fotografia 8, são confeccionadas com tecidos estampados com cores fortes: tecidos florais de chitão, apresentando diferentes padrões de desenhos e diversas gamas de cores.

Entretanto, percebe-se que novos padrões de cores e estilos de vestimentas estão sendo inseridas nos grupos, roupas estas, confeccionadas de cores fortes, sem motivos florais, escolhidas de acordo com a preferência do palhaço conforme mostra a fotografia 9. Muitas dessas novas influências em adereços e indumentárias se dão em função dos processos de aculturação, ou seja, de contatos estabelecidos durante os encontros de Folias de Reis em várias cidades da Região durante todo ano.

Fotografia 8-9-10: Palhaços: vestimentas tradicionais (estampa de chitão) e vestimenta diferenciada (cor uniforme). Carmo do Rio Claro, 2017-2018.



Autor: Fábio Martins (2018)

No que diz respeito ao Cajado, Edson G. Souza (2018) explica que este objeto tem relação com as espadas que os Soldados usavam na época em que Jesus nasceu, pois eles andavam armados. Estes objetos são usados principalmente como acessórios durante suas

performances em acrobacias corporais, envolvendo-os em suas danças e trazem, na concepção de variadas configurações em sua confecção. “Ai vai depender, uns usam chibata, outros usam um pauzinho mesmo de madeira” (Entrev. SOUZA, 2018).

Outro apetrecho usado pelos Palhaços é o embornal, que se configura em um pequeno “saco” de tecido, usado para guardar suas ofertas, ofertas estas que são diferenciadas da oferenda das Folias. Grande parte das ofertas doadas aos palhaços são acompanhadas por brincadeiras, disputas e desafios, o que exige grande criatividade e agilidade por parte desses personagens, no intuito de convencer o dono da casa a concretizar a doação destas recompensas.

Na Zona Rural, estas doações vão além do dinheiro, é comum a oferta de ovos, galinhas, sabão, dentre outras coisas. Um dos entrevistados recordou que, em uma das ocasiões foi-lhe ofertado um leitão, mas que o mesmo, para que se apropriasse do animal, teve que correr para poder capturá-lo.

A partir dos discursos apresentados, evidencia-se que existem na fala dos entrevistados duas temporalidades distintas em relação às suas práticas, o dito “antigamente” e o “hoje em dia”, narrativas das quais transformações ocorridas nos ritos envolvendo os palhaços, dialoga na relação entre passado e presente.

Nesse sentido, de acordo com Edson G. Souza (2018), existia a crença de um ciclo de sete anos para quem fosse participar das Folias. “Se falava muito antigamente que se vestir um ano, tem que vestir sete, se usava isso até meados de noventa, noventa e sete. Foi se deixando, foi se perdendo esse costume”, e acaso não se cumprisse o ciclo acreditava-se que a pessoa seria castigada.

Outra questão apontada pelos entrevistados refere-se ao fato de que antigamente o palhaço não podia mostrar seu rosto. “Era obrigado a tirar a máscara só quando via que a criança dava trabalho, ai você tirava só pra criança, agradava”.

Já sobre os costumes daqueles que antigamente saíam e chegavam com a mesma farda durante toda jornada, ou seja, de 25 de dezembro a seis de janeiro, Edson G. Souza (2018) descreve que os foliões e os palhaços até meados dos anos 70 posavam nas casas dos devotos sem se banhar, e sem trocar de roupa.

Cabe ressaltar ainda que, em relação às questões de gênero aos poucos as mulheres foram ganhando espaço entre os Foliões, hoje elas desempenham papéis importantes nas mais variadas funções, inclusive nas cantorias, e recentemente é comum que mulheres se vistam de Palhaço. Edson G. Souza (2018) assinala que antes da década de oitenta, não existiam

mulheres nas companhias da região, e a inclusão se deu em função da influência de grupos de Folias Paulistanas, das quais eles conviviam durante os encontros de Folias de Reis no estado de São Paulo. Em relação a esta questão, Edson G. Souza (2018) aponta que: “Graças a Deus que mudou, a gente vê com isso a aceitação, abrindo as portas, pra não ficar aquela cultura fechada, a gente vê que todo mundo comenta, o grupo enriquece e aquilo parece ter mais aceitação”.

Já as relações postas entre a Igreja Católica e os Foliões são descritas de maneira harmoniosa, como no domingo de celebração litúrgica em que é comemorado o dia dos Santos Reis, onde os Foliões e palhaços participam de missas apresentando suas cantorias em frente aos presépios montados nas igrejas católicas. Tendo em vista que a criação das figuras dos Três Reis e do Palhaço se deram através da cultura popular.

A igreja aceita sim a Companhia. A imagem do palhaço pra igreja, ela é neutra, o evangelho não relata, ela entra mais na cultura popular. Nem nos evangelhos a figura do palhaço é reconhecida, ela vem mais da parte popular. Eu vou te falar pra você o que a igreja absolve do evangelho de São Matheus. Pra igreja não se fala nem se eram três, eles falam Magos. Eis que vieram magos do Oriente a procura do menino, seguindo uma estrela e ofereceram seus presentes. Ai, quando fala dos presentes, a cultura ligou os três, que eles falam: mirra, incenso e ouro. A igreja aceita que os Reis vieram, que não eram pessoas ligadas a tribo de Israel. São pessoas de fora, de culturas diferentes, ela não absolve que são três, são sábios, são Reis, são Magos. São Magos porque eles eram astrólogos e estudavam as estrelas, por isso, guiados por uma estrela e vieram adorar o menino. Seguindo as escrituras, quando eles viram aquela estrela diferente, eles foram ao encontro daquele rei que havia nascido. Tanto é que os presépios montados dentro das igrejas têm três, uma figura simbólica por causa da cultura popular. A igreja vê nos três Reis a manifestação do senhor para todos os povos, ou seja, preto, branco, pobre, rico, seja crente, católico, seja aquele que não tem religião, umbandista, o bom, o ruim. É a manifestação do Cristo, que veio para todo mundo. Os três Reis, cada um vieram de uma terra, cada um tem uma cultura, um costume. Você pode reparar nas imagens, vai lá na igreja e vai ver os traços, as vestimentas, tem diferenças. Você vai ver lá que tem rei que tá com brinco e que tá com esmalte no dedo. É isso que a igreja absolve desses três Reis. Ai se você for pesquisar na internet, numa cidade alemã que se chama colônia, é onde estão os restos mortais dos magos e não fala a quantidade. (Entrev. SOUZA, 2018).

Nesse contexto, há vários anos a festa principal de encerramento é realizada em um barracão da Igreja da cidade, geralmente no domingo próximo ao dia seis de janeiro, “Dia dos Santos Reis”. Nesse dia, se apresentam todas as Folias da cidade, onde se reúne uma multidão de pessoas, ali são realizados jogos (bingos) e são vendidos vários tipos de comidas, da qual toda renda arrecadada é beneficiada a uma instituição da cidade. Neste ambiente são

construídos arcos de bambu, simbolizando os seis dias de caminhada dos três Reis, e nos arcos são colocadas correntes de papel, que simbolizam a superação das dificuldades encontradas em suas jornadas. Em relação aos significados presente nesse rito, Edson G. Souza (2018) explica que hoje em dia eles utilizam três arcos, mas que:

O ideal seria seis arcos, seis dias de viagem. Os Reis saíram no dia primeiro e chegaram no dia seis. O palhaço chega no primeiro arco e vai esperar no quinto arco, que é o dia que eles passaram por Jerusalém, o dia em que o palhaço passou a estar junto com eles. Então ele chega brincando e pulando e quando o embaixador começa a fazer as saudações, ele vai esperar no quinto arco. No quinto arco alguns versam se apresentando como guarda do rei Herodes, que vai acompanhar, guardar aqueles três Reis dos perigos. Só é falado em trova, em repente, em versos, e dali ele segue junto na caminhada com a bandeira até o menino Jesus. As correntes de papel são simbólicas da cultura popular, significa que você venceu mais um dia de caminhada, de trabalho. Ai no último arco não tem corrente, a corrente já foi rompida pelo menino Jesus. (Entrev. SOUZA, 2018).

Desse modo, evidencia-se que a tentativa de se traçar um perfil identitário acerca da figura do palhaço da cidade de Carmo do Rio Claro-MG, desenvolveu-se na dialética temporal, entre presente e passado, cuja memória mostrou-se elemento fundamental na compreensão e reconstrução de simbologias e significados que se entrecruzam nas teias de uma tradição fundamentada pela religiosidade popular e que se perpetua mediante laços sociais de pertencimento e afetividade sustentada por uma sociedade/grupo compostos por especificidades culturais e ideológicas.

CONCLUSÃO

Dado o exposto, podemos afirmar que a figura dos Palhaços presente nas Folias de Reis de várias regiões do Brasil possui características comuns e ou variáveis. Dentro dessa ótica, estes personagens ao longo das últimas décadas vêm passando por processos de transformações simbólicas ou até mesmo chegando à extinção em algumas localidades.

Como discutido, os palhaços desempenham um papel importante durante a jornada das Folias de Reis em Carmo do Rio Claro-MG, pois através de versos e trovas estabelecem uma relação de mediador entre aqueles que recebem as Folias em suas casas e os Foliões, além de adiantar o trabalho dos grupos. Despertam ainda, os mais diversos sentimentos para aqueles que os observam ou convive com estes personagens, como o medo, a alegria, o cômico, o profano, o sagrado, a fé, expressos em distintos momentos dos ritos.

Suas danças exprimem um gingado único exibindo seus adereços, sua criatividade e se expressa na particularidade e criação dos detalhes de cada máscara, nos movimentos corporais, no bailar das fitas e adereços coloridos, na explosão das cores de suas vestimentas, no sussurro que ecoa de suas vozes atraindo olhares diversos ano após ano.

Assim, apresentam-se neste trabalho, elementos simbólicos significativos alicerçados na imaterialidade de seus ritos, que se constroem e reconstroem em meio à dinamicidade da qual está sociedade perpassa, elementos simbólicos que se transformam e se entrecruzam mediante processos de aculturação.

Este estudo comprovou ainda que, mudanças ocorridas nesta sociedade a partir dos anos 70, vêm refletindo numa nova estruturação destes personagens, de elementos simbólicos e estéticos. Estes personagens revelam ainda valores que estão expressos no cotidiano desta sociedade, ou seja, a dualidade do sagrado e profano representado por momentos de descontração, disputas, algazarras, festejos e; momentos de sacralidade, fundamentados na religiosidade, respeito, arrependimento e redenção.

Para finalizar, cabe ressaltar a importância que nós enquanto pesquisadores latinos americanos devemos cada vez mais trabalhar em prol da construção científica em diálogo com grupos sociais locais, dando voz a esses grupos, cuja epistemologia não seja posta de fora para dentro, mas buscando elementos que estabeleçam sentido na construção e reconstrução do conhecimento, de conceitos e saberes a partir de nossa realidade.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- _____. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A folia de Reis de Mossâmedes. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, 1977.
- CHARTIER, Roger et al. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa, São Paulo: DIFEL, 1990.
- CUCHE, Denys; PEREIRA, Miguel Serras; GANDRA, Fernando. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- FÉLIX, Loiva Otero. História e memória a problemática da pesquisa. Rio Grande do Sul: [EDIUPF](#), 1998.

- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. De Laurent Leon Schaffer, São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. São Paulo: Papirus Editora, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. São Paulo: Cortez, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PORTO, Guilherme. As Folias de Reis no sul de Minas. Rio de Janeiro: Edições FUNARTE - Instituto Nacional do Folclore, 1982.
- ROVAI, Marta Gouveia de oliveira. Memória, Tradição Oral e Publicização: Manifestações Culturais e Patrimônio Imaterial de Congadeiros no Sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro: UFF, 2015.

FONTE

SOUZA, Edson Gonçalves de. Companhia de Reis Estrela Guia Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2018]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em História – Especialização em História Arte e Cultura – UEPG.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

MÚSICA POPULAR, IDENTIDADE NACIONAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVA COMPARADA DO TANGO, FADO E SAMBA

POPULAR MUSIC, NATIONAL IDENTITY AND CULTURAL HERITAGE: COMPARATIVE PERSPECTIVE OF TANGO, FADO AND SAMBA

Felipe Yera Barchi

Doutorando em História – Unesp Assis

Bolsista CNPq

felipeyerabarchi@gmail.com

Fabiana Lopes da Cunha

Professora Doutora – Unesp Ourinhos

fabiana.cunha@unesp.br

RESUMO

Partindo de uma perspectiva comparada analisamos o processo histórico de nascimento de gêneros musicais de origem popular como o samba no Rio de Janeiro, o fado em Lisboa e o tango em Buenos e suas transformações para verdadeiros símbolos nacionais de seus países. Tendo surgido ao fim do XIX nas camadas mais pobres e guardando estreito vínculo com os subúrbios das cidades em questão, os três estilos se popularizaram no começo do século XX e passaram a atingir setores médios das capitais. Com o advento do rádio, tango, fado e samba passam a ter alcance nacional e ampliam substancialmente seus públicos, bem como na parte artística sofrem alterações para adaptação ao novo *massmedia*. Tal operação se deu, nos três casos, de forma tutelada por estados autoritários em busca de legitimação e disciplinarização popular (Getúlio Vargas no Brasil, António de Oliveira Salazar em Portugal e Juan Domingo Péron na Argentina). Fosse através da censura explícita de letras e comportamentos desagradáveis aos regimes, do patrocínio de artistas de conveniência, ou do cadastramento e habilitação de artistas “autorizados”, os três gêneros foram, ambigualmente, tolhidos na liberdade de criação e atuação e catapultados ao estrelato por uma espécie de mecenato estatal. Num segundo momento, em torno da virada do Milênio, visamos analisar a transformação desses estilos populares – já consagrados pelo público – em patrimônio cultural imaterial. Defendemos que tais iniciativas não se dão exclusivamente pela preponderância do viés artístico-cultural, mas pelo seu apelo turístico para as cidades em questão, numa teia complexa de atores e interesses diversos que vão muito além das questões culturais.

Palavras-chave: Identidade Nacional, Samba, Fado, Tango, Patrimônio Cultural, Turismo Cultural

ABSTRACT

Starting from a comparative perspective, we analyze the historical process of birth of musical genres of popular origin such as the samba in Rio de Janeiro, the fado in Lisbon and the tango in Buenos and its transformations to true national symbols of their countries. Having emerged at the end of the 19th century in the poorer strata and closely linked with the suburbs of the cities in question, the three styles became popular in the early twentieth century and began to reach middle sectors of the capitals. With the advent of radio, tango, fado and samba become national reach and substantially increase their audiences, as well as in the artistic part undergo changes to adapt to the new massmedia. In all three cases, this operation took place in a manner protected by dictatorial states seeking legitimacy and popular discipline (Getúlio Vargas in Brazil, António de Oliveira Salazar in Portugal and Juan Domingo Péron in Argentina). Whether through explicit censorship of letters and unpleasant behaviors to regimes, sponsorship of artists of convenience, or the registration and habilitation of authorized artists, the three genres were ambiguously hampered in freedom of creation and action practices and catapulted to stardom by state sponsorship. In a second moment, around the turn of the Millennium, we aim to analyze the transformation of these popular styles - already consecrated by the public - in intangible cultural heritage. We argue that such initiatives are not only due to the preponderance of the artistic-cultural bias, but also to their tourist appeal to the cities in question, in a complex web of actors and diverse interests that go far beyond cultural issues

Keywords: National identity, Samba, Fado, Tango, Cultural Heritage, Cultural Tourism

INTRODUÇÃO

Tango, fado e samba gozam hoje de status similar no contexto internacional: são reconhecidos como as músicas populares por excelência de seus países e, mais que isso, verdadeiros símbolos identitários dessas nações. Na virada do Milênio, além dessas duas primeiras funções, ganharam destaque como ativos turísticos justamente pelo apelo singular à alma nacional.

Contudo, convém lembrar que os processos de panteonização desses gêneros musicais não se deram ao sabor do acaso. Os movimentos que catapultam esses gêneros nascidos na marginalidade para protagonismos nacionais e internacionais sofreram importantes e decisivas intervenções dos poderes políticos nacionais, ora impulsionando, ora cortando aspectos indesejados. Com isso não queremos destituir o tango, o fado ou o samba de seu apelo popular espontâneo, mas mostrar que há um processo intrincado, negociado, em que os governos autoritários instrumentalizam músicos e músicas ao mesmo passo que contribuem para ampliação da audiência desses gêneros.

Por fim, analisamos também como tango, fado e samba hoje são salvaguardados como patrimônio cultural e ativos turísticos importantes em suas cidades de origem.

OBJETIVOS

Nosso objetivo maior é mostrar que há paralelismos vitais entre diferentes países – Argentina, Brasil e Portugal – no modo como manifestações legítimas das culturas populares são de certa forma cooptadas por governos autoritários – em que pese as notórias diferenças dos regimes de Peron, Vargas e Salazar – a fim de angariar apoio popular ao mesmo tempo em que também são adaptadas aos padrões tecnológico e mercadológico da indústria fonográfica e do sistema de radiodifusão. Complementarmente, objetivamos também entender como tango, fado e samba obtêm “chancela cultural” através de ações de patrimonialização e tombamento como recurso político num contexto de redemocratização e valorização da cultura popular e simultaneamente – e talvez apenas por isso – se tornam ativos turísticos de suas cidades-berço, Buenos Aires, Lisboa e Rio de Janeiro, respectivamente.

METODOLOGIA

Se abordarmos as trajetórias desses gêneros de maneira comparada podemos ampliar a compreensão da relação entre música, sociedade, identidade e patrimônio e é isso que propomos aqui.

Conforme pontua Otilia Lage:

Método comparativo, história comparada, comparativismo histórico ou método comparado na História são expressões que definem a possibilidade de duas ou mais realidades histórico-sociais diferentes, contíguas e/ou separadas no espaço e/ou no tempo, serem comparadas sistematicamente, com vista a estabelecer semelhanças, diferenças, generalizações e individualizações (LAGE, 2018, p. 64)

Grosso modo, esses três gêneros nascem nas periferias de capitais portuárias no fim do século XIX e passam as primeiras décadas ligados a setores marginais da sociedade. Com o advento do rádio, influenciando tanto sobre o padrão estético, quanto ampliando a possibilidade de difusão dessas músicas, o tango, o fado e o samba ganham os setores médios de suas sociedades, “se dignificam” e atingem o status de canção nacional em seus países principalmente sob a tutela de governos autoritários. Obviamente, esse arcabouço teórico não visa eliminar as singularidades e especificidades desses gêneros, mas entender essas manifestações sociais e culturais num contexto mais amplo. Tal opção se revela fundamental, sobretudo para entendermos os processos mais recentes de patrimonialização e transformação do tango, fado e samba em ativos turísticos.

O método comparativo visa, por um lado, dar uma visão de conjunto de certos fenômenos que se repetem com alguma frequência e, por outro lado, mostrar as especificidades dos mesmos fenômenos. Assim, torna-se possível contemplar tanto a trajetória comum de tango, fado e samba em meio a invenção do rádio e a ação de governos autoritários – fenômenos globais da época –, quanto os modos muito particulares como artistas tiraram proveito do patrocínio estatal ou mudaram seus repertórios. Da mesma forma, podemos acompanhar os processos paralelos e recentes que visam transformar tango, fado e samba em ícones de suas culturas num esforço de reafirmar originalidade, autenticidade e unicidade desses fenômenos.

DESENVOLVIMENTO

Origens Populares E Relações Com O Poder

Tango E Perón

Os primeiros tangos surgem nos anos 1880, inicialmente eram dançados entre pares de homens e só viriam a incorporar o elemento feminino quando apropriado por bordéis nas décadas seguintes (SANTOS, 2011). Na virada do século surge o tango-canção, e o gênero foi proibido até 1925, por sua obscenidade e erotismo vulgar em combinação com a marginalidade de seus adeptos:

O desaguadouro desta bomba humana, feita de gente humilhada e desprezada, foi o tango. Gringos, *criollos* e negros fazem a síntese de suas desesperanças e aflições. Os italianos, com sua nostalgia; a melancolia dos galegos, o recato dos vascos, "bárbaros por fora e infantis por dentro"; a sensualidade negra do *candomblé*, a raiva dos *criollos* despojados, o amor bêbado dos marinheiros, a malevolência dos malandros. São os desamparados, os deserdados, os excluídos, os marginalizados que esta música vem amparar. Pela primeira vez o tango assume, 'em seu sorriso desdentado, o ar triste do mundo (FERNANDES *apud* SANTOS, 2011, p. 3).

Na década de 1920, o panorama do tango se modifica, aos poucos a obscenidade típica dos primeiros tempos vai cedendo lugar à introspecção, configurando-se uma “crônica popular e melancólica da vida cotidiana” (SANTOS, 2011, p. 4), o que contribuiu para sua aceitação oficial. Ainda nos anos vinte, o compositor Enrique Santos Discépolo, introduziu a problemática social no cancionário, aliando pessimismo na visão de mundo e concisão nos versos à sua militância política de inspiração anarquista naqueles anos.

O tango continuou a se popularizar nos anos 30 com a ação de grandes orquestras e ganhou ainda mais força nos anos 40 graças ao rádio e sobretudo a Juan Domingos Perón. À essa altura, o tanguero Discépolo é alçado ao posto de “lenda peronista” e um dos maiores responsáveis pela difusão do estilo.

Ao definir o tango como a expressão de "todas as latitudes do sentir argentino", Giacobre, um dos ideólogos peronistas, demonstra a preocupação do regime em consagrar o tango como a genuína música argentina, estratégia que fez parte da política estatal de valorização da cultura popular numa tentativa de se aproximar dos grupos marginalizados da sociedade, especialmente os trabalhadores urbanos, que se constituíram na principal base de sustentação do governo de Juan Perón entre os anos de 1946/1955 (SANTOS, 2011, p. 2).

Que fique claro que o tango já era uma música que desfrutava do gosto popular, sobretudo em Buenos Aires e que a novidade durante o peronismo é nacionalização do gênero, fruto do projeto político de Perón para as massas e da possibilidade tecnológica criada pelo sistema de radiodifusão.

Juan Perón nasceu em 1895 e teve formação militar, destacando-se nessa carreira desde cedo, chegando a atuar como professor nos cursos para formação de oficiais do exército argentino. Seu ingresso na política se dá em 1943 como Secretário do Trabalho e Segurança Social, quando então promove uma ampliação dos direitos concedidos aos trabalhadores de seu país. Foi, à despeito de cerrada oposição, eleito três vezes como presidente da Argentina, a primeira vez em 1946, sendo reeleito em 1952 e depois de deposto em 1955 e de um exílio de dezoito anos na Espanha, novamente eleito em 1973, vindo a falecer no ano seguinte.

Nos anos Perón – para os assuntos que aqui tratamos, entenda-se os dois primeiros mandatos – podemos vislumbrar um projeto ideológico de formação de uma “Nova Argentina”. Atuando deliberadamente nos meios de comunicação e na educação, o regime visava afirmar “uma nova identidade aos argentinos alicerçada nas tradições nacionais e nas manifestações produzidas pela cultura operária” (SANTOS, 2011, p. 6). Desse modo, “O caráter folclórico e proletário do tango elevou-o à categoria de uma arte genuinamente nacional, para *‘muchos, escuchar, cantar y bailar este tipo de música era sentirse más argentino’* ” (SANTOS, 2011, p. 7).

Os planos para a cultura visavam, numa perspectiva geral, o fortalecimento do caráter nacional e a eleição de uma cultura de elite “autorizada”, bem como uma cultura popular também “autorizada”, isto é, convenientes a política cultural peronista. Dito de outro modo, não havia espaço para dissidências, Perón executou uma política cultural de amplo alcance

implementando medidas que iam desde a criação de uma Academia Argentina a caravanas que levavam grupos artísticos de Buenos Aires para o interior. Nesse sentido, não se pode perder de vista o caráter popular de seu projeto e, justamente por isso, a combinação entre tango e rádio foi fundamental na sua estratégia de arregimentação das massas.

Fado E Salazar

Estudiosos do fado e da cultura lusitana (GASPAROTO, 2014; NERY, 2004) apontam que ele nasceu na segunda metade do XIX na periferia lisboeta e inicialmente estava ligado a setores marginais da sociedade como prostitutas e rufiões. Maria Severa, uma meretriz, cantadeira e guitarrista falecida em 1846 é considerada sua fundadora mítica. A partir de 1870 o gênero começa a conquistar novos públicos, porém ainda era mal visto por baluartes da alta cultura como Eça de Queiroz, por exemplo:

Atenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou a revolução, a Alemanha achou o misticismo. Lisboa que criou? O Fado... Fatum era um Deus no Olimpo; nestes bairros é uma comédia. Tem uma orquestra de guitarras e uma iluminação de cigarros. [...] A cena final é no hospital e na enxovia. O plano de fundo é uma mortalha (QUEIROZ *apud* GASPAROTO, 2014, p. 85).

Numa época de redefinição da identidade cultural portuguesa essa geração de letrados estava mais preocupada em fazer a crítica do atraso luso – tanto a Antiguidade Clássica quanto Modernidade francesa, inglesa ou alemã serviam como referências – ao mesmo tempo em que folcloristas de inspiração romântica buscavam inventariar o cancionário rural “tipicamente português”. Em outras palavras, não havia espaço para um gênero recente e ligado a degenerados sociais (GASPAROTO, 2014, p. 85).

Somente na década de 1920, com uma nova geração de fadistas, tais como Berta Cardoso, Hermínia Silva, Ercília Costa e Alberto Costa, com intervenção estatal criando a profissão de fadistas (Decreto nº. 13.564/1927) e possibilitando o surgimento das casas de fado como o Solar da Alegria (1928) é que o gênero alcançaria o status de símbolo nacional. Vale destacar que esse decreto institui regras para a apreciação do fado: recomenda o silêncio durante as apresentações artísticas a fim de dignificar a música até então associada a arruaceiros de toda ordem e obriga o registro e licenciamento das canções, censurando as letras, porém recompensando financeiramente seus autores. De acordo com Nery (2004) essas medidas acabariam por engessar a prática fadista tolhendo sua principal característica até àquela altura, o improvisado. Em paralelo a esse processo de institucionalização, o

desenvolvimento e expansão das tecnologias de gravação em disco e radiodifusão também viriam a influenciar a formatação do gênero.

Além disso, as novas tecnologias levariam, de modo mais contundente, o fado para fora da capital e para o exterior, caracterizando-o como tipicamente português aos olhos de outros países sob a tutela da ditadura salazarista.

Nascido em 1889 num pequeno vilarejo situado entre Coimbra e Viseu, António de Oliveira Salazar estudou Direito na mais tradicional universidade portuguesa, onde graduou-se em 1914, passou a lecionar Economia em 1916 e doutorou-se em 1918. De perfil católico e conservador, Salazar chegou ao poder como Ministro das Finanças dez anos mais tarde, no governo do General Óscar Carmona. Em pouco tempo Salazar adquire reputação de salvador da pátria e é alçado ao posto de chefe do Conselho de Ministros, a partir do qual exerceria o poder de fato por mais de três décadas – sem nunca ter sido eleito presidente de Portugal, cargo quase decorativo diante de seu poder.

Dando continuidade à Ditadura Nacional que irrompe em 1926, Salazar institucionaliza seu projeto de poder no chamado Estado Novo a partir da Constituição de 1933 e ficaria no poder até 1968, quando se ausentou por saúde, vindo a falecer em 1970.

Samba E Vargas

Se há intensos debates quanto a região de origem do samba – Rio ou Salvador – e também calorosas disputas quanto a classificação de subgêneros, não há dúvidas de que o samba nasce dos setores marginalizados da sociedade, sobretudo entre escravizados e seus descendentes e, embora se possa encontrar antecedentes ainda no período colonial, é também na segunda metade do século XIX que o termo *samba* vai se popularizando e tomando feições mais conhecidas e reconhecíveis. Inicialmente era impossível desvincular o samba de sua prática social, a roda. Mais que instrumentos característicos ou melodias, harmonias e ritmos, a roda é fator de maior identificação nos primórdios do samba, nela sendo executados ritmos como o maxixe e outros mais. Contudo, apesar da importância desses debates sobre a origem do samba, nosso interesse está em analisar o processo que leva o samba “da marginalidade ao estrelado” (CUNHA, 2004). Para isso, muito contribuíram o rádio e o presidente-ditador Getúlio Vargas. Assim, justifica-se nossa opção pelo samba carioca, pois foi na então capital federal que o gênero atinge trajetória similar ao do fado e tango, ou seja, é catapultado a símbolo nacional na era do rádio sob patrocínio estatal.

O primeiro samba registrado fonograficamente, enquanto canção, é *Pelo Telefone* de 1916, já a *Aquarela do Brasil*, samba de Ary Barroso que marca o ápice da instrumentalização do samba pelo regime de Vargas, é de 1939. Essas décadas são marcadas por uma “disciplinarização” do samba que, além de ter de se adaptar ao formato imposto pelos discos e rádios, perdeu também em espontaneidade deixando para trás temas como a malandragem partindo para a exaltação patriótica e elogio do trabalho. Esse processo não deve ser visto meramente como dirigido pelas elites, mas negociado, afinal a antiga comunidade do samba também foi beneficiada. Como já apontado, ela vai da marginalidade ao estrelato.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja em 1882. Teve uma breve trajetória militar chegando ao posto de sargento antes de se matricular no curso de Direito em 1904, no qual graduou-se em 1907, e iniciou sua trajetória política como membro típico do *establishment* da Primeira República. Foi eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul pela primeira vez em 1909 e repetiria o feito várias vezes, em 1923 foi empossado na Câmara Federal e em 1926 chegou a ser Ministro da Fazenda de Washington Luís. Em 1927 foi eleito presidente do Rio Grande do Sul e em 1930 lideraria a dita revolução que pôs fim a Primeira República.

Num primeiro momento, até 1934, tem-se o chamado governo provisório e Vargas se empenha em dar uma nova constituição ao país, de 1934 a 1937 comanda o governo constitucional e em 1937 dá um autogolpe instituindo a ditadura também chamada de Estado Novo que duraria até 1945. Afastado da presidência, no ano seguinte Vargas se viu eleito senador por São Paulo e Rio Grande Sul e deputado por vários estados. Na eleição presidencial seguinte (1950) foi vencedor para o mandato de 1951-1956, porém não cumpriu esse mandato na totalidade, suicidando-se em 1954.

A ascensão política de Vargas até 1930 coincide com a crescente popularização do samba, porém, desse momento em diante, a popularização de ambos não é mais coincidência e sim parte de um projeto maior para a cultura e a identidade nacional, bem como para adesão das massas ao governo de Getúlio.

Descritas as trajetórias desses gêneros e constatadas algumas semelhanças fundamentais, passaremos a seguir à discussão da transformação dessas manifestações da cultura popular em patrimônios protegidos e ativos turísticos.

A Questão Do Patrimônio Cultural No Contexto Neoliberal Dos Anos 90

Mônia Starling (2011) aponta quatro modelos de gestão patrimonial ao longo dos últimos três séculos. O primeiro, *preservacionista*, é marcado pela forte ação do estado e pelo caráter elitista que elegia produtos da cultura erudita para serem preservados. Assim, os objetos eram escolhidos por sua excepcionalidade estética e vinculação a fatos memoráveis da história e tal modelo era marcado por um caráter imobilista que buscava manter os objetos preservados sem nenhuma mudança. A preocupação fundamental desse modelo – vigente após a consolidação dos Estados Nacionais até o século XX – era a preservação, pouco importava se as peças estariam inacessíveis ao grande público. Já no século XX viria a surgir outros modelos, o segundo, por exemplo, é chamado por Starling de *conservação integrada* e visava o entorno, a ambiência e o significado para além dos objetos colecionáveis e preserváveis (STARLING, 2011, p.5). De par às mudanças na perspectiva do conceito de cultura – que passa a abranger as manifestações populares e os produtos de massa – a nova concepção de patrimônio demandava novas ações: “o simples tombamento de edificações ou conjuntos urbanos dá lugar às ações que visam conservar o equilíbrio da paisagem urbana e natural” (STARLING, 2011, p. 5).

O paradigma da conservação integrada tem origem na Itália dos anos 1970 e também foi aplicado na Espanha, conforme aponta Starling:

Nos dois países, a conservação integrada serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional (STARLING, 2011, p.6).

Nesse modelo importava mais as comunidades locais e ações das municipalidades em detrimento das ações dos Estados Nacionais típicas do modelo anterior. Todavia, se num primeiro momento a conservação integrada objetivava o uso social, com o passar das décadas processou-se uma perda da referência social e passou-se a priorizar os resultados econômicos advindos das revitalizações, sobretudo relacionadas a empreendimentos imobiliários. O esgarçamento desse conceito viria a resultar no terceiro modelo, o de *reabilitação*:

pautando-se, da mesma forma que o modelo da conservação, por uma por uma concepção ampliada de patrimônio cultural e tendo também como objeto o “patrimônio ambiental urbano”, o modelo de reabilitação tem como principal diferencial em relação ao modelo anterior, a importância atribuída ao desenvolvimento e sustentabilidade econômica das áreas conservadas. Esse diferencial se desdobra em novos elementos e características que passam a compor as intervenções com foco no desenvolvimento urbano (STARLING, 2011, p.8).

A mudança desses modelos não se dá por mero acaso, mas justamente num contexto global de crise da social-democracia – sem esquecer da derrocada soviética – e ascensão do neoliberalismo. Para Starling, outra diferença substancial entre o segundo e terceiro modelo de gestão patrimonial é a constituição das equipes que encampam esses projetos: enquanto no segundo predominavam arquitetos e historiadores, no terceiro modelo emergem com força nos processos decisórios atores empresariais focados nos resultados econômicos e financeiros dos projetos de reabilitação. Para autora ocorre um enobrecimento de espaços degradados, porém com o efeito colateral da segmentação e exclusão social de grupos que não se encaixam no novo e alto padrão de consumo instituído.

Também partindo da concepção ampliada de patrimônio, o quarto modelo procura incluir mais atores nos processos de tomada de decisões:

o diferencial mais importante nesse modelo – que denominaremos *governança deliberativa* – é a inclusão de novos atores à discussão e ao debate das políticas públicas que pode estimular uma maior capacidade de negociação entre interesses públicos e privados. [...]

Destaca-se ainda a integração de profissionais de diversas áreas: antropólogos, cientistas sociais, historiadores, arquitetos, planejadores urbanos, profissionais do turismo, produtores culturais e profissionais do *marketing*, de forma a construir um olhar mais abrangente e adequado a concepção alargada de patrimônio cultural (STARLING, 2011, p. 14).

A metamorfose do conceito de cultura e a evolução da noção de patrimônio coincidiram temporalmente com o desenvolvimento da indústria do turismo em sua fase global de modo a se formar um sistema de retroalimentação. Com o avanço da globalização, sobretudo com a integração de mercados e relações comerciais pós-Guerra Fria, há um processo de valorização das culturas locais e de seus patrimônios típicos. Para fazer frente a uma cultura internacionalizada que avançava barreiras com a força do capital, o estímulo a valorização dos produtos peculiares de cada cultura passou a ser visto como fator de diferenciação comercial para além dos aspectos identitários. Se apesar das belas praias o Brasil não possuía uma rede hoteleira suficiente para disputar a primazia da recepção turística, o samba poderia dar gosto único à paisagem brasileira, servindo como fator de diferenciação. Dentro dessa lógica são estimulados projetos que visam o “resgate e promoção da cultura” que, por sua vez, não estão apenas submetidos a essa lógica empreendedora, pois são, também, símbolos de resistência e expressões legítimas e originais.

Ocorre que, dentre as diversas manifestações culturais originais e legítimas que os diversos povos produzem, as que tinham maior potencial turístico receberam mais atenção e investimento por parte dos governos. Além do esquecimento das práticas culturais “não

turísticas” outro efeito colateral surgiu nesse processo: o fomento de samba, tango e fado como produtos para turistas, com preços exorbitantes de modo a alijar suas comunidades originárias de suas práticas sociais e culturais genuínas (RODRIGUES, 2016, p. 75; CUNHA, 2009, p. 53; MOREL, 2013, p. 59).

Portanto, devemos nos atentar para os processos de patrimonialização de tango, fado e samba dentro desse panorama ampliado: alargamento da noção de cultura, emergência de novos modelos de gestão patrimonial, processos de redemocratização dessas sociedades e, por fim, o desenvolvimento da indústria turística na virada do Milênio.

Cidades, Patrimônio E Turismo: Transformação Do Tango, Fado E Samba Em Ativos Turísticos

BUENOS AIRES

No contexto dos anos 2000 o tango ascende a categoria de grande ativo turístico. As casas de espetáculo destinada a turistas têm clientes que gastam em média 160 pesos, ao passo que nas destinada à população local o gasto médio é de apenas 16 – tomando como referência o ano de 2006. Entre os dez lugares mais visitados por turistas cinco são ligados ao tango e as estimativas da economia tanguera são vultuosas: 400 milhões de pesos anuais na Argentina em 2006. (SENKIW, 2017).

Hernán Morel destaca os esforços feitos na Argentina para transformar Buenos Aires na “Meca do Tango” desde os anos 1990, estratégia balizada tanto em aspectos identitários, quanto no papel turístico-econômico, a ponto do tango ser chamado por um dirigente político de “a soja portenha” (MOREL, 2013, p. 69). Morel aponta que o lado cultural, identitário, tem ficado em segundo plano diante do aspecto turístico. Isso se traduz em ações concretas como o fomento de grandes festivais voltados a turistas em detrimento de iniciativas mais locais e menos turísticas, a adequação da agenda de eventos ao calendário europeu e não ao da população bonaerense, fatores que contribuem para uma elitização dos espetáculos com elevação dos preços de modo a alijar a comunidade local. Entenda-se: não é que não haja argentino que possa pagar o preço do ingresso, mas sim que o preço é tão alto que passa a ser impraticável como hábito rotineiro da maioria da população, promovendo um descolamento do tango perante sua comunidade.

Junto das medidas que visam ao lucro e desenvolvimento da indústria turística, se processaram medidas preservacionistas como a criação da *Academia del Tango* por Carlos Menem em 1990, instituição que tinha o fito de recompilar, ordenar, estudar e salvaguardar de toda possibilidade de perda ou destruição o tango e suas produções e ainda apontava que o gênero deveria ser objeto de docência, ser estimulado a novas criações e difundí-lo nacional e internacionalmente (MOREL, 2013, p. 61). Esse movimento de salvaguarda torna-se mais efetivo com a chancela de Patrimônio Imaterial dada pela UNESCO em 2009, fator que confere maior autenticidade e que também atrai mais turistas.

LISBOA

A tensão entre a preservação da autenticidade e o crescimento da indústria turística também se faz presente em Lisboa, conforme assinala Rodrigues:

Cada vez mais encenado para um público estrangeiro, o fado vai procurando manter a sua autenticidade e dando voz ao galardão recebido, através da preservação e valorização da identidade cultural presente no bairro mais antigo da capital portuguesa. Por sua vez, Alfama tenta conservar o seu cunho tradicional e bairrista, como sempre foi conhecida, acompanhando uma nova dinâmica social devido à presença de forasteiros, ao mesmo tempo que se tenta evitar a sua descaracterização (RODRIGUES, 2016, p. 5).

Portugal tem feito do turismo um dos seus pilares econômicos e o fado contribui para atração de turistas. Em 2011 o gênero foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO, e desde então se tornou uma das estrelas publicitárias do país (SOUZA, 2014, p. 192). Bairros tradicionais de Lisboa como Mouraria, Madragoa e Bairro Alto além do consagrado Alfama observam a proliferação de estabelecimentos voltados para a prática fadística de olho no fluxo turístico. Nesse sentido, um dos grandes trunfos das casas de fado é o modo como elas conjugam as performances artísticas a um cardápio característico, maximizando seus lucros. Tais iniciativas geram seus efeitos colaterais, como assinala Souza:

O fado faz parte do conjunto da vida cultural e social portuguesa, sendo que os preços cobrados pelos estabelecimentos em muitas ocasiões são altos, afugentando moradores e maximizando a presença dos turistas que vão aos bairros tradicionais à procura do gênero. (SOUZA, 2014, p. 193)

Conforme pontua Jorge Mangorrinha, “*no turismo o que conta é cada vez mais a diferença dos destinos e produtos para a captação de uma procura qualificada que valorize a nossa oferta turística*” (MANGORRINHA apud SOUZA, 2014, p. 198) e, sendo assim, nessa busca por autenticidade, tanto dos turistas, quanto dos locais receptores, há de se equilibrar os diferentes interesses para que o turismo não asfixie a cultura.

RIO DE JANEIRO

É nos anos 2000 que a patrimonialização do samba e transformação do mesmo em ativo turístico ganham contornos mais nítidos. De um lado as iniciativas do IPHAN ao inscrever no Livro de Registro de Expressões de Bens Imateriais três tipos de samba – o partido alto, o de terreiro e o samba-enredo – e de outros projetos como o Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, por exemplo. Este museu foi idealizado pela arquiteta Lu Petersen no intuito de revitalizar a zona portuária junto da criação da Cidade do Samba e da Vila olímpica da

Gamboa e também com vistas a viabilizar um roteiro turístico. (CUNHA, 2009, p. 52). À essas iniciativas poderíamos somar outras como a criação do Museu do Samba, Centro Cultural Cartola, e mais distante no tempo a construção do sambódromo do Rio de Janeiro (em 1984). Todos esses passos dados rumo a uma institucionalização maior, também aumentando o reconhecimento à cultura popular por parte do poder público, são ações que fomentam o samba como ativo turístico.

Mais uma vez, os efeitos colaterais são o encarecimento dos espetáculos para o público local, fenômeno agravado no Rio de Janeiro – e mais ainda em Buenos Aires – pela relação cambial com turistas estrangeiros.

RESULTADOS

Como observa Aguilar Criado:

La nueva dinámica del patrimonio cultural tiene como explicación general la emergencia de los valores locales, la fuerza de lo singular, la importancia de lo diferente como sustantivo de la misma lógica global que conduce hacia culturas más homogéneas. Es en esta búsqueda de la distintividad como la cultura local cobra fuerza convirtiendo su particularidad en un valor añadido (AGUILAR apud MOREL, 2013, p. 59-60).

Nos três casos que tratamos aqui podemos observar esse movimento mais amplo que envolve internacionalização de valores e práticas culturais de par à busca pelo resgate e valorização das culturas e identidades locais nos dois vetores temporais que abordamos. No primeiro deles, as décadas iniciais do século XX, vimos o peso da tecnologia aliada ao capital e o poder político transformando práticas culturais locais em símbolos nacionais. No segundo momento, entre o fim do século XX e início do XXI vimos o movimento de valorização dessas raízes como elemento identitário e de exploração econômica.

Observar o impacto do capital e do poder político nesses dois processos não significa negar a autenticidade desses movimentos identitários ou deslegitimar o caráter popular dessas manifestações, trata-se de mostrar a complexidade desses fenômenos culturais tanto na perspectiva global, quanto local. Ou seja, os agentes culturais agem, disputam, interpretam fenômenos de acordo com sua visão de mundo. Do mesmo modo que a objetificação turística pode produzir efeitos perversos nas comunidades produtoras de cultura, ela pode significar a possibilidade de geração de empregos dentro do setor cultural ou turístico, oferecendo

melhores condições de trabalho a grandes contingentes que não gozam de variedade na oferta de empregos.

A priori, não existe uma estratégia que coadune automaticamente os interesses patrimoniais e culturais aos turísticos e econômicos, desse impasse é que emerge como possibilidade e necessidade o modelo de gestão patrimonial da *governança deliberativa*, instrumento para salvaguarda do patrimônio que procura evitar tanto a museificação dos espaços e práticas, quanto a elitização dos espetáculos.

Relacionar o movimento de resgate, valorização, panteonização e museificação das diversas manifestações culturais populares nos anos 90 e 2000 ao processo de redemocratização de Argentina, Brasil e Portugal. Fator mobilizador de grandes contingentes humanos, catalisador democrático. Contudo, a influência neoliberal também se fez presente, as manifestações culturais populares tiveram de ser formatadas, filtradas, a ponto de se tornarem produtos turísticos sob o risco de completo esquecimento social e abandono por parte do poder público. A criação desses produtos turístico-culturais coincide com um momento de otimismo no cenário internacional no que tange a superação do risco iminente de caos que representava a Guerra Fria, promoção da Paz e do multiculturalismo por parte da ONU e Unesco (para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, não para os rincões África) e a onda neoliberal que mudou as formas clássicas do trabalho e emprego e ainda, não menos importante para o turismo, desregulamentou o mercado das passagens aéreas dando impulso decisivo para a indústria turística no mundo todo.

Esse novo contexto de circulação de bens e pessoas, marcado pela internacionalização da mão de obra na Europa e pelo intercâmbio de estudantes dos países em desenvolvimento, estimulou a busca por produtos culturais autênticos, únicos, não massificados e não padronizados notado mais claramente dos anos 2000 em diante. O efeito extremo desse movimento seria o aparecimento dos chamados nômades digitais e da cultura hipster. Portanto, nesse movimento de busca pelo único, pelo autêntico, emergem as políticas públicas de salvaguarda de patrimônios culturais, sobretudo os imateriais, já que os empreendedores do século XXI entenderam astutamente que as marcas de sucesso pautam suas operações pela venda de experiências de consumo e não mais em simples produtos como anteriormente.

Outros exemplos de percursos parecidos: Jazz de New Orleans(EUA), Salsa de Cali (Colômbia), Jazz Manouche de *Paris (França)*.

A historiografia costuma aproximar as ações do governo de Perón, na Argentina, às de Vargas, no Brasil. Ambos implementaram uma política que ficou conhecida como populista,

mais voltada para as classes trabalhadoras, e que defendia a extensão dos direitos a educação e cultura ao conjunto das classes populares. No caso da Argentina, foram ainda criadas leis que garantiam a obrigatoriedade da exibição de uma cota de filmes nacionais e o Festival de Cine de Mar del Plata (1954). (CALABRE, p. 329)

REFERÊNCIAS

CUNHA, Fabiana Lopes da. Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade. Annablume, São Paulo, 2004.

_____. As matrizes do samba carioca e carnaval: algumas reflexões sobre patrimônio imaterial. Patrimônio e Memória, v.5, n.2, p. 34-57, Assis, dez/ 2009.

GASPAROTTO, Lucas. *Alma e destino do povo português: O fado como identidade nacional lusa no limiar do Estado Novo (1927-1933)*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014, p. 80-96.

LAGE, Otília. *História comparada e método comparativo historiográfico: problemas e propostas*. Atas do Workshop Alto Douro e Pico. Paisagens culturais vinhateiras Patrimônio mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada, Porto, 2018.

MEIRELLES, Paola. *Samba: produto cultural e patrimônio imaterial*. Parágrafo FIAM FAAM, p.111-124.

MOREL, Hernán. *Buenos aires, la Meca del tango: procesos de activacion, megaeventos culturales, turismo y dilemas en el patrimonio local*. Publicar - Año XI N° XV - Diciembre de 2013 - ISSN 0327-6627 - ISSN (en línea) 2250-7671

RODRIGUES, Inês. *O Fado e a valorização turística dos bairros lisboetas: estudo de caso no bairro de Alfama*. Dissertação de Mestrado em Turismo e Educação pela Universidade de Lisboa, 2016, 91 fls.

SANTOS, Raquel. “*Mi Buenos Aires querido*”: o tango como expressão da nacionalidade argentina nas políticas culturais do regime peronista (1946-1955). Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa e Itaú Cultural, 2011, v. 1.

SOUZA, Ricardo Nicolay de. *Um turismo afadistado: Uma análise dos usos turísticos e de lazer do fado nos bairros tradicionais de Lisboa*. Revista Semina, Passo Fundo-RS, v.13, n.1, p. 189-199, 2014.

STARLING, Mônica. *Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural*. Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa e Itaú Cultural, 2011, v. 1.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

IDENTIDADES VISUAIS: AÇÕES PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA E PRESERVAÇÃO DE OFÍCIOS TRADICIONAIS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

VISUAL IDENTITIES: ACTIONS FOR SOLIDAR ECONOMY AND PRESERVATION OF TRADITIONAL CRAFTS IN THE NORTH PIONEER OF PARANÁ

Fernanda Rodrigues da Costa
 UENP / fernandarodrigues2305@gmail.com
 Carlos Daniel Dutra
 UENP / dhcdutra@gmail.com
 Camila Pereira de Souza
 UENP / camilapersouza@hotmail.com
 Juliana Carolina da Silva
 UFRGS / juliana.carolina@ufrgs.br
 Luciana Brito
 UENP / lbrito@uenp.edu.br

RESUMO

O artigo em questão tem por objetivo refletir acerca do conceito de patrimônio cultural, das identidades que formam os patrimônios culturais preservados na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, bem como apresentar o desenvolvimento do projeto de extensão “Identidades visuais: ações para economia solidária e preservação de ofícios tradicionais”, que faz parte do Programa de Extensão Universidade Sem Fronteira/USF, conta com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e é realizado pelo Centro de Letras, Comunicação e Artes da UENP/CLCA-CJ. Com a realização do referido projeto, buscamos atender possibilidades de conservação dos bens patrimoniais da cultura local e as necessidades dos artistas e artesãos, capacitando os mesmo para atividades de economia solidária, de forma que valorizem seus ofícios por meio da possibilidade de geração de renda, auxiliando-os na melhoria de suas produções. Dessa forma, a presente comunicação busca discutir as conceituações sobre patrimônio cultural, as ações regionais de patrimonialização e o papel que a UENP tem desenvolvido dentro dessa temática, divulgando e discutindo junto à comunidade acadêmica as viabilidades e alternativas de ações extensionistas que englobem a área da cultura.

Palavras-chave: Projeto de Extensão; Identidades Visuais; Patrimônio; Economia Solidária; Norte Pioneiro do Paraná.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the concept of cultural patrimony, the identities that form the cultural patrimony preserved in the North Pioneer mesoregion of Paraná, as well as to present the development of the extension project "Visual Identities: Actions for Solidarity Economy and Preservation of traditional crafts" that is part of the Universidade Sem Fronteiras / USF Extension Program, is supported by the Institutional Program of Extension Scholarships and is carried out by the UENP / CLCA-CJ Center for Letters, Communication and Arts. With the realization of this project, we seek to take care of conservation possibilities of the heritage assets of the local culture and the needs of artists and artisans, enabling them to carry out activities of solidarity economy, so that they value their offices through the possibility of generating income, them in improving their productions. Thus, the present article seeks to discuss the concepts of cultural patrimony, regional patrimonialisation actions and the role that UENP has developed within this theme, disseminating and discussing with the academic community the viabilities and alternatives of extensionist actions that encompass the area of culture.

Keywords: Extension project; Visual Identities; Patrimony; Solidarity economy; Northern Pioneer of Paraná.

INTRODUÇÃO

Em Jacarezinho/PR, de um lado tem-se a arte cunhada localmente como acadêmica, que partiu de artistas ligados às faculdades locais, às produções dos roteiros de arte no Paraná e debates fomentados pelo Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho. Embora o movimento tenha-se iniciado em Curitiba nos anos de 1950 e início de 1960, as experimentações estéticas surgiram por artistas de Jacarezinho nas décadas de 1980 e 1990, tendo a arte como sensação ou abstração, tomando os trabalhos de Gisele Camargo¹¹⁵ e Heloísa M. M. Moreira¹¹⁶. Por outro lado, dentro do mesmo período, vemos uma arte popular e autodidata com as esculturas e pinturas fortemente identitárias de João Caldeira¹¹⁷ e Dirce Nascimento¹¹⁸, que trabalham

¹¹⁵ Gisele Camargo é uma artista plástica nascida em Jacarezinho, que atuou no cenário local ativamente entre a década de 1980. Sobre a sua formação, fez cursos de pintura com Yara San, Avany Rocha, Heloísa M. M. Machado, com Brás Alécio (em Marília) e fez curso de desenho em Curitiba. Na década de 1990 passou a participar de um grupo de artistas que se reuniam no ateliê da artista Yoshiya Nakagawara, em Londrina, para estudos e troca de informações.

¹¹⁶ Heloísa M. M. Moreira é uma artista natural de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro. Ela passou a residir em Jacarezinho em 1979 e a participar do Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho e se envolveu profundamente com a vida cultural de Jacarezinho, colaborando e incentivando o funcionamento das atividades artísticas no município nas décadas de 1980 ao fim da década de 1990. Sobre a formação artística de Heloísa M. M. Moreira, ela iniciou os estudos em artes plásticas em 1984, sob orientação de Charles Watson, Luiz Ernesto e Gianguido Bonfanti, em 1994 foi selecionado para o aprofundamento em pintura da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (Rio de Janeiro) e integrou "The London Project 94" e "The New York Project 94". Atualmente, trabalha em ateliê próprio, em São Paulo.

¹¹⁷ João Caldeira é um artista jacarezinhense, que iniciou a sua produção no ano de 1977. Com então 37 anos, na intenção de capturar um João de Barro, criou uma casa para este e a colocou sobre os galhos de uma árvore. Mas próximo estava seu cavalo, que com um barulho se assustou e pôs-se a correr, e esbarrando nos galhos da árvore a qual estava a casa, a fez cair em partes no chão. Caldeira, ao ver os pedaços no quintal, teve a impressão de

com a memória local, reorganizando a história oficial a partir de suas subjetividades e intencionalidades, pois conforme Néstor García Canclini, “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constituem nesse sentido, um patrimônio próprio” (2002, p. 196). Também ligadas às histórias e aos símbolos dos poderes locais, estão as esculturas predominantemente sacras que circulam pela catedral, colégios e casarões de Jacarezinho, e nos relata uma cidade tradicional, profundamente marcada pelas instituições de caráter religioso.

Retrocedendo, para buscarmos algum bem artístico-cultural preservado por instituições públicas no espaço urbano de Jacarezinho, encontramos na década de 1950 a realização das pinturas modernas e expressionistas que o fluminense Eugênio Sigaud compôs na Catedral Diocesana de Jacarezinho, demonstrando a realidade da população pelo olhar de um visitante, enleadas nos cenários propostos pelas passagens sacras. Misturando os dilemas sociais da região aos temas religiosos, o afresco é reconhecido como patrimônio, sendo o único bem artístico-cultural tombado por um órgão público em Jacarezinho. Seu tombamento foi realizado pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, superintendência no Paraná – IPHAN/PR, estando no processo nº 16/90, inscrição nº 08, que consta no Livro do Tombo das Belas Artes.

Nos órgãos de proteção ao patrimônio, optou-se por valorizar somente um artista reconhecido, de produções modernistas de cunho social, com ligações com as influências políticas e religiosas da cidade. Críticas sobre os objetos escolhidos para serem tombados permeiam a história da preservação patrimonial no Brasil, sendo que muitas escolhas foram realizadas politicamente, com viés a legitimar grupos e ordens sociais, como as escolhas por preservar as cedas das fazendas em detrimento aos locais de trabalho e colônias (NASCIMENTO, 2013). Estes são contrastes que marcam a seguridade dos patrimônios locais. Atualmente, apenas são reconhecidos como bens patrimoniais a Estação Ferroviária de Jacarezinho e a Estação Ferroviária de Marques dos Reis, tombadas em 2000 e pertencentes à

estar vendo uma imagem semelhante a um busto e com o inquieto desenho deste na memória, o recriou com argila. Foi sua primeira escultura e desde então, produziu aproximadamente 10.000 peças, presentes em seu acervo pessoal, no acervo da UENP/CJ e em museus e espaços no Brasil e no exterior. Caldeira é escultor, pintor e também atuou como entalhador de madeira. Sua formação foi autodidata.

¹¹⁸ Dirce Nascimento foi uma pintora que produziu obras de arte e de artesanato em Jacarezinho/PR durante o fim dos anos de 1970 até o início dos anos 2000. Suas obras são caracterizadas por traços simples e imprecisos. Em suas pinturas, retratou cenas e eventos cotidianos como casamentos, festas, preocupações e realidades da população a qual mantinha contato. Suas obras têm importância para a memória local retratando costumes e culturas da época em que viveu. Sua formação foi autodidata.

Rede Ferroviária Federal; e as pinturas murais de Eugênio de Proença Sigaud, conforme mencionadas, tombadas em 1990, e pertencentes à Mitra Diocesana de Jacarezinho, expostas dentro da Catedral, Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Entretanto, a partir da ampliação do conceito antropológico de cultura e de patrimônio, dando maior ênfase aos usos, produções e significados sociais, entendendo os patrimônios como tangíveis e intangíveis, percebemos que em nível local também há a necessidade de compreendermos a cultura e, de modo particular, seus patrimônios como bens que portam imaginários e traços de culturas e identidades da sociedade na qual se inserem, valorizando, assim, outros artistas e suas produções, que até então não foram reconhecidos pela sociedade. Os bens culturais são construídos por diversas culturas, muitas vezes conflitantes, que formam as sociedades e as diversas realidades dos territórios. Esses bens e suas construções identitárias, são também vestígios de práticas, de memórias e status que se ligam a determinados grupos sociais.

Observando as construções imaginárias ligadas aos patrimônios e suas representações, podemos pensar as histórias locais traumáticas, como o silenciamento das comunidades caboclas e indígenas e a exclusão social das comunidades periféricas. Não devemos ver o patrimônio ou o passado como algo inócuo, mas sim, usar os aportes teóricos da renovação da história no século XX para rever as histórias e os sentidos dos patrimônios locais, em interpretações mais próximas das populações, na intenção de criarmos e fortalecermos espaços democráticos no trabalho de educação patrimonial no Norte Velho do Paraná.

Nesse sentido, observamos a região do Norte Velho do Paraná e buscamos pensar ações no âmbito da cultura que pudessem contribuir para a diminuição das desigualdades socioculturais e que fortalecessem bens culturais presentes no município. Acerca das desigualdades socioculturais presentes na região, se faz necessário contextualizarmos o surgimento da mesorregião Norte Pioneiro Paranaense. O início de sua povoação ocorre no século XIX, ligada à necessidade de delimitar fronteiras e explorar as terras “férteis” da localidade. No início do século XX, surge a necessidade de estabelecer uma identidade e assegurar as economias da região advindas principalmente do cultivo dos cafeeiros. Na segunda metade do século XX, com a crise da produção cafeeira, ocorre a diminuição do poder econômico local e o surgimento de tentativas de diversificação dos plantios. Nesse momento, tem início o processo de urbanização das cidades da mesorregião, bem como os problemas oriundos do desenvolvimento urbano, como a acentuação das desigualdades

socioculturais, da visibilidade da desigualdade de renda e dos estigmas sociais, fatores que contribuíram também para o aumento da violência e que se perpetuam até os dias atuais.

Acreditamos que esses problemas possam ser minimizados com a democratização de educação de qualidade e possibilidades de aumento de renda. O IDH-M, que sinaliza a área educacional, mostra que a região Norte Pioneiro Paranaense obteve médias de alfabetização e frequência escolar inferiores à média estadual. Em relação ao acesso à renda, as cidades de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Bandeirantes apresentam elevado contingente de pessoas pobres, segundo dados do IPARDES (2010). A cidade de Jacarezinho possui 40,29% de incidência de pobreza, Santo Antônio da Platina 40,66% e Bandeirantes chega ao índice de 40,79%, segundo dados do Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002/2003) do IBGE.

Ainda, ao longo dos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, quando desenvolvemos atividades de extensão e pesquisa originárias das discussões dos Grupos de Pesquisa *Literatura e História: Memória e Representação* e *Preservação dos Bens Culturais: História, Memória, Identidade e Educação Patrimonial*, observamos a desvalorização da arte como processo histórico e memorialístico da região que a UENP abrange. A desvalorização que recai sobre a arte e o ofício de artista faz com que a sustentabilidade desse ramo como profissão e a eficiente preservação de seus bens apresentem-se deficientes na localidade. A desvalorização, o descaso com o patrimônio cultural regional e a deterioração de obras que o compõem, ocasiona a perda e o esquecimento das narrativas que formam essas linguagens socioculturais e, por consequência, parte da memória local.

OBJETIVOS

O artigo em questão tem por objetivo apresentar o projeto de extensão “Identidades visuais: ações para economia solidária e preservação de ofícios tradicionais” que faz parte do Programa de Extensão Universidade Sem Fronteira/USF, conta com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e é realizado pelo Centro de Letras, Comunicação e Artes da UENP/CLCA-CJ. Com a realização do referido projeto, buscamos atender possibilidades de conservação dos bens patrimoniais da cultura local e as necessidades dos artistas e artesãos, capacitando os mesmos para atividades de economia solidária, de forma que valorizem seus ofícios através da possibilidade de geração de renda, auxiliando-os na melhoria de suas produções. Dessa forma, a presente comunicação busca divulgar e discutir,

junto à comunidade acadêmica, as viabilidades e alternativas da ação extensionista que engloba a área da cultura, dialogando com os conceitos de Patrimônio, Memória e Artes.

METODOLOGIA

A metodologia para a realização do presente estudo se fez por meio da revisão de literatura sobre as temáticas que envolvem o projeto, presente nas referências da proposta, e pelo plano de ação das atividades apresentadas no cronograma do Projeto de Extensão “Identidades Visuais: ações para economia solidária e preservação de ofícios tradicionais”, a saber:

- Arregimentação e preparação da equipe técnica.
- Montagem da equipe multidisciplinar, composta por estudantes de graduação e estudantes recém-formados, que trabalha com aportes teóricos do campo de Preservação, Arte e Economia Solidária.
- Dialogo com as instituições parceiras para o estabelecimento e sustentabilidade das oficinas de produção de arte, sendo estas a Secretaria de Cultura do Município de Jacarezinho, Diretoria de Cultura PROEC/UENP, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Agência de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da UENP (AITEC), Centro da Juventude “José Richa” e o Serviço Social do Comércio (SESC).
- Dialogo com gestores culturais e técnicos parceiros para o estabelecimento de um trabalho em rede com os museus e casa de memória das cidades de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho e Andirá, buscando a difusão dos conhecimentos sobre o patrimônio cultural e maior abrangência do projeto na região.
- Realização de encontros com membros dos grupos de culturas populares.

Paralelamente, iniciaram-se os processos de atualização e levantamento das feiras existentes nas cidades de Jacarezinho, Andirá, Cornélio Procópio, Bandeirantes e Santo Antônio da Platina, em parceria com o SEBRAE, investigando como estão as atividades dos artistas e artesãos no que tange aos seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades.

Em relação às ações junto a artistas e artesãos, buscou-se o registro, documentação e patenteamentos dos bens culturais do saber-fazer regional, com atividades que preveem encontros e reuniões para diagnóstico participativo, formação em economia solidária de modo a fomentar a criação de cooperativas e assessorias a partir das demandas de cada grupo.

Cooperativas de artesanato podem ser uma das soluções para que juntos se organizem, planejem a colocação dos produtos de forma comunitária e compartilhem investimentos, lucros e decisões, formando valores coletivos, aumento da renda e valorização de seus ofícios. Ademais, os bens culturais registrados e os saberes dos artesãos e artistas serão pesquisados e pensados dentro do âmbito museal, buscando a valorização e divulgação desses fazeres enquanto patrimônios culturais.

Ademais, notando que havia a dificuldade do Museu Sacro-Histórico “Dom Ernesto de Paula” em digitalizar o seu acervo fotográfico e que o mesmo poderia também auxiliar nas pesquisas em história da arte local, o projeto dedicou parte do seu tempo a auxiliar na digitalização do acervo do referido Museu. Após, os bolsistas e a orientadora do projeto participaram do workshop Capacitação para Propriedade Intelectual, realizado pela AITEC/UENP, no *campus* Jacarezinho. E, para a finalização das atividades realizadas no ano de 2018, realizamos a divulgação do projeto e das pesquisas realizadas nos eventos IV Encontro de Integração UENP, Simpósio de Pesquisa em Letras (UENP/CJ) e II Simpósio de Educação e Inovação (IFPR/*campus* Jacarezinho), apresentando comunicações e publicando artigos.

Entretanto, como toda atividade incipiente, a operacionalização do projeto proposto esbarrou em algumas dificuldades. Podemos relacionar como principais dificuldades:

1. Locomoção: o projeto propôs atividades em município fora do município sede da UENP/CCHE/CLCA o que demanda a viabilização de transporte para a equipe. No período de execução, observou-se que os veículos disponibilizados são insuficientes para a demanda. Some-se a isso o fato de que, durante algum tempo, alguns destes automóveis ficaram indisponíveis por conta de avarias, dificultando sobremaneira a continuidade das atividades propostas. Devido a isso, as atividades ocorridas fora da cidade de Jacarezinho, como Bandeirantes e São Paulo, foram realizadas com veículos particulares.

2. Repasse dos recursos financeiros do projeto: o projeto possui recursos previstos pelo Planejamento Financeiro do mesmo, que não foram repassados conforme a previsão. O atraso dos repasses gerou dificuldades para a realização de atividades ligadas à formação da equipe (previstas para os meses dois e três), execução de um projeto de exposição e realização das oficinas de produção de arte (prevista para o segundo mês), conforme o calendário de desenvolvimento do projeto. Dessa forma, o retardo dos repasses financeiros pode acarretar em atrasos no plano de execução do projeto de extensão enviado à SETI/PR.

Dessa maneira, contornando as dificuldades, criando redes de apoio e se colocando mais próximo a comunidade, ao fim do projeto esperamos a conclusão de cinco ações de suas atividades. A primeira ação é a conservação e documentação dos modos de fazer arte e artesanato na região. A segunda é criação de um grupo de estudo com o uso da *Sala de Estar* (UENP/CJ) - um espaço no ambiente acadêmico para a observação e a pesquisa em arte, história e cultura regional - que servirá também de local para as atividades de pesquisas sobre matérias primas da região que possam dar vias ao menor custo de produção de obras de arte e artesanato e a sustentabilidade desses ofícios. A terceira dialoga com os artistas locais, pesquisadores e professores de artes, pois buscaremos a criação de oficinas de produção de arte, abertas à comunidade, que explorem as técnicas, a memória e as histórias constantes nos fazeres típicos da região, buscando através do ensino e produção a inovação de linguagens artísticas e a melhor formação dos produtores, dialogando os saberes tradicionais com os conhecimentos estéticos tecidos na academia, além de prestar auxílios no processo de patenteamento e registro dos bens culturais. A quarta ação busca encontros quinzenais com os artistas e artesãos, promovendo conhecimentos em economia solidária e prestando auxílio técnico para a criação de empreendimentos coletivos e sustentáveis. A quinta ação une as coletas de dados, o estudo das linguagens estéticas e das produções regionais com a valorização do patrimônio cultural local, por meio de exposições em museus das cidades de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho e nos *campi* da UENP, Cornélio Procópio e Bandeirantes. Dessa maneira, esperamos que a arte e o artesanato possam produzir sobre as pessoas um efeito prático, modificando sua conduta e concepção de mundo ou reforçando nelas o sentimento dos valores sociais e históricos, bem como abrindo novas perspectivas de vida e trabalho.

EXPECTATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

No livro *Fundamentos da Economia*, Marco Antonio Vasconcellos e Manuel Garcia definem a economia como sendo “[...] a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços [...] com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas” (2004, p. 02). A economia solidária, em seu conceito e em suas ações, busca ir além da valorização da produção, distribuição, acumulação e consumo. O termo economia solidária refere-se à maneira solidária e coletiva de gerir a economia, dando espaço para ações de colaboração e solidariedade dentro das

relações do trabalho e comercialização, com o intuito de que a produção e a venda sejam feitas de maneira mais justa e sustentável, promovendo as relações de co-responsabilidade e de partilha, e proporcionando o direito a todos os envolvidos nas relações de trabalho, a não só estarem no processo produtivo mas serem parte desse processo e poderem partilhar as perdas e lucros (SANTOS, 2005). Dentro dessa ideia, “ter parte e ser parte é exercer o mais alto grau da cidadania, que é ter e saber o que dizer” (SANTOS, 2005, p. 40).

Atualmente, a experiência em campo na aplicação de políticas públicas de qualificação de determinados setores, com a promoção e apoio a alternativa de geração de trabalho e renda, como as ações já realizadas por extensões¹¹⁹ na UENP, podem ser formuladas a partir de um sólido comprometimento com os atores de base e se constituem na conformação de uma rede solidária mais ampla, com a comunicação da universidade com os trabalhadores, com instituições parceiras, gestores e com a comunidade externa em geral.

A universidade pode ser um ator privilegiado na implementação e gestão da rede de economia solidária, porém não na sua liderança. O ponto estratégico que a universidade está provém do fato de gerir informação e poder articulá-las em rede e se constituir, assim, em mediador da principal semente que potencializa a trama de empreendimentos e entidades de apoio.

Por meio do Projeto de Extensão “Identidades visuais: ações para economia solidária e preservação de ofícios tradicionais” (UENP/USF/SETI), buscamos atender possibilidades de conservação dos bens patrimoniais da cultura local e as necessidades dos artistas e artesãos, capacitando os mesmo para atividades de economia solidária, de forma que valorizem seus ofícios através da possibilidade de geração de renda, auxiliando-os na melhoria de suas produções. Nesse sentido, o grande desafio é o de juntos (pesquisadores, instituições e os/as artistas locais) construirmos condições para viabilizarmos o que Ferreira (2003) chama de qualificação da consciência social. A qualificação da consciência vai se concretizando à medida que formos, coletivamente,

- repensando a convivência social; - revendo a organização das cooperativas, dando-lhes mais uma dimensão de comunidade do que de empresa econômica; - estimulando valores como a solidariedade, voluntariedade, trabalho e respeito à vida; - elevando o nível cultural; - resistindo

¹¹⁹ Citamos como um exemplo o Projeto de Extensão CoLabora - Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (UENP/USF/SETI), coordenado pelo professor doutor Fernando Brito, que durante o período de 2017/2018, atuou na pré-incubação, incubação e acompanhamento de cooperativas, oferecendo assessoria jurídica para a criação, estruturação e consolidação dos empreendimentos.

economicamente num contexto de economia globalizada (FERREIRA, 2003, p. 91).

Também se faz importante traçarmos estratégias de tornar os trabalhos mais sustentáveis (FERREIRA, 2003, p. 91) e preservar os patrimônios e memórias do grupo atendido. A questão da preservação e difusão dos patrimônios culturais da região é imprescindível para o cultivo da solidariedade e fortalecimentos dos laços da comunidade local, visto que “a comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição” (NISBET, 1974 apud SAWAIA 2002, p. 50). Então, além dos trabalhadores atendidos fazerem parte, especialmente, da mesma comunidade, é importante que conheçam as produções e tradições dessa comunidade e vejam a importância das suas próprias produções para o coletivo, fazendo conscientemente uma escolha por participarem dessa história.

Dentro dos empreendimentos solidários, a autogestão é a base, o alicerce da economia, para que esta culmine em relações democráticas e na ativa participação de todos no gerenciamento da produção, do consumo e da distribuição. Por isso, podemos afirmar que a comunidade local, pelas características que apresenta, é o espaço propício para a plena realização dessa “outra economia”, dessa outra maneira de entender e viver as relações de trabalho.

Sobre a história da comunidade artística de Jacarezinho, pesquisas realizadas em periódicos e acervos locais (SILVA, BRITO, 2013; 2016; 2017), mostram que os primeiros registros encontrados sobre o campo artístico em Jacarezinho datam de 1940, sendo discursos jornalísticos sobre a literatura, escultura e pintura. Naquele momento, as produções jacarezinhenses se mostravam particulares às tendências de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, além da maioria de seus artistas exercerem profissões em outros ramos.

Nas décadas que vão de 1960 até o ano de 1980, Jacarezinho viu incentivos e instituições artísticas sendo criadas, além da maior visibilidade às artes plásticas, através dos incentivos da FUNARTE a artistas, oficinas, cursos e eventos, como o Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho. Houve o aumento da produção teatral e literária, e a criação do Conjunto Amadores de Teatro (CAT), primeiro teatro particular do interior do estado do Paraná. Já no período de 1980 aos anos 2000, começam a surgir galerias de arte em Jacarezinho e o agrupamento de artistas visando à produtividade, visibilidade e melhores condições para a venda das obras. Assim, neste período surgem pessoas que sobrevivem por

meio da arte. Dentre os grupos criados neste período estão a Fábrica de Mágicas e o Grupo Prisma.

A própria iniciativa dos artistas locais, de se organizarem informalmente em um mesmo espaço para a comercialização de arte, nos mostra uma demanda para a mediação da economia solidária. “De um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um(a) do(a)s participantes” (JESUS e TIRIBA, 2003, p. 49), temos a oportunidade de possibilitar informações e conhecimentos para a ação de cooperar, sendo “simultânea ou coletivamente, trabalhar em comum; colaborar” (AMORA, 1997, p. 172), otimizando a geração de renda, visto que em cooperativa poderiam abranger nichos de venda maiores, além de terem incentivos estatais, proporcionando valores democráticos e auxiliando na melhor formação dos artistas locais.

Para tanto, o projeto de extensão terá como uma de suas primeiras ações a busca por diálogo com gestores culturais e técnicos parceiros, para o estabelecimento de um trabalho em rede com os museus e casa de memória das cidades de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho e Andirá, buscando a difusão dos conhecimentos sobre o patrimônio cultural e maior abrangência do projeto na região. Ademais, será feita a realização de encontros e de pesquisas de campo participativas com membros dos grupos de culturas populares.

Paralelamente, será atualizado o levantamento das feiras existentes nas cidades de Jacarezinho, Andirá, Cornélio Procópio, Bandeirantes e Santo Antônio da Platina, em parceria com o SEBRAE, investigando como estão as atividades dos artistas e artesãos no que tange aos seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades. Haverá visitas aos locais de trabalhos e ateliês dos interessados nas propostas do presente projeto na cidade de Jacarezinho, para que seja realizado o levantamento e estudo das produções.

Ainda, serão realizadas pesquisas junto aos consumidores, produtores e gestores culturais, por meio de questionários já previamente testados. Elas servirão de instrumentos para que seja traçado um perfil sobre os artistas, artesãos, feiras e centros de memória da região. Os dados obtidos, em conjunto com os dados do levantamento e estudo do conjunto das produções, serão compilados e analisados para o melhor desempenho do trabalho.

Em relação às ações junto a artistas e artesãos, faremos o registro, documentação e patentamentos dos bens culturais do saber-fazer regional, com atividades que preveem encontros e reuniões para diagnóstico participativo e formação em economia solidária, de modo a fomentar a criação de cooperativas e assessorias a partir das demandas de cada grupo. Cooperativas de artesão podem ser uma das soluções para que juntos se organizem, planejem

a colocação dos produtos de forma comunitária e compartilhem investimentos, lucros e decisões, formando valores coletivos, aumento da renda e contribuam para a valorização de seus ofícios. Ademais, os bens culturais registrados e os saberes dos artesãos e artistas serão pesquisados e pensados dentro do âmbito museal, buscando a valorização e divulgação desses fazeres enquanto patrimônios culturais.

Portanto, diante dessa concepção, buscaremos incentivar pesquisas, ensinar as técnicas de produções sustentáveis com materiais da região que proporcionem sustentabilidade aos fazeres, além de promover exposições que se liguem à valorização das identidades e saberes regionais. Com o ensino das técnicas, dialogando com os saberes populares e suas origens multiculturais, trabalharemos tecelagem, modelagem em argila e pintura, buscando revitalizar essas técnicas, cumprindo o papel de promover o desenvolvimento social, artístico e cultural da mesorregião que a UENP abrange.

Assim, colimamos contribuir para maior veiculação da arte por meio de oficinas de produção de arte, fazendo uso da *Sala de Estar*, atuando em parceria com o Centro da Juventude “José Richa” e projetos sociais promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e contando com o apoio do Ateliê de Gravura Paulo Menten de Londrina/PR. Dispondo também, de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Agência de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da UENP (AITEC), estimulando medidas estratégicas nos recursos endógenos no patrimônio cultural material e imaterial das populações.

Portanto, intentamos impulsionar a valorização do Norte Pioneiro do Paraná como referência de centro cultural, contando com apoio da Diretoria de Cultura da PROEC/UENP e com o apoio do grupo de estudos “Literatura e História: Memória e Representação” da UENP, para conceder auxílio aos grupos de artistas e artesãos regionais, aspirando capacitá-los na economia solidária de modo a fomentar a criação e desenvolvimento de cooperativas.

RESULTADOS

Acreditamos que promovendo o incentivo à economia solidária e a fruição das obras do patrimônio local, poderemos fomentar a valorização de bens artísticos locais, o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa e a própria valorização do ofício dos artistas.

Buscamos, ao final do projeto, a criação de um grupo de estudo sobre Arte e História Regional, desenvolver ações educativas e de capacitação dos artistas e artesãos locais sobre questões referentes à Economia Solidária e Estéticas Poéticas em Artes Visuais, além de ações educativas sobre Arte e História Regional com estudantes atendidos pelo Centro da Juventude “José Richa” e em projetos sociais do SESC/Jacarezinho. Também intentamos a criação de projetos expográficos para exposição em museus, trabalhando com os bens culturais registrados através do projeto, a criação de patentes dos produtos culturais das comunidades, tais como: trabalhos de tricô e crochê, tecelagem e saberes de ofícios artesanais e/ou artísticos.

Por fim, o projeto auxiliará na atualização dos dados do SEBRAE sobre o setor de ofícios artísticos e artesanais na cidade de Jacarezinho, com informações sobre o perfil dos trabalhadores, do público, dos gestores e dos produtos culturais, também fomentará a criação de cooperativas comunitárias capazes de gerar emprego e renda.

Salientamos que o projeto descrito, só está sendo possível graças ao financiamento do Programa Sem Fronteiras/SETI e ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão, e tem como intuito a valorização das expressões artísticas, criatividade e linguagens, atendendo a comunidade e trabalhando com o patrimônio cultural da região nordeste do Paraná. Destacamos os trabalhos da equipe voltados para a capacitação sobre questões de arte local, preservação, conservação preventiva, economia solidária e conhecimentos sobre curadoria e produção de eventos culturais à comunidade interna e com o envolvimento da comunidade acadêmica e externa com a fruição artística, em especial o incentivo a diálogos com as tradições e expressões locais.

Por fim, deve-se ressaltar a relevância de se alertar a comunidade interna e externa sobre a importância da conservação do patrimônio cultural e da viabilização de processos de revitalização, bem como da posição estratégica da Universidade como mediadora de tais processos.

REFERÊNCIA

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERREIRA, Elenar. A Cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. IN: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A Economia Solidária no*

Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia).

JESUS, Paulo de, TIRIBA, Lia. *Cooperação*. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. *Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade*. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. *Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária: a persistência nas maneiras alternativas de entender e viver a vida*. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: Interação Universidade – Movimentos Sociais*. Cáceres/MT: Editora UNEMAT, 2006.

SILVA, Juliana Carolina da; BRITO, Luciana. *Em busca da memória de Jacarezinho/PR: levantamento e estudo dos artistas*. In: *Anais X Seminário de Iniciação Científica SóLetras*. Jacarezinho: UENP, 2013. p. 223-231.

SILVA, Juliana Carolina da; BRITO, Luciana. *Entre símbolos e instituições: a construção da memória no patrimônio urbano e artístico de Jacarezinho(PR)*. *Fragmentos de Cultura* (Online), v. 23, p. 371-381, 2016.

SILVA, Juliana Carolina da; BRITO, Luciana. *Acervo Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: considerações sobre o moderno e o adormecimento*. In: *Anais do VIII Congresso Internacional de História*. Maringá: UEM, 2017. p. 2665-2673.

VASCONCELLOS MAS. *Fundamentos de Economia*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

RIO TIETÊ COMO PAISAGEM CULTURAL DE PORTO FELIZ

TIETÊ RIVER AS A CULTURAL LANDSCAPE OF PORTO FELIZ

Giovana Lamarca do Carmo

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) Unesp - Bauru, aluna do 4º ano da
Graduação em Arquitetura e urbanismo
giovana.lamarca@hotmail.com

Prof^ª. Dr^ª Norma Regina Truppel Constantino

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) Unesp - Bauru
norma.rt.constantino@unesp.br

RESUMO

As cidades formadas no interior Paulista no final do século XIX e início do século XX apresentam, ainda hoje, uma paisagem bastante homogênea, não só quanto ao aspecto da paisagem natural, mas também quanto à forma de ocupação e o desenho urbano. Observa-se que uma série de cidades foi implantada próxima aos rios, e outras no espigão divisor de bacias hidrográficas. Nota-se que grande parte das cidades implantadas ao longo do rio Tietê apresenta uma inserção na paisagem urbana. O município de Porto Feliz, utilizado como ponto de partida das monções de povoado e de comércio ao longo do século XVIII, até hoje é marcada pela sua história, através do desenho da cidade, de antigas construções, monumentos, lendas e tradições de seus moradores. A presença do rio Tietê em Porto Feliz é um fator determinante para a identidade de seu povo. Os procedimentos metodológicos compreendem o levantamento da bibliografia pertinente ao tema e à história da formação das cidades, a pesquisa documental nos arquivos municipais, além da sistematização dos dados coletados. Estes procedimentos possibilitarão descrever a relação da cidade com o rio. Dessa forma, o rio Tietê pode ser considerado como paisagem cultural da cidade. O espaço urbano pode ser focado como variável dependente, sendo determinado pelos condicionantes naturais e sociais do meio em que se realiza. E também pode ser focado como variável independente, pois é capaz de determinar o modo de vida e alterar o meio natural. Considerando estas questões, pretende-se descrever como se processa nos dias atuais a relação de interferência entre as duas variáveis: rio e cidade.

Palavras-chave: História da cidade, paisagismo, rios urbanos, recursos hídricos, paisagem cultural.

ABSTRACT

The cities formed in west São Paulo State in the late nineteenth century and early twentieth

century have, today, a very homogeneous landscape, not only in the aspect of natural landscape, but also in the form of occupation and urban design. It is observed that a number of cities have been deployed near the rivers, and other on the dividing spigot of watershed. Most of the cities implanted along the Tietê river present an insertion in the urban landscape. Porto Feliz, used as starting point for "monções" of settlement and the trade during XVIII century, until today it's recognized by her history, through the drawing of the city, of old constructions, monuments, legends and traditions of its inhabitants. The presence of the Tietê river in Porto Feliz is a determining factor for the identity of its people. The methodological procedures include the bibliography survey about the theme and the history of the cities, a documentary research in the municipal archives and the systematization of collected data. These procedures will make it possible to describe the relationship between the city and the river. In this way, the Tietê river can be considered as a cultural landscape of the city. Urban space can be focalized as a dependent variable, and it can be focalized by the natural and social conditions of the environment in which it takes place. It can also be focalized as an independent variable because it is able to determine the way of life and change the natural environment. Considering these issues, the intention is to describe how the interference relationship between the two variables, river and city, is processed.

Keywords: History of the city, landscaping, urban rivers, water resources, cultural landscape.

INTRODUÇÃO

O RIO TIETÊ E A CIDADE DE PORTO FELIZ

A proximidade com os rios foi um fator determinante para o assentamento de civilizações desde a antiguidade. A água possibilitou o abastecimento, o desenvolvimento da agricultura, transporte, entre outras atividades.

No Brasil, o rio esteve diretamente relacionado à formação urbana de diversas cidades no período colonial. O rio Tietê possibilitou a exploração do interior do Estado de São Paulo e do Brasil devido às suas características geográficas: “Ao contrário da maioria dos rios que correm no sentido do mar, o Tietê corre sentido interior por não conseguir sobrepor a Serra do Mar.” (OLIVEIRA, 2014, p. 02).

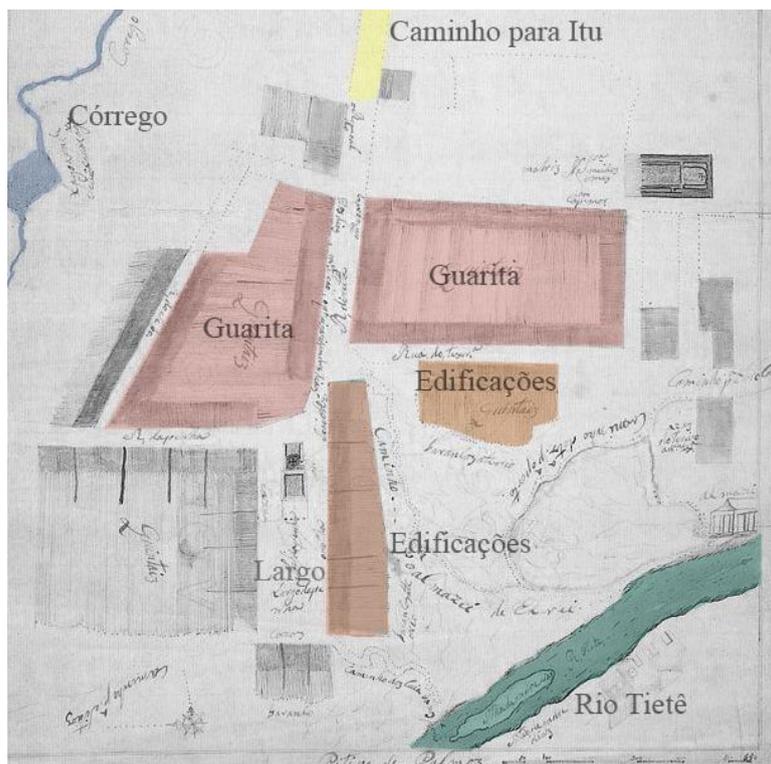


Figura 1: Formação urbana inicial de Porto Feliz
 Fonte: Marcos Carrilho Arquitetos, 2008.

Segundo Correa (2002) os cursos d'água foram utilizados pelos colonos como caminhos condutores através de seu fluxo, além de saciarem sua sede e proverem alimentação. Devido ao fácil acesso a essas necessidades básicas, os bandeirantes, em suas missões de captura de escravos fugitivos, índios e busca por pedras e metais preciosos, passaram a seguir o caminho por terra direcionados pelo rio.

Com o início da utilização de instrumentos para navegação, as monções - expedições que duravam cerca de cinco meses, entre março e junho - passaram a buscar as minas de ouro de Cuiabá, no Mato Grosso.

As monções saíam do porto de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba, atual Porto Feliz, e “percorriam cerca de 3.500 quilômetros por diversos rios, superando obstáculos inúmeros, entre corredeiras, saltos, pestilências, ataques indígenas, para o fornecimento de víveres, manufaturados, transporte de homens e de ouro” (SILVA, 2004, p. 7).

Em 1693, Antônio Cardoso Pimentel iniciou um assentamento às margens do rio Tietê, antigo Anhemby, para ocupar suas terras. Dessa forma surgiu o povoado de Ararituaba: “lugar onde as araras comem areia”, segundo a linguagem dos índios quaianazes, referindo-se às araras que “bicavam” o paredão salitroso situado no local

(PORTO FELIZ, 2016).

Com as monções, novos assentamentos começaram a surgir. O aumento do comércio em pequenas ocupações, as vilas ribeirinhas, por exemplo, como as de Porto Feliz e Piracicaba, tiveram um significativo crescimento econômico. As monções, assim como as bandeiras, influenciaram o desenvolvimento de outras regiões do Brasil, estimulando o crescimento territorial do país.

Ainda no século XVIII iniciou-se a decadência das monções com o advento do tropeirismo, que tornou possível o comércio das mulas utilizadas no percurso após chegar ao local de destino.

Em resumo, foi o Rio Tietê que propiciou algumas bandeiras e as monções, ou descimentos, até que o ciclo do luar, o advento do barco a vapor e os caminhos terrestres passassem a dominar o cenário da história. Essas expedições viriam enriquecer e alargar os horizontes da nação brasileira. (RIBEIRO, 2004, p.12)

Nesse período, a produção de cana passou a ser uma atividade recorrente na região de Porto Feliz. Paralelamente ao crescimento dos canaviais, a população crescia. Na segunda metade do século XIX, na margem esquerda do Rio Tietê foi inaugurado o Engenho Central, situado a dez metros do seu nível.

Em 1907, foi inaugurada a Usina Porto Feliz. A indústria começou a crescer no século XX, passando a ser proprietária de diversas terras destinadas à produção de açúcar e álcool na cidade. No início do século XX outras indústrias também foram implantadas em Porto Feliz. Em 1924 foi inaugurada a Fábrica de Tecido Nossa Senhora Mãe dos Homens e em 1957, a indústria Confecções Brand S.A, entre outras indústrias.

Em 1920, chegou o novo ramal da Estrada de Ferro Sorocabana. O ramal férreo fazia a ligação de Porto Feliz à Boituva. A estação foi desativada em 1960.

Atualmente, com a proximidade de Porto Feliz com as rodovias Marechal Rondon e Castelo Branco, a localização da cidade favorece a instalação de indústrias, devido à sua proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo e a inserção da cidade na Região Metropolitana de Sorocaba.

O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO RIO TIETÊ

Com o viés desenvolvimentista do século XX, “a ordem natural era dar prioridade ao desenvolvimento industrial, acompanhado de uma aleatória expansão da rede urbana com

ocupação de vales e escarpas em uma desenfreada impermeabilização dos terrenos” (RIBEIRO, 2004, p. 19).

Dessa forma, com crescimento urbano de São Paulo, as várzeas do rio Tietê passaram a ser ocupadas pela construção de edificações. Dentre as construções inseridas nessas áreas, era comum a instalação de indústrias quando as terras eram próximas às ferrovias – disseminadas no Estado de São Paulo no século XIX - pois facilitavam o recebimento matéria prima e maquinários. A tendência de loteamentos e aterramentos no leito do rio também estava relacionada com o incentivo ao rodoviarismo.

Com o aumento de áreas impermeabilizadas, “os rios, além de percorrerem uma bacia de drenagem completamente despida de vegetação, facilitando o carregamento de materiais devido à erosão” (RIBEIRO, 2004, p.19), tiveram seu tecido poroso diminuído, agravando os problemas de alagamento.

As águas do Tietê, devido à exploração de ouro e ferro no século XVII em alguns trechos do rio, “já sofriam alterações quanto à sua qualidade, cor e turbidez devido aos metais pesados que eram despejados no rio” (OLIVEIRA, 2016, p.124). Com o recebimento de resíduos industriais que passaram a ser despejados em seu leito, o processo de poluição do rio foi intensificado.

Para acabar com as epidemias de febre amarela, febre tifóide, peste bubônica e varíola, foram elaboradas soluções de saneamento a serem aplicadas na cidade de São Paulo. Dentre elas, projetos de canalização dos rios e de drenagem dos pântanos foram elaborados entre o final do século XIX e início do século XX (OLIVEIRA, 2016).

Preocupando-se com o patrimônio cultural e com o meio ambiente, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito elaborou projetos para o rio Tietê. Em 1911, Brito indicou a possibilidade dos rios Tietê e Guarapiranga proverem o abastecimento público de água para a cidade de São Paulo. Em 1926, o sanitário elaborou relatórios de estudos defendendo a ideia de ter o rio como um manancial de abastecimento e sugeriu uma regularização para o controle das enchentes e para retomar a navegabilidade do rio (RIBEIRO, 2004). Entretanto, com os interesses privados, a produção de energia passou a ser o principal determinante para a execução de obras no rio Tietê.

Os planos iniciais se diluíram por causa, em boa parte, da influência da empresa canadense The São Paulo Trainway, Light and Power Company, conhecida como

Light, que detinha o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica na região de São Paulo. Para garantir mais água para a hidrelétrica de Cubatão, a Light tinha invertido o curso do Pinheiros e recebido o direito de ocupar as várzeas. (FIORAVANTI, 2013, p.21).

Com isso, em 1927, o projeto de Saturnino de Brito foi modificado pela Comissão de Melhoramentos do Tietê, com a eliminação das comportas e lagos. O vale marginal seria ocupado por pontes e avenidas. Entretanto, alguns episódios interferiram nas obras.

Em 1929 ocorreu uma grande cheia do Rio e nesse mesmo ano, com o falecimento do sanitarista e com a Crise Econômica, a obra parou. Em 1930 e 1932, os movimentos revolucionários mantiveram as obras estagnadas. Somente em 1938, no governo Prestes Maia as obras foram iniciadas e em 1950 a obra de retificação foi concluída. (OLIVEIRA, 2014, p. 276)

A necessidade de realizar estudos, levantamentos e propostas para o controle da poluição, levaram à criação da Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (CETESB), em 1968. Com o aumento da poluição no Tietê, no final do século XX começaram a surgir campanhas a favor da despoluição do rio. Estas, muitas vezes contavam com o apoio da população. Em 1992, o Núcleo União Pró Tietê conseguiu reunir mais de um milhão de assinaturas em favor da recuperação do rio.

Atualmente, a poluição não está presente em toda a extensão do rio Tietê. Em Salesópolis, a água nasce cristalina, no entanto, ao chegar em Biritiba-Mirim, fertilizantes e agrotóxicos começam a diminuir na qualidade da água. Em Mogi das Cruzes, esgotos domésticos e industriais são inseridos sem tratamento no rio. Em Guarulhos, a quantidade de esgoto despejado no rio aumenta significativamente, diminuindo a vazão e a largura do Tietê. Em São Paulo, cerca de 1.100 toneladas de esgoto são despejadas no rio, sendo seu maior ponto de degradação. A existência de cachoeiras e outros acidentes naturais em Pirapora do Bom Jesus, “faz com que os detergentes que são jogados no rio formem espumas brancas. Mas essa agitação ajuda a oxigenar e movimentar a água, deixando-a mais limpa” (OLIVEIRA, 2014). Ao passar o município de Salto, a água passa a ter melhor qualidade.

Segundo o Plano Diretor de Porto Feliz (2016), a partir de dados da CETESB, foi realizada uma análise dos índices de qualidade da água do Rio Tietê ao longo de toda a sua extensão. O IQA

Índice de Qualidade da Água (que varia de 0 a 100) apresenta um valor de 80% na nascente (em Salesópolis) e vai decrescendo até 15% (quando chega em São Paulo). Devido à proximidade com São Paulo, no trecho em que passa por Porto Feliz, o Tietê apresenta um IQA de 20%.



Figura 2: Extensão do rio Tietê, da nascente à foz.

Fonte: Extensão do rio Tietê. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/geografia/rio-tiete>. Acesso em: 15 de abril de 2019. Imagem editada pela autora.

Atualmente, 60% do abastecimento de água tratada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz é proveniente de águas superficiais do Ribeirão Avecuia, afluente do rio Tietê, e o restante é obtido através de poços subterrâneos profundos do Aquífero Tubarão¹²⁰.

¹²⁰ Mais informações no site do SAAE Porto feliz: <https://www.saaepfz.com.br/SAAE/web/Institucional/Default.aspx?id=S16041509353153&t=2>. Acesso em: 15/04/2019.



Figura 3: Ribeirão Avecuia.
Fonte: Acervo da autora, 2019

HERANÇA CULTURAL DAS MONÇÕES

As monções deixaram uma importante herança cultural para Porto Feliz. Em 1920 foi inaugurado o Parque das Monções, uma área verde situada às margens do rio Tietê, local de partida das expedições. Estão inseridos no parque o antigo Porto de Araritaguaba; o Paredão Salitroso; o Monumento das Monções; além de uma parte do Batelão e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.



Figura 4: Vista do rio Tietê no Parque das Monções, local do antigo Porto.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

A Gruta foi inaugurada em 1924, construída após a visita dos padres franceses Alexandre Hourdeau e Victor Maria Cravon à Porto feliz. Os padres, na visita ao parque, perceberam a semelhança com a Gruta de Lourdes na França. A gruta passou a receber visitas de devotos e peregrinações religiosas, além de ser um ponto de turismo histórico. (AMARAL, 2008).

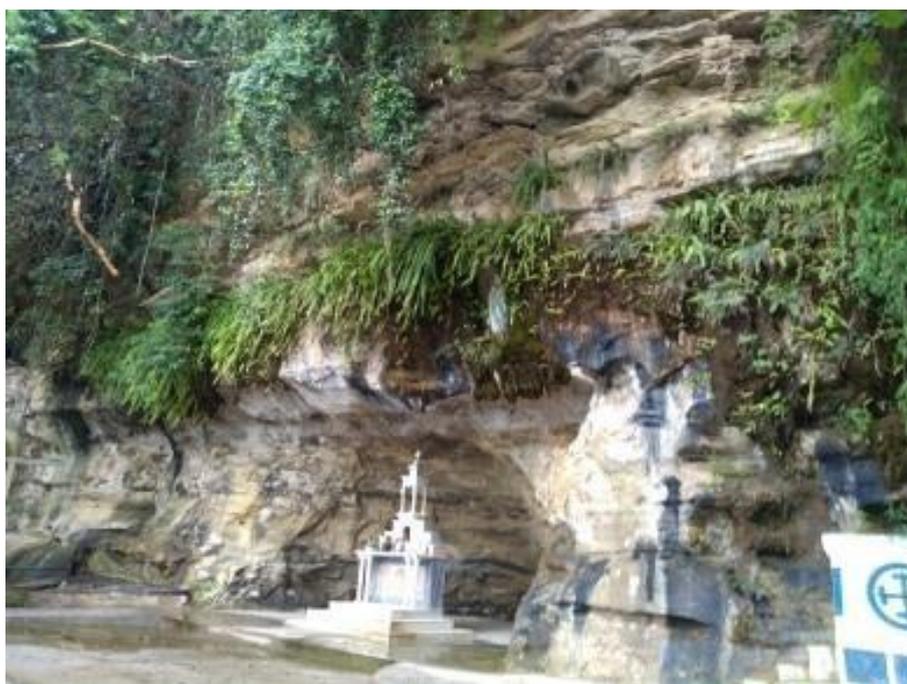


Figura 5: Gruta de Nossa Senhora de Lourdes
Fonte: Acervo da autora, 2019.

O Parque das Monções foi tombado pelo Decreto Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Abrigando um acervo, com documentos, mapas e livros a respeito das monções e sua relação com a história de Porto Feliz, o Museu Histórico e Pedagógico das Monções foi inaugurado em 1963. Com o tombamento de seu prédio teve o nome mudado para Museu das Monções.

Segundo o Portal G1¹²¹ foi constatado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas o risco de desabamento da edificação. Com isso, o museu encontra-se fechado desde 2010. Após uma série de solicitações por parte da prefeitura, o Governo do Estado, responsável por

¹²¹ Mais informações no Portal G1. Justiça determina restauração do Museu das Monções. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2018/09/11/justica-determina-restauracao-do-predio-do-museu-das-moncoes-em-porto-feliz.ghtml>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

restaurar o museu, deu início às obras de estabilização e contenção do edifício construído há cerca de 180 anos, em taipa de pilão. Ainda sem ocorrer a reforma, constata-se no local a presença de tapumes, escoras, telhas soltas e infiltração de água.



Figura 6: Museu das monções interditado
Fonte: Acervo da autora, 2019

A presença das monções permanece nas tradições da população. Anualmente, em outubro, ocorre a Semana das Monções, em comemoração ao aniversário da cidade. Nessa semana acontecem palestras culturais; shows; festas; exposições; o desfile histórico, em que moradores da cidade se vestem com trajes do período da fundação de Porto Feliz, além da tradicional encenação histórica com o Grupo de Teatro Monções.

Segundo o atual diretor do Meio Ambiente de Porto Feliz há um projeto da diretoria de cultura para transformar a cidade em estância turística. Com o auxílio do SENAC, o Plano Diretor de Turismo de Porto Feliz começou a ser elaborado em setembro de 2018. As estâncias turísticas “passam a ter direito de acesso a recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, cuja verba é destinada a programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental.” (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2007).

OBJETIVO

Objetivo deste trabalho é analisar a relação de Porto Feliz com o rio Tietê desde as

origens da antiga Ararituaba e como a associação entre rio e cidade influenciou no sistema de crenças e tradições dos habitantes de Porto Feliz até os dias de hoje. O percurso histórico parte do século XVIII, quando as monções partiam do porto de Ararituaba, e chega até uma breve análise da situação atual.

METODOLOGIA

Visando identificar a percepção da população de Porto Feliz sobre os cursos d'água, foi realizada uma entrevista com 30 pessoas. O questionário forneceu dados que foram organizados em gráficos, para a melhor sistematização das informações levantadas. Para o entendimento da história da cidade foram utilizadas referências bibliográficas pertinentes ao tema, análise de mapas e pesquisa documental nos arquivos municipais. A partir de uma reunião com o Diretor do Meio Ambiente de Porto Feliz e o levantamento bibliográfico a respeito do tema foram obtidos dados a respeito da situação atual da cidade.

RESULTADOS

De acordo com Gorski (2010, p.40) e Saraiva (2005), as relações entre o ser humano e a natureza compõem a paisagem. A paisagem integra a ordem biofísica e ecológica; sociocultural e econômica; além de perceptiva, estética e emocional. Para Besse (2014, p.30) toda paisagem é cultural, não porque é *vista* por uma cultura, mas “essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais), e segundo valores que, de certa forma, ela *simboliza*.”

Para analisar como a população interage como parte da paisagem cultural foram realizados 30 questionários a respeito da relação entre os habitantes de Porto Feliz e o rio Tietê.

Quando questionados a respeito da história do rio, 60% dos entrevistados sabiam histórias relacionadas ao Tietê. Dentre eles, 83,33% citaram as monções ou lendas relacionadas à elas.

Em relação às lembranças pessoais da população relacionadas ao rio, 46,66% dos entrevistados responderam que tinham uma história relacionada ao Tietê. Dentre as histórias pode-se notar que a população tinha uma relação direta com o rio. Uma das entrevistadas, de 58 anos, citou um episódio de sua infância: “Há 48 anos atrás eu morava no sítio e pescava,

nadava e passeava de barco com a minha irmã”.

Entretanto, atualmente, esse contato diminuiu consideravelmente. Na questão da segurança dos usuários, apenas 30% dos entrevistados responderam que se sentiam seguros na beira do rio. Ao serem questionados sobre frequentarem ou não o local e os motivos relacionados a isso, as respostas foram as seguintes:

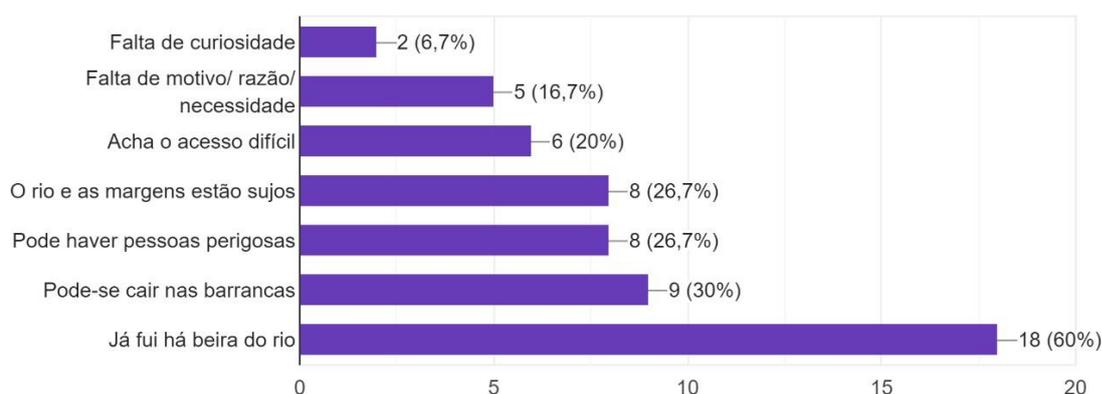


Gráfico 1: Uso da beira do rio pela população e motivos pelos quais não utilizam
Fonte: Google Formulários, editado pela autora – 2019.

Em relação à possibilidade de haver mais espaços públicos de lazer beira-rio, a população demonstrou interesse por esses ambientes. O gráfico a seguir representa a opinião dos entrevistados:

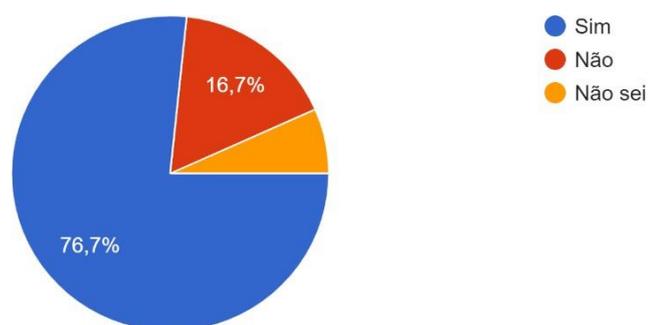


Gráfico 2: Opinião da população a respeito da implantação de novos espaços livres beira-rio na cidade.
Fonte: Google Formulários, editado pela autora – 2019.

Dentre os 76,7% que acreditam que deveria haver esses espaços, 21,73% acreditam que apenas se o rio fosse limpo elas deveriam ser implantadas.

O Ribeirão Avecuia, afluente do Tietê, também foi citado por 23,33% dos entrevistados, quando questionados sobre o lazer da população. Uma das entrevistadas, de 67 anos, citou: “Quando meu pai ia trabalhar no tratamento de água eu passava a tarde brincando com outras crianças no Avecuia, eu também levei meus filhos para brincar no Ribeirão na infância deles”. Atualmente, pelo fato do ribeirão Avecuia ser o curso d’água mais conservado da cidade, abastecendo Porto Feliz, os habitantes muitas vezes o utilizam como área de lazer.

Com a degradação do Tietê, a população deixou de praticar atividades de lazer e contemplação no rio. Pode-se notar que a poluição do rio foi um fator determinante para o afastamento. Uma das entrevistadas, de 58 anos, questionou: “Tietê em Barra Bonita é como se fosse uma praia. Será que é o mesmo rio que passa na minha cidade?”

Esse distanciamento é perceptível principalmente em relação aos jovens que tiveram um contato muito menor com o rio, pois já estava degradado desde sua infância. Dentre os entrevistados de 18 a 24 anos, 66,7% disseram não ver nenhum aspecto positivo no rio.

Pode-se notar que a percepção visual que a população tem do Tietê é bastante limitada por ele estar aparente em poucos pontos da cidade. Em alguns dos locais em que ele é visível foram citados problemas de alagamentos, novamente causando uma percepção ruim da população em relação ao rio.

Para a recuperação dos cursos d’água é imprescindível a presença da população nesse processo. A sensação de pertencimento aos espaços livres promove a conscientização ambiental da população e o uso devolve a vida a esses lugares. “A intervenção sobre a paisagem é entendida como uma combinação entre proteção, gestão e ordenamento sobre um mesmo território”, onde certas partes e elementos podem ser protegidos, alguns aspectos podem ser administrados, enquanto outros podem ser transformados voluntariamente. (CEP, 2000 apud LUCA; SANTIAGO, 2015, p. 38).

Além disso, o processo de despoluição dos rios, não é apenas retirar os esgotos do rio: “Trata-se de uma operação complexa, que implica também a recuperação da vazão dos rios, redução do assoreamento, controle da drenagem e incentivo à arborização como forma de aumentar a permeabilidade das áreas urbanas.” (FIORAVANTI, 2013, p.25).

CONCLUSÃO

O rio Tietê faz parte da história de Porto Feliz como o fator que consolidou a cidade partir da utilização de seu porto por expedições que seguiam rumo ao interior do Brasil. A

formação urbana de Porto Feliz se deu em função do porto, localizado atualmente no Parque das Monções, um dos vários patrimônios da cidade que contam sua história.

Através de histórias, lendas, costumes, festas, a população de Porto Feliz ainda carrega a história de seus antepassados monçoeiros. Entretanto, o afastamento da população do rio têm gerado uma falta de identificação das gerações mais jovens da cidade, que não tiveram contato com o rio, apenas com os aspectos negativos que a degradação do Tietê trouxe para o local.

Programas de revitalização do rio e de suas matas ciliares são essenciais para que os problemas que a degradação do Tietê gera para a cidade sejam controlados. A criação de espaços públicos beira-rio também é importante para atrair a população, já que o rio é apenas visto em poucos pontos da cidade. A conscientização ambiental e do patrimônio cultural da cidade, junto do contato físico e visual da população com o rio é imprescindível para que a relação da cidade com o rio seja restabelecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.K. Viabilidade de turismo rural em Porto Feliz. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Porto Feliz com projeto para se tornar estância turística. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=307751>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BESSE, J.M. O gosto do mundo – exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CORRÊA, D. S. Os rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a histografia paulista. In: ARRUDA, G. (org.) A natureza dos rios: história memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

FIORAVANTI, C. Entre paredes de concreto. Revista Pesquisa Fapesp, São Paulo, 18 dez. 2013.

GORSKI, M. C. B. Rios e cidades: Ruptura e reconciliação. São Paulo: Senac, 2010.

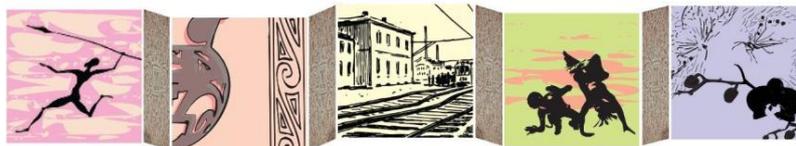
LUCA, V.G.; SANTIAGO, A.G. Avaliação do caráter da Paisagem: abordagens europeias. Paisagem e Ambiente, n.36, p.37-46, 2015.

OLIVEIRA, A. B. K. Análise dos projetos de Saturnino de Brito para o rio Tietê entre 1905 e 1938. In: 4ª JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016, p. 123-128.

- OLIVEIRA, A. B. K. O Rio Tietê: O processo histórico e sua importância para São Paulo. In: I SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA: DAS DIVERSIDADES À ARTICULAÇÃO GEORÁFICA. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2014, p. 271-285.
- PLANO DIRETOR Ambiental de Porto Feliz. Prefeitura Municipal de Porto Feliz. Marcos Carrilho Arquitetos, São Paulo, 2008.
- RIBEIRO, M.L.B. (org.). Observando o Tietê. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica / Nucleo União Pró Tietê, 2004. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Observando-o-Tiete.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.
- SARAIVA, M.G.A.N. Da paisagem à arquitetura: um percurso através da água. In: Arquitetura, Paisagem e Água, Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: FAUTL, 2005. p.20-33.
- SILVA, V. A. Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções do Vale do Médio Tiete. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A MICARETA 1997-2019: SUA PRODUÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DE MIRACEMA, TOCANTINS

A MICARETA 1997-2019: A PRODUCTION IN THE SPACE OF MIRACEMA CITY, TOCANTINS

João Paulo Carneiro dos Reis¹²²

joaopaulo206@gmail.com

Nayanny Bruno Oliveira¹²³

nayanny1256@gmail.com

Rosane Balsan¹²⁴

rosanebalsan@hotmail.com

RESUMO

Este estudo contempla análise de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre o contexto do surgimento de uma festa carnavalesca em Miracema, Tocantins, há 22 anos. A análise ocorrerá por método historicista e fenomenológico, o qual se discute inicialmente, a questão teórica dos conceitos de cultura, festas populares e carnaval. O segundo momento, faz resgate histórico do surgimento deste estilo festivo no Brasil e a utilização dos espaços públicos e privados. Por último, o objeto de estudo, a micareta em Miracema, onde se investiga sua historicidade e os espaços de sua realização. A metodologia é pautada na pesquisa bibliográfica e levantamento de informações acerca do tema proposto, nos órgãos governamentais da cidade, aplicação de entrevista e questionários aos participantes da festa. Num terceiro momento, a pesquisa de campo, em que se busca ouvir, os sujeitos envolvidos neste ato festivo, desde organização, passando pelos comerciantes do local da festa aos participantes dos blocos, para então, chegar a possíveis considerações sobre o perfil dos seus participantes bem como, o que dizem sobre festa em si.

Palavras-chave: Festas Populares, Micaretas, Espaços Públicos e Privados.

ABSTRACT

This study contemplates an analysis of an ongoing master's research on the understanding and context of the emergence of a carnival festival in Miracema, Tocantins 22 years ago. Analysis, it is contemplated through the historicist and phenomenological method, which initially discusses the theoretical question of the concepts, culture and popular festivals,

¹²²Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT.

¹²³ Graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri – URCA – CE e estudante de Engenharia pelo IFCE

¹²⁴Professora Dra. Rosane Balsan, Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT.

carnival second moment, makes historical rescue of the emergence of this festive style in Brazil and the Use of public and private spaces at last, the object of study, the Micareta in Miracema, where it investigates its historicity and the spaces of its realization. Methodology, is based on bibliographic research, general theme, and survey of information about the proposed theme, in the governmental organs of the city. Lastly, field research, in which we seek to hear, the subjects involved in this festive act, since the organization, passing by the traders acting in the circuit of the party to the participants of the blocks. To then arrive

Keywords: Popular festivals, micaretas, publicspacesandprivate.

INTRODUÇÃO

Uma manifestação carnavalesca: um pouco da história das Micaretas.

Sobre as origens e contextos que surgem as Micaretas na França no século XIX, Gaudin(2000) relata, baseado no historiador francês Alain Faure, no seu livro Paris, *carêmeprenant*, que em Paris a festa acontecia entre várias categorias da população da capital francesa: os açougueiros, as lavadeiras e os estudantes[...]cada grupo desfilando num determinado percurso e, em alguns anos, se juntando nas principais artérias de Paris num grande desfile popular.

Há relatos sobre a festa, que já era conhecida no Rio de Janeiro desde 1908: “em 1908, a *Fon-Fon*, revista ilustrada mundana, elegante, propunha que se realizassem festas de mi-carême dedicadas aos operários. Cada fábrica elegeria sua rainha e damas de honra que desfilariam pela Avenida no sábado de Aleluia” (Moraes, 1987, p. 164). Observa-se que, apesar do nome mi-carême (“meia-quaresma”), a festa mudou de data ao atravessar o Atlântico, numa exemplar ilustração da plasticidade das datas festivas brasileiras evidenciada por Bastide como típica de um folclore de importação. (GAUDIN, 2000).

Mas, é no estado da Bahia, que a “Micareme” ganha novos sentidos e expressão. Xavier(2010), “relata que há contrasenso em relação a data ocorrida da primeira Micareta no Brasil. ” De acordo com o autor, fundamentado nos estudos de Silva (1986), defende que a primeira Micareta foi em 1933, na cidade de Jacobina, Bahia, baseados em registros do jornal jacobinense “O Lidador”.



Figura 1: Capa do Jornal falando sobre a história das Micaretas
 Fonte: Edição de Nº98 de 11 de março de 2010 – Ano 1912/2010
 Nº98, jornal jacobinense “O Lidador”.

Há contrassenso, em relação a data definitiva sobre a primeira festa, em contrapartida para Lemos (1995) a micareta parece ter originado em Jacobina, em 1912, por iniciativa de Porcin Maffei, ali residente, organizando o bloco “As copas”. Na edição de 7 de abril de 1935, este mesmo periódico publicava as novidades da capital referente à mudança de nome da festa evocando todos a participar. (XAVIER, 2010).

Outra cidade na Bahia, que há décadas tem a festa, e de acordo com Pinto (2010) em seus estudos específicos, com tema “Micareta de Feira de Santa, uma Festa Popular Sob o Olhar das Relações Culturais e Socioeconômicas. E assim, Pinto (2010) retrata que, no ano de 1936, um grupo de foliões, liderados por Manoel da Costa Ferreirae pelo professor Antônio Garcia, revolucionou a cidade com a criação da *Micareme*, em substituição ao Carnaval. Houve debates pelos jornais com o grande mestre Antônio Garcia defendendo o nome de Micareta e não *Mi-carême* (nome derivado de uma festa francesa). Vencedor, o nome de Micareta, como sendo o carnaval temporão (fora de época), o Sr. Manoel da Costa Ferreira, com a assessoria de João Bojo e outros convocaram todos os artistas feirenses que entendiam de alegorias e trouxeram operários de Salvador que tinham experiência nos clubes Fantoche e Cruz Vermelha.

E assim, em síntese, o contexto histórico sobre expansão das Micaretas, nas primeiras décadas do acontecimento da festa, ocorre conforme afirma Gaudin(2000) que a festa se propagou por ondas sucessivas, a partir da cidade de Salvador e acompanhando a evolução do seu carnaval. Assim, o surgimento no Recôncavo das primeiras mi-carêmes de tipo “segundo carnaval do ano” respondia à volta do sucesso do carnaval na capital e ao

decorrente enfraquecimento dos carnavais do interior próximo. Segundo e terceiro, momento, de acordo com autor:

Houve a propagação, para além do Recôncavo, aconteceu quando apareceu o trio elétrico em Salvador: foi a época dourada do trio para todos, sem cordas. O terceiro movimento, que deu novo fôlego à festa e proporcionou-lhe a oportunidade de se espalhar pela Bahia inteira, foi a integração dos trios pelos blocos e o sistema de financiamento que dela decorreu. (GAUDIN, 2000,p.65)

A fase posterior, da expansão festa aconteceu com o sucesso do *axé-music* e o deslanche do turismo na Bahia, fatos que incitaram a maioria das capitais nordestinas a adotarem a micareta. A última onda de propagação, que continua ainda hoje e atinge um número considerável de cidades interioranas e de capitais, parece sustentar-se tanto da demanda de opções de lazer por parte da população, como do efeito de moda que caracteriza a “música baiana” e a festa de trio.(GAUDIN, 2000).

Desta maneira, Xavier(2000) afirma que, ela recebe ares novos, pois, na verdade, a festividade se instalou para, posteriormente, ser-lhe atribuído o nome de *Micaréme*, a mudança surgiu como força de promover melhoria. ” (XAVIER, 2010, p.33). Assim, a capital baiana, teve, “A modificação e ampliação da festa na segunda década do século XX, por volta de 1914, (XAVIER, 2010, p. 33).

Em relação aos espaços onde aconteceu as primeiras Micaretas no Brasil, Miranda(2012) aponta que a festa tradicionalmente era realizada nos clubes fechados e poucas pessoas tinham acesso. A sua primeira edição foi em 27 de março de 1937, como afirma Alencar (1968). Alguns anos depois, os clubes deixaram de suportar a ascensão da folia e os desfiles, marchinhas, princesas, alegorias e toda a diversão tomaram conta das ruas do centro comercial. Dessa forma, intensificou-se a (re)organização do espaço urbano, que em muitas décadas foram estruturadas de acordo com as intencionalidades das esferas pública e particular.

A festa é uma manifestação de uma cultura, e a mesma tem absorvido elementos dos lugares onde são realizadas provocando novas configurações espaciais nos locais de realização. Assim, surgem novos formatos espaciais nos locais de realização. Desta maneira, surgem as contradições a partir da exportação das micaretas como “festa popular”, pois se passou do público para o privado, além do argumento de ser um produto turístico.(XAVIER, 2010)

Para o estudo de uma festa carnavalesca, como o caso da micareta, é necessário um diálogo com o conceito de espaço público e privado, e seus sujeitos envolvidos.

Nesse prisma, Xavier (2010) Ferreira e Marques (2000) afirmam que o conceito de público já está em vigor, mas o fato é que o próprio conceito de público e privado parece ter se afastado da ideia tradicional que o associava a concepção jurídica de propriedade: ruas e praças, instituições governamentais, administrativas ou de ofertas de serviços.

Diante deste resgate histórico, a cerca deste estilo festivo, atenta-se o olhar neste estudo, para o caso da Micareta, iniciada, de acordo com 1997, pelo ex-secretário de turismo em Miracema do Tocantins. E assim, tem – se os seguintes questionamentos para a pesquisa.

Apesquisa investiga o fenômeno festivo, na cidade de Miracema, Tocantins. Na qual, ocorre desde o ano de 1997, a festa chamada de “Miracaxi”. Neste sentido, as festividades de uma cidade, além de transformar seus espaços, atraem participantes para a festa, imbuídos de suas subjetividades, vêm diferentes lugares para participar do “Miracaxi”. Questiona – se, no Brasil, quando e onde surgem as festas populares? Quando e como surgiu a festa popularmente chamada de “Miracaxi”? Onde acontece festa na cidade? Quais são os reflexos causados pela festa na cidade? Como é compartilhado o cotidiano da festa na cidade por grupos deferentes, visitantes e comerciantes? Em relação aos comerciantes, o que eles sabem sobre o “Miracaxi”? De onde são? Quanto tempo participa da festa? Quais são as territorialidades ocupadas pelos comerciantes na festa “Miracaxi”? Como acontece?

Diante, das questões que irá conduzir este estudo dissertativo, em que acontecerá em prazo máximo 24 meses. Inicialmente, a preocupação de situar-se suas etapas, sendo a primeira, da elaboração e construção do projeto e da defesa. Segunda, cursar as disciplinas obrigatória e eletiva, dentro do prazo estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT, Porto Nacional, da turma ingressante do mestrado de 2018 até março de 2020.

Segunda etapa, levantamento bibliográfico acerca da temática, e escolha da utilização do instrumento de coleta e sujeitos envolvidos na pesquisa. No outro momento, será da tabulação e análise das informações colhidas. Último instante da pesquisa, apresentação dos resultados, pesquisados ao decorrer da pesquisa.

A JUSTIFICATIVA SOBRE O ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES CARNAVALESCAS: O CASO DAS MICARETAS.

A investigação de uma festa, no âmbito cultural e econômico é de relevância para a sociedade de maneira geral. Tendo em vistas, as causas e consequências para todos envolvidos, em especial o poder público, quando é o único atuante na organização e na realização deste evento.

Outra prerrogativa importante de destacar é a originalidade do contexto da festa em si, no caso desta pesquisa trata-se de uma festa carnavalesca, estilo micareta, conhecida em outras palavras, como “carnaval fora de época”. Ela faz agora em 2019, 22 anos de existências, todas suas edições, de acordo com andamento da pesquisa, baseado nos depoimentos dos seus organizadores, tem ocorrido no espaço público da cidade de Miracema/Tocantins. Especificamente na avenida Tocantins, umas das principais do espaço urbano da cidade.

Ação festiva, ela é algo complexo de entendimento, em toda parte, tanto para os que fazem ela acontecer, os organizadores como também o que vêm como uma renda extra, ou os que vão apenas para se divertirem. É neste cenário amplo, em que esta pesquisa busca uma compreensão desta micareta que há mais de duas décadas existe nos espaços públicos de Miracema, Tocantins.

Outra discussão é sobre o espaço, em especial o conceito de espaço público e privados no contexto local do acontecimento de uma festa. E a formação de outros espaços, mediante atuação e presenças dos sujeitos envolvidos no local da festa.

OBJETIVO GERAL

Compreender o complexo contexto de mudanças sociocultural e econômico no âmbito local e regional os anos 1997 a 2017 da manifestação carnavalesca: e seu espaço de acontecimentos na cidade de Miracema Tocantins.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar as contribuições conceituais a respeito do tema cultura e as festas populares o caso, das festas estilo micaretas, consideradas como carnavais “fora de época”, ocorrida no espaço público, e seu contexto histórico em Miracema.
- Entender as espacialidades da festa na cidade de Miracema-TO.
- Ouvir as opiniões dos (comerciantes e organizadores,) sobre suas participações e que sabem sobre a micareta em Miracema/TO.

METODOLOGIA

Esse estudo será feito em fases, no qual no primeiro momento a construção do projeto, estabelecendo os questionamentos e os objetivos. Fazer levantamento de bibliografia (livros, teses, dissertações, monografias, artigos de jornais e revistas etc.) sobre as festas populares tradicionais, no caso da festa da manifestação popular do “Miracaxi” será investigado, informações sobre a festa em cartazes, folhetos, leis e decretos municipais, na câmara ou na prefeitura. Também, serão aplicadas entrevistas com os comerciantes e idealizadores e organizadores do evento. E suas relações com mercado informal.

Aprofundar teórico e metodologicamente a pesquisa a partir das discussões e realizar visitas *in loco* no sentido de identificar os agentes construtores das realidades, confrontando observações e pesquisa bibliográfica, produzir os instrumentais que serão usados em campo (questionários, entrevistas e outros); iniciar a aplicação dos instrumentais com os agentes selecionados no intuito de analisar as suas percepções e vivências, para então, reavaliar os direcionamentos do estudo. Sendo então uma abordagem, quantitativa-qualitativa, na tentativa de melhor compreender o objeto em estudo. Prosseguir então com as visitas *in loco* e aplicação de instrumentais; depois tabular, interpretar dados e selecionar material pesquisado, agrupar o material apurado a fim de redigir artigos dos resultados parciais da pesquisa e apresentá-los em eventos acadêmicos e submetê-los para publicações em revistas científicas. Etapas serão realizadas para a construção do projeto.

A MANIFESTAÇÃO CARNAVALESCA EM MIRACEMA: E A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO

Este estudo está voltado para compreensão da festa não religiosa. Neste caso, dos festejos carnavalescos, entendido também como festa “não cívica”. Então, de início, é necessário recorrer as obras clássicas sobre o tema, em que faz uma busca sobre o assunto, nesta direção, tem se vários autores que por meio da história, nos relata.

Inicialmente, abordagem está voltada para a compreensão do conceito de cultura, baseado no método historiográfico. Fundamentado na reflexão teórica acerca do tema estudado por alguns expoentes da temática. Diante da análise do que é a cultura. Então, busca –se retratar, como surge o carnaval e como é vista a festa carnavalesca em Miracema, Tocantins, entre 1997 a 2019. Nesta ótica, para então estudar e ter a percepção do que venha ser a manifestação cultural existente na cidade de Miracema, Tocantins, na ótica dos atores sociais que fazem a festa.

E assim, numa perspectiva da visão tradicional, cultura popular consiste em todos os valores materiais e simbólicos (música, dança, festas, literatura, arte, moda, culinária, religião, lendas, superstições etc) produzidos pelos extratos inferiores, pelas camadas iletradas e mais baixas da sociedade, ao passo que cultura erudita (ou de elite) é aquela produzida pelos extratos superiores ou pelas camadas letradas, cultas e dotadas de saber ilustrado. Domingues (2011).

No estudo de Costa (2010) ela ressalta que, no Brasil são muitas as manifestações festivas como o *oktoberfes*, o Bumba meu boi, o carnaval, o maracatu, as cavalhadas, as congadas, a catira, festa para santos católicos, festa para santos do candomblé, exposições agropecuárias, festa da soja, do milho, do abacaxi, da melancia, as micaretas, vários eventos como feiras de moda, shows musicais, entre tantas outras manifestações culturais ou comerciais. Muitas dessas festas são parte da cultura popular brasileira e que, ao longo do tempo, persistem as transformações sócio econômicas e populares do Brasil (COSTA, 2010, p.84).

Em relação ao contexto geral sobre festas, Damatta(1984) argumenta que, o movimento carnavalesco não se diferencia de outros movimentos rituais, já que todos exigem um local especial para sua realização. O contraste marcante, porém, entre o desfile do carnaval e o das paradas militares e procissões é que, no carnaval, a área selecionada é muito maior e sua ocupação muito mais prolongada.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE MIRACEMA DO TOCANTINS

O município de Miracema do Tocantins pertence a região central e é a sede da 7ª Região Administrativa do Estado, com uma área de 3.503,3 Km², situado à margem esquerda do rio Tocantins e distante 80 km da Capital do Estado, Palmas. Possui uma população de 20.684 habitantes, sendo 17.937 no meio urbano e 2.747 no meio rural, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2010). Limita-se ao norte com o município de Guaraí e Rio dos Bois ao sul com os municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, a leste com Tocantínia e a Oeste com os municípios de Miranorte, Araguacema, Barrolândia e Divinópolis. (MIRANDA, 2015). segundo mapa abaixo:

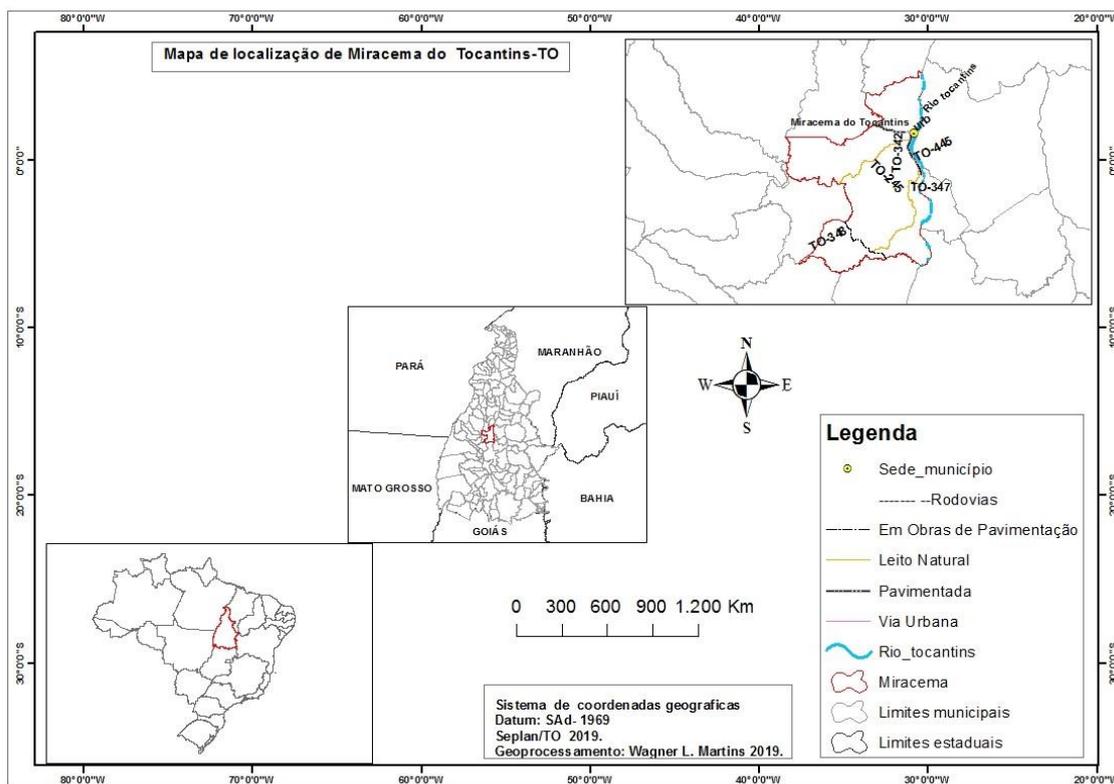


Figura 2: Mapa de Localização do Município de Miracema – TO.
Fonte: Wagner L. Martins, 2019

De acordo com Miranda (2015) a cidade passou por várias transformações desde que se emancipou em 1948. Do ponto de vista de vulto no cenário nacional, a mais importante aconteceu em 1988 quando foi escolhida capital provisória, por um ano, do recém-criado Estado do Tocantins. Todavia, há uma longa e rica tradição de seu povo, particularmente daqueles que desde suas origens viveram e vivem no campo, os sertanejos, lavradores, camponeses que é tão ou mais importante do que ter sido capital por algum tempo. Segundo autor:

A criação do Estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, prometia novo ânimo para o desenvolvimento desta região de acordo com os discursos das elites, principalmente em função da tradição de abandono da região e dos apelos direcionados à população pobre. Especificamente Miracema, foi Capital Provisória durante um ano (1989), o que só contribuiu para aumentar os problemas da cidade e a pressão sobre as terras dos pequenos proprietários tornando impossível, ante a volúpia dos que detêm o capital, não ceder às essas pressões. Muitas terras, antigas fazendas, trocaram de donos, mas a concentração continuou. (MIRANDA,2015, p.31)

E assim, a cidade tem várias dificuldades sócio econômicas, tais como: a falta de emprego e de infraestrutura como asfalto e pontes. Obstáculos, que levaram a população de

Miracema a trabalhar em diversas áreas. Desta forma as principais atividades econômicas do município são a pecuária, com a criação, principalmente de bovinos, suínos, equinos e muares; a agricultura, com a cultura do arroz, milho, feijão, banana, mandioca e abacaxi; e o setor de serviços, que contribui com a maior parcela da renda do município. Além de ser gerador e transmissor de energia através da Usina Hidrelétrica do Lajeado construída no Rio Tocantins, 22 km a montante da cidade de Miracema. (MIRANDA,2015)

Neste sentido, com a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) após a inauguração da BR153 e o debate sobre hidrovias a elas agregadas, o rio Tocantins volta a ganhar importância no cenário regional. Estão previstas para ser construídas em seu leito principal, que corta os estados do Pará, Tocantins e Goiás, no total, 11 usinas hidrelétricas, sendo que oito delas já estão em operação. Segundo consta no (Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Volume I Caracterização do Empreendimento) realizado pela Companhia de Energia Elétrica do Tocantins em 1996. (MIRANDA, 2015). Ainda nas palavras autor, pouco mais sobre essa descrição desta UHE, aponta que:

A Luís Eduardo Magalhães, que localmente é chamada de UHE de Lajeado, localizada no rio Tocantins, entre as cidades de Lajeado e de Miracema do Tocantins, entrou em operação em 2002, com a capacidade de geração de energia em 902,5 mega watts, alagando uma área de 750 km², para formação de um reservatório de água abrangendo parte do território dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. Neste rio estão instaladas importantes usinas hidrelétricas, sendo a principal a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Outras importantes usinas hidrelétricas presentes no rio Tocantins são: Cana Brava, Serra da Mesa, São Salvador, Luiz Eduardo Magalhães e de Estreito. É a cidade de Miracema que obtém a maior quantidade dos impostos oriundos da UHE Luís Eduardo Magalhães, isso ocorre devido à casa de máquina da usina está localizada na margem esquerda do rio no território de Miracema do Tocantins. Segundo consta no (Estudo de Impacto Ambiental –EIA. Volume I Caracterização do Empreendimento) realizado pela Companhia de Energia Elétrica do Tocantins em 1996. (MIRANDA, 2015, p.32-33)

A barragem e o vertedouro para descarga de enchentes estarão localizados pouco a montante da foz do rio Lajeado, e pela margem esquerda estão previstos um dique de ligação e a Casa de Força, esta última localizada em frente à cidade de Lajeado, no município de Miracema do Tocantins. (MIRANDA, 2015)

Em âmbito geral sobre a cidade, possui uma rede de serviços públicos de uso coletivo e de responsabilidade das três esferas de governo, o Municipal, o Estadual e o Federal. Esses serviços representam o que é disponibilizado como essencial, na visão do governo, para uma cidade do porte de Miracema: educação básica, saúde, segurança e justiça.

São acrescidos a esses serviços, outros de natureza pública ou não, que contribuem para a reprodução de espaços que garantam o funcionamento da cidade e do campo. (MIRANDA, 2015).

Miracema é uma cidade que, de acordo sua história oficial, surgiu na década de 1920 (embora muito antes desse período já vivesse nesta região vários povos indígenas) e, assim deve sua existência aos homens e mulheres que migraram do Maranhão, Pará, Piauí, Pernambuco e Bahia na busca de melhores pastagens para a criação de gado bovino e para o comércio dos poucos produtos agrícolas produzidos. Considerando sua condição de cidade localizada às margens do Rio Tocantins e ponto de passagem para quem negociava com o comércio de Belém do Pará. A origem do nome (Miracema), etimologicamente vem do latim, verbo MIRARE = ver, olhar + o sufixo tupi-guarani, CEMA= água, daí Miracema, a cidade. (MIRANDA, 2015).

Em relação, ao objeto de estudo, as micaretas, como festas, produzem seus territórios nos espaços urbano e principalmente nos espaços privados, identificados pelas cordas que dividem blocos e estabelecem uma hierarquia, ou os camarotes criados para os de maior poder aquisitivo. No lugar da festa, atuam também diversos atores, além dos participantes ou dos trios, as produtoras artísticas que gerenciam toda a programação e venda dos abadás, os quais não podem ser negligenciados numa análise relacional do espaço. (XAVIER, 2010).

Os elementos constituintes das Micaretas e das festas Micaretas, ainda sobre os blocos, na opinião de Xavier (2010) os blocos ao utilizarem as ruas, fazem com que se instalem territorialidades nítidas, se compararmos com o uso cotidiano das vias. Ou seja, no tempo da festa o espaço ganha outro significado, envolvendo o imaginário social, fazendo das ruas tanto um local como um lugar da festa.

Em relação, a organização interna nos circuitos carnavalescos, de acordo com, Xavier (2010) a modificação na folia carnavalesca foi tomando dimensões maiores, sendo que, na década de 60, já eram inúmeros os trios, seus desfiles passaram a ter roteiros pré-definidos. Começou com isso, a restringir especialmente seus membros, fosse por meio da segregação simbolizada por uma corda, fosse ainda pelas fantasias. Neste sentido as fantasias eram as mortalhas.

Autora ressalta ainda que, sobre a origem da expressão conhecida como “abadas”, palavra sobre o tempo e a ocupação dos espaços pelo carnaval, Damatta(1984) fala, seja nas paradas e procissões, o espaço público (rua, avenidas, vielas e praças). No carnaval, entretanto, essa ocupação demora pelo menos três dias, tendo uma longa preparação antecipatória e, por isso mesmo, requerendo para sua atualização esquemas de trânsito que

exigem considerável esforço, sobretudo em cidades como o Rio de Janeiro. A qual, tem uma população de mais de 5 milhões de habitante.

Em relação as distinções entre espaço público e espaço urbano, sendo o primeiro definido pelo o segundo por meios de seus usos e contra – usos que neles estruturam. Assim, dependente deste uso se pode ou não resultar na construção de um espaço público. A relação de espaço público com a de espaço urbano aberto, sendo o espaço público “algo que ultrapassa a rua” como uma dimensão sócio espacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. (XAVIER, 2010; LEITE, 2002)

Porém, de acordo com Xavier, (2010) a maioria das festas relacionadas ao estilo micaretesco são realizadas em lugares privados (in door), concretizando a tendência de festas em locais fechados onde se pode montar uma estrutura mais completa. Raras são as micaretas, ou seja, aquelas que ainda ocorrem em espaços públicos(out – door) das cidades e que contam com a parcerias entre a iniciativa privada e a festão fundamento do poder público (XAVIER, 2010).

Mesmo diante da raridade das micaretas, aquelas que acontecem nos espaços públicos, temos então, o caso da Micareta, em Miracema, de acordo com os organizadores, é de responsabilidade do Poder Público constituído, a promoção de atividades de descontração, lazer e diversão, que incentivem o desenvolvimento turístico e cultural, assim com a promoção e geração de emprego e renda a população da 1ª Capital do Estado do Tocantins.(PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA-TO, 2018¹²⁵).

Em relação a sua localização no espaço urbano, a festa, localiza-se no local onde a cidade surge, em frente ao monumento principal da cidade o Ponto de Apoio, fica a frente do Rio do Tocantins.

¹²⁵ Relatório feito sobre a festejo do Miracaxi, concedido pela secretária da juventude e da cultura e turismo de Miracema –TO, em 2018.

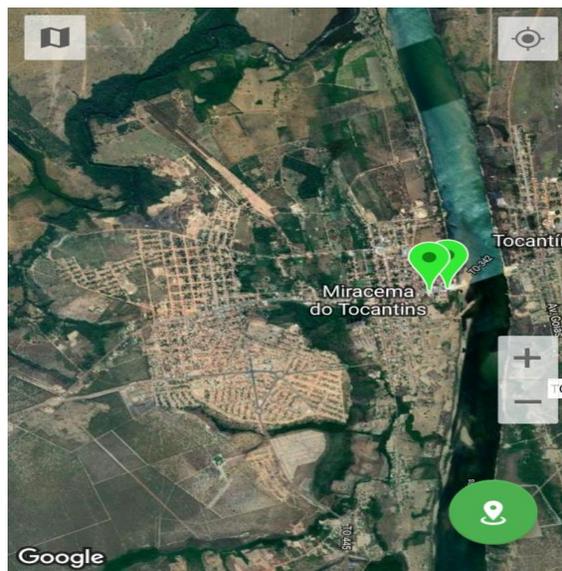


Figura 3: Espaço Urbano de Miracema –TO
 Fonte: (Google. Mapas/APP –sicoper mapa rural,2019)

Assim, destaca acima a localização do circuito da festa, criado desde de 1997 até dias atuais, em relação a Micareta do Miracaxi em Miracema, tem-se:

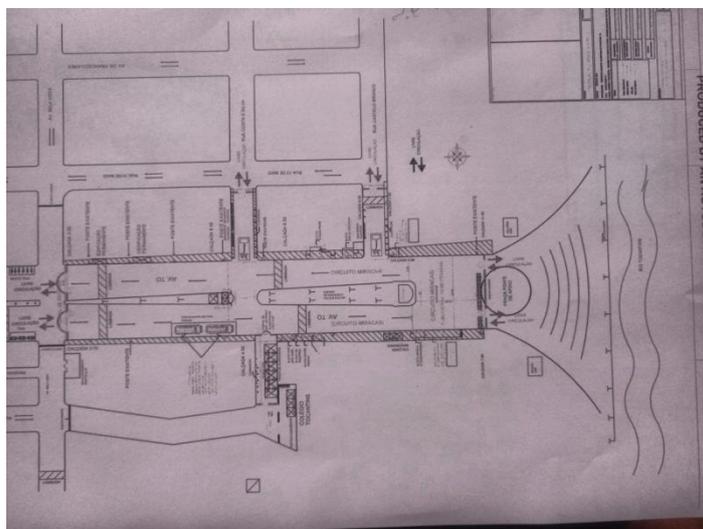


Figura 4: Croqui sobre o trajeto por onde passa o trio elétrico
 Fonte: Elaborado pelo departamento imobiliário da Prefeitura municipal de Miracema,2018

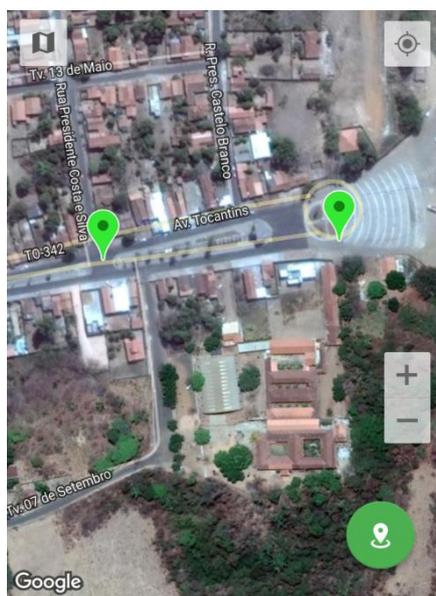


Figura 5: Local do circuito/av.Tocantins
 Fonte: (Google. Mapas/APP –sicoper mapa rural,2019)

Nesta fase da pesquisa, ainda está em andamento, a coleta de dados e informações precisas sobre os participantes da festa, é o caso, dos vendedores ambulantes, os organizadores e o turista/morador que participam da micareta. Um fato, observado, até dado momento que, a festa é organizada e financiada pelo poder público, e assim, é ela que assume, as obrigações de isolamento e decoração e demarcação e montagem da estrutura para a realização da festa. Pode-se observar, nas imagens abaixo.

Figura 6: Avenida Tocantins



Figura 7: Montagem da estrutura no circuito



Demarcação do local da festa

Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 2017)

Em relação ao calendário do festejo em cada ano, acontece todo mês de julho, época que coincide com a temporada de praia na cidade. E assim, é feito todo um planejamento, no

início do ano para a realização da festa. São três dias de folias, as datas nos meses de julho, nem sempre são as mesmas. Segundo a prefeitura, há ano em que ocorre na segunda semana, já em outro na última semana.

Contextualizando esse cenário com as festas tradicionais baianas, onde tudo começa no Brasil. Assim, com base nas evidências até momento coletadas, a festa na cidade, é uma micareta, originadas fora das terras baianas, caminham para padronização de elementos das Micaretas baiana, porém com muitas características em comum.

E assim, Gaudin (2000) ressalta que, seus festejos ficaram menos diversificados do que em Feira de Santana e nas outras cidades baianas onde as micaretas são verdadeiros “carnavais fora de época”, com todas as atividades festivas dos Dias Gordos: entrega das chaves da cidade a um rei Momo que reina durante os festejos, bailes nos clubes sociais da cidade, desfile de blocos, de cordões, de afoxés e de qualquer outro tipo de agremiação. Um desse elementos, pode-se observar abaixo. A foto, do trio elétrico que segundo a organização, são contratados dois trios, que vem diretamente de Salvador.



Figura 8: chegada do Trio elétrico de Salvador-BA
Fonte: (PREFEITURA DE MIRACEMA/TO, 2019)

Destaca-se também, em relação as atrações musicais principais, nos últimos anos vindo direto da Bahia, isto é, outros aspectos fortes das micaretas, pelo Brasil. A presença de banda baianas, enquanto atração principal. Exemplo é, na Micareta de Miracema, nos anos de 2013,2015 e 2016 conforme, a imagem abaixo.



Figura 9: pôster com as atrações do Miracaxi nos anos de 2013, 2015 e 2016
 Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 2013, 2015 e 2016)

Este estudo, está em andamento, aqui é apresentado de maneira parcial, alguns resultados alcançados até presente momento. No qual, destacou-se a discussão sobre as festas do estilo carnavalescas, em especial as “fora de época” no estado do Tocantins. E fase posterior, é tabulação dos dados coletados sobre as opiniões dos organizadores, comerciantes ambulantes e dos turistas sobre o que o sabem da festa.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Diante da complexidade que está sendo investigar o estudo de um festejo que ainda está em andamento, no qual as duas primeiras etapas da pesquisa encontram-se em desenvolvimento. Percebe-se em que há várias dimensões podem ser abordadas, porém, frisa-se que, aqui é uma pesquisa que busca o entendimento conceitual sobre cultura, para chegar-se o mais próximo possível da compreensão da originalidade da festa. Por outro lado, analise dos espaços e dos atores envolvido até presente momento do estudo. Para então, fazer uma reflexão, envolvendo as partes, saber de fato, das causas e consequências do festejo, para os envolvidos, diretamente e indiretamente. A princípio, os resultados parciais, são teóricos, porém estão sujeitos a mudanças, diante do complexo contexto em que se encontra a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Hélder. 31 anos de Micareta (de feira de Santana) Feira de Santana, s. Ed. 1968.
- ARAÚJO, Hiram. **Carnaval** – Seis milênios de história. Rio de Janeiro: Gryphus, 2 ed. 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o**

contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna** – Europa, 1500-1800. São Paulo:Schwarcz, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas. São Paulo Papyrus, 1989

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima, BARBOSA, Fátima Marita, O Carnaval ancestral como contraponto do cotidiano e sua banalização nas sociedades modernas, Iara – **Revista de Moda**, Cultura e Arte - São Paulo – Volume 5 | Número 2 / 2012

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, Religiosidade e Comércio a Cidade:** a Festa em louvor á Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás. 2010.223f. – Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, São Paulo, v.1, 2010..

CUNHA, Clementina Pereira Cunha, **Ecos da Folia:** Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920/ Maria Clementina Pereira Cunha. – São Paulo, Companhia das letras, 2001.

D´ABADIA, Maria IdelmaVieira.**Diversidade e identidade Religiosa:** Uma leitura espacial dos padrões e seus festejos em Múquem, Abadiânia e Trindade - GO. 2011. 254 f. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Goiás. Goiânia, 2011, Disponível em< <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2737>>. Acesso em 01 julh.2018.

DAMATTA, R, **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia de dilema brasileiro**, 6ªedição Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DAMATTA, **RO que faz o Brasil, Brasil?** (1984)

DOMINGUES, Petrônio, A Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica História (São Paulo) v.30, n.2, p. 401-419, ago/dez 2011 ISSN 1980-436 disponível<<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a19v30n2.pdf> .acesso em 24/09/2018.>

LE MOS, Doracy Araújo. Jacobina, sua história e sua gente/memórias, Jacobina. D.A. Lemos, 1995.

FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **As Festas da cidade de Porto Nacional:** Um olhar dos ativistas culturais. 2017 Mestrado em Geografia. Programa de Pós_Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional., 2017. 139f

FERREIRA, AngelaLucía de Araujo; MARQUES, Sônia. Privado e Público Inovação Espacial ou Social? Innovación, Desarrollo Y Medio Local Dimensiones Sociales Y Espaciales De La Innocación. In: Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona N°69 (20) 1 de agosto de 2000.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo, **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n.9, p.65-83, jul./dez., 2000.

_____. **Illuminando o lugar: Três abordagens**

GAUDIN, Genoit, Da mi-carême ao carnabeach: História da(s) micareta(s). **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(1): 4768, maio de 2000. Disponível em <<file:///C:/Users/joaoz/Desktop/micaretas%20pelo%20brasil.pdf>> em30/01/19

GUARINELLO, Nobertto Luiz, **FESTA: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**, In: Festa, Trabalho e Cotidiano. vol.II / IstvánJancsó, Iris Kantor (orgs) – São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa oficial, 2001 – (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v.3).

_____. **Illuminando o lugar: Três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey).**

Boletim Goiano de Geografia, julho de 2002. No prelo

GONÇALVES, Ana Teresa Marques, As festas romanas **Revista de Estudos do Norte Goiano** vol. 1, nº1, ano 2008, p. 26 – 68 acesso em <https://historia.ufg.br/up/108/o/as_festas_romanas_ana_teresa.pdf>em 22/01/2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço publico e cidadania a fundamental contribuição da geografia in reunião do Rio de Janeiro. Anais. Rio de janeiro 2003.

LEITE, Rogério Proença. **Contra – Usos e Espaço Público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown In: RBCS Vol.17 n49 junho/2002

MITCHELL, Reid. **Significando**: Carnaval Afro-Creoule em New Orleans no Século. XIX e início do XX. In: CUNHA, Maria C.P. (Org.). Carnavais e outras Festas. Ensaio de história social da cultura. Campinas-SP: Ed.Unicamp, 2002.

MIRANDA, Eduardo Oliveira, SILVA, Hellen Mabel S. **Des territorialização e Festa: A mercantilização do espaço publico na Micareta de Feira de Santana** in: III encontro Baiano de Estudos em Cultura em disponível em: < <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Des-territorializa%C2%8D%C2%8Bo-e-F-esta-A-mercantilizacÃãaÃÉo-do-espac%20puÃblico-na-Micareta-de-Feira-de-Santana.pdf> >em 30/01/2019.

MIRANDA, Ricardo Ferreira, **Miracema do Tocantins**: Uma cidade em (dês)construção dissertação e mestrado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Tocantins,UFT, 2015, Palmas. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/262/1/Ricardo%20Ferreira%20Miranda%20-%20Dissertação.pdf> Acesso em 12/02/2019.

- MORAES, Eneida de. (1987) História do carnaval carioc. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, Marcelo Lopes de , 1963 / **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial/** Marcelo Lopes de Sousa – 2016/ 3º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 2016.
- PINTO, Florentino Carvalho, JESUS, Amaral Luziane, Micareta de Feira de Santa: uma Festa Popular sob o olhar das relações culturais e Socioeconômicas. ReAC – **Revista de Administração e Contabilidade**. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 2, n. 2, p. 35-50, julho/dezembro, 2010
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. RosauraEichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 199
- VALADARES, Clarissa. **Micaretas ou festas micaretescas?::**Sobre espaços públicos e privados, lugares e locais na turistificação da folia de Goiânia. **Goiânia: UFG, 2010**. Tese(Doutorado) Universidade Federal de Goiás – UFG, 2010,
- VALVERDE, Rodrigo Ramos HospodarFlippe, **A transformação da Noção de Espaço Público**: A tendência áheterotopia no Largo da Carioca. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese(Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007
- XAVIER, Clarissa Valadares, **Micaretas ou festas Micaretescas?** Sobre espaços públicos e privados, lugares e locais na turistificação da folia em Goiânia.Tese(de doutorado) pela Universidade Federal de Goiás – UFG, 2010, 209 f.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

O DISCURSO DE PROGRESSO NO JORNAL “A VOZ DO POVO” ENTRE 1927 E 1937

THE SPEECH OF PROGRESS IN THE NEWSPAPER “A VOZ DO POVO” BETWEEN 1927 TO 1937

Johnny Lucas Borges Araujo

Mestrando em Geografia pelo IGCE/UNESP

jborgesaraujo@gmail.com

Msc. Diego Fernando Rodrigues Azorli

Professor de Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

diegoazorli@yahoo.com.br

RESUMO

Procuramos nesse trabalho recompor memórias a partir de fontes impressas (exclusivamente do jornal *A Voz do Povo*) e analisar o discurso de progresso existente em seus exemplares nos períodos de 1927 a 1937. Por se tratar de uma memória de lugar, temos que trabalhar com uma recuperação temporal e local. Por isso, surgem questões vinculadas à memória e à nossa principal fonte documental (o jornal), tais como: o modo como a imprensa retratava a cidade de Ourinhos, como esse periódico retratava a população, etc. Embora houvessem outros jornais locais que circularam no mesmo período, não há exemplares sequenciais preservados, ou, os mesmos se encontram em péssimo estado. Portanto, vemos nossa fonte como privilegiada (por apresentar sequência) para abordarmos o tema que queremos retratar. E assim, colocar o discurso de progresso em perspectiva, e com isso, tentar compreender a sociedade ourinhense do período auxiliando na reconstrução de parte dessa narrativa histórica.

Palavras-chave: história, jornais, memória, progresso, vida cotidiana.

ABSTRACT

We seek in this objective work to recompose memories from the printed sources (exclusively from the newspaper *A Voz do Povo*) and analyze the discourse of progress existing in their copies from 1927 to 1937. Because it is a place memory, we have to work with a temporal and local recovery. For this reason, issues related to memory and our main documentary source (the newspaper) arise, such as: how the press portrayed the city of Ourinhos, how this newspaper depicted the population, etc. Although there were other local newspapers that circulated in the same period, there are no sequential copies preserved, or, they are in very bad condition. Therefore, we see our source as privileged (for presenting sequence) to approach the subject we want to portray. And so, top ut the discourse of progress in perspective, and

with that, to try to understand the Ourinhense society of the period helping in the reconstruction of part of this historical narrative.

Keywords: history, newspaper, memory, progress, daily life.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso de progresso existente no periódico *A Voz do Povo*, em sua primeira década, ou seja, 1927 a 1937 e nas obras dos autores que perpetuaram a história da cidade, relacionando-os com a fase de expansão vivida na cidade de Ourinhos, no período por nós analisado.

METODOLOGIA

O *A Voz do Povo* foi um jornal local da cidade de Ourinhos que esteve em circulação entre os anos de 1927 e 1953, e suas cópias físicas estão preservadas no Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos (MHPO), onde existem apenas exemplares publicados entre 1927 e 1951, que foram parcialmente digitalizados e estão alocados no site <http://www.tertuliana.com.br>, contudo, está disponível entre os anos de 1927 e 1949 e o Centro de Documentação e Memória da UNESP Ourinhos (CEDOM), possui cópias dos periódicos entre os anos de 1927 e 1951.

Em seu primeiro decênio, houve a publicação de 320 edições, das quais analisamos 287, pois eram os números disponíveis, com base no acervo do site Tertuliana e do Centro de Documentação e Memória da UNESP Ourinhos (CEDOM). Na primeira fase do periódico nota-se que não há linearidade na estrutura, havendo mudanças constantes nos anos de 1927 a 1930.

O jornal começa a ser sequencial a partir de 1931, quando a publicação se torna semanal, havendo interrupção entre 1932 e 1933, de quase um ano (entre 17/07/1932 e 05/07/1933); e de 1934 e 1935, de quase seis meses (entre 30/12/1934 e 18/05/1935). A partir do primeiro quinquênio, o número de propagandas se avoluma, e o total de páginas também¹²⁶. O tamanho das páginas aumenta a partir do ano de 1934, e após 1938, cresce novamente. O jornal não possui colunas fixas e os assuntos são variados. Constitui-se de artigos de diversos colaboradores, sendo alguns recorrentes, como Dr. M. Pimentel, Prof. Constantino A. Molina, Chereta, Beleomar e Jorá de Andy e chegou a imprimir 600

¹²⁶ Para mais informações sobre a configuração dos primeiros anos do jornal, vide: ARAUJO, J. L. B. & CUNHA, F. L. 2017.

exemplares por semana em 1937¹²⁷. A direção do jornal era de Joaquim de Azevedo, que permaneceu até 1945, e sua propriedade era de M. Gonçalves.

Procuramos atentar para os menores detalhes: aquilo que é objetivo (o explícito) e aquilo que se encontra nas entrelinhas (o subjetivo). A cidade de Ourinhos estava em plena expansão e as notícias versavam sobre os mais diversos temas: calçamento das ruas, iluminação, realização de núpcias, aniversários, etc. Mas, se nos detivermos atentiosamente, perceberemos que alguns temas eram mais enfatizados que outros, e a tônica do discurso variava de coluna para coluna.

Esse desejo de progresso também era marcado por contradições e ambiguidades: enquanto por um lado louvava-se a ciência e o domínio da natureza pelo homem,

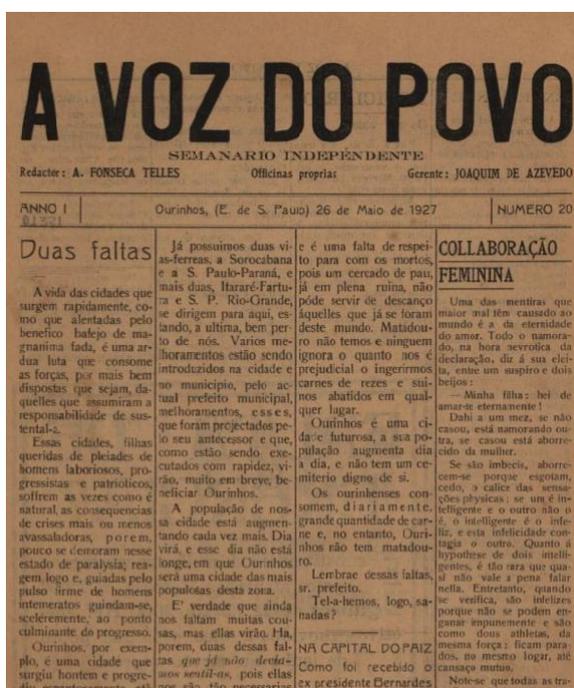


Imagem 1: Jornal *A Voz do Povo*¹²⁸.

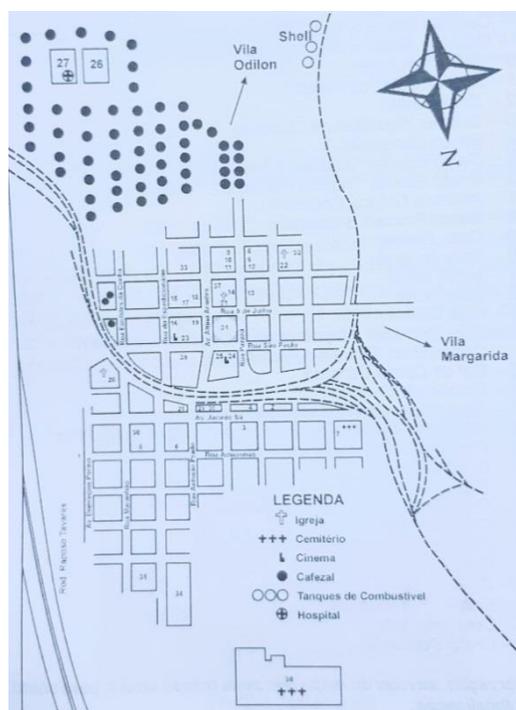


Imagem 2: Mapa de Ourinhos, década de 1930¹²⁹.

impunha-se a ideia de ordem, que chegava aos lares na figura patriarcal do chefe de família; do preconceito ao trabalho braçal; e às manifestações populares em detrimento de discursos prontos de civilidade; enquanto se enalteciam os bailes, e os hábitos sociais das classes mais abastadas, junto ao embelezamento da cidade e a expulsão da pobreza¹³⁰.

¹²⁷ *A Voz do Povo*. 16/01/1937, p. 4.

¹²⁸ Fonte: ARAUJO, J. L. B., 2016.

¹²⁹ Fonte: ROMERO, F. S.; MORAES, R. R., 2004.

¹³⁰ COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M., 2000.

Lembrando que a memória coletiva¹³¹ é um objeto de poder, pontuamos que *A Voz do Povo* acabava por organizar e sedimentar as memórias populares e orais, por ser um veículo impresso e, é claro, preferido para dar veracidade aos fatos (embora, nem sempre, se baseasse em fatos reais e sim em opiniões de seus colaboradores), num período em que havia apenas o rádio nos lares brasileiros. E, mais tarde, os autores, em sua grande maioria ourinhenses, que perpetuariam a memória dessa cidade em seus livros, operariam também uma construção de memórias, que nem sempre correspondem, de fato, ao que ocorreu, mas são produtos de desejos e sonhos¹³².

ÚTERO DO PROGRESSO

Ourinhos nasceu em 1908, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, foi elevada a distrito em 1915, e a município em 1918¹³³. Os anos subsequentes foram marcados pelo crescimento populacional, dada à chegada de migrantes de diversas partes do Brasil e do mundo, e pela transformação da paisagem urbana.

De 1919 a 1923 seguiram-se diversas disputas políticas de coronéis locais, envolvendo assassinatos e julgamentos que absolveram os acusados¹³⁴. Em 1923, Jacintho Sá tornou-se prefeito e, por meio de diversas leis e decretos foi o responsável por: transformar a Rua Minas Gerais em uma avenida “alargando-a para o lado de cima”; a reconstrução da Rua Dr. Altino Arantes e embelezamento da cidade; a arborização das Avenidas Jacinto Sá e Minas Gerais e a reparação da estrada da ponte do Rio Pardo. Em 1926, abriu uma concorrência pública para abastecimento de água da cidade e proibiu as construções de madeira no perímetro urbano¹³⁵. No mesmo período, ocorreu a construção da estação de trens da Sorocabana, que foi inaugurada no ano seguinte.

Será solenemente inaugurada, no dia 22 do corrente, a nova estação da Sorocabana, nesta cidade. Ao espírito progressista do exmo. sr. dr. Arlindo

¹³¹ Trabalhamos com a definição de LE GOFF, J. (2003, p. 419) sobre memória coletiva: “Fenômeno individual e psicológico (*cf. soma/psiche*), a memória liga-se também à vida social (*cf. sociedade*). Esta varia em função da presença ou da ausência de escrita (*cf. oral/escrito*), e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (*passado/presente*), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (*cf. filologia*), acumular objetos (*coleção/objeto*). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (*cf. espaço social*) e político (*cf. política*): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (*cf. imaginação social, imagem, texto*), que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (*cf. ciclo, gerações, tempo, temporalidade*)” [nota de rodapé].

¹³² BOSI, E., 1994.

¹³³ ROMERO; MORAES, *idem.*; SILVA, N. V., 2009; DEL RIOS, J., 2015.

¹³⁴ Para mais detalhes capítulos 6 e 7 de DEL RIOS, *idem.*

¹³⁵ Todas essas informações podem ser encontradas em Leis e Decretos, Livro nº 2. Esse material foi gentilmente cedido a nós por André R. da Silva, funcionário da Secretaria Municipal de Cultura de Ourinhos.

Luz, d. d. director dessa importante via férrea, é que Ourinhos deve a construção dessa estação, uma das melhores deste ramal. (INAUGURAÇÃO DA NOVA ESTAÇÃO..., 1927, p. 2).

Em 1927, inaugurou-se a ponte sobre o Rio Pardo, na barra do Rio Turvo, e também o coreto na Praça Mello Peixoto. Este teve sua autoria assinada pelo Dr. Ernesto Rosemberger e construção executada por Henrique Tocalino¹³⁶. José Galvão, prefeito municipal em 1929, publicou um edital no mesmo ano, para que os proprietários dos prédios situados à Rua São Paulo, no trecho entre a Avenida Altino Arantes e a Rua Piauí, que possuíam o meio-fio, executassem o calçamento. No mesmo edital, houve a abertura do registro de pedidos de ligação de água encanada¹³⁷.

Paralelamente à pretensa reeducação popular que se desejava realizar, eram aventados projetos de melhoramentos básicos, imprescindíveis ao desenvolvimento, pivôs da urbanização e da passagem para a modernização tão idealizada. Teriam de ser tomadas providências rápidas, tais como a instalação de redes de esgoto e água encanada, a iluminação pública com energia elétrica, construções de pontes e pontilhões, abertura de avenidas, abertura e calçamento de ruas, ajardinamento urbano, entre outras obras. (PEREIRA, 2004, p. 27).

O ideal de progresso, tido aqui como tentativa de cópia dos padrões das nações que alcançaram à *modernidade*, pressupunha uma ordem evolutiva das sociedades, com leis normativas, cujo avanço não poderia ser interrompido. Inclusive, o uso da palavra “moderno”, gestava a síntese dos novos tempos. Nicolau Sevckenko pontua que:

moderno se torna a palavra origem, o ovo absoluto, a palavra-fruto, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania. Ela introduz um novo sentido à história, alterando o vetor dinâmico do tempo que revela sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado, mas de algum lugar no futuro (SEVCENKO, 1992, p.228, grifos nossos).

Mesmo as menores transformações eram muito celebradas pelos colonistas. Eis uma sequência, em ordem cronológica, de tais fatos:

A Prefeitura está estudando o meio mais prático para a numeração dos prédios do perímetro urbano. Consta-nos que será ainda esse mez, que se iniciará o cadastramento para esse devido fim. Tomara que não gora esse grande melhoramento a população, pois que se facilitará extraordinariamente a distribuição de correspondências, reclamações comerciais, e tudo enfim que se trata de adiantamento. (NUMERAÇÃO DAS CASAS..., 1931, p. 3).

Soubemos que o atual prefeito, Snr. Dr. Theodureto F. Gomes, ordenara que se collocasse por definitivo um cadeado no portão do cemiterio velho, não consentindo que nessa necrópole seja sepultado nenhum cadáver. Apoiamos esse gesto do Snr. Prefeito, que já há muito deveria ter sido resolvido. Pois

¹³⁶ DEL RIOS, idem, p. 231.

¹³⁷ idem, p. 232 e 233.

desde 1920 que os sepultamentos eram feitos acotoveladamente ou sobrepostos, em virtude da pequena área existente. Pelo que soubemos, S. S. só permitirá os sepultamentos, d'ora avante, no cemiterio novo. (ATÉ QUE EMFIM..., 1931, p. 3).

Voltou ao corrente a dynamic do anno de 1930, ampliar e dilatar o nosso municipio. Apesar da crise que abala tantos os municipios limitrophes, Ourinhos se enriquece e se immortaliza com o erguimento de soberbos predios. Em todas as ruas da cidade, a febre constructora transpira os seus effeitos. Aparte a construcção dos predios da rua Paraná, São Paulo e Avenida da Saudade, vemos a Praça João Pessoa variar de aspecto com os imponentes predios já construidos e outros em planos de construcção. (FEBRE CONSTRUCTORA..., 1932, p.1).

É digno de registro os abnegados esforços do nosso prefeito, o Sr. Theodureto F. Gomes no sentido de embellezar a nossa cidade. Assim é que vemos surgir diariamente novas e modernas construcções que vem emprestar mais um cunho de grandeza a este pedaço de São Paulo. Estão completamente reformadas e abauladas as estradas que ligam esta cidade a de Salto Grande, Chavantes e ao porto Mello Peixoto. As nossas ruas estão sendo conservadas, limpas e reformadas. Brevemente pretende ainda o nosso Prefeito iniciar a construcção da Ponte Mello Peixoto. (MELHORAMENTOS..., 1932, p. 1).

Optima, é a impressão que, á primeira vista, apresentam as ruas da cidade ultimamente tratadas com os trabalhos de sargeteamento que a actual administração mandou executar. Evidente, é a vontade de acertar do nosso governador municipal que, diga-se em homenagem a verdade, tem procurado cumprir o seu dever. (SARGETEAMENTO, 17/06/1934, p.1).

Apesar das condições precárias que se verificavam na cidade de Ourinhos, o imaginário de alguns de seus habitantes estava norteado pelos devaneios oníricos de progresso, riqueza e desenvolvimento¹³⁸. Falas sentimentais eram vistas n'*A Voz do Povo*, que enalteciam o caráter dos habitantes:

segue com afinco as últimas providencias para ser levado a effeito o Espectaculo Patriotico em beneficio do resgate da Dívida Nacional. Pretendem os promotores desse festival ainda esse mez, realizarem os seus desejos para Ourinhos mais que depressa entrar no ról das cidades que occupa lugar de destaque em nosso Estado. (ESPECTACULO PATRIOTICO..., 1930, p.2).

Ourinhos, o centro de maior expansão commercial desta rica zona, cidade fadada e ser muito breve a capital do sertão, está se desenvolvendo de maneira estupenda e rapida. Esta cidade está fazendo a sua "toilette". Os velhos casarões de taboas estão sendo demolidos para darem lugar aos grandes e modernos armazens, aos bonitos bangalows e residências chics. O espírito do povo ourinhense é o mesmo do super-homem bandeirante, orgulho de São Paulo, realizador por excellencia, acostumado aos emprehendimentos de vulto; em summa, é o homem do dynamismo cyclopico, que não se afasta até mesmo deante do impossivel. Assim é que,

¹³⁸ "O nosso futuro – o futuro desta cidade – é innegavelmente invejavel" (O NOSSO FUTURO..., 1927, p. 1).

attendendo à ordem emanada da Delegacia regional de Saude de Avaré, diversos commerciantes desta praça estão reconstruindo seus predios, obedecendo aos requisitos de hygiene. (A HYGIENE EM OURINHOS..., 1931, p.1).

Alguns números do jornal possuíam artigos com elogios apaixonados à cidade, e tentavam atrair novos moradores para a mesma¹³⁹, através de descrições de seus bons atributos. Uma fantasia de “terra prometida” era assim construída, por meio do discurso do jornal, e propagada aos locais de alcance dele:

embora novato nesta promissora Ourinhos, onde aportei depois de muito errar por esse mundo de meu Deus, parece-me que já posso gozar do direito e orgulho de fallar sobre sua vida e suas cousas, pois ella, cidade cosmopolita, de costumes francos e camaradagem facilima, é minha segunda Patria. [...] Amigo do progresso, procuro amparar sempre, nos limites de minhas possibilidades, todas as realizações cujas finalidades são quase que sempre exclusivamente de interesse colectivo, não obstante grande parte dellas nascer do genio realizador do elemento estrangeiro, que, irmanado com os que lhe emprestam hospitalidade, nos auxiliam a desbravar os sertões ferocissimos, desvendando mysterios que nem as vistas de Lynce do saudoso Euclides da Cunha conseguiram divisar e só as bandeiras de Antonio Raposo seriam capazes de transpor. (NA SENDA DO PROGRESSO..., 1934, p.1).

A praça de Ourinhos vende para quasi todo o norte do Paraná: tecidos, ferragens, materiaes para construcção, bebidas, artigos manufacturados, doces, macarrão, drogas, etc. [...] Ademais, com 3 estradas de ferro, ligando-a directamente a todo o paiz, só póde progredir. [...] Ourinhos tem: Correio, telegrapho, bancos, grupo escolar, um gymnasio particular, drogaria, jardim, musica, cinema, futebol, typographia jornal, optimos hoteis, photographos, fabricas de sabão, macarrão e bebidas, 4 usinas de algodão, egrejas, uma casa de saúde, collectorias estadual e federal, serrarias, medicos, dentistas, advogados, cadeia, engenheiros, grandes casas commerciaes e animadissimo commercio varejista. A cidade vae ser calçada e terá rede de êxgotto, em breve. Já tem água potavel. Ourinhos é uma cidade nova e barata. Ha fartura de generos alimenticios. O clima é saudavel. Não ha crise de trabalho. O povo é bom, educado, ordeiro, attencioso e acolhedor. Deixe que seus filhos cresçam nessa cidade que está crescendo. Principie vida nova em uma cidade nova. Aqui ha logar para você e sua familia. Venha conhecer Ourinhos. E fique aqui, que será feliz. (VOCÊ SABIA?..., 1937, p. 5).

Na altura de 1937, Ourinhos seria a “cidade movimentada, com seis trens diarios, ponto obrigatorio de passagem diaria de centenas de pessoas”¹⁴⁰, “dezesseis (16) hoteis e

¹³⁹ No quinquênio compreendido entre 1932 e 1937, percebeu-se a multiplicação de anúncios de vendas e aluguéis de terrenos e casas em Ourinhos, além de constantes propostas de permuta de imóveis. Inclusive, um conflito pelo alto preço dos terrenos foi iniciado em algumas edições, que denunciavam a falta de moradia. “A picareta do progresso, traz, sem duvida, problemas de difficil solução. Um delles, o mais importante é, não ha negar, o da habitação. Ourinhos atravessa, a olhos vistos, uma phase de franco desenvolvimento. Ha falta, rigorosa falta, de casas. [...] Mas, pergunta-se: si não houver uma grande quantidade de predios novos, para onde irão os que aqui vem a procura de casa?... O remedio é a gente não mudar. A menos que a casa cáia” (UM CASO SERIO!..., 1936, p. 2).

¹⁴⁰ POLICIAMENTO..., 1937, p. 1.

pensões e, parece-nos, dez (10) chalets de loteria”¹⁴¹, conforme podemos observar na Imagem 2, acima, “Mapa de Ourinhos na década de 1930”.

UM RETRATO DO PITORESCO

Durante o período de 1927 a 1937, percebemos uma contradição entre a almejada terra dos sonhos, marcada pelo ideal do progresso, e a cidade que de fato existia. Apesar do discurso, o que podemos verificar, tanto nos relatos existentes nos mesmos jornais, quanto em relatos da população que ali habitava¹⁴², são as precariedades e dificuldades que marcavam o cotidiano.

As ruas em Ourinhos eram de terra no período. Possuidora de um fértil solo vermelho, o chamado latossolo, a cidade tornava-se um atoleiro em períodos de chuva. Segundo nos conta Romero; Moraes (2004), caminhões, carros, carroças e pessoas, atolavam na lama, chegando a cair de barriga no chão. Além disso, a conservação das ruas era precária, causando várias reclamações entre os colaboradores do jornal *A Voz do Povo*:

algumas ruas desta cidade estão num estado tal de conservação que fazem os chauffeurs ter dor de barriga quando transitam por ellas. Essas ruas rivalisam perfeitamente com a sahida da Rua Paraná, onde, dias atrás, o transito era difficillimo, devido os buracos causados pelas ultimas chuvas. É necessário que a Camara conserve nossas ruas, pois é uma vergonha que Ourinhos apresente ruas tão mal conservadas. E as estradas? Só quando ELLE mandar consertar (REBUSCANDO..., 1927, p.2).

Tal condição persistiu durante os anos seguintes. Como podemos observar em outras passagens:

quem passar por essa via publica, verá o quanto está desleixado o tratamento daquellas sargetas, offerecendo serios perigos aos moradores daquela zona. A referida sargeta é o despejo de águas servidas, lavagens de toda a espécie e assim não poderá continuar por mais tempo (NA RUA ALAGOAS..., 1930, p.3).

Em 1935, o então prefeito, Benedicto Martins Camargo, receberia uma representação dos munícipes, com 74 assinaturas com queixas sobre a infraestrutura. O prefeito resolve então:

- a) que a poeira suffocante das ruas desta cidade prejudicam em demasia a hygiene e o conforto de seus habitantes [...]; b) que o calçamento imediato das ruas é obra impraticável pela ausencia de recursos financeiros e pela necessidade de antes disso cuidar-se da rêde de exgottos [...]. [Abre então] um credito especial [...] destinado á compra

¹⁴¹ IMPOSTOS..., 1937, p. 2.

¹⁴² Os relatos foram extraídos dos livros de ROMERO; MORAES, idem e de SILVA, idem.

de um caminhão com um tanque e aparelhamento para irrigação (PREFEITURA MUNICIPAL..., 1935, p.1).

A mesma edição, ao final, elogia o novo prefeito, porém com tom hostil: “[...] Ourinhos em breve terá suas ruas com outro aspecto, pois a julgar pelas reparações que a municipalidade está fazendo na rua Paraná e outras, e de se prever que não mais tenhamos o dissabor de fazer lembrar ao snr. Prefeito o que carecemos”(MELHORAMENTOS LOCAES..., 1935, p.7). Dois anos depois, o jornal listaria as ruas que necessitavam de reparo e onde também havia “agua suja e fetida”¹⁴³ e ridicularizaria os habitantes mais humildes:

ha individuos refractarios ao progresso. Vivem subjugados pela idéa fixa do passado. Não se enquadram na hora que passa. Vivem fóra de seu tempo. Aqui temos ‘algumas reliquias’ dessas. São exemplares historicos de uma fauna que, dia mais, dia menos, desaparecerão. Ora, a cidade de Ourinhos, graças ao zelo da administração publica e o arrojo da iniciativa particular, atravessa uma phase de total remodelação. É preciso, pois, que a Camara Municipal, composta na sua unanimidade por uma pleiade de homens praticos, honestos e progressistas, vote uma lei, com rigorosa urgencia, obrigando os proprietarios de tapéras no centro da cidade a demolil-as, ou construirem predios decentes. Não póde, de fóрма alguma continuar esse vergonhoso estado de coisas: casarões de taboa, sujós, em ruinas, enfeitando as praças e ruas centraes. Picareta nelles! Casa velha, deshabitada, não dá renda: quem não quer edificar, venda o ‘trambolho’, disponha da ‘arapuca’. Quem não tem competencia não se estabelece, diz o dictado. Quem não quer ir para a frente, sáia do caminho. Deixe livre o becco (Xisto, 1937, p. 5).

Em 1937, a prefeitura mandaria aterrar as ruas centrais e a medida seria comemorada pelo jornal¹⁴⁴. Contudo, a situação precária não se restringia apenas às ruas da recém-inaugurada cidade, nem aos primeiros anos de Ourinhos:

A já celebre escada do pateo da Estação Sorocabana desta cidade, esta se candidatando á este titulo. Feita de cimento liso, quasi perpendicular, quem precizar descel-a, nos dias chuvosos, terá de fazer verdadeiros prodigios de acrobacia, se não quizer partir as costellas ou enterrar-se no lamaçal que forma no supra-citado pateo. Já têm despencado do alto daquelle “monumento” diversas pessoas, uma das quaes foi tão infeliz que fracturou o braço. Se o Snr. Director da Sorocabana não sabia disso, fazemol-o sciente para que tome providencia nesse sentido (ESCADA DA MORTE..., 1934, p. 6).

Aquelle boeiro que está na esquina da Casa Nortista (aquella casa que vende mesmo barato, onde tem aquelle moço alto, elegante, moreno, sympathico), ha muito está requerendo uma desinfecção! O fedor que aquelle infecto boeiro exhala, de nauseabundo, constitue uma ameaça permanente á saúde da população. Sejamos precavidos. Ahi fica o lembrete e... a quem de direitos (A QUEM DE DIREITOS..., 1934, p.6).

¹⁴³ BURAQUEIRA..., 1937, p. 5.

¹⁴⁴ CONCERTOS DE RUA..., 1937, p. 2. Seis meses depois, a rua que “principia no matadouro e segue rumo á praça fronteira ao campo do Ourinhense, está pedindo a visita do tractor e da plaina do ‘Serenó’”: RUAS..., 1937, p. 1.

O sarqueteamento local, de que nos ocupamos já em 1934, não tem sido cuidado pelo actual prefeito como esperavamos, pois si alguma cousa nesse sentido fosse iniciada, teve sua paralisação logo após as primeiras labaredas. Não tínhamos pretensão de guerrear, ou melhor, de criticar a actuação do nosso administrador municipal, mas, já que S. S. nos tem feito pouco caso, e ás nossas poucas queixas e reparos absoluto descaso, convém que sahiamos novamente á rua para gritar com a sua incuria a lidar com os negocios municipaes, o que quer dizer, com o nosso negocio [...]. (PROBLEMAS DE SUMMA IMPORTANCIA PARA OURINHOS, QUE O SNR. PREFEITO CUSTA A SOLUCIONAR..., 1935, p.2).

O tema continuaria figurando nos anos seguintes e em 1936: um artigo questionava: “Valerá a pena ‘gritar’ contra a sujeira das ruas? Na Av. Jacintho Sá há pontos em que a ‘cascaria’ tomou conta da sargeta. Como é isto, Sr. Fiscal da Limpeza Publica?”¹⁴⁵. O problema seria resolvido apenas entre as gestões dos prefeitos Cândido Barbosa Filho (1948-1951) e Domingos Carmelino Caló (1952-1955), quando paralelepípedos, asfalto e rede de esgoto seriam instalados.

A água, ainda segundo Romero: Moraes (2004), não era encanada e nem limpa. A população tinha de comprá-la aos garrafões e carroças aguadeiras. Foram os prefeitos Hermelino de Leão (1941-1945) e Antonio Luiz Ferreira (1960-1963), que encanaram a água, vinda do Rio Turvo e da Água da Veada, e a trataram, respectivamente. O lixo, segundo denúncias d’*A Voz do Povo*, era mal recolhido e causava um fétido cheiro pela cidade.

A hygiene collectiva desta cidade, tem preocupado a atenção do Governo Civil. Para este fim, foi nomeado o novo fiscal o Snr. Nicolau Cardoso, o qual por ordem do distincto Governador deu solução immediata ao nosso pedido do número passado fazendo desaparecer do centro urbano o chiqueiro de porcos situado na Rua Minas Geraes, perto da S. Paulo-Paraná (JUNTA REVOLUCIONÁRIA..., 1930, p. 3).

Nos têm chegado ao conhecimento o descaso com que o encarregado da limpeza publica faz o seu serviço em determinadas pontos da cidade, ás vezes justamente em pontos centraes, onde, segundo nos consta, o lixo encontrado é tirado á prestações, de modos a, quando resolvida a sua total remoção, nem o próprio encarregado da limpeza lhes supporta o cheiro desagradavel e mesmo se repugna ante a massa formidavel de miasmas que delle se apegam (LIXO..., 1935, p.6).

Approxima-se a época em que a nossa população é presa de molestias mais ou menos epidemicas. [...] Em nosso ultimo numero pedimos a desinfecção de um boeiro que exhala um fetido pestilento. Que nos conste, até hoje, esse coletor continua a ameaçar a integridade sanitaria da população e as autoridades a quem compete o assumpto permanecem inativas. Hoje queremos chamar a atenção da Prefeitura para a imundicie que se verifica na maioria dos açougues da cidade. Tivemos a occasião de VER, num tendal da Rua São Paulo, dezenas e dezenas de ratos de todos os tamanhos, comendo e lambendo peças de carne, que no dia immediato foram vendidas

¹⁴⁵ QUE SUJEIRA..., 1936, p.1.

aos freguezes. Todos sabemos que o rato é vehiculo da peste bubonica. Outro facto que depõe contra o zelo administrativo, de quem deve olhar pelo cumprimento das disposições do Codigo de Posturas Municipaes, é o facto da carne ser transportada, para os açougues, em carroças comuns, sem o mais leve panno que a separe do assoalho da viatura e sem absoluctamente nada que a proteja da poeira e dos mosquitos. E não foi só por uma vez que sofremos uma repugnancia de ver o conductor da carroça com os pés apoiados sobre a carne destinada ao consumo. Energicas providencias, é o que se espera! (A CARNE E OS AÇOUGUES..., 1934, p. 6).

A população parecia também não colaborar muito com a limpeza da cidade, deixando tudo a cargo da prefeitura. “as ruas (principalmente as sargetas) estão porquissimas: é lixo, casca de fructas, etc. Por onde andaré a Limpeza Publica? Ou terá sido cortada, no orçamento, a verbazinha para esse serviço?”¹⁴⁶. A reclamação precisou ser repetida com mais veemência no número seguinte¹⁴⁷ afinal, o que diriam os diversos visitantes que a cidade recebia? E os mosquitos? E as doenças?

As queixas com relação à iluminação seriam também uma constante n’A *Voz do Povo*. Em maio de 1931, um artigo de capa denunciava a péssima qualidade e as altas tarifas cobradas pelo serviço de eletricidade, e acusava a Companhia Santa Cruz de irregularidades e quebrais contratuais, “de facil comprovação”¹⁴⁸, apontando os prejuízos econômicos causados aos produtores de café, que precisavam fazer o beneficiamento dos produtos sem um adequado fornecimento de energia. Nas três edições seguintes¹⁴⁹, houve continuação da denúncia, inclusive, com provas das acusações, com base nos artigos do contrato descumpridos pela supracitada empresa, “contracto é farrapo de papel?”¹⁵⁰, e enérgicos pedidos de ação por parte da prefeitura.

Na segunda edição, após o retorno, em 1933, o jornal comemoraria as “novas installações que a abalisada Cia. está levantando nos terrenos por ella adquiridos, á Rua Piahuy”¹⁵¹. “Já não tem conta as vezes que temos clamado por Luz e energia electricas dessa empreza que tem por ‘Kahal’ esta vastíssima e rica região [...]”¹⁵². Os moradores também procurariam o jornal para reclamar que uma das mais importantes e mais movimentadas ruas

¹⁴⁶ A CIDADE..., 1936, p. 8. Uma nota, um ano à frente, apelava para que a população das ruas centrais apenas depositasse o lixo durante a manhã: LIXO..., 1937, p. 5.

¹⁴⁷ QUE SUJEIRA!..., 1936, p. 1. Em 1937, uma notinha reclamava de um “exgotto visível” à rua Antonio Prado: AGUA SUJA!..., 1937, p. 5.

¹⁴⁸ PAES, R., 1931a, p.1.

¹⁴⁹ Idem., 1931b, p.1; idem, 1931c, p.1; idem, 1931d, p.1.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ CIA. FORÇA E LUZ..., 1933, p. 6.

¹⁵² FORÇA que não move, luz que não ilumina..., 1936, p. 6.

da cidade “não tem illumination efficiente. Á noite, a rua é iluminada quase pelas... lampadas das casas...”¹⁵³. No ano seguinte, a illumination ainda seria alvo de reclamações¹⁵⁴.

Aproveitando-se das eleições de 1936, “os integralistas” elencavam uma lista de 12 itens, e nela figuravam:

1º - Rêde de Exgottos e calçamento; 2º - Revisão do contracto de fornecimento de luz e força; 3º - Completa remodelação dos serviços de abastecimento de agua; [...]. 7º - Perfeito serviço de conservação de estradas de rodagem e estudo e construcção de novas rodovias, afim de desenvolver a vida do município e da cidade; 8º - Matadouro Municipal; 9º - Jardim Publico. (SECCÃO LIVRE..., 1936, p.10).

Quase um mês depois, a questão da luz seria considerada “quasi um mal chronico. Não é de hoje que o povo roga, pede, supplica á digna concessionaria um pouquinho de bôa vontade para esse verdadeiro tormento”¹⁵⁵. Dois meses à frente, seria hora de, utilizando mais ironia, reclamar novamente: “a luz de Ourinhos anda soffrendo dos ‘nervos’ e dos ‘olhos’ é só no ‘pisca-pisca’, no ‘apaga-apaga’... Um trovão, um relampago, um ventinho mais forte e é aquella agua...”¹⁵⁶.

No ano seguinte, o jornal classificaria a luz de Ourinhos como “a peor luz da Sorocabana” e lamentaria que “uma cidade, que cresce dia para dia, esteja tão mal illuminada” e desafiava o presidente da companhia de luz a “lêr um jornal debaixo de uma lampada de 100 velas!”¹⁵⁷.

A descrença no poder público era tamanha que na edição 296 o periódico apelava para que os próprios comerciantes colocassem illumination “na frente do seu negocio, uma ou duas lampadas de 200 velas”¹⁵⁸. No final do período analisado do jornal, as denúncias e reclamações sobre a eletricidade se mantiveram, e segundo os relatos, rendiam muito atrito entre moradores e o poder público. Garantir o uso desse serviço valia o status de desenvolvimento, de civilidade, e chancelava aspirações e sonhos de uma cidade que erigia para si mesma os símbolos de progresso.

¹⁵³ LUZ!..., 1936, p. 7. Quase um ano depois, as queixas seriam que “a luz electrica continúa muito fraquinha e, tambem, muito inconstante”: A LUZ TREMEU!..., 1937, p. 5. A edição nº 287 comemorava a inauguração de luz elétrica no bairro do matadouro: LUZ!..., p. 1.

¹⁵⁴ ESCURIDÃO..., 1937, p. 2; A LUZ..., 1937, p. 5; A LUZ ELECTRICA..., 1937, p. 1.

¹⁵⁵ O CASO DA LUZ..., 1936, p. 3.

¹⁵⁶ LUZ!..., 1936, p. 1. A edição nº 249 reclamava de “diversas lampadas apagadas [na cidade]” e exigia providências da prefeitura, uma vez que o fornecimento da luz é “cara e ruim”: MAS, QUE RELAXAMENTO..., p. 8. As próximas edições trariam reclamações também: ILLUMINAÇÃO..., 1936, p. 1; LUZ!..., 1937, p. 1.

¹⁵⁷ ILLUMINAÇÃO..., 1937, p. 1. “Quem chega a Ourinhos, á noite, duvida que a cidade tenha illumination electrica [...] Essa que temos é pouca. Curta. Fraca. Mais luz!” A LUZ!..., 1937, p. 2.

¹⁵⁸ UMA BÔA ILLUMINAÇÃO CHAMA O FREGUEZ!..., 1937, p. 1.

Outro símbolo de progresso se constituía na Praça Mello Peixoto, que foi remodelada diversas vezes ao longo do tempo. Emblema de orgulho da cidade por ser o único “Largo” ourinhense, ela era alvo constante de reclamação diante do desleixo da prefeitura:

prosegue, a passo de boi velho, a capina da ‘invernada’ do ex-jardim da Praça Mello Peixoto. [...] ‘Progresso’... Espectaculo desolador é o que offerece a Praça [...]. Não fôra o intenso trafego de pedestres e o movimentado ‘footing’ domingueiro e nos atreveríamos a compara o unico Largo da nossa cidade com um desses pomares abandonados lá para o lado da Central depois da Lei Aurea, tal o modo descuidado por que crescem aquellas infelizes arvores (CAPINA..., 1936, p.2).

Quase dois meses depois, o ego ourinhense ainda se ressentia de sua única e mal conservada praça¹⁵⁹:

nem sabemos si merece o nome de jardim esse grammado da Praça Mello Peixoto. Não tem esthetica nem limpeza. É uma imitação burlesca de jardim. [...] Jardim, no conceito unanime de Simões da Fonseca, Jayme de Seguiet, Candido de Figueiredo, Aulette, Moraes e outros mestres, é: ‘terreno onde se cultivam flôres, plantas, etc. Cadê as flores de nosso jardim? O gato comeu... (O JARDIM..., 1936, p.5).

Finalmente, ainda em uma edição de 1936, caberia uma notinha elogiando a “remodelação do jardim [...] vamos ter, em breve, um jardim que será um mimo”¹⁶⁰. Mais elogios seriam direcionados à remodelação do mesmo e o periódico mal disfarçava a ansiedade pela inauguração¹⁶¹. O grande dia chegaria em 11 de julho de 1937, quando estariam presentes as “pessôas mais representativas [daquela] sociedade”¹⁶².

Nos anos posteriores, como recordaria o Prof. Norival Vieira da Silva (2009), a praça “sempre foi esquecida por todas as administrações públicas, sem exceção. Inventaram algumas reformas no correr dos anos que só destruía e nada acrescentavam de belo e significativo”¹⁶³. Ele ainda teceria muitos elogios ao lugar, dada a sua importância afetiva: “olho você e me lembro: a Praça do Jardim, nome que era seu. O jardim, as fontes, seu coreto se foram, mas você ficou”¹⁶⁴. Contudo, mesmo tocado, não deixaria de lamentar: “sabe, você

¹⁵⁹ O JARDIM..., 1936, p. 5. A edição de 13/06/1936 dava como certa a reforma para a próxima semana, para na edição seguinte, 20/06/1936, desafiar: “É mais logico, mais razoavel que esses assumptos, de maxima importnacia, sejam resolvidos pela proxima [estavel e constitucional] Camara Municipal de Ourinhos.” ASPECTO BONITO, 1936, p. 3.

¹⁶⁰ UM BELLO JARDIM..., 1936, p. 8. Dois meses depois, seguiam os elogios: MAS,QUE BELLEZA!, 1937, p. 5.

¹⁶¹ QUASI TERMINADO..., 1937, p. 2; O JARDIM..., 1937a, p. 1; “O coreto, pintadinho de branco, põe agua na bocca dos ‘fans’ da bôa musica”: O JARDIM..., 1937b, p. 1.

¹⁶² AMANHÃ!..., 1937, p. 2. Contudo, ainda haveria reclamações: BANCOS, CERCAS & LAMPADAS..., 1937, p. 1.

¹⁶³ SILVA, idem, p. 172.

¹⁶⁴ Ibidem.

continua como o centro, o coração, mas não é a mais bonita. Você ficou triste, escura à noite”¹⁶⁵.

A MORAL E OS BONS COSTUMES

Nem só de flagelos estruturais da cidade os ourinhenses viviam. No período analisado por nós (embora não seja uma particularidade desse recorte) é possível perceber um discurso cada vez mais moralista¹⁶⁶. Este jornal, que sempre se diz representante do povo¹⁶⁷, como seu próprio nome procura frisar, era na verdade, a voz da burguesia crescente que se fazia na cidade. Qualquer sinal de pobreza ou atraso necessitava ser rapidamente varrido dos contornos da cidade e dos olhares pudicos desta população¹⁶⁸, já que isso comprometia o tão sonhado progresso. Por vezes, é possível notar na insistência de um símbolo como um Largo ou Jardim, que o olhar do jornal, e dos seus redatores estava voltado apenas para si:

a convivência diária com camelôs, moradores de rua, assaltos, trânsito difícil, poluição, ou seja, com uma longa série de problemas, faz do morador da grande cidade uma presa fácil da violência, das condições de vida degradada. Falar de violência urbana, considerando somente vitimada a parcela formalmente instalada da população, constitui sem dúvidas um ato violento. O drama urbano tem duas faces, e com certeza a mais bárbara constitui a da negação das contradições humanas mínimas para a população pobre, desempregada e mesmo para parte da formalmente inserida no mercado de trabalho (BRESCIANNI, 1998, p. 247).

Afirmamos isso, baseados nas constantes reações de repressão e exageros quando se tratava da parte mais pobre da população¹⁶⁹:

a rua Alagoas, todas as noites é teatro das *maiores* e mais *profanas* revelias. Ali, é só declinar a tarde e... já os *pertubadores da ordem* e do socego publico põe em pratica as suas *boas qualidades*; e a intranquilidade reina até alta madrugada. Não obstante estes, existe nessa rua uma casa de tolerancia, cujas mulheres, não medindo a *gravidade de suas faltas* perante o bom senso, bastante *inescrupulosas* promovem a mais *estupida e vergonhosa imoralidade* com *palavrões, obscenidades e tregeitos* que seria capaz de fazer *corar até as proprias pedras*. [...] Quando, á tardinha, algumas familias que habitam esta cidade de ha longos annos, e portanto de tradições louvaveis, transitavam por aquella via publica, eis que duas mulheres de *vida facil*, das mais *indecentes* que a ideia humana e de bom senso possa conceber, se

¹⁶⁵ Idem, p. 173.

¹⁶⁶ Afirmamos isso embasado também em outro periódico que circulou num período mais à frente e com o qual também tivemos a oportunidade de trabalhar. Vide: CUNHA (et. al), 2012.

¹⁶⁷ O primeiro número, por exemplo, faz apelos à população de que prestigiem o jornal por ser: “a tribuna de onde o povo lançará os seus vehementes brados de protesto, quando menosprezados em seus sacrosantos direitos” (A VOZ DO POVO..., 1927, p.1).

¹⁶⁸ “O poder público tentava criar uma geografia social definindo os lugares das pessoas” (PEREIRA, 2004, p. 46). “A picareta do progresso [...]”: UM CASO SERIO!..., 1936, p. 2; “Aqui, temos ‘algumas reliquias’ dessas. São exemplares historicos de uma fauna que, dia mais, dia menos, desaparecerão”: AS TAPÉRAS..., 1937, p. 5.

¹⁶⁹ “Parece-nos que a camada popular estava incluída somente no que se refere à moralização de seus atos, ao controle de suas práticas e costumes, e à desapropriação de suas moradas” (PEREIRA, idem, p. 38).

atracam em plena rua provocando os maiores e mais *nojentos escândalos* (COISAS VERGONHOSAS..., 1937, p. 4, grifos nossos).

Era interessante para o periódico explicitar pares de opostos bem delineados: a família de tradições louváveis e os perturbadores da ordem e do sossego. A perseguição às “mulheres de vida fácil” pode ser vista, com certa frequência, estampada nas páginas do jornal:

Esteve em nossa redacção, dando-nos o prazer de sua amavel visita [...] mui correcto Delegado de Policia local. S. S., com a lhaneza de trato que o caracteriza, communicou-nos que como medida preventiva e acauteladora do socego publico, havia tomado a resolução de fazer habitar os recantos afastados da cidade; as meretrizes que até ha pouco viviam por ahi, entremeadas com familias. É esta uma medida á qual prestamos nosso inteiro apoio e que muito concorrerá para que Ourinhos, lá fóra, eleve ainda mais o bom conceito em que é tida. (CAMPANHA AO MERETRICIO..., 1934, p. 2).

O relato procura, além de mostrar o desprezo às meretrizes¹⁷⁰, marcar a posição do “mui correto delegado de polícia”, ou seja, ao lado do jornal e da população ourinhense (de bem). Oculta-se nessa passagem, os clientes das tais “mulheres de boas qualidades”. Trata-se de um recurso muito conhecido do período: a dupla moral¹⁷¹, esta

ficava expressa na forma como o poder público e científico preocupou-se em tomar providências quanto à vigilância das prostitutas, mas quanto aos homens que as procuravam, bem como àqueles que apresentavam sinais da doença [sífilis], pouco fizeram. O máximo que esses poderes faziam com relação a esses homens era recomendar repouso e afastamento temporário do trabalho, a fim de eles se curarem da moléstia (PEREIRA, 2004, p. 87).

Nas páginas do *A Voz do Povo*, havia uma excessiva campanha em prol da sexualidade com uma coluna médica, presente em quase todas as edições. O ensino da sexualidade era responsabilidade dos médicos, mas também da família: esta deveria ser tratada como ciência: um ramo da biologia¹⁷². Porém, os assuntos eram tratados de forma muito superficial e remédios para diversas doenças, inclusive para a sífilis, apareciam sempre no jornal¹⁷³.

Os contundentes termos utilizados para categorizar a pobreza, transformando-a quase num sinônimo de criminalidade¹⁷⁴, nos faz lembrar as “classes perigosas”: “isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. os

¹⁷⁰ “As prostitutas impediam que a população alcançasse o nível de civilização desejado” (idem, p. 26).

¹⁷¹ É o caso dessa edição, onde as “casas de tavolagem [...] contribue para a corrupção de menores que para ellas se dirigem havidos por uma distracção qualquer e dahi o se desviarem”: CASAS DE TAVOLAGEM..., 1935, p. 1.

¹⁷² O assunto foi alvo de uma coluna fixa por dez semanas consecutivas, intitulada: Eduquemos nossa mocidade, que durou de 02/05/1936 a 11/07/1936. Esses são apenas outros exemplos: ALBUQUERQUE, J. 1934, p. 4; CONTROVERSAS SEXOLOGICAS. 1934, p. 2; A EDUCAÇÃO SEXUAL PELA IMAGEM. 1935, p. 1; EDUCAÇÃO SEXUAL E LIBIDINAGEM. 1935, p. 1.

¹⁷³ Um exemplo é o “Elixir de Nogueira”. Há na edição de número 66 a referência à visita de um médico, o Dr. Mario R. Pimentel, autor de uma dissertação sobre a sífilis: VISITA..., 1931, p. 1.

¹⁷⁴ “Ideologicamente quase se equivalem os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade” (CHALHOUB, 2012, p. 80).

pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’” (CHALHOUB, 2012, p. 76). Nesse sentido, a polícia era constantemente chamada a cumprir o seu dever quando se tratava de batedores de carteira e assaltantes¹⁷⁵, menores problemáticos¹⁷⁶, gatunos¹⁷⁷, perturbadores da ordem pública¹⁷⁸ e forasteiros¹⁷⁹. Os jovens pobres, ao menos no natal, quando é feita uma campanha de arrecadação de donativos, poderiam ter “a illusão, embora ephemera, de que a humanidade não esqueceu o ‘amar a Deus sobre todas as coisas e ao proximo como a nós mesmos’¹⁸⁰”.

Polícia¹⁸¹ e médicos seriam as duas figuras constantemente destacadas no jornal: a primeira para reprimir os discordantes do modelo de progresso e o segundo para justificar os preceitos de uma educação higiênica que ia desde a saúde do trabalhador, da casa e da cidade, contudo, “mascarados pelos seus propósitos declaradamente científicos, reforçavam formas de dominação e de manutenção e de reprodução da ordem social burguesa” (idem, p. 177).

Era necessário produzir um discurso que ignorasse as contradições na produção de uma cidade do progresso que pertencia a poucos, jogando o ônus do sistema capitalista para o

¹⁷⁵ “A policia está no dever de tomar severa attitude no combate aos batedores de carteira. Á hora de chegada dos trens quando é intenso o movimento de passageiros, os ‘punguistas’ agem audaciosamente [...]: BATEDORES DE CARTEIRA..., 1936a, p. 8.; BATEDORES DE CARTEIRA..., 1937b, p. 1.; BATEDORES DE CARTEIRA, 1937c, p. 1.; ASSALTO E ROUBO..., 1933, p. 6.; FOI ASSALTO!..., 1937, p. 6.

¹⁷⁶ “É dever do Poder Publico fiscalizar, severamente, a conducta das creanças que vivem perambulando pelas ruas. Temos em Ourinhos, um caso serissimo para ser resolvido pela Polícia, ou pela Prefeitura: os pequenos engraxates que, inconscientemente, expostos ao sol e a poeira, sujeitos a corrupção moral, infestam as ruas. [...] Si tem paes validos, a estes cabe trabalhar para sustentar e educar seus filhos”.: COM A POLICIA..., 1936, p. 1; “Não podemos compreender a indiferença de nossos dirigentes, em face das creanças pobres que, em Ourinhos, enchem as ruas, promovendo algazarra, aprendendo vícios e penetrando, inconscientemente, no campo nefasto da malandragem.: OS ENGRAXATES..., 1936, p. 1.; “Esses gury, conhecidissimos pelas suas attitudes duvidosas, vivem ao Deus dará, prejudicando o socego publico”: MENORES VADIOS..., 1937a, p. 6.; “Esse gury, na sua maioria, não sabem o Padre Nosso, nem conhecem o A-B-C, mas imitam direitinho TOM MIX, BUCK JONES e torcem pela ‘mocinha’ e pelo ‘bandidão’”: TOM MIX..., 1937, p. 1.; MENORES VADIOS..., 1937b, p. 5.; MOLEQUES..., 1937, p. 5.; MENORES VADIOS..., 1937c, p. 1.

¹⁷⁷ “Infelizmente temos a registrar, que nesta cidade deve haver por força uma ‘trempe’ de gatunos tão escovados, que chegam ao ponto de roubar com tanta pericia desafiando a nossa ordeira policia [...]. Aqui já estamos em eminencia de descobrir os meliantes, visto um dos taes ja estar engaiolado e entregue a justiça para pagar caro o tributo do pouco amor ao trabalho e tão sagazmente cometer, delictos dos mais antepathicos que se possa narrar”: ROUBOS..., 1931, p. 1.; OS LADRÕES...!, 1936, p. 1

¹⁷⁸ “Moços mal educados e sem qualquer noção das bôas normas de conducta, por ocasião dos footings em volta do jardim, [...] instigam a molecada á pratica de actos condemnaveis, [...]. Seria de bom alvitre pois, que a policia tomasse uma providencia para o caso, enlaçando essa molecada no cinturão”.: A POLICIA PRECISA VER ISSO..., 1935, p. 1.

¹⁷⁹ “Ponto de convergencia de gente de todo o kilate, [...] gente de todas as nacionalidades e que, as vezes, á cata de ocupação, se infiltram por entre todas as camadas, constituindo grande perigo aos cidadãos pacatos. Andar armado é prohibido. [...] basta que o patrulhamento seja feito com rigor para que os forasteiros desocupados que por ahí perambulam procurem um meio ou de procurar trabalho ou darem o fóra”.: OS FORASTEIROS..., 1935, p. 2.

¹⁸⁰ NATAL DOS POBRES..., 1937, p. 5.

¹⁸¹ “A imposição do assalariamento ao trabalhador é corroborada pela vigilância constante do aparato policial, que rotula de ‘vadios’ – e arremessa eventualmente ao xilindró – todos aqueles indivíduos que se encontram em botequins e nas ruas e que não conseguem provar sua condição de trabalhadores – isto é, de indivíduos submetidos ou adaptados ao projeto de vida feito para eles” (CHALHOUB, 2012, p. 255).

indivíduo, num discurso meritocrático. Por isso, o trabalhador era outro alvo constante da moralidade: seu local de moradia e responsabilidade com os compromissos econômicos eram ridicularizadas¹⁸², este, deveria saber o seu lugar, respeitar os seus patrões, cumprir suas obrigações, ficar afastado do comunismo¹⁸³, do alcoolismo¹⁸⁴ e dos bares.

A ociosidade deve ser combatida não só porque negando-se ao trabalho o indivíduo deixa de pagar sua dívida para com a sociedade, mas também porque o ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. (idem, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a memória de Ourinhos tenha sido sedimentada através dos memorialistas, como sendo o “útero do progresso”, é notável, através d’ *A Voz do Povo*, que havia percalços e obstáculos a esse sonho. De um lado, os colaboradores do jornal se utilizavam de ironias e do poder do jornal para chamar a atenção para suas demandas e, com isso, aproximarem a si e a cidade, cada dia mais, do tão almejado progresso. Contudo, do outro lado, havia a precária infraestrutura, moradores mais humildes, as mulheres que fugiam às regras sociais e os casebres e “taperas” que se configuravam em duro obstáculo para a realização do desejo da minoria burguesa. O resultado de tal embate foi o silenciamento da classe mais baixa, que teve, não só suas moradias, mas também seus valores e costumes varridos para as periferias da cidade, sem fazer parte da sonhada “urbe” de poucos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PUBERDADE. In: **A voz do Povo**. 16/09/1934, p. 4.
- _____. EDUCAÇÃO SEXUAL E LIBIDINAGEM. In: **A Voz do Povo**. 08/06/1935, p. 1.
- _____. A EDUCAÇÃO SEXUAL PELA IMAGEM. In: **A Voz do Povo**. 01/06/1935, p. 1.
- _____. CONTROVERSAS SEXOLOGICAS. In: **A Voz do Povo**. 11/11/1934, p. 2.

¹⁸² “Ha grande falta de casas de aluguel na cidade, principalmente casas para operarios, e quando ha, custa quase que mensalmente o ordenado do pobre trabalhador. Porque os Lazards Brothers da cidade não empregam o seu capital na construção de residencias para o proletariado? Será que têm medo do calote?”. O PROBLEMA DE HABITAÇÕES..., 1936, p. 2.

¹⁸³ INFILTRAÇÕES COMMUNISTAS..., 1935, p. 2 e 6.

¹⁸⁴ ”O combate ao alcoolismo esteve presente nas diferentes cidades da sociedade ocidental cristã, com o objetivo de disciplinar os trabalhadores. Os industriais foram os principais interessados em divulgar medidas contra o alcoolismo que causava tantas faltas ao trabalho” (PEREIRA, idem, p. 83).

ARAUJO, J. L. B. & CUNHA, F. L. 2017. Cotidiano e moral ourinhense: análise do jornal *A voz do Povo* entre 1927 e 1932. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 11, n. 1, p. 32-39, 2017.

A VOZ DO POVO. Jornal

- ____. A CARNE E OS AÇOUGUES..., 28/10/1934, p. 6.
- ____. A CIDADE PROGRIDE..., 13/06/1936, p. 3.
- ____. A CIDADE..., 06/06/1936, p. 8.
- ____. A HIGIENE EM OURINHOS..., 06/12/1931, p.1.
- ____. A LUZ ELECTRICA..., 03/07/1937, p. 1.
- ____. A LUZ TREMEU!..., 23/01/1937, p. 5.
- ____. A LUZ!..., 10/07/1937, p. 2.
- ____. A LUZ..., 26/06/1937, p. 5.
- ____. A POLICIA PRECISA VER ISSO..., 15/06/1935, p. 1.
- ____. A QUEM DE DIREITOS..., 21/10/1934, p. 6.
- ____. A VOZ DO POVO..., 09/01/1927, p.1.
- ____. AGUA SUJA!..., 13/02/1937, p. 5.
- ____. ÁGUA..., 21/03/1936, p. 8.
- ____. AMANHÃ!..., 10/07/1937, p. 2.
- ____. AS TAPÉRAS..., 23/01/1937, p.5.
- ____. ASPECTO ANIMADOR..., 27/07/1936, p. 1.
- ____. ASPECTO BONITO..., 20/06/1936, p. 3.
- ____. ASSALTO E ROUBO..., 20/08/1933, p. 6.
- ____. ATÉ QUE EMFIM..., 26/04/1931, p. 3.
- ____. BANCOS, CERCAS & LAMPADAS..., 17/07/1937, p. 1.
- ____. BATEDORES DE CARTEIRA..., 01/08/1936, p. 8.
- ____. BATEDORES DE CARTEIRA..., 07/08/1937a, p. 1.
- ____. BATEDORES DE CARTEIRA..., 21/08/1937b, p. 1.
- ____. BURQUEIRA..., 10/07/1937, p. 5.
- ____. CAMPANHA AO MERETRICIO..., 04/03/1934, p. 2.
- ____. CAPINA..., 15/02/1936, p. 6.
- ____. CASAS DE TAVOLAGEM..., 26/06/1935, p. 1.
- ____. CIA. FORÇA E LUZ..., 16/07/1933, p. 6.
- ____. COISAS VERGONHOSAS..., 01/03/1931, p. 4.
- ____. COM A POLICIA..., 14/11/1936, p. 1.

- ____. CONCERTOS DE RUA..., 31/01/1937, p. 2.
- ____. ESCADA DA MORTE..., 01/07/1934, p. 6.
- ____. ESCURIDÃO..., 19/06/1937, p. 2.
- ____. ESPECTACULO PATRIOTICO..., 07/12/1930, p. 2.
- ____. FEBRE CONSTRUCTORA..., 10/01/1932, p. 1.
- ____. FOI ASSALTO..., 09/10/1937, p. 6.
- ____. FORÇA QUE NÃO MOVE, LUZ QUE NÃO ILUMINA..., 18/01/1936, p. 6.
- ____. ILLUMINAÇÃO..., 19/06/1937, p. 1.
- ____. ILLUMINAÇÃO..., 28/11/1936, p. 1.
- ____. IMPOSTOS..., 18/09/37, p. 2.
- ____. INAUGURAÇÃO DA NOVA ESTAÇÃO..., 20/03/1927, p. 2.
- ____. INFILTRAÇÕES COMMUNISTAS..., 21/12/1935, p. 2 e 6.
- ____. JUNTA REVOLUCIONÁRIA..., 07/12/1930, p. 3.
- ____. LIXO..., 15/06/1935, p.6.
- ____. LIXO..., 17/07/1937, p. 5.
- ____. LUZ!..., , 29/05/1937b, p. 1.
- ____. LUZ!..., 09/05/1936a, p. 1.
- ____. LUZ!..., 18/05/1937a, p. 1.
- ____. LUZ!..., 29/02/1936b, p. 7.
- ____. MAS, QUE BELLEZA!..., 23/01/1937, p. 5.
- ____. MAS, QUE RELAXAMENTO..., 15/08/1936, p. 8.
- ____. MELHORAMENTOS LOCAES..., 20/07/1935, p. 7.
- ____. MELHORAMENTOS..., 01/05/1932, p.1.
- ____. MENORES VADIOS..., 06/11/1937, p. 1.
- ____. MENORES VADIOS..., 10/07/1937, p. 5.
- ____. MENORES VADIOS..., 26/06/1937, p. 6.
- ____. MOLEQUES..., 09/10/1937, p. 5.
- ____. NA RUA ALAGOAS..., 07/12/1930, p. 3.
- ____. NA SENDA DO PROGRESSO, 04/03/1934, p. 1.
- ____. NATAL DOS POBRES..., 06/11/1937, p. 5.
- ____. NUMERAÇÃO DAS CASAS..., 01/03/1931, p. 3.
- ____. O CASO DA LUZ..., 28/03/1936, p. 3.
- ____. O JARDIM..., 04/04/1936, p. 5.
- ____. O JARDIM..., 19/06/1937, p. 1.

- ____. O NOSSO FUTURO..., 16/01/1927, p. 1.
- ____. O PROBLEMA DE HABITAÇÕES..., 08/06/1935, p. 2.
- ____. OS ENGRAXATES..., 21/11/1936, p. 1.
- ____. OS FORASTEIROS..., 22/06/1935, p. 2.
- ____. OS LADRÕES..., 12/09/1936, p. 1.
- ____. POLICIAMENTO..., 21/08/1937, p. 1.
- ____. PREDIOS NOVOS..., 16/05/1936, p. 1.
- ____. PREFEITURA MUNICIPAL..., 20/07/1935, p. 1.
- ____. PROBLEMAS DE SUMMA IMPORTANCIA PARA OURINHOS, QUE O SNR. PREFEITO CUSTA A SOLUCIONAR..., 06/07/1935, p. 2.
- ____. QUASI TERMINADO..., 10/04/1937, p. 2.
- ____. QUE SUJEIRA!..., 13/06/1936a, p. 1.
- ____. QUE SUJEIRA..., 08/08/1936b, p.1.
- ____. REBUSCANDO..., 30/01/1927, p. 2.
- ____. ROUBOS..., 26/04/1931, p. 1.
- ____. RUAS..., 24/07/1937, p. 1.
- ____. SARGETEAMENTO..., 15/02/1936, p. 6.
- ____. SARGETEAMENTO..., 17/06/1934, p. 1
- ____. SECÇÃO LIVRE..., 29/02/1936, p. 10.
- ____. TOM MIX..., 19/06/1937, p. 1.
- ____. UM BELLO JARDIM..., 14/11/1936, p. 8.
- ____. UM CASO SERIO!..., 13/06/1936, p. 2.
- ____. UMA BÔA ILLUMINAÇÃO CHAMA O FREGUEZ!..., 10/07/1937, p. 1.
- ____. UMA BOA NOVA..., 09/01/1937, p. 5.
- ____. VISITA..., 19/07/1931, p. 1.
- ____. VOCÊ SABIA?... 16/10/1937, p. 1.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. Pp. 237-258.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2012.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, F. L.; SILVA, G. A.; AZORLI, Diego, F. R.; FREIRE, R. B. Memórias Escolares: uma reconstrução da História da E. E. Horácio Soares em Ourinhos/SP. In: **I Congresso Internacional sobre a Teoria Histórico-Cultural e 11ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília**, 2012.

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos: memórias de uma cidade paulista**. 2ª ed. rev. aum. Cornélio Procópio, PR: UENP, 2015.

ENGELS, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

PAES, R. LUZ E FORÇA, PESSIMA E CARA, ISSO É QUE SIM! In: **A Voz do Povo**, 10/05/1931a, p.1.

_____. LUZ E FORÇA, PESSIMA E CARA, ISSO É QUE SIM! In: **A Voz do Povo**, 17/05/1931b, p.1.

_____. LUZ E FORÇA, PESSIMA E CARA, ISSO É QUE SIM! In: **A Voz do Povo**, 31/05/1931c, p.1.

_____. LUZ E FORÇA, PESSIMA E CARA, ISSO É QUE SIM! In: **A Voz do Povo**, 14/06/1931d, p.1.

PEREIRA, I. **“As decaídas”**: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

ROMERO, F. S; MORAES, R. R. **Um espaço para lembranças de Ourinhos**. Ourinhos, SP, Prefeitura Municipal, 2004.

SELANI, Reinaldo Luiz. A Evolução da cana-de-açúcar no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço. Rio Claro: 2005. **Dissertação de Mestrado**.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 228.

SILVA, Norival Vieira da. **Ourinhos em crônicas**. Ourinhos, 2009.

XISTO. AS TAPÉRAS..., 23/01/1937, p. 5.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

INTEGRIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM HISTÓRICA NO ESTADO DO NORTE DO PARANÁ NO BRASIL

INTEGRITY OF THE HISTORIC LANDSCAPE CHARACTERISTICS IN THE NORTH OF PARANA STATE IN BRAZIL

Joseane Pivetta

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina

joseane.pivetta@gmail.com

Humberto Tetsuya Yamaki

Coordenador do Laboratório de Paisagem, Universidade Estadual de Londrina

yamaki@ymail.com

RESUMO

O artigo trata da paisagem histórica ao longo da antiga Companhia Ferroviária São Paulo Paraná (CFSP). É considerada paisagem histórica, uma área geográfica onde é reconhecível hoje, as intervenções que sofreu no passado, seja por uso ou atividade humana e, que possui significância e integridade. A ferrovia e a colonizadora obedeceram às diretrizes legais para implantação da ferrovia, parcelamento de terras e estruturação espacial. Foram determinantes, na configuração e conseqüente caracterização da paisagem da região Norte do Estado do Paraná (YAMAKI, 2017). Este estudo tem o propósito de identificar e avaliar as características reconhecíveis da paisagem histórica, resultantes do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). O trecho avaliado fica entre as estações das cidades de Arapongas e Apucarana - PR. A partir da ferrovia, implantada no espigão, divisa das bacias hidrográficas de Tibagi e Pirapó, é possível ampla visibilidade e reconhecimento das características da paisagem histórica. É utilizado como base, o método de avaliação de paisagem histórica do NPS (*National Park Service* – EUA). É desenvolvido em duas etapas, sendo que a primeira busca identificar as características da paisagem histórica através de estudo e análise do contexto histórico da região e mapas iniciais, e a segunda busca avaliar a integridade das características da paisagem histórica como significância, aspectos da integridade, condição, integridade e limites. A avaliação da integridade das características da paisagem histórica permite definir estratégias à sua preservação.

Palavras-chave: Paisagem histórica; ferrovia; integridade; Norte do Paraná.

ABSTRACT

The article deals with the historical landscape along the former Companhia Ferroviária São Paulo Paraná (CFSP). It is considered a historical landscape, a geographical area where it is recognizable today, the interventions that it has suffered in the past, whether by human use or activity, and that it has significance and integrity. The railroad and the colonizer obeyed the

legal guidelines for railroad implantation, land parceling and spatial structuring. They were determinants, in the configuration and consequent characterization of the landscape of the Northern region of the State of Paraná (YAMAKI, 2017). This study has the purpose of identifying and evaluating the recognizable characteristics of the historical landscape, resulting from the venture of Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). The evaluated section is between the stations of the cities of Arapongas and Apucarana - PR. From the railway, located on the spigot, border of the hydrographic basins of Tibagi and Pirapó, it is possible wide visibility and recognition of the characteristics of the historical landscape. The NPS (National Park Service - USA) historical landscape assessment method is used as the basis. It is developed in two stages, the first one to identify the characteristics of the historical landscape through study and analysis of the historical context of the region and initial maps, and the second seeks to evaluate the integrity of the characteristics of the historical landscape as significance, aspects of integrity, condition, integrity and limits. The evaluation of the integrity of the characteristics of the historical landscape allows to define strategies for its preservation.

Keywords: Historic landscape; railroad; integrity; North of Paraná.

INTRODUÇÃO

Paisagem histórica é definida por Clement (1999, p.1) como “uma área geográfica que sofreu modificações no passado por uso ou atividade humana em um padrão identificável, ou é um local relativamente inalterado de um evento significativo, ou é uma paisagem natural com importantes valores culturais”.

Pode ser considerada histórica aquela paisagem onde as modificações, eventos ou valores tenham mais de 50 anos, e que possua significância e integridade (Clement, 1999, p.1), ou que tenha desenvolvido significância nos últimos 50 anos. (Melnick, 1984, p.43)

O significado existe em uma paisagem onde seus componentes apresentam fortes ligações ou associações com importantes temas históricos, e onde a evidência ajuda na compreensão do passado (LENNON, 1996, p.7). Refere-se ao grau de importância ou valor que uma paisagem representa a uma determinada comunidade. (MCCLELLAND, 1999, p.13 e 21). A significância de uma área é atribuída por associações a eventos históricos, que influenciou o desenvolvimento de uma comunidade, região ou Estado. (CLEMENT, 1999, p.11 e 12). A integridade é como esse significado é transmitido ao longo do tempo e “exige que as várias características que moldaram a terra durante um período histórico estejam presentes hoje, como eram no passado”. (MCCLELLAND, 1999, p.21).

No Norte do Estado do Paraná, a ferrovia e a Companhia colonizadora – CTNP, obedeceram diretrizes legais para implantação da ferrovia, parcelamento de terras e

estruturação espacial, que foram determinantes na configuração e consequente caracterização da paisagem da região. (YAMAKI, 2017)

ESTRUTURA DO MÉTODO

O objetivo desta pesquisa é identificar e avaliar a integridade das características reconhecíveis da paisagem histórica, resultantes do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). O trecho avaliado está localizado entre as estações das cidades de Arapongas e Apucarana. É utilizado como base, o método de avaliação de paisagem histórica do NPS (*National Park Service* – EUA) registrado no “*Guidelines for Evaluating and Documenting Rural Historic Landscapes*” - NRB 30, por McClelland *et al* (1999).

Realiza-se em duas etapas, sendo que a primeira busca identificar as características da paisagem histórica através de estudo e análise do contexto histórico da região e mapas iniciais, e a segunda busca avaliar a integridade das características da paisagem histórica como significância, aspectos da integridade, condição e limites.

Identificação

O NPS (*National Park Service*), através do *National Register Bulletin* – NRB 30 (1999, p. 2) classifica a paisagem histórica em duas categorias que se diferenciam em tamanho: local e distrito. Segundo Clement (1999, p.6) paisagem local é pequena e contém poucos recursos. Já paisagem categorizada como distrito apresenta grande área e contém vários recursos. Uma paisagem local pode fazer parte de uma paisagem distrito.

Dentro dessas categorias podem ser encontradas as paisagens vernacular e projetada, sendo: a) vernáculas - desenvolvida ou evoluída através de função ou uso, moldadas por atividades humanas ou ocupação, e refletem as circunstâncias físicas e o caráter cultural da vida diária; b) projetada - conscientemente criada para refletir uma teoria do design ou estilo estético.

Através da análise do contexto histórico é possível identificar as características da paisagem históricas, que são “a evidência tangível das atividades e hábitos das pessoas que ocuparam, desenvolveram, usaram e moldaram a terra para atender às necessidades humanas. Podem refletir as crenças, atitudes, tradições e valores.” (MCCLELLAND *et al.*, 1999, p.3)

São descritas por McClelland *et al.* (1999, p. 4-6) como: Processos - usos e atividades da terra, padrões de organização espacial, resposta ao ambiente natural, tradições culturais. Componentes - Redes de circulação, Demarcações de limites, Vegetação relacionada ao uso da terra, edifícios, estruturas e objetos, *clusters*, sítios arqueológicos, elementos de pequena escala. É possível identificá-las através de análise comparativa entre mapas iniciais com mapas atuais, e verificação em campo.

Avaliação

Avaliar a integridade das características da paisagem histórica requer a realização de três procedimentos que devem ser observadas na área de pesquisa e relacionadas com o contexto histórico identificado na primeira etapa.

1)Significância

Critério

De acordo com McClelland *et al.* (1999, p. 20) “quando uma propriedade é avaliada dentro de seu contexto histórico, deve ser significativa para um ou mais dos quatro critérios de avaliação”. Esses critérios são descritos pelo NPS (*National Park Service* - EUA), através do *National Register Bulletin* – NRB 30 (1999, p. 13-19):

- A. que estão associados a eventos que deram uma contribuição significativa aos padrões gerais da história da propriedade; ou
- B. que estão associados com a vida das pessoas significativas no passado; ou
- C. que incorporam as características distintivas de um tipo, período ou método de construção; possuindo altos valores artísticos; ou representando uma entidade significativa e distinguível cujos componentes podem não ter distinção individual; ou
- D. que produziram, ou podem vir a produzir, informações importantes da pré-história ou história.

Período

“O período de significância é o período de tempo em que uma propriedade estava associada com importantes eventos, atividades, pessoas, grupos culturais e usos da terra ou atingiu importantes qualidades ou características físicas”. (McClelland *et al.*, 1999, p. 21)

2) Integridade

Aspectos

Uma paisagem transmite seus significados através da retenção de sete aspectos da integridade, denominados por Clement (1999, p. 12) como: “localização, *design*, configuração, materiais, mão-de-obra, *feeling* e associação”.

O *National Park Service* dos EUA, através do *National Register Bulletin - NRB 15* (1995, p. 44), declara que uma propriedade não precisa possuir integridade em todos os sete aspectos, mas “manter a integridade histórica... sempre possuirá vários, e geralmente a maioria, dos aspectos”.

Valoração condição e integridade

Implica em avaliar a condição e a integridade das características da paisagem histórica. “A decisão final sobre integridade baseia-se na condição da propriedade global e sua capacidade de transmitir significância”. (McClelland, 1999, P. 24). A avaliação de condição e integridade tem como base Cadw (2007, p.25).

Condição refere-se ao estado das características históricas na paisagem e é avaliada neste estudo, considerando a escala de valoração: 1 – Ruim: elementos que sobrevivem em más condições para a sua classe; 2 – Médio: elementos que sobrevivem em condição moderada ou média para sua classe; 3 - Bom: elementos sobreviventes em condições boas ou acima da média para sua classe.

A integridade é perdida quando os recursos importantes de uma paisagem são removidos ou alterados, ou quando as intrusões perturbam a paisagem. A integridade pode ser mantida apesar da intempérie ou da deterioração, desde que as características físicas essenciais permaneçam, embora a condição possa ser ruim. (CLEMENT, 1999, p. 14).

Integridade refere-se ao grau de permanências dos elementos / características e é avaliada neste estudo, considerando a escala de valoração: 1 – Baixo: elementos não facilmente visíveis e difíceis de entender; 2 - Médio: elementos que retêm parte de seu caráter original, visíveis,

mas não facilmente compreendidos; 3 - Alta: elementos retendo muito do seu caráter original, visível e facilmente compreendido.

3) Limites

Os limites devem abranger uma concentração ou continuidade das características históricas da paisagem que devem predominar e ocorrer em toda a paisagem. organização espacial, concentração de características históricas e evidência do período histórico de desenvolvimento distinguem uma paisagem histórica de seu entorno imediato. (CLEMENT, 1999. p. 11)

No que se refere a trilhas e estradas o NRB 30 declara que os limites geralmente abrangem o comprimento e a largura do caminho e uma margem de terra, por exemplo, de 40 pés, em ambos os lados. Os limites podem ser ampliados para acomodar locais de acampamento, passagens de montanhas, vãos através de riachos e locais marcados por sulcos de trilhos, arroios e perturbações de superfície associados à atividade histórica. (McClelland *et al*, 1999, p. 27). Pode-se incluir neste caso a ferrovia e outros que apresentam semelhanças.

APLICAÇÃO DO MÉTODO E RESULTADOS

Identificação

A área do estudo é uma das regiões mais altas do Norte do Paraná, com altitude média aproximada de 840 metros e formada por sequencia de vales recortados por ribeirões. A partir do eixo ferrovia – estrada mestre, implantada no espigão, divisa das bacias hidrográficas de Tibagi e Pirapó, é possível ampla visibilidade e reconhecimento das características da paisagem histórica.

Após implantação da ferrovia e posterior colonização, a região desenvolveu-se rapidamente em função das atividades rurais. Isso justifica que seja reconhecida na categoria de distrito, no grupo de paisagem vernacular e também projetada. Vernacular por apresentar seu desenvolvimento e significado em função da comunidade rural e, projetada devido a ferrovia, mesmo que não tenha tido a intenção de impor uma teoria do design ou artística e nem a de alterar a paisagem, foi importante na colonização e desenvolvimento da região. Resulta em paisagem projetada sobre vernacular.

Relatos sobre parcelamento do solo e organização espacial dizem que “A zona rural colonizada pela Companhia foi dividida em pequenos lotes, de área variável, marcados de tal maneira a incluírem a todos eles uma parte da baixada e uma de espigão. Contam ainda com água corrente e acesso por estrada de rodagem.” (SILVA, 1975, p. 114, *apud* YAMAKI, 2017, p. 59).

“A distribuição de patrimônios e cidades ao longo da ferrovia estava fortemente atrelada às seções de projeto, necessidade de paradas técnicas das locomotivas e a distribuição de núcleos coloniais segundo modelação preconizada Poe leis de colonização”. (YAMAKI, 2017, p. 61)

As características da paisagem histórica identificadas foram:

- a) Padrão de organização espacial: identificado no distanciamento das estações, dos núcleos urbanos e patrimônios;
- b) Parcelamento de terras: identificado no traçado dos lotes rurais;
- c) Rede de circulação (*Networks*): identificada na ferrovia, nas estradas de comunicação entre as propriedades rurais, ferrovia e rodovia;
- d) Edifícios, estruturas e objetos: identificada nas estações, depósitos, armazéns e outros elementos do conjunto ferroviário.
- e) Demarcações e limites: identificada nas delimitações das propriedades com cercas e/ou alinhamento de árvores e sedes envolvidas por pomares.

Avaliação

Significância

A paisagem apresenta significância pelos critérios “A” e “C”. Significativa em “A”, devido ao impacto que a ferrovia causou na organização espacial, ocupação, e na promoção do desenvolvimento agrícola e econômico da região. Significativa em “C”, devido às imposições legais para implantação da ferrovia, das técnicas / método de construção dos trilhos e de todas as edificações do conjunto ferroviário.

O período de significância é considerado entre 1942 à 1980. Identificado entre a implantação da ferrovia em 1942, a ocupação e uso das terras por imigrantes de diferentes nacionalidades e culturas, e a desativação do trem de passageiros na década de 1980. Mesmo não tendo mais de 50 anos desde o término desse período, esta paisagem reflete seu caráter histórico devido à continuidade de uso, atingindo assim sua significância. (MELNICK, 1984, p.43)

Valoração condição e integridade

A paisagem possui integridade nos aspectos:

- Localização – identificada na presença e influencia que as condicionantes naturais – relevo, água, clima e solo - exerceram na localização dos assentamentos, na organização espacial e, no uso e ocupação das terras.
- Configuração - identificada na sequência de vales recortados por ribeirões, como características de grande escala e, nas cercas que demarcam os limites das propriedades rurais como características de pequena escala.
- *Design* - identificado nas características de padrão de organização espacial, no traçado do parcelamento da terra, rede de circulação (estradas rurais, rodovia e ferrovia) e edifícios (estações, depósitos e armazéns).
- *Feeling* - identificada nos elementos de pequena escala, demarcação das propriedades através do alinhamento de árvores, nos pomares das propriedades, o uso de algumas áreas de plantio de café e atividades contínuas do uso da terra para agricultura.
- Associação – identificada no uso e a ocupação contínuos da prática agrícola.

Avaliação da condição e integridade das características da paisagem histórica identificadas

- **Edifícios, estruturas e objetos**

No conjunto ferroviário de Apucarana, a estação mantém as características arquitetônicas originais do prédio (Figuras 1 e 2), assim como a estrutura do pátio com a presença de armazéns, caixa d'água, girador e trilhos que permanecem em condição considerada 3 - bom e exercendo sua função original de uso. A integridade é avaliada como 3 - alta, pois retém muito do seu caráter original, sendo visível e facilmente compreendida.



Figura 1: Estação ferroviária de Apucarana

Fonte: Acervo de José Amilton Michelli (2018). Em 1941 / 2016 - Os autores (2016).

O patrimônio de Aricanduva, antes chamado de Itambé, retém suas características originais tangíveis no traçado, na Igreja e praça que compunham o conjunto religioso, na estrutura do pátio ferroviário com trilhos, estação, alinhamento das árvores frutíferas tipo mangueiras (Figuras 3) e nas características do parcelamento das terras (Figuras 4). O conjunto ferroviário apresenta condição avaliação como 1 – ruim, pois os elementos apresentam más condições de preservação, e 3 – alta integridade, pois retém muito do seu caráter original e é facilmente compreendido.



Figura 3: Pátio ferroviário de Aricanduva

Fonte: Os autores (2016).

A estação de Arapongas foi inaugurada em 1941. É possível identificar as características históricas na estação, nos armazéns e outros barracões que serviam de apoio à ferrovia (Figura 5). A condição foi avaliada como 2 – média, devido ao descaso evidente principalmente na estação. A integridade foi avaliada como 3 – alta, considerando que retém muito do seu caráter original evidenciado nos elementos, visível e facilmente compreendido.



Figura 5: Estação e barracão da ferrovia em Arapongas.
Fonte: Os autores (2018).

- **Rede de circulação**

A ferrovia está ativa e apresenta condição avaliada como 3 – bom e integridade 3 – alta, nos seus componentes em todo o percurso, na estrutura de trilhos, dormentes, valas e faixa de domínio de 15 metros de cada lado do eixo. A ferrovia mantém integridade no traçado, no alinhamento e na configuração do leito.

A estrada-mestre (rodovia), conhecida na região como estrada velha Arapongas – Apucarana, mantém as características originais de traçado até Aricanduva. A partir daí, cruza a ferrovia e segue duplicada até Apucarana.

Na área de pesquisa, é possível verificar que o eixo ferrovia e estrada-mestre seguem paralelas ao espigão, divisa entre bacias hidrográficas de Pirapó e Tibagi, conforme previsto nas diretrizes legais para implantação da ferrovia. “Ferrovia e estrada de automóveis seguem se entrelaçando em direção a oeste. Evidencia da pré existência de picadas que serviram como diretriz ao traçado”. (YAMAKI, 2017, p. 59). É possível interpretar a partir das pesquisas de

Yamaki (2017, p. 59 - 61) que a localização da ferrovia e da estrada de autos era definida a partir do relevo e também que a estrada de autos era apropriação de picadas e estradas antigas.

As estradas rurais, projetadas para ligar as propriedades à ferrovia, são visíveis e facilmente identificadas, mantendo mesma localização do projeto pela CTNP (Figura 6).

Mesmo que parte da estrada-mestre e algumas das principais estradas de acesso ao interior das propriedades rurais tenham sofrido alterações, ou de revestimento ou por duplicação, foram avaliadas como condição 3 – bom, e integridade como 3 – alta, pois apresentam muito do seu caráter original, que são visíveis e facilmente compreendidos.

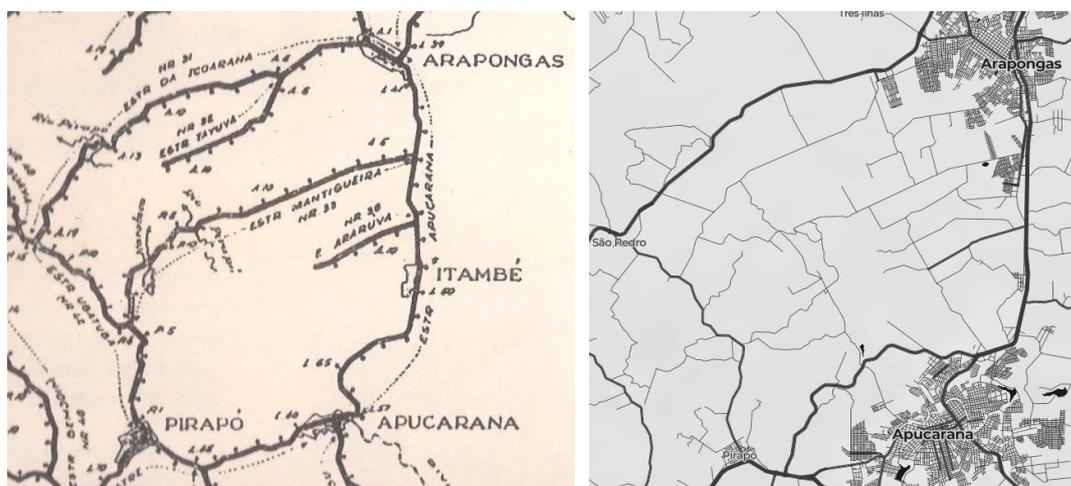


Figura 6: Mapa de estradas 1933 e mapa de estradas atual da área.
Fonte: Yamaki, 2003, p. 63 (esq.); Mapbox, 2018 (dir.).

- **Padrões de organização espacial**

O relevo, o espigão, a divisa das bacias, são elementos definidores do traçado e organização do território (Figura 7). O parcelamento do solo e organização espacial seguem indicações das leis de colonização, onde os lotes deveriam ser divididos de forma a obter água e estrada, e resultaram em forma de trapézio (Yamaki, 2017). Ao comparar um mapa parcelamento de 1930 com mapa recente e, visualização local (Figura 8), é possível observar que mesmo que alguns lotes foram agrupados, há integridade nessas características. São identificadas no distanciamento entre as estações ao longo da ferrovia, dos núcleos urbanos e patrimônio e, parcelamento identificado no traçado dos lotes rurais. Assim, foram avaliados em condição considerada 3 – bom, e integridade 3 – alta, pois estas características retêm seu caráter original, são visíveis e facilmente compreendidas.

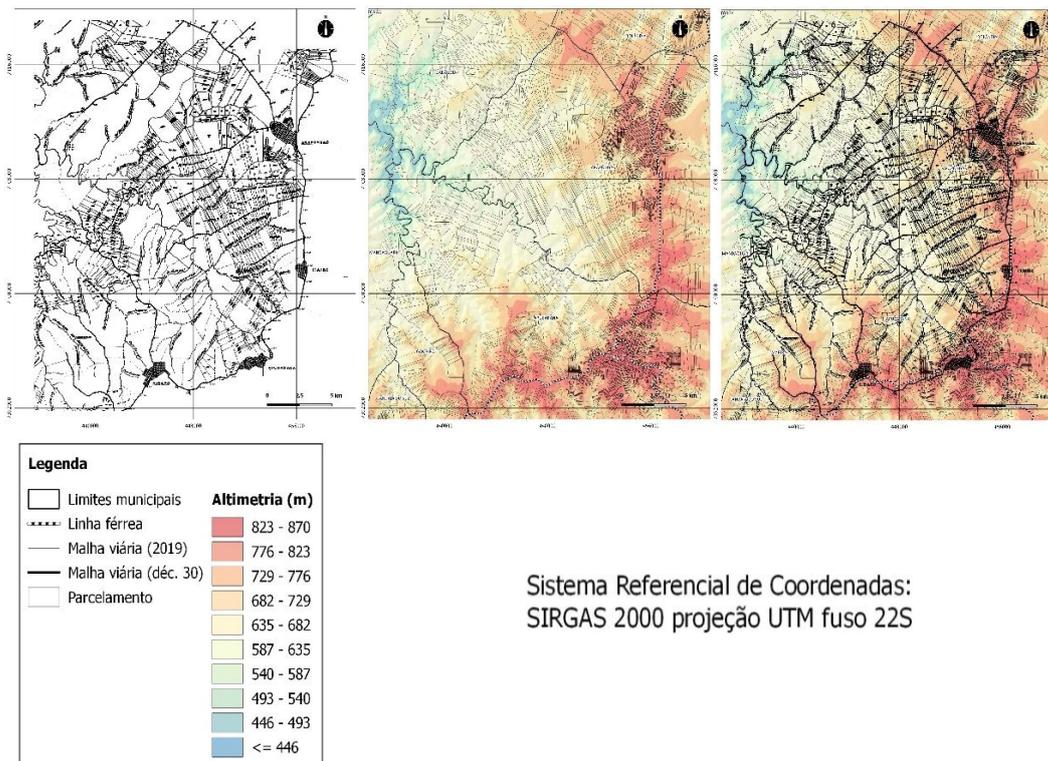


Figura 7: Sobreposição do parcelamento dos lotes subdivididos pela Companhia de Terras Norte do Paraná (Déc. 30 e 2019).

Fonte: IBGE (2015); MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por satélite, 2005.

Organização: PIVETTA, J. (2019); Elaboração: GONÇALVES, J.; SANTOS, W. (2019)

Orientador: YAMAKI, H. (2019).



Figura 8: Traçado dos lotes sobre sequencia de vales

Fonte: Yamaki, 2018.

- **Demarcações de limites**

É possível observar na área, a presença de alinhamento de árvores que acompanham linearmente cercas que delimitam propriedades e estradas. Também é visível a concentração de árvores frutíferas ou ornamentais que cercam as sedes das propriedades rurais.

- **Continuidade de uso da terra**

A agricultura continua sendo a atividade dominante da área que, mesmo tendo passado por mudanças de uma cultura perene para sazonal, e inserção de tecnologia, é visível e reflete a vocação da terra para esta prática que não foi perdida com o passar dos anos.

Limite

Ao longo de todo o trecho da ferrovia, é possível observar a concentração das características da paisagem histórica, e continuidade de usos. A avaliação da integridade em áreas ferroviárias não se limita somente aos elementos do que são relacionados à ferrovia, mas também pela concentração das características da paisagem histórica, e continuidade de usos. Esse conjunto é responsável por determinar vistas agradáveis que caracterizam uma paisagem cênica histórica. Sendo assim, a área do estudo é delimitada pelos elementos espigão e ferrovia que cercam todas as características identificadas e avaliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização da ferrovia na linha do espigão possibilitou identificar as características da paisagem históricas da região. É visível a imposição das diretrizes legais para implantação da ferrovia e colonização sobre a paisagem.

O método trabalhado em duas etapas permitiu identificar e avaliar as características da paisagem histórica sob atribuição de valor para condição e integridade. Foi possível observar que mesmo com o descaso, alteradas ou em uso, as características identificadas apresentam em sua maioria, boas condições e alta integridade.

Estudos dessa abordagem podem contribuir com o reconhecimento das paisagens históricas através da identificação das permanências das suas características e direcionar estratégias de proteção mais específicas de acordo com a condição identificada para cada característica ou mais abrangente para cada aspecto reconhecido.

REFERÊNCIAS

CADW. **Guide to good practice on using the register of landscapes of historic interest in wales in the planning and development process.** Cardiff. 2007.

CLEMENT, D. **General Guidelines for Identifying and Evaluating Historic Landscapes.** Sacramento, California - EUA. California Department of Transportation Sacramento (CALTRANS). 1999. Disponível em: (<http://www.dot.ca.gov/hq/env/cultural/landscape/languide.pdf>) data de acesso: Maio de 2016.

LENNON, J.; MATHEWS, S. **Cultural landscape management: guidelines for identifying, assessing and managing cultural landscapes in the Australian Alps national parks.** Australian Alps National Parks Cooperative Management Program. Canberra, 1996. Disponível em:

(<http://www.australialps.environment.gov.au/publications/research-reports/pubs/cultural-landscape-management-guidelines.pdf>) data de acesso: 12 de Julho 2018.

_____. 1991b. How to apply the National Register Criteria for evaluation, rev. ed. National Register Bulletin 15A. Washington, D.C.: National Park Service, Interagency Resources Division.

MCCLELLAND, L. *et al.* **Guidelines for Evaluating and Documenting Rural Historic Landscapes.** Washington, National Park Service, 1999. Disponível em (<https://www.nps.gov/nr/publications/bulletins/nrb30/>) data de acesso: 15 de Junho de 2018.

YAMAKI, H. **Iconografia londrinense.** Edições Humanidades. Londrina, 2003.

YAMAKI, H. **Terras do norte: paisagem e morfologia.** UEL. Londrina, 2017.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

REPRESENTAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ: JACAREZINHO/PR ENTRE O PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO

REPRESENTATION OF SMALL CITIES OF THE NORTH PIONEER OF PARANÁ: JACAREZINHO / PR BETWEEN HERITAGE AND IMAGINARY

Juliana Carolina da Silva
UFRGS

juliana.carolina@ufrgs.br

Luciana Brito

UENP

lbrito@uenp.edu.br

Camila Pereira de Souza

UENP

camilapersouza@hotmail.com

RESUMO

Este texto aborda alguns trabalhos contemporâneos em artes visuais do âmbito da mesorregião Norte Pioneiro do Paraná (obras de Caldeira e Nascimento) que apresentam diferentes relações e disposições de dois símbolos dessa região: fertilidade da terra e religiosidade católica. Ao retomar, como estudo de caso, as construções da cidade de Jacarezinho/PR, por meio de símbolos e suas relações com instituições e políticas públicas, dimensionamos que esses símbolos se ligam a uma camada mais profunda, aludindo a uma cultura política local e a políticas de modernização empreendidas pelo estado do Paraná entre o período de 1930 a 1960. Então, dentro do diálogo entre a história do imaginário com a história da arte local, pretende-se observar a cidade e a memória nas reformulações das representações impostas nas obras de arte analisadas, tomando como eixos de interpretação o conceito de memória coletiva, cultura política e identidade.

Palavras-chave: Imaginário; Instituições; Arte.

ABSTRACT

This text deals with some contemporary works in visual arts from the Northern Pioneer mesoregion of Paraná (works by Caldeira and Nascimento) that present different relations and dispositions of two symbols of this region: earth fertility and Catholic religiosity. By retaking, as a case study, the constructions of the city of Jacarezinho/PR, through symbols and their relations with institutions and public policies, we dimension that these symbols are linked to a deeper layer, alluding to a local political culture and the modernization policies undertaken by

the state of Paraná between 1930 and 1960. Then, within the dialogue between the history of the imaginary and the history of local art, we intend to observe the city and memory in the reformulations of the representations imposed in the works of art analyzed, taking as axes of interpretation the concept of collective memory, political culture and identity.

Keywords: Imaginary; Institutions; Art.

INTRODUÇÃO

Os símbolos são objetos imaginários ou concretos que moram na fronteira do mundo real e do espaço invisível, atuando no imaginário e formando construções. Neste estudo, buscamos observar a origem de alguns símbolos e suas reverberações no imaginário local, sobre a cidade de Jacarezinho/PR. A atuação das simbologias define a identidade, diz quem a cidade é e mostra os poderes que exercem influência sobre o meio urbano e rural. E, assim, faz da cidade um local habitado por elementos que diferenciam, definem e estabelecem o processo de identificação dos indivíduos com seu próprio espaço de vivência e interesse, bem como as instituições e histórias. Nesse sentido, no espaço urbano existem locais que são portadores de memórias e ajudam a definir as cidades, os “lugares de memória seriam aqueles elementos destinados a fazer uma ligação entre o passado e o presente dos indivíduos, congelando o tempo” (NORA, 1993, p. 13). Para Possamai (2002, p.336),

[...] investigar os lugares de memória pode fornecer pistas interessantes aos estudos históricos. Os processos de criação, difusão e perpetuação dos lugares, que podem estar situados no âmbito simbólico e do imaginário de uma dada sociedade, podem apontar “sintomas” sociais de camadas mais profundas.

A posição da autora vai ao encontro da investigação do patrimônio histórico arquitetônico de Jacarezinho/PR, que revelou a construção de um imaginário da cidade por parte de determinados segmentos, fruto de uma “cultura política” própria das elites econômicas e dos imaginários de seus status e história.

O Estudo do imaginário é visto hoje por pesquisadores da nova história cultural como um dos campos mais instigantes de pesquisa para a história. Esse tema estuda as imagens visuais, verbais e mentais produzidas pelas sociedades. Entretanto, o Imaginário foi um termo desprezado por historiadores do século XVIII até meados do século XX e tudo que se referia à imaginação era visto como ficção para os teóricos desses períodos.

Durante o século XX, sobretudo a partir da década de 1940, os novos estudos baseados na revisão de métodos, fontes e questionamentos, renovou as metodologias e os aportes

teóricos, alteraram a forma de entender as relações de dominação nas sociedades. No Brasil, a partir da década de 1980, estas transformações ocorreram principalmente devido à “renovação” da história política e articulação desta com a história cultural, a expansão dos programas de pós-graduação de várias instituições universitárias e pelo próprio contexto, de “abertura política” e lutas democráticas, que favoreceram que os pesquisadores olhassem para os movimentos sociais urbanos e rurais a partir de abordagens que ressaltassem as variáveis políticas e culturas e repensassem as categorias de dominantes e dominados, deixando de lado dualidades simplistas.

Nesse cenário, o texto *Imaginação Social* (1985), foi escrito a partir da discussão oriunda da crise dos paradigmas no final dos anos de 1960 e ajudaria a dar vazão aos aportes teóricos necessários para o imaginário ser um dos eixos temáticos valorizados pela nova história cultural. O teórico Bronislaw Baczko, pensando sobre o imaginário, propõe que toda sociedade, independente das variações econômicas ou culturais, possui um imaginário coletivo ou social. E essa proposta parte do princípio de que a organização social se dá com a criação e a manutenção de bens simbólicos, sendo que estes são elementos representativos das aspirações e das necessidades coletivas, através dos quais se legitima a ordem social.

A partir da renovação dos aportes metodológicos durante o século XX, Ângela de Castro Gomes (2005) mostra que a aceitação do conceito de cultura política insere-se na ótica de que os sujeitos são portadores de ideias, capazes de terem cultura e visões políticas próprias, a partir das quais atuam no mundo. É interessante explicarmos que a cultura política, tomando emprestada a ótica de Rodrigo Patto Sá Motta, “seria um conjunto de representações, valores e padrões de comportamento político comuns a determinado grupo, sem que isso signifique qualquer forma de atavismo” (2016, p. 14).

A ideia de cultura política tem sido proficuamente utilizada para pensarmos a história política nacional e as discussões sobre as metodologias, limites e desafios da utilização é um tema ainda em debate. As primeiras utilizações do termo cultura política remontam a Almond e Verba (2001), na década de 1960, tendo sido posteriormente definida, principalmente, pelos estudos de Serge Berstein (1998) e Sirinelli (1999). No Brasil, destacamos o estudo da pesquisadora Ângela de Castro Gomes, *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões* (2005), que contribui para a nossa percepção de que a cultura política é heterogênea, havendo multiplicidade de ideias e transformações que gravitam sobre um núcleo duro de princípios fundadores. As transformações e permanências podem ser percebidas através da observação de tradições e de mitos políticos. Entretanto, como a autora argumenta, os mitos não têm o mesmo grau e amplitude que as tradições, mas ambos estão

presentes na cultura política e esta é um conceito muito produtivo para estudá-los, tal como para estudar as ideologias políticas.

A partir dessas perspectivas, a análise do imaginário é feita por meio da observação dos símbolos responsáveis pelo reconhecimento das identidades, representações, pela distribuição de papéis e posições sociais e outros aspectos, como as crenças comuns (BACZKO, 1985). Neste sentido, convém mencionarmos que, por ser o local de fundação das primeiras cidades do norte do Paraná, a mesorregião da qual Jacarezinho faz parte denomina-se Norte Pioneiro¹⁸⁵ do Paraná e seu repovoamento¹⁸⁶ ocorreu devido aos interesses latifundiários que buscavam a implantação de fazendas de café. Esse foi o ponto de principal diferença com as demais regiões povoadas posteriormente no Norte do Paraná, que foram (re)ocupadas por migrantes e imigrantes, através das ações de empresas como a Companhia de Terras Norte do Paraná/Cia de Terras Melhoramentos (TANNO, 2015).

OBJETIVO

Para observarmos essa mesorregião, veremos especificamente as criações simbólicas da fertilidade da terra e da religiosidade católica, nos atentando para as construções de edifícios concretos no espaço urbano e de políticas públicas. Estas articularam visivelmente a igreja católica, a elite cafeeira e o poder público, que ora se apropriaram, ora criam novos símbolos para a manutenção de seu poder e influência social. Ademais, a influência simbólica se mantém no cotidiano das pessoas, em práticas culturais e na memória coletiva, que exerce o poder da identificação. Consequentemente, os símbolos auxiliam na construção de territorialidades, tornando-se a memória coletiva e o inconsciente coletivo, campos de disputas por serem também locais de forças políticas que esbarram e permeiam a vida das pessoas, tendo sido construídos ao longo das gerações, formando a base para o patrimônio urbano.

¹⁸⁵ Cabe explicarmos que Norte Pioneiro foi o termo escolhido por se tratar da mesorregião assim denominada pela Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), quando menciona o território localizado “em porções do Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses e abrange uma área de 1.572.706,1 hectares, que corresponde a cerca de 7,9% do território estadual. A região faz fronteira ao norte e a leste com o Estado de São Paulo, a oeste com a mesorregião Norte Central e, ao sul, com a mesorregião Centro-Oriental. É constituída por 46 municípios, dos quais se destacam Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização” (IPARDES, 2004, p. 05).

¹⁸⁶ (Re)ocupação foi o termo escolhido para ser utilizado por não excluir que as terras já estavam ocupadas anteriormente, por indígenas, caboclos e outras pessoas presentes no Norte do Paraná. A entrada de novos grupos neste local desencadeou conflitos e lutas pela posse de terras e da memória. Uma indicação sobre o tema é CARSTEN, Aluizio Alfredo. *Ocupação Humana na Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

Então, acreditamos ser possível trabalharmos neste artigo com duas leituras sobre a cidade e esse se faz o objetivo do presente estudo. Na primeira leitura, tentaremos observar a fundação dos símbolos da fertilidade da terra e da religiosidade católica na história da cidade, durante o primeiro meado do século XX. Na segunda leitura, buscaremos observar essa construção simbólica representada em obras de arte, tentando entender suas permanências, mutações e ressignificações através de produções do patrimônio artístico local.

METODOLOGIA

Sobre os métodos de estudo, visando tais objetivos, observamos fotografias das décadas de 1950 a 1960, que documentam o ambiente urbano da cidade de Jacarezinho, pertencentes ao acervo do senhor Celso Rossi¹⁸⁷. Dentre as imagens vistas, capturamos três, dentre as quais separamos uma para cada década observada, a fim de avaliarmos se existem conexões simbólicas tecidas na composição material da urbe.

Além do acervo fotográfico, consultamos o jornal *Tribuna do Norte*, do ano dos 1960 a 1964 e de 1990 a 1992, pertencente também ao acervo Celso Rossi, e a revista *O Norte Paraná Ilustrado*, do acervo da Biblioteca Prof.º Sílvio Tavares, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, que compõe, sem data exata, a década de 1930. A consulta aos acervos de periódicos foi impulsionada tendo em vista que

[...] a imprensa contribui para a imagem de uma cidade massiva, cujas particularidades se concentram no centro histórico ou em outras regiões centrais. Às vezes, os jornais publicam informações sobre lugares pouco conhecidos, mas com maior frequência, principalmente em fotografias, mostram cenários facilmente identificáveis, que tendem a reproduzir saberes convencionais. (CANCLINI, 2002, p. 44).

Tentamos encontrar imagens que trouxessem como figura a cidade, sendo fotografias que retratavam o crescimento urbano. Após, refizemos parte da história de Jacarezinho por meio dos relatos orais que integram os livros do senhor Tomaz Aimone, referenciados na

¹⁸⁷ Celso Rossi é um advogado, nascido em Jacarezinho e foi atuante nessa cidade de diversas formas, dentre elas: fez parte do grupo que auxiliou na fundação da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, em 1967 e foi professor desta instituição entre os anos de 1969 e 2003; foi professor da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, de 1978 a 1988; auxiliou na fundação e foi presidente da Subseção da OAB/Jacarezinho, dos anos de 1976 a 1992; foi membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Paraná, de 1995 e 1996; vice-presidente da OAB/Paraná, de 1994 a 2006. Das atividades ligadas à imprensa local, foi colaborador do jornal Jacarezinho, de 1953 a 1954 e proprietário dos jornais *Tribuna* e *Tribuna do Norte*, no qual redigia, entre outras composições, os editoriais. Dessas atuações, Celso Rossi conseguiu reunir um acervo de documentos, periódicos e fotografias, cuja permissão de acesso nos auxiliou na composição do presente estudo.

bibliografia deste estudo e pertencentes ao acervo da Biblioteca Prof.º Sílvio Tavares, e também através de revisão bibliográfica sobre o tema da história local.

Já sobre as obras de arte selecionadas para esta pesquisa, passaram pelo processo de análise e comparação obedecendo aos seguintes critérios: 1. são obras que retratam a cidade de Jacarezinho; 2. representam o espaço urbano ou as mudanças desta; 3. abordam aspectos sociais e culturais; 4. demonstram o meio social da população da década de 1980 a 2000. Atentando para as dificuldades de interpretação das obras devido às subjetividades que as permeiam, decantamos o mundo que as liga ao simbolismo da cidade.

DESENVOLVIMENTO

No final do século XIX, a formação da identidade paranaense estava se constituindo como demarcação de fronteiras entre as Províncias, visto que a povoação de Nova Alcântara (atual cidade de Jacarezinho) se deu por volta de 1880. Neste início, a constituição de Jacarezinho e a fundação de seu primeiro símbolo se articularam com esta intencionalidade do governo, pensando a demanda econômica do comércio e da produção agrícola. Na articulação dessas instituições, a fertilidade da terra aparece documentada como simbologia no relato de Astolfo Severo Batista, da primeira metade do século XX: “Com a instalação do Termo, Jacarezinho tomou impulso: a sua importância começou a crescer dia a dia com a chegada de novas e numerosas caravanas de mineiros e paulistas encantados por suas terras que ‘Deus fez e perdeu a receita’, como diziam vulgarmente” (ROSSI, 1960, p. 6).

A motivação das caravanas de migrantes seria devido à fertilidade da terra, e tornar essa qualidade um símbolo era importante para o desenvolvimento da cidade e da mesorregião, visto que era uma época em que o comércio urbano dependia fortemente da produção rural. Entretanto, embora a importância do cultivo de café, a sua simbologia foi ampliada pelas narrativas, memórias e imaginários. Conforme mostra Nelson Tomazi, no tocante à cafeicultura paranaense, “até este momento não era tão expressiva quanto parecia, se tomarmos, como referência, a totalidade de pés de café em diversos estados brasileiros” (TOMAZI, 1997, p. 199). Tratando deste ponto, Tomazi traz a seguinte tabela:

QUADRO III
PÉS DE CAFÉ EM DIVERSOS ESTADOS

Estados	1921	1930
São Paulo	843.592.000	1.188.058.000
Minas Gerais	511.252.100	650.691.700
Espírito Santo	122.500.000	271.400.000
Rio de Janeiro	160.239.000	213.818.000
Bahia	49.799.000	94.440.200
Pernambuco	27.886.000	82.073.000
Paraná	15.138.000	30.229.000

Fonte: TAUNAY, Pequena História do Café no Brasil, p. 534.

Figura 1 – Quadro III. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 199.

A partir de pesquisas realizadas no Departamento de Arquivos Permanentes do Arquivo Público do Paraná, notamos que após 1930 este quadro passa a melhorar, mostrando um crescimento das plantações, conforme notamos ao comparar os dados da tabela com os do *Relatório do levantamento estatístico dos cafeeiros existentes no Estado do Paraná de acordo com a portaria n.º 341 de 29-8-1935*, escrito por Antonio Pietruza, os quais apontavam que em 1935 existiam no Paraná 39.417.976 cafeeiros (pés de café). O relatório ainda traz que Jacarezinho possui 333 proprietários rurais e Cambará 260, o que passa a ser 381 e 337, se seguirmos o *Levantamento cafeeiro D.N.C.*, de 1942.

O documento de Pietruza aponta que o número alcançado em 1935 fora “jamais alcançado por outro qualquer Estado Cafeeiro da União, para nós, para a nossa “Terra da Promissão” é relativamente baixo” (PARANÁ, 1935, p. 02), o que mostra, talvez, a falta de controle destes dados no período anterior, por parte do Estado. E, possivelmente, passou a ocorrer o interesse nesses registros em 1930, em decorrência do Decreto nº 19688, de 11 de fevereiro de 1931, que determinou a compra e incineração do produto retido; a proibição do plantio por cinco anos; além da cobrança de um imposto em espécie de 20% por cada safra. Mas os Estados que não ultrapassassem 50 milhões de cafeeiros ficariam isentos de pagar o imposto e, por isso, era importante o conhecimento da produção.

Além disso, a supervalorização de Pietruza sobre a “terra da promessa” reitera uma crença no próprio poder econômico da elite cafeeira, por parte do autor e das pessoas a quem consultou no Norte do Estado, para a confecção do *Relatório*. Este também traz diferentes descrições sobre a região, como “maravilhoso”, de “fantástica exuberância”, com “terras declaradas e reconhecidas as melhores do mundo”, e “o Norte do Paraná, é a nata do Estado, é a sua região mais productiva, é o celeiro do Paraná”, expressões que descrevem utopias e desejos de uma elite.

Nesse sentido, a favor dessa elite e do desenvolvimento do Paraná por meio da agricultura cafeeira, o documento dialogava com as decisões do Departamento Nacional de Café, sendo escrito e enviado ao Secretário de Fazenda e Obras Públicas. Imaginando que o plantio de cafeeiros no Paraná logo ultrapassaria os 50 milhões, Pietruza, em 1935, já advogava contra o Decreto nº 19688. Salientava que, “será um crime inqualificável dada a presente orientação do Departamento Nacional de Café, limitar o plantio de novos cafeeiros” (PARANÁ, 1935, p. 03).

Ainda na construção das ideias impressas no *Relatório*, este trata a perspectiva a partir da visão da importância da exportação do café. Quando defende os argumentos, utiliza sempre a terceira pessoa do plural, marcando uma ideia de classe ou grupo. Esta classe, cafeeira, estaria preocupada com a agroexportação do produto e defende taxas menores sobre a produção e exportação e a não limitação das produções, para que pudesse continuar com condições de competir no mercado mundial. Isso porque, a posição do Brasil no mercado externo, para assegurar compradores aos produtos, dependeria dos preços e da qualidade das exportações. O Norte do Paraná seria um espaço privilegiado para assegurar essa posição do Brasil, uma vez que possui “os melhores tipos pelos menores preços”, logo, esta região teria importância econômica e política que deveria ser preservada e incentivada pelo Estado.

Entretanto, “a população [da região Norte], na sua grande maioria, é composta de Paulistas e Mineiros”, o que causava riscos de “futuramente, um novo contestado, sob a natural alegação de que a população é toda paulista” (PARANÁ, 1935, p. 05). Portanto, “outro assumpto, que não deve ser olhado com indiferença, é o de Paranisarmos o Norte”. (PARANÁ, 1935, p. 05). Para isso, Pietruza aconselha a construção de vias de comunicação do Norte com Curitiba, através de “escolas públicas, por toda a parte, onde a juventude ouça fallar no Paraná, aprenda cousas do Paraná, fique sabendo enfim, que por seu nascimento, são genuínos Paranaenses” (PARANÁ, 1935, p. 05).

Nesse período e relacionado a estas elites, estava em cena o interventor Manoel Ribas, que colocava em prática movimentos políticos em consonância com as necessidades econômicas e os interesses da classe burguesa tradicional e aquelas em ascensão no Paraná dos anos de 1930. As políticas públicas colocadas em prática eram sinais de que o Paraná partilhava das ações de mudança político-institucional que conduzia o Estado burguês para uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, mas sem excluir as elites políticas tradicionais.

Assim, Manoel Ribas seguia as orientações do palácio do Catete e sem esquecer os conflitos do período, a política marcante do Estado Novo de Vargas e de seus interventores

estatais também foi caracterizada pela perseguição aos opositoristas do governo. Podemos ver que, nas alianças com a elite agroexportadora e os interesses de desenvolvimentismo, algumas reivindicações do *Relatório* de Pietruza foram atendidas, como a construção de Escolas Normais e Complementares na região, no final da década de 1930 em diante, e o incentivo à imigração, “[...] que abriu a perspectiva para a política do Paraná tradicional conviver e integrar as novas populações migrantes dentro da identidade e da política do Paraná” (OLIVEIRA, 2004 p. 28). Então, da década de 1930 a 1965, afloraram as medidas que buscavam uma cidade que fosse uma edificação “de nível intelectual elevado, de uma vida de trabalho febricitante, de uma sociedade aristocrática, atributos que dão foros de uma das maiores urbs do Norte do Estado” (JACAREZINHO, 1953 p. 12), fazendo com que se remodelasse a composição urbana visível e invisível.

No editorial do dia 01 de abril de 1991, vemos a comemoração dos 91 anos da cidade de Jacarezinho. O testemunho presente no editorial dedicado à comemoração dessa data, no jornal *Tribuna do Norte*, escrito por Celso Rossi, que conjuga os mitos do vazio demográfico, os “desbravadores” advindos de Minas Gerais e São Paulo, com o intuito de amansar a terra bravia, mas que precisavam de boa estrutura e “que se firmasse uma base cultural para seus filhos”, pois “a geração que viria depois deles não podia ser inculta, sob pena de seu trabalho ter sido em vão”. Jacarezinho, nesse cenário embaralhado pela memória do autor, teria sido como um ponto de refúgio, uma vez que “os desbravadores que vinham com suas famílias para o sertão bravio do norte do estado, não podiam levar seus filhos para regiões que não possuíam a menor segurança, sem médicos, sem água e luz e também sem escolas” (ROSSI, 1991, p. 01) e nessa cidade, Jacarezinho, encontraram “seus magníficos internatos – o Cristo Rei e o Imaculada Conceição”. Esta base, “acolheu os filhos daqueles desbravadores que lutaram de sol a sol e puderam então, certos de que seus filhos estavam bem protegidos, puderam então com tranquilidade colonizar este imenso norte do Paraná” (ROSSI, 1991, p. 01).

Ambos os internatos citados no editorial são de ensino católico. A Igreja católica atuava no ensino através de colégios e internatos, como o Colégio Imaculada Conceição, o Colégio Cristo Rei e com a formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, na qual Dom Geraldo de Proença Sigaud¹⁸⁸ foi diretor. Neste

¹⁸⁸ Dom Sigaud nasceu em Belo Horizonte, em 1909, cursou filosofia na congregação do Verbo Divino, na capital mineira e com o término do curso, foi enviado a Roma, onde doutorou-se em Teologia pela Universidade Gregoriana, em 1932. Mais tarde, atuou como professor universitário e foi consagrado bispo de Jacarezinho em 1947, cuja diocese era uma das maiores do Brasil, com mais dois milhões de habitantes (FAFIJA, 1980 *apud* SILVA JUNIOR, 2007, p. 08). Sigaud permanece como bispo de Jacarezinho até o ano de 1960, quando foi

momento, convém mencionarmos que a Igreja e a elite local se relacionavam, negociavam e se apoiavam no campo econômico, cultural e político.

Neste sentido, havia um entrelaçamento da atuação da Igreja Católica junto à educação das famílias tradicionais locais. Entretanto, nestas relações estabelecidas entre a Igreja, o Poder Público e a elite local também havia momentos conflitivos, vistos que as três instituições nem sempre partilhavam dos mesmos interesses. Mas nos conflitos, tomando emprestando o conceito de “jogos de acomodação”, de Rodrigo Patto Sá Motta (2016), transbordava, principalmente, o personalismo, que levava à conciliação, como nas discussões que envolveram a posse do quarteirão do Grupo Escolar Custódio Raposo, em julho de 1923¹⁸⁹.

A EDIFICAÇÃO DA RELIGIOSIDADE CATÓLICA COMO SÍMBOLO

A Igreja Católica, recriando com a construção de prédios e artefatos na cidade símbolos que aludiam à sua identidade, fez com que o espaço visível de Jacarezinho fosse cada vez mais confundido com os espaços de fé católica. Esta influência concreta foi auxiliada pela ação educacional, visto que, conforme mencionado, a Igreja possuía dois colégios na década de 1950 em Jacarezinho, o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Cristo Rei, ambos de grande porte. Demarcando a cultura de uma instituição claramente no cenário cultural da cidade: “Durante o ano realizam-se importantes festejos, quase todos acompanhados de procissões, cumprindo destacar as seguintes festas: da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro; de São Sebastião, em 20 de janeiro; de São Benedito no mês de maio, além das grandes procissões da Semana Santa” (ESTATÍSTICA, 1959, p. 271).

Além disso, como citado, para a edificação da religião católica como símbolo, um dos elementos que contribuíram foi à fundação da Sede Apostólica na cidade, cujo primeiro bispo, D. Fernando Taddey, ordenou a construção da “Capela do Colégio Imaculada Conceição em 1938 e em nove de janeiro de 1940 foi sepultado na referida Capela [...]” (AIMONE, 1992, p. 86-87). Com o falecimento de D. Taddey, o cargo é assumido por D. Ernesto de Paula,

consagrado Arcebispo de Diamantina/MG. Dom Geraldo de Proença Sigaud foi considerado como ultraconservador e inclusive, foi co-fundador nacional, ao lado de Plínio Correa de Oliveira, da TFP — Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade — que era “[...] uma organização civil anticomunista que tinha como objetivo primordial combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de Santo Tomás de Aquino e das Encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente, a tradição, a família e a propriedade”, (BELOCH; ABREU apud SILVA JUNIOR, 2006, p. 50).

¹⁸⁹ Sobre o assunto, conferir *Reorganização Eclesiásticas e Questões Patrimoniais na Ordem Republicana: um estudo histórico da criação e do estabelecimento da Diocese de Jacarezinho/PR (1929-1940)*, de Elton Alves dos Santos (2011).

nomeado em 1941, que empreendeu a construção do atual Palácio Episcopal, “uma das maiores construções nesta cidade e iniciou a construção da Catedral, orgulho do NORTE PIONEIRO” (AIMONE, 1992, p. 87). O terceiro bispo, D. Geraldo de Proença Sigaud, tomou posse do cargo em 1947, e comprou a construção do Seminário Diocesano da Assunção e o fundou em 1953.

Postas tais considerações, para ficar mais clara a questão de construção social da experiência visual de uma cidade e da intenção de quem projetou sua obra, trazemos duas fotografias aéreas da cidade:



Figura 1 - Jacarezinho, Vista Aérea, de 1946
Fonte: Acervo Celso Rossi e Evangelista, 2012.



Figura 2: Jacarezinho, Vista Aérea, Anos 1960
Fonte: Acervo Celso Rossi e Evangelista, 2012

Antes de trabalharmos essas fotografias, é necessário nos nortearmos pelas considerações de Burke (2004, p. 43), quando diz que “imagens não foram criadas, pelo menos em sua grande maioria, tendo em vista futuros historiadores e que elas dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim visões contemporâneas daquele mundo” (BURKE, 2004, p. 236). Logo, não concebemos que a fotografia tenha um olhar inofensivo, pois, na verdade, partimos do fato de que lidamos com imagens feitas por um profissional no intuito de promover a visão do crescimento urbano da cidade, pois os fotógrafos partiam de perspectivas aéreas, prática nada popular para o contexto histórico da confecção dessas evidências sociais.

Na Figura 1 (fotografia de 1946), não temos uma imagem muito nítida, devido à tecnologia do período e pela deterioração causada pelo tempo no documento, mas, apesar disso, é possível ver o edifício da catedral truncado, suas torres não estavam erguidas, o Colégio Cristo Rei está à esquerda, na Rua Paraná, colateral à Avenida Getúlio. Na primeira esquina, da esquerda para a direita, o prédio do Banestado (atual Itaú) e na segunda esquina o antigo Banco do Brasil (hoje Bradesco), ambos em construção e com suas fachadas voltadas para o observador da imagem. Contudo, nessa imagem, os prédios mais destacáveis são a catedral e o colégio (EVANGELISTA, 2012).

Observamos da mesma maneira, como o arvoredo espalhado pela cidade, que na Figura 3 mostrava menor tamanho, na Figura 2 já ganhara a notoriedade que possui atualmente, pelas sombras que proporcionam. Existem algumas árvores dividindo espaço com edifícios em boa parte dos quarteirões. A Figura 2, por sua vez, demonstra a intenção do fotógrafo em emoldurar, na parte abaixo do retrato, o Colégio Imaculada Conceição à direita, a Capela de São Benedito à esquerda, estando o Colégio Cristo Rei e a catedral à direita superior. Juntam-se, à paisagem, casas, edifícios comerciais e públicos que recortam o espaço, em maior ou menor grau, com algumas árvores. Logo, em ambas as fotografias, vemos a preocupação em capturar os edifícios religiosos.

Talvez, por tal motivo, a Figura 2 oferece, sobremaneira, indícios, quando olhamos as partes superiores da imagem, que denunciam a vivência de espaços desabitados, mas que aparecem apenas em parte, por conta dos enquadramentos que visavam a captar a imagem da Igreja e do Colégio Cristo Rei, na Figura 1, ou, na Figura 2, da catedral, do Colégio Cristo Rei e do Colégio Imaculada, por exemplo. Assim, chegamos ao pensamento de Kevin Lynch (1999), que desenvolve ideias sobre a

imaginabilidade, que seria a qualidade física própria de cada objeto, que garantiria grandes chances de conjurar uma imagem importante que depende da aptidão perceptiva dos agentes sociais de decodificar os valores culturais inerentes à realidade apresentada.

Os fatores do tamanho arquitetônico e posição fazem com que a catedral se configure como um símbolo na cidade, um tipo de referência, para Lynch (2010), e que elementos de evocações como estes “tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou a uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante” (LYNCH, 2010, p. 53). Seriam, portanto, símbolos identitários na construção psíquica do formato urbano, que definiram a orientação e a interpretação da organização espacial que, por fim, estão também relacionados a uma “didática” religiosa de exaltar o templo como referência da grandiosidade.

APONTAMENTOS SOBRE ARTE LOCAL E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em Jacarezinho, de um lado tem-se a arte cunhada localmente como acadêmica, que partiu de artistas ligados às faculdades locais, às produções dos roteiros de arte no Paraná e debates fomentados pelo Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho. Embora o movimento tenha-se iniciado em Curitiba nos anos de 1950 e início de 1960, as experimentações estéticas surgiram por artistas de Jacarezinho nas décadas de 1980 e 1990, tendo a arte como sensação ou abstração, tomando os trabalhos de Gisele Camargo¹⁹⁰ e Heloísa M. M. Moreira¹⁹¹. Por outro lado, dentro do mesmo período, vemos uma arte popular e autodidata com as esculturas e pinturas fortemente identitárias de João Caldeira¹⁹² e de Dirce Nascimento¹⁹³, que trabalham com a memória

¹⁹⁰ Gisele Camargo é uma artista plástica nascida em Jacarezinho, que atuou no cenário local ativamente entre a década de 1980. Sobre a sua formação, fez cursos de pintura com Yara San, Avany Rocha, Heloísa M. M. Machado, com Brás Alécio (em Marília) e fez curso de desenho em Curitiba. Na década de 1990 passou a participar de um grupo de artistas que se reuniam no ateliê da artista Yoshiya Nakagawara, em Londrina, para estudos e troca de informações.

¹⁹¹ Heloísa M. M. Moreira é uma artista natural de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro. Ela passou a residir em Jacarezinho em 1979 e a participar do Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho e se envolveu profundamente com a vida cultural de Jacarezinho, colaborando e incentivando o funcionamento das atividades artísticas no município nas décadas de 1980 ao fim da década de 1990. Sobre a formação artística de Heloísa M. M. Moreira, ela iniciou os estudos em artes plásticas em 1984, sob orientação de Charles Watson, Luiz Ernesto e Gianguido Bonfanti, em 1994 foi selecionado para o aprofundamento em pintura da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (Rio de Janeiro) e integrou “The London Project 94” e “The New York Project 94”. Atualmente, trabalha em ateliê próprio, em São Paulo.

¹⁹² João Caldeira é um artista jacarezinhense, que iniciou a sua produção no ano de 1977. Com então 37 anos, na intenção de capturar um João de Barro, criou uma casa para este e a colocou sobre os galhos de

local, reorganizando a história oficial a partir de suas subjetividades e intencionalidades, pois conforme Néstor García Canclini, “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constituem nesse sentido, um patrimônio próprio” (2002, p. 196). Também ligadas às histórias e aos símbolos dos poderes locais, estão as esculturas predominantemente sacras que circulam pela catedral, colégios e casarões de Jacarezinho, e nos relata uma cidade tradicional, profundamente marcada pelas instituições de caráter religioso.

Retrocedendo, para buscarmos algum bem artístico-cultural preservado por instituições públicas no espaço urbano de Jacarezinho, encontramos na década de 1950 a realização das pinturas modernas e expressionistas que o fluminense Eugênio Sigaud compôs na Catedral Diocesana de Jacarezinho, demonstrando a realidade da população pelo olhar de um visitante, enleadas nos cenários propostos pelas passagens sacras. Misturando os dilemas sociais da região, aos temas religiosos, o afresco é reconhecido como patrimônio, sendo o único bem artístico-cultural tombado por um órgão público em Jacarezinho. Seu tombamento foi realizado pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, superintendência no *Paraná* – IPHAN/PR, estando no processo nº 16/90, inscrição nº 08, que consta no Livro do Tombo das Belas Artes.

Nos órgãos de proteção ao patrimônio, optou-se por valorizar somente um artista reconhecido, de produções modernistas de cunho social, com ligações com as influências políticas e religiosas da cidade. Críticas sobre os objetos escolhidos para serem tombados permeiam a história da preservação patrimonial no Brasil, sendo que muitas escolhas foram realizadas politicamente, com viés a legitimar grupos e ordens sociais, como as escolhas por preservar as cedas das fazendas em detrimento aos locais de trabalho e colônias (NASCIMENTO, 2013). Estes são contrastes que marcam a seguridade dos patrimônios locais. Atualmente, apenas são reconhecidos como bens

uma árvore. Mas próximo estava seu cavalo, que com um barulho se assustou e pôs-se a correr, e esbarrando nos galhos da árvore a qual estava a casa, a fez cair em partes no chão. Caldeira, ao ver os pedaços no quintal, teve a impressão de estar vendo uma imagem semelhante a um busto e com o inquieto desenho deste na memória, o recriou com argila. Foi sua primeira escultura e desde então, produziu aproximadamente 10.000 peças, presentes em seu acervo pessoal, no acervo da UENP/CJ e em museus e espaços no Brasil e no exterior. Caldeira é escultor, pintor e também atuou como entalhador de madeira. Sua formação foi autodidata.

¹⁹³ Dirce Nascimento foi uma pintora que produziu obras de arte e de artesanato em Jacarezinho/PR durante o fim dos anos de 1970 até o início dos anos 2000. Suas obras são caracterizadas por traços simples e imprecisos. Em suas pinturas, retratou cenas e eventos cotidianos como casamentos, festas, preocupações e realidades da população a qual mantinha contato. Suas obras têm importância para a memória local retratando costumes e culturas da época em que viveu. Sua formação foi autodidata.

patrimoniais a Estação Ferroviária de Jacarezinho e a Estação Ferroviária de Marques dos Reis, tombadas em 2000 e pertencentes à Rede Ferroviária Federal; e as pinturas murais de Eugênio de Proença Sigaud, conforme mencionadas, tombadas em 1990, e pertencentes à Mitra Diocesana de Jacarezinho, expostas dentro da Catedral, Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Nesse sentido, vemos uma nova construção de sentido dentro do espaço religioso, agora como portador de um bem coletivo. Se houvesse um trabalho educativo de valorização da diversidade retratada nas obras, aquele seria um espaço de ressignificação da história oficial e da identidade local. Entretanto, na ausência do fazer educativo junto à comunidade, somente há a sedimentação dos hábitos dos indivíduos àquela materialidade que os cerca e à materialidade dos murais que os retrata. Sobressai sobre o patrimônio a evocação religiosa católica mais do que o retrato da história no bem coletivo.

OBSERVAÇÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE JACAREZINHO EM OBRAS DE ARTE

Considerando a memória coletiva presente nas narrativas individuais, neste momento, observaremos a transposição do espaço urbano para obras de arte de cunho popular, observando os artistas Donizetti e João Caldeira.

No cenário artístico de Jacarezinho, Caldeira se coloca como uma figura importante. O artista nasceu em Jacarezinho, no dia 12 de maio de 1938, filho de João José Caldeira, lavrador vindo da Bahia, e da senhora Gertrudes Srohlich, imigrante alemã. Foi operador de máquinas, caminhoneiro, oleiro, vendedor de frutas, pasteleiro, escultor, pintor e desenhista. Em sua vida teve de trabalhar muito cedo, não havendo condições de terminar os estudos, tendo cursado apenas os primeiros dois anos. Como autodidata, sua arte é marcada pela intuição e observação, principalmente, da natureza, e de expressões animista, traço que povoa a maior parte de suas obras, salvo os temas que retratam a cidade de Jacarezinho, como veremos na obra abaixo, da década de 1980.



Figura 3 - João Caldeira. *Jacarezinho Antigo*, 1982. Escultura em Argila, 29x 85 cm
Fonte: Acervo C.A.T.

A Figura 3 é visivelmente influenciada pela temática do Pioneiro, é um dos retratos da ação de uma construção político-social sobre a memória coletiva. Visto que, ao se pensar na fundação de Jacarezinho, o autor idealizou a fundação descrita pela história oficial, fenômeno que se dá pela apropriação da história descrita nos moldes oficiais, pela memória coletiva através do tempo.

Tornando as criações dos poderes, as memórias construídas pelos grupos e instituições, arquétipos do inconsciente coletivo, na obra de Caldeira se mostram desde a cor de pele do personagem ao seu domínio implícito sobre Jacarezinho antigo. A Figura 3 está hoje presentes no acervo do CAT, tendo sido premiadas nos Salões de Artes Plásticas de Jacarezinho.

Outro artista é Donizetti, jacarezinhense, filho da pintora Dirce Nascimento, viveu parte da infância na zona rural, sendo sua obra marcada por ambos os espaços, urbano e rural. Outro traço característico de sua obra é a presença de personagens imaginários e os tubos de tintas, como uma assinatura autoral, com cenas marcadas pelas cores fortes e cenários enigmáticos.

Já na Figura 4, vemos uma diferente cena que alude à cidade de Jacarezinho, podendo ser identificada, a um primeiro olhar, a imagem da torre da Catedral, agindo como o ponto de identificação com a cidade. A assimilação do símbolo se mostra rerepresentado pelo artista através da tela, mas em novo contexto.



Figura 4 - Donizetti. *Sem título*, 1990. Pintura, 105x 65 cm
 Fonte: Acervo pessoal do artista.

Começamos enumerando os detalhes que compõem a cena da Figura 4: os alienígenas e suas naves, a serpente, os três montes e a catedral. Observando-os separadamente, a serpente nos remete a uma lenda da cidade, segundo a qual, a figura em questão teria sido aprisionada no subsolo de Jacarezinho. A cabeça estaria presa sob os três montes, a sua parte mediana abaixo da Catedral, e a calda em um morro no fim da cidade, sentido Ourinhos/SP. Segundo a lenda, haveria um dia em que a calda da serpente se soltaria e varreria a cidade, pondo fim no município de Jacarezinho.

Os três montes são parte do cotidiano de Donizetti, vistos sempre ao longe, afastados das elevações e depressões da cidade. Na figura 4 também aparecem símbolos do catolicismo, na figura da Catedral Imaculada Conceição. Ainda na obra, os alienígenas seguram algo parecido com um quadro, que pode ser interpretado como uma alusão a própria pintura em que esses personagens estão sendo representados, na figura 4. Então, a pintura de Donizetti pode ser vista como a representação de uma profetização que, por um lado, se utiliza de representações locais como a imagem da Catedral Imaculada Conceição, e por outro viés, o subverte, na medida em que se utiliza de uma cultura alternativa, como crença em extraterrestres.

O autor, para tratar da cidade, a cerca de símbolos religiosos, criados institucionalmente, parte destas construções simbólicas. De maneira que as instituições não exercem poder apenas sobre a cidade em suas formas e políticas, mas também sobre o inconsciente coletivo e individual. Mas quando estes símbolos deixam a esfera coletiva e passam a serem próximos da consciência, entrando em contato com as significações individuais, eles podem se articular e serem recodificáveis.

O artista parte da sua realidade, sendo a obra fruto do seu contexto, seja da vida do autor ou do momento histórico perpassado no qual se insere. De acordo com Umberto Eco, “a operação realizada pelo artista só adquire sentido se comensurada aos códigos iniciais, transgredidos e reevocados, contestados e reafirmados” (ECO, 1971, p. 154). A obra de Donizetti reafirma a ordem constituída institucionalmente, no ponto em que se utiliza dos símbolos tradicionais, como a religiosidade, para identificar a cidade de que fala a sua pintura, mas a reevoca, tirando-a da forma como as vemos imponente no centro da cidade, para transgredi-la, afunda-a sobre águas, dando-lhe novo sentido, como o cair de uma tradição frente às culturas alternativas ou como uma busca por mudança da ordem vigente. A obra se constitui como uma faca de dois gumes, onde por um lado se insere na rede de poder construída historicamente, a legitima pela aceitação, para só então, a reverter, a transgredir. Por outro lado, nos relata novos olhares sobre a realidade, sobre as mudanças históricas e espaciais, sendo o que ocorre nas obras de João Caldeira.

Os poderes econômicos, políticos e culturais criam e concedem margem às representações locais, que serão forjados como arquétipos sociais, morando ao lado das memórias que se formam nos indivíduos, de forma coletiva ou mesmo individual. Mas essa esfera, também poderá ser reformulada, tocada pelo indivíduo, seja através da observação de uma obra de arte, da música ou da observação arquitetônica imposta na cidade de forma crítica, ou por meio da criação artística.

RESULTADOS

Os símbolos são frutos da necessidade econômica (fertilidade da terra) e cultural (religiosidade católica), embora ambos os eixos se toquem, atravessam as instituições públicas e/ou privadas, forjando identificações e marcas que confundem a cidade com a própria instituição de poder. A história oficial passa a ser produzida e influenciada pelas edificações desses poderes institucionais construídos com argamassa, tijolos e propagandas no seio do espaço urbano e rural. E, ao longo do tempo, as influências, história oficial e simbologias, signos de poder, vão sendo assimiladas e recodificadas pela memória coletiva e memórias individuais.

Das individualidades e histórias que constroem a memória de cada indivíduo, podemos perceber as influências dos poderes institucionais através da arte e do

patrimônio urbano, que serão também uma das representações a povoar nossas relações com o mundo. Em Jacarezinho, as obras observadas retratam a assimilação da história oficial dos “pioneiros”, a figura da Matriz como ponto de identificação da cidade e até mesmo os poderes rurais, como a lembrança que aludia aos “pioneiros”.

Mas a obra de arte não se porta apenas como uma reprodução simbólica, também é uma reordenação do poder, uma vez que o artista transforma tudo o que por ele passa, combinando e criando ao devolver a realidade. Por este olhar, entendemos a agrupação das ideias de cultura alternativa que Donizetti emite em sua obra e reordena a cidade em suas pinturas. Então, Jacarezinho se mostra uma obra de poder e hierarquia, que transmite símbolos de uma cultura política, mas também de uma construção social e individual, que traz traços do contexto de produção, das interpretações e da memória do autor. Como a obra, a cidade assim também se recria: “a cidade abriga monumentos, que são visíveis ou invisíveis e que se situam além do dado empírico. Podem articular o mundo interior ao exterior, as memórias individuais à memória coletiva, sonho à vigília” (FREIRE, 1997, p. 58).

Em outras palavras, quando representa a cidade de Jacarezinho/PR e a região do Norte do Paraná, as imagens do patrimônio cultural constituem, em suas narrativas, uma identificação da cidade com certas edificações que abrigam poderes instituídos, e que remontam, de modo especial, um modelo de administração marcado pelo positivismo e uma expressão religiosa articulada ao Estado. Entretanto, também consideramos importante mostrar que os significados estão sempre em disputa. Nas obras de arte observadas, é possível vislumbrar muitas formas distintas de registro, de intertextos e de produção da religiosidade.

Por fim, entendemos que há a necessidade de compreendermos a cultura e, de modo particular, seus patrimônios como bens que portam imaginários e traços de culturas políticas da sociedade na qual se inserem. Esses bens e suas construções identitárias, são também vestígios de práticas, de memórias e status que se ligam a determinados grupos sociais. Observando as construções imaginárias ligadas aos patrimônios e suas representações, podemos pensar as histórias locais traumáticas, como o silenciamento das comunidades caboclas e indígenas e a exclusão social das comunidades periféricas. Não devemos ver o patrimônio ou o passado como algo inócuo, mas sim, usar os aportes teóricos da renovação da história no século XX para rever as histórias e os sentidos dos patrimônios locais, em interpretações mais próximas

das populações, na intenção de criarmos e fortalecermos espaços democráticos no trabalho de educação patrimonial no Norte Velho do Paraná.

REFERÊNCIAS

- AIMONE, Thomaz. *Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho*. Jacarezinho: [s.n.], 1992.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. La cultura política. In: BATLLE, A. (Org). *Diez textos básicos de ciencia política*. Barcelona: Ariel, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Fátima S. (Orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol. 5, 1985.
- BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru - SP: Edusc, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- CARSTEN, Aluizio Alfredo. *Ocupação Humana na Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1971.
- ESTATÍSTICA, Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- EVANGELISTA, Luciana de Fátima M. *O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)*. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume, 1997.
- História de Jacarezinho. *Jornal Tribuna do Norte*, Jacarezinho, 12 ago. 1960.
- Ilustração Paranaense*: Mensário paranista de arte e actualidades. Curitiba, Ano I-IV, 1927-1930.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense*. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. Disponível

em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf>.

Acesso em: 19 de mai. 2019.

JACAREZINHO, Câmara Municipal. *Mensagem dos negócios administrativos do município de Jacarezinho*. Prefeito Benedito Moreira. Jacarezinho: 1953.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura militar brasileira e a influência da cultura política. *Revista Digital de la Escuela de Historia*, Rosario-Argentina, ano 8, v. 8, n.17, p.9-25, 2016 .

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. O Patrimônio rural no oeste paulista: o tombamento da fazenda Santa Sofia (1989–1992). *Cultura Histórica & Patrimônio*. Alfenas – MG, v. 01, n. 2, p. 20-44, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 15-30.

PARANÁ. *Relatório do levantamento estatístico dos cafeeiros existentes no Estado do Paraná de acordo com a portaria n.º 341 de 29-8-1935*. 1935. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1935_> . Acesso em: 19 de set. 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Entre lembranças e esquecimentos o Rio Grande do Sul nos lugares de memória*. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (orgs.). RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002.

ROSSI, Celso. Editorial. *Tribuna do Norte*, 1960.

ROSSI, Celso. Editorial. *Tribuna do Norte*, 01 abril de 1991.

SILVA JUNIOR, Alfredo Moreira da. Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961). 94 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

SILVA JUNIOR, Alfredo Moreira da. A Neocrisandade Tardia da Diocese de Jacarezinho. Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, 2007. *Anais...* Maringá: UEM, 2007.

SIRINELLI, Jean-François., *L'histoire politique et culturelle*. In: RUANO CORBALAN, Jean-Claude. (coord.), *L'histoire aujourd'hui. Nouveaux objets de recherche. Courants et débats. Le métier d'historien*, Éditions Sciences Humaines, Francia, 1999, pp. 157-164.

TANNO, Janete Leiko. *Patrimônio documental do "Norte Pioneiro" do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975)*. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2015. Florianópolis. *Anais...* Universidade Estadual de Santa Catarina, 2015. 11 p.

TOMAZI, Nelson Dacio. *"Norte do Paraná" História e Fantasmagorias*. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

COMUNIDADE TRADICIONAL E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO DE CASO NA PRAIA DO SONO – PARATY (RJ)

TRADITIONAL COMMUNITY AND CONSERVATION UNIT AS CULTURAL HERITAGE: A CASE STUDY IN PRAIA DO SONO - PARATY (RJ)

Larissa Gândara Simão

Mestranda na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro/ SP

larissasimao@yahoo.com.br

Luciene Cristina Risso

Professora Doutora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –

Campus Ourinhos/ SP

rissoluciene@gmail.com

RESUMO

A ideia de se preservar locais de notável beleza cênica surgiu no século XIX com a proposta de que esses espaços deveriam ser destinados à contemplação da natureza, portanto totalmente desabitados, como foi a institucionalização do primeiro Parque em 1872, nos Estados Unidos. Em 1960, a questão da problemática ambiental surgiu com força pelo mundo, mostrando que os recursos eram finitos e que a forma como se dava sua exploração não os garantiria para as futuras gerações, apresentando um cenário de catástrofe. Dessa forma, proteger áreas naturais se tornou uma das possíveis saídas para tal questão, assim, as áreas protegidas ganharam destaque no fim do século XX. Neste contexto, a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga foi implantada em 1992 no município de Paraty - (RJ). Esta área de proteção é de natureza *non edificandi* e atualmente passa por um processo de recategorização para atender ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, além da atualização do seu Plano de Manejo. Esta reserva se sobrepõe a outra área protegida denominada Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, uma unidade de Uso Sustentável. Localizada dentro da Reserva está a Praia do Sono, que abriga uma comunidade caiçara que já viveu exclusivamente da prática da agricultura de subsistência e da pesca artesanal e, hoje em dia, se mantém principalmente pelo turismo. Em 1987 essa área foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RJ), como forma de impedir a devastação da praia, reconhecendo o valor do ecossistema e da cultura do povo que ali vive. A importância do patrimônio cultural imaterial, como o modo de vida das comunidades, o modo de se expressarem, os seus saberes tradicionais é algo riquíssimo, que muitas vezes se perde com o tempo. Sabe-se que as populações tradicionais possuem uma forte dependência com a natureza,

gerando um impacto mínimo para o meio. Essa comunidade se viu mais afetada quando, na década de 1970, a construção de rodovias começou a rasgar as belas paisagens até então preservadas, trazendo consigo a urbanização, a degradação do meio natural e a especulação imobiliária. Com isso um luxuoso condomínio próximo ao Sono passou a ditar as regras de convivência do local, trazendo prejuízos e transtornos para a comunidade caiçara que há tanto tempo permanece naquela área. Única ligação dos caiçaras com a cidade, exceto por uma trilha na mata, o condomínio não autoriza a circulação em seu interior, além de uma série de condições. Impossibilitados de ir e vir pelo seu território, afetados pelas regras que comandam a Reserva, dificultados de praticar a pesca artesanal e enxergando no turismo, que ocorre de forma desordenada, uma saída para a sobrevivência, acredita-se ser de grande relevância avaliar, através das memórias e da percepção dessa população, de que maneira o condomínio interfere na vida e na cultura desse povo, transformando e deixando marcas nesse lugar, devido a uma intensa segregação espacial.

Palavras-Chave: patrimônio cultural, comunidade tradicional; unidades de conservação; Praia do Sono.

ABSTRACT

The idea of preserving places of remarkable scenic beauty emerged from the 19th century with a proposal that these spaces should be designated to a contemplation of nature, therefore is completely inhabited, as it was institutionalized from the 1st Park in 1872, in the United States. In 1960, the problematic question emerged with force around the world, showing that the recourses were finite and that and that the way in which their exploration was given would not guarantee them for future generations, presenting a catastrophic scenario. Thus protecting natural areas that became a possible exit for this query, this way, these protected areas got highlighted at the end of the 20th century. In this context, the Ecologic Jautinga State Reservoir was implanted in 1992 in the Paraty (RJ). This area of protection is a nature's *non edificandi* and currently goes through a recategorization to answer to the National System of Conservation of Units, besides the actualization from the Plan Management. This reservation over lapses another protected area denominated Environmental Protection Area from Cairucu, a unit of Sustainable Use. Located within the reserve is a Praia do Sono, which houses a caiçara community that has lived exclusively from the practice of subsistence agriculture and artisanal fishing and, today, is mainly maintained by tourism. In 1987 this area was toppled by the by the State Institute of Cultural Heritage (RJ), as a way to prevent the devastation of the beach, re-recognizing the value of the ecosystem and the culture of the people living there. The importance of the immaterial cultural heritage, such as the way of life of the communities, the way of expressing themselves, their traditional knowledge is something rich, which is often lost with time. It is a known that traditional populations have a strong dependence on nature, generating a minimal impact on the environment. This community was most affected when, in the 1970s, the construction of highways began to tear up the beautiful landscapes until the preserved, bringing with it urbanization, the degradation of the natural environment and real estate speculation. With that a luxurious condominium next to Sono began to dictate the rules of coexistence of the place, bringing damages and inconveniences to the caiçara community that has long been in that area. The only link between the caiçara and the city, except for a trail in the woods, the condominium does not authorize the circulation in its former, in addition to a series of conditions. Disable to go and come through their territory, affected by the rules that govern the Reserve, difficulties to practice artisanal

fishing and seeing in tourism, which occurs in a disorderly way, an outlet for survival, it is believed to be of great relevance to evaluate, through the memories and the perception of this population, in what way the condominium will interfere in the life and culture of this people, transforming and leaving marks in that place, due to intense spatial segregation.

Keywords: cultural heritage; traditional community; conservation units; Praia do Sono.

INTRODUÇÃO

O histórico de áreas protegidas se inicia no século XIX, com o objetivo de se preservar locais desabitados com beleza cênica relevante, devido à forma de desenvolvimento econômico que estava sendo inserida na sociedade – intensificação da urbanização e crescimento da produção industrial - causando assim modificações no espaço geográfico. Contudo, é no século XX que este método atinge grandes proporções, a fim de se preservar cenários admiráveis e também conservar a biodiversidade e as paisagens naturais.

O estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das ferramentas mais utilizadas atualmente para a conservação da natureza. Trata-se de separar algumas porções do território e limitar ali o uso da terra e dos recursos naturais. (BENSUSAN, 2006).

Seguindo esse contexto, em 1872 foi estabelecido o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. Com ele, vem a questão da retirada da população indígena que vivia naquele local para a criação de um parque totalmente desabitado. Desta forma, Bensusan (2006) afirma que:

Grande parte das áreas protegidas no mundo ocidental, entretanto, foi criada com base nesse mito da natureza intocada. Assim, o conflito entre certas estratégias de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceu com a criação das áreas protegidas e assumiu, ao longo do tempo, proporções significativas.

Um dos maiores desafios encontrados na gestão de uma unidade de conservação é a presença de comunidades tradicionais nessas áreas e para melhor compreender a discussão acerca dessas comunidades, se faz necessária a distinção entre as visões preservacionista e conservacionista. A primeira acredita na “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende

proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1996).

A visão conservacionista defende a permanência de comunidades tradicionais em áreas protegidas, comunidades estas que retiram da natureza os recursos necessários para sua sobrevivência.

O fato é que muitas vezes o que é garantido na teoria não funciona na prática. Essas populações tradicionais têm direito em permanecer no seu território, no seu lugar, direito em manter viva a memória de sua terra e de suas atividades culturais e econômicas.

Neste sentido, a problemática deste trabalho envolve a questão do direito ao lugar e o direito à terra de uma comunidade caiçara, que vem sofrendo, desde a década de 1950 com a abertura de estradas e a consequente especulação imobiliária, impactando na sua cultura e nas atividades econômicas.

A Praia do Sono¹⁹⁴, situada na cidade de Paraty (RJ), está inserida na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga¹⁹⁵ (REEJ), a qual abriga núcleos de populações tradicionais que se distribuem ao longo do litoral. Esta Reserva se sobrepõe a Área de Proteção Ambiental do Caiçu¹⁹⁶ (APA Caiçu) (FIGURA 1). Segundo Francesco (2010), a Reserva ainda não foi efetivamente implantada, pois não possui plano de manejo¹⁹⁷ e carece de regularização fundiária. Reserva Ecológica não faz parte das categorias propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹⁹⁸ (SNUC) (BRASIL, 2000), por isso a REJ passa por um processo de recategorização.

¹⁹⁴ A Praia do Sono possui este nome, segundo relatos de moradores, por se localizar em um vale onde o dia amanhece mais tarde e o sol de põe mais cedo fazendo com que as pessoas durmam mais tempo.

¹⁹⁵ Criada pelo Decreto nº 17.981, de 30/10/92, a Reserva era administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF – RJ) até 2008, quando passou a ser gerida pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA – RJ) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

¹⁹⁶ Criada pelo Decreto nº 89.242 de 27 de Dezembro de 1983.

¹⁹⁷ A REJ utiliza o Plano de Manejo da APA Caiçu, já que o seu está desatualizado segundo as normas do SNUC.

¹⁹⁸ A Lei nº 9.985 instituiu em 2.000 o SNUC, o qual classifica as unidades de conservação em dois grupos, unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio). O objetivo das unidades de Proteção Integral é a preservação da natureza, podendo-se fazer uso indireto de seus recursos naturais. O intuito das unidades de Uso Sustentável é conservar a natureza, podendo utilizar de maneira sustentável parte de seus recursos naturais.

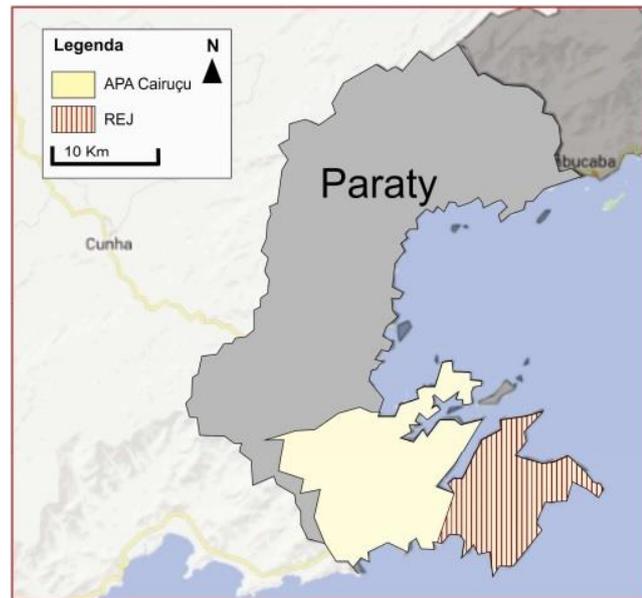


Figura 1: Unidades de Conservação APA Cairuçu e REEJ

Fonte: CAMARGO, C. P. M. P. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia), Unicamp, 2103.

No decreto de criação da Reserva é possível notar uma contradição legal, já que ele destaca a intenção de “preservar a cultura das comunidades tradicionais”, além de compatibilizar “a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas”, no entanto, “são reservas ecológicas as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº4.771/65 que institui o Código Florestal.” (VIANNA, 1996),

O Decreto nº89.336, de 31/01/84 dispõe sobre as reservas ecológicas: “preservação de ecossistemas naturais”, sendo vedada a exploração de recursos naturais. (VIANNA, 1996). Portanto, para Vianna (1996):

A criação desta unidade de conservação com a característica específica de fomentar a cultura caiçara é uma tentativa de evitar conflitos com a “população tradicional” habitante em seu interior. Neste sentido, esta é a primeira unidade de conservação de uso indireto criada oficialmente no Brasil, que pretende atender a expectativa de uma nova forma de gerenciamento ambiental através da convivência com “populações tradicionais”.

Assim, é necessário categorizar a reserva dentro do SNUC, pois a consideram como híbrida, já que a maior parte do território possui características de unidade de Proteção Integral e nas vilas caiçaras as características são de unidade de Uso Sustentável.

Benchimol (2007) descreve a REJ como um típico exemplo de área de proteção criada de “cima para baixo”, pois mesmo tendo sido criada em favor da cultura caiçara, a população não foi consultada antes de sua criação e ainda hoje desconhece grande parte de seus direitos e deveres.

Com este cenário, essas belas terras atraíram, na década de 1970, a atenção de uma multinacional¹⁹⁹ que almejava construir na Vila de Trindade²⁰⁰ um condomínio de luxo. A multinacional passou a comprar as terras da população local a partir de ameaças, pois os caiçaras não tinham escritura. A permanência dos moradores da Praia do Sono e de outras praias da REJ só foi possível devido a instauração de uma ação judicial, que se arrasta há anos.

Um luxuoso condomínio se instalou próximo ao Sono, único fruto bem sucedido dessa investida empresarial, e passou a ditar as regras de convivência do local, trazendo prejuízos e transtornos para a comunidade local que há tanto tempo permanece naquela região.

Sendo assim, a segregação espacial marca o dia a dia dessa região. De acordo com Fontes (2013) a área ocupada pelo condomínio integraria o Parque Nacional da Serra da Bocaina, contudo os limites do parque sofreram alteração para acomodar os empresários no majestoso condomínio inaugurado na década de 1970.

Impossibilitados de ir e vir pelo seu território, afetados pelas regras que comandam a Reserva, dificultados de praticar a pesca artesanal, enxergam no turismo, única e possível saída para a sobrevivência, mas que ainda sem planejamento, essa atividade se faz, muitas vezes, de forma desordenada, comprometendo a qualidade ambiental dos ecossistemas desse ambiente.

Vale ressaltar que este trabalho está vinculado a um projeto de pesquisa maior que se encontra em andamento e se concretizará na dissertação de mestrado da autora na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus de Rio Claro.

OBJETIVO

¹⁹⁹ Paraty Desenvolvimento Turístico (PDT), formada por duas grandes empresas: BRASCAN e ADELA. Atualmente a PDT se transformou em Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), que é parte de um holding de 280 multinacionais, atuando em Trindade na construção de condomínios de luxo. Em pesquisa realizada pela autora, a empresa apresenta diversas ações contra ela e o acesso a TDT é praticamente inexistente, pois os telefones encontrados na internet não existem.

²⁰⁰ Vila de pescadores de Paraty.

O trabalho em questão tem como objetivo entender de que forma o condomínio Laranjeiras interfere na vida e na cultura dos caiçaras que residem na Praia do Sono (RJ), através da percepção ambiental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender a história de criação do Condomínio Laranjeiras e a relação atual da comunidade caiçara com esse empreendimento.
- Analisar a importância do patrimônio cultural como forma de resistência desse povo frente a diversas dificuldades em se manter em seu lugar.

METODOLOGIA

Para satisfação dos objetivos propostos, a metodologia consiste em pesquisas bibliográficas e trabalhos de campo para a área de estudo, a fim de se aproximar da população e colher entrevistas buscando compreender as dificuldades enfrentadas pelos caiçaras no cotidiano, com as imposições do condomínio e os possíveis impactos na sua cultura.

Para Amorim e Frattolollo (2011), o trabalho de campo é um recurso fundamental, que auxilia na compreensão da relação existente entre as informações obtidas através da bibliografia e aquele novo local, servindo também para familiarizar o pesquisador com aquela área que se pretende analisar, criando assim uma identidade com o local.

As entrevistas são de fundamental importância para compreender a relação dos caiçaras com o Laranjeiras, além de analisar se a criação da reserva ecológica foi eficiente para barrar o avanço da especulação imobiliária. Deve-se também atentar para a questão da recategorização, se está sendo feita, em qual etapa está, se será suficiente para acabar com os conflitos caiçaras/unidade de conservação, se o Plano de Manejo da REJ está sendo atualizado e se a comunidade participará das decisões tomadas, visto que ela é uma das maiores interessadas.

Segundo Bursztyn *et al.* (2008) por conta do processo de recategorização, o conselho gestor está inativo. Desta forma, o conflito é eminente, uma vez que as comunidades estão distantes das decisões a respeito do uso futuro do seu território. É

fundamental o retorno das atividades do conselho para a discussão dos problemas referentes à Reserva, alcançando, de fato, a gestão participativa, favorecendo esta unidade de conservação. Cabe ressaltar que os conselhos funcionam como um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer um diálogo entre a sociedade civil e os órgãos responsáveis pela questão ambiental.

Esta participação é recomendada pela União Internacional da Natureza (UICN) (2008), que afirma ser desafiante no que concerne ao planejamento e apoio à gestão das unidades de conservação. Observa-se que uma gestão efetiva e participativa deve ser o foco e o objetivo a ser buscado para que as unidades de conservação como um todo venham a se consolidar de fato como o “instrumento mais poderoso para se lograr a conservação da biodiversidade” (FARIA, 2004).

Entender a percepção dos caiçaras perante todos esses pontos de enfrentamento e luta no dia a dia é fundamental. “O perceber integra a vida da pessoa humana. Na fenomenologia nós percebemos não as coisas, mas “estados de coisas”. (GUIMARÃES, 2013). “É percebendo os “estados de coisas”, os modos pelos quais as coisas se manifestam, que descortinamos os horizontes do mundo.” (GUIMARÃES, 2013).

Concordamos com ROCHA (2007) ao dizer que:

Logo, tem-se evidenciado o fato de que cada visão de mundo é única, pois cada pessoa habita, escolhe e reage ao meio de diferentes maneiras, influenciadas pelos seus sentimentos, visões particulares, e, sobretudo, contemplando as paisagens com suas imagens particulares, o que Tuan (1980) cita como um estender-se para o mundo.

Del Rio (1999) define a percepção como:

[...] um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos [...]. Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente.

É nesse sentido que Merleau-Ponty (1999) afirma:

A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio

natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo.

Com base nessas visões foi realizado até o momento um trabalho de campo para a área, onde foram feitas entrevistas com alguns líderes da comunidade caiçara. A partir da análise dos dados coletados foi possível iniciar o entendimento sobre os impactos causados no cotidiano dessa população e analisar algumas medidas que podem ser tomadas para garantir seus direitos, além de assegurar uma vivência, pelo menos, harmoniosa entre a comunidade, a Reserva e o condomínio.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Vianna (1996), as populações tradicionais são diferenciadas de outras populações a partir do “modo harmônico com que se relacionam com a natureza” e assim, podem habitar o interior de uma unidade de conservação, utilizando os recursos de maneira sustentável, sendo uma importante aliada dessas áreas protegidas. Elas preservam os remanescentes florestais onde habitam e praticam um manejo adequado e “conservacionista” da natureza.

Os caiçaras habitam o litoral há séculos. “A terra e o mar são prolongamentos das comunidades e com ambos o caiçara vive em verdadeira comunhão espiritual, respeitando-os como fontes de vida.” (SIQUEIRA, 1984). Por isso a luta pelo seu lugar é tão relevante e se faz presente em muitas comunidades.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Praia do Sono abriga uma comunidade tradicional que para Diegues (1996), se caracteriza pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos

- recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; [...].

Na obra *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*, publicação do Ministério do Meio Ambiente e da Universidade de São Paulo (USP), os autores destacam o entendimento de comunidades tradicionais:

Assim, neste relatório estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES - org, 2000).

Para Diegues (1992) apud Risso (2005), as comunidades tradicionais não usam trabalho assalariado, e desta forma, não acumulam capital. As atividades econômicas se baseiam na agricultura, pesca, artesanato e coleta. O impacto no meio ambiente é mínimo, já que o desenvolvimento tecnológico é restrito e o consumo é limitado. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) constatou que essas comunidades, na verdade, tornam-se os maiores aliados da conservação da biodiversidade.

A UICN, entidade conservacionista, atuou de forma a conquistar uma mudança significativa nos valores devido aos movimentos que aconteceram na década de 1970, conseguindo assim, constituir novas estratégias de conservação.

Essa mudança que houve no conceito de áreas naturais/ selvagens, inserindo populações tradicionais foi muito importante, pois revela a desmistificação de uma Natureza intocada, principalmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil onde muitas comunidades vivem em áreas protegidas. (RISSO, 1998).

Neste sentido, a cultura caiçara é proveniente da miscigenação entre o colonizador português e o indígena do litoral, no século XVI. Risso (2001) aponta que conforme o povoamento avança para o interior do país, mais essa população se afasta de culturas externas, solidificando a cultura caiçara.

O termo caiçara tem origem no vocábulo tupi-guarani caíçara, o homem do litoral (Sampaio, 1987). Para estes povos, o termo era utilizado para denominar as estacas colocadas à volta das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores. Mais tarde, passou a ser utilizado para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992), e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988b). (ADAMS, 2000).

A base da economia do caiçara é a agricultura de subsistência (principalmente a mandioca) e a pesca. Ainda no início do século XX, com a presença cada vez maior de barcos com motor, a pesca artesanal passou a sofrer grandes impactos. Outro desafio para essa população foi a abertura de estradas, que acarretaram no fim do “isolamento” dos caiçaras e início de umas das atividades mais importantes hoje em dia, o turismo. Essa abertura trouxe relevantes transformações socioeconômicas, culturais e ambientais, além de uma acelerada urbanização do litoral, conforme constatou Risso (2001). A descoberta dessas áreas trouxe uma série de consequências como relata Siqueira (1984):

A gente caiçara, que por séculos teve o mar como via de acesso quase única, encontrando nisso um fator de proteção, não conseguiu resistir aos “piratas” vindos da terra (...). Políticos sem escrúpulos, especuladores imobiliários, empresas multinacionais e pessoas ricas à procura de “paraísos” para recreação descobriram o Litoral Norte paulista e Sul fluminense. Foi o começo do genocídio (morte física), acompanhado de etnocídio (morte cultural) dos caiçaras e de agrupamentos de índios guaranis existentes na região.

Moacir dos Santos, caiçara, nascido e criado na Praia do Sono afirmou em entrevista “no Sono nunca houve dono, pois somos de uma geração de muito longe, que sempre viveu em terras do Estado” (SIQUEIRA, 1984).

O conflito começou de fato quando Gibrail Tannus Notari, empresário paulista e um dos maiores interessados principalmente na região da Praia do Sono, cometeu várias falsificações no cartório para garantir a posse dessas terras, além de diversas ameaças aos caiçaras por meio de jagunços armados. Na época foram relatados casos de estupros, desapropriações, e uma enorme criação de búfalos, que acabava com a agricultura (FIGURA 2).

A paz dos moradores do Sono (...) acabou em 1950, quando Gibrail comprou títulos das terras da Fazenda Santa Maria, vizinha a esta praia. Logo no começo, Gibrail tentou estender seus domínios além dos limites da fazenda, e a pressão e intimidação sobre os caiçaras se intensificou. (SIQUEIRA, 1984).



Figura 2: Praia do Sono: fechada pela porteira (foto Adriana Mattoso).

Fonte: SIQUEIRA P. Genocídio dos caiçaras. Massao Ohno- São Paulo: Ismael Guarnelli Editores. 1984.

Para Diegues (1996), as populações tradicionais podem ser identificadas por algumas características conforme esteja mais ou menos “aculturada”. No entanto, Vianna (1996) afirma que “essa definição se baseia no “tipo ideal” e que nenhuma “cultura tradicional” existe em estado puro.” Segundo a autora, “as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau devido, sobretudo à sua maior ou menor articulação com o modo de produção capitalista dominante.” (VIANNA, 1996).

A idealização destas populações, muitas vezes, acaba por deslegitimá-los, ou seja, a ausência de uma característica já é o bastante para desclassificá-lo enquanto tradicional? Na Praia do Sono, os pescadores conseguiram há pouco tempo comprar barcos motorizados, tornando-se alvos de condôminos que afirmam que, devido a essa aquisição que facilita o cotidiano destes trabalhadores, deixaram de ser caiçaras. Sabe-se que essa conquista, vinda através do suor diário, não os torna “menos caiçaras”. Ser caiçara é ser resistência, manter as tradições e saberes vivos ao longo das gerações, é viver em contato íntimo com a natureza, respeitando-a.

A RELAÇÃO COM O LUGAR

O conceito de lugar na Geografia Tradicional sempre esteve ligado a noção de localização absoluta, somente com o advento da corrente humanista na década de 1970 que o interesse pelo lugar como categoria de análise da Geografia se consolidou de forma significativa. Essa corrente propõe “uma análise do lugar como mundo das experiências intersubjetivas dos indivíduos. (...) fundamental para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar.” (RODRIGUES, 2015).

Em seu artigo, Rodrigues (2015) cita Lowenthal (1961) para explicar as ideias deste último autor sobre o lugar, mostrando que para ele temos um conhecimento muito restrito do planeta como um todo, mas temos amplo conhecimento sobre a “delgada fração do globo” em que habitamos. Desta forma, “a experiência do indivíduo é essencial para entender aspectos do lugar que ninguém, que não o tenha vivenciado pessoalmente, poderia saber.” (RODRIGUES, 2015).

No livro Espaço e lugar: a perspectiva da experiência de Yi-Fu Tuan (1983), “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. Ainda de acordo com o autor, “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos”. (TUAN, 1983).

Marandola (2014) diz que “(...) o lugar faz parte de nosso cotidiano e é a partir dele que nos inserimos no mundo. É pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo.” Para o autor, o lugar é constituído no cotidiano e as transformações presentes no mundo não são capazes de alterar esse sentimento de pertencimento criado. “A constituição do lugar e do eu são indissociáveis, pois têm os mesmos processos constitutivos (...)” (MARANDOLA, 2014).

Merleau-Ponty tratava do lugar a partir da ideia de mundo vivido, incluindo “as experiências com o espaço e com as outras pessoas pela intersubjetividade”. (RODRIGUES, 2015). O mundo vivido é onde a vida se realiza, traz consigo afetividade e é familiar.

Desta forma, as comunidades tradicionais possuem um histórico de luta pelo seu território e de luta pela sua cultura que transcorre gerações. Resistir contra diversos fatores, como a forte especulação imobiliária, para permanecer no seu local de origem é uma luta travada todos os dias por essas pessoas. É ali, na Praia do Sono, no lugar

desses caiçaras que o modo de vida, o modo de se expressarem, os seus saberes tradicionais foram consolidados e até hoje passados de geração em geração.

Sabe-se que esses saberes, valores e tradições são riquíssimos e extremamente importantes para manter a identidade dessas comunidades, visto que foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial, tamanha a representatividade e a relevância para a cultura de um povo e de todo o país.

Como forma de impedir a devastação da praia e para reconhecer o valor do ecossistema e da cultura do povo que ali vive, essa área foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do estado do Rio de Janeiro, em 1987. O patrimônio cultural corresponde a um testemunho de grande relevância da cultura humana, que deve ser preservado, pois se caracteriza como uma herança para gerações futuras, apresentando uma visão que privilegia a interação homem/natureza.

Também foi dado a Paraty o parecer técnico favorável ao reconhecimento como sítio misto de excepcional valor universal, podendo receber o título de Patrimônio Mundial da Unesco.

RESULTADOS

O trabalho de campo realizado na área de estudo aconteceu dos dias 17 a 21 de julho de 2018, o que permitiu uma aproximação inicial com a população em geral, além de uma abertura extremamente significativa com líderes da comunidade, responsáveis por dirigir a Associação de Moradores.

Em entrevista concedida pelo presidente dos barqueiros e membro da Associação de Moradores, foi possível perceber que o condomínio afeta o dia a dia da população nas suas funções mais básicas.

Há algum tempo foi firmado um acordo entre o condomínio e o Ministério Público, o qual estabeleceu algumas “benfeitorias” por parte do Laranjeiras à população caiçara, no entanto, este acordo não contou com a participação da comunidade e, desta forma, ela acaba tendo que se adequar a regras pré-estabelecidas que, na verdade, constituem-se como abuso de poder.

Os caiçaras possuem horários para transitar com mercadorias para consumo próprio dentro do condomínio, não sendo permitido trafegar a pé. É preciso esperar um automóvel particular do Laranjeiras que faz o trajeto do píer – propriedade do

condomínio - até a saída deste. Há casos de pessoas que, cansadas de esperar o automóvel, transitaram a pé no interior do condomínio e foram processadas.

Outro problema é a questão do lixo, antes retirado do Sono por um barco do Condomínio. Hoje em dia não se responsabilizam mais por esse serviço, ficando os caiçaras dependentes de um barco de Paraty que vem até a praia duas vezes na semana para recolher os dejetos.

Material de construção não é permitido passar pelo condomínio, portanto os caiçaras precisam contratar um barco de Paraty que traga esses materiais até próximo ao Sono e depois realizam várias “viagens” com seus botes para trazer até a costa. Segundo as falas do entrevistado é preciso andar no tempo deles (condomínio).

Fazia parte da cultura caiçara a prática da roça, que ficou inativa por vários anos, devido a presença de búfalos. Estes destruíam as plantações de mandioca e banana e as que resistiram tiveram que ser cercadas. Por esse motivo e, por hoje em dia, o bote dos caiçaras ter motor, o condomínio alega que eles deixaram de ser caiçaras, que teriam perdido sua identidade, o que é uma grande falácia, quando a cultura, os valores e tradições permanecem mais vivos do que nunca, além da força para resistir e lutar contra esses donos do poder que estão confinados em suas mansões.

A presidente da Associação de Moradores destaca a importância da resistência. Diz que nem o condomínio nem os caiçaras sairão de seus locais, então a convivência deve ser pacífica, baseada no diálogo, mas que muitas vezes isso não acontece. Para ela parece que o condomínio se incomoda muito mais com a presença dos caiçaras do que vice versa.

Segundo a presidente, os condôminos nunca vão ter o que para ela é o mais valioso: a liberdade. Ela diz que os caiçaras são ricos, ricos de natureza, são livres, possuem saberes que jamais lhe serão tirados, entendem do tempo, do vento, da maré, de agricultura, de pesca e essa é a verdadeira identidade caiçara, essa é a maior riqueza desse povo, esse território pertence a eles há muitas gerações.

Quanto à problemática da categorização, os líderes caiçaras estão analisando algumas possíveis modificações. Existe uma possível transformação dessa área para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou então para uma Reserva Extrativista (RESEX), mas o processo ainda está em fase de estudo.

Desta forma, entende-se que, de fato, a implantação do condomínio foi e continua sendo o principal problema enfrentado por eles no dia a dia, segundo as

próprias palavras dos caiçaras. O impedimento de transitar a pé por uma terra que pertencia a comunidades tradicionais antigamente, a indisposição de ter que lutar para passar com sua mercadoria, a resistência travada todos os dias para permanecer nesse local, os embates com o poder público, as pequenas vitórias conseguidas com esforço que se tornam grandes conquistas marcam o cotidiano dessa comunidade.

Acredita-se também que será possível auxiliar a população local no entendimento das legislações que as protege e lhes garante direitos e espaços de participação na política. Pretende-se ainda colaborar para um maior diálogo entre os moradores e a gestão da REJ, acreditando ser possível, após a recategorização e a atualização do Plano de Manejo, solidificar um convívio harmonioso, onde ambos sejam respeitados e consigam, por meio da retomada do conselho, alcançar, juntamente, as melhores decisões para a diminuição dos impactos do meio natural e da tradição caiçara.

Após as primeiras entrevistas e a análise dos dados percebe-se que algumas medidas já foram tomadas e outras ainda precisarão entrar em vigor para garantir os direitos da comunidade caiçara e assegurar uma vivência harmoniosa entre esta, a Reserva e o condomínio.

Por fim, ficou visível que, apesar de todos esses problemas enfrentados, os caiçaras acreditam que aqueles que possuem riquezas materiais, na verdade, se aprisionam em seus palacetes e a liberdade de fato se restringe a população tradicional, que desfruta de uma riqueza que não pode ser contabilizada.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

AMORIM, L.; FRATTOLILLO, A. B. R. *Trabalho de Campo e Prática de Educação Ambiental e Geográfica*. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area03/3196_Nunes_Amorim_Leonardo.pdf>.

Acesso em: 08 jun. 2011.

BENCHIMOL, M. de F. *Gestão de Unidades de Conservação Marinhas: Um Estudo de Caso da Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty – RJ*. 2007. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.

BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURSZTYN, I.; LIMA, R. P. de; CATRAMBY, T.; BOTELHO, E.; SPAMPINATO, E. *De quem se protege o paraíso? Um estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo e conflitos na comunidade da Praia do Sono – Paraty (RJ)*. In: IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília – DF, 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000.

CAMARGO, C. P. M. P. *Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Unicamp, 2103.

DEL RIO, V. *Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro*. In: *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Studio Nobel: Universidade Federal de São Carlos, 1999.

DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. (org). *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

FARIA, H. H. *Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil*. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

FONTES, C. F. L. *Análise dos conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (Paraty – RJ)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

FRANCESCO, A. A. de. *Território em disputa: o caso dos caiçaras da Cajaíba*. In: V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

GUIMARÃES, A.C. *Aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia*. Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito: Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2013.

MARANDOLA JR, E. *Lugar enquanto circunstancialidade*. p.227-248. In: Marandola Jr, E.; Holzer, W.; Oliveira, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2- ed. - São Paulo. Martins Fontes, 1999.

RISSO, L. C. *Cultura caiçara – chave para a conservação ambiental – um estudo em Picinguaba – Ubatuba/ SP*. Monografia da Universidade Estadual Paulista. Campus Rio Claro. 1998.

_____. *Mapeamento das áreas suscetíveis à prática agroecológica no Núcleo Picinguaba (PESM) Ubatuba- SP, como subsídio a atividades sustentáveis*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2001.

_____. *Paisagem, cultura e desenvolvimento sustentável: um estudo da comunidade indígena Apurinã na Amazônia brasileira*. 2005. vii, 280 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005.

ROCHA, S. A. *Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo*. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 13, jun. 2007.

RODRIGUES, K. O Conceito de Lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo. In:

ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XI., 2015. Presidente Prudente. Anais...Presidente Prudente, 2015.

SIQUEIRA, P. *Genocídio dos caiçaras*. Massao Ohno- São Paulo: Ismael Guarnelli Editores. 1984.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983

UICN. *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. Dudley, N. (Editor). Gland, Suiza, Reino Unido. x + 96pp, 2008.

VIANNA, L. P. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP, São Paulo, 1996.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

FESTA DE SANTA TERESINHA EM VICENTINA: UA POSSIBILIDADE PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL

THE FEAST OF THE SANTA TERESINHA IN THE VICENTINA: A POSSIBILITY FOR THE CULTURAL HERITAGE OF MATO GROSSO DO SUL

Maqueline Arguêlo de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

maque-ddos@hotmail.com

Camila de Brito Quadros Lara

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

camilaq21@hotmail.com

RESUMO

A festa de Santa Teresinha é realizada desde 1993, no município de Vicentina, em Mato Grosso do Sul, demonstrando laços com a religião católica desde sua formação. Ao apresentarmos a festa como uma possibilidade de patrimônio do Estado, buscamos aspectos e elementos materiais e imateriais que a caracterizam enquanto patrimônio cultural, destacando a importância da festa religiosa para a comunidade. Usamos como material de pesquisa jornais e revistas online, sites da região e redes sociais que abordam a festa; consultamos, ainda, autores de outras manifestações religiosas, além de realizarmos a visita ao santuário. Tal pesquisa participativa ocorreu em 2015, que acabou por resultar em um conjunto de elementos e aspectos de bens culturais com potencial turístico, na qual podemos entender como parte do patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Festa. Cultura. Patrimônio.

ABSTRACT

The feast of Santa Teresinha is held since 1993, in the municipality of Vicentina, in Mato Grosso do Sul, showing ties with catholic religion since its formation. To presenting the party as a possibility of Mato Grosso do Sul heritage, we look for aspect and material and immaterial element that characterize as cultural heritage, highlighting the importance of religions feast for the Community. Use as material from online surveys and online magazines, regional sites, social networks, that approach the party. We consulted authors of other religions events, visited the sanatory and a participatory research that tooth place in 2015, which resulted in a set of elements and aspects of cultural assets with tourism potential, where we com understand how Mato Grosso do Sul cultural heritage.

Keywords: Feast. Cultural. Heritage.

INTRODUÇÃO

A festa de Santa Teresinha ocorre todos os anos no município de Vicentina, Mato Grosso do Sul, Brasil. Promovida pelo Santuário de Santa Teresinha do Menino Jesus, o qual é administrado pelas Irmãs Carmelitas que organizam os festejos em homenagem à santa.

O município de Vicentina está localizado na rodovia MS-376 a 251 km da capital Campo Grande. Teve sua origem em 1951, a partir de Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Situado a 10 km das margens do Rio Dourado, possuidora de solos férteis, o município atraiu imigrantes principalmente advindos do interior paulista, e acabou por se emancipar em 20 de junho de 1987.

Com um vínculo com a religiosidade católica desde sua formação, o município de Vicentina teve como figuras importantes os padres José Daniel e Roberto Fulco do Nascimento. O padre Roberto foi o fundador do Santuário de Santa Teresinha, no qual se dedicou até o seu falecimento. Uma de suas idealizações que perduram até os dias de hoje é a Festa de Santa Teresinha, que faz parte da história e da cultura do município.

A tradicional manifestação religiosa em homenagem a Santa Teresinha do Menino Jesus acontece no último domingo de setembro em homenagem ao aniversário de morte de Santa Teresinha que ocorreu no dia 30 de setembro. Além disso, no dia 1º de outubro é celebrado o dia da santa conforme o calendário católico de celebrações dos santos.

A realização da festa inicia-se com uma novena e no dia escolhido para as festividades ocorre uma procissão pelas principais ruas do município. Após a procissão, é celebrada uma missa com bençãos das rosas, seguida de um almoço no salão paroquial e, por último, ocorre um leilão de gado e a venda de suvenires do santuário.

O objetivo do artigo “Festa de Santa Teresinha: uma possibilidade para o patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul” foi apresentar a festa de Santa Teresinha buscando elementos e aspectos que a caracterizem e que possam leva-la à legitimação como um bem patrimonial cultural do Estado, destacando a importância da manifestação religiosa para o município de Vicentina.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o auxílio de textos digitais, com a consulta em jornais da região, sites (como *Fátima News*), revistas, redes sociais, artigos, além de trabalhos anteriores que abordam a festa,

tendo autores como SILVA (2007), bem como autores como SANTOS (2007), além de MARIN (2013) e outros que tratam questões referentes às festas religiosas católicas regionais em suas pesquisas. O trabalho, ainda, tem por interesse recuperar e discutir alguns conceitos relativos ao patrimônio cultural pensando a partir, principalmente, da visita à campo, realizada ao Santuário de Santa Teresinha do Menino Jesus e da pesquisa participante feita na 23ª festa de Santa Teresinha, em 2015.

A festa de Santa Teresinha faz parte não somente da história, mas de um legado deixado por um de seus importantes fundadores. Ao preservarmos essa manifestação popular, estamos preservando a memória e a identidade simbólica do povo vicentinense, que ainda será transmitida para gerações futuras, o que ressalta mais ainda a sua legitimidade como uma prática cultural. Podemos evidenciar na festa de Santa Teresinha aspectos e elementos únicos do grupo social local, destacando a importância do festejo para a população do município de Vicentina.

Em Vicentina, essas influências religiosas católicas estão estampadas nos nomes de ruas, de escolas, em manifestações culturais, nos feriados municipais e no próprio nome da cidade; deste modo, a festa de Santa Teresinha recorda a origem e o passado da formação do município.

DESENVOLVIMENTO

Entendendo o processo de formação de Vicentina/MS: a importância da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND e da religiosidade católica

A festa de Santa Teresinha ocorre no município de Vicentina, Mato Grosso do Sul (MS), Brasil. Vicentina está localizada na rodovia MS/376 a 251 km da capital Campo Grande. O antigo povoado de Vicentina teve sua origem em 1951, pela Colonização Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Situado a 10 Km das margens do Rio Dourados, dois distritos fazem parte do município de Vicentina, Vila São José e Vila Rica. O município se emancipou em 20 de junho de 1987, hoje conta com a população estimada de 6.020 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

O município de Vicentina se originou a partir da CAND, na chamada campanha nacional *Marcha para o Oeste*, que tinha como objetivo a ocupação dos

espaços considerados vazios, conquistando territórios e o desenvolvimento econômico (SANTOS, 2007, p. 23).

Vicentina fazia parte do município de Fátima do Sul (antiga Vila Brasil) quando iniciaram sua ocupação, destacando-se como a 2ª zona da CAND que se constituiu espontaneamente, diferentemente de outras áreas já demarcadas anteriormente.

Segundo MARIN (2013, p. 3), a ocupação das margens do Rio Dourado impôs alterações nos projetos do governo, criando a necessidade de uma sub sede para organizar as demarcações devido ao crescimento das ocupações e, conseqüentemente, dos problemas gerados.

Os colonos passaram a se estabelecer próximo ao escritório da sub sede, aguardando suas regularizações de terras, que daria origem ao povoado de Vicentina, e condições para abrigar o primeiro padre da região (SANTOS, 2007, p 34).

O primeiro padre a se instalar no povoado foi Padre José Daniel, que acompanhou os colonos desde o início do processo, desempenhando um papel importante na organização e construção do núcleo urbano. Considerado pela comunidade vicentinense como um dos fundadores do Distrito, o padre foi escolhido para dirigir o escritório da sub sede da CAND onde funcionava também a capela inicial, e acabou homenageando o fundador da congregação a qual fazia parte (Vicente Pallotti) inspirando-se em seu nome para a criação do pequeno povoado, hoje município de Vicentina. Na atualidade, seu nome está estampado na principal Avenida do município e na principal escola estadual (antiga Vicente Pallotti).

O processo de formação de Vicentina está no contexto das *Missões Palotinas* (SANTOS, 2007, p. 72), pois a região da CAND era tida como lugar de missão pelos padres Palotinos que desenvolveram um trabalho não somente religioso, mas também pautado ativamente na organização da vida comunitária dos colonos locais. Nesse sentido, “a fé desempenhou um importante papel na organização e reconstrução grupal ao forjar sentimentos de identificação e coesão social. A igreja católica soube mobilizar os valores sócio culturais dos migrantes para estruturar a vida comunitária” (MARIN, 2013, p. 3).

Essa presença marcante dos agentes religiosos na memória dos colonos e de seus descendentes permite interpretar que a ideia de coletividade fazia parte das relações sociais que os colonos construíram. Além da conquista de seus anseios particulares, da

própria terra e de outros bens materiais, o colono também trabalhou pela construção dos bens públicos. A sua participação nos projetos da Igreja foi uma escolha que também garantiu o desenvolvimento social do lugar que havia escolhido para viver (SANTOS, 2007, pp. 88-89).

Não podemos deixar de citar que a presença dos religiosos no projeto da CAND tem reflexos também no fluxo migratório da região. Atraídos pela possibilidade de se beneficiarem com a doação de lotes, Vicentina também recebeu imigrantes, além de migrantes de todo o país, sobretudo do nordeste brasileiro, fugindo da seca.

A CAND proporcionou não só o desenvolvimento demográfico e econômico da região, mas também cultural, visto que milhares de brasileiros de diversas partes do país e um número significativo de imigrantes dentre os quais, os mais relevantes foram os japoneses, que aqui se fixaram em torno de um objetivo comum – o trabalho com a terra – porém cada um contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural desta região (MENEZES, 2011, p. 5).

Com vínculo com a religiosidade desde sua formação, o município de Vicentina teve outra figura importante, o padre Roberto Fulco do Nascimento, que também faz parte da história e memória local. O missionário palotino assumiu os trabalhos paroquiais em Vicentina depois de ter sido prefeito em Glória de Dourados – MS. Além disso, foi diretor da escola José Daniel até sua aposentadoria quando a direção foi entregue ao Estado, foi também fundador do Santuário de Santa Teresinha do Menino Jesus, no qual se dedicou até cumprir sua missão. Faleceu no dia 12 de setembro de 2003 quando ainda era um dos grandes seguidores de Santa Teresinha, data essa decretada feriado municipal em homenagem póstuma a ele. Uma de suas idealizações que se conserva até os dias atuais e que faz parte do calendário do município é a Festa de Santa Teresinha, manifestação cultural que se mantém na localidade e que pode ser interpretada como a identidade de uma memória católica.

Festa de Santa Teresinha do Menino Jesus de Vicentina/MS: abordagens históricas e as percepções através da pesquisa participativa

Os festejos em homenagem ao dia de Santa Teresinha em Vicentina, MS, iniciaram-se no ano de 1993, pelo padre Roberto Fulco do Nascimento, que era idealizador, devoto e seguidor da santa. Pensada para arrecadar fundos financeiros ao Santuário de Santa Teresinha, o evento vem sendo reproduzido anualmente pelo

santuário, pelas Irmãs Carmelitas, pela comunidade local, pelos visitantes, romeiros e devotos, juntamente com a Prefeitura Municipal (SILVA, 2007, p. 25).

Santa Teresinha é considerada pela Igreja Católica como santa das missões. No dia 1º de outubro é celebrado o dia de Santa Teresinha, conforme o calendário dos santos católicos. Além do título supracitado, é também considerada santa dos tempos modernos, e faleceu em 30 de setembro de 1897, aos 24 anos de idade, após uma tuberculose, na cidade de Lisieux, na França, onde foi freira carmelita e viveu a maior parte de sua vida. Nascida em 2 de janeiro de 1873, em Alençon, França, Maria Francisca Teresa Martin, tornou-se freira aos 15 anos de idade, assumindo o nome de Teresinha do Menino Jesus da Sagrada Face. Canonizada no ano de 1925, representada como Santa das Rosas, símbolo de uma promessa que fez antes de falecer: “farei cair uma chuva de rosas sobre o mundo”, foi declarada doutora pela Igreja Católica em 1997, em comemoração de seu centenário.²⁰¹

Considerada pela Igreja Católica como uma das santas mais populares da história, foram publicados seus manuscritos, seus poemas, suas orações e sua autobiografia chamada *História de uma alma*; também há pinturas e fotografias de sua autoria que são relíquias e que estão preservadas no santuário Lisieux, na França.

O Santuário de Santa Teresinha em Vicentina, MS, foi fundado pelo padre Roberto Fulco do Nascimento e está localizado na Avenida Padre José Daniel, nº 1421. Em 1999 o santuário foi oficializado Centro de Formação Cristã (SILVA, 2007, p. 26).

²⁰¹ Santa Teresinha do menino Jesus e da Sagrada Face (1873-1897). Basílica Santa Teresinha do menino Jesus. 2014. Disponível em: <<http://www.basilicasantateresinha.org.br/basilica/portal-das-rosas/biografia/>>. Acesso em: 03/09/2018.



Fotografia 1 - Santuário de Santa Teresinha
Fonte: SILVA, 2007.

A construção do Santuário de Santa Teresinha ocorreu em 1992. Com ajuda dos fiéis e de toda a comunidade de Vicentina, atualmente vem sendo administrado pelas Irmãs Carmelitas, desde o falecimento do padre Roberto Fulco do Nascimento (GALEGO, 2006, p. 47).

No dia 1 de outubro de 1995 durante a 3ª Festa de Santa Teresinha foi inaugurada uma galeria de fotos ampliadas e emolduradas de réplicas que contam a história e a vida da santa. (SILVA, 2007, p. 26).

Desde 2003, o santuário mantém o acervo com fotografias das viagens do padre Roberto em visita ao santuário em Lisieux na França, além de arquivos das diversas edições da festa de Santa Teresinha realizadas em Vicentina.

A festa de Santa Teresinha ocorre todos os anos no último domingo de setembro, próximo ao aniversário da morte da santa. Promovida pelo santuário, juntamente com os devotos, moradores da comunidade, municípios vizinhos, a festa conta com a presença de devotos de diversos estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, que ano após ano prestigiam as festividades.

Ao visitarmos o santuário, a Irmã Carmelita Keller relatou que os preparativos para a festa iniciam no mês de maio, já em junho o trabalho de arrecadação de donativos e prendas para serem leiloados, bem como as vendas de produtos comestíveis, como biscoitos, bolos e doces caseiros que são fabricados e vendidos no próprio santuário. O

santuário possui uma lojinha que é aberta ao público, onde encontramos produtos e artefatos católicos e da própria Santa Teresinha (CORDEIRO, 2018).

Após o falecimento do padre Roberto em 2003, respeitando seu pedido, a população, mesmo em luto, realizou a 10ª Festa de Santa Teresinha. As Irmãs Carmelitas deram continuidade na realização e na organização do festejo popular (CORDEIRO, 2018).

Excepcionalmente na execução da Festa de Santa Teresinha no ano de 2015, a novena dedicada à santa foi realizada na Paróquia Rainha dos Apóstolos em frente ao santuário, nos outros anos ocorreu no próprio santuário. Já a tradicional Missa das Rosas, por muitos anos foi realizada em frente ao santuário e, em 2015 ocorreu no Ginásio Municipal para melhor acomodar os participantes.



Fotografia 2 – Missa das Rosas no Ginásio Municipal.
Fonte: Elaborada pela autora.

Na fotografia 2 podemos observar muitos fiéis, durante a realização da missa das rosas no Ginásio Municipal ocorrida no ano de 2015. Nesse dia pode-se perceber que muitas pessoas acompanharam a missa do lado de fora do ginásio, pois não havia espaço suficiente para acomodar todo o público que prestigiava a festa.

Participaram dos festejos, fiéis, devotos da comunidade local e dos municípios vizinhos, principalmente de Fátima do Sul, pois Vicentina por muitos anos pertenceu ao município e está a 6 km de distância do mesmo.



Fotografia 3 – Caminhada/romaria de Fátima do Sul à Vicentina
Fonte: RADIO CORAÇÃO, 2017.

A figura acima apresenta os fiéis e devotos que fizeram esse percurso durante uma longa caminhada entre os municípios de Fátima do Sul e Vicentina, com o apoio e acompanhamento de carro de som, ambulância e agentes de segurança.

Enquanto isso, em Vicentina, como ocorre todos os anos, começaram os preparativos para grande procissão.



Fotografia 4 – Cerimônia de lançamento da pedra fundamental para a construção do Santuário de Santa Teresinha em Vicentina/MS
Fonte: FATIMA NEWS, 2017.

No dia 1 de outubro do ano de 2017, antecedendo a procissão, como podemos observar a figura acima, foi lançada a pedra fundamental, local onde será construído um novo santuário em comemoração aos 25 anos da tradicional Festa de Santa Teresinha (Jubileu de Prata). Neste dia, ocorreu uma solenidade, na qual participaram festeiros, autoridades locais, autoridades da igreja católica e Irmãs Carmelitas.



Fotografia 5 – Procissão em devoção à Santa Teresinha
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

Excepcionalmente no ano 2017, durante a procissão, a imagem da santa foi levada em um veículo antigo, cercada por soldados do Exército Brasileiro a cavalo. Todos os participantes seguiram a procissão acompanhados pelo carro de som que entoava cânticos e louvores de adoração até o local onde foi celebrada a grande missa campal.



Fotografia 6 - Entrada da santa na missa campal.
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

A missa das rosas de 2017 teve seu início com a chegada da imagem da Santa Teresinha, que foi recebida com chuva de pétalas de rosas. O altar foi todo enfeitado com faixas e rosas, preparado com muito carinho, levado aos ombros por fiéis até o altar que foi montado especialmente para a celebração eucarística.



Fotografia 7 - Missa Campal.
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

Em 2017, a missa campal voltou a ser celebrada em frente ao santuário, como mostra a fotografia acima. Com o apoio da Prefeitura Municipal, uma grande tenda foi montada e parte do trânsito rodoviário que corta o município foi interditado. A missa foi

realizada pelas autoridades católicas, juntamente com as Irmãs Carmelitas. Participaram da missa, devotos, fiéis, autoridades municipais e toda a sociedade vicentinese. A banda do Exército Brasileiro da cidade de Dourados (município vizinho), teve participação especial na celebração do Jubileu de Prata.

Ao término da missa campal, as Irmãs Carmelitas prepararam uma surpresa para os fiéis.



Fotografia 8 - Chuva de Rosas.
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

A figura acima relata o momento especial que marcou a festa de 2017, um avião sobrevoou o local fazendo “chover” milhares de pétalas de rosas sobre os fiéis como ocorrido nos anos anteriores.

Logo após a missa, todos seguiram para o salão paroquial para o tradicional almoço da festa de Santa Teresinha, que foi vendido por um preço simbólico para o público em geral, sendo toda a arrecadação destinada ao santuário para organizar a edição posterior da festa de Santa Teresinha. A comida foi preparada por voluntários e pelas Irmãs Carmelitas e os alimentos servidos são fruto de arrecadação dos devotos ao santuário, que recebe apoio de toda a comunidade e região.

Na sequência, foi realizado um leilão de gado também organizado pelas Irmãs Carmelitas para o público em geral, com doações arrecadadas em prol da festa de Santa Teresinha. Como acontece todos os anos, muitas pessoas prestigiaram o leilão, pois consideram um evento de grande importância para área rural da região.

No dia da festa de Santa Teresinha, na praça da igreja foram montadas barracas para vendas de souvenirs do santuário, de artesanatos, de doces caseiros, de biscoitos e de brinquedos para as crianças.

A divulgação da festa é feita através da distribuição de faixas, de cartazes e de panfletos em frente ao santuário, em paróquias das cidades vizinhas e locais, bem como em rádios, jornais e sites da região e em redes sociais, etc.



Fotografia 9 - Cartaz de divulgação da festa (edição 2018).
Fonte: Site: www.facebook.com/fraternidadeseccular, 2018.

A festa de Santa Teresinha vem acontecendo no município de Vicentina desde 1993, sendo que em 2018 ocorreu a 26ª festa de Santa Teresinha no dia 30 de setembro, com o objetivo de arrecadação de fundos para a construção do novo santuário.

No processo de reconhecimento e de valorização, se faz necessário escrever, registrar, fotografar, documentar e expor informações relevantes para que a comunidade local e toda a sociedade inspire o desejo de proteger e de preservar seus bens culturais. Cuidar desses bens significa valorizar a memória e fortalecer a noção de pertencimento no exercício da cidadania dos indivíduos, dando sentido de continuidade no processo de construção de seu patrimônio cultural.

A FESTA DE SANTA TERESINHA ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL: ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS

As festas religiosas católicas no Brasil estão associadas a um conjunto de valores que vêm sendo agregados nos últimos séculos e que compõem o patrimônio cultural brasileiro, pois abordam bens materiais e imateriais, os quais representam a cultura popular, através de seus costumes, suas tradições, suas expressões, seus rituais e suas linguagens de manifestações de fé e devoção. Desse modo, tais festas podem ser consideradas um conjunto de elementos para a compreensão da vida social coletiva dos indivíduos.

O patrimônio cultural é considerado, atualmente, um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. O patrimônio cultural é composto por elementos tangíveis e intangíveis (tradições, literatura, língua, artesanato, dança, gastronomia, vestimenta, manifestações religiosas, objetos e materiais históricos, arquitetura e etc.) (DIAS, 2006, pp. 67-68).

O Brasil possui vasta riqueza de diversidades culturais, sendo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão ligado ao Ministério da Cultura, preocupa-se com a preservação, proteção, promoção e divulgação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Na preservação deste tipo de bem cultural importa cuidar dos processos e práticas, importa valorizar os saberes e os conhecimentos das pessoas. São os ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, cultivar, colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade (BRAYNER, 2007, p. 16).

O IPHAN reconhece como bens culturais imateriais: crenças, festas religiosas e manifestações populares, como é o caso do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, celebração que ocorre em Belém, no Pará, sendo considerado patrimônio cultural imaterial brasileiro, registrado do Livro de Celebrações em 05/10/2004..

No Brasil o Decreto Presidencial nº 3551- 4 de agosto de 2000, “institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”. Segundo o Decreto, toda e

qualquer ação humana no mundo social é histórica e cultural e, portanto, feita por representações. Este permitiu o reconhecimento de bens culturais que a partir daquela data poderiam constituir o patrimônio cultural brasileiro e seriam tidos como fundamentais no processo de formação da identidade brasileira, tida como brasilidade (ANUNCIAÇÃO, 2014, p. 3).

Portanto, as manifestações religiosas são heranças de nossos antepassados e constituem-se como práticas sociais e humanas que compõem a cultura e representam nossa brasilidade e nossos vínculos indenitários, isso ocorre por meio de bens materiais e imateriais que valorizam a riqueza e a pluralidade do que é tido como patrimônio histórico e cultural brasileiro (ANUNCIAÇÃO, 2014, pp. 4-5).

A Festa de Santa Teresinha possui um conjunto de elementos que, ao serem analisados em sua compreensão, podemos considerar como um patrimônio histórico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, visto as possibilidades e a potência dos festejos que nos servem como referência na busca de reconhecimento, pertencimento e valorização por parte dos moradores locais, dos órgãos públicos responsáveis e de toda a comunidade local.

Tal festa acontece anualmente há 26 anos em Vicentina e demonstra um tipo de vínculo do município com a religião católica, legado esse deixado por um de seus líderes locais e que funciona como uma figura importante na construção da história e da emancipação do município que, por conseguinte, acaba por marcar os laços com a religiosidade do lugar desde sua origem.

Durante os festejos, existem elementos significativos como: o santuário que promove a festa, a adoração à imagem da Santa Teresinha, a novena que antecede os festejos, a procissão pelas ruas, a Missa das Rosas que é celebrada com cânticos e orações dedicadas a Santa Teresinha, a santificação das rosas, trocadas entre os participantes rituais da festa cheios de simbolismo em torno das rosas e da santa. Tais elementos podem ser considerados aspectos materiais e imateriais que revelam sentidos à Festa de Santa Teresinha.

As festas religiosas constituem um sistema de práticas, rituais e significados que transitam pelo universo religioso e ultrapassam as fronteiras da igreja. Interrompem o cotidiano e expressam as formas identitárias dos grupos, onde o motivo do encontro, da fé e da celebração, atrai os devotos e os indivíduos da mesma identidade. [...]. Vinculadas a uma comunidade, grupo ou irmandade, possuem características peculiares, o que reforça a riqueza e a complexidade

cultural que envolve manifestações. Elas também representam espaço de vivência coletiva e de atualização dos principais ritos que identificam uma comunidade com o seu patrimônio cultural (FARIAS, 2012, p. 11).

Tradicionalmente os participantes levam rosas para os festejos, pois as mesmas são tidas como um símbolo das bênçãos de Santa Teresinha do Menino Jesus. Muitos devotos se caracterizam para participarem da festa, usando roupas que demonstrem sua fé e devoção; crianças com vestimentas de anjo representam a pureza do amor de santa Teresinha pelo menino Jesus, e adultos vestidos como a própria Santa Teresinha inspiram humildade e fé cristã. Todas essas simbologias são transmitidas como herança dentro das famílias vicentinas que compartilham da mesma fé e são entendidas como bens simbólicos, o que demonstra a importância da festa para a região, para os devotos e para os visitantes.



Fotografia 10 - Caracterização das devotas.
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

Tradicionalmente, fiéis se identificam com camisetas que levam a imagem da santa, bem como vestimentas semelhantes às usadas por Santa Teresina, já as crianças usam roupas brancas e asas de anjos, demonstrando carinho e devoção à santa.

O próprio cotidiano, as tradições, a estrutura arquitetônica também são manifestações da memória coletiva. Associada a outros elementos e a outras formas de manifestações oferecem subsídios para perceber a continuidade de um processo histórico do qual essa sociedade continua a fazer parte (SANTOS, 2007, p. 83).

O município de Vicentina, onde ocorre a festa de Santa Teresinha, tem uma naturalidade rural no seu modo de vida, devido à sua característica de povoamento. Nesse sentido, vários moradores de municípios e distritos próximos participam do almoço no Salão Paroquial e do leilão de gado aberto ao público em geral. Além disso, reúneromeiros, promesseiros, irmandades, turistas e um público não católico para um momento de confraternização entre famílias das comunidades que todos os anos prestigiam o evento. O almoço é servido acompanhado de música ao vivo, parte social da festa que ajuda a compor o cenário. Nesse sentido, novas relações sociais são construídas, misturando a gastronomia, a música, a cultura, as crenças e os valores na prática da sociabilidade.



Fotografia 11 - Almoço no salão paroquial
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

O almoço também pode ser entendido como um momento de confraternização social como podemos observar na figura acima. “A verdade é que a comida está sempre presente, nas festas religiosas, definindo e identificando pessoas pelas preferências e gostos traduzidos no modo de fazer”. (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 23).

Neste sentido, os festejos da cultura popular são considerados bens patrimoniais de natureza imaterial que englobam outros bens patrimoniais como a gastronomia, as danças, as músicas e adereços

que identificam o lugar e são produzidos e compartilhados durante os festejos (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 22).

Os aspectos sociais da Festa de Santa Teresinha acabam por afirmar que o patrimônio cultural religioso católico não é somente dos católicos, mas de toda uma comunidade. Para os vicentinos, essa festa já faz parte da história e da cultura do município, o que valoriza mais ainda a sua identidade cultural, representada no modo de vida das pessoas.



Fotografia 12 - Barraca de souvenirs.
Fonte: FÁTIMA NEWS, 2017.

No dia da festa são montadas na praça da igreja, barraquinhas com a venda de doces, biscoitos, bolos e souvenirs (como mostra a figura acima) típicos do interior do Brasil e contribuem para compor o cenário mesclando o religioso e o popular que fazem parte das manifestações das pequenas comunidades.

O patrimônio pode ser considerado como um dos meios para o desenvolvimento de pequenas localidades: do ponto de vista econômico, o patrimônio converte se em um objeto de mercado, caráter que se agrega a sua natureza simbólica como representação da memória coletiva de uma sociedade (DIAS, 2006, p. 100).

A festa acontece anualmente em conjunto com os devotos da Santa do município e da região, atraindo, assim, turistas de diversos estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, também de várias outras partes do

Brasil, que visitam também o santuário em homenagem a Santa Teresinha do Menino Jesus; evento esse que no ano de 2017 foi incluído no roteiro turístico religioso do estado de Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2018, p. 15).

O turismo pode ser utilizado como alternativa de desenvolvimento econômico na construção e nas apropriações dos bens patrimoniais culturais, a festa de santa Teresinha com um bom planejamento profissional pode ser essa alternativa de renda para o município.

O que determina se ela é digna ou não de conservação é a avaliação dos valores simbólicos de determinada região e se deve permanecer para retratar determinada sociedade é um dos grandes questionamentos (BARRETO, 2000, p. 21). No entanto, depende de fatores políticos, ideológicos e sociais para ter conhecimento de seu valor estimado. O que nos resta saber é se a população tem vontade de lutar pelo seu direito como agente social e de conservar e ter reconhecimento científico sobre tais festejos.

Podemos então considerar a festa de Santa Teresinha como uma ponte entre o passado, o presente e o futuro de Vicentina, e que está em constante movimento, pois, através dela, podemos identificar valores simbólicos que estão no crescimento e no desenvolvimento das comunidades e no modo de vida de uma pequena cidade do interior. Essa reprodução da manifestação religiosa demonstra a sua identidade, pois faz parte do cotidiano, independentemente de ser religioso ou não, o importante é que contribui para o patrimônio histórico e cultural de tal localidade e que está em contínua evolução, podendo, assim, ser vislumbrada a possibilidade de sua legitimidade enquanto patrimônio cultural do estado Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festas religiosas e as manifestações de fé e devoção são compreendidas como bens culturais, materiais e imateriais que se fundem com a história da formação das comunidades, pois acabam por unir moradores na construção de uma identidade cultural e social. Nesses cenários e contextos, as festas católicas merecem destaque na construção de tal patrimônio.

Crianças com vestimentas de anjo, representando a pureza do amor de Santa Teresinha pelo menino Jesus, adultos vestidos como a própria Santa Teresinha, inspirando humildade e fé cristã, além de outros elementos característicos da festa como

a Missa das Rosas, o santuário, a devoção, a procissão. Todas essas simbologias são transmitidas como herança dentro das famílias vicentinenses que compartilham da mesma fé e são entendidas como bem simbólicos, apontando, assim, a importância da festa para a região, para os devotos e para os visitantes.

A devoção da imagem da Santa Teresinha, os rituais com as rosas simbolizando a promessa de benção (“vou fazer chover sobre o mundo uma chuva de rosas”) são símbolos culturais. A festa de Santa Teresinha possui esse conjunto de elementos que, ao serem estudados, podem servir de referências em busca de reconhecimento e valorização cultural.

Organizada por não profissionais do turismo, sem gerar dívidas diretas ao município, o evento religioso gera impactos positivos. Mesmo não possuindo infraestrutura, a movimentação de visitantes e turistas que acompanham os festejos de Santa Teresinha é grande. Ainda que a festa de Santa Teresinha não seja oficialmente patrimônio cultural do município de Vicentina, não podemos negar que possui um grande potencial. O que falta é a conscientização, o reconhecimento e a valorização por parte da população e do poder público local.

Por fim, a intenção dessa pesquisa é de que a comunidade de Vicentina possa identificar e apontar a festa de Santa Teresinha como um bem cultural para então poder preservá-la e protegê-la como um patrimônio, pois esse é um dever de todo cidadão brasileiro: cuidar e proteger seus bens, pois somos agentes formadores do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, A. P. **Patrimônio cultural**: perspectivas históricas e a imaterialidade presente na festa de São Benedito/Poços de Caldas - MG. Anais do XIV Encontro Nacional de História. Campo Mourão/PR, 2014. ISSN 1808-9690. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/77.pdf>. Acesso em: 22/08/2018.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: As possibilidades do planejamento. Campinas/SP: Papirus, 2000.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília/DF: IPHAN, 2007.

CONVITE FESTA DE SANTA TERESINHA. **Fraternidade secular**, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fraternidade.secular/>>. Acesso em: 20/08/2018.

CRUZ, M. S. R.; MENEZES, J.S.; PINTO, O. **Festas culturais**: tradição, comidas e celebrações. Artigo apresentado no I Encontro baiano de Cultura – I EBECULT - FACOM/UFBA. Salvador/BA, 2008. Disponível em: http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf. Acesso em: 25/10/2018.

CORDEIRO, K. **Festa de Santa Teresinha**. Vicentina, Santuário de Santa Teresinha. Entrevista concedida a Maqueline Arguêlo de Souza em 25/10/2018.

DIAS, R. **Turismo e Patrimônio Cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARIAS, T. C. **A festa**: Patrimônio e Cultura Urbana. In: III Seminário Internacional Urbicentros - Morte e vida dos centros urbanos. Anais do II Seminário Internacional Urbicentros: Morte e Vida dos Centros Urbanos. Salvador/BA: PPG-AU/FAUFBA, v. 1. p. 7-175, 2012.

FÁTIMA NEWS. **Fotos da Festa de Santa Teresinha realizada em Vicentina**. 2017. Disponível em: <<http://www.fatimanews.com.br/galeria/veja-algumas-fotos-da-festa-de-santa-terezinha-realizada-em-vicentina/2233/>>. Acesso em: 20/08/2018.

FERNANDES, G. Quero passar meu céu fazendo o bem na terra. **Revista Elo**. Diocese de Dourados, 2018. Disponível em: < <http://diocesededourados.org.br/revistas.php>>. Acesso em: 20/10/2018.

GALEGO, N. R. **Turismo, eventos e turismo religioso**: um estudo do Santuário de Santa Teresinha em Vicentina – MS. Trabalho de Conclusão de Curso de Turismo. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, 2006.

IBGE. **Informações de municípios**. 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500840&search=mat-o-grosso-do-sul|vicentina|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 25/08/2018.

MARIN, J. R. Relações entre Igreja Católica e Estado na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua Marin; NEVES, Delma Pessanha. (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, v. 1, pp. 323-350.

MENEZES, A. P. Colônia Agrícola Nacional de Dourados - História, Memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. **Revista História em Reflexão**. Dourados – MS: UFGD, 2011, v. 5 n. 9.

SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS E DA SAGRADA FACE. (1873-1897). *Basílica Santa Teresinha do Menino Jesus*. 2014. Disponível em: <<http://www.basilicasantateresinha.org.br/basilica/portal-das-rosas/biografia/>>. Acesso em: 03/09/2018.

SANTOS, C. S. **Os colonos e a igreja no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado em História, Região e Identidades) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Dourados, MS: UFGD, 2007.

SILVA, L. **A Festa de santa Teresinha em 2007 e seus reflexos junto à população local, Vicentina - MS**. Trabalho de Conclusão de Curso de Turismo. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Dourados - MS: UEMS, 2007.

RÁDIO CORAÇÃO. **Vicentina festeja Santa Teresinha e lança pedra fundamental para construção de Santuário**. 2017. Disponível em: <<http://www.radiocoracao.org/multimedia/fotos-videos/vicentina-festeja-santa-teresinha-e-lanca-pedra-fundamental-para-construcao-de-santuario>>. Acesso em: 20/08/2018.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

MUSEU DO TROPEIRO: TROPEIRISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARANÁ

TROPEIRO MUSEUM: TROPEIRISMO AND CULTURAL HERITAGE IN PARANÁ

Milena Santos Mayer
 Doutoranda em História - UNESP/Assis
 Bolsista CAPES
 milenasmayer@gmail.com
 Professora Dra. Fabiana Lopes da Cunha
 UNESP/Ourinhos
 fabiana.cunha@unesp.br

RESUMO

O presente texto tem por objetivo historicizar a criação do Museu do Tropeiro e compreender a institucionalização de uma memória e de uma narrativa. Localizado no município de Castro, estado do Paraná, trata-se de um museu público municipal inaugurado em janeiro de 1977, idealizado por uma professora castrense que o dirigiu durante aproximadamente 30 anos. A instituição tem por objetivo principal preservar e divulgar a história do tropeirismo de muares no Sul do Brasil. O texto expõe uma breve apresentação sobre o museu, seu contexto de fundação e seu desenvolvimento. Traz ainda um levantamento da historiografia brasileira sobre o comércio de muares no Brasil meridional. Os caminhos, definidos no século XVIII, estabeleceram-se a partir do relevo, seguindo os vales dos rios, pelas trilhas indígenas e principalmente pela procura dos campos com fartura em pastagens. No decorrer destas rotas surgiram paradas estratégicas que se transformaram em povoados graças ao fluxo desses tropeiros. Os locais de pousos das tropas, pontos de descanso e pernoite, foram se tornando pontos de reabastecimento, de invernada e até de compra e venda de animais. Era preciso suprir as necessidades dos tropeiros através do plantio de roças e estabelecimentos comerciais os quais geraram núcleos de povoamento, como é o caso do município de Castro. O texto apresenta, portanto, a problematização e as relações estabelecidas entre a historiografia, o conceito de patrimônio cultural e o conceito de museu.

Palavras-chave: patrimônio cultural, tropeirismo, museu, Castro, Paraná.

ABSTRACT

The present paper aims to historicize the creation of the Tropeiro Museum and to understand the institutionalization of a memory and a narrative as well. Located in the municipality of Castro, state of Paraná, it is a public municipal museum inaugurated in January 1977, idealized by a local teacher who directed it for approximately 30 years. The main purpose of the institution is to preserve and disseminate the history of tropeirismo of mules in the South of Brazil. The text presents a brief presentation about the museum, its context of foundation and its development. It also presents a survey of the Brazilian historiography on the mule trade in southern Brazil. The paths, defined in the eighteenth century, were established from the relief, following the valleys of the rivers, the indigenous trails and mainly by the search of the fields with abundance in pastures. In the course of these routes strategic stops emerged that became villages because there was the flow of these tropeiros. The landing sites of the troops, rest points and overnight, were becoming points of refueling, wintering and even buying and selling of animals. It was necessary to supply the needs of the tropeiros by plantations and commercial establishments that generated nuclei of population, as it is the case of the municipality of Castro. The text presents, therefore, the problematization and the relations established between the historiography, the concept of cultural patrimony and the concept of museum. Key words: cultural heritage, tropeirismo, museum, Castro, Paraná.

Keywords: cultural heritage, tropeirismo, museum, Castro, Paraná.

INTRODUÇÃO

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose (IBRAM, 2013, s/p.).

O trecho citado acima constava no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM²⁰², atualmente este texto foi substituído. Contudo, essa sensível definição pode ser encontrada em diversas publicações sobre museus no Brasil, e novamente é citada no início deste texto com o intuito de apresentar ao leitor à concepção de museu que a autora acredita, bem como provocar uma reflexão sobre estas instituições.

Embora a poética conceituação corresponda aos anseios da autora e talvez de grande parte dos profissionais, pesquisadores e entusiastas de museus, é importante trazer à tona a definição²⁰³ instituída pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que criou o Estatuto dos Museus no Brasil:

²⁰² Acesso em 11 de março de 2019.

²⁰³ Esta aceção é fundamentada na definição do **Conselho Internacional de Museus – ICOM**.

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, s/p)

Por conseguinte, de maneira objetiva e burocrática, podemos afirmar que os museus são instituições permanentes sem fins lucrativos, a serviço da sociedade que atuam através de pesquisa, conservação e comunicação de um determinado patrimônio cultural, que pode ser material ou imaterial. No entanto, os museus “nascem” muito antes das organizações que atualmente os tutelam ou os regulamentam. A história dos museus é marcada pela própria etimologia da palavra *mouseion*: “pequena colina, lugar das Musas” (POULOT, 2013, p. 15). As musas eram seres mitológicos, filhas de *Mnemosine* deusa da memória e de Zeus, o pai de todos os deuses, portanto, trata-se de um mito fundador que sugere a união entre poder e memória. A origem dos museus remonta a Antiguidade, mas é a partir da prática do colecionismo e dos gabinetes de curiosidades que podemos vislumbrar o princípio dessas instituições.

Sobre as origens das coleções podemos destacar os objetos conquistados através das guerras, os tesouros reunidos e conservados pelos príncipes, as coleções que sugeriam ascensão social e também os conjuntos de objetos sagrados, como as relíquias por exemplo (POMIAM,1994). Algumas dessas coleções “serviam como estímulo à curiosidade e à pesquisa, e outras visavam unicamente ao estímulo emocional e estética” (HORTA,1987, p.160). Esta prática de reunião de artefatos, ou então, a história dos museus, é complexa e temos ciência de suas especificidades, entretanto considerando os limites e a proposta deste texto, sugerimos que ela pode ser apresentada em três momentos: primeiro no período da Antiguidade Clássica, quando eram reunidas coleções de arte em templos gregos e romanos; um segundo momento seria o período do Renascimento, no qual foram criados os chamados gabinetes de curiosidades, com coleções de objetos raros ou peculiares, como as coleções dos príncipes; já o terceiro momento na história destes espaços distingue-se a partir dos ideais do Iluminismo, quando os museus europeus foram se modificando, transformando-se em locais de pesquisas e em instituições públicas. (BREFE, 1998; POULOT, 2013; FIGUEIREDO&VIDAL,2013)

A partir do “Século das Luzes” parte da sociedade, como os burgueses, por exemplo, começam a almejar o acesso à arte e à ciência dando “origem ao museu moderno, com suas funções de pesquisa, educação, valorização do racionalismo, método e classificação” (POULOT, 2013, p.63). Segundo Dominique Poulot é a partir do século XVIII que são criados diversos tipos de museus no mundo todo que correspondem aos valores e narrativas de seus Estados de origem.

O nacionalismo do século seguinte favorece significativamente a expansão dos museus, com a criação de novas instituições para além do continente europeu, contribuindo também para o fortalecimento dos museus já existentes. Estas instituições ganham espaço neste período exatamente por se constituírem como um local de sacralização da memória e das “conquistas” de uma nação.

O século XIX é apontado como a “Era dos Museus”, segundo Poulot em relação ao público, é possível observar a preocupação em permitir o acesso e, portanto, desenvolver sistemas de organização das exposições e das coleções. Entretanto, “os verdadeiros usuários dos museus continuam sendo os *studiosi* e os artistas, que se beneficiam sempre em condições privilegiadas”. (POULOT, 2013, p.63).

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1994) escreve que no continente americano a origem é um pouco diversa. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre os anos 1740 e 1870, há, certamente, a influência do iluminismo europeu, entretanto há também a presença dos ideais republicanos, o crescimento da classe média e o início da profissionalização na ciência. “Educação popular e pesquisa acadêmica são eixos que o compromisso americano desenvolve a partir de museus complexos, basicamente modelados como museus de História Natural, aos quais também se integra a atuação de sociedades históricas e arquivos” (MENESES, 2013, p.22). No Brasil²⁰⁴, o autor lembra que “o modelo oitocentista é, também, o do museu de História Natural, no qual se insere organicamente a Antropologia e, o como um enclave evocativo e celebrativo, a História”. (MENESES, 2013, p.22). A categoria de museu histórico, que nos interessa, aparece apenas no século XX.

MUSEU DO TROPEIRO: CAMINHOS E CONCEPÇÕES

²⁰⁴ Em 1818, 10 anos após da vinda da família real, cria-se o Museu Real com o objetivo de propagar os conhecimentos das ciências naturais no Reino do Brasil. Ainda no século XIX são criados espaços como: Museu Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emilio Goelgi (1871), Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

A respeito das instituições nacionais no século XX é possível enxergar uma retomada de um sentimento nacionalista que proporciona uma nova perspectiva aos espaços museológicos e ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. Segundo, Maria de Lourdes Horta, as coleções brasileiras foram “institucionalizadas nos ‘grandes museus nacionais’ durante a década de 30, época de perfil político-nacionalista exacerbado e que coincide com a criação do SPHAN²⁰⁵” (HORTA, 1997, p. 160).

Posteriormente a publicação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional dedicou-se principalmente à preservação dos bens imóveis dos Séculos XVI, XVII, e XVIII, prioritariamente de arquitetura religiosa (FONSECA, 2017, p.116). Entretanto, a letra da lei previa a proteção e a criação de instituições museais, como podemos observar no artigo 24:

A união manterá para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares. (BRASIL, 1937, s/p)

Segundo Ana Maria Alves Machado (2013) a relação dos museus e de outras instituições culturais com o SPHAN, teve como principal articulado o seu diretor, Rodrigo de Melo e Franco, o qual esteve à frente do órgão de 1936 até 1967. O nacionalismo dos anos 1930 marcaria a missão política das instituições museais, em busca da construção e consolidação da nação brasileira, “essa mentalidade específica de organização e preservação da história pátria será a mesma que prevalecerá como tônica determinante do modelo de formatação da história de diversas localidades, através dos museus municipais” (MACHADO, 2013, p. 154).

O museu público municipal de Castro começa a tomar forma a partir do ano de 1975, momento em que o pensamento museal proposto pelo SPHAN sofre mudanças, pois a partir da década de 1970 “os museus são utilizados como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, com tendências a efetivação do ideal do regime militar” (MACHADO, 2013, p. 154). Todavia, internacionalmente, esta mesma década é caracterizada pela Nova Museologia, principalmente com a discussão da mesa-

²⁰⁵ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional é então responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. O órgão deveria organizar, fiscalizar e proteger os bens móveis e imóveis considerados exemplares de notável valor histórico, artístico, arqueológico ou bibliográfico.

redonda, organizada pela UNESCO, que ocorreu na cidade de Santiago no Chile em 1972. Ocasão em que este campo do conhecimento, a museologia, se propõe a pensar a diversidade cultural, a defesa do patrimônio das minorias étnicas e a integração dos museus com as comunidades locais. É nesse contexto que inicia a trajetória do Museu do Tropeiro.

Aos vinte e hum dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e sete, centésimo vigésimo ano da elevação da cidade de Castro à categoria de cidade, centésimo quinquagésimo quinto ano da Independência do Brasil e ano da Proclamação da República foi inaugurado oficialmente, na presença das excelentíssimas autoridades e do público abaixo assinados o Museu do Tropeiro, com o objetivo de evocar aquela figura histórica do Brasil Colônia, dos séculos XVIII e XIX que tanto contribuiu para a formação da Santana do Iapó, hoje cidade de Castro, bem como de muitas outras cidades nas Províncias, hoje Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p.1)

A literatura consultada expõe que há um incentivo à criação de museus históricos municipais, além do mais, outros museus foram criados neste mesmo período no Paraná. Entretanto em Castro há uma característica peculiar, optou-se por um museu histórico temático, como podemos observar na ata de inauguração do mesmo. O próprio nome escolhido indica seu objetivo, bem como no trecho citado acima é possível verificar que o compromisso da instituição é especificamente com a história da origem do município e também indica o provável alcance regional deste museu, posto que se trata de um tema comum a outras localidades brasileiras.

Pesquisando nos arquivos institucionais do Museu do Tropeiro percebemos que a criação e a consolidação desse museu não se dá apenas pelo anseio de uma só pessoa, tarefa inexecutável, porém é inegável a participação e a dedicação fundamental de uma mulher: a professora Judith Carneiro de Mello²⁰⁶. Este museu é intimamente vinculado

²⁰⁶Professora Judith Carneiro de Mello, nasceu em Castro, no Paraná, em 11 de abril de 1923, filha de Vespasiano Carneiro de Mello, empresário e político e de Maria da Conceição Bueno Barbosa Carneiro de Mello. Judith era integrante de uma das mais antigas e conhecidas famílias do município de Castro, Paraná. Estudou nos Colégios São José e Diocesano Santa Cruz da cidade natal, seguindo depois para Curitiba onde formou-se normalista em 1942 e em seguida foi nomeada para o Grupo Escolar Vicente Machado. No ano de 1949, retorna para Curitiba para cursar a Escola Superior de Educação Física, lecionando por três anos no Grupo Escolar da Mercês na capital do Estado. Lecionou também no município de Piraí do Sul no Grupo Escolar “Leandro da Costa”, na Escola Normal Regional e no Ginásio Jorge Queiroz. Transferida em 1954 para Rolândia, também no estado do Paraná, trabalhou no Ginásio Estadual e na Escola Normal Regional. Em 1964 retornou para sua cidade natal e lecionou na Escola Normal Amanda C. de Mello e mais tarde foi Diretora do Ginásio Estadual de Castro, hoje Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello. Aposentou-se da função de professora no ano de 1983, após trinta anos dedicados à educação.

com sua idealizadora, a qual cumpriu a função de diretora por aproximadamente 30 anos. Esta informação consta também na Ata de Inauguração do Museu do Tropeiro:

A ideia de criação de um museu histórico na cidade de Castro é um sonho muito antigo e um sonho de longos anos da Professora Judith Carneiro de Mello, a cujo o empenho e dinamismo hoje é inaugurado um de seus anelos, em benefício, não somente, da gente de sua terra natal, mas de todos que por aqui passarem e tiverem o privilégio de visitar o Museu do Tropeiro. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p.1)

A figura da professora da Judith aparece constantemente em grande parte dos documentos produzidos pela ou sobre a instituição, assim como está na memória e na fala dos funcionários e de muitos visitantes e pesquisadores que tivemos a oportunidade de conhecer²⁰⁷.

Na gestão do advogado Lauro Lopes, então prefeito municipal, Judith encontrou apoio para concretizar o seu projeto. O primeiro passo burocrático foi a publicação da declaração de utilidade pública de um imóvel, para fins de desapropriação, em 16 de maio de 1975. Logo em seguida a edificação foi adquirida e restaurada com recursos da Prefeitura Municipal de Castro. No ano subsequente pelo Decreto Municipal Nº 71/76 do dia 01 de dezembro de 1976 foi oficialmente criado o Museu do Tropeiro, inaugurado no mês seguinte em 21 de janeiro de 1977.

Sobre a sede é importante destacar que se trata de uma casa construída no final do século XVIII com características de arquitetura colonial, “apresenta aberturas com requadros em madeira, vergas encurvadas, janelas de peitoril, folhas externas em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos, postigos internos em calha e portas com bandeiras”. (LYRA, 2006, p.80). As obras de restauração foram executadas com o acompanhamento da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, segundo projeto do arquiteto Sérgio Todeschini Alves. No mesmo ano da inauguração foi instaurado o processo de tombamento do imóvel que desde de 1978 está sob proteção do Estado do Paraná.

Mas por qual razão surge a proposta de um museu temático? Como o “tropeiro” tornou-se principal elemento para a política de preservação do patrimônio cultural do município?

²⁰⁷ Judith faleceu no ano de 2007 e esta pesquisadora iniciou suas atividades profissionais no Museu do Tropeiro no ano 2012.

Já na fase de pesquisas, quando a ideia era a da criação do Museu da História de Castro, recebemos, a visita do: eminente Professor Dr. Newton Carneiro, membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pessoa conhecida de todos os paranaenses, pela sua cultura invulgar e por ser a autoridade absoluta que é em questões de História. Mostrou-se vivamente interessado, transmitindo-nos o seu entusiasmo e a certeza de que a instalação de um “MUSEU DO TROPEIRO”, sobre estar, mais condicionada à história da cidade, seria a realização inédita no Brasil. Disse mais, o ilustre historiador, que não via melhor abrigo para um acervo do tropeiro do que esta casa, e que deveríamos entrar em contato com o IPHAN (MUSEU DO TROPEIRO, 1980, s/p)

Além deste trecho presente em um boletim institucional, Judith revela, em entrevista gravada e transcrita, o diálogo com o historiador Newton Carneiro

A gente não ouve mais as histórias como eu ouvia de minha avó, e como o povo vivia diferente. Estou vendo um descaso pela nossa história, nossa origem. Então, eu fico muito grata que o senhor me dê essa orientação. Eu só peço uma coisa: que o senhor me ajude a fazer esse museu. Ele falou: “Ah! Mas eu estou muito satisfeito (...) porque Castro é a cidade depositária de toda a história do Paraná”. Eu fui vendo que toda aquela história que meu pai contava, do caboclo de Castro, estava dentro daquilo que eu procurava (...) em dois meses eu pus todo aquele acervo do museu lá dentro, graças às amizades do meu pai. No interior do município, aonde eu chegava, eles diziam: “não posso ir, mas a senhora pode levar o que achar que pode servir para o seu museu. (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 26)

A história do tropeiro no Paraná é, portanto, a história de uma estrutura agrária, o que a historiografia tradicional paranaense denominou de “sociedade campeira”. A economia era baseada na subsistência e nas atividades pecuárias. Saint-Hilaire, em sua viagem pela região dos Campos Gerais, em 1822, descreveu os hábitos e as características que encontrou durante o caminho. Segundo o viajante os homens desta região estavam “sempre a cavalo e andavam quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado à sela, que é de um tipo especial denominado lombilho” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 18).

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua região. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro, partem para o sul, onde compram burros bravos para revende-los em sua própria terra ou em Sorocaba. (SAINT-HILAIRE, 1995, p.19)

O tropeiro, por definição, é aquele que conduz uma tropa, principalmente de equídeos; aquele que conduz bestas de carga ou manadas de gado, cavalos e bois;

aquele que negocia gado; um empresário de transportes. Encontram-se tropas e tropeiros em grande parte do território povoado durante o período colonial brasileiro e também após a independência, entretanto é ao comércio de muares no Brasil meridional, denominado pelos estudiosos e interessados, como tropeirismo, que se dedica o Museu do Tropeiro de Castro.

Pesquisadores dessa temática argumentam que a expansão territorial do sul do país se dá principalmente a partir desta atividade econômica. O caminho mais conhecido e que serve como referência para esta atividade é o chamado Caminho do Viamão, trilhado pela primeira vez por Cristóvão Pereira de Abreu entre os anos de 1731 e 1732, conduzindo aproximadamente 3000 mulas durante esta tropeada (GOULART, 1961, p.37). Mais tarde com o estabelecimento da feira anual de Sorocaba, sabe-se que o tráfego de tropas e tropeiros era intenso, atravessando as regiões que correspondem hoje ao estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná até chegar ao estado de São Paulo. Sérgio Buarque de Holanda afirma também que é a partir de 1730, “com a abertura do caminho por terra que de Curitiba ia dar às campinas do Viamão e à colônia do Sacramento, é que o cavalo começa a ter lugar no ritmo ordinário da vida paulista” (HOLANDA, 1975, p. 154). Na obra “Caminhos e Fronteiras” há um trecho intitulado “Do peão ao tropeiro”, no qual o historiador escreve sobre a falta dos animais de transporte e a condição das estradas na região de São Paulo. “O paulista se locomovia a pé, pois possuir cavalgaduras era um luxo” (HOLANDA, 1975, p.131).

Partindo de inventários *post mortem* e outras documentações de registro de impostos, o autor destaca que “a partir de 1733, ou pouco depois, é que começa a avolumar-se o número de bestas muares vindas do Sul, geralmente de passagem para as minas” (HOLANDA, 1975, p.155).

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade na população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. (HOLANDA 1975, p.158)

O historiador não utiliza o termo “tropeirismo”, entretanto é interessante observar como ele descreve essa atividade e os sujeitos envolvidos. A afirmação de que há uma mudança de mentalidade e as características que o autor descreve no decorrer do texto corroboram com muitos discursos encontrados sobre a temática.

Há na figura no tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do correntino, uma dignidade sobranceira e senhoril, aquela mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir ao ócio mais do que ao negócio, muitos dos seus traços revelam nele a herança ainda bem viva, e tempos passados, inconciliável com a moral capitalista. A dispensa muito frequente de outra garantia nas transações, além da palavra empenhada, que se atesta no gesto simbólico de trocar o fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a noção feudal de lealdade do que com o conceito moderno de honestidade comercial. (...) O amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, esses indivíduos rústicos, que ajazezam suas cavalgadas com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros. (...) A ostentação de capacidade financeira vale aqui quase por uma demonstração de força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante. (HOLANDA, 1975, p. 159)

Quem visita a exposição do Museu do Tropeiro pode construir pontes e analogias entre o acervo, a narrativa da exposição e este trecho citado acima. Inclusive, durante um longo período, esteve em exposição o “Código do Tropeiro” que reforçava principalmente a questão da honestidade e da cordialidade destes negociantes²⁰⁸. A ostentação financeira é perceptível através das peças de prata e alpaca, bem como os móveis e louças da “casa do tropeiro”.

No que diz respeito as rotas percorridas por estes tropeiros, definidas no século XVIII, foram determinadas a partir do relevo, seguindo os vales dos rios, mas também pelas trilhas indígenas existentes na região e principalmente pela procura dos campos com fartura em pastagens. Ao longo do caminho surgiram paradas que se transformaram em povoados graças ao fluxo desses tropeiros. Os locais de pousos das tropas, foram se tornando pontos de reabastecimento, de invernada e até de comércio de muares. Era preciso suprir as necessidades dos tropeiros através do plantio de roças e estabelecimentos comerciais os quais geraram núcleos de povoamento, que foram expandindo até tornarem-se cidades.

208 “Competia ao tropeiro: Não deixar porteira aberta; respeitar a propriedade alheia; saudar a todos que encontrasse em caminho; nunca chegar à casa de alguém pelo lado da cozinha; respeitar as mulheres; ser leal aos companheiros; ser correto nos negócios; honrar a palavra dada”. ROMAGUERA NETTO, Luiz. Erro Histórico & Outros Ensaios. Imprensa Oficial, Curitiba. 2002.

Entregues à vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam historicamente, vivendo numa região que se constituiu em “zona de passagem”, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham, sobretudo, costumes de gaúchos (MACHADO, BALHANA, 1968, p.38).

Entre o século XVIII e meados do XIX, Castro se estabelece como o centro administrativo de toda essa região denominada Campos Gerais²⁰⁹. Pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terras às famílias que desejassem fixar moradia. O primeiro requerimento desse caráter, feito por Pedro Taques de Almeida, data de 19 de março de 1704. A historiografia local²¹⁰ aponta que o rio Iapó²¹¹, por sua característica de tornar-se alagado, obrigava os tropeiros a aguardar e acampar. De tal modo, o antigo Pouso do Iapó avançou para a categoria de Freguesia de Sant'Ana do Iapó no ano de 1774, quando foi construída a primeira capela. A ascensão da Vila Nova de Castro ocorreu em 20 de janeiro de 1789, em homenagem a Martinho Mello e Castro, então Secretário dos Negócios Ultramarinos de Portugal. A Vila Nova de Castro foi elevada à categoria de cidade em 21 de janeiro de 1857, portanto a primeira cidade instituída após a emancipação da Província do Paraná (1853). De posse destas informações e do conhecimento de que os caminhos vindos do sul passavam por esta região, bem como amparada pela historiografia, através principalmente do historiador Newton Carneiro, Judith Carneiro de Mello organiza e institui o Museu do Tropeiro.

Compreendemos que todos aqueles que de alguma forma participavam desta atividade podem ser denominados tropeiros, e não somente os donos das tropas. Entretanto, a ideia de tropeiro a priori está atrelada ao dono do capital e muitos destes homens enriqueceram a partir desta atividade, ademais justamente pela posição econômica, alguns tropeiros tiveram grande participação na vida política da Região Sul. Brasil Pinheiro Machado (1968), escreve que os grandes proprietários rurais, os que detinham grandes fortunas da província, representavam o poder político local. A partir da emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente

²⁰⁹ Geograficamente Reinhard Maack (1991) define Campos Gerais como uma região de aproximadamente 19.060 km²: “utilizados predominantemente para a criação intensiva de gado bovino, entende-se desde a fronteira com o Estado de Santa Catarina até o limite com o Estado de São Paulo” (MAACK, 1991, p.256).

²¹⁰ José Pedro Novaes (1972); Oney Barbosa Borba (1986).

²¹¹ O Rio Iapó nasce no município de Piraí do Sul, corta o perímetro urbano de Castro e deságua no Rio Tibagi, no município de mesmo nome.

restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, constituindo assim uma oligarquia. (MACHADO; BALHANA, 1968).

A influência e o prestígio destes comerciantes são registrados pela historiadora Cecília Westphalen, pois, segundo a autora, entre os anos 1842 e 1888, foram outorgados na região do Paraná, oito títulos de nobreza, sendo seis destes títulos para tropeiros: Barão de Antonina, Barão do Tibagi, Barão dos Campos Gerais, Barão de Guarapuava (depois Visconde de Guarapuava), Barão de Guaraúna e Barão de Monte Carmelo (WESTPHALEN, 1995, p.17).

Contudo, a estrutura agrária dessa região, não é somente composta por grandes latifúndios e por ricos proprietários, mas também com pequenas propriedades e trabalhadores escravizados ou livres. Os objetos que são representativos desta atividade, são também objetos comuns do cotidiano da vida rural no Brasil. A cultura material relacionada a este tema é bastante diversificada. A lida com os animais é composta por artefatos como: freios, selas, pelegos, estribos, coxonilhos, chicotes, esporas; objetos de carga, como bruacas, canastras, cangalhas, jacás; objetos de indumentária, como chapéus, botas, ponchos; objetos de uso nos pousos, bancos, caldeirões, chocolateiras, talheres; objetos de uso pessoal, garruchas, facas, punhais; entre outros elementos que estão relacionados diretamente ao trabalho no campo, à viagem e ao comércio de animais.

Portanto, o acervo do Museu do Tropeiro é composto majoritariamente por esta tipologia de objetos. Como dito no início do texto, nos propomos a provocar uma reflexão acerca do patrimônio cultural institucionalizado por esta instituição. Os bens culturais, hoje tombados, eleitos patrimônio público do município de Castro, sofreram um processo de seleção pois, o “espaço material dos museus é constituído social e simbolicamente pelo tenso entrecruzamento de diversas relações entre grupos étnicos, classes sociais, nações, categorias profissionais, público, colecionadores, artistas, agentes do mercado de bens culturais, agentes do Estado, etc.” (GONÇALVES, 2007, p.83). Sendo assim, ponderando a função social dos museus, principalmente um museu público, nos propusemos, em uma pesquisa que ainda se encontra em andamento, historicizar e problematizar a constituição e a trajetória dessa instituição.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos

o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar as obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social (CANCLINI, 2011, p.169)

Os artefatos materiais, vulgarmente, são vistos apenas como produto da ação humana, entretanto, é necessário compreender que os comportamentos sociais também podem ser moldados pelos objetos. Os museus são “recursos estratégicos” para esse entendimento, pois “no museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sógnicos” (MENESES, 2013, p. 19).

TEATRO DA MEMÓRIA OU LABORATÓRIO DA HISTÓRIA?

As especificidades de criação do Museu do Tropeiro e a maneira como ele se estabeleceu na sociedade, oferecem subsídios capazes de auxiliar a instituição museal pesquisada a cumprir sua função social e assim atingir os mais diferentes públicos, bem como, promover a reflexão para outras instituições. Ulpiano Bezerra de Meneses, questionava, na década de 1990 quais as possibilidades de participação de um museu histórico na produção do conhecimento histórico. Teatro da memória ou laboratório da história? Nesse sentido, questionamos hoje qual seria a orientação do Museu do Tropeiro.

O Museu do Tropeiro tem por finalidade: - primeiro: – pesquisar e estudar os documentos, arquivos e demais registros sobre a pessoa do tropeiro e de sua influência econômica, social e cultural na área de sua atuação; - segundo: - reunir os testemunhos materiais autênticos usados pelo tropeiro na sua época; - terceiro: - expor estes objetos para o conhecimento e apreciação de estudiosos e do público em geral; quarto: contribuir com a política de Turismo do Governo da Revolução de 1964, no eixo Vila Velha – Foz do Iguaçu, no plano de Turismo Cultural. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p.1)

Neste trecho da ata de inauguração observamos a intenção em tornar-se em primeiro lugar uma instituição de pesquisa. Esta é uma informação essencial quando tratamos de museus históricos tradicionais, principalmente os museus públicos municipais, aqueles que estão longe dos grandes centros e também da Academia. Afinal, sabe-se que paira na sociedade uma ideia de que museus são depósitos de velharias. A partir da análise das fontes, documentos administrativos e também

publicações da instituição, percebemos o propósito da pesquisa desde a sua gênese, o que certamente influenciou diretamente na formação do arquivo documental e da biblioteca especializada da instituição, isto é, pesquisa em documentos oficiais. Contudo, ainda precisamos aprofundar, caso existam, investigações a partir dos bens culturais pertencentes à instituição. Nesse momento, podemos sugerir que as determinações das escolas metódica e positivista na produção do conhecimento histórico podem, de alguma maneira, ter influenciado esta prevalência.

De acordo com o conceito de museu exposto no início do texto, museus são locais que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem determinado patrimônio de alcance histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outro caráter. Para complementar esta análise a respeito do Museu do Tropeiro e a relação entre patrimônio cultural e institucionalização de uma narrativa, além do contexto de fundação, apresentamos um trecho retirado de um Boletim Informativo produzido em comemoração ao terceiro aniversário da instituição:

Castro, que representa, por força do tropeirismo, um importante elo de integração entre o norte e o sul, tem neste Museu do Tropeiro conservado suas tradições. Vai mostrar às gerações de hoje e o do futuro toda a pujança de uma era de coragem, de desbravamento, de patriotismo e de afirmação de valores pátrios. Muito, portanto, falará a posteridade este monumento. Ele a prova de um passado de trabalho, de um presente de realidades e de um futuro repleto de esperanças. Ele é o tributo de gratidão àqueles homens obstinados que, embalados pela sua bravura, lançaram-se à magnífica aventura de abrir novos caminhos no chão da Pátria, propiciando o surgimento de novos núcleos de civilização, de novas cidades, de nossa cidade de Castro. E porque retrata este Museu a fisionomia sociológica de uma época de nossa história, a sua finalidade não é, apenas, a de guardar o acervo dos usos e costumes do tropeiro, todavia sirva ele de exemplo e estímulo para as gerações futuras, convidando à reflexão, ao estudo, e à pesquisa social e histórica. (MUSEU DO TROPEIRO, 1980, s/p)

O texto apresenta o museu como monumento. O termo monumento tem sua origem no latim *monumentum*, derivação de *monere*, ou seja, lembrar ou advertir. A historiadora Françoise Choay (2017), argumenta que este termo denota uma natureza afetiva, portanto “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2017, p. 18). Este aspecto é evidenciando quando citamos o depoimento da senhora Judith e sua preocupação em preservar às memórias relatadas por seu pai ou que ela testemunhara, bem como no trecho acima, quando utiliza-se a expressão “tributo de gratidão”, dialogando diretamente com a definição proposta por Choay que considera monumento “tudo que

for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 18). Além deste aspecto, destacamos também a intenção em preservar uma história de exaltação à pátria e ao patriotismo, tão intrinsecamente vinculada à política de preservação em todo o território nacional.

Todavia, o final do texto convidando o visitante à reflexão e a pesquisa, interrompem o raciocínio de imposição de uma determinada versão ou então de apenas um memorial que não apresenta questionamentos e problemáticas. Nos parece que o (a) autor (a) do texto, porta voz da instituição, reitera a posição de que os museus devem ir além do senso comum de guardiões da memória, há a preocupação com a produção do conhecimento histórico. Essa aparente incongruência aguça ainda mais o interesse na pesquisa sobre a instituição. Sabemos que o processo de construção do conhecimento é dinâmico e implica diversas adversidades, especialmente para o historiador que está constantemente refletindo sobre o ofício.

Jacques Le Goff (2013) escreve que é em função das necessidades contemporâneas que a história recolhe, classifica e agrupa os fatos passados. “É em função da vida que ela interroga a morte” (LE GOFF, 2013, p.29). A função social da história pode ser definida como a organização do passado em função do presente. Neste sentido, as discussões sobre objetividade e imparcialidade na atividade do historiador é recorrente. Sobre o tema, o autor distingue os dois termos, salientando que a objetividade é inconsciente, e que seria impossível o historiador ser objetivo, abstrair suas concepções ao passo que a imparcialidade exige do historiador honestidade e esta é conquistada através de revisões do trabalho histórico e acumulações de verdades parciais. Acreditamos que a mesma ideia se justapõe aos museus históricos e, portanto, pretendemos seguir uma análise ciente das relações entre objetividade e subjetividade na construção de uma narrativa museológica.

Nesse sentido, o entendimento sobre monumentos, materiais da memória, seriam heranças do passado, enquanto os documentos uma escolha do historiador. (LE GOFF, 2013, p. 485). “O monumento tem como característica a perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado para a memória coletiva) ” (LE GOFF, 2013, p.486). O documento para a escola positivista é o alicerce do fato histórico, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica (LE GOFF, 2013, p.486). O monumento teria uma intencionalidade que não corresponderia a objetividade

do documento. Entretanto, a partir da chamada Escola dos Annales há uma ampliação do conceito de documento, bem como manifesta-se o entendimento de que não existe um documento objetivo e inócuo. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p.495). Ambos são tomados de intencionalidade e de subjetividade.

Le Goff afirma que o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 2013, p.497). Posto isso, devemos expor que há uma pesquisa andamento e, portanto, o objetivo do texto é provocar a reflexão, deste modo, concluímos afirmando que o objetivo não é construir um juízo de valor a respeito da trajetória do Museu do Tropeiro, mas sim auxiliar a instituição, bem como outras instituição que se dedicam a preservação do patrimônio cultural, caminhos e subsídios para que possam de alguma maneira possibilitar à sociedade o acesso à cultura, ao conhecimento da sua história, ao reconhecimento de possíveis laços indenitários e, conseqüentemente permitir a conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS

- MUSEU DO TROPEIRO. CASTRO. **Ata de inauguração realizada no dia 21 de janeiro de 1977**. Livro 1, 200, p. 1-2.
- MUSEU DO TROPEIRO. CASTRO. **Boletim Informativo**.1980.
- ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO. **Judith**. Castro: Gráfica Kugler. 2013.
- ROSAS, José Pedro Novaes. **A fundação da cidade de Castro**. Curitiba: Vicentina, 1972.
- ORBA, Oney Barbosa. **Os iapoenses** 2ª ed. Curitiba: Lítero-Técnica , 1986
- BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 –Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Estabelece o Estatuto dos Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 01 abr. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** 6. ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Histórias e memórias de um “museu local”:** o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 163-197, jun. 2009.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Histórias e Memórias ao Redor dos Trilhos:** Um Relato Histórico do Museu de Ourinhos e do Conjunto Benedito da Silva Eloy. OURINHOS: UNESP- CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS, 2008. 56p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Teatro da memória. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 158-162, 1987

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1981, 442 p.

MACHADO, A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna/Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras.** 2 ed – Belo Horizonte: Fino Trato, 2013

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2013, p. 15- 84.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86

POULOT, D. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

TRADIÇÃO, FRONTEIRA E MASCULINIDADE: A ELABORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL GAÚCHO NO FESTIVAL DA BARRANCA (DESDE 1972), SÃO BORJA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

TRADITION, FRONTIER AND MASCULINITY: THE ELABORATION OF THE GAUCHO CULTURAL PATRIMONY AT THE FESTIVAL DA BARRANCA (SINCE 1972), SÃO BORJA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Natali Braga Spohr

Bacharel em Turismo (Universidade Federal de Pelotas – UFPel) e Mestre em História (Universidade de Passo Fundo – UPF). Professora na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA - Campus Jaguarão/RS
natali.bspohr@gmail.com

RESUMO

O presente artigo procura delinear um panorama historiográfico do Festival da Barranca, evento regional que acontece, desde 1972, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, rio que faz fronteira natural entre o Brasil e a Argentina. Tal estudo decorre de uma não-experiência de campo, uma vez que no Festival os convidados são somente homens, no entanto, pela vivência através dos relatos dos participantes, os chamados “barranqueiros”, e na pesquisa em fontes jornalísticas e documentais, buscar-se-á descrever e promover reflexões sobre o evento que gerou extensa e significativa produção de música e poesia no decorrer de quase cinquenta anos. Dessa maneira, é possível sinalizar que o Festival da Barranca, assume a condição de patrimônio cultural (BRASIL, 1988; CANCLINI, 1994) pela representatividade que faz da identidade cultural (HALL, 2006: 2008) gaúcha, e assim, para melhor compreendê-lo, serão observadas categorias analíticas que o perfilam, tais como tradição (HOBSBAWM e RANGER, 1984), fronteira (BAKHTIN, 1993; MARTINS, 2000) e masculinidade (LEAL, 1989: 1992: 2009: 2012; PENTEADO e GATTI, 2011).

Palavras-chave: Festival da Barranca. Patrimônio Cultural. Tradição. Fronteira. Masculinidade.

ABSTRACT

This article intends to delineate a historiographic overview of the Festival da Barranca, a regional event that has taken place, since 1972, in the municipality of São Borja in Rio Grande do Sul, on the banks of the Rio Uruguai, a natural border between Brazil and Argentina. Such study stems from a non-field experience, since in the Festival the guests are only men, nevertheless, by the experience through the reports of the

participants, the so-called "barranqueiros", and in research in journalistic and documentary sources, we will seek to describe and promote reflections on the event that generated an extensive and significant production of music and poetry during almost fifty years. In this way, it is possible to signal that Festival da Barranca, assumes the condition of cultural patrimony (BRASIL, 1988; CANCLINI, 1994) for the representativeness it makes of the gaúcho (LEAL, 2012) cultural identity (HALL, 2006: 2008), and thus, to understand it better, analytical categories will be observed, such as tradition (HOBSBAWM and RANGER, 1984), frontier (BAKHTIN, 1993; MARTINS, 2000) and masculinity (LEAL, 1989: 1992: 2009: 2012; PENTEADO and GATTI, 2011).

Keywords: Festival da Barranca. Cultural Patrimony. Tradition. Frontier. Masculinity.

INTRODUÇÃO

O evento abordado neste artigo acontece em São Borja, município localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, ao sul do Brasil e na divisa com Santo Tomé, na Argentina, onde a linha de fronteira é o Rio Uruguai, distante 580 quilômetros de Porto Alegre e 860 quilômetros de Buenos Aires. Mais especificamente em um pesqueiro²¹², às margens desse Rio.



Figura 7 - Localização Geográfica. FONTE: Prefeitura Municipal de São Borja/RS.

²¹² Denominação dos locais destinados comumente à prática da pesca.

O Festival da Barranca ocorre desde 1972, nos feriados da Semana Santa e a partir de então, é espaço de significativa e extensa produção de música e poesia. Da primeira edição até hoje, o evento mantém as características de ser realizado às margens do Rio Uruguai, no período mencionado e sob a organização do Grupo Os Angüeras²¹³. Os participantes do festival são cantores, compositores, poetas, ficcionistas e memorialistas, além de pessoas ligadas ao meio artístico regional e outros, desde que convidados pelo grupo organizador e somente do sexo masculino.

O improviso e o tema único são outras peculiaridades da Barranca, como é comumente denominada e, a cada ano, tais condições são reafirmadas. O tema proposto aos compositores é conhecido na noite de sexta-feira, para ser apresentado na noite de sábado, de modo que os participantes têm 24 horas para elaborar a obra. As premiações são: Cigarra de Acampamento, para aquele que canta por mais tempo e anima o grupo; O Comendador, para quem alcançar um alto grau alcoólico, porém sem ser qualificado como um “borracho” inconveniente; Troféu Quá Quá, premia a música irreverente e com humor; Troféu Sérgio Jacaré, para a melhor letra e Troféu Apparicio Silva Rillo, ao primeiro lugar. Ainda, na Barranca há uma moeda própria, chamada de “manduca”, em homenagem a Cláudio Oraindi Rodrigues, primeiro jurado do festival.

Desde o ano de 1982, por ocasião da comemoração no tricentenário de São Borja, é realizado um show em praça pública, onde os artistas “barranqueiros”, apresentam-se para a comunidade e depois seguem para o local do festival, distante treze quilômetros do centro da cidade, e encontram-se com algo como trezentos convidados, número de participantes tido por ideal pelos organizadores do evento, por assim conseguirem atender satisfatoriamente a todos²¹⁴.

Considera-se que o Festival da Barranca, assume a condição de patrimônio cultural por ser um espaço de construção da identidade cultural gaúcha, pois no decorrer de quase cinquenta anos de existência, tem considerável representatividade dentro do

²¹³ O Grupo Amador de Arte Os Angüeras, de São Borja, foi fundado em 10 de março de 1962, e desde então, atua nos campos da música, da literatura regional, do teatro e da pesquisa sobre o folclore. Os Angüeras, surgiram a partir do Departamento Cultural do chamado "Clube dos Dez", tratava-se de um grupo de amigos que se reuniam, periodicamente, com objetivos os mais variados. Os fundadores foram Apparício e Suzy Rillo; Carlos e Maria Moreno; José e Magda Bicca; Sady Santiago e Ana Rosa; Darwey e Mariazinha Orengo; Telmo de Lima Freitas e Vicente Goulart.

²¹⁴ Na última edição do Festival da Barranca, foram consumidos, em três dias de evento, 300 kg de carne de gado, 250 kg de carne de ovelha, 185 kg de peixe, 90 kg de arroz, 50 kg de charque (carne seca) e mais de 2 mil ovos no café da manhã (VIGNA, R. **Festival da Barranca, um marco da música regional gaúcha**. Jornal do Comércio, 26 abr. 2019. Disponível em: <http://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/especiais/reportagem_cultural/2019/04/680833-festival-da-barranca-um-marco-da-musica-regional-gaucha.html> Acesso 27 abr. 2019.

gauchismo, uma vez que mesmo que as músicas permaneçam inéditas ao final do festival, estão aptas às inscrições no circuito de festivais de música regional, que correspondem a mais de trinta eventos, distribuídos pelos estados da região sul do Brasil, Argentina e Uruguai.

Neste contexto, para melhor compreender o fenômeno aqui abordado, são estabelecidas categorias de análise que perfilam o objeto deste estudo. Acredita-se que a partir da tradição, da fronteira e da masculinidade é possível compreender sobre a elaboração deste patrimônio cultural. E como consequência do presente estudo, destacam-se as reflexões contemporâneas que o tangenciam, cujos desdobramentos, acredita-se serem capazes de contribuir para os diálogos sobre o tema da cultura gaúcha no século XXI.

OBJETIVOS

Um dos objetivos desta pesquisa é a tentativa de delinear um panorama historiográfico do Festival da Barranca, desde o ano de 1972, quando ocorreu a primeira edição, até a quadragésima oitava, ocorrida neste ano de 2019 e assim entender um pouco da mística do evento.

Pretende-se, sobretudo, observar, através da proposição de categorias de análise, tais como tradição, fronteira e masculinidade, como se dá a elaboração do patrimônio cultural gaúcho a partir do Festival da Barranca.

E ainda busca-se promover reflexões sobre a representatividade do evento no contexto do século XXI, uma vez que trata-se de um bem cultural acessado somente por alguns grupos sociais e suas peculiaridades tem suscitado debates na sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, a pesquisa é sobretudo qualitativa, pois tentará compreender a totalidade do fenômeno, sem desconsiderar as especificidades dos objetos de estudo. Para Goldenberg (2013), tratar dados qualitativos é descrever em detalhes as situações com o objetivo de compreender a sociedade através dos

indivíduos, as regras são difusas e o êxito está atrelado à “sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador” (p. 53).

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 14).

No que tange aos objetivos, o estudo que aqui se propõe é exploratório, pois busca a promoção da familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito e de acordo com Gil (2007) envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão. De modo a ser classificada como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007) e também descritiva pois pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Para Carbonari (2009) o foco central da historiografia são as experiências existenciais de pessoas concretas e indivíduos, enfim, a “vivência dos sujeitos, os “subalternos”, dentro das estruturas dominantes” (p. 32), de maneira que são as significações que fazem frente às hegemonias, ou seja, a ação humana é responsável pela formação do espaço. Assim, é fundamental para a realização deste estudo a técnica da história oral, de modo que os relatos dos participantes do evento, os barranqueiros e suas criações são formas de conhecer o objeto aqui analisado.

As fontes utilizadas na pesquisa são de bases teóricas e práticas. Correspondem às fontes primárias da pesquisa aquelas obtidas em primeira mão, diretamente das pessoas e dos documentos originais sem tratamento, de modo que privilegiou-se a percepção dos “barranqueiros” através dos seus depoimentos e acervos de documentos e fotos. Por fontes secundárias temos as **bibliográficas** que se referem as pesquisas já realizadas de assuntos que perfilam o tema abordado, como monografias, dissertações, teses, revistas, documentário²¹⁵ e textos jornalísticos impressos e virtuais.

DESENVOLVIMENTO

²¹⁵ Ver: Comício de Espíritos. Documentário de Lucas Bicca e Maurício Copetti. 1h01min. 2003. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=U3C3uT5zl08>> Acesso em: 12 mar. 2019.

*Um comício de espíritos*²¹⁶

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, os festivais nativistas passam a fazer parte da sociedade no Rio Grande do Sul, muito por conta das iniciativas anteriores, como por exemplo do Movimento de Tradições Gaúchas, o MTG²¹⁷. O primeiro deles foi a Califórnia da Canção Nativa, em dezembro de 1971, na cidade de Uruguai, em torno de duzentos quilômetros distante do nosso objeto de análise. Inspirados pelo festival pioneiro, Apparício Silva Rillo, José Lewis Bicca, Antonio Augusto Fagundes (Nico Fagundes) e Carlos Castilhos, ou como muitos ouviram deles, “um espírito”, criou/criaram o Festival da Barranca, ou somente, Barranca.

Em 1985, Apparício Silva Rillo, escreveu o seguinte texto, intitulado *Entendendo a Barranca*²¹⁸:

Nada acontece por acaso, segundo a teoria dos racionalistas (estes caras que são alimentados a razão balanceada). Talvez tenham lá suas razões, os cujos. Menos no que se refere ao festival da Barranca. Este nasceu por acaso como os nenês de novembro, frutos da sementeira suada do Carnaval. Pois sucede que o pessoal de Os Angüeras e mais alguns de achego, desde pelo menos 1965, realizavam duas grandes pescarias no ano: uma na Semana Santa, outra em setembro. A primeira para o tradicional jejum de carne (mulheres não nos acompanhavam e até hoje não). A outra na Semana da Pátria, para escapar (desculpa ...) dos chatíssimos desfiles que são a tônica da efeméride cívica. Para uma e outra pescaria vinham de Porto Alegre o Antonio Augusto Fagundes (Nico) e o Carlinhos Castilhos (Passaronga), com o Juarez Bittencourt (Xuxu) algumas vezes e, quando em quando, com outras caras mais ou menos simpáticas. E aí aconteceu. Por acaso, repito, contrariando os racionalistas. A gente estava no “Pesqueiro da Bomba”, no Rio Uruguai, na Semana Santa de 1972. Havia tomado umas que outras, alguém falou na Califórnia da Canção acontecida em primeira edição no dezembro anterior, em

²¹⁶ Designação de autoria de Luiz Sérgio Metz, o Jacaré. Jornalista, escritor e letrista do grupo musical Tambo do Bando.

²¹⁷ Estabelecido em 1966, o Movimento Tradicionalista Gaúcho foi estabelecido em 1966 e deriva de vários acontecimentos que transcorriam na sociedade rio-grandense desde o final da década de 40 do século XX. Ocasão em que o Estado Novo se extinguiu e jovens estudantes, encorajados pela abertura política e saudosos das suas raízes rurais, tomam iniciativas que geraram este movimento. Os fundadores do MTG foram: João Carlos Dávila Paixão Côrtes, Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva.

Ver: *Manifesto contra o Tradicionalismo* (TAU GOLIN, 2007), onde o professor define o Movimento como “o principal instrumento de negação e destruição desses traços culturais e direitos fundamentais do povo rio-grandense”. Disponível em: <<http://zurdo-zurdo.blogspot.com.br/2007/09/manifesto-contra-o-tradicionalismo.html>> Acesso em: 10 mar. 2019. Para Tau Golin, o tradicionalismo pode até ser inserido dentro da cultura popular, mas é produzido pela elite latifundiária e agropastoril, que por deter potencial de dominação, influencia as manifestações culturais. No entanto, somente representa a realidade de uma minoria oligárquica (GOLIN, 1983, p.11).

²¹⁸ Disponível em: <<http://www.angueras.com.br/barranca1.html>> Acesso em: 03 abr. 2019.

Uruguaiana, quando uma voz (acho que do Passaronga, outros acham que outro, há quem jure que de um espírito) sugeriu: - E se a gente fizesse o nosso festival? Aqui mesmo, no improviso, na barranca do rio? ... Então, naquela Semana Santa, noite de quinta-feira, ficou assentado em cepo de três pernas que se faria o festival. O Tio Manduca (disso sim, me lembro) propôs que as composições tivessem por base, tema único, nomeou-se o presidente da “Comissão” e lascou o tema: “Acampamento de Pescaria”. E aditou, enquanto me filava o trigésimo oitavo cigarro daquele dia: - Sábado de noite os artistas se apresentam. Vocês têm o dia todo de amanhã para trabalhar o tema. Tá resolvido ..

... Houve três concorrentes neste primeiro Festival da Barranca, que, naquela época e porque estava em seu início, não merecia as maiúsculas que lhe dou. Carlinhos Castilhos, só e mal acompanhado; Nico Fagundes com “Fuça” no violão e, em dupla Zé Bicca e esta voz que vos fala. Apresentadas as composições, por ordem de sorteio, cantou o Carlinhos (palmas, palmas e palmas), cantou o Bicca (idem, idem e idem) e finalmente o Nico (ibidem, ibidem e ibidem). A platéia, meio sobre a empolgação, assentava-se em semicírculo. Todos (eu disse todos) votaram. Menos os concorrentes, claro. Ganhou o Nico, com “Eu e o Rio” – hoje gravada, como tantas composições que nasceram na Barranca para ganhar alguns dos mais importantes festivais nativistas do Estado. O detalhe, nisso tudo, é que a composição vencedora (linda, a melhor da noite), nada tinha a ver com o tema proposto. Cantava a relação espiritual de um amante descornado com as águas do Rio Uruguai. Mas o fato é que ganhou. O que prova, desde a idade da pedra dos festivais nativistas, que júri deste tipo de evento não é flor de cheirar com pouca venta. A confraternização foi geral, o vencedor queria por que queria o prêmio (mas que prêmio caracos?). O Milton Souza ganiçava de raiva por que lhe haviam estragado a gravação (para a rádio São Miguel, ouviram?) por intervenção de calão não recomendável, eu achei que estava uma beleza, nada como o autêntico e o espontâneo para valorizar uma reportagem ... Aí o Milton me olhou de esquadro e eu saí pelo arrabalde. Pensando que Deus me desse saúde, engenho e arte, um dia eu ia escrever esse episódio. O que faço, vinte anos mais velho, mas feliz. Porque o Festival da Barranca, nesse tempo, depois de catorze edições, faz por merecer as maiúsculas que agora lhe confiro.

O que teve início com uma pescaria na Semana Santa, em 1972, tornou-se o mais antigo festival ininterrupto do Estado e um dos mais importantes espaços de elaboração do patrimônio cultural gaúcho. Conforme Miguel Bicca (apud VIGNA, 2019), até o início da década de 1970, a música regional era bastante influenciada por fatores externos à cultura. De modo que a partir da Califórnia da Canção Nativa e do Festival da Barranca, o cenário foi transformado.

A paisagem de São Borja, às margens do Rio Uruguai, há quarenta e oito anos é modificada durante a Semana Santa. Na encosta, chamada comumente de barranco, onde durante todo ano, por quase um quarto de século mora apenas um homem

chamado José Humberto Batagnolli Lima, mais conhecido por Farelo, é organizado o ambiente para o Festival.

A casa onde Farelo vive, funciona como escritório do evento, durante o ano todo. Mas é na Semana Santa que acontece o encontro pelo qual a equipe organizadora e os convidados aguardam desde a última edição. Oficialmente, o evento inicia na sexta-feira, mas muitos chegam já no início da semana. São montadas barracas, há uma cozinha, de alguns anos para cá foi construído um palco com uma cobertura, visto que as chuvas são frequentes nesta época do ano na região.



Figura 8 e 3 - Imagens do Festival. Fonte: Acervo Os Agüeras.

Muitos artistas, poetas, cantores, instrumentistas e escritores participaram e participam da Barranca, tais como o violonista virtuose Yamandú Costa, que frequentou o festival por várias edições na adolescência²¹⁹. Destaca-se a presença quase que intermitente dos integrantes do grupo musical Tambo do Bando, do músico Pirisca

²¹⁹ A idade mínima para a participação na Barranca é de quatorze anos.

Grecco, do poeta e artista plástico Rafael Ovídio, do violonista Gabriel Selvaje, da Confraria Ventania, um desdobramento de Os Angüeras e músicos independentes locais, dos Fagundes, descendentes de Antônio, o Nico. Enfim, artistas regionais que fazem parte do repertório cultural do Rio Grande do Sul, são incitados pelo festival ao encontro, convivência e parceria.

Tradição, fronteira e masculinidade = patrimônio cultural gaúcho

A tradição do Festival da Barranca foi estabelecida pelo tempo, pois no decorrer de quase meio século, a cultura gaúcha, ou o gauchismo foi manifestado nas suas edições. Gêneros e estilos artísticos se misturaram e evoluíram, no entanto coisas como o modelo adotado desde a primeira edição e a não participação de mulheres permanecem inalteradas. Em *A Invenção das Tradições*, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) estabelecem um conceito para tradição, onde apontam que a ideia de recorrência presente tanto nas tradições inventadas ou recriadas são dispositivos acionados com o intuito de tornar a prática crível enquanto legado.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (...) Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, E. e RANGER, T., 1997, p. 9).

A margem de escolha dos sujeitos é quem vai definir o quanto as identidades podem manter-se mais ou menos “dadas”. Em sociedades da Antiguidade e da Idade Média e em sociedades tradicionais, agregar-se numa identidade era automático, um *a priori* para que houvesse existência simbólica do grupo. Na modernidade, em decorrência de um longo processo histórico, a noção de individualidade passou a fazer parte do contexto e ocasionou o enfraquecimento das identidades mais densas, o que não significa a inexistência de experiência na coletividade, afinal toda identidade é coletiva.

Martins (2000) diz que a fronteira tem ao mesmo tempo a possibilidade de referência e visibilidade, ou seja, além de delimitar, ela revela e assim, porta-se como metáfora e conceito. Ao considerarmos a fronteira física ou politicamente, tendemos a imaginar marcos demarcatórios e aduanas, já quando metafórica, a fronteira é mais sutil, relativa às diferenças sociais e culturais, no entanto não deixa de ser discricionária, como no caso de visitas a museus e galerias de arte que requerem determinado *capital cultural* (BOURDIEU, 1998).

Conforme Bakhtin (1993), considera-se que fronteira é aquilo que entremeia o sujeito, mas que também se desloca para as relações que este estabelece com os outros, em exercícios de demarcação. De modo que como resultado disso, é gerado um “jogo múltiplo dos discursos, seu entrelaçamento e seu contágio recíproco.” (BAKHTIN, 1993, p. 123). No caso específico desse Festival, à imagem simbólica da terra acrescenta-se também a imagem do rio, que margeia as fronteiras noroeste e sul do Estado mais meridional da Federação, o Rio Grande do Sul. A Barranca nasceu e seguiu acontecendo nas margens deste rio, elemento delimitador da fronteira entre países, Brasil, Argentina e Uruguai, o Rio Uruguai é presença constante no imaginário e na vida diária dos habitantes do seu entorno e essa presença está representada em composições musicais, poemas, textos ficcionais e artes plásticas produzidos por autores da região.

Quando acionamos identidades que remetem às tradições do gauchismo, de acordo com Oliven (1992; 92b), não escapamos do arquétipo da campanha gaúcha, localizada na região sudoeste do Rio Grande do Sul e que faz fronteira com o nordeste argentino e com o norte uruguaio. Assim como do gaúcho, tipo social humano, habitante típico desta região, e segundo Leal (1992, p.148), “gaúchos são necessariamente homens, e virilidade é condição de ser gaúcho. O gaúcho tem o domínio sobre o selvagem, identificando a si próprio com o selvagem, com a força, com poder e natureza”.

Neste contexto, ressalta-se que os espaços de produção de significados, como o galpão²²⁰ e a estância²²¹ são lugares onde tradicionalmente se elaboram noções do que é

²²⁰ No Rio Grande do Sul, o galpão característico é uma construção rústica, de tamanho regular, em geral de madeira e com o chão de terra batida, onde geralmente o fogo está constantemente aceso. Também serve de abrigo aos peões, os trabalhadores das fazendas e aqueles que estão de passagem..

²²¹ Estância é o nome dado às fazendas no Rio Grande do Sul e no Cone Sul. Do espanhol rio-platense, estancia. Trata-se do estabelecimento rural que se destina sobretudo à criação de gado, mas também de ovinos e equinos, geralmente ocupa grandes extensões de terra.

ser homem, e sobretudo, do que é ser gaúcho. No folclore da cultura gaúcha, como por exemplo no mito da *Salamanca do Jarau*²²², fica evidenciada uma sociedade onde a segregação entre o masculino e o feminino tem contornos estruturais. Em suma, na narrativa, a sedutora princesa-salamandra é também uma caverna escura que devora homens; o homem gaúcho, herói desta história, deve resistir aos vários acontecimentos, todos perigosos, mas ao mesmo tempo, fascinantes (LEAL, 1989: 2009 e 2012).

Miguel Bicca²²³, justifica que seria complicado organizar o evento para mais 300 pessoas, referindo-se às mulheres que fossem acompanhar os barranqueiros, e complementa com o seguinte:

O ambiente da Barranca é muito descontraído, despreocupado, todo mundo aproveitando o festival, então muitas vezes a gente vê um cara que já está meio bêbado, urinar atrás de uma árvore, ao invés de ir ao banheiro, e essa situação ficaria complicada se tivessem mulheres no festival.

A violonista e etnomusicóloga gaúcha Clarissa Ferreira, no texto intitulado *Até quando só eu lírico masculino? Sobre o Festival da Barranca e a proibição de mulheres há 45 anos*²²⁴, expressa sua opinião acerca do evento e, mais recentemente, em 2018, publica em seu canal no YouTube, a canção Manifesto Líquido²²⁵, onde aborda as questões feministas dentro da cultura do gauchismo.

Somos excluídas dessa e muitas outras vivências. À nós, mulheres, só nos cabe como nos poemas e músicas gaúchas esperar em casa e admirar tão grande feito masculino. Apesar de não vivermos mais no século XIX, as ideias ainda permanecem e as situações se repetem. Ainda continuamos a esperar que os homens nos deem licença ou permissão para

²²² Em tempos remotos, na terra dos espanhóis, do outro lado do mar, havia uma cidade chamada Salamanca, onde os mouros eram mestres nas artes da magia e em uma caverna escura eles guardavam uma vara de condão mágica que era também uma fada velha e uma bela princesa moura. Depois de muitas guerras, os mouros, fingindo ser cristãos, vieram para os pampas. A princesa Salamanca, na forma de vara de condão, encontra anhangá-pitã e outras divindades e figuras míticas indígenas e se transforma em teiniaguá, uma salamandra ou uma lagartixa fêmea mítica. A teiniaguá muda sua forma, de bela princesa em salamandra: de uma bela filha de um chefe Guarani em uma serpente. Ela seduz os homens e vive dentro da montanha do Jarau, em uma gruta escura na qual estão guardados tesouros mouros. Os homens aos quais ela seduz e entram na caverna, jamais retornam da caverna escura do Jarau. Aos gaúchos que vão ao Jarau ela diz: “eu sou a princesa moura encantada que tem o conhecimento secreto e que faz feliz aos poucos homens que sabem que a alma é um peso entre mandar e ser mandado (...). Os homens temem e me desejam porque eu sou a rosa dos tesouros escondidos dentro da casa do mundo.” (cf. LOPES NETO, 2011 [1912]).

²²³ Miguel Bicca, irmão de José Lewis Bicca, juntamente com Farelo Lima, são os únicos barranqueiros fundadores do evento que estão vivos.

²²⁴ Disponível em: <<http://www.prosagalponeira.com.br/2016/03/ate-quando-so-eu-lirico-masculino-sobre.html>> Acesso em: 17 abr. 2019.

²²⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=H17vxkapfHI>> Acesso em: 01 mai. 2019.

que possamos nos expressar. A liberdade da mulher, o direito de ir e vir feminino nas veredas da música gaúcha só vai ainda até onde os homens permitem. (FERREIRA, C., 2016).

Em *Masculinidades: teoria, crítica e artes*, Fernando Marques Penteadado e José Gatti compilam ensaios teórico-críticos sobre masculinidades e suas ressignificações conceituais e sociais. A obra apresenta as mudanças paradigmáticas da definição de masculinidade, ocorridas em âmbito cultural, familiar e social, desde a década de 1960. A proximidade entre a teoria e a prática revela o olhar crítico dos organizadores sobre os preconceitos e práticas predatórias de sociedades divididas por binarismos, por exemplo, ocidental *versus* oriental, heterossexualismo *versus* homossexualismo e masculino *versus* feminino, situação onde prevalece os primeiros em detrimento dos segundos.

De acordo com Gatti (GATTI, J. e PENTEADO, F. M., 2011), essas relações binárias expressam escalas de grandeza e exclusão social e afetiva e movem sociedades e indivíduos em busca de uma identidade, seja nacional, cultural, religiosa, e ainda indica orientações políticas e econômicas.

Ainda que sob à luz de polêmicas trazidas pelo contexto da “modernidade líquida”(BAUMAN, 1998; 1999) em torno do fato de o Festival da Barranca ser um evento sexista, ele permanece como um dos mais representativos acontecimentos onde se elabora o patrimônio cultural gaúcho. Uma vez que, entende-se que cultura são “atitudes, mentalidades e valores e suas expressões e concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações” (BURKE, 2003, p. 8-9), universo onde os sujeitos fazem um movimento contínuo de reorganização e adaptação.

Conforme o Artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Canclini (1994), em seus estudos sobre o patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional no México, apontou que as ciências sociais vivenciam um momento de reconceitualização. E sintetiza três pontos principais:

- a) “Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que considera apropriado através das indústrias culturais;
- b) Ampliou-se, também, a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias;
- c) Por último, **em oposição a uma seletividade que privilegia os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas** – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia –, reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais”.

O autor também apresenta o paradigma participacionista, que aborda o patrimônio e sua preservação e o relaciona com as necessidades da sociedade. A seleção e a forma de preservação devem ser decididas de forma democrática por pessoas interessadas em debater sobre suas opiniões. Nos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural há destaque para a atenção aos grupos vulneráveis, ou seja, grupos que são excluídos de forma material, social e psicológica, por conta de variáveis como religião, saúde, opção sexual, etnia e gênero, entre outras, do acesso, participação e oportunidades igualitárias aos bens e serviços universais.

RESULTADOS

Os resultados das observações e reflexões realizadas através deste estudo são as primeiras aproximações de um objeto que faz parte de um tema de pesquisa mais abrangente, pois esta paisagem cultural além de ser o espaço onde acontece o Festival da Barranca, tem contato com o Rio Uruguai e é habitada por Farelo Lima, alguém que, como diz Le Goff, pode ser tido como um “guardião da memória”, uma vez que há pessoas especializadas no ofício de transmitir e guardar essas tradições, são eles: “(...)

genealogista, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, tradicionalistas” (LE GOFF, 1992, p.425), ou então, como para Ginzburg, um *Menocchio*²²⁶, com sua própria cosmogonia.

Depreendeu-se da pesquisa que é inegável a representatividade do Festival para o patrimônio cultural gaúcho, o qual foi desde sua origem estabelecido pela tradição e a lógica masculina. No entanto, a modernidade líquida trouxe novas questões, como a hibridização cultural e as pautas feministas. De modo que, ademais da importância artística e identitária do objeto deste artigo na elaboração do patrimônio cultural gaúcho, é fundamental perguntar onde se encaixam aqueles que não são representados pela masculinidade? Em tempos de empoderamento feminino, como identificar-se com um espaço “proibido”? Quais são os caminhos do Festival na contemporaneidade? Acredita-se, portanto, que é através destes diálogos que podemos avançar nessas discussões e assim revisar nossas práticas sociais e culturais.

E finalmente, de acordo com Hall (2008, p. 29), considera-se que “os mitos fundadores são por definição trans-históricos: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente a-históricos. São anacrônicos e têm a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir”. Então que talvez esse futuro, com o decorrer dos processos históricos, possibilite compreender melhor o que hoje ainda não atingimos em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: HUCITEC, 1993. BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Título original: Postmodernity and its discontents.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 107-132.

²²⁶ Ver: GINZBURG, C. **O Queijo e Os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. Porto Alegre: UNISINOS, 2008.
- CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.
- CARBONARI, M. R. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. **História Unisinos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1934, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão, et al. 2ª Edição, Campinas: UNICAMP, 1992.
- LEAL, O. F. **The Gauchos: male culture and identity in the Pampas**. Tese de Antropologia, Department of Anthropology, University of California, Berkeley, 1989.
- _____. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In: TEIXEIRA, Sérgio Alves. ORO, Ari Pedro. (orgs). **Brasil e França: Ensaio de Antropologia Social**. PPGAS - UFRGS, n. 6. 1992.
- _____. A atualidade do mito. **Revista Norte: livros, artes e idéias**. p. 33-39, Porto Alegre, dezembro, 2009.
- _____. Identidade Cultural e Identidade de Gênero em uma narrativa mítica: quando ser gaúcho é ser homem. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 43-49.
- LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos & Lendas do Sul**. [1912]. Porto Alegre: L&PM, 2011. 224 p.

- MARTINS, R. C. Fronteira, Referencialidade e Visibilidade. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS Edição Especial, n 1 p. 7-19. 2000.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEN, R. G. **A Parte e o Todo**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. **A Polêmica da Identidade Gaúcha**. Cadernos de Antropologia, n. 04, UFRGS, 1992b.
- PENTEADO, F. M. ; GATTI, J. (Org.). **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIGNA, R. **Festival da Barranca, um marco da música regional gaúcha**. Jornal do Comércio, 26 abr. 2019. Disponível em: Disponível em: <http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/reportagem_cultural/2019/04/680833-festival-da-barranca-um-marco-da-musica-regional-gaucha.html> Acesso 27 abr. 2019.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

MODOS DE VIVER NO CONJUNTO CULTURAL TOMBADO DO ILSL - INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA

WAYS OF LIVING IN A HERITAGE LANDSCAPE OF AN ANCIENT LEPROSARY AT ILSL – INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA

Olga Susana Costa Coito e Araujo
Doutoranda UNICAMP
susanacostaaraujo@gmail.com
Noemi Galan
Pesquisadora ILSL

RESUMO

OBJETIVOS: Desenvolver estratégias que permitam alicerçar o discurso e exploração do espaço museológico por meio de cooperação com sujeitos que ocupam o espaço do ILSL. Ações museográficas estimulam vivências de contato cultural de sujeitos que vivem e trabalham no espaço do ex Sanatório Aimorés, fundado como asilo-colônia em 1933. **METODOLOGIA:** O diagnóstico museológico mapeou acervos, patrimônio imóvel, grupos sociais e espaços de memória que se articulam na área tombada pelo Condephaat. Elaborando uma expografia no espaço do ambulatório e uma ação educativa na geriatria coletaram-se informações em campo que permitiram reelaborar o discurso museográfico da exposição de longa duração e possibilidades para complementar a comunicação e salvaguarda do núcleo museológico. O território e patrimônio associado à interpretação e valorização feita por grupos da comunidade é tanto motor de produto museológico, como subsídio para a indústria do turismo. A valorização de determinados espaços (área de tombamento) e desvalorização de outros permite reflexões interdisciplinares sobre paisagem cultural e desenvolvimento local. **RESULTADOS:** O acervo de importância única, científica e cultural, retrata o percurso da política de saúde pública implantada no Brasil no combate à hanseníase. A museografia do ILSL permite a reflexão histórica e cultural da região, de cidadãos institucionalizados e marginalizados socialmente, a preservação da memória do impacto da hanseníase sobre os indivíduos, famílias e sociedade, mas também nas pesquisas médicas, na literatura e nas artes por meio do museu e do território musealizado. Contribuindo para eliminar a estigmatização da doença que apresenta altos índices de cura por meio do avanço da medicação, salvaguardar a memória e desenvolvimento de ciências da saúde, em grande parte desenvolvida por especialistas que atuaram neste instituto, sendo assim referência nacional e mundial.

INTRODUÇÃO

A paisagem cultural do Instituto Lauro de Souza Lima – Bauru – SP tem o potencial de articular os pilares basilares da museologia forma única: o território, o patrimônio e a sociedade. O território inaugurado em Abril de 1933, teve a sua fundação em negociações que remontam ao ano de 1927, quando vários municípios da região noroeste de SP se comprometeram a destinar 10% de suas rendas anuais para a construção de um asilo que fosse grande o suficiente para abrigar decentemente os doentes de hanseníase existentes em toda a região. Como resultado desse esforço foi criada a Comissão Pró-Leprosos de Bauru que, com as verbas arrecadadas, adquiriu uma fazenda de 400 alqueires, em 1930 as obras foram confiadas à Liga de São Lázaro de Bauru, composta por prefeitos de 64 municípios, que deu continuidade à construção. Em 1933 esse território foi encampado pelo Estado, como se pode ler no site oficial, tendo sido construído o Leprosário Aimorés, baseado em modelo norte americano para atender à política de isolamento compulsório, originando uma pequena cidade autosustentável.

Com a descoberta da cura e fim do isolamento compulsório, a vila foi sendo desmantelada após os anos 60. Atualmente, o ILSL é um centro especializado em Doenças Dermatológicas, e referência da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Preserva a memória e o patrimônio, a relação histórica e cultural das pessoas doentes com hanseníase, que ali viveram e trabalharam, inclusive, está protegida pelo CONDEPHAAT (2016) e pela boa vontade daqueles que hoje fazem pesquisa, educação em saúde e atendimento a doentes de dermatologia sanitária. O processo de tombamento em 1991, o espaço é formado por ruas, praças, coreto, igreja, moradias tipo *carvilles* e o cine/cassino que é hoje o museu.

No segundo semestre de 2018, realizou-se um diagnóstico museológico da área e edifícios tombados, análise de acervos, e imersão na comunidade que trabalha, vive e frequenta o ILSL e relação com a cidade de Bauru e arredores. A colaboração de funcionários, pacientes da geriatria e ex internos permitiu pôr em prática uma ação museográfica baseada na museologia social tendo sido executada, no sentido teórico e

prático, uma ação educativa que subsidiou a abordagem expográfica de longa duração do museu da antiga colônia e Sanatório Aimorés ²²⁷.

O cariz territorial diverso possibilitou explorar para além do edifício sede e território tombado, um espaço expográfico dentro do ambulatório, com informações do museu e vitrine com objetos, o que tem causado o aumento da visitação e curiosidade.

OBJETIVOS

Desenvolver estratégias que permitam alicerçar o discurso e exploração do espaço museológico por meio de cooperação com sujeitos que ocupam o espaço do ILSL. Ações museográficas permitem maior contato de sujeitos que vivem e trabalham no espaço do ex Sanatório Aimorés.

O acervo de importância única, científica e cultural, retrata o percurso da política de saúde pública implantada no Brasil (OPROMOLLA, P. e LAURENTI, 2011). no combate a uma das doenças mais antigas da humanidade, a “Lepra”. A pesquisa histórica e cultural da região, de cidadãos institucionalizados e marginalizados socialmente (VIRMOND e GALAN,2013), a preservação da memória do impacto da hanseníase sobre os indivíduos e famílias, na sociedade, nas pesquisas médicas, na literatura e nas artes por meio do museu e do território musealizado permite contribuir para eliminar a estigmatização da doença que apresenta altos índices de cura por meio do avanço da medicação, em grande parte desenvolvida por especialista que atuaram neste instituto, sendo assim referência nacional e mundial.

A noção de lugar museológico adentra pela de espaço híbrido de Milton Santos quando refere a formas pretéritas, apropriadas no presente pelo valor simbólico no que conceitua como “rugosidades” que se aplicam à “herança físico-territorial, mas também como heranças socioterritoriais e sociogeográficas”, o valor de determinado espaço é dado pela sociedade e se exprime no espaço onde se encaixou (SANTOS,2002, p. 43), de referir que para este autor “cada lugar é, assim a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global têm um papel fundamental” (SANTOS, 2002, p. 225.)

²²⁷ O trabalho aqui apresentado, surge pela parceria com o Programa de Estágio Docente da UNICAMP Faculdade de Ciências Médicas - Gerontologia onde se desenvolve uma pesquisa de doutorado com público 60 + em Museus.

A comunidade que hoje dialoga naquele espaço é diversa socio economicamente, como sempre foi, mesmo quando caracterizada pelo isolamento de um grupo flagelado por uma doença primeiro sem cura a “Lepra” e depois durante o processo científico-tecnológico através da cura e reabilitação, que ainda hoje se desenvolve.

Quando a Constituição de 1988, “chamada de cultural”, contempla nos artigos 215 e 216²²⁸, para se pensar a diversidade cultural²²⁹, estimula pensar a expansão dessa diversidade de paisagens e grupos em evolução no tempo, condicionados às próprias políticas públicas e cuja participação é equacionada na atualidade, não só como consumidores culturais, mas como participantes da vida cultural.

As ações museográficas permitiram formar possibilidades de educação não formal dentro do museu, utilizando técnicas de mediação cultural e de educação patrimonial compartilhada, explorando técnicas de educação em saúde que o instituto vem lecionando há mais de uma década. Abordagem por meio participativo ou “circular” (IPEA-IPLAN, 1989 *apud* CVE, 1997) possibilitando experimentação e afinidades para conquistar públicos diversos.

Objetivo futuro é aproximar público interno (doentes, residentes e funcionários) e externo (instituições de ensino, de cuidado e culturais e comunidade em geral de todas as idades) para ampliar o conhecimento sobre o ILSL com uma exposição itinerante

METODOLOGIA

Após o diagnóstico foi possível desenvolver duas ações que dialogam com os vários agentes que ocupam de forma mais transitória (ambulatório) ou mais permanente (geriatria) o espaço do ILSL.

Encontros na geriatria permitiram o contato com aqueles que estão de forma mais permanente no ILSL, com pouca mobilidade e acometidos por diferentes comorbidades eles dependem dos profissionais deste espaço ao nível médico, mas também para os seus cuidados diários. A qualidade de vida destas pessoas está em

²²⁸ BRASIL, Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em < www.p.gov.br/ccivil_03/contituicao/constituicao compilado .htm> Acesso em 20 05 2018.

²²⁹ UNESCO. Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, 2002. Disponível em , <http://unesdos.unesco.org/imagens/0012001271/127160por.pdf>> acesso 02 fev 2018.

grande parte no atendimento que ali recebem seja por meios das ciências médicas, mas também por meio do apoio sociocultural que podem ter da instituição. Depois de 2 encontros de interação com um kit de objetos, explorando a acessibilidade comunicacional e tendo em conta limitações diversas físicas como cognitivas dos pacientes, todos na geriatria foram convidados a participar de um passeio ao museu. Com total apoio da equipe de enfermagem e cuidadores desta ala foi possível a deslocação dos pacientes autônomos, mas também de cadeirantes e acamados que quiseram participar. Fechando com um quarto encontro de avaliação, e coleta de anseios e possível participação na melhoria do discurso museológico, sendo sugestão dos próprios pacientes valorizar como era feito o atendimento no ILSL, o que originou o módulo intitulado Pesquisa e Atendimento.

O ambulatório dermatológico no Instituto Lauro de Souza Lima é um potencial espaço cultural e de divulgação do edifício sede do museu onde os pacientes, muitos deles , se veem mensalmente, aguardam ser atendidos desde as 07h até às 17h, muitos de cidades distantes que acabam por ficar naquele espaço com acompanhantes aguardando (que os motoristas dos municípios de residência os venham buscar).



Fonte: Susana Costa, 2018.

O cariz territorial diverso da museologia permitiu explorar um espaço expográfico dentro do ambulatório, onde se forneceram informações do museu e foi construída uma vitrine com objetos que são substituídos a cada dois meses. Para além de possibilitar a distração de quem aguarda consulta, possibilita um momento cultural e quase turístico, tendo como referência algo que nos possibilita fugir da vida real, do cotidiano, num ambiente inesperado fazendo uma viagem espetáculo (MORIN, 1997) como consequência verificou-se o aumento do interesse da visita ao edifício sede e curiosidade sobre o que estará da próxima na vitrine intitulada “Objeto do mês”.

Este espaço é lugar de passagem de inúmeros profissionais que mantêm alguma relação com a cidade de Bauru (que dista aproximadamente 17km) e arredores. O que os torna multiplicadores em instituições ligadas ao ensino, cultura e saúde que podem explorar oportunidades de diálogo.

A cidade de Bauru caracterizada por ter um turismo de negócios, deverá reconhecer o ILSL como espaço tombado e como atração histórico arquitetônica e cultural , podendo ser promovido nas cidades ao seu redor (Agudos, Botucatu, Jaú, Lençóis, Marília, Perderneiras, Piratininga). O Turismo tem muito a beneficiar com o acesso e divulgação da paisagem cultural do ILSL que se encontra no limite da cidade, porém, vizinho de outros atrativos turísticos como o Jardim Botânico e o Zoológico, fortes polos de visitação.

DESENVOLVIMENTO

O território e patrimônio associado à interpretação e valorização feita por grupos da comunidade é tanto motor de produto museológico, como subsídio para a indústria do turismo. A valorização de determinados espaços (área de tombamento) e desvalorização de outros permite reflexões interdisciplinares sobre paisagem cultural e desenvolvimento local.

Produzir um projeto expográfico e educativo para a difusão do acervo museológico do Instituto Lauro de Souza Lima, antiga asilo-colônia e Santório Aimorés, contribui para a valorização do patrimônio cultural ligado à saúde pública e educação em saúde.

Como objetivo de um projeto maior, as abordagens externa aos muros do edifício sede, almejam construir uma expografia itinerante e desenvolver-se um serviço educativo permanente, para o polo museológico.

Acredita-se que a museologia de forma interdisciplinar percorre uma trajetória para além de social que adentra o espaço do cuidar (LACKOI, K., PATSOU, M., AND CHATTERJEE et al, 2016) já em algumas áreas, a proposta vai nesse sentido teórico e prático explorando um acervo e polo museológico que sempre trabalhou a questão de cuidado e saúde.

Justifica-se esta difusão de acervos pelo impacto social, pensando a educação ou literacia (CRAWFORD e IRVING, 2013) para a saúde, repensando-se situação de isolamento por questões de saúde, realidade de referência de políticas higienistas passadas, mas que possibilita a reflexão de situações de isolamento social na atualidade.

A expografia terá um cariz territorial diverso sendo utilizada fora e dentro do instituto, tendo como subproduto a seleção de acervo de material educativo e painéis

itinerantes, para se trabalhar em deslocações, partindo da expografia atual e documentação, tendo em conta a pouca visitação mesmo dentro de um espaço que recebe centenas de pessoas por dia.

Conceitualmente, pretende-se por meio da mediação sociocultural: aproximar público interno (doentes, residentes e funcionários) e externo (instituições de ensino, de cuidado e culturais e comunidade em geral de todas as idades) para ampliar conhecimentos ou interesses sobre patrimônio, na cidade de Bauru. Caracterizada por ter um turismo de trabalho e negócios, em grande parte graças ao turismo cient fico²³⁰ surge a possibilidade de incentivar a complementaridade de abordagens socioculturais aliadas a pesquisa acadêmica na área das Ciências Médicas e Saúde, forte referência nesta cidade do interior paulista.

Desenvolver um trabalho de memória partindo dos grupos co-participantes e das suas motivações, para promoverem atividades de difusão do acervo científico, tecnológico, histórico e artístico, complementando as estratégias de salvaguarda que têm vindo a ser realizadas pelo ILSL, referência na pesquisa em hanseníase no Brasil.

Possibilitar ao público um momento e espaço lúdico e de experimenta o, como estratégia de discussão e aprendizagens em saúde, refletindo a intera o com a sociedade e seus pares, através da difusão dos acervos e possibilitando a visita o de grupos cumprindo diretrizes sociais e museológicas, cuja situa o de distanciamento da cidade não tem permitido a difusão desse polo tombado pelo Condephaat²³¹ - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado.

A unidade Museológica do Instituto de Lauro de Souza Lima   iniciativa do renomado Dr. Diltor Vladimir Opromolla, leprologista, que como um visionário e por iniciativa própria, idealizou e iniciou a preserva o da antiga colônia Aimorés em Bauru/SP. O prédio do Cine Teatro, construído na década de 1930 para realiza o de eventos culturais, sociais e de lazer, hoje é denominado “Museu da hanseníase”, e abriga um grande acervo histórico bi e tridimensional, em reserva e exposi o de longa dura o contando histórias com mais de 80 anos (GALAN; VIRMOND;VIOTTO; URA, 2013).

²³⁰ I Fórum de Desenvolvimento do Turismo – BAURU: Centro Regional do Turismo de Negócios. 23 de março de 2018. Bauru: SENAC,2018.

²³¹ Resolu o SC-21, de 15/03/2016 – DOE em 17/03/2016, Se o I, página 314, processo 28728/1991



Fonte: Arquivo permanente ILSL

Fonte: Susana Costa, 2018.

O Brasil, mesmo sem ter eliminado a doença como problema de saúde pública até os dias atuais, não possui uma política de preservação museológica da memória da hanseníase. Os leprosários brasileiros não tiveram incentivos para iniciativas de difusão do seu patrimônio imóvel, móvel e imaterial relacionados ao isolamento compulsório (MONTEIRO, 1987). Este projeto permite para além da democratização dos acervos assegurar direitos culturais de residentes/pacientes da comunidade residentes (associados ao estigma da hanseníase, ao isolamento social, a deformidades e a baixas condições socioeconômicas) promover a deslocação da exposição itinerante ao exterior e construindo de forma aberta possibilidades de experimentação e afinidades através de diversas formas de relação museológica com públicos diversos.

RESULTADOS FINAIS

Discussões de temáticas universais permitem por meio do território e patrimônio refletir o isolacionismo (nas suas diversas formas de aplicação por meio de políticas de saúde, de refugiados ou outras), evolução científica em saúde (reforçando a evolução do conhecimento em ciências da saúde – enfermagem, farmacologia, medicina, saúde pública e outras) e educação (para a promoção da saúde para prevenção e tratamento da população em geral, estratégias da gerontologia educacional, conhecimento de práticas populares e terapias alternativas) trabalhando os discursos

propostos pelo museu, de modo participativo e compartilhando experiências e interesses do público.

A refuncionalidade do espaço (SANTOS, 2002) por meio estratégia de preservação do patrimônio histórico cultural, foi analisada no último semestre: tendo sido executado um diagnóstico museológico da área e implementadas novas abordagens museográficas que permitiram a interação de mais sujeitos, representações e circulação de sentimentos de pertencimento, como se defende na museologia.

Assim, partindo de duas ações museográficas em espaços próximos, mas com públicos diferentes tem sido possível trabalhar emoções e motivações diferentes para se comunicar este patrimônio e usufruir de forma diferente desta paisagem cultural. Depois deste diálogo com públicos internos (pacientes e equipes de saúde) parece possível estender uma rede de contatos com comunidades mais afastadas, mas que sempre dialogaram historicamente com este espaço desde a sua fundação. A exposição itinerante é uma opção de levar a paisagem cultural para fora do território e uma aposta que poderá ser feita recorrendo a leis de incentivo cultural, bem como melhorias de acessibilidade comunicacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em < [www.p.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado .htm](http://www.p.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 20 05 2018.

CRAWFORD, John; IRVING, Christine. *Information Literacy and Lifelong Learning, Policy Issues, the Workplace, Health and Public Libraries*. 2013. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/book/9781843346821> Acesso em 10 abril de 2018.

CVE, *Educação em Saúde - Planejando as Ações Educativas (Teoria e Prática)* NES / PROG. HANS. -São Paulo: CVE, 1997.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves . *A Fundação do Leprosário de Canafístula: enfim a salvação de todos?* . IN: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em <https://anais.anpuh.org/?p=17529>, acesso em 05 abril 2018.

FERREIRA DE CAMARGO, Aloysio Geraldo. *Relatório de Higiene Asilo Colônia Aimorés*, 1942. Trabalho da Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina da USP. São Paulo, 1942

GALAN, Noêmi Garcia de Almeida; VIRMOND. Marcos da Cunha Lopes; VIOTTO, Neli Maria Fonseca; URA, Somei. *Exposições de acervos do patrimônio científico histórico da hanseníase: homenagem aos 80 anos do Instituto Lauro de Souza Lima*. . Bauru, SP: ILSL, 2013.

LACKOI, K., PATSOU, M., and CHATTERJEE, H.J. et al. (2016) Museums for Health and Wellbeing. *A Preliminary Report, National Alliance for Museums, Health and Wellbeing*. Disponível em <<https://museumsandwellbeingalliance.wordpress.com>> Acesso em 15 jan de 2018.

MONTEIRO, Y.N. Hanseníase: história e poder no Estado *de São Paulo* .Hansen Int., 12(1):1-7, 1987 Disponível em < <http://www.ilsl.br/revista/imageBank/738-2444-1-PB.pdf>> acesso em 03 abril 2018.

MORIN, Edgar, *Cultura de massas no séc. XX*. 9ªedição. Rio de Janeiro: Forense universitária 1997.

OPROMOLLA, Paula Araujo; LAURENTI, Ruy. *Controle da hanseníase no Estado de São Paulo: análise histórica*. Rev Saúde Pública 2011;45(1):195-203 Disponível em <<https://www.scielo.org/article/rsp/2011.v45n1/195-203/>>, acesso em 04 abril 2018.

SANTOS, Milton, *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

UNESCO. Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, 2002. Disponível em , <http://unesdos.unesco.org/imagenes/0012001271/127160por.pdf>> acesso 02 fev 2018.

VIRMOND, Marcos; GALAN, Noemi Garcia de Almeida. Instituto Lauro de Souza Lima - a trajetória de Asilo para Instituto de Pesquisa. *BEPA, Bol. epidemiol. paul.* (Online), São Paulo, v. 10, n. 119, nov. 2013. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-42722013001100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 abr. 2018.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

AS FOLIAS DE REIS EM OURINHOS E SALTO GRANDE (SP): POR QUE E COMO ESTUDAR?

THE *FOLIAS DE REIS* IN OURINHOS AND SALTO GRANDE (SP): WHY AND HOW TO STUDY?

Rafaela Sales Goulart

Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho/UNESP; Bolsista CAPES
rafa_historia@hotmail.com

Fabiana Lopes da Cunha

Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho/UNESP
fabianalopesdacunha@gmail.com

RESUMO

Tendo como base um estudo de doutorado em história recentemente iniciado, sobre as folias de reis nas cidades de Ourinhos e Salto Grande (SP) no período de 1950 a 2010, pretende-se justificar, nesse texto, a escolha pela temática e pelo recorte espaço-temporal da pesquisa, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento. Vale antecipar que as cidades em questão estão inseridas em uma região hoje vinculada ao Projeto Angra Doce e ao Programa Cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o que anuncia uma recente investida de políticas atreladas ao turismo no lugar, o qual, por sua vez, foi remodelado paisagisticamente a partir do represamento das águas do rio Paranapanema e Itararé, para a construção da Usina Hidrelétrica de Chavantes (SP), iniciada em 1959. Em 1958, por sua vez, foi concluída a obra da Usina Hidrelétrica de Salto Grande, o que revela uma espécie de projeto desenvolvimentista nessa região que, conseqüentemente, passa a se modernizar. Nessa medida, visto que as folias de reis, celebrações caracterizadas por práticas e costumes rurais, permanecem ativas nas cidades e no lugar mencionados, demonstra-se a importância de toma-las como objeto de estudo não só para entender a história da região, mas também, a própria história da celebração popular, a qual possivelmente foi reconfigurada ao longo desses 60 anos em que delimitamos o estudo. Assim, além da defesa do objeto e da pesquisa propriamente dita, o próprio encaminhamento metodológico que proporemos servirá como um modelo para outros estudos que visam à salvaguarda de bens imateriais na região.

Palavras-Chave: Folias de reis; Projeto Angra Doce; memória e patrimônio; turismo; políticas públicas; história oral.

ABSTRACT

Based on a recent doctoral study in history, on the *folia de reis* in the cities of Ourinhos and Salto Grande (SP) from 1950 to 2010, it is intended to justify, in this text, the

choice of theme and space timing of the research, also pointing to the importance of oral history methodology in this endeavor. It is important to anticipate that the cities in question are part of a region now linked to the Angra Doce Project and to the Cities Program of the United Nations Global Pact (UN), which announces a recent push for public policies linked to tourism in the area, which, in turn, was remodeled landscaping from the damming of the Paranapanema and Itararé rivers, for the construction of the Chavantes Hydroelectric Plant (SP), built in 1959. In 1958, otherwise, it was finished the construction of the Salto Grande Hydroelectric Plant, which reveals a kind of developmental project in this region that, consequently, has begun to be modernized. To this extent, since the *folia de reis*, celebrations characterized by rural practices and costumes, remain active in the cities and in the place mentioned, it is demonstrated the importance of taking them as object of study not only to understand the history of the region, but also, the history of the popular celebration, which was possibly reconfigured during the 60 years in which we delimited the study. Thus, in addition to the defense of the object and research itself, the methodological guidance we propose will serve as a model for other studies aimed at safeguarding intangible assets in the region.

Keywords: *Folias de reis*; Angra Doce Project; memory and patrimony; tourism; public policy; oral history.

INTRODUÇÃO

As folias de reis, também conhecidas como reisados, ranchos, ternos ou simplesmente festas de Santos Reis, são celebrações advindas de um catolicismo popular que migrou para o Brasil junto aos colonizadores e, por aqui, remodelou-se dependendo das dinâmicas sociais das comunidades e lugares por onde passaram (JURKEVICS, 2005). Já no século 19, essa prática cultural foi assim registrada por memorialistas como o baiano Mello Morais Filho (2002), que chegou a mencionar a recorrência da mesma em Portugal e Espanha do século 13. Como manifestação popular de longa duração, vale ressaltar que os significados socialmente atribuídos aos seus objetos, personagens, performances e símbolos variam e, em termos de realização, até o calendário pode ser readequado às necessidades dos foliões. Tradicionalmente, no entanto, o ritual ocorre entre os dias 25 de dezembro (culto ao nascimento de Jesus – Natal) e 6 de janeiro (culto cristão aos Santos Reis – Epifania²³²) (PERGO, 2007), datas que remetem à narrativa bíblica do período de viagem dos três reis magos (Gaspar, Melquior e Baltazar) que, guiados por uma estrela, saíram do Oriente em direção a Belém, lugar onde encontraram e presentearam Jesus²³³. Nessa jornada, através do imaginário religioso (PESSOA; FÉLIX, 2007) e de expressões teatrais

²³² “[...] *epí*, “em cima”, e *phanos*, “aparição”, porque a estrela apareceu no céu para indicar que Cristo era o verdadeiro Deus” (DE VARAZZE, 2003, p. 149).

²³³ Consultar livros de: Mateus (1: 18-22) e Lucas (1: 26-37; 2: 1-21). In: BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral Catequética. (137ª Ed. Revisada por Frei João Pedreira de Castro, O. F. M., e pela equipe auxiliar da Editora). São Paulo: Ave Maria; Claretiana, 2000.

(PRIORE, 2000, p. 10), grupos de foliões, cantores e devotos organizam-se para visitar comunidades rurais e urbanas, levando a elas músicas, objetos sagrados e orações em nome dos Santos Reis e da Sagrada Família (Jesus, Maria e José). Em contrapartida, como sinal de agradecimento, as comunidades recebem as bênçãos e presenteiam os grupos com prendas (alimentos, bebidas e dinheiro) que, ao final das visitas, são transformadas em um grande banquete, o qual é devolvido gratuitamente à população. Tal comemoração final representa o entrelaçamento dos vínculos sociais estabelecidos através da fé e crença não só nos santos, mas na boa vontade dos foliões, os quais (re) produzem seus costumes e memórias nas celebrações, tornando-as bem cultural parte do seu cotidiano, histórias familiares e de vida.

No caso das folias de reis a que nos delimitamos, já se constatou algumas reconfigurações que as desvinculam das tradicionais práticas de sua realização. Cabe aqui apontar que os questionamentos e hipóteses que delineiam esse novo recorte não foram casualmente obtidos, surgiram a partir de uma pesquisa de mestrado iniciada em 2013 e defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de História da Unesp de Assis, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (nº do processo: 2013/18136-6), com o título de *Sentidos da Folia de Reis de Florínea (SP): memória, identidade e patrimônio (1993-2013)*. Tal pesquisa acabou gestando a produção de um livro pela Editora Alameda Editorial em 2017, com o apoio da FAPESP (nº do processo: 2016/22220-0)²³⁴. Nessa trajetória, além de analisar a temática específica da folia de reis na cidade de Florínea, o que me fez pensar a história da celebração popular em confluência à história da cidade, pude ter acesso a acervos documentais (CEDAP – Unesp/Assis e CEDOM – Unesp/Ourinhos) onde constam a história das microrregiões de Assis, bem como de Ourinhos, ambas localizadas territorialmente na área administrativa de Marília. Além da constatação de documentos, a experiência com a metodologia da história oral foi um diferencial para que chegasse a observação de uma região que culturalmente se constrói a partir dos movimentos das folias de reis (circulação dos foliões no *giro* e em *encontros de bandeiras*).

No caso de Florínea, o considerado fundador da celebração, Sebastião Alves de Oliveira, foi também o reconhecido fundador da cidade pelo poder público local, o que ajudou na construção e manutenção da memória da folia de reis enquanto um bem cultural comum à sua população. Entretanto, é importante destacar que o atual *status* da festa foi uma conquista que se deu através do trabalho do próprio grupo detentor do bem cultural, o qual teve que se movimentar junto ao processo de urbanização daquela cidade, institucionalizando-se em Florínea (1993 – inauguração do lugar da

²³⁴ Consultar: GOULART, 2018.

festa: “Parque de Tradições Benedito Sebastião de Paula”; 2013 – oficialização da “Associação Folclórica de Reis Flor do Vale de Florínea”), como estratégia para manter viva a sua identidade.

Dessa maneira, e entre tantos outros ganhos, a pesquisa precedente também viabilizou o mapeamento das folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, lugar onde se encontra a celebração de Florínea, mas na microrregião de Ourinhos²³⁵. Nesse aspecto, observou-se que a dinâmica das celebrações em Ourinhos e Salto Grande, por exemplo, contrapõem-se à de Florínea.

Existe apenas uma tese que se refere às folias de reis de Ourinhos, a qual diz que a festividade é anualmente realizada no mês de junho, em conjunto à festa junina, no bairro rural de Ribeirão Grande (KODAMA, 2001); ou seja, fora do espaço urbano e do ciclo natalino (25 de dezembro a 6 de janeiro) comum à festividade. Já no caso de Salto Grande, observou-se que a celebração vem sendo realizada dentro da cidade, entretanto, seu ritual de visitas à comunidade ocorre sem a presença tradicional dos mestres e cantores/instrumentistas, sendo estes alocados da cidade vizinha de Ribeirão do Sul (SP) e dos bairros rurais de Ourinhos, somente para a realização da festa de encerramento que ocorre no último sábado do mês de janeiro.

Reconhecida a dinamicidade de tal celebração de ordem religiosa, questiona-se: qual a importância do estudo das folias de reis para o melhor entendimento da história de uma região e para a própria história e preservação da celebração?

Ora, em função do lugar de estudo estar localizado em uma área de interesse turístico, garantida através do recente Projeto Angra Doce (2015), o qual se vincula nas cidades com o Programa Cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e também em função das comunidades foliãs estarem abertas a auxílios externos pelo fato das festas estarem diminuindo ou se reconfigurando no lugar (ex.: participação dos foliões em festas e festivais de encontros de bandeiras em cidades diversas), chega-se a hipótese de que haverá na região (notaremos isso nas entrevistas que faremos entre 2019 e 2021) a promoção de pesquisas e de políticas públicas culturais que agregarão em seus projetos, festas populares de ordem religiosa. Isso, por sua vez, sugere mapeamentos e pesquisas sobre as diversas celebrações e demais bens culturais que compreendem o patrimônio histórico do lugar.

Nesse sentido, o objetivo dessa reflexão, que parte de um projeto maior de doutorado, é justamente refletir sobre a importância da escolha pela temática das folias de reis e pelo recorte espaço-temporal que nos levou a tal proposta, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento.

²³⁵ Na microrregião de Ourinhos existem folias de reis em: Ourinhos (bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo e Bernardino de Campos.

Assim, ao pesquisar os caminhos das folias de reis, via folclore ou cultura popular, nos campos intelectuais e institucionais brasileiros, é possível refletir sobre as atuais dinâmicas das festas nas cidades de Ourinhos e Salto Grande. Ressalta-se, no entanto, que as cidades foram escolhidas, pois já a identificamos em pesquisa anterior e, além disso, como veremos mais adiante, a região a qual se inserem as cidades possuem características históricas que foram assimiladas a partir da leitura de algumas bibliografias²³⁶, as quais não se debruçaram à análise de memórias e histórias relacionadas às folias de reis no lugar, no mesmo período que nos delimitamos. De todo modo, os estudos já realizados sobre as folias de reis no Brasil e sobre história da região em questão, bem como a variedade documental que elencaremos para esse estudo, serão reunidos e poderão contribuir para novas perspectivas e questionamentos, não só sobre as memórias das folias de reis nas cidades, mas em memória a celebração popular *de e para além de* Ourinhos e Salto Grande; isto é, a discussão também servirá como base para reflexão de outras folias de reis que ainda não foram efetivamente reconhecidas em políticas públicas locais e de Estado e, sobretudo, refletirá sobre os desafios que envolvem a construção de identidades, de consciência e de políticas públicas relacionadas ao bem imaterial.

OBJETIVOS

Através da hipótese de que o lugar de estudo receberá notabilidade estadual e nacional em função do seu reconhecimento enquanto área de interesse turístico, garantida através do Projeto Angra Doce, o qual se vincula nas cidades com o Programa Cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e também da ideia de que as comunidades foliãs estão abertas a auxílios econômicos que garantam a manutenção de bens culturais de natureza religiosa, o objetivo geral desse artigo é demonstrar a relevância da escolha pela temática das folias de reis das cidades de Ourinhos e Salto Grande (SP), para o melhor entendimento da história do lugar e também da própria celebração popular ainda presente nela. Para isso, elencaremos os seguintes objetivos específicos:

1. Justificar a escolha pela temática e pelo recorte espaço-temporal da pesquisa;
2. Apontar a importância da história oral como metodologia.

METODOLOGIA

²³⁶ Destaco as seguintes referências: CORREA, 1988; MONBEIG, 1984; MATOS, 1981; PENÇO, 1980; RICARDO, 1940; GIAVARA, 2001.

Para o desenvolvimento dos objetivos desse artigo de revisão bibliográfica, recorreremos inicialmente aos resultados da pesquisa anterior de mestrado (GOULART, 2018), que possibilitou o mapeamento de folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, mas também de Ourinhos. Essa visualização de diferenças foi, portanto, problematizada a partir dos próprios delineamentos que distinguem à história das cidades que possuem as folias de reis, destacando-se no caso de Ourinhos e Salto Grande, a especificidade de estarem hoje inseridas a uma região turística (Angra Doce) que surgiu justamente do represamento dos rios para a construção de Usina Hidrelétrica. Esse fator, considerado de impacto não só para a economia do lugar, mas também para sua cultura, nos fez repensar a possível condição do patrimônio imaterial nesse espaço a ponto de produzirmos um artigo justificando essa projeção de pesquisa.

Nesse âmbito de raciocínio, a metodologia da história oral contribui para o levantamento das imaterialidades que concernem às folias de reis, diretamente afetadas não só em função do movimento de urbanização e modernização do lugar, desde a inserção tanto da Usina Hidrelétrica de Chavantes (SP) quanto da Usina hidrelétrica de Salto Grande (SP), mas em razão da escassez de políticas públicas locais que salvaguardam os patrimônios. Além disso, tal metodologia contribui como uma espécie de conscientização não só da comunidade diretamente envolvida ao bem cultural, mas do próprio poder público que ao conceder entrevista sobre esse tipo de manifestação cultural, pode repensar sua importância e seus desafios na atual conjuntura histórica das cidades que, por sua vez, se envolvem a um projeto turístico.

DESENVOLVIMENTO

Entre os poucos os registros que se tem sobre as folias de reis nas cidades brasileiras do século 19, destaco os textos memorialistas de Jean Baptiste Debret (1975), José de Alencar (1855) e Mello Moraes Filho (2002), os quais já fazem parte de um momento histórico, cujo a produção intelectual vai ao encontro de ideias e projetos políticos/institucionais que visavam o registro, a interpretação e também a construção de uma identidade nacional. No século 20, essa onda identitária chamada por Marcos Napolitano (2014) de “Projeto Moderno” ou “longo modernismo” brasileiro, percorreu movimentos de vanguarda inaugurados na década de 1920, pela Semana da Arte Moderna, perdurando até os anos que antecederam a ditadura militar, iniciada em 1964. Aliás, o historiador faz um mapeamento de importantes movimentos e projetos artístico-culturais de cunho

nacional-popular, os quais, entre os anos de 1955 e 1964, visavam não só influenciar o Estado na superação do subdesenvolvimento, mas oferecer, em um momento chave de entrelaçamento entre política e cultura, um perfil nacional ao povo e ao Estado (NAPOLITANO, 2014). O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964) é um exemplo claro desse ideal de busca pelas tradições e “originalidades” manifestadas no interior do país.

Como estudado por Luiz Rodolfo Vilhena (1997), do *Projeto e Missão* que engajou o folclore brasileiro, foram criadas a Comissão Nacional do Folclore, em 1947, e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958, e vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Desse processo surgiram comissões estaduais, como a Comissão Paulista de Folclore (1947), a qual enviava para o interior de seu território, representantes que tinham como objetivo registrar o folclore existente nas cidades²³⁷. Hoje, tal comissão possui 10 núcleos²³⁸ responsáveis por acompanhar as manifestações das culturas populares, bem como suas necessidades; no entanto, nenhum deles se encontra na região de Ourinhos e Salto Grande, o que nos leva a entendê-las, ao menos de início, como não diretamente beneficiadas pela entidade de viés cultural²³⁹. Essa observação, por sua vez, parece interessante de ser avaliada, ou seja, quais são, efetivamente, as intervenções do Estado, via políticas públicas (sobretudo de uma cultura popular), no lugar em que se localiza a pesquisa? Questão que se levanta, pois a partir de meados do século 20, por exemplo, as regiões Sudeste e Sul do Brasil eram financeiramente e economicamente mais beneficiadas pelo governo federal, o que gerou inúmeras discussões institucionais sobre a desigualdade observada em outras regiões do país²⁴⁰.

O pressuposto dessa atual situação das políticas públicas em prol do desenvolvimento cultural, nesse sentido mais amplo, é que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional²⁴¹,

²³⁷ Em pesquisa ao acervo documental do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, obtemos apenas 6 notícias de jornais que divulgam, entre 1959 e 1971, registros de Ourinhos e Salto Grande como detentores dos seguintes folclores: Festas de São João, São Sebastião e catira, em ambas cidades, e, já em Salto Grande, também são registrados o Congo, Moçambique e Procissão das Águas.

²³⁸ É possível observar quais núcleos integram a Comissão Nacional de Folclore no seguinte *website*: <http://cpfolclore.com.br/>. Acesso: 18 jun. 2018.

²³⁹ Constatou-se, no entanto, a participação da Companhia de folia de reis de Ribeirão Grande – Ourinhos, em 2007, no evento “Revelando São Paulo”, promovido pela Abaçai Cultura e Arte em parceria com a Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo. Essa participação é feita mediante e-mails/convites trocados entre secretaria do programa, localizada em São Paulo, e secretarias municipais, sendo que a ida para o evento tem que ser de interesse do grupo festivo. Sobre as folias de reis e o Revelando São Paulo, há um estudo interessante publicado por Mônica de Carvalho (2010, p. 218). Em *Folia de Reis não é folia de rádio*, a autora constata que o evento não é bem visto pela comunidade festiva da Freguesia do Ó/São Paulo, pela fato da celebração perder sua essência sagrada inicial, espetacularizando-se.

²⁴⁰ A criação de órgãos públicos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), em 1966, exemplificam algumas medidas do Estado nas regiões Nordeste e Norte (ALVES; ROCHA NETO, 2014).

²⁴¹ BRASIL, 2007. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.

ainda que seja uma política do governo federal, a qual, em graus variados de atuação deveriam convergir com outras políticas federais que se articulam, por exemplo, no Ministério da Cultura (diretamente responsável pelas políticas de forte impacto social). Tal política está condicionada a uma conformação setorial no governo federal que não permite a atuação e o diálogo dos ministérios e demais instituições federais em alguns locais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007). Mesmo considerando a microrregião de Ourinhos como estagnada²⁴², a recente institucionalização dessa política regional, em 2007, e o recente Projeto Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, de 2006, trazem indícios da precariedade de políticas públicas em diversas regiões e locais do Brasil. Isso, por sua vez, pode se refletir não só na atuação política dos municípios e governo paulista nas folias de reis, mas também pressupor a precariedade de uma consciência social sobre os bens culturais de natureza imaterial no lugar e para além dele.

Junto a isso, encontram-se na segunda metade do século 20, produções intelectuais que embora representem o entrelaçamento entre projetos políticos e de cultura, abordam de forma distanciada a realidade social expressa em manifestações culturais do interior paulista. São exemplos dessa afirmação o *Dicionário do folclore brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo (1954), o texto *Folias de Reis*, de Zaíde Maciel de Castro e Aracy do Prado Couto (1977), e o texto *A folia de reis de Mossâmedes*, de Carlos Rodrigues Brandão (1977), produções que retratam as celebrações populares das folias de reis a partir da observação e registro de práticas comunitárias do Rio de Janeiro²⁴³ e de Goiás. Dados estes que ressaltam a relevância social da presente pesquisa.

A partir de 1985, com o esfacelamento da ditadura militar, surgem historiografias brasileiras que também trabalharam sob a perspectiva da cultura popular, as quais devem ser observadas juntamente à chegada de novas problemáticas sobre a história social que, assumindo novos objetos e abordagens sobre fontes documentais diversas²⁴⁴, ampliou os estudos sobre a cultura em sua multiplicidade, e sobre metodologias ligadas ao tempo presente, memória e oralidade. Essa perceptível guinada da história da historiografia, que se refletiu em produções bibliográficas brasileiras do início do século 21, proporcionou reflexões não só sobre movimentos

242 O Plano Executivo do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) identifica como microrregiões estagnadas aquelas cujo o rendimento domiciliar é médio, mas o crescimento econômico é baixo, o que reflete o dinamismo das regiões em períodos passados e, em muitos casos, uma atual estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. Além disso, essas microrregiões apresentam um grau de urbanização relativamente elevado; ou seja, um percentual médio de 75,3% (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

²⁴³ Câmara Cascudo (1954) chega a mencionar folias de reis da Bahia, no entanto, o faz a partir do estudo de Mello Morais Filho.

²⁴⁴ Destaco três referências da historiografia francesa organizadas por Jacques Le Goff e Pierre Nora: LE GOFF; NORA, 1976; 1976; 1995.

sociais de cunho político, mas sobre manifestações culturais tais como as folias de reis²⁴⁵, práticas populares estas antes não estudadas pelo fato da tônica de sua expressão não ser a escrita, mas sim a oralidade (FENELON, 1993, p. 78). Entretanto, apesar dessa abertura historiográfica que, na maioria dos casos, é entendida pelas comunidades detentoras do bem cultural como valorização e legitimação do seu saber (FRADE, 2006, p. 13), ainda são poucos os trabalhos que transcendem propriamente a descrição de seus objetos e a perspectiva local²⁴⁶, o que limita o entendimento de questões mais amplas que podem configurar a atual situação dos mesmos.

Além desse fator, na microrregião de Ourinhos, o único estudo encontrado sobre a temática da folia de reis foi a tese de doutorado de Katia Kodama (2009), *Iconografia como processo comunicacional da Folia de Reis: o avatar das culturas subalternas*, a qual se situa na área de Interfaces Sociais da Comunicação, defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP). No texto, a autora aponta que os interesses das elites econômicas de Ourinhos, que não tinham raízes na cidade, se sobrepunham à população e às manifestações culturais locais. Ela afirma que, embora Ourinhos tenha sido conhecida como “cidade do coração de ouro”, por ser entendida como hospitaleira, e, por isso, ainda contemplar várias festividades, a folia de reis, por exemplo, foi marginalizada com a chegada dos cinemas e teatros na cidade (KODAMA, 2009, p. 67-68). Além disso, Kodama (2009, p. 69) menciona que nas periferias, onde se localiza a folia de reis, germina uma cultura desconhecida que se solidariza com os migrantes do corte de cana. Nesse aspecto, embora a pesquisa localize a comunidade de folia de reis na história de Ourinhos e região, não esmiúça por que, de quem e por quem as folias de reis são desconhecidas e por que essa cultura se solidariza com os migrantes do corte de cana; assuntos que nos encaminham para uma investigação das possíveis relações conflituosas vividas entre foliões e elites econômicas, políticas e culturais, ou mesmo, de analisar como se dão os impactos dessa modernização acelerada e da posterior inserção do agronegócio na microrregião de Ourinhos, no final do século 20. Isso sem falar que a pesquisa não objetivou trabalhar com a questão do lugar do bem cultural nas cidades, elementos que refletem sobre a escassez e as problemáticas que envolvem a constituição de políticas públicas sobre as folias de reis, que é um exemplo de celebração que integra um campo mais amplo de manifestações culturais de natureza religiosa.

²⁴⁵ Destaco trabalhos sobre folias de reis, defendidos em Universidades dos Estados de São Paulo (MACHADO, 1998; HORTA, 2011; VICTORASSO, 2015; GOULART, 2016), Rio de Janeiro (BITTER, 2008; MAGNO, 2016), Paraná (LOPES, 2009; PINTO, 2010), Minas Gerais (GOLOVATY, 2005), Brasília (OUROFINO, 2009), Mato Grosso do Sul (MENDES, 2007) e Ceará (NUNES, 2007).

²⁴⁶ Destaco, também, estudos que trabalharam as folias de reis em alguns lugares do Brasil, sobre a perspectiva dos rituais (JURKEVICS, 2005; PERGO, 2007), da música (TREMURA, 2004; REYLI, 2014), dos símbolos (BITTER, 2008), dos personagens (BUENO, 2004) e da educação e aprendizagem popular (PESSOA, 2007).

Sobre esse último caso, no entanto, identificou-se o estudo de Marluce Reis Magno (2016), *Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização: (des) encontros na Folia de Reis de Valença*. Nele, a autora apresenta um estudo similar ao que realizamos no mestrado (GOULART, 2016). Através de uma Associação que contempla diferentes grupos de folias de reis do município de Valença (RJ), Magno analisa a relação que se estabelece entre as comunidades foliãs e Estado, refletindo sobre políticas públicas e atentando para impactos dessas construções patrimoniais na identidade dos grupos. Há que se destacar que, ao contrário do que ocorre com os grupos festivos de Ourinhos e Salto Grande, as folias de reis daquele lugar já se constituíram como Associação e, além disso, diferente do que ocorreu em Florínea (SP), o grupo valenciano possui um ativo líder na Associação, o qual acabou se engajando em projetos culturais, mediado por um pároco local e em parceria com a prefeitura da cidade, o que anuncia uma espécie de adequação dos grupos às demandas de patrimonialização estabelecidas pelo Estado.

Mas, retomando as discussões que iniciamos mais acima, sobre os movimentos institucionais importantes à abertura de consciência sobre cultura, memória e patrimônio no fim do século 20. Aponta-se, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) por Aloísio Magalhães em 1975, a transformação da Campanha em Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte) em 1976 e, em 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, responsável por implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando-a ao Programa de Cidades Históricas (PCH) e CNRC. Medidas que contribuíram fortemente com a noção legal de patrimônio, o qual foi anunciado como “material” e “imaterial”²⁴⁷, no Artigo 216 da Constituição republicana brasileira de 1988 (GOULART, 2016, p. 127). Passados 20 anos, por sua vez, instituiu-se em 2000 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (PNPI), mediante o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto. No mesmo ano, houve também a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais e com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas de preservação dos patrimônios (IPHAN, 2010). Nesse aspecto, para obter reconhecimento/registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os patrimônios imateriais precisam ser inicialmente inventariados, processo que necessita do interesse inicial e da participação efetiva sociedade civil nas políticas de preservação de

²⁴⁷ A noção legal de patrimônio imaterial baseia-se no conceito de bem cultural desenvolvido há uma década atrás no CNRC.

seus bens culturais. Posteriormente a esse trâmite, são criados dossiês e planos de salvaguarda que se concretizarão como políticas públicas.

Mesmo que tais passos tenham sido dados com relação ao reconhecimento dos patrimônios imateriais brasileiros, vale dizer que as folias de reis ainda não foram nacionalmente reconhecidas como bens culturais pelo IPHAN, havendo apenas um Inventário das Folias de Reis Fluminenses, o qual foi realizado e proposto para análise ao órgão público, em 2016, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Inventário, este, que está sendo tramitado²⁴⁸. Nesse caminho, esses indícios nos levam a investigação sobre os papéis desenvolvidos tanto pelas superintendências regionais do IPHAN quanto sobre os órgãos estaduais de patrimônio e os possíveis Conselhos Municipais de Preservação. Faz-se necessário pensar suas relações ou distanciamentos e pensar também sobre os interesses sociais dos detentores dos bens culturais.

É importante refletir sobre esses desdobramentos históricos percorridos em nome da cultura popular, para pensar a questão da memória e do patrimônio no Brasil. Grosso modo, os caminhos de construção de uma identidade nacional, e isso desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na década de 1930, tinham um viés homogeneizante de cultura. Já agora, ao contrário, o interessante é o diferente²⁴⁹ e, portanto, as culturas populares encontram-se em um espaço de discussão mais amplo e democrático (FONSECA, 2005). O reconhecimento da dinâmica e das especificidades do patrimônio imaterial, para dadas sociedades, são avaliadas como importantes pelos órgãos públicos do Estado e são apresentadas dessa maneira na própria descrição do conceito de patrimônio pelo IPHAN²⁵⁰. Entretanto, vale ressaltar que elas apontam para o reconhecimento “do diferente” nas regiões brasileiras, não havendo ainda um olhar mais específico para as políticas locais. Isso dificulta o próprio entendimento e valorização, pelas comunidades e representantes dos órgãos públicos municipais, do que seriam seus bens culturais e da importância de políticas em prol das manifestações culturais de essência popular e rural, tais como as folias de reis. Finalmente, essa constatação parece relacionar-se às atuais dinâmicas das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande que, ainda sobreviventes nos locais, correm o risco de desaparecerem, seja por falta de consciência sobre o patrimônio, o que implica em uma nova geração despreocupada com o bem cultural, seja

²⁴⁸ Todas as informações que dizem respeito ao IPHAN, podem ser encontrados no seguinte *website*: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso: 17 mar. 2019.

²⁴⁹ Stuart Hall (2001, p.77) aponta essa “[...] fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’” como uma contra tendência à cultura hegemônica.

²⁵⁰ “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso: 17 mar. 2019.

por disputas ou *esquecimentos/silenciamentos* de memória (POLLAK, 1989) que precisam ser estudados, para contribuir com a memória e com a história dessa sociedade local, possibilitando ainda, reflexões historiográficas sobre questões que envolvem memória, patrimônio e políticas públicas. Portanto, todas essas concepções que se encontram no campo das ideias e que em nosso doutorado se projeta, unidas a uma trajetória de pesquisa anterior, sustentam a defesa do objeto de pesquisa, bem como a relevância social da proposta.

Se até aqui descrevemos uma trajetória da folia de reis, via cultura popular, nos campos intelectuais e institucionais brasileiros das décadas de 1950 e 2010, o que atende a uma das problemáticas do texto, precisamos agora justificar o nosso recorte temporal, o qual pode sinalizar as possíveis (re)configurações das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande, em conjunto com às histórias dessas cidades e região. Em um primeiro momento é importante dizer que as principais produções bibliográficas que dizem respeito ao lugar de estudo, apresentam abordagens que partem de uma história econômica e política, e que, portanto, versam sobre os principais meios e símbolos da penetração capitalista em direção ao oeste do país, seja pelo rio Paranapanema ou pela produção do café, a qual foi potencializada com a chegada dos trilhos e Estações da Estrada de Ferro Sorocabana (CORREA, 1988; MONBEIG, 1984; MATOS, 1981; PENÇO, 1980; RICARDO, 1940; GIAVARA, 2001). Dessa maneira, as histórias da região e das cidades estão amplamente refletidas e delimitadas à primeira metade do século 20.

Dentre as referências, no entanto, encontra-se a dissertação de Eduardo Giavara (2001), *O sonho iluminado: a hidrelétrica de Salto Grande – memória e representação*. Sua análise indica que acontecimentos presentes na região, a partir da década de 1950, foram relevantes em termos de desenvolvimento econômico e mudanças de hábitos sociais. Embora o autor tenha utilizado o espaço de Salto Grande para discutir o complexo hidrelétrico brasileiro (de fins do século 19 para fins do 20), sua participação na modernização do país, bem como as discussões entre setores público e privado, possibilitou também, através da reflexão sobre construção da Usina Hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez, inaugurada por Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em 1958, a percepção de um processo histórico local responsável pela remodelação de práticas e costumes sociais que se deram junto à urbanização da cidade. Outra constatação interessante trazida através desse trabalho é que, passado “os ares da modernidade” pelo local, a cidade estabilizou-se, não apresentando na contemporaneidade um significativo crescimento e fluxo de pessoas, exceto quando se trata de um turismo local atraído para a praia de águas doces de Salto Grande, resultante inclusive, do represamento das águas do Paranapanema para a construção da Usina Hidrelétrica. Vale ressaltar, no entanto, que Giavara (2001), mesmo observando as mudanças de hábitos sociais no lugar, não se

debruçou ao estudo das memórias sobre as ressignificações de suas manifestações culturais, o que justifica uma de nossas propostas, por exemplo, em aplicar a metodologia da história oral na investigação dos atores das folias de reis locais, bem como de figuras representativas à mesma.

Visto isso, é importante frisar a relevância do presente trabalho, também a partir das fontes orais. A metodologia da história oral será fundamental na pesquisa, logo que as celebrações populares tais como as folias de reis, sobretudo as que delimitamos, raramente apareceram registradas em estudos acadêmicos, documentos oficiais e nas folhas de jornais da região. Esse fator, por si só, já define a importância da escolha metodologia já utilizada por intelectuais como: Paul Thompson (2002), Alistair Thomson (1997), Janaina Amado (1997), Alessandro Portelli (1997) e Verena Alberti (2010).

De uma maneira geral, a principal questão a se fazer às fontes orais é: o que as memórias, produzidas no tempo presente, dizem sobre o passado? Para Alistair Thomson (1997, p. 56), a reconstrução de reminiscências ou *composição* de memórias é resultado dos sentidos que damos, no presente, às experiências do passado, de modo que tal composição resulta na restituição apenas daquilo o que se quer conviver. Nesse aspecto, mesmo respeitando os ditos e não ditos nas entrevistas, as memórias nos encaminham a entrelinhas interpretativas que podem proporcionar novas questões a serem feitas e resolvidas ao longo da pesquisa.

O passado investigado, como se disse, é produto de memórias individuais e coletivas provenientes dessa sociedade que, mesmo localizada em um determinado espaço, possui relações mais amplas (MASSEY, 2000; REVEL, 2010), por exemplo, com políticas e mentalidades instituídas pelo Estado (documentos oficiais das áreas de cultura, turismo, educação) e pelos veículos de comunicação (imprensa) que discorrem sobre o que é cultura e patrimônio ao longo dos tempos, o que remete a um campo de conflitos entre memórias e identidades. Como, por exemplo, concebe-se uma consciência de cultura popular e patrimônio cultural comum frente às realidades sociais produzidas no fragmentado mundo moderno e globalizado que, como aponta Stuart Hall (2001), é alimentado por mudanças rápidas, constantes e permanentes?

Para François Hartog (2015), o apelo à noção de patrimônio surge justamente de crises no regime moderno de historicidade, o qual proporcionou principalmente através do capitalismo globalizante, rápidas mudanças em termos de tempo e espaço, ascendendo às sociedades, o presentismo e a imediata busca por identidades pautadas em um passado comum, por vezes, inventado sob legados invariáveis e tradicionais, como apresentou Eric Hobsbawm (1997). Esse apelo ao patrimônio, no entanto, não parece vinculado, no viés do poder público brasileiro, aos bens de natureza imaterial, tais como as folias de reis das cidades.

Assim, esse campo de conflitos em que se encontram as memórias, identidades e patrimônios devem ser investigados a partir dos conceitos de *enquadramento* e *esquecimento/silenciamento* de memória, de Michael Pollak (1989), *campos* de disputas e de *poder simbólico*, de Pierre Bourdieu (1989) e *lugar de memória*, de Pierre Nora (1993), os quais também explicam o critério de seleção das demais fontes elencadas à pesquisa de doutorado, isto é, imprensa local, atas, projetos-lei, leis, decretos, portarias, estatutos, pareceres, cartas patrimoniais que condensam o universo documental/material, podendo, assim, complementar as possíveis lacunas das fontes orais e até mesmo possibilitar outros questionamentos às mesmas (ALBERTI, 2010). Trata-se, portanto, de um arsenal documental que é produto de, e pode produzir, uma materialização de memória e, por esse fato, deve ser desnaturalizado nessa empreitada, fazendo-se leitura e compreensão de discursos que, como diria Foucault (2013, p. 28), constituem-se para além da ordem do que se é escrito.

Com relação ao trabalho de crítica e interpretação das fontes orais, elas deverão se basear na ideia de que a memória é algo socialmente construído, o que demanda atenção ao que Michael Pollak (1989) chama de *memória enquadrada*. De acordo com o autor, essa memória pode ser entendida como um conjunto uniforme de discursos emitidos pelo Estado ou por ideologias partidárias, buscando a legitimação de uma memória nacional. Nesse aspecto, e ainda relembrando as palavras de Pierre Nora (1990) sobre memória coletiva, o trato da documentação dessa pesquisa deverá levar em consideração que a busca pela consolidação de uma memória, pode se materializar não só em jornais e documentos oficiais, mas também, nos relatos orais. Dessa maneira, todas essas memórias têm muito a dizer sobre perspectivas e projeções identitárias e de políticas públicas ligadas aos bens culturais. Todos esses projetos, por exemplo, podem criar uma mentalidade que produz, ou não, consciência social sobre a própria memória e patrimônio cultural, o que ajuda a entender as intencionalidades tanto das comunidades locais, quanto às estratégias de Estado sobre as folias de reis nas cidades de Ourinhos e Salto Grande e para além delas.

Michael Pollak (1989) também atenta sobre os *esquecimentos/silenciamentos* de memória, os quais serão investigados a partir dos ditos e não ditos nas fontes. Nesse aspecto, vale lembrar dos *campos* de *poder simbólico* assim estabelecidos por Pierre Bourdieu (1989), bem como dos estratégicos *lugares de memória* mencionados por Pierre Nora (1993), isto é, dos espaços de disputas construídos sob dada intencionalidade e que pretendem a internalização de uma memória e identidade, assuntos estes que devem ser analisados nos documentos, logo que fundamentarão interpretações que vão além da história das folias de reis, das cidades e região em questão, condensando também a trajetória da memória e do patrimônio como assuntos que se constituem em

um campo conflituoso de poder. Ora, qual o lugar da memória, do patrimônio e, conseqüentemente, das folias de reis nas mentalidades dos grupos e nas políticas públicas das cidades? E no que a trajetória histórica desses assuntos, entre as décadas de 1950 e 2010, nos possibilitam explicar o atual *status* dos mesmos na contemporaneidade?

Por fim, ou como dissemos de início, a partir do recorte espaço-temporal e da metodologia adotada à pesquisa, a justificativa e defesa da mesma ocorrência. De fato, o período a ser analisado, que se estende de 1950 a 2010, aponta para o início das políticas públicas de salvaguarda e o estudo da cultura popular no Brasil, através de registros do folclore, depois transformado, no campo intelectual e institucional, em memória e patrimônio. Por sua vez, essa trajetória histórica da folia de reis fez com que percebêssemos a sua importância como objeto de estudo, importância essa que vem atrelada à necessidade de registro dos sentidos e especificidades da festa e da comunidade que a pratica em dado lugar. Ao mesmo tempo, percebeu-se a escassez, no período, de estudos sobre a história das cidades e da região de Ourinhos e Salto Grande, o que enfatiza uma outra problemática que pretendemos resolver no doutorado, ou seja, no que essas histórias podem dizer sobre o atual *status* das folias de reis nas cidades e para além delas? Nesse sentido, como a micro-história das folias de reis se une ao macro, isto é, ao reconhecimento dessa cultura em instituições do governo e Estado, reconhecimento este que pode reverberar ou não em políticas públicas cidadinas e na própria produção de consciência social sobre o patrimônio cultural?

RESULTADOS

Visto as intenções do artigo em demonstrar a importância de tomar as folias de reis como objeto de estudo não só para entender a história da região, mas também, a própria história da celebração popular, a qual foi reconfigurada ao longo desses 60 anos em que delimitamos o estudo e, além disso, de mostrar a importância do próprio encaminhamento metodológico que serve também como base para outros estudos que visam à salvaguarda de bens imateriais na região, os resultados desse artigo foram atingidos.

Em duas entrevistas de história oral já realizadas com foliões de Ourinhos e Salto Grande, bem como através das primeiras observações em pesquisa participativa na região, pude constatar que os foliões, embora se identificassem a bandeiras específicas de folias de reis de suas cidades/bairros, costumam acompanhar e até contribuir no processo de organização das celebrações de Ourinhos (Bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo. Além de participarem anualmente de encontros de bandeiras que ocorrem nas

idades de Assis, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo. Essas ações foram consideradas importantes para os entrevistados, visto que contribui para a continuidade da celebração no lugar, mesmo que de forma reorientada e ressignificada.

Nesse aspecto, é importante dizer também que os foliões compartilham da ideia de possível desaparecimento das celebrações após o falecimento dos integrantes mais antigos do grupo e, assim, indicam a sua preocupação com a manutenção da festa, a qual necessita não só das ações já realizadas por eles, como é o caso do auxílio em outras bandeiras e da participação em eventos de folias de reis na região, mas através de auxílios externos que podem partir dos representantes políticos locais, de estado e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V.. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALENCAR, J.. *Ao correr da pena*. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.].
- ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M.. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 311 a 338.
- AMADO, J.. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História*, vol.15. São Paulo, 1997.
- BARROS, J. D’A.. Sobre a feitura da micro-história. *Opsis*, vol. 7, nº 9, jul-dez, p. 167-185, 2007.
- BRANDÃO, C. R.. *Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral Catequética. (137ª Ed. Revisada por Frei João Pedreira de Castro, O. F. M., e pela equipe auxiliar da Editora). São Paulo: Ave Maria; Claretiana, 2000.
- BITTER, D.. *A bandeira e a máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFRJ/IFCS/Rio de Janeiro, 2008.
- BUENO, A. P.. *Palhaços da cara preta: pai Francisco e Catirina, Mateus e Bastião, parentes de Macunaíma no boi, cavalo-marinho e folia-de-reis – MA, PE, MG*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

- BRANDÃO, C. R.. A folias de reis de Mossâmedes. In: *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.
- BRASIL. *Decreto nº 6.047*, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências, 2007.
- BRASIL. *Projeto Lei Nº 3.031*, de 17 de setembro de 2015. Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico. Brasília, 2015.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF), 2004, set/out 57 (5), p. 611-614.
- CARVALHO, M. de. Folia de Reis não é folia de rádio. *Tempo social*. [online]. 2010, vol.22, n.2, pp. 217-239, 2014.
- CASCUDO, L. C.. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Ediouro: Rio de Janeiro, 1954.
- CASTRO, Z. M.; COUTO, A. P.. Folias de Reis. In: *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.
- CORREA, A. M. M.. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920-1930)*. Tese (Livre Docência em História). ILHP/Assis, UNESP, 1988.
- DE VARAZZE, J.. *Legenda áurea: vidas de santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DEBRET, J. B.. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*; Tomo II, Vol. III. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975.
- FENELON, D. R. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, vol. 10, dez. 1993.
- FONSECA, M. C. L.. *Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC IPHAN, 2005.
- FOUCAULT, M.. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Beata Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FRADE, C.. Universidade e cultura popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-15, 2006.
- GIAVARA, E.. *O sonho iluminado: a hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação*. 185f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Campus de Assis, Assis, 2001.

- GOLOVATY, R. V.. *Cultura popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis – 1945-2002*. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- GOULART, R. S.. *Sentidos da Folia de Reis: um estudo da memória e da identidade da celebração popular em Florínea*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- _____. *Sentidos da folia de reis de Florínea (SP): memória, identidade e patrimônio (1993-2013)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2016.
- HALBWACHS, M.. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S.. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARTOG, F.. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HORTA, A. P. S.. *Os Reis da Canastra: os sentidos da devoção nas folias*. 160f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- JURKEVICS, V. I.. Festas Religiosas: A materialidade da fé. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 43, p. 73-86, 2005.
- KODAMA, K. M. R. O.. *Iconografia como processo comunicacional da Folia de Reis: o avatar das culturas subalternas*. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação), ECA- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LE GOFF, J.. Documento/Monumento. In:____. *História e memória*; trad.: Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, J; NORA, P.. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976
- LOPES, A. C.. *Adeus às violas: As Companhias de Reis da região dos Cinco Conjuntos no município de Londrina/PR – estudos históricos acerca do catolicismo tradicional popular brasileiro e a formação dos mestres-rituais a partir da mobilidade social da região*. 391f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- MACHADO, M. C. T. *Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985)*. 291f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- MAGNO, M. R.. *Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização: (des)encontros na Folia de Reis de Valença*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MASSEY, D.. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- MATOS, O. N.. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- MENDES, L. A. S.. *As Folias de Reis em Três Lagoas: a circularidade cultural na religiosidade popular*. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasil, 2007.
- MONBEIG P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.
- NAPOLITANO, M.. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. *História Unisinos*, Vol. 18, nº 3, set./dez. de 2014, p.418-428.
- NORA, P.. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história – PUC/SP*. São Paulo, jan., 1993.
- _____. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- NUNES, C.. *O reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03*. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.
- OUROFINO, J. V. M.. *São Braz de Minas: A migração, as transformações locais e o imaginário religioso*. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PENÇO, C. C. F.. *A “evaporação das terras devolutas” no Vale do Paranapanema*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, USP, 1980.
- PERGO, V. L.. *Os rituais na folia de reis: Uma das Festas Populares Brasileiras*. Universidade Estadual de Maringá, 2007. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%20Vera%20Lucia.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

- PESSOA, J. M.. Mestres de Caixa e Viola. Cad. *Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 63-83, jan./abr. 2007.
- PESSOA, J. M.; FÉLIX, M.. *As viagens dos Reis Magos*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.
- POLLAK, M.. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A.. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, (15), abr. 1997.
- PINTO, J. L. D.. *Os espaços da Folia de Reis em Maringá – PR: O grupo Unidos com Fé*. 129f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- PRIORE, M. L. D.. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educacao* v. 15 n. 45 set./dez. 2010.
- REILY, S. A.. As Vozes das Folias: um tributo a Elizabeth Travassos Lins. *Debates*. UNIRIO, n. 12, p. 35-53, jun. 2014
- RICARDO, C.. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- VICTORASSO, P. H.. *A Folia de Reis da Companhia de Reis Fernandes em Olímpia/São Paulo (1964-2014): entre o sagrado e o profano*. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.
- THOMPSON, P.. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, v.15. p.51-71, 1997.
- TREMURA, W. A.. *With an open heart: Folia de Reis, A Brazilian Spiritual Journey Through Song*. 2004. 322f. Tese (Doutorado em Música) - The Florida State University. 2004.
- VILHENA, R.. *Projeto e missão: o movimento folclorista brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV/Funarte, 1997.



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

4

A COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO E OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO.

THE PAULISTA RAILROAD COMPANY AND THE CONTEMPORARY USES OF RAILWAY ASSETS

Rafael Henrique de Moura

Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Universidade Estadual de Campinas

rafaelgeomga@gmail.com

RESUMO

O presente texto versa a respeito do patrimônio ferroviário paulista tendo por objetivo analisar as contradições que ocorrem nos usos contemporâneos deste espaço. Para tanto vamos debruçar a respeito de questões atreladas ao patrimônio e a produção espacial do estado paulista no contexto contemporâneo. Desta maneira este estudo foi desenhado a partir de trabalhos de campo compreendidos enquanto vivências e olhares para a cidade e a ferrovia, observando os antigos usos e a refuncionalização destes espaços a partir dos novos usos do patrimônio ferroviário. Diante disso entendemos que este estudo incide novos olhares, e traz contribuições para às questões patrimoniais e da produção das cidades presentes nos trilhos da Companhia Paulista, com isso resgatando muitas memórias, muitos afetos, muitas histórias, muitas culturas.

Palavras-Chave: Ferrovia, Patrimônio Ferroviário, Espaço, Refuncionalização.

ABSTRACT

The present text versa the patrimony ferroviário paulista having this analyted are to contradictions that uses as uses this contemporary style. Para tanto nós vamos debruçar o respeito de questões atreladas ao patrimônio e à produção espacial do estado paulista sem contexto contemporâneo. Desta maneira este estudo foi desenhado a partir de trabalhos de campo enquanto vivenciaram e olharam para a cidade e uma ferrovia,

observando os usos antigos e uma refuncionalização de espaços a partir dos novos usos do patrimônio ferroviário. Dying disso comprehumes that this study incide sous looks, and traz their actions to the goods of the mission of the presents the trilhões of the Companhia Paulista, with that is many many memories, many shows, many stories, many culturas.

Keywords: Railroad, Railway Assets, Space, Refunctionalization.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, e para este trabalho apresentaremos os conceitos de espaço e patrimônio. A compreensão de espaço que temos é deste como uma totalidade em movimento (Santos, 1985) e o patrimônio ferroviário como uma rugosidade, desse modo, são as construções de um período pretérito que estão materializadas e presentes nas cidades ferroviárias brasileiras. Diante disso propomos observar os usos contemporâneos do patrimônio ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF). Para isso, abordaremos o contexto de formação da CPEF e das ferrovias no Estado de São Paulo, este processo que é diretamente ligado aos primeiros núcleos povoadores de algumas regiões e ao desenvolvimento econômico paulista. Como parte final, apontamos possíveis usos atrelados à cultura e ao uso do espaço como uma possibilidade “aberta” e a ser constantemente modificada e construída, portanto, mais humano, e de fato um espaço social. (Santos, 2002).

NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Para abordar a formação territorial do estado de São Paulo, buscamos refletir a respeito da ocupação populacional e econômica a partir de uma periodização, como forma para compreender a dinâmica sócio-espacial existente neste espaço. É consenso entre os autores afirmar a ligação entre as atividades econômicas, principalmente a cultura cafeeira, tendo a ferrovia como principal forma de transporte para impulsionar esta atividade e a ocupação com pequenos núcleos de população neste território. (MATOS, 1974); (MONBEIG, 1949); (SILVA, 2010); (PRADO JR; 1976). Como um primeiro período temos o início do século XX, e neste momento o sertão era um local

“desconhecido habitado por índios”, este que, cede lugar para as inúmeras fazendas de café, pequenos núcleos embrionários de muitas das atuais cidades, e principalmente, regiões, que devido a importância da ferrovia, as companhias ferroviárias, dão nome para muitas das regiões do Estado de São Paulo. (MONBEIG, 1949). Os exemplos de nomes de regiões paulistas atrelados a linha férrea são: Alta Paulista, Alta Sorocabana, Alta Araraquarense, entre outras.

Para o segundo período propomos a expansão ferroviária junto à produção cafeeira paulista. Este é marcado a partir da segunda metade do século XX, momento da primeira ferrovia no Brasil, em 1854 ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis. Neste contexto, de expansão que se insere a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1868 e seus primeiros trilhos são instalados de Jundiá a Campinas em 1872. É neste período que ocorre a formação de territórios ferroviários no estado de São Paulo, uma vez que, as empresas ferroviárias recebiam doações de léguas de terras para seu uso e desenvolvimento. No momento em que a expansão ferroviária de um grupo afetavam os interesses de outra empresa, se constituíam disputas destes territórios ferroviários. (SILVA, 2008).

A ferrovia em sua dinâmica espacial é formada por redes, que por sua vez integra diversos lugares e contraditoriamente separa e isola outros pontos que não estão nesta mesma. Sendo o espaço geográfico uma totalidade constituída por diversas partes e em constante transformação, a rede ferroviária é um dos elementos que priorizamos para compreender quais são as dinâmicas socioespaciais que estão presentes nas cidades paulistas.

As redes são as infraestruturas e no caso da rede ferroviária é a materialização que impulsiona a articulação, integração, distribuição, circulação ou a ausência desses elementos. Como aponta Dias (2000, p. 147):

Todos estes processos para serem viabilizados implicaram estratégias, principalmente estratégias de circulação e comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõe a existência de redes, uma forma singular de organização. A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas em diferentes parceiros – regionais, nacionais e internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas.

Com base no conceito de redes apresentado acima, as linhas férreas são as infraestruturas presentes no território que permitem duas estratégias: circular e

comunicar (DIAS, 2000). As estações são as formas presentes no espaço, e foram viabilizadas pelo desenvolvimento tecnológico da época, com a função de escoamento da produção cafeeira do estado de São Paulo, bem como para impulsionar a urbanização do território. Devemos nos atentar que no fim do século XIX e início do século XX, os caminhos que ligavam ao interior eram precários, e assim, a instalação das ferrovias tem grande importância para o desenvolvimento econômico do interior paulista. Segundo Dias (2000): “a análise das redes implica uma abordagem que, não se deve considerar isoladamente, mas sim, traçando as suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades”. (DIAS, 2000, p. 149). Diante disso, compreendemos que é necessário contextualizarmos a CPEF.

A COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro vem atender a demanda do café para o interior do Estado de São Paulo. Em 1864, a São Paulo Railway Company, que construiu o entroncamento Santos-Jundiaí, declarou-se impossibilitada de construir os entroncamentos até Campinas. Em 1868, um grupo de fazendeiros do café, negociantes e políticos da época reuniram-se para fundar a Companhia Paulista, com o objetivo de atender principalmente o escoamento da produção de café das fazendas do interior paulista, sendo construído, em 1872, o entroncamento Jundiaí-Campinas. Devido à contínua necessidade de escoamento de mercadorias e a consequente organização espacial a partir das ferrovias, ocorreu a compra de outros entroncamentos e, em 1892, são adquiridos os entroncamentos que ligam Rio Claro a São Carlos e Araraquara e, posteriormente, são incorporados trajetos até a divisa com o Estado de Minas Gerais, às margens do Rio Grande e; próximo a Itirapina, tem continuidade outra linha-tronco da Companhia Paulista que recorta as cidades de Bauru, Marília, Tupã até chegar a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul.

A Companhia Paulista²⁵¹ foi considerada uma empresa modelo em seus segmentos de atuação, sendo pioneira, por exemplo, nos trens com tração elétrica. Além

²⁵¹ No ano de 1954, quando foi comemorado o 1º Centenário das Ferrovias Brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um levantamento sobre as companhias ferroviárias. Sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro: com 2.072 quilômetros, com sede em Jundiaí. Linhas principais: Jundiaí-Colômbia, bitola 1m,60 dom 507 quilômetros; Itirapina-Tupã (Ramal de Jaú, do Km

do pioneirismo à tração elétrica que pode ser verificado, por exemplo, com a Subestação Elétrica de Sumaré tombada pelo CONDEPHAAT em 2013, a empresa dispunha de carros restaurantes e de luxo, conhecidos como do tipo *pullman*, com grande aceitação por parte do público. Diante do contexto de expansão do sistema ferroviário é imprescindível que seja destacado a grandiosidade da companhia férrea, não como forma de engrandecê-la, mas pensando esta como uma possibilidade de compreender os processos sócio-econômicos que estiveram presentes no estado paulista.

Dentro da proposta de periodização proposta neste trabalho, o segundo período vai entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Como terceiro período temos a segunda metade do século XX, momento que apresenta grandes investimentos no modal rodoviário, em detrimento do transporte ferroviário que deixa de ser prioridade. Conseqüentemente, a Cia. Paulista, é incorporada em 1971 a Ferrovia Paulista S.A (FEPASA), tendo, o Estado como o seu maior acionista e sendo composta pelas antigas companhias ferroviárias atuantes no estado de São Paulo.

E como quarto período, temos o período da década de 1990 que ocorre o processo de privatização e concessão das ferrovias a nível nacional. Deste modo, as linhas da antiga Companhia Paulista desde 1998 são administradas pela concessionária América Latina Logística (ALL), atualmente com concessão para a empresa Rumo Logística.

Santos (1985) afirma que devemos observar o espaço como totalidade e não enquanto partes fragmentadas e, nesse sentido, propõe quatro categorias para a compreensão do espaço: forma, função, estrutura, processo.

Por sua vez, segundo o autor, as formas são a materialidade construída no espaço, neste caso são as edificações ferroviárias, tais como: estações, armazéns, oficinas, entre outros. Como função a rede ferroviária da Companhia Paulista, que já serviu para o escoamento de pessoas e mercadorias e atualmente tem como função o escoamento da produção do interior do país. Como estrutura, temos o sistema econômico capitalista e o papel do Estado, que fornecia incentivos para a construção de ferrovias e, enquanto processo, este é a história em sua diferenciação sócio espacial na escala do tempo e dos seus eventos (SANTOS, 1996). Tais categorias devem ser

191 ao Km 616,00; bitola de 1,60 até Pederneiras); Ribeirão Preto-Novo Horizonte, na bitola de 1m,00, (42 quilômetros) e outros ramais de várias extensões e nas três bitolas, 1m,60, 1m,00 e 0m,60 (IGBE, 1954, p. 35).

observadas em totalidade, uma vez que se deixe de lado algum aspecto, perde-se a característica de espaço proposto por Santos (1985). Uma vez que o espaço é constantemente transformado pela sociedade, se faz pertinente identificar o que ocorre no patrimônio ferroviário no período contemporâneo.

OS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL INDUSTRIAL E FERROVIÁRIO

A palavra patrimônio é hoje amplamente utilizada por diversos grupos e agentes que atuam e produzem o espaço geográfico, desse modo, esclarecer o conceito de patrimônio cultural é necessário, pois, esta é uma problemática que atinge a sociedade moderna e as cidades contemporâneas. O patrimônio cultural vem da Antiguidade, neste período a valorização patrimonial esteve ligada essencialmente a beleza e a estética do monumento (CHOAY, 2001). Portanto, o patrimônio cultural era valorizado como um monumento isolado, que ao longo do tempo vai se alterando para escalas maiores, como o monumento e o seu entorno, ou cidades inteiras, mas os valores ainda continuam sendo ligados as belezas e monumentalidade das edificações.

Em sua terminologia, a palavra patrimônio é “aquilo que é herdado, um legado, e possui origens familiares que atravessa gerações”, nas palavras de Choay (2000, p.11) em sua origem “esta palavra está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”.

Desse modo, o patrimônio cultural é um conceito europeu, que no contexto da França pós-revolucionária contribui para o ideário de nação que é construído neste país. (CHOAY, 2001), (CAMARGO, 2002). O patrimônio cultural não é somente uma palavra usada para resgatar alguns monumentos do passado, ele é o que uma sociedade julgou como necessário ser guardado do passado e ser transmitido as gerações futuras, portanto, é uma seleção de valores que está edificada no espaço contemporâneo e com suas contradições se torna um complexo e oportuno tema para compreendermos a produção espacial e as cidades no período atual.

Diante do cenário europeu é formulado o que a sociedade contemporânea compreende como patrimônio cultural, e nesse contexto o conceito é “exportado” para diversos países, sendo assim, estes adequam a noção de patrimônio as suas realidades e

necessidades. O Brasil está entre estes países que exportam o conceito francês de patrimônio.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O patrimônio industrial é uma parte integrante do patrimônio cultural em geral, sendo uma de suas tipologias, conforme mencionamos anteriormente. Este é o patrimônio relativo as atividades industriais que ocorreram principalmente nos últimos duzentos anos. Sendo desigual a produção do espaço e o desenvolvimento das técnicas e objetos ao redor do mundo e em períodos diferentes, as atividades ligadas a indústria devido as suas especificidades locais também ocorrem de formas diversas e em diferentes lugares. Portanto, este patrimônio possui uma temporalidade intrínseca a revolução industrial ocorrida na Inglaterra e demais países da Europa, sendo a preservação do patrimônio industrial uma possibilidade de assegurar que essas técnicas e formas industriais sejam preservadas no presente e para as gerações futuras, nesse sentido, é pertinente, o modo como é descrita a revolução industrial pela Carta de Nizhny Tagil (2003).

Estas mudanças geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, suficientemente rápidas e profundas para que se fale da ocorrência de uma Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenómeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existente no nosso planeta, o qual se prolonga até aos nossos dias. Os vestígios materiais destas profundas mudanças apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida. (TICCIH, 2003).

As atividades industriais alteram a escala das localidades e a escala global, havendo inúmeras aglomerações intermediárias marcadas diretamente pela atividade industrial que possuem, nesse sentido, Santos e Silveira (2003) chamam tais espaços de pontos luminosos ou opacos. Os espaços luminosos são as localidades que possuem infraestruturas, e fluidez da produção industrial acarretando em uma maior circulação e consumo destes produtos. Mas os espaços com menor luminosidade, são os espaços que

tem as características opostas as da descrição feita acima. Estamos de acordo com a definição de patrimônio industrial do TICCIH²⁵², que diz:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003).

PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

O patrimônio ferroviário é a parte do patrimônio cultural que está considerada como inclusa na categoria de patrimônio industrial. As transformações ocorridas nos transportes alteram significativamente o deslocamento de pessoas e mercadorias, e nesse sentido, é imprescindível que essas técnicas sejam preservadas enquanto patrimônio.

Os bens ferroviários entendidos como patrimônio ferroviário podem ser os bens móveis (os vagões, locomotivas e os equipamentos em geral), os bens imóveis (as estações de passageiros, os edifícios ligados a infraestrutura da ferrovia, pontes e viadutos) e os bens intangíveis (o saber fazer dos trabalhadores ferroviários, a memória da população que viveu durante o auge das estradas de ferro, costumes e tradições causadas pela vivência na ferrovia) (CASTRO; MONASTIRSKY, 2013, p. 05). Sendo o patrimônio materializado na cidade, e seus usos sendo as atuais funções presentes no espaço, é pertinente analisarmos os usos do patrimônio ferroviário no estado de São Paulo.

OS USOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NAS ESTAÇÕES DA COMPANHIA PAULISTA

²⁵² TICCIH The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (comissão Internacional para a conservação do patrimônio industrial).

A análise dos usos do patrimônio permite a observação do que ocorre atualmente nestes patrimônios ferroviários. A partir deste olhar para as funções destes espaços no período contemporâneo, podemos reconstruir a memória ferroviária, que caracteriza a expressão conhecida dos lugares de memória, estes lugares para rememorar os acontecimentos. (NORA, 2010).

Como objeto de análise para este artigo, temos as estações ferroviárias de Dracena -SP e de Rio Claro – SP, ambas são parte da rede ferroviária da CPEF. O uso na estação ferroviária de Dracena há cinco anos é destinado à Estação das Artes, onde, neste local existe um ateliê permanente junto à prefeitura municipal. O espaço é destinado as atividades culturais e artísticas, promovendo com esse uso a acessibilidade a este local e como uma alternativa para não deixar o local obsoleto. Conforme mostra a figura 01.



Figura 01: Estação ferroviária de Dracena – SP. Fotos do autor, 2018

A estação de Rio Claro – SP é um patrimônio ferroviário tombado a nível estadual pelo CONDEPHAAT e possui diversos usos. Nos trabalhos de campo neste local identificamos que ali existe a Guarda Civil do município, um estacionamento de veículos vinculados a prefeitura e servidores, um terminal de integração dos ônibus urbanos e uma pista de skate. Como uma alternativa, existe a ocupação de antigos

armazéns ferroviários que hoje possuem diversos usos com atividades ligadas ao cinema e artes marciais, como o boxe. Conforme podemos observar alguns destes usos na figura 02.



Figura 02 Estação ferroviária de Rio Claro – SP. Fotos do autor, 2019.

Os registros fotográficos nos permitem evidenciar o processo de refuncionalização que vem ocorrendo nas estações, bem como no patrimônio ferroviário no estado de São Paulo. Segundo Paes-Luchiari (2006) a refuncionalização é o processo em que estes espaços com seus novos usos recebe novas funções, além de uma valorização de novas práticas que podem alterar significativamente estas áreas. Outras terminologias como gentrificação, revitalização, reurbanização, são utilizadas em trabalhos semelhantes, utilizamos refuncionalização por considerarmos o termo mais completo para esta abordagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta durante esse trabalho buscou reconhecer os diferentes usos do patrimônio ferroviário nas áreas inseridas na rede da Companhia Paulista de Estradas

de Ferro, para identificarmos à ocorrência ou não do processo de refuncionalização nas estações desta empresa. Para tal, procuramos apresentar os conceitos que norteiam a pesquisa, bem como a contextualização das redes ferroviária e urbana no estado de São Paulo impulsionada junto ao desenvolvimento da cultura cafeeira (Matos, 1984).

As práticas em campo com os registros fotográficos nos permitiram observar o processo de refuncionalização que ocorre atualmente nas cidades de Dracena e Rio Claro. Sendo a primeira estação refuncionalizada com um ateliê de artes plásticas que permanece neste espaço há seis anos, esta que é uma atividade gerida pela prefeitura municipal e na figura de um artista plástico local. Em Rio Claro, a estação ferroviária é um bem ferroviário tombado junto ao CONDEPHAAT, entretanto há dois anos a prefeitura municipal refuncionaliza este local, deslocando para a estação a guarda civil municipal. Para os munícipes o acesso é dificultado, uma vez que é necessária a identificação prévia para a entrada neste bem tombado a nível estadual. Ainda em Rio Claro tem-se o terminal rodoviário com os ônibus urbanos e suburbanos; gare com estrutura metálica com possível uso cultural, uma área de esporte e lazer com uma pista de skate e nos galpões antigos da Companhia Paulista práticas com lutas marciais e artes cênicas e visuais, estas vivências são ligadas a grupos organizados que ocupam e reavivam estes espaços, o que em nosso entendimento, identificado em seus diferentes usos caracteriza a refuncionalização do patrimônio ferroviário.

Sendo o espaço alterado e constantemente modificado pelos sistemas de objetos e ações humanas, o desenvolvimento das técnicas e a dinâmica dos fluxos vai permitir a evolução das ferrovias, desse modo, temos o patrimônio ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, como um elemento para a compreensão da produção espacial. Este que está edificado e materializado nas cidades paulistas possui duas faces, por um lado as edificações são rugosidades que dificilmente serão alteradas (demolidas ou práticas semelhantes) em sua totalidade, mas por outro lado, são (ainda) grandes espaços na cidade, que se encontram como possibilidades à serem construídas, considerando as extensões dos complexos ferroviários nas regiões centrais em nossa área de estudo, e nesse sentido, consideramos que este deve ser o espaço do cidadão, um espaço voltado à cultura, em que as diferentes instâncias governamentais atuem no sentido de valorizar a cultura popular, desse modo, estamos de acordo com Santos (2002) para que a produção espacial priorize a cultura e não a economia, ou seja, que as

gestões públicas pensem o patrimônio ferroviário de forma que privilegie as pessoas e não a especulação imobiliária.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2000.
- DIAS, Leila Christina Duarte. Redes: Emergência e Organização. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, nº 24, pp. 109 – 123, 2008.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária em São Paulo e o desenvolvimento da economia cafeeira**. São Paulo, Alfa Ômega, 1974.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1984.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização -tardia- no Brasil. **OCULUM ENSAIOS (PUCCAMP)**, v. 14, p. 311-330, 2017.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **Memória ferroviária e cultura do trabalho**. Editora Alameda. São Paulo, 2017.
- PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. In: **Revista GEOGRAFIA**, AGETEO/UNESP, Vol. 31, N. 01, Jan./Abril, pp 44-66, Rio Claro, 2006.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: Ed. LTC. 1978.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Studio Nobel – 6ª ed., 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Editora Record, São Paulo, 2001.

SCIFONI, Simone. **Cultura e problemática urbana.** In: Crise Urbana. Org: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo, Editora Contexto, p. 129 – 142, 2015
SILVA, Marcelo Werner da. **A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892.** Tese de doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial.** Nizhny Tagil, 2003.
Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>.
Acesso em: 9 set. 2018.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

A CONFIGURAÇÃO DA CASA NA PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE COLONIAL NORDESTINA

THE CONFIGURATION OF THE HOUSE IN THE CULTURAL LANDSCAPE OF THE COLONIAL NORTHEAST

Renan Teixeira

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, FAAC Unesp/Bauru
renasantoste@gmail.com

Rosio Salcedo

Pós-Doutora em Arquitetura e Urbanismo, FAAC Unesp/Bauru
rosio.fb.salcedo@unesp.br

RESUMO

A dimensão da cultura é bastante ampla, proporciona diversas análises, dentre elas os processos socioculturais do nordeste brasileiro com a configuração da casa colonial, onde a presença de outras culturas na região, possibilita distinguir os elementos da casa que são em essência brasileiros, os que são produtos de uma miscigenação cultural e os que permaneceram desde a origem. Na historiografia da arquitetura brasileira a casa colonial foi objeto de diversas pesquisas, no entanto, não há estudos que analisam a relação da cultura com a casa colonial nordestina. Diante disso a presente pesquisa tem por objetivo investigar como a cultura influenciou na configuração da casa colonial e na formação da paisagem cultural das cidades coloniais do Nordeste, entre os séculos XVI e XIX. A pesquisa é realizada através de critérios antropológicos, sociológicos e biológicos, tendo como objetos de estudo a produção arquitetônica do período colonial em Recife e Salvador. O artigo foi estruturado em seis etapas. A primeira, Diálogos da casa, trata da abordagem teórica sobre os conceitos casa e cultura. A segunda, formação urbana da cidade colonial no nordeste do Brasil. A terceira, cultura e antropologia na casa colonial nordestina. A quarta, cultura e sociologia na casa colonial nordestina. A quinta, cultura e biologia na casa colonial nordestina. A sexta, a formação da paisagem cultural através da configuração da casa colonial nordestina. A pesquisa contribui para os estudos da casa colonial brasileira, a relação entre arquitetura e cultura, história da casa brasileira, arquitetura vernácula brasileira.

Palavras-Chave: Casa colonial; Cultura; Salvador; Recife; Nordeste.

ABSTRACT

The size of the culture is quite broad, it provides several analyzes, among them the socio-cultural processes of the Brazilian northeast with the colonial house configuration, where the presence of other cultures in the region makes it possible to distinguish the

elements of the house that are essentially Brazilian, are products of a cultural miscegenation and those that have remained from the origin. In the historiography of Brazilian architecture the colonial house was the object of several researches, however, there are no studies that analyze the relation of the culture with the colonial house northeastern. The present research aims at investigating how the culture influenced the configuration of the colonial house and the formation of the cultural landscape of the colonial cities of the Northeast, between the XVI and XIX centuries. The research is carried out through anthropological, sociological and biological criteria, having as objects of study the architectural production of the colonial period in Recife and Salvador. The article was structured in six stages. The first, Dialogues of the House, deals with the theoretical approach to the concepts of home and culture. The second, urban formation of the colonial city in northeastern Brazil. The third, culture and anthropology in the Northeastern colonial house. The fourth, culture and sociology in the Northeastern colonial house. The fifth, culture and biology in the Northeastern colonial house. The sixth, the formation of the cultural landscape through the configuration of the colonial Northeastern house. The research contributes to the studies of the Brazilian colonial house, the relation between architecture and culture, Brazilian house history, Brazilian vernacular architecture.

Keywords: Colonial house; Culture; Salvador; Recife; Northeast.

INTRODUÇÃO

A casa é um espaço físico e simbólico que reflete e orienta a vida em grupo, além da educação, família, crenças. A casa faz parte da formação do homem dentro da sociedade, em síntese uma forma de comunicação do ser com o espaço.

Para Heidegger (1994), o processo de formação do ser humano dentro de uma sociedade se dá a partir do momento que ele ocupa, que ele habita, e conseqüentemente cuida e cultiva um espaço, seria uma forma exteriorizada de evolução pessoal. A forma que o homem habita o espaço está intrinsecamente relacionada a cultura do local, diante disso é importante analisar a relação dos fatores socioculturais com a configuração do espaço.

Lemos (1989) ressalta que o ato de morar é acima de tudo uma manifestação de caráter cultural, e ao habitar um espaço o homem se relaciona com os costumes e tradições do sítio ocupado. Desse modo, a forma da casa também se torna um símbolo do diálogo entre homem e espaço.

Sobre o símbolo da casa Linton (1970) expressa que a cultura de um local não é só uma ferramenta cognitiva de identificação, ela é também uma ferramenta normativa, ou seja, não atua somente como processo subjetivo, mas como uma forma de organização do espaço, que expressa os laços sociais entre sujeitos e locais.

Segundo Reis (1976) pode-se tomar como exemplo desse processo a configuração da casa e do espaço urbano que ocorreu em Recife, no Brasil colonial, onde os sobrados magros deram uma fisionomia única a cidade, mostrando como a cultura é extremamente influente na composição arquitetônica de um lugar.

Sobre a construção da casa, Rapoport (1972) afirma que são os fatores socioculturais, mais do que os climáticos, tecnológicos e construtivos, que definem a forma que a casa adquire no âmbito de sociedades vernáculas e primitivas, onde esse formato perpassa os limites do tempo, passando de uma geração para outra, assim conservando as características daquele grupo social, isto é:

A casa não é apenas uma estrutura, mas uma instituição criada para um conjunto complexo de propósitos. Porque a construção de uma casa é um fenômeno cultural, sua forma e sua organização são muito influenciadas pelo meio cultural a que pertence (RAPOPORT, 1972, p. 65).

Um fator importante para a análise da casa colonial brasileira é a compreensão das tecnologias construtivas utilizadas, Goulart (2000) ressalta que na colônia foram geralmente primitivas, nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mas raramente tijolos ou ainda pedra e cal, onde havia abundância de mão-de-obra escrava, mas ausência de aperfeiçoamentos.

Diante desse contexto entendendo a importância da cultura na configuração do espaço e da paisagem, interessa saber como formular a relação entre cultura e casa.

Rapoport (2003) se baseia em três questões fundamentais para a compreensão da relação da cultura com a casa: O que é a cultura? O que faz a cultura? Para que serve a cultura?

Essas questões podem ser respondidas sobre três visões distintas. Uma antropológica, que afirma que o conceito de cultura é um complexo de hábitos e costumes compartilhados por um grupo de pessoas. A segunda seria a de um olhar sociológico que afirma que cultura é um sistema de símbolos passados de geração a geração dentro de um grupo social. E a terceira, a biológica que afirma que cultura é uma forma de adaptação ecológica ao meio.

O diálogo existente entre a casa e o entorno, ou seja, entre a forma e o contexto, é resultado desses mecanismos socioculturais enraizados no homem, de tal

modo que ao questionar um indivíduo que mora no sul do Brasil e outro que mora no Norte, as imagens que se criam de casa podem ser completamente diferentes. Como afirma Veríssimo e Bittar (1999), a produção do espaço arquitetônico é produto de um processo criativo guiado pelos aspectos culturais e sociais.

Na historiografia da arquitetura brasileira, sobre a casa colonial, vários estudos foram realizados: Goulart (1976), Freyre (1933), Lemos (1989), entre outros, no entanto, não há estudos que analisam a relação da cultura com a casa colonial nordestina. Diante disso a presente pesquisa tem por objetivo investigar como a cultura influenciou na configuração da casa colonial nordestina e na construção da paisagem, entre os séculos XVI e XIX, segundo os seguintes critérios: antropológicos, sociológicos e biológicos, tendo como objetos de estudo a produção arquitetônica do período colonial em Recife e Salvador.

A pesquisa foi estruturada em seis etapas. A primeira, Diálogos da casa, abordagem teórica sobre a casa e cultura. A segunda, formação urbana da cidade colonial no nordeste do Brasil. A terceira, cultura e antropologia (costumes, hábitos e crenças) na casa colonial nordestina. A quarta, cultura e sociologia (sistema de símbolos) na casa colonial nordestina. A quinta, cultura e biologia (técnicas construtivas e adaptação ao meio) na casa colonial nordestina. A sexta, formação da paisagem cultural da cidade colonial nordestina.

DIÁLOGOS DA CASA

CASA

O conceito de casa é objeto de estudo de variados campos do conhecimento, como a filosofia, antropologia, sociologia, biologia, etc. É necessário compreender como ela é definida nessas áreas e em seus múltiplos níveis, para se ter uma visão ampla do conceito.

Para Bachelard (1957) a casa, é um conceito que está intrinsecamente relacionado aos aspectos emocionais do homem com o espaço que habita, uma vez que esse recinto denominado “casa” seria o primeiro contato do ser humano com todo um futuro universo que o cerca.

Nossa alma é uma morada. E quando nos lembramos das “casas”, dos “apostos”, aprendemos a “morar” em nós mesmos. Vemos logo que

as imagens da casa seguem nos dois sentidos: estão em nós assim como nós estamos nelas (BACHELARD, 1957, p.197).

Diante disso, Bachelard (1957, p. 201) ressalta que a casa “é o primeiro mundo do ser humano, antes de ser “atirado ao mundo”. Essa característica do conceito “casa” estar relacionado a proteção é intrínseco ao ser humano.

Todo canto numa casa, todo canto num quarto, todo espaço reduzido onde gostamos de nos agachar, de nos voltarmos sobre nós mesmos é, para a imaginação, uma solidão, o germe de um quarto, o germe de uma casa. (...) O canto é um refúgio que nos assegura um primeiro valor do ser: a imobilidade (BACHELARD, 1957, p. 30 e 131).

O conceito de casa e sua relação com a habitabilidade do homem não se restringe ao campo da filosofia exposta por Bachelard (1957), mas também a outras áreas do conhecimento, como a antropologia, sociologia, biologia, etc.

Segundo Rybczynski (1996) os conceitos de conforto e intimidade que cercam o termo casa são invenções humanas para descrever sensações que desde os primórdios eram experimentadas pelo homem, porém somente com o passar do tempo que o mesmo passou a relacionar esses aspectos de bem-estar da moradia, com o conceito de casa.

Rybczynski (1996) afirma:

O conforto no sentido físico ainda estava esperando pelo século XVIII e pelo implemento da tecnologia de suprimento e de aquecimento de água, por exemplo, assim como por uma melhor subdivisão interna da casa. No entanto, a transição da moradia feudal, pública, para a casa de família, particular, estava a caminho. O senso de intimidade doméstica que estava surgindo foi uma invenção humana assim como qualquer implemento tecnológico. Na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a nossa consciência (RYBCZYNSKI, 1996, p.61).

Em “A casa”, Miguel (2003, p.24) define o termo como “um espaço/forma que busca estar adequada e ser resposta correta ao modo de vida de seus moradores e às características climáticas da paisagem onde se instala”, assim sendo o conceito de casa por definição é um objeto construído que pode vir a possuir valores de uso, convivência e entrosamento familiar, mas não necessariamente os possui.

Para Rybczynski (1996) desde os tempos antigos o homem associa casa com proteção e conforto, sendo um espaço particular do homem, tornando-se a primeira

forma de compreensão sobre o espaço, que parte do íntimo e pessoal, para o “mundo externo”.

Essa dicotomia do espaço interno versus espaço externo que cerca o conceito casa é relevante para sua compreensão, uma vez que é a partir do entendimento sobre “espaço externo” que por consequência obtemos parâmetros para entender o “espaço interno”, que é essência do termo casa, seguindo teóricos como Bachelard e Rybczynki.

Para Neto (1979) seria o confronto entre a passagem do interior para um exterior que constitui a noção de espaço mais importante para o homem, desde a pré-história, é essa antítese que consolida o conceito de casa na humanidade, ou seja, o abrigo privado.

Diante disso, o conceito de casa não se limita somente a aspectos físicos. Para compreender sua definição é necessário analisar esses aspectos intrínsecos ao psicológico humano, promovidos pela consolidação do símbolo da casa e suas características não somente formais, arquitetônicas e espaciais, mas sógnicas em relação a associação de conforto, proteção, privacidade e intimidade, e como o homem reage ao confronto entre a saída do espaço interno para o externo, ou seja, como o núcleo da casa se relaciona com o espaço urbano.

CULTURA

Segundo Cuche (2002) para compreensão do conceito de cultura é necessário a investigação de onde e como esse termo passou a ser utilizado no vocabulário da humanidade e conseqüentemente a ser estudado por diversos campos das ciências humanas.

Laraia (1986) afirma que no final do século XVIII e no princípio do XIX, o termo germânico “Kultur” era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa “Civilization” referia-se principalmente às realizações materiais de um povo.

Até aqui é importante salientar que desde a sua origem a palavra e o conceito de cultura estão ligados a terra, ou seja, ao espaço. Cuche (2002) afirma:

O termo “cultura” no sentido figurado começa a se impor no século XVIII. Ele faz sua entrada com este sentido no Dicionário da Academia Francesa (edição de 1719) e é então quase sempre seguido

de um complemento: fala-se da “cultura das artes”, da “cultura das letras”, da “cultura das ciências”, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada (CUCHE, 2002, p.20).

Também Cucho (2002) ressalta que a invenção do conceito universal de cultura está ligada ao desenvolvimento da etnologia (estudo das características de agrupamentos humanos, povo ou grupo social). A primeira definição etnológica de cultura é do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1871).

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR, 1871, p.1).

Além da definição universalista de Tylor, no século XIX, desenvolveu-se outras abordagens para o conceito de cultura, como a concepção particularista do antropólogo alemão Franz Boas (1938) que define cultura como “a totalidade de reações e atividades, físicas e mentais, que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social”.

Cucho (2002) afirma que a definição de Boas defendia um “estilo” particular que cada cultura exprime através da língua, das crenças, dos costumes, da arte, mas não apenas destas. Esse estilo próprio seria um “espírito” de cada cultura que influencia o comportamento dos indivíduos que a possui.

Segundo Linton (1972) os padrões culturais agem com a função de proporcionar ao indivíduo técnicas para a vida em grupo e para a interação social, assim como para a exploração do meio natural. Ou seja, a cultura seria um “guia” para o funcionamento das sociedades.

Em síntese, sobre a função da cultura, Ruth Benedict (1946) faz uma bela analogia ao afirmar que “a cultura é como uma lente, da qual o homem vê o mundo”.

A FORMAÇÃO DA CIDADE COLONIAL NORDESTINA

A análise da formação da cidade colonial no Nordeste brasileiro é importante para compreender a configuração das residências da região, uma vez que o meio urbano,

e a forma como ele foi construído, gerou impactos na construção da casa. A influência do urbano na casa pode ser compreendida através do estudo da política urbanizadora, da economia do período colonial, e das medidas presentes nas cartas régias e posturas municipais, que ditavam as relações entre a casa e a cidade.

Segundo Rossa (2002) o estudo da formação urbana de uma cidade implica na análise da rede urbana e também do seu suporte físico, o território. Para Rossa (2002, p.285) o Brasil foi o campo das mais variadas e ricas realizações urbanísticas portuguesas de além-mar, onde a “escola portuguesa de urbanismo” se consolidou.

A forma que Portugal encontrou para demarcação do território, para proteção de outros colonizadores europeus, foi a implantação das Capitanias. Rossa (2002) ressalta:

Nas primeiras décadas aquele território era para os portugueses uma extensão da costa e pela sua medição foi, depois de uma primeira fase de contratos de exploração geral, tal como nas ilhas, dividido em capitanias cuja profundidade territorial era desprezível, não sendo o meridiano de Tordesilhas para o efeito levado muito a sério. Era a primeira resposta às ameaças que desde cedo (como as dos franceses em 1503 e 1508) haviam chegado de outros países europeus. Do sistema de capitanias e, diretamente, dos primeiros capitães dependeu a fortuna urbanística inicial. Eram homens com experiências variadas devidas a uma mobilidade extrema, a quem eram dadas prerrogativas de fundação de cidades e de emissão das respectivas cartas de vila (ROSSA, 2002, p. 285).

O processo de implantação das Capitanias não foi só um método de divisão administrativa do território da colônia, mas foi estimulando a fixação de europeus nas novas terras que Portugal conseguiu de fato colonizar e dominar o território através dessa urbanização.

Sobre isso Goulart (1968) afirma:

É possível afirmar, portanto, que até meados do século XVII, Portugal aplica no Brasil uma política urbanizadora que consistia em estimular, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e a expensas desses, reservando-se as tarefas correspondentes à fundação, de cidades com funções de centros de controle regional. Deixando a organização espacial daquelas a critério dos donatários e seus representantes, orientados apenas pelas Ordenações, procurou, porém, exercer uma influência mais direta e com controle mais eficaz sobre as cidades reais, para cuja fundação e desenvolvimento procurou fornecer, quase sempre, pessoal e recursos.

Dotou-as, desse modo, de um quadro urbano que, sob vários aspectos, podia ser comparado com as experiências de maior importância, da mesma época, nas Índias ou com as obras de urbanização colonial de outras nações (GOULART, 1968, p.73).

O sistema de capitanias não perduraria, a coroa revendo o sistema resolveu estabelecer um governo geral para a colônia, assim reservando para si a exploração direta de algumas áreas.

Goulart (1968) afirma que a política urbanizadora deve ser entendida como um meio de controle sobre as transformações que ocorrem no processo de urbanização. Assim no Brasil, em decorrência do regime colonial, Portugal se colocava na origem dessas transformações, dessa forma a política portuguesa no século XVI procurava utilizar ao máximo os recursos de particulares (colonos e donatários), para não prejudicar seus outros negócios, como o programa das Índias.

Segundo Rossa (2002) a criação de vilas e cidades, foi essencial para a afirmação da soberania territorial, passou a ser prerrogativa exclusiva do Estado através de Cartas Régias aos Governadores.

Rossa (2002) ressalta que a política urbanizadora portuguesa criou uma rotina instrumentalizada de fundação de cidades. Esse sistema foi se aperfeiçoando ao ponto de no período pombalino as Cartas Régias já estabeleciam uma coordenação dimensional, que incluía medidas de lotes, número de aberturas, altura de pavimentos, etc.

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA CIDADE COLONIAL NORDESTINA

Freyre (1937) em seu admirável estudo sobre o Nordeste brasileiro afirma que essa região não era uniforme, mas uma aglutinação de regiões e sub-regiões que se estendiam desde o Maranhão até a Bahia. Povoada nos primórdios da colonização e estruturada por meio de diversas culturas, formando uma sociedade com características próprias, mas tendo como base três aspectos que se entrecruzavam: o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social.

Segundo Freyre (1937) existem dois nordestes, denominados por ele como “nordeste de terra gorda”, também conhecido como açucareiro, e o “nordeste de terra magra” ou algodoeiro. Cada um possuindo sua própria morfologia, onde o desenho urbano é produto principalmente da economia, vide a característica exploratória da região.

Sobre o Nordeste açucareiro onde houveram os primeiros indícios de uma formação da arquitetura brasileira, Freyre (1937) afirma:

Esse Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes e dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar – de que não se sabe o nome – e talvez da primeira casa de pedra e cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana, do Palmares de Zumbi – uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco (FREYRE, 1937, p.40).

Também Freyre (1937) afirma que foi a monocultura da cana que criou condições de vida, de habitação e de alimentação favoráveis para a formação do povo nordestino. Utilizando Recife como exemplo Freyre (1937) destaca algumas características desse processo, para ele a cidade chegou a ser, com os senhores de engenho dirigindo a província, um centro de cultura intelectual e artística, onde o estrangeiro europeu se sentia melhor do que no Rio. Entretanto ao mesmo tempo que a cultura da cana desenvolveu positivamente a região também foi responsável por aristocratizar o branco e degradar o índio e o negro, aspecto esse refletido também no espaço, onde houve a valorização da casa de pedra e cal (casa-grande) e degradou a casa de palha (mucambo).

Segundo Goulart (1968) os primórdios do desenvolvimento da economia urbana na cidade colonial surgiram na segunda metade do século XVII, onde passou a existir atividades regulares de caráter urbano, entretanto só no século seguinte, devido a influência externa, que ocorreram alterações estruturais, permitindo a consolidação da economia urbana, com o comércio e os ofícios mecânicos, e conseqüentemente o aparecimento de camadas sociais urbanas.

Esse processo econômico deu origem a rede urbana brasileira, que era abastecida pelos excedentes da produção agrícola, excedentes que não podiam ser exportados, mas que representavam o sucesso do sistema escravista no meio rural.

Para Goulart (1968) a camada escrava não teria na produção urbana uma importância fundamental, como teve na rural, era utilizada como complemento para as atividades do comércio e ofícios mecânicos. Entretanto o funcionamento de quase todos os serviços urbanos, domiciliares e públicos, encontrou sua forma financeira na exploração da mão-de-obra escrava. A gravura de Zacharias Wagner datada de 1639 exemplifica esse processo.



Figura 01 - Mercado de escravos na rua dos Judeus de Recife. FONTE: Gravura de Zacharias Wagner, 1639.

Segundo Furtado (1959) a escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu nas novas terras.

O marco da consolidação da economia urbana na colônia se deu, segundo Goulart (1968), devido à queda do preço do açúcar no mercado internacional. A estagnação do mercado açucareiro fez com que Portugal passa-se a ter uma relação diferente com o Brasil, adotando a política que havia aplicado no oriente, a metrópole transfere para o país “novos agentes de colonização”, sendo esses portugueses de nascimento defensores dos interesses comerciais e políticos da metrópole.

Essa mudança gerou transformações na forma das cidades coloniais, começando com os principais núcleos urbanos que se localizavam no litoral. Segundo Goulart (1968) a ampliação da ação colonizadora exigiu a instalação de órgãos políticos-administrativos mais complexos, com os funcionários europeus de nível mais

alto. Esses centros urbanos que antes serviam para orientar a colonização, passaram a ser a base de controle para todas as atividades da colônia.

Goulart (1968) afirma:

No terreno da arquitetura, porém, as manifestações de grandeza foram mais claras. Em Pernambuco, a cidade de Olinda, sede do governo, em um caso de segregação em larga escala, ficou caracterizada como local de residência dos grandes proprietários rurais, em oposição ao Recife mercantil; reservaram-se todas as aparências do poder à primeira, e foi-se à guerra para evitar a valorização do Recife, mas este tornou-se cada vez mais importante. Em Salvador, as áreas da cidade alta, em torno aos edifícios públicos, foram ocupadas também pelos grandes proprietários que ali construíram suas residências, algumas delas com maior apuro arquitetônico do que o palácio do próprio governador (GOULART, 1968, p.109).

Diante dessas transformações geradas pela crise açucareira no mercado europeu, outra característica que mudou na cidade colonial brasileira foi a densidade demográfica. Goulart (1968) utiliza como exemplo o recôncavo baiano, que a partir da segunda metade do século XVII, tem sua população duplicada, indo em média de 10000 para 20000 habitantes.

Esse aumento populacional nas cidades nordestinas gera o que Goulart (1968) chama de “ócio urbano”, que resultaria nas primeiras manifestações culturais dessas cidades. Para o historiador a conversa, a troca de ideias, produz o refinamento artístico e conseqüentemente o surgimento de uma cultura local, exemplificada pela nova dimensão dos edifícios públicos e pela política urbanizadora.

Segundo Furtado (1959, p.70) tudo indica que na passagem do século XVIII para o XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou. Esse “atrofiamento” constituiu o processo de formação do que futuramente viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até os dias atuais.

Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade em meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. (...) A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência - elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores - estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio

colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos (FURTADO, 1959, p. 71 e 72).

A MORFOLOGIA DA CIDADE COLONIAL NORDESTINA

Segundo Marx (1945) assim como a cidade portuguesa, as primeiras povoações brasileiras foram marcadas pela irregularidade, acomodando-se em terrenos acidentados. A planta da cidade de Salvador abaixo, datada de 1631, retirada do atlas Estado do Brasil de Teixeira Albernaz I, ilustra essa característica.



Figura 02 - Planta da cidade de Salvador do atlas Estado do Brasil. FONTE: Mapa de Teixeira Albernaz I, 1631

Marx (1945) no seu estudo geral sobre a cidade brasileira afirma:

Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e, polinuclear, tem um contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem, combatendo e derrotando as tentativas para ordená-la de outra forma, algumas significativas. Manteve estas características com o passar dos séculos e apesar do advento de outras necessidades e aspirações. Novos traçados urbanos surgiram, mas se desenvolveram ao modo tradicional. O desenho urbanístico atual – ou a sua falta – reflete, viva e claramente, uma maneira de conviver indisciplinada e condescendente, forjada nos tempos da colônia (MARX, 1945, p. 24).

Para Goulart (1970) a uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos, as casas eram construídas de modo uniforme sobre o padrão

fixado pelas cartas régias e posturas municipais. Algumas características como dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas revelam uma preocupação formal, cuja finalidade era garantir uma aparência portuguesa a cidade colonial.

Freyre (1937) ressalta que é nessa região onde surge a “arquitetura verdadeiramente brasileira”, devido a presença da casa-grande de sobrado de azulejo e da casa de palha ou mucambo. Segundo Freyre (1937) é a partir desses exemplares que características portuguesas, africanas e indígenas começaram a se mesclar para produzir os primeiros exemplares de um estilo brasileiro.

Os bairros surgiram na cidade colonial como produto do crescimento populacional dos centros urbanos. As separações entre os bairros se dava a partir de elementos naturais, como morros, lagoas ou desníveis acentuados, ou mesmo pela interrupção decorrente da abertura de praças.

Segundo Goulart (1970) diante desse processo surge um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda “de frente da rua”, porém representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. O historiador afirma que longe das regiões comerciais, nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula de implantação permitiria aproximar as residências da rua, sem os defeitos das casas térreas do século passado, graças aos porões elevados.

Marx (1945) ressalta que essa transformação no perfil da cidade começou a ser visível a partir da independência, em função das novas necessidades e aspirações da vida individual e coletiva.

Alterações pequenas aparecem como as platibandas amputando os beirais dos telhados, a geometrização e a simetria dos cheios e vazios das fachadas, a introdução de outros materiais e detalhes construtivos. Porém, novidades maiores como o porão nas residências, as construções exclusivas para lojas e escritórios, como a separação enfim da moradia do ambiente de trabalho exigem outra disposição urbana (MARX, 1945, p.98).

Goulart (1970) afirma que entre 1850 e 1900, com a decadência do trabalho escravo e com o início da imigração europeia desenvolveu-se o trabalho remunerado e aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas. As cidades e as residências passaram a ser dotadas de infraestrutura urbana, como água e esgoto, utilizando de equipamentos

importados. Para o historiador é nesse momento que surgem a tipologia da casa brasileira utilizada atualmente, com novos esquemas de implantação, afastadas dos vizinhos e com jardins laterais.

CASA NA ANTROPOLOGIA

Segundo Geertz (1973) as tentativas de localizar o homem no conjunto dos seus costumes assumiram diversas direções, mas todas elas agiram em termos de uma única estratégia, a que o mesmo chama de concepção “estratigráfica” das relações entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais na vida humana. Ou seja, essa estratégia analisa o homem através de camadas superpostas, onde a medida que se retira uma camada descobre-se outra diferente e irredutível em si mesma.

De forma ampla Geertz (1973) afirma:

Retiram-se as variegadas formas de cultura e se encontram as regularidades estruturais e funcionais da organização social. Descascam-se estas, por sua vez, e se encontram debaixo os fatores psicológicos — "as necessidades básicas" ou o-que-tem-você — que as suportam e as tornam possíveis: Retiram-se os fatores psicológicos e surgem então os fundamentos biológicos — anatómicos, fisiológicos, neurológicos — de todo o edifício da vida humana (GEERTZ, 1973, p.28).

Segundo essa análise o homem é um animal hierarquicamente estratificado, uma espécie de depósito evolutivo, onde cada nível, orgânico, psicológico, social e cultural, tem um lugar designado na configuração do mesmo. Aqui é importante ressaltar que a configuração da casa é um dos fatores de interseccionalidade entre esses níveis, pois para a construção desse espaço o homem utiliza inconscientemente de cada um desses estratos.

Segundo Geertz (1973) se alguns costumes pudessem ser destacados no meio do que o mesmo chama de “catálogo da cultura mundial” como comuns a todas as variantes locais, algum progresso poderia ser feito para especificar quais traços culturais são essenciais a existência humana. A necessidade do abrigo (casa) atualmente é um dos traços comuns em todas as culturas, presente em todas as variantes locais, seja o abrigo fixo ou móvel (no caso de populações de culturas nômades), assim como o ato de

cocção e reprodução, a casa serve como um aspecto de análise do conceito de homem na antropologia.

Para Heidegger (1954) estar na terra como mortal significa necessariamente habitar, para o filósofo torna-se homem na medida que habita, cultiva e constrói uma terra. Giglia (2012) ressalta essa ideia ao afirmar que os seres humanos coletiva ou individualmente são sempre “sujeitos localizados”, o que equivale a dizer que o homem não existe sem lugar.

Giglia (2012) ressalta que a cultura não é somente uma ferramenta do cognitivo, mas também normativa. Com isso a cultura atua como ferramenta para que o homem possa manipular o espaço físico de forma regulada e conseqüentemente reconhecendo o mesmo, dessa forma aprende qual ordem socioespacial rege o lugar, para que possa atuar no mesmo.

CASA NA SOCIOLOGIA

Rapoport (1969) defende a tese que são os fatores socioculturais, mais do que os climáticos, tecnológicos e construtivos, que determinam a forma da casa. Partindo de um exame aprofundado dos mais distintos contextos, conclui que não é o clima, nem os materiais disponíveis no sítio físico, ou as necessidades de defesa que determinam a configuração da casa. A forma seria na realidade, consequência de fatores sociais e culturais.

Ainda Rapoport (1969) afirma:

A casa não é só uma estrutura, mas uma instituição criada para um complexo grupo de finalidades. A construção de uma casa é um fenômeno cultural, sua forma e sua organização estão muito ligadas com o meio cultural ao qual pertence. Desde a antiguidade a casa é para o homem algo mais que um teto, e quase desde o princípio a sua função é muito mais que um conceito físico e utilitário (RAPOPORT, 1969, p.65).

Outro aspecto interessante discutido pela sociologia é a necessidade do espaço privado, pessoal e íntimo que o homem possui para viver em harmonia com a sociedade na qual está inserido.

Miguel (2003) afirma que já é intrínseco ao ser humano a associação de insegurança, a nível social, com relação ao espaço público, isso faz com que o homem busque, avidamente seu espaço privado.

Além do espaço pessoal que a casa possibilita aos seres humanos, outro aspecto que cerca o espaço da casa é a necessidade de ter uma identidade perante a sociedade, ou seja, a garantia de ter seu reconhecimento no grupo ao qual pertence. A casa possibilita isso através de seu “estilo” vinculado a cultura do local.

Segundo Bauman (2012) ter uma identidade é uma das necessidades humanas mais universais, corresponde a um desejo básico, o de pertencer, ser aceito, fazer parte do grupo, é possuir o sentimento que obteve a confirmação da sociedade como ator da mesma. A casa serve como espaço primário desse processo, pois dentro dela as primeiras relações sociais são construídas na espécie humana. A casa serve como palco de ensaio dessas relações dentro do mundo privado para a atuação no público.

Cuche (2002) afirma:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (CUCHE, 2002, p. 45).

CASA NA BIOLOGIA

Para a compreensão do diálogo entre a casa e a biologia é necessário analisar quais fatores biológicos cercam as relações humanas com a construção da casa. Assim adota-se alguns conceitos desenvolvidos principalmente pela ecologia, uma vez que ela é subdivisão básica da biologia responsável pela noção de termos como habitat, comunidade, condições ambientais, recursos naturais do meio, etc., todos esses influenciadores na concepção da casa.

Segundo Odum (1953), a própria etimologia da palavra “ecologia” está relacionada a casa:

A palavra ecologia deriva da palavra grega *oikos*, que significa *casa ou lugar onde se vive*. Em sentido literal, a ecologia é o estudo dos organismos em sua casa. A ecologia define-se usualmente como o

estudo das relações dos organismos ou grupos de organismos com o seu ambiente, ou a ciência das inter-relações que ligam os organismos vivos ao seu ambiente (ODUM, 1953, p.4).

Aqui nos interessa entender como essa inter-relação entre meio e homem funciona, mas adotando uma perspectiva do homem dentro de um coletivo, assim se faz uso do conceito de comunidade definido por Odum (1953) como o conjunto de populações que vivem numa área determinada ou habitat físico, organizada na medida em que tem características adicionais às das suas componentes, indivíduos e populações. Desse modo destaca a característica que algumas espécies, assim como a humana, possuem de viver em conjunto de uma forma ordenada, e não simplesmente como seres independentes.

Assim como na antropologia e sociologia, na biologia também encontramos teorias que ratificam a ideia de que a forma como o homem se apropria do espaço exprimi muito sobre o mesmo. A forma como o homem constrói sua casa o insere dentro de uma determinada comunidade, e essa “forma” na ecologia é chamada de “padrão”.

Para Odum (1953) a estrutura que resulta da distribuição dos organismos nos seus ambientes e as respectivas interações com esses ambientes pode se designar por padrão. Esse processo implica na construção da casa desde o local em que o homem se encontra, passando pela forma com que o mesmo interage com os materiais do meio, até o modo como essa casa se insere física e simbolicamente na comunidade. Onde a não compactação dessa inserção pode gerar a expulsão pelo grupo.

O interessante é analisar que ao mesmo tempo que o ser humano possui a necessidade de estar inserido em uma comunidade (no sentido espacial), o mesmo também possui a necessidade de garantir seu espaço individual no meio.

Segundo Lemos (1989, p.9) “a função básica da casa é a chamada função abrigo. A casa tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção”.

Sobre a relação entre homem, meio biológico e cultura Geertz (1973) faz uma análise sobre o processo evolutivo dessas inter-relações, onde afirma que a visão tradicional desse processo é que o ser físico do homem evoluiu, através de mecanismos como variação genética e seleção natural, até o ponto em que sua estrutura anatômica

chegou até a situação mais ou menos atual, para que assim se começasse o que o mesmo chama de “desenvolvimento cultural”.

Segundo Geertz (1973) em algum momento da história filogenética, uma mudança genética de alguma espécie tornou capaz de produzir e transmitir cultura e daí em diante sua forma de resposta adaptativa às pressões ambientais foi muito mais cultural do que genética.

Diante disso, a relação entre casa e biologia, ocorre não só pela necessidade adaptativa do homem ao meio, visando a sobrevivência de ameaças do “mundo externo”, mas também a como essas técnicas de adaptação e sobrevivência são transmitidas de geração a geração da espécie humana, transmissão de conhecimentos esses que se alteram conforme a mudança do lugar.

FORMAÇÃO DA CASA COLONIAL NORDESTINA

A formação cultural brasileira foi caracterizada por uma constante metamorfose promovida pela pluralidade de povos e suas respectivas culturas que passaram pelo país. Esse processo fez com que para se compreender qualquer aspecto cultural, como a habitação, se faz necessário o estudo das diversas influências e contribuições culturais presentes no cenário nacional.

Rapoport (2003) afirma que a variedade dos aspectos culturais promove diferentes mecanismos para a ocupação do espaço e de seu desenho, desse modo para compreensão de qualquer lugar habitado pelo homem é necessário o estudo dos aspectos culturais presentes nesse determinado lugar.

Segundo Lemos (1989) o ato de morar é uma manifestação a priori de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o tempo, o habitar um espaço, além de manter vínculos também está relacionado com os hábitos e os costumes tradicionais da sociedade. Desse modo para compreender como surgiu as tipologias de residências existentes no Nordeste no período colonial é necessário compreender como ocorreu a formação cultural do país e da região, posto que os aspectos culturais influenciam diretamente na configuração dessas construções.

Weimer (2012) afirma que para compreender a formação cultural do Brasil é necessário levar em consideração a sua pluralidade étnica, onde a arquitetura seria um

produto, assim como a população, dessa miscigenação de diversos povos e consequentemente de diversas culturas.

Outro aspecto que caracteriza a configuração da arquitetura brasileira são as influências de diversas culturas que integraram o cenário nacional no período colonial. Weimer (2012) pontua algumas culturas que foram importantes para o surgimento da casa colonial, essas “contribuições” de povos de outros continentes para a o modo de construção da arquitetura do país entravam geralmente pelo Nordeste, uma vez que no período era essa região que recebia o fluxo migratório de povos dominados pela metrópole portuguesa. E foi nessa região que se viu muitos exemplares de residências com características multiculturais.

CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS NA CONFIGURAÇÃO DA CASA COLONIAL

As contribuições que se destacaram na configuração da casa colonial brasileira, segundo Weimer (2012) foram dos povos indígenas, ibéricos, africanos, holandeses.

Exemplificando com a contribuição ibérica para a arquitetura brasileira, Weimer (2012) afirma que é importante examinar os passos da expansão colonial portuguesa. Os textos históricos enfatizam que as navegações começaram pela exploração da costa africana. O estabelecimento de administrações nessas costas é importante pelo contingente de mão-de-obra escrava que haveria de cruzar o Atlântico. Importantes descobertas foram feitas no Atlântico Norte e haveriam de ter consequências na formação da arquitetura brasileira. Como a descoberta da ilha da Madeira e do arquipélago dos Açores. Ambos estavam desabitados à época de suas descobertas. Por isso serviram como experiência para os primeiros ensaios de colonização. Dessa forma, acabou por ser trazida uma tipologia que viria a ser conhecida como a “casa açoriana” e deixaria suas marcas indeléveis na arquitetura missionária jesuítica em território brasileiro.

Weimer (2012) ressalta que a presença holandesa em território, principalmente no século XVII, foi marcada por uma tentativa de construir uma nova Amsterdam em Pernambuco. As construções de tijolo à vista como nos Países Baixos, desapareceram com o tempo, mas a cidade conservou alguns dos aspectos da presença dos holandeses, como a implantação de Recife à beira do rio Capibaribe, refletindo imagens criadas

pelos conquistadores batavos, apesar dos casarões portugueses terem substituído o holandês com o tempo.

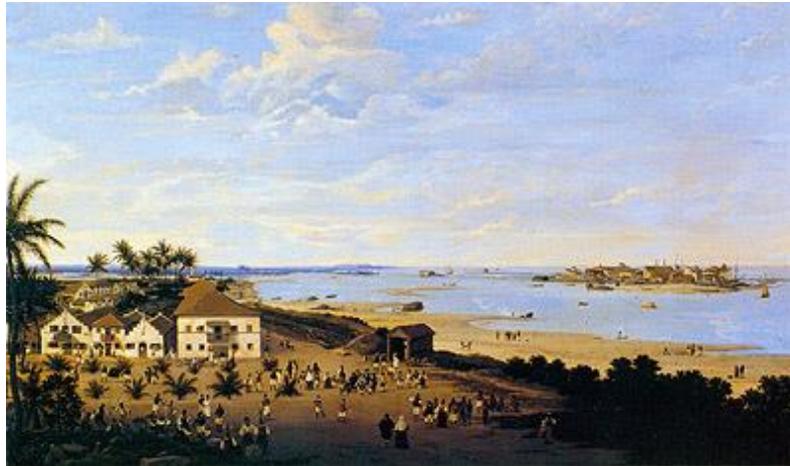


Figura 03 – Vista da Cidade Maurícia e Recife. FONTE: Pintura de Frans Post, 1657.

Essa análise das diversas culturas que contribuíram para a formação da casa colonial nordestina e brasileira é importante pois segundo Boas (1934) para compreender como ocorreu a formação cultural de determinado grupo social deve-se empregar atenção nos processos dinâmicos da interação entre as diversas culturas que contribuíram para essa formação.

A CASA COLONIAL NA PAISAGEM CULTURAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Segundo Rapoport (2003, p.53) o conceito de paisagem cultural vem da Geografia, refere-se aos resultados de interação entre ações humanas e paisagem primária que se desenvolve no tempo, dessa forma “quanto mais modificada está a paisagem pelos homens, tanto mais cultural é.” A construção das residências colônias na região nordestina do Brasil, se inserem nesse contexto, uma vez que foram influenciadas pelas diversas culturas que existiam na região, e como consequência acabaram criando essa paisagem cultural, como os centros históricos de Salvador e Recife.

Veríssimo e Bittar (1999) afirmam que a produção do espaço arquitetônico é resultado de um processo criativo guiado pelos aspectos culturais e sociais, no Brasil essa configuração do espaço através da influência da cultura foi bastante visível no período colonial, com as casas e outras estruturas arquitetônicas que surgiram na época.

O português foi uma espécie de coordenador, orientador e homogeneizador dessa moradia. Com o índio, aprendeu que cozinhar nos trópicos é uma tarefa a ser feita do lado de fora; numa varanda ou num puxado ao lado da casa. A solução para o escoamento das grandes chuvas ele copia da experiência aprendida no Oriente, trazendo dessas regiões as inflexões dos telhados e dos beirais alongados com desenhos graciosos. De Portugal traz as paredes caiadas e os portais coloridos, tão comuns nas paisagens do Minho, do Alentejo e do Algarve. Transforma a pequena casa portuguesa, por força do modelo econômico, numa “casa grande”, à qual agrega os escravos africanos num puxado ao lado da cozinha, que se denominou de senzala (VERÍSSIMO; BITTAR; 1999, p. 21).

Para Weimer (2012) a forma mais simples era a casa térrea de uma porta e uma janela, entretanto essa tipologia era associada à pobreza, desse modo os nobres portugueses que habitavam as terras brasileiras sempre fizeram questão de morar em casas de mais de um andar, nos assim chamados sobrados, muito frequentes em Recife.

A casa do cativo, ao lado da coordenação do colonizador português foi responsável por diversas características que a casa brasileira adquiriu. Weimer (2012) afirma que a contribuição diversificada dos imigrantes negros refletia a diversidade de suas origens do continente africano. As influências mais visíveis foram as “casas de mocambo”, isto é, de cumeeira, com duas ou, mais raramente, quatro águas. A primeira era mais recorrente devido a simplicidade das construções. Esse aspecto é somente um dos diversos que os povos africanos introduziram na configuração da casa colonial brasileira.

Para Veríssimo e Bittar (1999) a primeira expressão da casa brasileira, foram os engenhos, formados pela casa grande e senzala, em paralelo e de menor prestígio social, se desenvolveu a residência urbana, com as residências térreas, de porta e janela, que gradativamente foi adquirindo a função comercial em suas fachadas, assim evoluindo para o modelo assobradado. Esse modelo implantado principalmente pelo colonizador português segundo os autores permaneceu inalterado por cerca de três séculos. Somente com o estreitamento de relações com a Europa, já a partir do final do

século XVII, algumas alterações formais se incorporaram gradativamente a casa colonial, como a presença de um porão, que futuramente seria habitável.

Lemos (1989) ressalta que para entender a formação da arquitetura brasileira pode-se imaginar o país como “um grande arquipélago cultural”, em cujas ilhas sempre foi dominante a presença portuguesa. Onde suas características culturais estão sempre em fusões, maiores ou menores, dos aspectos europeus com os locais, seja com os indígenas, ou os trazidos pelos escravos africanos.

Habitualmente, não ligamos para os aspectos culturais contidos numa habitação. Moramos, simplesmente. Abrigamo-nos sem maiores cogitações. No entanto, muitos temas de nosso cotidiano domiciliar ligam-se às relações necessárias que comparecem ao universo habitacional, vinculando a construção, a forma da construção, isto é, o chamado partido arquitetônico, aos recursos oferecidos pela natureza envoltória ou aos materiais trazidos de fora e também ao clima. Na casa estão implícitas as técnicas ou o “saber fazer” decorrente do conhecimento próprio da comunidade (LEMOS, 1989, p.9).

Para Goulart (1970) a simplicidade das técnicas na construção da casa colonial brasileira denunciava o primitivismo tecnológico presente no país, sendo reflexo do sistema escravista, onde existia a abundância de mão-de-obra determinada pelo trabalho escravo, mas ausência de aperfeiçoamentos.

Goulart (1970) ressalta que os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Onde suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de chão batido na casa térrea. A casa desse modo refletia os estratos sociais da sociedade colonial, onde habitar um sobrado significava riqueza e habitar a casa de chão batido caracterizava pobreza.

No século XIX devido as mudanças administrativas do país a residência urbana passou por algumas transformações. Segundo Goulart (1970) a corte e a presença da Missão Cultural Francesa trouxeram grandes alterações na arquitetura brasileira, onde apareceriam construções mais refinadas e um novo tipo de residência, a casa de porão alto, que simbolizava a transição entre os velhos sobrados e as casas térreas.

O diálogo existente entre a casa e o entorno, ou seja, entre a forma e o contexto, é resultado desses mecanismos socioculturais enraizados no homem através da cultura, de tal modo que ao questionar um indivíduo que mora no sul do Brasil e outro que mora no Norte, as imagens que se criam de casa podem ser completamente

diferentes. Assim a produção da habitação é um belo exemplo de como o processo criativo guiado pelos aspectos culturais geram espaços e paisagens importantes para compreensão da humanidade, como a casa.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. São Paulo: Editora Vozes, 2013.
- BÉJAR, Helena. El ámbito íntimo, privacidade, individualismo y modernidade. Editora: Alianza, 1988.
- BOAS, Franz. A Mente do Ser Primitivo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.
- CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral. In: LINTON, Ralph. O indivíduo, a cultura e a sociedade. São Paulo: Companhia editora nacional, 1970.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Editora EDUSC, 2002.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.
- FREYRE, Gilberto. Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. São Paulo: Editorial Global, 1937.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Pernambuco: Editora Global, 2003.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. São Paulo: Editora LTC, 1981.
- GIGLIA, Angela. El habitar y la cultura: perspectivas teóricas y de investigación. Barcelona-Mexico: Anthropos-uam-I, 2012.
- GOULART, Nestor. Evolução Urbana do Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1968.
- GOULART, Nestor. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar, em Conferencias y artículos Espana: Ediciones del Serbal, 1994, pg 127-142.
- HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2015.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- LEMOS, Carlos A.C. História da casa brasileira. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEMOS, Carlos A.C. O que é arquitetura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Editora da USP, 1980.
- MIGUEL, Jorge M.C. A casa. São Paulo: Editora EdueL, 2003.
- NETO, J.T. Coelho. A construção do sentido na arquitetura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- ODUM, Eugene; BARRET, Gary. Fundamentos de Ecologia. São Paulo: Editora: Cengage Learning, 2006.
- RAPOPORT, Amos. Vivienda y Cultura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972.
- RAPOPORT, Amos. Cultura, Arquitectura y Diseño. Catalunha: Editorial Architectonics Mind, Land & Society, 2003.
- ROSSA, Walter. A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Editora Almedina, 2002.
- RYBCZYNSKI, Witold. Casa: Pequena história de uma ideia. São Paulo: Editora Record, 1999.
- SALCEDO, R.F.B. A reabilitação da residência como instrumento de salvaguarda dos centros históricos de Cusco (Peru) e Outro Preto (Brasil), Patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: USP, 2003.
- STRAUSS, Claude Lévi. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TEIXEIRA, Manuel C. A forma da cidade de origem portuguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- TYLOR, Edward Burnett. Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. Londres: Murray, 1871.
- VERÍSSIMO, Francisco S.; BITTAR William S. M. 500 anos da casa no Brasil: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço da moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ZUMTHOR, Peter. Atmosferas. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2009.
- WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. O conceito de cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- WHITE, Leslie A. The Science of Culture, A Study of Man and Civilization. Nova York: Grove Press, 1949.
- WEIMER, GUNTER. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

**MUSEU DE ARTES DA FIO:
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA CRIAÇÃO DE UM LUGAR DAS
ARTES PLÁSTICAS**

***FIO'S ARTS MUSEUM:
TOURIST POTENTIALITIES IN THE CREATION OF A PLASTIC ARTS' PLACE***

Rogério Borges

Mestrando em Geografia – PPG - UNESP Rio Claro

borgesrioclaro@gmail.com

Juan Lourenço

Graduando em Geografia - UNESP Ourinhos

juanpaul01@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é um relato de experiência a partir de entrevistas realizadas com o curador, o patrocinador e alguns artistas vinculados à criação do Museu de Artes do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO), realizadas no mês de março de 2019, como parte integrante da pesquisa de mestrado intitulada “A linguagem cinematográfica no estudo do lugar”. Procuramos entre os artistas e suas obras, elementos que pudessem revelar um lugar em comum, como encontro de trajetórias, “no simples sentido de reunir o que previamente não estava relacionado” (Massey, 2008: 203). A recente criação do museu foi viabilizada através da doação de obras de arte da coleção pessoal do patrocinador, além da busca e articulação com artistas locais e estrangeiros, feita pelo curador Professor Granja. Através da contemplação e interpretação das obras, é possível testemunhar a existência de diversos lugares co-existent na cidade, sob múltiplas formas de representação. Segundo Aitken (2009: 21) “Representar é retratar algo de maneira clara para a própria mente, é devolver para a sociedade uma imagem de si mesmo”, através da qual a sociedade se enxerga e se ressignifica, sendo a produção artística responsável tanto por uma criar um objeto para o sujeito, como um sujeito para o objeto (Marx, 1984: 74). Contudo, apesar do patrimônio milionário concentrado no local e da gratuidade do acesso, o fundador nos relatou as dificuldades encontradas para que esse espaço seja frequentado e faça parte do imaginário social da população de Ourinhos. Pinturas, esculturas, bordados e objetos pessoais de artistas compõem a paisagem do museu, que apresenta um recorte artístico criterioso, sendo grande parte do acervo produzido por autores locais. Buscaremos neste trabalho, primeiro, desvelar, através das obras e depoimentos, os múltiplos lugares que compõem a cidade de Ourinhos; segundo, compreender a

separação entre a cultura popular e o acesso aos objetos artísticos e, terceiro, pensar em caminhos para que o acúmulo artístico presente no espaço possa servir como um sistema seletivo de filtragem (Massey, 2008: 191), abrindo caminhos para o desenvolvimento do potencial turístico através da cultura.

Palavras-chave: lugar, artes plásticas, turismo.

ABSTRACT

The present work is an experience report based on interviews with the curator, the sponsor and some artists linked to the creation of the FIO's Arts Museum (Faculdades Integradas de Ourinhos), done in March 2019, as part of the master's research entitled "The cinematic language in the study of place". We search among artists and their works, elements that could reveal a place in common, as a meeting of trajectories, "in the simple sense of get together what was previously unrelated" (Massey, 2008: 203). The recent creation of the museum was possible through the donation of works of art from the sponsor's personal collection, as well as the search and articulation with local and foreign artists by curator Professor Granja. Through the contemplation and interpretation of the works, it is possible to testify the existence of several places co-existing in the city, under multiple forms of representation. According to Aitken (2009: 21) "To represent is to portray something clearly to the mind itself, is to give back to society an image of itself", through which society sees itself and reaffirms itself, with artistic production being responsible for both one to create an object for the subject, as a subject for the object (Marx, 1984: 74). However, in spite of the millionaire equity concentrated in the place and the gratuitous access, the founder told us the difficulties found so that this space is frequented and is part of the social imaginary of the population of Ourinhos. Paintings, sculptures, embroideries and personal objects of artists make up the landscape of the museum, which presents a impeccable artistic cut, being a large part of the collection produced by local authors. We will seek in this work, first, to unveil, through the works and testimonies, the multiple places that make up the city of Ourinhos; second, to understand the separation between popular culture and access to artistic objects, and third, to think of ways for the artistic accumulation present in space to serve as a selective filtering system (Massey, 2008: 191), opening the way for development of tourism potential through culture.

Keywords: place, plastic arts, tourism.

INTRODUÇÃO

A capacidade humana de intervenção artística no seu habitat é tão antiga quanto o surgimento do Homo sapiens na Terra. As primeiras pinturas rupestres já revelavam uma intenção em registrar os acontecimentos e os diversos agentes do cotidiano selvagem nas paredes das cavernas. Fossem essas representações feitas pela memória humana ou simplesmente rabiscos sobre imagens que a luz solar projetava através buraco de entrada das furnas, foram através dessas intervenções que os primeiros agrupamentos humanos deixaram suas marcas na (pré)história.

Com o desenvolvimento da fala e da língua, criou-se um sistema de linguagem que pôde ser codificado e repassado aos demais, criando acordos coletivos e preservando hábitos culturais, costumes, valores, e, sobretudo, servindo à comunicação em busca da sobrevivência. A oralidade foi a forma de transmissão cultural hegemônica durante séculos, podendo ser comprovada em diversas partes do mundo, como um alicerce para o compartilhamento de técnicas de produção, criação de procedimentos de regulação social e consagração de valores comuns, através da religião.

Com o surgimento da escrita, a oralidade, como detentora única do acúmulo cultural, perdeu gradativamente espaço para os manuscritos, que podiam materializar ideias, regras e fatos históricos, de maneira que não dependesse da memória de indivíduos específicos, podendo desenvolver uma gama de conhecimento cultural, que garantiria a propagação do saber para as futuras gerações. A linguagem escrita consolidou a criação dos objetos culturais, criando produtos capazes de se comunicar com outros indivíduos, sem a necessidade do diálogo na construção do conhecimento. Em pouco tempo, a linguagem escrita passou a atingir diversas camadas acumulativas de pensamento, distanciando a bagagem cultural dos letrados e dos não letrados, como aponta Claval (2001):

A escrita é enfim um fator de desigualdade social. O custo do aprendizado e do suporte material do texto limitam, por muito tempo, o acesso à cultura e à escrita a um número muito restrito de iniciados. Estes tiram daí seu poder: um monopólio sobre a leitura e o comentário dos livros onde estão consignados os textos fundamentais – preceitos religiosos, códigos de leis, receitas mágicas dos curadores, contratos comerciais. Eles podem frear a difusão desta ciência e reservá-la a uma elite: fonte e meio de hierarquia e de influência social. (CLAVAL, 2001, p. 68)

Ao longo da história, o processo ocorrido com a linguagem escrita pôde ser notado também em outras formas de linguagem, como na restrição do acesso aos objetos de pintura, escultura e arquitetura, além da privação de espetáculos de teatro, dança, poesia, música, circo, a pequenos grupos elitizados que detinham o controle social de cada época. A potência da arte como uma ferramenta de emancipação foi desperdiçada e reduzida ao prazer estético das oligarquias. Esse poder de controle era reafirmado através do mecenato, no qual os poderosos financiavam e controlavam os artistas segundo seus próprios interesses, se apropriando de um acúmulo cultural

desenvolvido por toda a sociedade, mas afastando cada vez mais a maioria da população do acesso à difusão artística.

A desigualdade entre o saber popular e o saber erudito foi intensificada através de sucessivas gerações, que reproduziram o mesmo processo de elitização da arte, evoluindo as formas e tendências artísticas, mas permanecendo inacessível às classes sociais que não gozavam do poder. Durante o século XX, com a consolidação de estados democráticos, diversos países moveram esforços no sentido de tornar acessível à população o conhecimento artístico acumulado por milhares de anos. Através de disciplinas de educação artísticas nas escolas, projetos de formação cultural, criação de museus, escolas de arte e galerias, grandes avanços foram possíveis, sobretudo nos países desenvolvidos.

Nos países em desenvolvimento, a reversão desse processo não se deu de maneira tão simples. Por um lado, o investimento em Educação sempre foi insuficiente, limitando grande parte da população a uma compreensão superficial das múltiplas formas de linguagem. Por outro lado, a grande indústria da cultura de massa viu nessa defasagem cultural uma oportunidade para comercializar produtos culturais com baixo conhecimento agregado, reforçando a desigualdade no acesso à cultura e tornando seus consumidores cada vez mais distantes das obras com grande valor artístico agregado.

Em uma via de mão-dupla, as obras superficiais atendiam à demanda imediata de uma população carente de cultura própria, enquanto essa se limitava cada vez mais a reproduzir subprodutos distribuídos em massa, como previa Marx (1984) em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos, publicados posteriormente

O objeto artístico – bem como qualquer outro produto – cria um público sensível à arte e capaz do prazer estético. A produção, por isso, produz não apenas um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto. (MARX, 1984:74, apud BARBOSA, 2000:72)

No Brasil, as políticas públicas desenvolvidas após o fim do Regime Militar caminharam a passos largos na democratização do acesso à cultura, sobretudo nos anos 2000, criando uma política embrionária de popularização da arte, tanto no que se refere ao consumo dos objetos, quanto à formação para a produção destes. Contudo, uma defasagem acumulada por milhares de anos, intensificada nos países periféricos e estimulada pela mídia e pela grande indústria, não foi possível de ser suprimida em algumas décadas. Mesmo com um período farto em investimento cultural e grandes

avanços nesse sentido, a participação da maioria da população a espetáculos e ao consumo de obras de arte, ainda é muito pequena.

Buscaremos nesse artigo desenvolver essa problemática contemporânea no estudo de caso do Museu de Artes da FIO, na cidade de Ourinhos-SP, que possui um grande acervo cultural, com valor de mercado na casa dos milhões de reais, porém ainda inexistente no imaginário popular local. Através de entrevistas com o curador, o patrocinador e alguns artistas, além da análise de algumas das dezenas de obras disponíveis, buscaremos desvendar os lugares existentes dentro do recorte municipal, conhecendo a cidade segundo a visão dos autores e deslumbrando as possibilidades de pensamento coletivo que poderiam ser desenvolvidas se essas manifestações artísticas habitassem a cultura popular.

OBJETIVOS

Os objetivos desse trabalho orbitam em torno de um aprofundamento nas relações estabelecidas entre as obras de arte e o pensamento coletivo a respeito do lugar, podendo ser divididos em:

-Objetivos gerais:

- Compreender como as obras de arte se configuram enquanto paisagens culturais, sendo uma forma de re(a)presentação da sociedade
- Analisar o acesso da população aos espaços culturais voltados às artes plásticas

-Objetivos específicos:

- Conhecer olhares a respeito da cidade de Ourinhos, materializados nas obras de arte
- Compreender as limitações e possibilidades na criação de um lugar das artes plásticas

METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa foi baseada em escutas realizadas através de entrevistas em audiovisual com o curador (e fundador), o patrocinador e alguns artistas vinculados ao Museu de Artes da FIO. O processo é parte integrante da pesquisa

de mestrado intitulada “A linguagem cinematográfica no estudo do lugar”, na qual buscamos diversos olhares a respeito da cidade de Ourinhos, tentando entender a complexidade do lugar chamado Ourinhos, delimitado nesse estudo como um recorte municipal, e os múltiplos lugares existentes em escalas menores.

As entrevistas coletadas foram também utilizadas como material de pré-produção cinematográfica dos filmes componentes do projeto “DIFERENTES LINGUAGENS NO ESTUDO DO LUGAR: propostas e diálogos para Atlas Municipal Escolar²⁵³”, que já foi parcialmente aplicado para algumas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Adelaide Pedrosa Racanello, localizada na cidade de Ourinhos-SP.

Outro percurso metodológico ao qual se propõe esse artigo é a interpretação das obras presentes no Museu de Artes da FIO, sendo em alguns momentos um exercício do pensamento livre comunicando-nos diretamente com os objetos artísticos em questão, e em outros, um diálogo intermediado pelo curador e artistas.

A liberdade e a ousadia de atravessar a interpretação artística por conceitos geográficos é uma intencionalidade assumida nesse trabalho, como uma proposta metodológica e ao mesmo tempo um manifesto, no qual reivindicamos o diálogo entre as ciências humanas e os objetos artísticos, como uma forma de ampliar a dimensão do conhecimento para outras formas de linguagem, expandindo para outros tantos caminhos e interfaces possíveis.

DESENVOLVIMENTO

Entendendo o lugar através de um sentido global (Massey, 2008: 191), o percurso de estudo da cidade de Ourinhos se deu de maneira aberta, respeitando a

²⁵³ O Projeto Regular é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Geotecnologias e Cartografia – GEOCART da Universidade Estadual Paulista – UNESP, conta a participação de Professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro e será desenvolvido nos Laboratórios de "Educação Continuada e Produção de Material Didático" e de "Análise Espacial Aplicada às Políticas Públicas", ambos do Centro de Análise e Planejamento Ambiental – CEAPLA, que é uma Unidade Auxiliar do IGCE/RC. Assim, explicita uma proposta metodológica para a elaboração de um material (para)didático que viabiliza o estudo do lugar, por meio de Atlas Municipal Escolar, para os alunos de 6º ao 9º ano (II Ciclo) do Ensino Fundamental. Apresentando-se dentro de quatro recortes interdisciplinares - *o Geográfico, o Histórico, o Ambiental e o Cartográfico* - a proposta se torna inovadora, das publicadas no meio científico, por trazer novos diálogos para os Atlas Municipais Escolares, a partir do uso linguagens diferenciadas entre si, compostas por quatro versões de Atlas a **versão Analógica** (*linguagem analógica*), a **versão Digital Interativa** (*linguagem digital*), a **versão Cinematográfica** (*linguagem audiovisual*) e a **versão Tátil** (*linguagem Tátil*), voltadas para a mediação do ensino-aprendizagem em sala de aula e que convergem para o estudo do lugar, por meio do espaço vivido, percebido e concebido pelos escolares – o município. (Zacharias et. ali., 2017).

multiplicidade e a organicidade que compõem a relação específica de espaço-tempo desenvolvida ali. Escrevemos uma carta-resenha sobre o projeto e enviamos para dezenas de pessoas e grupos de diversos núcleos da cidade, abrindo as possibilidades de interação e permitindo-nos a condução dentro do ritmo da cidade, através de diversos agentes.

Após tecermos algumas redes de articulação para iniciar as entrevistas, conseguimos acesso ao Secretário de Cultura do Município, Gustavo Tanus, que nos recebeu para ouvir a respeito do projeto e auxiliar em possíveis conexões dentro da cidade. O contato com moradores ourinhenses foi fundamental para o aprofundamento do estudo, pois nossa perspectiva sobre a cidade, enquanto pesquisadores e estudantes universitários, se restringia ao olhar do “estrangeiro”, pois não somos nascidos e fomos criados ali, embora mesmo que por um curto período de tempo, façamos parte também da composição desse lugar.

A conversa com o Secretário de Cultura nos rendeu o contato e a indicação sobre o Museu de Artes da FIO, tendo o nome do Professor Granja como representante do espaço. Após um breve contato por internet, conseguimos marcar uma conversa presencial no museu. Chegando na FIO, fomos informados que o patrocinador, Dr. Roque Quagliato, acompanharia e participaria da entrevista, por ser o viabilizador do sonho do Professor Granja.

RESULTADOS

Após uma breve conversa, instalamos os equipamentos de luzes, montamos a câmera, o gravador de som, e iniciamos nossa conversa. Quando estimulado a falar sobre o Museu, Granja iniciou sua fala afirmando que a cidade de Ourinhos possui uma fragilidade cultural e atribuiu os esforços para mudar essa realidade a FIO

Ourinhos é uma cidade que ficou muito distante da arte e da cultura, e ela de repente começa a florescer com grande eloquência através das FIO, que hoje já se transformou numa Universidade. São 22 cursos né Dr. Quagliato? Um centro universitário com 22 cursos. Então é muito importante que essa colonização cultural iniciasse aqui, dentro desse espaço, que tem como objetivo não só a gente comemorar os 100 anos de Ourinhos, que Ourinhos fez 100 anos, mas fez uma pesquisa, nesses 100 anos quais foram os artistas plásticos, que nesse período pintaram, produziram obras. (GRANJA, 2019).

A lealdade e gratidão do Professor em relação ao patrocinador do Museu foi evidenciada em várias partes da entrevista, afinal o sonho de Granja já completava 45 anos de existência, e só foi viabilizado graças ao financiamento da entidade que o Dr. Quagliato preside, a Fundação Educacional Miguel Mofarrej, que gere o Centro Universitário Faculdades Integradas de Ourinhos. Chama a atenção nesse trecho o termo “colonização cultural”, pois ao mesmo tempo em que Granja defende a importância dos artistas locais, ele passa a impressão de que a cultura e a arte que ele apresenta estão “colonizando” Ourinhos, o que, em termos literais, significa que está vindo de fora, para atender a interesses externos.

Em outros trechos da entrevista, Granja destaca sua preocupação com a função social e a longevidade do Museu

A meta da FIO é realmente o crescimento do seu foco cultural, do seu foco educacional. Então vamos crescer! Não vamos parar! Não vamos ter preconceito nenhum com outras coisas. Então não é mais exclusivamente daqui, e agradecemos ao Dr. Roque Quagliato, porque de repente, o que ele faz? Grande parte das obras que estão aqui dentro é de artistas que já morreram, que já se foram e não produzem mais, e que estão eternizados através desse museu. Porque esse museu não é da FIO, ele não é da cidade, ele é nosso! Ele pertence à humanidade como todos os outros grandes museus, e todos os outros grandes museus começaram pequenos. (GRANJA, 2019)

A concepção da arte como patrimônio da humanidade possui um grande destaque nas falas e na visão de mundo de Granja, que repetidamente manifesta certo inconformismo em ter um espaço tão rico e potente disponível, que poderia estar lotado diariamente, mas ainda não se enquadrando dentro das possibilidades de turismo artístico da cidade.

Na conversa com o patrocinador do Museu, o Dr. Roque Quagliato, foi enfatizada, por parte do entrevistado, a narrativa histórica de toda a jornada da criação do espaço, saudando as instituições que possibilitaram o investimento e também amigos pessoais que o ajudaram no processo. Quando indagado a falar sobre o viés artístico do Museu, ele procurava direcionar as perguntas ao Professor Granja, demonstrando a autonomia que o curador possuía quanto ao espaço e a relevância do seu primor artístico.

Quagliato aproveitou o espaço da entrevista para divulgar o Museu e tentar atrair pesquisadores e o público em geral para o lugar

Foi um prazer recebê-lo aqui na nossa casa e poder participar de um trabalho para a sua tese de mestrado. Espero que você tenha grande sucesso na defesa de sua tese. Nós vamos aproveitar você, com seu trabalho, pra divulgar e mostrar pra todas as comunidades por onde você andar, por onde esse trabalho for demonstrado, que nós estamos aqui com as portas abertas para receber o público da nossa região, da sua região e de todo o Brasil, para que venham aqui conhecer o nosso trabalho. (QUAGLIATO, 2019)

Após a conclusão da entrevista de abertura, Dr. Roque Quagliato deixou o espaço e ficamos por mais algumas horas gravando, mas agora a respeito das obras de arte, que Granja fez questão de apresentar uma a uma, como se estivesse ao mesmo tempo justificando a escolha das obras e também fazendo a propaganda dessas, numa intenção de trazer mais pessoas para contemplá-las.

Granja apresentou com grande entusiasmo as obras da artista Aparecida Margiti Abujamra

Índio bravo, mas é uma criança. Brinca inocentemente com uma caravela portuguesa, que descobre as novas terras, que os explora, que os escraviza, e só sobra para esse índio ressentimento profundo dentro de seu coração. Observe no olho do índio: “eu estou bravo”. (GRANJA, 2019)

A tela em questão mostra uma criança indígena brincando com um barco a velas.



Figura 1 - Tela de Aparecida Margiti Abujamra
Foto: Rogério Borges (2019)

Granja revelou que a artista Margiti é de Ourinhos, dentista de profissão e pinta como um hobby, sobretudo telas que revelam olhares dos povos nativos da região, como podemos observar na Figura 2.



Figura 2 - Tela de Aparecida Margiti Abujamra
Foto: Rogério Borges (2019)

Na cidade de Ourinhos, como na maioria das cidades do interior paulista, pouco se sabe sobre os povos nativos que viviam na região. A história recente das cidades criadas a partir das ferrovias foi precisa em apagar os vestígios da ocupação indígena. Em entrevista recente com a Prof.^a Dr.^a Fabiana Lopes da Cunha, a historiadora nos relatou que até mesmo os lugares com nomes de origem indígena foram resignificados pelo poder local, numa intenção desesperada de esconder as raízes da “terra vermelha”, como é conhecida a região.

Nas telas de Margiti, os indígenas sempre estão com semblante triste, rancoroso, denunciando nas expressões e gestos o processo predatório ao qual foram submetidos. Não tivemos a oportunidade de conhecer e conversar com a autora para saber suas ideias a respeito do processo de colonização, mas isso na verdade não importa, quando estamos pensando em obras de arte. A partir do momento em que a artista cria um objeto artístico, esse ganha vida própria e está suscetível a múltiplas interpretações. A tela fala por si e cada indivíduo escuta de uma maneira, de acordo com seus valores culturais e ideológicos.

A possibilidade deslumbrada por esse artigo, do Museu de Artes da FIO se consolidar como um lugar das artes plásticas, é também a esperança de que a potencialidade dessas obras sejam exploradas como um caminho de reflexão coletiva, provocando debates entre a comunidade que se formar em torno do interesse artístico,

extrapolando a concepção do Museu com uma função turística, para ser um espaço de educação e contemplação, criando uma espécie de ritual, onde as pessoas possam ser atravessadas pelo peso sensitivo que a arte proporciona.

Outro encontro proporcionado pelo Museu foi com Tânia e Clymene, representantes do Grupo Bordado & Prosa, coletivo de mulheres que se encontram na praça para conversar e bordar, em geral paisagens da cidade, a partir das memórias afetivas das integrantes.

Entre as nossas prosas, discutimos: “-Por que a gente não faz alguma coisa relacionada à nossa cidade?” Aí pronto: “-Ah, eu vou bordar a igreja que eu casei, “-Ah eu vou bordar a casa que a minha avó morou”, e cada uma foi construindo, foi tendo a sua ideia, foi escolhendo seu ponto, o lugar da sua memória afetiva. (CLYMENE, 2019)

As obras das bordadeiras são uma oportunidade única para conhecer locais da cidade dotados de memórias afetivas, sobretudo do ponto de vista de um recorte específico, que são mulheres, em sua maioria de meia idade, que se aposentaram e viram no bordado uma motivação para se engajarem e recontarem a história de Ourinhos. Conhecidas paisagens da cidade foram rerepresentadas, sob a ótica feminina, revelando como as mulheres absorvem esse lugar e quais são suas referências espaciais.



Figura 3 - Bordado da Catedral da cidade
Foto: Rogério Borges (2019)

Considerando o lugar como um tecer de histórias em processo, em permanente ressignificação, perguntamos a elas como foi o momento em que elas apresentaram as obras ao público, como foi a reação das pessoas, e especialmente das mulheres, que

viram as paisagens que já conheciam, sob a intervenção da arte. Clymene nos falou um pouco sobre a experiência desse processo de exposição das obras.

Olha, foi assim pra mim... muito emocionante, porque no dia da inauguração, a gente ficou aqui. Aí apareciam pessoas e... teve uma menina que chegou e falou: "-Nossa! Essa casa! Minha amiga morou nela e ela (a casa) está lá ainda, nesse lugar! Igualzinho como tá aqui!" Então, foi assim... emocionante. Aí a outra: "-Nossa, a catedral! A igreja mor da nossa cidade, onde tal fulano casou, que eu frequentei!". Foi assim...muito emocionante. (CLYMENE, 2019)

A partir do momento em que o público teve acesso às paisagens materializadas pelos bordados, novos arranjos se formaram na constituição dos lugares. Arranjos esses, não fixos, rígidos e nem essenciais, mas provisórios e dinâmicos, que sofrem constantes intervenções e ressignificações, sejam elas explícitas, como no caso da exposição, ou implícitas e até mesmo despercebidas, pelo hábito cotidiano de passar nesses locais, de falar sobre eles, de marcar encontros de diferentes naturezas utilizando as mesmas paisagens como pontos de referência. A igreja materializada no bordado já não existe mais. No sentido físico, o prédio ainda está lá, mas os processos humanos e não-humanos aos quais ela é submetida a todo instante, fazem com que a aparência e o sentido desse lugar sejam constantemente renegociados, ainda que numa escala espaço-temporal imperceptível, como sugere Massey (2008)

Este é um entendimento de lugar - como aberto ("um sentido global de lugar"), como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada - sobre o que já escrevi muitas vezes (Massey, 1991a, 1997a, 2001a).

Pensando no Museu de Artes da FIO como um lugar, segundo Doreen Massey, poderíamos explicar todas as entrevistas e aprofundar em todas as obras que tivemos acesso, pois cada uma delas revelaria uma nova camada e contribuiria para novas renegociações na sua formação. Porém, como nos propomos a moldar essa vasta experiência a um recorte de algumas páginas, abordaremos agora nossa última entrevista, com a artista plástica Iara Caboclinho.

Iara foi atravessada por um dom artístico desde muito cedo em sua vida, mas nos contou que em decorrência do conservadorismo de seu pai, foi obrigada desde cedo

a ceder à negação dos seus impulsos artísticos, até chegar um momento em que seu talento transbordou e a forçou a se assumir enquanto artista plástica

Como meu pai não aceitava a arte em casa, então eu catava argila do quintal, eu mesma fazia, preparava a argila e fazia as minhas esculturas sozinha. Eu fazia perfeito! Comecei a fazer presépio e eu vendia para os vizinhos sem queimar, e eles compravam meus presépios. Então eu escondia tudo embaixo da cama, porque ele (pai) não aceitava de jeito nenhum. (CABOCLINHO, 2019)

A potência das obras de Iara demonstram uma necessidade de externalizar sentimentos e instintos artísticos que ela foi obrigada a reprimir durante muito tempo da sua vida, como podemos observar em algumas obras.



Figura 4 - Tela-máscara de Iara Caboclinho

Foto: Rogério Borges (2019)



Figura 5 - Máscara de argila de Iara Caboclinho

Foto: Rogério Borges (2019)

A presença constante de máscaras e uma grande multiplicidade de cores materializam em objetos artísticos a jornada dessa artista em busca de sua liberdade, por vezes tendo que negar a si mesma, se escondendo (embaixo da cama ou atrás de máscaras) de um pensamento conservador que assolou sua infância na figura de seu pai, e que ainda é tão presente no Brasil do século XXI.

A história de vida e o acervo de autoria de Iara Caboclinho soam como um manifesto pelo pensamento e liberdade de expressão. Ela, que trabalha voluntariamente como monitora do Museu, ainda não tem consciência do poder de sua obra e do que ela pode causar na vida das pessoas que tiverem acesso. Sua humildade tenta esconder a grandiosidade artística que traz consigo, mas seu brilho no olhar é um convite para mergulhar em suas obras e conhecer mais a si mesmo, do que à artista plástica.

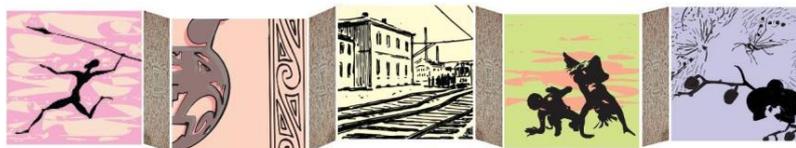
A vastidão das obras disponíveis no Museu de Artes da FIO possui um potencial imensurável de contribuições artísticas para a constituição do lugar chamado Ourinhos, através do pensamento dos autores locais. Se conseguirem avançar na divulgação do espaço e participação popular, dividindo as experiências contemplativas e possibilidades de diálogos construtivos, provavelmente a cidade respirará novos ares num futuro próximo, regidos pelo poder do atravessamento da cultura na constante (re)formação do ser.

REFERÊNCIAS

- AITKEN, S. C. ZONN, L. E. Re-apresentando o lugar Pastiche. Cinema, Música e Espaço. Geografia Cultural. Editora UERJ. Rio de Janeiro, 2009.
- BARBOSA, J. L. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. GEOgraphia – Ano. II – No 3 – 2000
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural. 2. Ed. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2001.
- MASSEY, D. Pelo espaço – uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

II Simpósio Internacional

arte: Tadeu Jussani Martins



PATRIMÔNIOS

Cultura, Identidades e Turismo

AS IDENTIDADES TERRITORIAIS E O USO TURÍSTICO: O CASO DA FESTA DO TROPEIRO NO DISTRITO DE GARDÊNIA/MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP

THE TERRITORIAL IDENTITIES AND THE TOURIST USE: THE CASE OF THE TROPICAL PARTY IN THE DISTRICT OF GARDENIA / MUNICIPALITY OF RANCHARIA / SP

Sueli Aparecida de Souza

Profa. Me Secretaria Municipal da Educação de Rancharia-SEDUC
suelli.viana@hotmail.com

Clediane Nascimento Santos

Profa. Dra. Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XVIII
cle26santos@gmail.com

RESUMO

Sabe-se que o Tropeirismo teve seu papel de destaque na economia e formação histórica do Brasil em meados do século XIX. O dinamismo dessa atividade, protagonizada na figura do tropeiro cumprindo seu ofício por todo o país, contribuiu, além do abastecimento de gêneros alimentícios e comércio de animais, para a propagação de sua cultura. Assim, o presente artigo tem como objetivo debater sobre o uso das identidades territoriais pelo/para o turismo, tendo como objeto de estudo a Festa do Tropeiro no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia/SP. O Distrito de Gardênia margeia a região do Vale do Paranapanema, e, tem no turismo cultural um relevante recurso para preservar sua identidade. A metodologia desse estudo se pauta em levantamento bibliográfico e estudos a priori²⁵⁴. Constatou-se que mesmo com as mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas ao longo do tempo, no que tange especificamente a identidade tropeira, esta se conservou por intermédio de sua difusão pelas gerações. Embora, cabe destacar que essa representatividade encontra-se mesclada com outros elementos da vida contemporânea, em que, nem sempre as motivações dos participantes se concentram absolutamente no fato de propriamente manter a cultura.

Palavras-Chave: Tropeiro; Festa; Distrito de Gardênia; Turismo.

²⁵⁴ Refere-se aos estudos: SOUZA, Sueli Aparecida de. **Transformações socioespaciais no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia/SP**. 2012. 116 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2012. E SOUZA, Sueli Aparecida de. **O desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia, município de Rancharia/SP**. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/Unesp, Presidente Prudente.

ABSTRACT

It is known tropeirism had its prominent role in the economy and historical formation of Brazil in the mid XIX century. The dynamism of this activity, protagonized in the figure of the Stumper fulfilling its craft throughout the country, Contributed, in addition to the supply of foodstuff and animal trade, to the propagation of its culture. Thus, this article aims to discuss the use of territorial identities by/for tourism, having as object of study the feast of the Tropeiro in the district of Gardênia, municipality of Rancharia/SP. The district of Gardênia borders the region of Vale do Paranapanema, and, has in cultural tourism a relevant resource to preserve its identity. The methodology of this study is based on bibliographical survey and a priori studies. It was found that even with the social, economic and cultural changes occurring over time, with regard specifically to the Stumblin identity, it has been preserved through its diffusion by generations. Although, it is worth noting that this representativeness is merged with other elements of contemporary life, In which, the motivations of the participants are not always concentrated in the fact that they properly maintain the culture.

Keywords: Drover; Party; District of Gardenia; Tourism.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o tropeirismo no Brasil teve seu auge a partir do século XVII, quase que paralelo ao bandeirantismo. Essa atividade na figura do Tropeiro como coadjuvante principal, teve seu papel de destaque superando o âmbito econômico, reafirmando a sua relevância também nos aspectos geográfico e social (ALMEIDA, 1968).

Assim, através de várias rotas oficiais abertas inicialmente pelos bandeirantes, as grandes comitivas tinham como meta alcançar os principais centros de abastecimentos e comércio de animais, como Sorocaba e o Sul do Brasil (ALMEIDA, 1968). Como retratado, o dinamismo dessa atividade, protagonizada na figura do tropeiro cumprindo seu ofício por todo o país, contribuiu, além do abastecimento de gêneros alimentícios, no comércio de animais, na formação de povoado, mas também, na propagação dessa cultura.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo debater sobre o uso das identidades territoriais pelo/para o turismo, tendo como objeto de estudo a Festa do Tropeiro no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia/SP.

O Distrito de Gardênia localiza-se no Município de Rancharia/SP, margeando o Vale do Paranapanema (Figura 1), tem como base para o aproveitamento turístico os seus recursos naturais e a sua diversidade cultural.

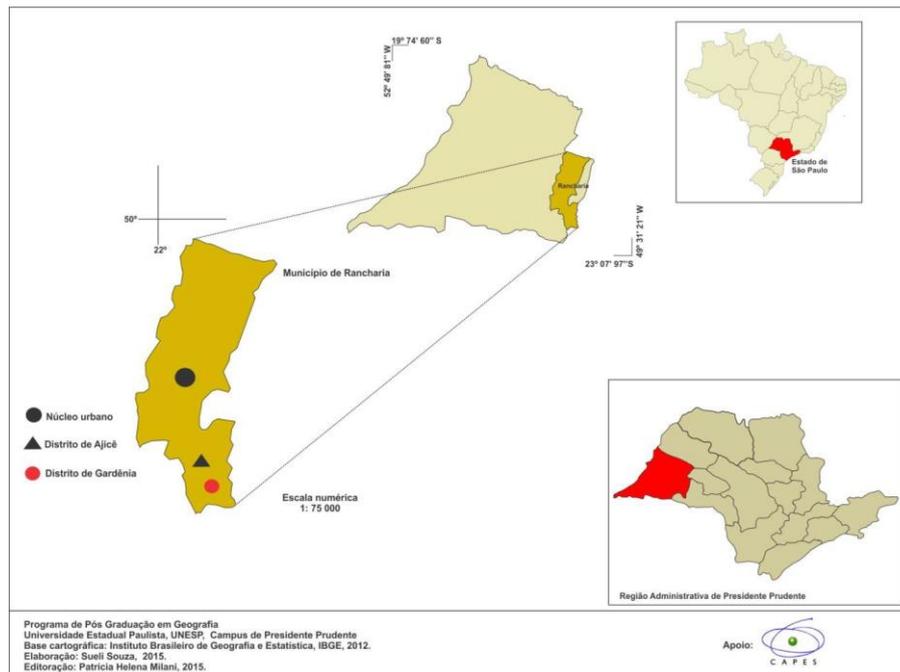


Figura 1 – Localização do Município de Rancharia e seus distritos

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – (2012). Org: Souza (2015).

A seleção desse recorte de estudo justifica-se por identificar-se (SOUZA, 2012; SOUZA, 2015) que desde meados da década de 1990, realiza-se a Festa do Tropeiro, idealizada por um morador que tem em suas raízes identitárias nesse ofício. Essa festa representativa tem continuamente atraído um grande contingente de visitantes do próprio distrito e turistas de diversas regiões do estado de São Paulo.

A peculiaridade da Festa do tropeiro do Distrito de Gardênia está relacionada à sua formação histórica que construiu sua identidade territorial enraizada na cultura tropeira e suas manifestações, como a lida com o gado, o rodeio, a doma de animais xucros (equinos e muars) as comidas típicas, como o tutu de feijão e o arroz tropeiro. Esses elementos geraram símbolos locais significativos propícios ao uso turístico, que, como se tem verificado, presentemente são mesclados aos costumes atuais como, baile, coroação da Rainha da Festa, comércio ambulante, voos panorâmicos, trenzinho infantil (SOUZA, 2012; SOUZA, 2015).

Desse modo, partindo dessas evidências buscou-se averiguar alguns aspectos fundamentais sobre o turismo cultural no distrito: quais as ações empreendidas pelo poder público municipal a esse objeto? Qual a opinião do precursor e idealizador da festa? Quais as principais motivações dos visitantes/turistas em participar da festa? Se os visitantes/turistas conhecem o histórico da Festa? Quais os aspectos organizacionais

da festa? Qual as opiniões dos visitantes/turistas em relação a importância da festa na atualidade?

Os procedimentos metodológicos desse estudo se pautam em levantamento bibliográfico, a fim de dialogar com os estudos realizados, e assim, contribuir na compreensão sobre o uso das identidades territoriais pelo/para o turismo, além de observação *in loco* durante a festa.

IDENTIDADES TERRITORIAIS, TURISMO CULTURAL E FESTAS

Na hodiernidade assiste-se o crescimento e renovação do interesse pela busca e conhecimento pelo patrimônio cultural do outro, que, viabiliza um novo suporte para sua validação (ALMEIDA, 2014). Nesse entendimento, a autora supracitada elucida que o crescimento de estudos referentes às identidades e as singularidades alheias tem propiciado essa percepção.

Como se tem discutido, nessa lógica, o turismo vem se sobressaindo ao longo do tempo como um fenômeno capaz de contribuir com desenvolvimento econômico e também, responsável no ato de reviver e preservar os patrimônios históricos.

Essa conjuntura vem ratificar que o patrimônio cultural na contemporaneidade tem assim, um relevante papel no âmbito econômico, que de modo competitivo, tem a habilidade de obter um dado fluxo turístico. (ALMEIDA, 2014). Dessa forma, o patrimônio tem sido usufruído como aliado da prática do turismo.

Nesse âmbito, como se tem conhecimento, o uso das identidades territoriais de maneira intencional no Distrito de Gardênia data de meados da década de 90. Essa iniciativa esteve atrelada, a priori, aos projetos regionais de turismo (Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo-PDTR). Destarte, organizados em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e a Pequena Empresa (SEBRAE) e poder público municipal, esse projeto piloto visava o aproveitamento dos recursos (naturais e culturais) existentes no município (SOUZA, 2012; 2015).

Nesse sentido, ao retratarmos turismo cultural faz-se necessário primeiramente definirmos um de seus principais atrativos, as identidades territoriais, que aqui se restringirá ao âmbito imaterial. Nesse sentido, Barbosa (2011) esclarece que o turismo cultural, remete a ideia de cultura, possuindo-se assim um significado amplo, dinâmico, por envolver distintas correntes teóricas de estudo. A vista disso, compreende-se que “a

cultura está presente em toda relação entre o homem e a natureza e se refere àquilo que é produzido ou desenvolvido pelo homem em resposta às suas necessidades materiais, utilitárias e simbólicas, o que é apreendido socialmente” (BARBOSA, 2011, p. 41).

Semelhantemente, admite-se cultura como a totalidade ou o conjunto da produção, de todo o fazer humano de um grupo, suas diversas manifestações e modos de vida (BRASIL, 2010).

Em consonância com o descrito, Thomaz (2010) expõe que as experiências vividas pela humanidade geram, ao decorrer do tempo, uma herança que se divide em material ou imaterial, caracterizada em variados formatos como: modo de pensar, sentir, comportar-se, construir e manifestar-se. Nessa concepção, essa herança está diretamente interligada ao território em que esses elementos se processam, redundando em uma vasta variedade de produtos humanos como se tem notado em todo o mundo.

A Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura - UNESCO (2003, p. 3) esclarece que patrimônio cultural é o “conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”. E é por meio desses princípios que os grupos sociais afirmam sua identidade e, uma vez enraizada, presentemente, são transmitidos às gerações futuras sob suas mais diversas formas (danças, festas etc.).

Nesse sentido, as manifestações culturais, possibilitam a abertura e avivamento de múltiplas expressões humanas, viabilizando assim, a preservação de suas tradições e suas identidades (SANTOS, 2013).

No tocante ao aspecto formal das identidades territoriais, Ignara (2003, p. 183) destaca que a cultura imaterial “refere-se a todos os valores, atitudes, crenças, normas e outros aspectos da cultura presentes nas mentes e nos corações de um grupo específico de pessoas. Esses elementos são importantes para fornecer a singularidade de cada cultura”.

Assim, Leite (2011), é categórico em ressaltar que todo bem cultural imaterial é materializado no momento em que se manifesta, mesmo que de maneira efêmera, como no caso da dança, música, saber fazer, transmissão de conhecimento e outras formas de cultura. Desse modo, para esse autor (2011, p.121) “entende-se que não há patrimônio material privado de imaterialidade, e nem patrimônio imaterial privado de materialidade”.

Isto posto, compreendemos que patrimônio cultural, independente de suas características (material ou imaterial) é propagado de gerações para gerações, sendo frequentemente recriados pela sociedade, em razão de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua trajetória, colaborando para fomentar o respeito e a criatividade da diversidade cultural.

Dessa maneira, como afirma Silva; Barroso (2015), as celebrações continuamente fizeram parte da vida dos indivíduos, em que festejava algo, deixando assim suas marcas inscritas durante o passar dos tempos. Desse modo, os autores elucidam que nessa perspectiva “as festas foram se perpetuando ao longo dos séculos e tornaram-se tradicionais”. (SILVA; BARROSO, 2015, p.24).

Nessa apreensão, para Bordieu (1968, p. 39 apud ALMEIDA, 2014, p. 126) a solenidade popular é aquela que oportuniza “simultaneamente participação individual do espectador ao espetáculo e a participação coletiva á festa da qual o espetáculo é objeto”. Dessa forma, compreende-se que nessas circunstancias, nesses breves momentos são recriados sujeitos com papéis relevantes ou grupos imaginários míticos, dependendo da trama da festa.

Para Duvignaud (1983 apud CASTRO, 2012), a festa se caracteriza como um episódio que define uma interrupção da vida social cotidiana por um tempo momentaneamente alternativo e diverso ao já instituído e burocratizado. Essa peculiaridade, nas manifestações culturais viabilizam mudanças de papéis sociais, vindo a ratificar a ruptura do cotidiano funcional, em que um novo ator ou ritual é revivido através do processo de recriação e atualização (CASTRO, 2012).

Nesse ponto de vista, compreende-se com base em Claval (1999) que a cultura como herança difundida, mesmo tendo suas origens em tempos remotos, não se estabelece como um sistema reservado e único. Esse fato vem demonstrar também simultaneamente que, a cultura como um sistema aberto, dinâmico, se mescla entre o passado e o presente sem perder seus elementos importantes.

Então, conforme aponta Castro (2012), há estudiosos (ELIADE, 1992; CASCUDO, 1969; ARENDT, 2002)) que concebem essa combinação e influência de elementos distintos na cultura passada, próprios do intenso processo de informação e comunicação vividos presentemente.

Em consonância com o explicitado, percebe-se que essa amálgama de componentes é plausível em uma sociedade ativa, até mesmo, favorável à manutenção de uma tradição dita antiga, como será pormenorizado.

O TROPEIRISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO OESTE PAULISTA

A história do tropeirismo Paulista remonta o século XVII no período colonial, contexto em que havia a necessidade de locomoção das riquezas naturais de seus locais de extração à Corte Portuguesa, através dos portos brasileiros. A grande produtividade e a escassez de mão de obra cativa, que, progressivamente foram se tornando esquivas e não adequadas para o deslocamento de mercadorias em virtude dos terrenos íngremes, foram cedendo lugar aos animais de carga, que seriam conduzidos pelos homens livres (ALGATÃO, 2013).

Desse modo, a atividade tropeira no País ganhou vulto com a descoberta do ouro em Minas Gerais, se firmando como uma atividade remunerada com a intensificação da extração das jazidas de ouro (ALGATÃO, 2013). Foi nessas circunstâncias que os tropeiros vislumbraram a viabilidade de ganho econômico mediante ao transporte de alimentos e diversas mercadorias do Estado de São Paulo a Minas Gerais.

Nessa ocasião, dentre os percursos traçados pelos tropeiros, destaca-se, o Caminho de Viamão, ligando o Rio Grande do Sul aos campos de Sorocaba (ALGATÃO, 2013). Então, de acordo com o autor aludido (2013) e Almeida (1968) nesse cenário, o Centro Sul do Brasil e o interior do Estado de São Paulo, foram na subsequência, relevante local de criação de animais (muars, asininos e equinos), responsável pela emissão por diversas regiões do Brasil e, um dos principais locais de comercialização, conhecida como a feira de Sorocaba.

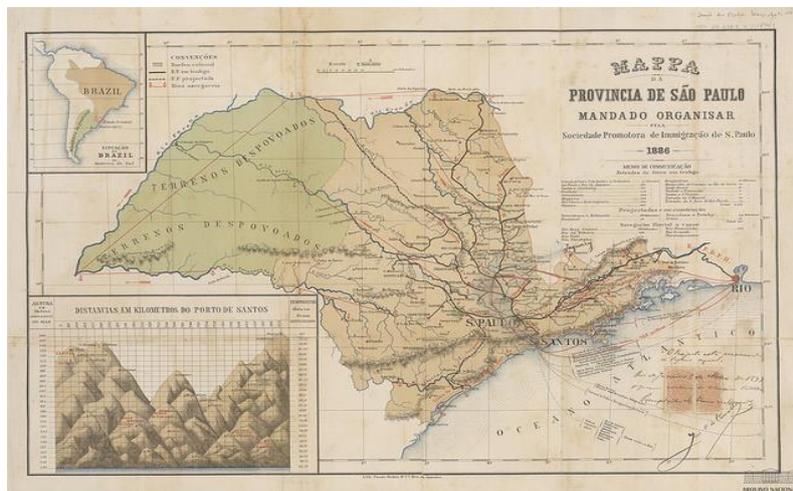
Essa dinâmica resultou em dois grupos distintos de tropeiros, os do Sul, que tinham como meta, o comércio específico de muars, e o segundo, os tropeiros das estradas reais, que utilizavam os muars para o transporte de minerais e bens de consumo.

Posteriormente, com o declínio da exploração aurífera, o café eclodiu no Vale do Paraíba e paulatinamente foi adentrando o Oeste Paulista, antes pouco conhecido, em fins do século XVIII. Desse modo, essa atividade veio dar continuidade e

aprimoramento a prática do tropeirismo, haja vista, que após a derrocada do ouro em 1780, o país passou a desenvolver outras atividades econômicas com fins a atender o comércio externo, como o açúcar.

Assim, no que tange notadamente ao recorte desse estudo, o Oeste Paulista, verifica-se que, o papel do tropeiro foi primordial na colonização e provimento dessa região. Assim sendo, sob o estímulo da política liberal dos fazendeiros de Botucatu que, justificavam a necessidade de ocupação dos sertões desabitados (figura 2), foi registrada a chegada do então desbravador José Theodoro de Souza em 1950 (ROSA et al, 2013).

Figura 2 - Mapa da Província de São Paulo – 1886



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa268.htm>. Acesso em 16 de mar. 2019.

Conforme o sucesso do bandeirantismo sertanejo no extermínio indígena o povoamento da região se intensificou dando vulto a ocupação com viés econômico. Conseqüentemente seguido a esse movimento, a expansão cafeeira com todos os seus aparatos também foi força propulsora da ocupação do espaço paulista (SOUZA; SOUZA, 2013).

Como retratam os autores referenciados, a marcha do café continuamente pelo interior paulista seguiu paralela aos projetos ferroviários, pois as longas distâncias dos portos tornavam inviável o transporte em lombos dos animais. Todavia, as tropas não perderam sua relevância, pois, continuaram sendo arrimo no transporte das grandes safras de café de seus locais de produção até as estações ferroviárias (ALMEIDA, 1968; ROSA et al, 2013, ALGATÃO, 2015).

Nesse entendimento, Milliet (1982) relata que o dinamismo econômico gerado pelo expansionismo do cultivo do café para o Oeste Paulista consequentemente, atraiu grande leva de imigrantes por essa região, demandando grande quantidade de provimento de alimentos. Nessas circunstâncias, não apenas a possibilidade de exploração agrícola foi promissora, as grandes extensões de pastagens naturais juntamente com a demanda por víveres fomentaram a pecuária (ALGATÃO, 2015; MONBEIG, 1984).

Por conseguinte, Alгатão (2015) elucida que, o papel do tropeiro foi ampliado e diversificado, considerando que, a priori, se limitava ao transporte de café, passando a se firmar como responsável também pelo abastecimento de diversas regiões e cidades. Igualmente, reitera-se com base em Almeida (1968) que, o caráter proativo desses sujeitos, viabilizou a difusão dos costumes dessa classe, a criação de povoados bem como, o atendimento das primeiras necessidades da sociedade da época (mensagens, vestuários e alimentação).

A respeito da atividade pecuária e seus mecanismos (pousos, currais, postos de pedágio), Almeida (1968) e Monbeig (1984) relatam que a partir de 1906, seguindo estrategicamente os avanços sertanejos, teve início a construção da primeira estrada boiadeira a partir de Platina (Figura 3), antigo povoado de Saltinho do Paranapanema até as margens do Paraná, com o intento de atingir o Sul do Matogrosso.

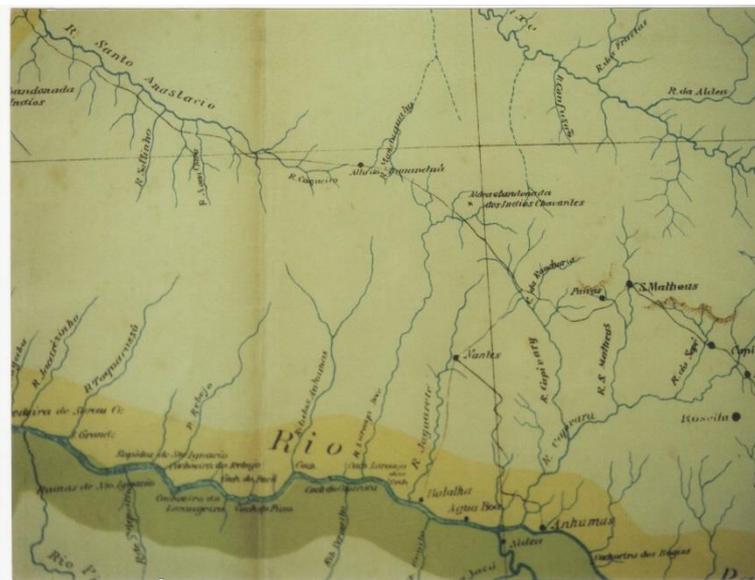


Figura 3 - Estrada boiadeira Platina – Santo Anastácio

Fonte: NANTES, Marciano Aparecido. Acervo: memórias de família, Comentários Rede Social, 2008/2009, com Celso Prado apud Rosa et al, 2013.

Esse feito, como acrescentam Gianasi (2003), Monbeig (1984) e Rosa et al (2013) foi de grande proeminência para a região referenciada (Distrito de Gardênia), pois como se pôde apreciar. Rosa et al (2013, p. 34) descreve meticulosamente sobre essa obra em seus mais diversos âmbitos, como se pode constatar, “a despeito da magnitude progressista e reconhecida da estrada, necessária e de grande utilidade pública, além de todo progresso dela advindo [...]”.



Figura 4 - Tropeiros na Fazenda Figueira (1917?)
Fonte: Museu Histórico de Iepê (MHIPI) apud Rosa et al, 2013.

Desse modo, o símbolo deixado pela atividade tropeira nessa região foi intenso a ponto de, mesmo com o passar de aproximadamente dois séculos, ainda existirem manifestações que rememoram esse período de grande valor histórico regional e estaduais.

A FESTA DO TROPEIRO NO DISTRITO DE GARDÊNIA

Conforme verificado (SOUZA, 2012; 2015), a Festa do Tropeiro iniciou-se em 1996 no bojo dos projetos de aproveitamento turístico no Distrito de Gardênia e, por isso, foi inserida no calendário de eventos do Município (Rancharia). O fato de o Distrito possuir uma riqueza cultural e natural diversificada proporcionou desde meados da década de 1990 o aproveitamento desses elementos.

Como o próprio nome remete, essa festa tem suas raízes na atividade tropeira, a lida e o comércio de animais (equinos, muares e bovinos), na qual o Distrito foi palco de rotas, pousos das comitivas e a engorda do gado debilitado das longas viagens em seus campos nativos (MONBEIG, 1984; GIANISI, 2003; GIOVANETTI, 1943; ROSA et al, 2013).

Em 2018 a festa celebrou sua 22ª edição e sua aceitabilidade vem ratificar a marca substancial dessa cultura, memorizada e fundada por intermédio da comunidade e/ou ex- moradores (visitantes) que tiveram algum descendente e/ou amigo envolvido nessa atividade. O principal idealizador desse evento expressa a relevância de poder evocar a prática tropeira como se verifica:

Desde os cinco anos de idade eu já lidava com o gado... foi isso que meu pai ensinou... antes de constituir família ele tinha sido tropeiro... ele me ensinou o trabalho desde cedo... fugi da escola aos doze anos para trabalhar... meu sonho era sair na estrada para tocar boiada... ficava na beira do estradão esperando as grandes comitivas passar... aqui tinha dois pousos de boiada... um na beira do rio Capivari e outro na fazenda a frente... hoje tomada pela cana – de- açúcar... um dia descii a beira do rio só para perguntar para o cozinheiro e para os peões... sobre o que eu precisava para se montar uma comitiva... eles me explicaram... e guardo até hoje... disseram que o mais importante era eu ter um cargueiro... mas como eu não tinha condições de comprar... tive que cair no estradão a trabalho para os outros e não por conta própria... eu tinha paixão por essa vida... fiquei nesse ramo por três anos... daí veio o progresso e começou a atrapalhar... os caminhões... as estradas... começaram a substituir a nossa função... mas tudo isso não me desanimou... apesar de saber que somente nos confins de Mato Grosso... em Alta Floresta... eu poderia encontrar trabalho... eu sempre fiz tudo relacionado com a lida... rodeio, doma, tourada... até já dei cursos... então foi aí que eu fiz uma intenção para comprar o tal do cargueiro... que é na verdade um burro ou mula... acompanhado de toda a traia necessária... na época muito caro... então me frustrei... resolvi ir embora para o Mato Grosso de vez... combinei com alguns amigos do local e da região que eu faria uma festa de despedida... isso em 1996... eu queria além de me despedir , homenagear todas as pessoas que gostavam dessa vida... pois aqui era a principal atividade da época... a festa foi um sucesso me surpreendi... achei que viria somente os meus amigos... daí me lembro... deu um público de um pouco mais de cem pessoas... foi emocionante... cheguei a ir para Mato Grosso depois... como não deu certo a comitiva, mudei de ramo... passei a comprar tropa para vender para os frigoríficos King Mit e Rei do Gado do estado do Paraná, que exportavam carne de cavalos... com o tempo os frigoríficos fecharam... minha saúde não era das melhores... então resolvi voltar... e uma forma de representar e cultivar essa tradição é através da festa como vocês poderão comprovar agora dia sete próximo... me emociono e me sinto realizado [...].(Entrevista realizada em agosto de 2011, informação verbal, SOUZA, 2012, p. 88).

Assim, de grande repercussão na região, atraindo um público diversificado, a festa tem se realizado continuamente no mês de setembro, data em que se comemora a Independência do Brasil. Um acordo firmado entre a comunidade/escola/festeiro tem viabilizado o intercâmbio dessa cultura para diferentes gerações através da participação e/ou apreciação de todo o enredo da festa, como, baile, desfile, cavalgada e rodeio (montaria em touros) (Figuras 5 e 6).



Figuras 5 e 6 - Distrito de Gardênia montaria em touros e desfile representativo.

Fonte: SOUZA, 2018.

Foi revelado também que, apesar da festa ter oficialmente iniciado em 1996, desde a década de 1990 já ocorriam eventos isolados por parte da comunidade e

simpatizantes dessa cultura a fim de lembrar e vivenciar as atividades inerentes à atividade tropeira.

Nesse âmbito, os sujeitos que são evocados nessa festa representativa são também referenciados por Monbeig (1984, p.306) em que descreve metodicamente as funções de parte dos integrantes de uma comitiva de boiadeiros:

[...] um espetáculo comum é o encontro de uma boiada de várias centenas de animais, mil no máximo, guiados por uma escolta imutavelmente constituída. O chefe, também chamado capataz ou missionário, decide as etapas e negocia o rebanho, seja por conta própria ou por conta de terceiros. Ele precede cortejo, acompanhado por um sinaleiro, o ponteiro que ao som de uma trompa, avisa os camaradas sobre as paradas ou a travessia dos ribeirões. Os guias, cujo número depende do tamanho do rebanho, colocam-se a frente ou dos lados e o chave fica na “retaguarda”. Veem que tem a seu cargo os bezerros, muitas vezes nascidos durante a viagem e incapazes de acompanhar a tropa. Um personagem muito importante, o cozinheiro, fica dispensado do trabalho e, partindo sozinho á frente vai preparando o acampamento para seus camaradas. [...] o capataz fixa a marcha para o dia seguinte, de acordo com o estado do gado, seus conhecimentos de pousos e as informações recebidas sobre as situações dos pastos [...].

Em consonância com o exposto, compreende-se o significado de cada personagem que ressurgem naqueles momentos a fim de transparecer na atualidade a realidade vivida outrora. Ademais, como já é conhecido, os ciclos econômicos são fugazes, as mudanças decorrentes das evoluções tecnológicas implicaram em mudanças nas dimensões sociais, econômicas e culturais. Esse processo, em se tratando do objeto de estudo (tropeirismo), foi reconhecido pelo pioneiro da festa como responsável pela substituição do trabalho braçal do tropeiro por outros elementos, como o uso do trem, e posteriormente o automóvel, facilitado pela construção dos eixos rodoviários (SOUZA, 2015).

Dentre os enredos da festa explicitados, há comitivas oriundas de diversas cidades da região, que, transportando seus animais em caminhões boiadeiros e/ou trailers, e, vestindo da indumentária dos tropeiros (chapéu, calça de couro etc.) saem de um ponto de encontro, local em que se culmina a festa e desfilam pelas ruas do Distrito.

Figura 7- festa do tropeiro, desfile temático.



Fonte: Souza, 2012.

Além do desfile temático, em que a escola protagoniza com os alunos tocando fanfarra e transportando as bandeiras do Brasil, Estado de São Paulo e do Município de Rancharia, há também o almoço coletivo e gratuito, com o cardápio típico a base de arroz tropeiro, tutu de feijão e carne seca, fruto da arrecadação dos alimentos pela comunidade. Soma-se a essas atrações o baile com a escolha da rainha da festa que, ocorre na véspera do dia sete, com vendas de bebidas e assados.

RESULTADOS

No que tange as motivações em realizar a festa, o principal idealizador relata que mesmo diante das dificuldades, o que prevalece é o desejo de reviver os momentos que teve outrora, na função de culateiro²⁵⁵, ainda que de forma representativa, momentânea. Também, anseia que seus familiares conheçam a tradição tropeira e repassam para os seus descendentes e amigos, assim como seu pai o ensinou. O entrevistado afirma que, apesar da habilidade e entusiasmo por esse ofício, expôs as agruras da vida tropeira, dentre elas, ficar exposto as intempéries, o desgaste físico, suscetibilidade a doenças, fato este que o fez abandonar definitivamente essa atividade em decorrência de anemia profunda.

Quanto a alguns dos perfis dos sujeitos participantes, moradores locais foram constatado que majoritariamente, são do sexo masculino (55,5%), com idade que variam entre 40 á 60 anos e, em que, as motivações se concentram em diversão e reencontrar amigos, sendo que, 65% não conhecem o histórico da festa. No que concerne aos visitantes/turistas diferentemente dos sujeitos locais, predomina o público feminino (56

²⁵⁵ Em uma comitiva de tropeiros, o culateiro segundo o entrevistado (n, 2014) assumia a função de retaguarda, de tocar o gado e cuidar para que a boiada não retorne (SOUZA, 2012).

%) com idade entre 20 a 40 anos, em que os principais estímulos em participar se concentram em prestigiar o evento, seguido de ser um convite feito por amigos/familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atesta-se que os tropeiros na região Oeste do Estado de São Paulo, assim como no território que abrange o Distrito de Gardênia, tiveram uma relevância que perpassa o caráter econômico, sendo responsável pelo abastecimento e até pela fundação de bairros e Distritos existentes na atualidade, como visto (Conceição de Monte Alegre, Agissê, Bairro da Marambaia, Bairro do Jaguaretê entre outros). A intensidade desses sujeitos deixaram vestígios sólidos a ponto de mesmo com a mescla de símbolos e costumes contemporâneos se reinventarem sem perder sua essência, como no caso da cultura tropeira por intermédio da festa representativa.

Em consonância com Trigueiro (2015) é aparente a mistura entre símbolos da comunidade tradicional com os símbolos da sociedade contemporânea, conhecida por hibridismo cultural. A inclusão de sons automotivos, o comércio informal, a própria diversidade de estímulos e interesses em participar da festividade, seja morador local ou visitante/turista demonstra que, assim como o homem a cultura também evolui e se modifica.

Por esse ângulo, constatou-se que outros estímulos são responsáveis pela presença na festa que vão além da preservação da tradição, como, reencontrar amigos, a fuga da agitação da rotina urbana, dançar, se divertir, entre outros (SOUZA, 2015). Essas mudanças de modo geral são comuns na atualidade, pois o tempo dos portadores dessa cultura é outro e, naturalmente estão imersos a outros símbolos próprios da sociedade globalizada (TRIGUEIRO, 2015).

Nessa conjuntura, ratifica-se que, as festas representativas assumem importante papel de preservação da cultura popular e resgata as antigas atividades econômicas que, em outras décadas foram destaque. Por isso, reforça-se que mesmo que o árduo ofício de tropeiro esteja extinto, presentemente tem sido salvaguardado em diversas partes da região do país, como se observa, assim como no Distrito de Gardênia.

REFERÊNCIAS

ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. **O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX**. *Histórica: revista eletrônica do arquivo público do estado de São Paulo*, nº 41, abr. 2.010.

Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia06/texto06.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. **Os tropeiros do século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: estudos de caso no Vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira**. X Encontro regional de história oral – Educação das sensibilidades, desafios contemporâneos. Campinas, 10 a 13 de setembro de 2.013 - Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Disponível em:

<https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1367858467_ARQUIVO_textodeapresentacao.Doc.pdf>. Acesso em 14 abr. 2019.

_____. **Os tropeiros do século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: estudos de caso em duas localidades no Vale da Paraíba e Serra da Mantiqueira**. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas na área de História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Aluísio de. **O tropeirismo e a feira de Sorocaba**. Sorocaba: Luzes, 1968. 228p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas rurais tradicionais: novas destinações turística? In: CRISTÓVÃO, Artur et al (Orgs.). - **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. – Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2014.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Org). **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. Brasília, DF: SEBRAE, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur) .**Estudo de competitividade de produtos turísticos** / Org. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. – Brasília, DF: SEBRAE, 2011. 56 p.

_____. _____. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 2ª. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. _____. **Segmentação do Turismo** - Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CASTRO, Janio Roque de Barros. Concepções de festa, os sentidos de festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas. In: **Da casa à praça**

- pública:** a espetacularização das festas juninas no espaço urbano [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 39-84. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tqvcj/pdf/castro-9788523211721-03.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019
- CLAVAL, P. A **Geografia Cultural:** o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-122.
- GIANNASI, João Chrysóstomos. **Histórias que vivi...e outras que me contaram.** Maringá: Midiograf, 2003.
- GIOVANNETTI, Bruno. **Esboço histórico da Alta Sorocabana.** São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1943.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- LEITE, Edson. **Turismo Cultural e patrimônio imaterial no Brasil.** Coleção verde amarela, São Paulo, v. 6: INTERCOM, 2011.
- MILLIET, Sérgio. **O roteiro do café e outros ensaios.** 4. ed. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro, 1982.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.
- ROSA, Paulo Fernando Zaganin et al. **De Liberdade à Iepê:** uma terra para todos. Bauru: Canal 6, 2013.
- SANTOS, Clediane Nascimento dos. **O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Pontal do Paranapanema.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e tecnologia FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2013.
- SILVA, Carla Adriana Oliveira; BARROSO, Heloísa Pereira. **Cultura, patrimônio e as festas religiosas:** uma relação com o desenvolvimento turístico de Luziânia/GO. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 3, n. 1, p. 16-35, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Sueli/Downloads/5564-Texto%20do%20artigo-19289-2-10-20180912.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.
- SOUZA, Paulo Henrique de; SOUZA, Marta Maria Pereira de. Revisitando a ocupação histórica do Noroeste de São Paulo. In: NETO, Humberto Perinelli; NARDOQUE; MOREIRA, Vagner José. (Org.). **Nas margens da boiadeira:** territorialidades,

espacialidades, técnicas e produções no Noroeste Paulista. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez. **A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural:** estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. *Tópos*. V. 4, n.2, p. 33 – 59, Dez, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2254>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **As festas populares:** da idade média à idade da mídia. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão, Ano XXVI, n. 2, p. 66-74, ago./dez. 2015 Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5334/4400>. Acesso em: 20 abr. 2019.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2019.